

V.  
**37**<sup>n.4</sup>

ISSN 2236-4242

out-dez 2024

# LINHA D'ÁGUA

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Universidade de São Paulo



# Revista Linha D'Água

## Instituição

### Universidade de São Paulo

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior  
Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

### Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Adrian Pablo Fanjul  
Vice-diretora: Silvana de Souza Nascimento

## Revista

### Editor-chefe

#### **Paulo Roberto Gonçalves-Segundo**

Universidade de São Paulo, Brasil

### Editor Associado

#### **Gabriel Isola-Lanzoni**

Universidade de São Paulo, Brasil

### Editoras convidadas

v. 37, n. 4 - out.-dez. 2024

#### **Isabel Roboredo Seara**

Universidade Aberta, Portugal  
Centro de Linguística da Universidade NOVA de  
Lisboa, Portugal

#### **Renata Ferreira Costa**

Universidade Federal do Sergipe, Brasil

# Revista Linha D'Água

## Equipe técnica

Revisão e normalização de  
Língua Portuguesa

---

**André de Oliveira Matumoto**

Universidade de São Paulo, Brasil

**Lucas Pereira da Silva**

Universidade de São Paulo, Brasil

**Lucas Pivetta Maciel**

Universidade de São Paulo, Brasil

**Nathalia Akemi Sato Mitsunari**

Universidade de São Paulo, Brasil

**Theodoro Casalotti Farhat**

Universidade de São Paulo, Brasil

**Verônica dos Santos Modolo**

Universidade de São Paulo, Brasil

**Yuri Andrei Batista Santos**

Université Grenoble Alpes, França

Revisão da Língua Inglesa

---

**André de Oliveira Matumoto**

Universidade de São Paulo, Brasil

**Theodoro Casalotti Farhat**

Universidade de São Paulo, Brasil

**Verônica dos Santos Modolo**

Universidade de São Paulo, Brasil

Revisão da Língua Francesa

---

**Nathalia Akemi Sato Mitsunari**

Universidade de São Paulo, Brasil

**Yuri Andrei Batista Santos**

Université Grenoble Alpes, França

Revisão da Língua Espanhola

---

**Lucas Pivetta Maciel**

Universidade de São Paulo, Brasil

Assistência editorial

---

**Lucas Pivetta Maciel**

Universidade de São Paulo, Brasil

Editoração

---

**Gabriel Isola-Lanzoni**

Universidade de São Paulo, Brasil

# Revista Linha D'Água

## Indexadores

---



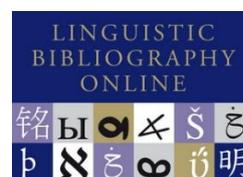
Web of Science - ESCI  
Emerging Sources Citation Index  
Presente no JCR desde 2020



Latindex  
Sistema Regional de Información en Línea para  
Revistas Científicas de América Latina, el Caribe,  
España y Portugal



MLA  
Modern Language Association Database



Linguistic Bibliography



DOAJ  
Directory of Open Access Journals



REDIB  
Red Iberoamericana de Innovación y  
Conocimiento Científico



Diadorim  
Diretório de Políticas Editoriais das Revistas  
Científicas Brasileiras



EZB  
Elektronische Zeitschriftenbibliothek  
(Biblioteca de Periódicos Eletrônicos)



OAJI  
Open Academic Journals Index



Google  
Google Scholar

---

# Revista Linha D'Água

v. 37, n. 4 – out.-dez. 2024

Editor-chefe

Editor associado

**Paulo Roberto Gonçalves-Segundo**

Universidade de São Paulo, Brasil

**Gabriel Isola-Lanzoni**

Universidade de São Paulo, Brasil

Editoras convidadas - v. 37, n. 4 – out.-dez. 2024

**Isabel Roboredo Seara**

Universidade Aberta, Portugal  
Centro de Linguística da Universidade NOVA de  
Lisboa, Portugal

**Renata Ferreira Costa**

Universidade Federal do Sergipe, Brasil

Comissão científica - v. 37, n. 4 – out.-dez. 2024

*"Chiffons de papier e a ressurgência do epistolar:  
metamorfoses, dinâmicas e confluências"*

Ana Cristina Pereira Braz  
Universidade Aberta, Portugal

Ana Lúcia Guedes-Pinto  
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

André Luis Rodrigues  
Universidade de São Paulo, Brasil

Ane Mecenas  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Antonieta Burity de Souza Hosokawa  
Universidade Federal do Acre, Brasil

Caio Cesar Esteves de Souza  
Harvard University, Estados Unidos

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima  
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Cláudia Ayumi Enabe  
Universidade de São Paulo, Brasil

Cléber Alves de Ataíde  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Débora de Souza  
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Eliana Correia Brandão Gonçalves  
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Gilles Jean Abes  
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Helena de Oliveira Belleza Negro  
Universidade de São Paulo, Brasil

Marcos Antonio de Moraes  
Universidade de São Paulo, Brasil

Marcus Vinicius Pereira das Dores  
Universidade de Évora, Portugal

Margarida Esperança Pina Reffóios  
Universidade NOVA de Lisboa, Brasil

Maria da Felicidade Morais  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Maria de Fátima Nunes Madeira  
Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Fernanda Brasete  
Universidade de Aveiro, Portugal

Maria Lúcia de Oliveira Andrade  
Universidade de São Paulo, Brasil

Mario Cesar Newman de Queiroz  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Miguel Fuentes Cortés  
Universidad de La Serena, Chile

Natália Albino Pires  
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Norma Suely da Silva Pereira  
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Regina Kohlrausch  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Renata Ferreira Munhoz  
Universidade de São Paulo, Brasil

# Revista Linha D'Água

Helson Flávio da Silva Sobrinho  
*Universidade Federal de Alagoas, Brasil*

Isabel Siqueira Travancas  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Isabela Santos Almeida  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Ivan Douglas de Souza  
*Instituto Federal de São Paulo, Brasil*

Jocenílce Rodrigues de Oliveira Barreto  
*Universidade Federal do Oeste da Bahia, Brasil*

Leonardo Marcotulio  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Lucas Pereira da Silva  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Manoel Mourivaldo Santiago Almeida  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Manuela Rodrigues Santos  
*Instituto Federal de Sergipe, Brasil*

Márcia do Carmo Felismino Fusaro  
*Universidade Nove de Julho, Brasil*

Sara Rogéria Santos Barbosa  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Theodoro C. Farhat  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Tiago Ribeiro  
*Universidade Nacional de Rosário, Argentina*  
*Instituto Nacional de Educação de Surdos, Brasil*

Vanessa Martins do Monte  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Vanessa Massoni da Rocha  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Vanessa Regina Duarte Xavier  
*Universidade Federal de Catalão, Brasil*

Vânia Lúcia Menezes Torga  
*Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil*

Verônica dos Santos Modolo  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Veronica Manole  
*Universitatea Babeş-Bolyai, Romênia*

## Sumário

### Editorial

- Chiffons de papier e a ressurgência do epistolar: metamorfoses, dinâmicas e confluências - apresentação do número temático** 1-9

Isabel Roboredo Seara  
Renata Ferreira Costa

### Artigos originais

- Cartas de Haroldo Maranhão sobre Machado de Assis** 10-22  
Paulo Alberto da Silva Sales

- O repetível de um gênero do discurso e o repetível da história: centralização e universalização** 23-39  
Manoel Luiz Gonçalves Correa

- A oficina epistolográfica de João de Araújo Correia** 40-56  
Ana Ribeiro

- A correspondência entre Gonçalves Dias e Teófilo Leal: uma obra à parte** 57-72  
Renata Ribeiro Lima

- Amuletos da criação: a correspondência entre Lygia Fagundes Telles e Rachel de Queiroz e seu papel na inserção das mulheres na literatura brasileira** 73-91  
Angela das Neves

- Fragmentos de si: construção da(s) identidade(s) e da memória do escritor Manuel dos Passos de Oliveira Telles na obra epistolar "Carta Íntimas e Literárias"** 92-111  
Renata Ferreira Costa  
Luiza Daviane Santos Barbosa

- "Cartas serviçais e amigas": A epistolografia em Correio da Roça, de Júlia Lopes de Almeida** 112-129  
Verônica dos Santos Modolo
- Ordem régia e vozes de protesto na escritura de documentos luso-brasileiros: entre rascunhos, minutas, originais e cópias** 130-157  
Maria de Fátima Nunes Madeira  
Marcelo Módolo
- As "Cartas Lisboenses" (1879-1880) de Guiomar Torrezão: a educação feminina no Brasil oitocentista e o elo Portugal-Brasil no periódico paraense O Liberal do Pará** 158-172  
Letícia dos Montes Melo
- Religião e relações de força: uma análise discursiva do texto "Manifesto à Nação", da Igreja Católica Apostólica Brasileira** 173-192  
Tibério Teylon dos Santos Correia  
Helson Flávio Silva Sobrinho
- Gêneros epistolares na era digital: perspectivas para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa** 193-211  
Marina Martins Pinchemel-Amorim  
Márcia Helena de Melo Pereira
- "Entre Cartas...": uma abordagem de escrita e leitura em tempos digitais** 212-228  
Edilaine Gonçalves Ferreira de Toledo
- O meu amor é melhor que o teu: uma análise discursivo-pragmática de declarações de amor em publicações no Instagram** 229-249  
Mariana Silva Ninitas

<b>"Carta aos leitores e leitoras": o dialogismo interdiscursivo bakhtiniano na escrita epistolar freireana</b>	250-274
Simone Cunha	
<b>Uma descrição contextual do gênero "carta aberta"</b>	275-297
Theodoro C. Farhat	
<b>Uma cartografia do sujeito autoral de mulheres negras em cartas</b>	298-313
Tainara Cecília Pereira Santos Rosinês de Jesus Duarte	
<b>A escrita feminina na tradição epistolar em Carta à rainha louca, de Maria Valéria Rezende</b>	314-332
Cindy Conceição Oliveira Costa	
<b>As pesquisas acadêmicas sobre cartas de autore(a)s da Literatura Brasileira - O Estado da Arte</b>	333-349
Conceição de Maria Corrêa Feitosa	

## Editorial

# **Chiffons de papier e a ressurgência do epistolar: metamorfoses, dinâmicas e confluências - apresentação do número temático<sup>1</sup>**

*Chiffons de papier and the resurgence of the epistolary: metamorphoses, dynamics and confluences - introduction to the thematic issue*

---

**Isabel Roboredo Seara** 

Universidade Aberta, Portugal  
Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal  
isabel.seara@uab.pt  
<https://orcid.org/0000-0003-2117-5320>

---

**Renata Ferreira Costa** 

Universidade Federal de Sergipe, Brasil  
renataferreiracosta@yahoo.com.br  
<https://orcid.org/0000-0002-4263-4955>

---

*La posterité est à présent une ouvreuse de lettres.*

(Fernando Pessoa, 1990, p. 179)<sup>2</sup>

À semelhança da nota prefacial da célebre obra, coordenada por Mireille Bossis, *La Lettre à la croisée de l'individu et du social*<sup>3</sup>, permitam-nos que esta nota introdutória adote igualmente o registo epistolar, em sintonia, de resto, com a temática que congregou os textos que aqui se reúnem em torno do tema: “*Chiffons de papier* e a ressurgência do epistolar: metamorfoses, dinâmicas e confluências”.

---

<sup>1</sup> Uma anotação preambular é devida para anotar e esclarecer que este texto inaugural foi escrito a quatro mãos pelas duas organizadoras, razão pela qual nele convivem duas variedades linguísticas do Português, mantendo, assim, fidelidade à norma de cada uma. De resto, assim acontece ao longo deste número, em que coabitam textos de investigadores portugueses e de pesquisadores brasileiros. A defesa que subscrevemos é e será sempre enriquecedora, porque, como afirma Mia Couto: “O que fez a espécie humana sobreviver não foi apenas a inteligência, mas a nossa capacidade de produzir diversidade” (citado por Maria Helena Mira Mateus, em “Uma política de língua para o português”. *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, APL, 2010, p. 75).

<sup>2</sup> *Cartas de Amor de Fernando Pessoa*. Organização, posfácio e notas de David Mourão Ferreira. Lisboa: Edições Ática, 1978.

<sup>3</sup> BOSSIS, Mireille Paris, *La Lettre à la croisée de l'individu et du socia*. Paris: l Kimé, 1994.

Caríssimos leitores,

Na chamada de trabalhos para o número que está sob os vossos olhos foram dadas algumas pistas para instigar a reflexão sobre a atualidade do gesto epistolar e perscrutar as metamorfoses que se vêm operando com a emergência das formas digitais.

Anotámos, com alguma apreensão, que as cartas manuscritas se encontram em vias de extinção, na medida em que abandonámos progressivamente esse gesto secular de transpor para a folha em branco os ‘cavacos postais’<sup>4</sup> que, durante milénios, foram um dos meios privilegiados de comunicação.

O advento da era digital mudou as nossas práticas de interação escrita no quotidiano e, desde as mensagens de correio eletrónico aos diferentes aplicativos para diálogos curtos, fragmentários, assiste-se ao ressurgimento do *modus epistolaris* e destes textos polimórficos, nómadas<sup>5</sup> e paradoxais.

Consideramos que o gesto de escrita epistolar é um gesto privilegiado de diálogo com o outro, de construção da sociabilidade. Enquanto gesto autêntico, possui a reputação de verdadeiro e transparente, sendo engendrado maioritariamente na esfera do privado. A investigação no domínio da História privilegiou o seu estudo e, até certo ponto o monopolizou ao longo dos séculos, visando esclarecer aspetos biográficos ou factos históricos, tendo sido descurada, assim, a investigação sobre a sua função privilegiada: ser um lugar de interação, tributário de representações coletivas e espelho de códigos e condutas sociais. Impera a certeza de que a forma epistolar é soberana e única, na medida em que pode acolher uma infinidade de temáticas, sem excluir qualquer uma e que deve ser encarada como uma ‘figura de compromisso’, pois, tal como afirma Bossis (1994, p. 11), “La lettre devient le signe tangible que quelque part, quelqu’un a pensé à vous”.

Todavia, subscrevendo a afirmação de Altman (1982, p. 185), “The letter can be either portrait or mask”<sup>6</sup>, confirmamos a sua plasticidade, a ambiguidade ou duplicidade, que tanto pode exibir e ser um fiel retrato (*speculum animi*), como, ao invés, o mitente se esconde, encena, disfarça-se, tal qual uma máscara. O texto epistolar é refém da circularidade que denuncia e renova os laços do diálogo, replicando um dos *topoi* que o caracteriza, o da conversação *in absentia*.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> A carta como ‘cavaco postal’ é um *topos* a que se recorrentemente se alude na escrita epistolar. Tem origem na forma ‘cavaquear’, sinónima de ‘conversar de modo despreocupado, tagarelar. Atente-se neste exemplo: “Adeus. Estou, hoje, muito triste – mas fiquei melhor depois deste cavaco, “tête-à-tête, - e há tanto que eu não cavaqueava. Abraça-o o seu amigo muito agradecido”. Carta de António Nobre a José de Castro, escrita de Paris, escrita a 23-11-1894, António Nobre, Correspondência, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. p. 216.

<sup>5</sup> Retomando o título inspirador da obra de Brigitte Diaz: *L'Épistolaire ou la Pensée Nomade*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

<sup>6</sup> ALTMAN; J. *Epistolary: Approaches to a form*. Columbus, Ohio State University Press, 1982. “A carta pode ser ou retrato ou máscara”.

<sup>7</sup> Cf. SEARA, Epistolarity: From hidden Dialogue to an obsession to dialogue. *Language and Dialogue*, John Benjamins Publishing Company, vol. 2, Number 3, 2012, p. 345-347.

Importa recordar, a este propósito, uma passagem de um dos primeiros teorizadores portugueses da arte de escrever cartas, Francisco Rodrigues Lobo, que, nos diálogos da *Corte na Aldeia*, mais precisamente no Diálogo III, considera a carta “uma mensageira fiel que interpreta o nosso ânimo nos ausentes, em que lhes manifesta o que queremos que eles saibam das nossas cousas, ou das que a eles lhe revelam (Lobo, 1992, p. 89-90)<sup>8</sup>.

Por que razão não contestar, então, o lado marginal a que são remetidos os escritos epistolares e lhes consagrar o devido e respeitado lugar, testemunhando que, embora fragmentária e lacunar, a carta postula uma conivência<sup>9</sup>, uma reciprocidade e que despoleta um fascínio, decorrente de ser precisamente “un fragment heureux”<sup>10</sup>?

É esse o tributo dos dezoito textos que a seguir sucintamente apresentaremos e que compõem o dossiê *Chiffons de papier e a ressurgência do epistolar: metamorfoses, dinâmicas e confluências*.

Inicialmente, um conjunto de artigos explora o universo das correspondências no âmbito literário, investigando como as cartas se configuram como espaços de expressão autoral, criação estética e reflexão sobre a tradição literária. Por meio de abordagens interdisciplinares, os textos articulam Filologia, Estudos Literários e Epistolografia para examinar as múltiplas dimensões dessas produções, que transitam entre o público e o privado.

Em “Cartas de Haroldo Maranhão sobre Machado de Assis”, Paulo Alberto da Silva Sales analisa a presença de missivas fictícias na narrativa contemporânea *Memorial do fim: a morte de Machado de Assis* (1991), de Haroldo Maranhão. Partindo da concepção de carta como uma escrita de si, que cria um diálogo com o ausente e irrompe no cotidiano, o autor examina como essas cartas literárias constroem a ilusão de registros contextualizados do cotidiano de Machado de Assis em seus últimos dias. O estudo se fundamenta nos trabalhos de Foucault (2012), Haroche-Bouzinac (2016) e Diaz (2016), entre outros, para investigar as potencialidades estéticas e narrativas do gênero epistolar na ficção de Maranhão.

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, em “O repetível de um gênero do discurso e o repetível da história: centralização e universalização”, propõe um paralelo entre duas cartas emblemáticas da literatura brasileira: a *Carta pras Icamíabas* (de *Macunaíma*, de Mário de Andrade) e a *Carta de Caminha*. O autor utiliza o conceito de “repetível” dos gêneros discursivos para explorar a imanência histórica no dado linguístico. Com base em análises históricas e textuais, Corrêa demonstra como ambas as cartas, embora distantes no tempo,

---

<sup>8</sup> LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia*. Lisboa, Editorial Presença, 1992.

<sup>9</sup> Veja-se a este propósito o estudo de Benoît Melançon, *Diderot Épistolier. Contribution à une poétique de la lettre familière au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Québec, Éditions Fides, 1996, p. 259 e seguintes.

<sup>10</sup> A noção de “la lettre, c’est le fragmente heureux” é explicada por Christian Meurillon que sustenta que a carta é um fragmento feliz porque resistiu, não só à labiríntica e perigosa viagem, como à fragilidade do seu suporte, e, ainda, ao seu próprio destino, desnudando-se para a *felicidade* dos seus leitores póstumos. (Meurillon, Christian. “La lettre au coeur de l’écriture pascalienne”. *Revue de Sciences Humaines*, n. 195, juillet-septembre, 1984, p. 5-18).

dialogam em aspectos relacionados ao deslocamento espacial, à centralização do poder e à universalização, mostrando o encontro entre o lendário e o histórico.

No artigo “A oficina epistolográfica de João de Araújo Correia”, Ana Ribeiro examina o processo de escrita e reescrita das cartas do autor português João de Araújo Correia, a partir da análise dos doze volumes de sua correspondência. O estudo é guiado pelo referencial teórico de Jean-Michel Adam no campo da Linguística de Texto e identifica como as revisões do autor estão associadas à extensão textual e à formulação linguística. Ribeiro explora, ainda, como o relacionamento entre remetente e destinatário influencia diretamente a autoimagem construída nas cartas.

Em “A correspondência entre Gonçalves Dias e Teófilo Leal: uma obra à parte”, Renata Ribeiro Lima investiga as cartas trocadas entre Gonçalves Dias e seu amigo Alexandre Teófilo de Carvalho Leal durante a juventude do poeta na Corte. A autora analisa como Gonçalves Dias transcende os lugares-comuns do gênero epistolar, utilizando uma linguagem elaborada e incorporando elementos líricos, dramáticos e romanescos. A partir dessa análise, fundamentada no estudo de correspondências literárias, Lima argumenta que essas cartas projetam um perfil idealizado do poeta romântico, dialogando não apenas com o amigo, mas também com a posteridade.

Na mesma perspectiva, Angela das Neves, em “Amuletos da criação: a correspondência entre Lygia Fagundes Telles e Rachel de Queiroz e seu papel na inserção das mulheres na literatura brasileira”, aborda o conteúdo das cartas trocadas entre as escritoras, hoje preservadas no Instituto Moreira Salles. A análise, baseada no estudo do gênero epistolar como manuscrito literário, explora o diálogo íntimo e reflexivo entre as duas autoras, destacando suas estratégias para a inserção feminina no cenário literário dominado por homens. Bilhetes, cartões-postais e telegramas revelam escolhas criativas e discussões sobre vida e literatura, além de apontarem a importância dessas escritoras no Modernismo brasileiro.

Na sequência, no artigo intitulado “Fragmentos de si: construção da(s) identidade(s) e da memória do escritor Manuel dos Passos de Oliveira Telles na obra epistolar *Carta Íntimas e Literárias*”, Renata Ferreira Costa e Luiza Daviane Santos Barbosa examinam a coletânea de correspondências produzida em 1915, com o objetivo de traçar o perfil autobiográfico do autor sergipano Manuel dos Passos de Oliveira Telles. Com base na análise de elementos introspectivos e críticos, o estudo investiga como as cartas projetam identidades sociais e culturais, além de funcionarem como uma estratégia de consagração literária. As autoras destacam o valor documental e literário dessa obra, que preserva a memória individual e coletiva de Sergipe.

Esse primeiro conjunto de artigos encerra-se com o texto “‘Cartas serviçais e amigas’: A epistolografia em *Correio da Roça*, de Júlia Lopes de Almeida”, no qual Verônica dos Santos Modolo discute a centralidade do gênero epistolar na obra *Correio da Roça* (1913). A autora questiona a denominação de “cartilha” atribuída ao livro e sugere que as cartas na narrativa têm

uma função além da informativa, incentivando as interlocutoras à busca pelo conhecimento e pela autonomia. O estudo, fundamentado em Altman (1985), Sussekind (2003), Diaz (2016) e Haroche-Bouzinac (2016), enfatiza como a estrutura epistolar confere coesão ao romance, ao mesmo tempo em que promove reflexões críticas sobre a escrita feminina na belle époque brasileira.

Um segundo grupo reúne trabalhos que abordam a relevância das cartas e outros documentos epistolares como registros privilegiados para a compreensão das relações de poder, práticas sociais e contextos educacionais em diferentes períodos históricos. A partir de perspectivas que conjugam Filologia, História, Análise do Discurso e Arquivística, os autores investigam como esses textos refletem e moldam as dinâmicas sociais, culturais e políticas de suas épocas.

O artigo de Maria de Fátima Nunes Madeira e Marcelo Módolo, “Ordem régia e vozes de protesto na escritura de documentos luso-brasileiros: entre rascunhos, minutas, originais e cópias”, apresenta uma análise de uma carta régia de 1755, utilizando as metodologias da Filologia, da Diplomática e da Arquivística. O objetivo central é compreender o documento em seu contexto histórico, explorando o percurso do manuscrito desde sua produção administrativa até seu status como objeto de estudo nos arquivos permanentes. Com base no conceito de vínculo arquivístico, os autores investigam a logística da Coroa portuguesa para instituir o imposto conhecido como “subsídio voluntário”, instituído para financiar a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. O estudo oferece um relato sobre os aspectos burocráticos e políticos envolvidos na permanência do imposto até o Brasil Imperial.

Por sua vez, em “As ‘Cartas Lisbonenses’ (1879-1880) de Guiomar Torrezão: a educação feminina no Brasil oitocentista e o elo Portugal-Brasil no periódico paraense O Liberal do Pará”, Leticia dos Montes Melo se propõe a investigar as doze cartas publicadas pela escritora portuguesa Guiomar Torrezão no periódico *O Liberal do Pará*. A autora utiliza o método filológico de Carreter (1990) para iluminar a prática letrada das mulheres oitocentistas, abordando leitura e escrita como atividades femininas e enfatizando a conexão epistolográfica entre Portugal e Brasil. A análise destaca como essas cartas discutem a educação feminina e as práticas culturais em um contexto transatlântico, revelando a inserção de Guiomar Torrezão em um debate intelectual de ampla relevância na época.

Em “Religião e relações de força: uma análise discursiva do texto “Manifesto à Nação”, da Igreja Católica Apostólica Brasileira”, Tibério Teylon dos Santos Correia e Helson Flávio da Silva Sobrinho examinam o manifesto escrito por Dom Carlos Duarte Costa, fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB). Com base no referencial teórico da Análise do Discurso de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, o estudo investiga as relações de força que emergem no confronto entre a ICAB, a Igreja Romana, o papa e a nação brasileira. Os autores mostram como o manifesto busca instaurar uma nova posição-sujeito, redefinindo sentidos e disputando espaço simbólico no campo da religiosidade brasileira. O artigo evidencia o funcionamento

discursivo do texto, destacando os jogos de poder e a tentativa de legitimação da nova instituição.

O terceiro conjunto de artigos reflete sobre as transformações do gênero epistolar na era contemporânea, considerando as implicações do digital e as novas práticas de ensino que integram essas mudanças. Os estudos abordam como as cartas, em suas formas tradicionais e reinventadas, dialogam com os contextos educacionais, tecnológicos e culturais, oferecendo novas possibilidades de interação, aprendizagem e expressão.

No texto intitulado “Gêneros epistolares na era digital: perspectivas para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa”, as autoras Marina Martins Pinchemel-Amorim e Márcia Helena de Melo Pereira apresentam uma inovadora proposta de ensino de produção textual a partir de cartas motivacionais, um projeto que conduziram com estudantes do 2º ano do Ensino Médio de uma escola pública da Bahia. Ancorando o seu estudo nas propostas teóricas de sequência didática sobre o gênero, promoveram uma interessante atividade de retextualização, com um objetivo mui nobre de acolhimento de pessoas emocionalmente fragilizadas, evidenciando assim como as cartas de acolhimento podem desempenhar um papel crucial na integração social e confirmando que o gênero epistolar se afirma como socialmente relevante.

Aliando a reflexão sobre a carta e as suas potencialidades em sala de aula, Edilaine Gonçalves Ferreira de Toledo propõe-nos mostrar no texto intitulado “‘Entre Cartas...’: uma abordagem de escrita e leitura em tempos digitais” como é possível ampliar a fluência de escrita e de leitura de jovens estudantes de Ensino Médio, no Brasil, através de uma proposta de escrita de correspondências desenvolvida no âmbito do projeto de extensão “Entre Cartas... Com sua Comunidade”, promovido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. O gênero textual ‘carta’ é propício ao desenho de uma diversidade de estratégias pedagógicas que possibilitam interações entre jovens, tanto no âmbito da escrita, quanto da leitura, permitindo-lhes aprofundar as suas percepções como cidadãos e fortalecendo-os em seus valores pessoais e sociocognitivos e foi particularmente significativa a atividade desenvolvida, dado se ter processado no período pandêmico, de sobretudo a situação de confinamento vivenciada, tendo sido dinamizadas as atividades para de ensino remoto através de interações via correio eletrônico (e-mail), entre outras atividades criativas. Concluir que a carta, como instrumento didático pedagógico para o exercício da competência textual, encerra tais virtualidades, evidencia o sucesso do projeto extremamente meritório que foi desenvolvido.

Por sua vez, comprovando a elevada interatividade e dinamicidade das redes sociais, Mariana Silva Ninitas, analista de discurso portuguesa, presenteia-nos com o estudo “O meu amor é melhor que o teu: uma análise discursivo-pragmática de declarações de amor em publicações no *Instagram*”. A linguista analisa publicações/legendas de figuras públicas portuguesas, disponíveis na rede social Instagram, nas quais descortina, dada a sua estrutura e a confissão de sentimentos pessoais que veiculam, uma aproximação ou colagem à estrutura canónica da declaração de amor. Proceda, assim, a uma análise discursivo-pragmática para comprovar as confluências entre as postagens em análise e os pressupostos teóricos do epistolar

amoroso e conclui justamente que há similitudes, nomeadamente no que concerne às rotinas verbais, às formas de construção de *ethè* românticos e sensíveis, de verdadeira proximidade, bem como à predominância de atos expressivos. A análise comprova que, embora o digital imponha alguns constrangimentos, estes textos configuram práticas atualizadas do que se designa “epistolar amoroso”, pelo que se assevera com um promissor campo de observação linguística-discursiva.

O texto seguinte, da autoria de Simone Cunha, incide sobre a dialogicidade interdiscursiva da “Carta aos leitores e leitoras”, escrita por Paulo Freire e publicada como “apresentação” de seu livro *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Realce-se a importância de difundir e perpetuar os escritos do renomado pedagogo brasileiro através da plataforma homónima, disponível na web, uma plataforma de supina relevância, que promove o conhecimento do conjunto da obra freireana por meio da digitalização dos arquivos produzidos pelo patrono da educação brasileira. Ao escolher a forma epistolar para a apresentação da obra corrobora-se a adoção de uma prática discursiva de carácter mais pessoal e intimista, justamente com o propósito de aproximação ao público-leitor. A pesquisadora procede a uma revisão teórica sobre o dialogismo baktiniano e comprova a intergeneracidade, na medida em que a apresentação da obra se desenvolve sob a forma epistolar. Prossegue, seguidamente, com uma detalhada e rigorosa análise retórica-discursiva dos recursos linguísticos usados por Freire nesta carta inaugural para testemunhar que o carácter dialógico da missiva concorre para construir a intenção persuasiva, dialética e pedagógica do pensador. O texto preambular sob forma epistolar em análise comprova não apenas a importância documental dos escritos de Freire, como a imperiosa necessidade de preservação do património digital, dado que, como sublinha a autora, “promove(ndo) a ampliação do legado teórico deixado por Paulo Freire tanto na educação, com sua pedagogia histórico-crítica, como nas práticas de linguagem essencialmente dialógicas”.

Seguidamente, na esteira das demais reflexões sobre o género epistolar, integra esta secção um texto valioso, da autoria do investigador Theodoro C. Farhat, que procede a uma reflexão intitulada “Uma descrição contextual do género ‘carta aberta’”. Partindo dos pressupostos teóricos da Linguística Sistemico-Funcional, e conjugando redes sistémicas contextuais e análises qualitativas à categorização quantitativa de um corpus composto por textos descritos emicamente como “cartas abertas”, realizou uma investigação multidimensional para a definição da prática sociossemiótica em termos contextuais, a fim de mostrar a sua estrutura composicional. Nas conclusões, o linguista sustenta que existe efetivamente um padrão global, que é ditado pela “abertura” do género, caracterizado por um enviesamento sociométrico, e pelo modo público; e, simultaneamente, neste subgénero convivem dois outros padrões: um “tradicional-argumentativo”, e outro “inovador-afetivo”, este último fortemente influenciado pelo compartilhamento público de emoções individuais, decorrente das idiosincrasias das tecnologias digitais.

O quarto e último grupo de artigos compila trabalhos que investigam a relação entre o gênero epistolar e as questões de identidade, com destaque para a representatividade de mulheres e o exercício de memória e poder através da escrita. Esses artigos exploram como as cartas, em diferentes contextos, tornam-se ferramentas de emancipação, resistência e reflexão sobre papéis de gênero e a construção de subjetividades femininas, especialmente em espaços historicamente marcados por exclusões sociais, raciais e culturais.

Em “Uma cartografia do sujeito autoral de mulheres negras em cartas”, Tainara Cecília Pereira Santos e Rosinês de Jesus Duarte analisam textos epistolares contemporâneos escritos por mulheres negras sob a perspectiva da “escrivência”, conceito que remete à escrita como exercício de memória e transgressão frente a um sistema racista e opressor. O estudo destaca como a constituição do sujeito autoral no gênero epistolar oferece um espaço para a emancipação e o empoderamento, ao transformar a experiência pessoal em memória coletiva. Ao compartilhar suas histórias com as destinatárias-leitoras, essas autoras transgridem as fronteiras impostas pela opressão e criam narrativas que celebram a resistência e a identidade da população negra.

Na sequência, Cindy Conceição Oliveira Costa, no artigo “A escrita feminina na tradição epistolar em *Carta à rainha louca*, de Maria Valéria Rezende”, examina como o romance *Carta à rainha louca* revisita a tradição epistolar feminina para refletir sobre a identidade das mulheres ao longo do tempo. Metodologicamente embasado em uma pesquisa bibliográfica, o estudo explora os traços do gênero epistolar e sua associação ao universo feminino, ao mesmo tempo em que analisa a construção da personagem-escritora do romance. Essa abordagem explora a relação entre cartas e identidade, revelando como a voz feminina emerge como resistência e expressão no contexto do romance de Maria Valéria Rezende.

O último artigo desse grupo e que encerra nosso número temático intitula-se “As pesquisas acadêmicas sobre cartas de autore(a)s da Literatura Brasileira – O Estado da Arte”. De autoria de Conceição de Maria Corrêa Feitosa, o texto apresenta um levantamento das pesquisas acadêmicas sobre cartas de escritores e escritoras brasileiras nos últimos dez anos (2014-2024), fornecendo um panorama crítico sobre a produção acadêmica relacionada ao gênero epistolar. O estudo identifica os temas mais recorrentes, os autores mais estudados e os principais resultados dessas investigações, além de refletir sobre a relevância desses trabalhos para a crítica literária e para o público em geral.

Em todas essas reflexões e estudos, é possível perceber como o gênero epistolar, em suas múltiplas formas e significados, continua a ser uma poderosa ferramenta de comunicação, expressão e resistência. Seja como meio de construir e refletir sobre identidades individuais ou coletivas, seja como um espaço de diálogo entre o passado e o presente, a carta permanece uma forma de escrita que se adapta às transformações da sociedade, mas sem perder sua capacidade de nos conectar de maneira única com o outro e com nós mesmos.

Este dossiê da revista *Linha D'Água* oferece, em suma, uma contribuição significativa para o estudo das cartas, não apenas como documentos históricos ou biográficos, mas também

como espaços de resistência, memória e construção de identidade. Que este volume inspire mais investigações e reflexões sobre esse gênero tão rico e transformador, que continua a evoluir e a nos desafiar a repensar as nossas práticas de comunicação, identidade e sociabilidade.

Desejamos-vos uma leitura inspiradora e frutuosa!

Das coordenadoras que se assinam

Isabel Roboredo Seara

Renata Ferreira Costa

Post Scriptum:

Não podemos olvidar que este número da revista Linha D'Água é devedor das rigorosas, exigentes e minuciosas leituras de todos os pareceristas/revisores de múltiplas universidades de Portugal, Brasil, Roménia, Argentina e Chile que, com elevado profissionalismo e extrema generosidade, aceitaram os pedidos das organizadoras, e que em muito contribuíram para assegurar a qualidade científica dos textos ora publicados.

## Financiamento

O trabalho de Isabel Roboredo Seara é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/03213 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL). *The research of Isabel Roboredo is supported by the Portuguese national funding through the FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology, I.P. as part of the project UID/03213 – Linguistics Research Centre of NOVA University Lisbon (CLUNL).*

Renata Ferreira Costa é pesquisadora responsável pelo projeto “Práticas de Multiletramentos no Ensino Médio: Proposta de Livro Digital Interativo para a Formação Continuada de Professores da Rede Pública de Ensino de Sergipe”, financiado pela Chamada Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (nº do processo: 408970/2023-5). *Renata Ferreira Costa is the principal investigator of the project "Multiliteracy Practices in High School: Proposal for an Interactive Digital Book for the Continuing Education of Public School Teachers in Sergipe," funded by the Universal Call of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) (Process No. 408970/2023-5).*

## LINHA D'ÁGUA

Artigo / Article

# Cartas de Haroldo Maranhão sobre Machado de Assis

*Letters from Haroldo Maranhão about Machado de Assis*

---

**Paulo Alberto da Silva Sales** 

Instituto Federal Goiano, Brasil

paulo.alberto@ifgoiano.edu.br

<http://orcid.org/0000-0001-9980-2561>

---

Recebido em: 31/05/2024 | Aprovado em: 20/11/2024

---

## Resumo

A partir do estudo da carta como uma escrita de si que proporciona a criação de uma conversa com um ausente, que irrompe no cotidiano e que apresenta diferentes níveis de significado, examinaremos a presença de missivas na narrativa brasileira contemporânea *Memorial do fim: a morte de Machado de Assis* (2004), do escritor paraense Haroldo Maranhão. Tendo como embasamento crítico-teórico os estudos de Foucault (2012), Haroche-Bouzinac (2016), Diaz (2016), entre outros estudiosos do gênero epistolar, veremos como a narrativa de Maranhão, por meio do uso de cartas fictícias, tende a criar a ilusão de registros cotidianos contextualizados, uma vez que sua prática permite examinar a consciência e os percalços dos últimos dias de vida de Machado ficcionalizado no enredo.

**Palavras-chave:** Cartas • Machado de Assis • Haroldo Maranhão

## Abstract

Based on the study of the letter as a form of self-writing that enables the creation of a conversation with an absent other, breaking into everyday life and presenting different levels of meaning, we will examine the presence of missives in the contemporary Brazilian narrative *Memorial do fim a morte de Machado de Assis* (2004), by Pará writer Haroldo Maranhão. Grounded in the critical-theoretical studies of Foucault (2012), Harouche-Bouzinac (2016), Diaz (2016), and other scholars of the epistolary genre, we will explore how Maranhão's narrative, through the use of fictitious letters, tends to create the illusion of contextualized daily records, since its practice allows for an examination of the

consciousness and the challenges faced during the final days of the fictionalized Machado de Assis within the storyline.

**Keywords:** Letters • Machado de Assis • Haroldo Maranhão

## Introdução

A carta isolada pode ser considerada testemunha de um estado de espírito, expressão de um objetivo preciso. Pode ser examinada por suas qualidades estéticas, pela vivacidade do estilo, pelas anedotas que contém (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 14)

As escritas de si – mais detidamente a autobiografia, a biografia, a carta e o diário – foram consideradas como gêneros menores por muito tempo quando comparados à literatura. Todavia, se pensarmos na vasta produção ficcional brasileira contemporânea, há numerosos exemplos de escritores que se valem da forma e dos elementos estruturantes dos gêneros intimistas para criarem, como bem destacou Sheila Maciel Dias (2004), “uma produção humana entrecortada de ficção”. As narrativas ficcionais, sobretudo do último quartel do século XX e das primeiras décadas do século XXI, se apropriaram de estratégias dos escritos intimistas, o que as tornou inespecíficas (Garramuño, 2014) e marcadas pelo hibridismo (Krysinski, 2012) de gêneros.<sup>1</sup> Por esta razão, perceberemos na configuração de uma boa parte dos romances brasileiros contemporâneos uma *mélange* (mistura) inclassificável de ficção com elementos dos gêneros confessionais, uma vez que o desejo desses escritos mistos seria, entre outras questões, o de “contar” (narrar) resquícios de subjetividade do passado no tempo presente. Por isso, tanto a literatura quanto os gêneros confessionais, mais especificamente a carta, valem-se de experiências humanas em tempos históricos marcados. Nesse estudo<sup>2</sup>, veremos como as epístolas, por meio de seu poder ilusório, podem encurtar a distância e a ausência entre seus interlocutores, bem como elas podem, a serviço da narrativa ficcional, retomar, na contemporaneidade, o vulto de Machado de Assis na narrativa *Memorial do fim*, de Haroldo Maranhão.

---

<sup>1</sup> Achamos oportuno esclarecer que, embora sempre tenha existido a presença de cartas, diários e de outros escritos de si no amálgama fictício, na contemporaneidade, sobretudo com a morte do autor empírico (Barthes, 2004) para o nascimento do leitor crítico e do autor textual, feito a partir de biografemas (Barthes, 2005), a autoficção, a carta e outras escritas do eu ganharam bastante ênfase por meio da hibridação. Cf. “Autoficção e literatura contemporânea”, de Luciene Azevedo (2013), capítulo incluído na obra *Crítica literária contemporânea*, organizada por Alan Viola (2013).

<sup>2</sup> Parte das reflexões que apresentamos, ora em formato de artigo, foram retomadas e aprofundadas a partir das pesquisas contidas em nossa tese de doutoramento defendida em 2014, na Universidade Federal de Goiás, e de nosso primeiro estágio pós-doutoral (2017-2018), também realizado na UFG, no qual nos detivemos a examinar as interfaces das escritas de si (autobiografia, biografia, carta e diário) em romances brasileiros contemporâneos. Revisitamos nossos escritos e, a partir deles, produzimos este trabalho, no intuito de melhor apresentarmos uma reflexão sobre a relação híbrida entre a escrita epistolar na contemporaneidade e a sua relação com a narrativa ficcional.

## 1 A carta e o discurso dos ausentes

Acreditar que a carta possa ser o lugar de uma fusão é algo que se explica, então, pela ilusão poética, “ilusão de expressividade”, de acordo com a fórmula de Roland Barthes; a carta nunca é apenas um sucedâneo da presença, e só conseguirá rivalizar com esta por meio de suas capacidades poéticas. (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 110)

A crítica francesa Geneviève Haroche-Bouzinac (2016), em seu estudo *L'epistolaire*, apresenta um panorama histórico que delinea os usos epistolares – tanto na historiografia quanto na literatura – desde seu surgimento até o tempo presente. A seu ver, as cartas são sempre, em diversos graus, “uma encenação de si” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 24), bem como, por sempre propiciarem um pacto entre os seus interlocutores, são “[...] quase sempre apresentada[s] como benfazeja[s], por gerar[em] uma ilusão, ilusão de presença, ilusão de diálogo, voz[es] recriada[s] no silêncio de uma leitura muda. Sua força é a da compensação: a expressão ‘mascarar a ausência’ é recorrente na escrita de vários correspondentes” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 105, grifos nossos).

O ato ininterrupto de escrever, no caso específico da carta, torna possível ao sujeito revelar-se, se expor e fazer aparecer seu próprio rosto perto de outro. Como bem reflete Foucault (2012), no espaço epistolar há a projeção dos sujeitos para um face a face, haja vista que a reciprocidade que a escrita epistolar proporciona está vinculada ao exame do olhar e da alma. O epistolário trabalha com a subjetivação do discurso verídico que, na percepção foucaultiana (2012, p. 156), apresenta a assimilação e elaboração como um bem próprio e, ao mesmo tempo, constrói uma “objetivação da alma”. Nesse sentido, a carta também pode se apresentar ao seu destinatário como um desenrolar da vida cotidiana. Na literatura, por exemplo, várias epístolas inseridas nos romances tendem a criar a ilusão de registros cotidianos contextualizados, uma vez que sua prática permite examinar a consciência nos detalhes da vida no papel, já que é fortemente marcada “pela interrupção, pela exigência de continuidade, pela pausa entre uma e outra carta, pela obsessão pelas cartas extraviadas e pela angústia do corte” (Piglia, 2006, p. 46).

Tendo como ponto de partida esses aspectos basilares do gênero epistolar, evidencia-se que a carta, por esses e outros motivos, apresenta muitas camadas de significados. Por se tratar de um modo de conversar com um ausente, “[...] a carta permite que as relações [entre o emissor e o destinatário ausente] sobrevivam”<sup>3</sup>, muito embora essa ilusão e esse deslumbramento se assentem em uma relva morta. Logo, a origem da correspondência é sempre uma ausência. A epístola, por propiciar o diálogo com um ausente, é uma forma de comunicação entre os sujeitos que está intimamente relacionada às questões histórico-sociais de sua época. Outrossim, a carta

---

<sup>3</sup> Em seu estudo, sobretudo no tópico “Apagar a distância ou manter à distância”, Haroche-Bouzinac (2016) desenvolve uma reflexão a partir dos discursos dos ausentes que, em várias ocasiões, tornar-se um sinal insuportável de dor, haja vista que “sua própria existência, por si só, fala da dor, da separação” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 106).

é, por sua própria natureza, um “testemunho do indivíduo que [a] escreve, [um] testemunho do grupo social ao qual pertence ou tenta se integrar, bem como representação contínua de uma ordem social [...] [que] se encontra ‘na encruzilhada’ dos caminhos individuais e coletivos” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 25). Entre os muitos usos dessa escrita de si, a correspondência pode atingir as dimensões de outros escritos intimistas, já que a epístola “[...] investe-se de uma função diarista [e] é, ao mesmo tempo, crônica de uma vida e registro da alma” (Diaz, 2016, p. 88). Para escrever uma carta, então, é preciso preparação, dedicação de tempo e reorganização cognitiva do conteúdo a ser relatado, que pode variar de acordo com a periodicidade da epístola.

A prática de produção de epístolas tem como um de seus motes a função de clarear os pensamentos de quem as escreve, bem como de também tornar evidentes ideias de outrem para quem elas são enviadas. Nesse sentido, uma carta pode servir para organizar atos e criar memórias. Elas projetam tentativas de compreender trajetórias de vida. Se pensarmos nesse aspecto, percebemos o motivo pelo qual as correspondências se tornaram uma prática corriqueira entre os escritores, pintores, músicos e outros artistas, cujas cartas trocadas uns com os outros guardavam teor subjetivo e/ou mesmo continham aspectos explicativos de suas próprias criações. Sobre essa relação, vale a pena destacarmos a relação do escritor Franz Kafka com a sua produção epistolar. Em seu conto “O veredicto”, Kafka expressa o ato interrompido de escrever à Senhorita Felice B., que, na realidade, era Felice Bauer. Como destaca Piglia no seu estudo “Uma narrativa sobre Kafka”, as produções epistolares construíram, nas ficções kafkianas, diversas estratégias de leitura. Ademais, Kafka transforma, então, Felice Bauer “na leitora em sentido puro”, aquela que muda de vida a partir do que lê nas cartas e que, por essa razão, está imersa ao texto. A carta, então, possibilita o desnudar-se ao semelhante, muito embora haja caminhos sinuosos, já que, no bojo das correspondências, o “escrever é um resumo da vida, condensa a experiência e torna possível”. (Piglia, 2006, p. 51). É por esta mesma razão que Kafka também escreve diários: para sempre voltar a lê-lo, revisá-lo e para ler novamente as conexões que o eu não pode ver ou não viu ao viver. Só se entende o que está escrito num diário se o eu o viveu ou o está por viver. Ainda de acordo com Piglia (2006, p. 51), “narrar não serve para recordar, mas para tornar visível. Para tornar visíveis as conexões, os gestos, os lugares, as disposições dos corpos”.

Haroche-Bouzinac se detém, ainda, nos usos das cartas ficcionais, ou seja, aquelas que são compostas pelos romancistas, cujo bojo das missivas emaranha acontecimentos propulsores do enredo. Nesse quesito, a crítica francesa ressalta a importância da ruptura da confidencialidade epistolar como estratégia de desenrolar a ação ou de fazê-la progredir, ao passo que “é a perda de uma carta, ou sua descoberta por um terceiro, que [pode] precipita[r] as ações narrativas” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 197).

Além do exemplo kafkiano, destacamos uma outra instigante produção epistolar do início do século XX, que servirá de inspiração ao romancista brasileiro contemporâneo Haroldo Maranhão, em seu romance *Memorial do fim: a morte de Machado de Assis* – em que nos deteremos mais adiante –, que foi a troca de correspondências entre Machado de Assis e

Joaquim Nabuco. Esse montante de cartas foi, à época, organizado e editado por Graça Aranha e publicado, pela primeira vez, em 1923, por Monteiro Lobato. Em tais correspondências, encontramos importantes questões acerca do papel do intelectual e do escritor brasileiro no período compreendido entre o final do império e os primórdios da República Velha. Trata-se de um conjunto de 53 cartas, das quais 31 cartas são de Machado e 22 são de autoria de Nabuco. Essa troca de cartas teve início em 1865 e se estendeu até 1908, ano da morte do autor de *Dom Casmurro*. Machado de Assis, nas missivas, apresentava-se menos desinibido do que era no seu cotidiano com as outras pessoas – aspecto destacado tanto por Miguel Pereira quanto por Piza – e, nas cartas, foi quem mais se abriu. O conteúdo das cartas, na sua grande maioria, tratava de assuntos relacionados à Academia Brasileira de Letras (ABL). De acordo com Carvalho (2003, p. 12), na última carta que Machado enviara a Nabuco, em 1 de agosto de 1908, transparecia: “A academia vai andando; fazemos sessão aos sábados, nem sempre e com poucos”. Esses poucos, segundo informa Medeiros e Albuquerque em suas memórias, eram cerca de meia dúzia de acadêmicos. Na conhecida introdução de Graça Aranha à troca de correspondências entre Machado e Nabuco, percebemos, tanto no conteúdo das missivas quanto nas observações de Graça Aranha, a retratação dos aspectos históricos, políticos e literários, sobretudo àqueles ligados à formação e consolidação da ABL. Transcreveremos, na íntegra, uma das epístolas. Ela é de autoria machadiana e, como veremos, servirá de substrato para Maranhão no engenho ficcional do *Memorial do fim*:

18, Cosme Velho 10 – 3 – [18]99

Caro Nabuco,

Vai em carta o que não lhe posso dizer já de viva voz, mas eu tenho pressa em comunicá-lhe, ainda brevemente, o prazer que me deu a notícia de ontem no *Jornal do Comércio*. Não podia ser melhor. Vi que o governo, sem curar de impossibilidades políticas, pediu a V. o seu talento, não a sua opinião, com o fim de aplicar em benefício do Brasil a capacidade de um homem que os acontecimentos de há dez anos levaram a servir a pátria no silêncio do gabinete. Tanto melhor para um e para outro.

Agora, um pouco de nossa casa. A Academia não perde seu orador, cujo lugar fica naturalmente esperando por ele; alguém dirá, sempre que for indispensável, o que caberia a V. dizer, mas a cadeira é naturalmente sua. E por maior que seja a sua falta, e mais vivas as saudades da Academia, folgaremos em ver que o defensor de nossos direitos ante a Inglaterra é o conservador de nossa eloquência ante seus pares. A minha ideia será cumprida, se eu ainda for presidente. Não quero dizer se ainda viver, posto que na minha idade, e com o meu organismo, cada ano vale por três.

Adeus, meu caro Nabuco, até à vista, e, desde já, um abraço cordial do

Velho am.º.

MACHADO DE ASSIS  
(Aranha, 2003, p. 99)

Essa epístola machadiana releva uma faceta do Bruxo do Cosme Velho para além do labor ficcional, uma vez que sempre esteve preocupado com as questões políticas e sociais de seu tempo, bem como com o andamento das atividades da ABL. Percebemos, então, que a revelação das intimidades é uma das funções primeiras das cartas. Nessas correspondências entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco, certamente, podemos conhecer um pouco dos aspectos biográficos e críticos de Machado e de Nabuco. Para Peter Gay (1999), a prática da

escrita de cartas e de diários no Brasil recebeu influência direta da Inglaterra. Gay cita, ainda, as correspondências de Voltaire, Lord Chesterfield e Horace Walpole (p. 339). Há, também, referências a Goethe, a Jane Austen, a Lord Byron, entre outros. Nessas correspondências, havia apetite em abandonar a discrição costumeira na Inglaterra vitoriana para alimentar o individualismo, uma invenção moderna. No século XIX, por outro lado, as cartas e os diários deixam de ser um documento, um tratado social e passam a ter caráter individual, introspectivos e rico em aspectos que a chamada história das mentalidades iria resgatar. Importante ressaltarmos também que as cartas “representavam uma forma segura de superar as barreiras da reticência burguesa” (Gay, 1999, p. 354).

Nesse sentido, as cartas tornam acessíveis as intimidades e mostram as experiências íntimas dos sujeitos que as escrevem. Elas possibilitam clarear as ideias e marcam um tempo específico aos seus autores. Na literatura, especificamente no gênero romanesco, a narrativa ficcional sempre apresentou esses gêneros intimistas aos seus discursos. Os limites das formas dos gêneros confessionais – que já eram muito tênues – no romance contemporâneo tornaram-se ainda mais fluidos, chegando ao ponto de se autoquestionarem enquanto tais. A fim de vermos um exemplo dessa hibridação entre as estratégias da carta com o amálgama fictício, nos valeremos do romance *Memorial do fim: a morte de Machado de Assis*, do escritor paraense Haroldo Maranhão, publicado em 1991.

## 2 “Não estar só”<sup>4</sup>

8.08.[19]05

Joaquim Nabuco é uma pessoa muito alta. E tem estima especial pelo nosso mestre. Todos se curvam diante do nosso mestre. Devemos tratá-lo com o carinho e a veneração com que no Oriente tratam as caravanas a palmeira às vezes solitária no oásis.

Deus! Esta frase eu gostaria de haver escrito. Aspas, pelo santo nome de Deus. O autor é o fino homem que é o diplomata Joaquim Nabuco. Preciso descobrir o sentido mais profundo do presente tão original e delicado; o do tal galho do tal carvalho do tal Tasso (Maranhão, 2004, p. 168).

A narrativa brasileira contemporânea *Memorial do fim* pode ser lida de diversas formas, a começar por ser uma “suposta” conclusão de *Memorial de Aires* (1907), bem como por apresentar-se como uma narrativa de cariz biográfico-ficcional de Machado, sobretudo em seus últimos dias de vida. Entretanto, o romance é especular e apresenta inúmeros jogos intertextuais, ao passo que se vale de elementos das escritas de si, sobretudo das cartas. Como leitores, devemos desconfiar de tudo e de todos os personagens multifacetados no texto de Maranhão que, muito embora remetam aos romances de Machado, não são do autor fluminense. Isso porque “a outra, amantíssimo leitor? Supondes vós? A outra? Quem verazmente foi a outra? D. Carmo, a outra, desdobramento do outro, do cauto Conselheiro Ayres? Do Sr. Aguiar? Ou a outra seria Fidélia que não era Fidélia, e que entretanto foi Fidélia?” (Maranhão, 2004, p. 16).

<sup>4</sup> Maranhão (2004, p. 143).

Por meio dessa passagem, já constatamos a presença de referências de várias obras de Machado que são embaralhadas no discurso plurilinguístico do romance que é, ao mesmo tempo, autoconsciente, autorreflexivo e convoca o leitor a jogar e montar o quebra-cabeça. O *puzzle*, como destacaram outros críticos da obra de Maranhão, é uma imagem importante para nos remetermos a essa ficção. Ela retoma o espectro de Machado de Assis nos anos 1990. Esse texto fictício apresenta elementos metaficcionalmente juntamente à reinserção de cartas no enredo da trama. Vejamos, então, alguns exemplos.

A focalização mordaz e niilista de Machado de Assis é realizada no ano de sua morte: 1908. E a fabulação de Maranhão cria um heterocosmo de signos nos quais os significados são desprovidos do sentido primeiro e passam a funcionar como “significantes dos significantes” (Derrida, 2005). Por esse motivo, Machado de Assis é o Conselheiro Aires que é o Aguiar e que é o Bruxo do Cosme Velho também e, ao mesmo tempo, ele é uma síntese e uma mescla de seus personagens que reaparecem e cruzam consigo no enredo por meio dos recortes e das emendas textuais e pastiches da obra ficcional machadiana. Em meio a tudo isso, a presença da morte e do tom biográfico que tenta “recontar” os derradeiros dias do escritor fluminense são problematizados pela escritura especular que põe em xeque o realismo do século XIX ao refletir sobre a própria escritura do romance, tal como Machado de Assis o fizera em grande parte de sua obra madura, principalmente em *Esau e Jacó*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Dom Casmurro* e em *Memorial de Aires*.

A ambientação inicial presente no primeiro dos cinquenta e quatro capítulos da narrativa de Maranhão já instaura o impasse das misturas. Intitulado como “Dona Marcela”, esse capítulo primeiro é iniciado pela frase “nunca me há de esquecer este dia”. Logo em seguida, o narrador insere a figura de José Veríssimo de Matos, que era um grande amigo de Machado de Assis e que esteve presente em vários momentos da vida deste, como bem apontaram Miguel-Pereira (1988) e Daniel Piza (2008). Até aqui, três problemas são detectados: a presença da ficção machadiana dentro da ficção de Maranhão e a articulação de uma personagem biográfica e histórica inserida e aliada ao heterocosmo fictício. Para problematizar ainda mais e destruir as ilusões referenciais, a voz narrativa apenas destaca a presença desarticulada de José Veríssimo que fora visitar o “semimorto” e passa, no mesmo momento e ao mesmo tempo, simultaneamente, a discutir questões de ordem metaficcional à maneira Shandiana:

A casa do morador sozinho havia alterado as práticas, que vinham do ministério Zacarias. A questão atinha-se ao descimento da escada. Descer e subir escadas é assunto manso; é deliberação visceral que tange raías inauditas. Subir escadas, descê-las, é matéria para um tomo ou dois, e não para linhas distraídas de um capítulo. Só se descem escadas após repensadas reflexões, e a decisão é uma decisão que transcende os máximos limites (Maranhão, 2004, p. 12).

Junto a esse aspecto aberto e híbrido, a ficção de Maranhão apresenta múltiplas vozes que revezam a condução da narrativa (José Veríssimo, Machado de Assis/Conselheiro Ayres/Aguiar, Leonora/Hylda/Marcela/Fidélia, Mário de Alencar, Joaquim Nabuco, além de outras vozes não identificadas) que participam da construção do jogo, tornando-o mais propenso à criação de simulacros. Essas estratégias criadas pelas vozes no decorrer da trama favorecem ainda mais a especulação da multiplicidade de versões do conhecimento histórico restituído pelo romance.

*Memorial do fim* recria traços e *flashes* do prosador fluminense por meio de uma tonalidade irônica na medida em que o “bruxo” do Cosme Velho prova do seu próprio veneno. Tais peripécias ocorridas no cenário principal da diegese, o leito de morte, é a linha “biográfica” que conduz o eixo narrativo. Nos entretempos que se abrem no texto, os personagens Medeiros de Albuquerque, Dr. Mário de Alencar, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, o Conselheiro Ayres (Machado) e Leonora (Hylda/Marcela), que trocam segredos e os compartilham com o leitor, dão movimento ao romance. O conteúdo de tais cartas não passa de assuntos menores, visto que, sua principal função era informar a situação na qual se encontrava Machado. Há, também, nas cartas, jogos de espelhamento entre personagens ficcionais e reais, como consta na primeira carta que José Veríssimo enviara a Medeiros. O capítulo III, intitulado “Uma carta”, datada de 25-09-1908, José Veríssimo informa a situação calamitosa do escritor:

Meu querido Medeiros, Deixei nosso mestre indisputado nem pior nem melhor. A doença não estagnou, e nem vejo como possa estagnar. Deus? Medeiros: Deus existe? Qual de nós acredita? O Mário? O Graça? O Lúcio? O Rodrigo? O Nabuco acredita, mas está em Washington, e além do mais Deus não fala inglês. A doença avança devagar; mas sempre avança, e quem saberá se mais devagar realmente? Que sabemos dos organismos vivos e esfaimados que nos roem internamente? A medicina foi além do impossível. O Couto, pobre dele, ignora como proceder para lhe aplacar os padecimentos. Tenho meditado sobre como o querido enfermo resiste aos ataques dolorosos, com que armas. No xadrez e no gamão perde-se em cóleras, segundo me revelou um sobrinho do Smith Vasconcelos, cuja casa frequentou com a Dona Carmo. Não aparenta mas é homem de explosões ainda que ocasionais. E a ira, te pergunto, não valerá, nas dores que o Couto diz serem cruéis, como elmo ou carapaça de ferro? Em dados momentos acredito que desfaleça. Será a ausência, agravando-lhe o fim? doença sobre doença, o mal maior sobre o menor; e nem saberá qual o menor e qual o maior, que um, enfim, humilha mas não mata (Maranhão, 2004, p. 19).

O tom sarcástico e jocoso ao se referir ao cristianismo e, ao mesmo tempo, o ar de comocção ao enumerar os pormenores da situação do mestre Machado empregado por José Veríssimo deixam a epístola com um caráter dúbio. O assunto continua e o remetente começa a dar pistas sobre consolações que o escritor havia recebido de “Dona Carmo”. Em seguida, Veríssimo informa sobre a recente publicação do *Memorial de Aires* por intermédio de Fidélia, uma figura enigmática que a voz narrante tenta desvendar a partir de mecanismos de jogos de linguagens e espelhamentos.

Veríssimo, ao escrever a carta, toma a voz narrativa e assume o papel de criar situações simulativas na configuração dos personagens. Marcela, por exemplo, é uma personagem de *Memórias póstumas de Brás Cubas* que no jogo criado pelo narrador passa a ter a fisionomia de Fidélia. Essa provocação com os nomes tem uma explicação na vida real de Machado de Assis, já que, para alguns biógrafos, o autor de *Dom Casmurro* nutria amor a uma moça misteriosa. Mas, como mesmo demonstra a ficção, nunca se esquecera de sua esposa Carolina, que modelou a figura de D. Carmo de *Memorial de Aires*. É de suma importância lembrar que, no enredo desse último romance machadiano, há a presença da personagem Fidélia, a viúva Noronha, que tinha como pais adotivos o casal de idosos D. Carmo e Aguiar. Assim, as personagens metamorfoseiam-se em seres do universo ficcional que se espelham em figuras reais para, como mesmo dissera Veríssimo, simular uma realidade, na contingência de que “a escritura não é repetição viva do vivo” (Derrida, 2005, p. 86).

Dando “um salto, dois saltos, alguns bons saltos” (Maranhão, 2004, p. 23), no capítulo XVIII, “Pó do pó”, o leitor depara-se com outra epístola endereçada de Washington na data de 12 de setembro de 1908, escrita por Joaquim Nabuco e endereçada a Graça Aranha. O conteúdo também discute a situação quase fúnebre que acolhe o “Conselheiro Machado”. Logo em seguida, há outra carta assinada por Mário de Alencar que partia do bairro da Tijuca e endereçava-se a Medeiros. O assunto, evidentemente, era a dor de conviver com as péssimas notícias a respeito do “Conselheiro Ayres”, visto que todos os seus amigos o admiravam. No livro de correspondências real entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco, organizado por Graça Aranha, destacamos uma epístola de autoria machadiana de 1907 que já revela seu caminhar para o outro mundo:

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1907

Meu querido Nabuco,

Esta carta é breve, o bastante para lhe dizer que todos lembramos de você, notícia ociosa. O Veríssimo escreveu, a propósito do seu livro das *Pensées Détachées*, os dois excelentes artigos que V. terá visto no Jornal do Comércio, para onde voltou brilhantemente com a Revista literária. Fez-lhe a devida justiça que nós todos assinamos de coração. A minha carta, aquela que tive a fortuna de escrever antes de ninguém, era melhor que lá tivesse também saído.

Aqui vou andando, meu querido amigo, com estas afeições da velhice, que ajudam a carregá-la. Não sei se terei tempo de dar forma e termo a um livro que medito e esboço; se puder, será certamente o último. As forças compreenderão o conselho, e acabarão de morrer caladas.

Estou certo que você achou todos os seus em boa saúde, e ansiosos de ver o seu amado chefe. Peça-lhe que lhes apresente os meus respeitos, e também me recomende ao am.º Chermont. Não lhe peço que se lembre de mim, porque sei, com ufania e gosto, que nunca se esqueceu, e sempre quis ao seu

Velho adm. e grato amigo

MACHADO DE ASSIS  
(Aranha, 2003, p. 141-142)

Mesmo no tom simpático e acolhedor percebido nesta missiva machadiana enviada a Nabuco, não deixamos de perceber partes que expressem a melancolia e o riso entristecido do autor de *Brás Cubas*. Maranhão, certamente, teve acesso às cartas trocadas pelo escritor e pelo veemente pensador político em tempos da formação e fortalecimento da república brasileira e da “república” das letras. Semelhantes na forma, mas um pouco modificadas ao fundo, são as criações das cartas fictícias que Maranhão articula no discurso do romance. No capítulo XLVIII, “Pinga-se o ponto final”, por exemplo, Maranhão cria uma correspondência entre os amigos Mário de Alencar e Medeiros, datada de 29 de setembro de 1908, exatamente o dia da morte de Machado de Assis. Nesta carta, há o desatamento de nós que, até então, não haviam sido esclarecidos ao leitor. Mário de Alencar refere-se à figura de Leonora, que não atendia pelo nome de Marcela Valongo e que nunca teve a intenção, segundo Mário, de ocupar o lugar da sempre amada e querida D. Carolina. A criada Jovita havia sido consultada por Dr. Mário para ajudá-lo a desatar os nós que, quiçá, estavam longe de serem desfeitos.

O capítulo antecessor ao XLVIII, “Diários são história”, composto por páginas de um diário que tem início no dia 31 de julho de 1905 e se encerra em 1º de setembro de 1908,

representa uma nova modalidade discursiva que é incorporada pelo romance e que se faz imprescindível para dar prosseguimento à narrativa. Na verdade, para que se entenda o motivo da inserção de tais páginas no esqueleto do romance, é necessário voltar-se para as informações fundamentais do capítulo XLVI, “Jovita! Maria! De Araújo!”, referência à personagem homônima. Nesse capítulo, a instância narrativa – não identificada – fornece pistas ao leitor que, por uma ocasião ou outra, se distraiu no decorrer da narrativa e não se lembrava de quem foram Jovita Maria de Araújo e Leonora. Em relação à Jovita, a voz reafirma que era a criada do Conselheiro que mais se afeioou à Leonora.

Há a exposição de um diálogo entre ambas no qual Leonora entrega a Jovita um embrulho contendo um maço de papéis, cujo dorso trazia o nome “Jovita Maria de Araújo”. Esse ato ocorreu no último dia de vida de Machado de Assis e Jovita entendeu o referido gesto como um ato de confiança e, sem hesitar, aceitou o embrulho. Quanto ao destino de tais manuscritos, sem uma explicação plausível, a instância narrativa que antes conduzia a trama revela-se, no mesmo capítulo, como o narrador/autor da escrita do romance. É um dos raros momentos nos quais o próprio Maranhão, autor, se manifesta no enredo. Na tentativa de informar o seu leitor sobre o destino do embrulho, ele narra:

Para encurtar o conto começado na cozinha do Conselheiro, revelo que a papelada pertence hoje ao autor deste romance. Araújo e Araújo depois, o manuscrito veio a ter em minhas mãos. Excede cem laudas; para ser exato, cento e dezessete laudas. Gastaria não um capítulo mas um tomo, se me obrigasse a editar a história que poderá chamar-se DIÁRIO DE LEONORA. São páginas escritas por uma jovem atônita e apaixonada. Jovens são dados a ferveres de sangue e de alma. Hoje, quem as ler não saberá quem foi ela; nem ele. Leonora nem Leonora foi, e hoje é pó, ou nem mais pó. Ayres são Ayres e Aguires são Aguires, multidão deles. Têm valor? Nenhum? A boa Jovita Maria de Araújo, a distinguida legatária, tentou ler algumas páginas, que iam além do seu entendimento, e só as folheou; guardou-as trancadas. Um filho da Jovita fez o mesmo; e conservou o espólio em honra da mãe, num baú de flandres. Mais Araújo sucederam-se, e os papéis permaneceram recolhidos com zelos que não teriam em Bibliotecas Públicas, onde manuscritos são tratados a chutes e bofetes, presumo que de zombaria. A história é comprida e pálida; e não me anima a levantar a descendência de Jovita. Afirmei acima precisar escrever não um capítulo mas um tomo, ou dois, porque saboreio sem pressa os pormenores. Papéis têm destino como os humanos têm. O destino do manuscrito de Leonora seria a velhice e o perecimento do almoço; não seria lido, nem manuseado, mas soprado. Veio dar à minha mesa. Como? Caprichos! De quem? Ora! Pronto. Foi assim. Devo conservá-lo comigo certamente; e publicar, e só, como publicarei, páginas desgarradas (Maranhão, 2004, p. 164-165).

Nesse trecho dessa escrita de si, a personagem transcreve os momentos singulares que passou junto do seu mestre, bem como menciona notícias corriqueiras e descrições perniciosas de Machado para com seus amigos mais íntimos. Há considerações sobre a hombridade de Joaquim Nabuco, apontamentos sobre passeios e divertimentos entre ela e o Conselheiro, mas o assunto de maior delonga é seu amor e admiração pelo romancista. E, mesmo se tratando de uma página de diário, Leonora, que por ora apropria-se da voz narrativa, já quase na metade dos fragmentos do diário, em 23 de dezembro de 1906, assume a condição de uma espécie de *Joker* (Derrida, 2005, p. 37-38) que, tendo em vista os significantes disponíveis, assim como uma carta neutra, dá jogo ao jogo, apoiando-se nos signos Aguiar/Ayres/Leonora. Vejamos:

1908 21.12.[19]08

O ano começa com uma pontinha de tristeza. Não verei o Ayres esta tarde. Recebi um bilhete que sempre é um raiozinho de sol ou do sol.

“Leonora”.

“Mando-lhe uma flor de vento das matas de Águas Férreas. Pensei num bogari: mas ele chegaria já murcho às suas mãos. Flor de vento não precisa de chão, nem de água. Você ou põe nos cabelos, ou num vaso d’agua... de brisa.

“Até logo mais, no dia nº 2 do ano.

“O seu

“A. (Aguiar ou Ayres, conforme preferir.)”

Eu prefiro A. de Assis.

[...]

24.04.[19]08

Diz-me Ayres que tem amigos fiéis, e que estes são a sua família. Dois ele destaca, o Mário e o Azevedo. Ao primeiro conheço de vê-lo na Biblioteca da Câmara. Ele me ignora porque não presta atenção nos mortais. Só fala com os deuses. O meu querido me confidenciaria que ditíssimo Mário o teria visto “abatido e desalentado”, e desejava levantar-lhe a alma! Pois não o vejo assim. Abatido? Desalentado? Só me fala de assuntos gaios; conta-me anedotas, e volta e meia falame de um Azevedo que trabalha com ele no ministério, um que é muito gordo e patusco. Ora, ora, levantar-lhe a alma! A alma anda esplêndida e a salutar em pé. Ele é isso: uma personalidade do país; tem que ter postura e compostura, e tem. É um homem grave, de acordo, Sr. Mário. Mas daí a estar desalentado e combalido! O meu escritor anda feito um menino com o novo brinquedo que é o novo livro. A alma está estirada e de nariz para o alto. Teve e tem momentos nublados, como eu, como o Dr. Mário, como todo mundo. Momentos enfarruscados (Maranhão, 2004, p. 173-175).

Esses trechos grafados na escrita ininterrupta, tal como prevê o ofício epistolar, contêm aspectos problematizadores no que diz respeito aos fatos “reais” e propriamente biográficos, haja vista que os códigos estão desprovidos de seus sentidos referenciais, ou seja, exteriores ao texto literário. “A” de Ayres e de Assis é revelado nas suas intimidades e preferências em relação às amizades segundo nos diz Leonora. E, desses entrecruzamentos de significantes que se apropriam de outros significados que se esvaziam, a constituição do diário finda na confissão da angústia de Leonora ao ver seu mestre, lentamente, ser corroído pela doença, o que, em última instância, não deixa de ser uma representação niilista do próprio Machado.

As reminiscências dos arquivos que prometiam ficar no esquecimento foram retomadas pelo autor da narrativa, que as arranjou em formatos diversos no dever de reescrever a tradição com a repetição do não-dito, ou melhor, com a adição de suplementos que se costuram à ficção, tornando-a uma imensa rede de informações. Entretanto, há ainda uma última correspondência entre o Conselheiro Machado e Leonora. Desta vez, é de punho próprio do escritor a emissão da mensagem comunicando que, dessa vez, será mesmo o fim de tudo, e pinga-se o ponto final. Outrossim, esse fragmento da diegese se redimensiona e o que, até então, havia sido uma carta de fundo ficcional adquire o formato de um anúncio de jornal em 1990, fato que comprova um avanço temporal significativo:

Eram 3 horas e quarenta e cinco minutos de 29 de setembro quando o Conselheiro Ayres enfim cessou de respirar. Os olhos exorbitavam-se, e assim estagnaram. Olhava com perplexidade para um lugar que especialmente lhe chamava a atenção, de onde não se afastava; enxergava em negro ou em branco, o que dá no mesmo, porque assim, branco, negro, negro, branco, é que é o nada. Fecharam-lhe as pálpebras; é o costume. Logo acudiam os que moldaram a máscara do morto no seu primeiro minuto, quando é possível que o último nervo dê ainda a impressão de se mexer. O rosto eternizava-se com peremptória dureza. Não se conhecem máscaras mortuárias alegres; absolutamente não se conhecem. Morte e alegria não se coem. Há um enigma e uma crispação que não deixam entrar festejações. A morte é densa; é um repelão; é fundamentalmente solene.

Praia do Flamengo, novembro de 1990  
(Maranhão, 2004, p. 180-181)

Por fim, nesse jogo de espelhos, a alternância entre as vozes nas cartas amplia-se à medida que o romance avança. José Veríssimo e Dr. Mário de Alencar, por várias vezes, assumem o comando da narrativa na forma de troca de cartas, como exposto anteriormente. Os capítulos suplementares que se valeram da prosa machadiana conservaram, de certa forma, seus respectivos narradores, embora construídos de forma a contribuir na formação do quebra-cabeça. Vários capítulos são sustentados por vozes que discutem as peculiaridades da ficção de Machado, mas que não perdem a oportunidade de criar reflexões pautadas numa espécie de autocrítica bem-humorada, típica do narrador pós-modernista, mas já presente nos narradores machadianos e outros narradores modernos.

## Referências

- ARANHA, G. Introdução. In: ASSIS, M.; NABUCO, J. *Correspondências*. Rio de Janeiro: Topbooks/Academia Brasileira de Letras, 2003. p. 21-86.
- ASSIS, M.; NABUCO, J. *Correspondências*. Rio de Janeiro: Topbooks/Academia Brasileira de Letras, 2003.
- AZEVEDO, L. “Autoficção e literatura contemporânea”. In: VIOLA, A. F. (org.). *Crítica literária contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.143-164.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BARTHES, R. *Sade, Fourier, Loyola*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DERRIDA, J. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- DIAZ, B. *O gênero epistolar ou pensamento nômade: Formas e funções da correspondência em alguns percursos e escritores no século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 144-162.
- HAROCHE-BOUZINAC, G. *Escritas epistolares*. Trad. Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- GAY, P. O traço comum. In: GAY, P. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória à Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 337-376.
- GARRAMUÑO, F. *Frutos estranhos: sobre a inespecificidade na estética contemporânea*. Trad. Carlos Nougé. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- KAFKA, F. *O veredicto/ Na colônia penal*. Trad. Modesto Korone. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KRYSINSKI, V. Sobre algumas genealogias e formas de hibridismo nas literaturas do século XX. Tradução e apresentação Zênia de Faria. *Criação & Crítica*, n. 9, p. 230-241, 2012.

MACIEL, S. D. A Literatura e os gêneros confessionais. In: BELON, A. R. & MACIEL, S. D. (org). *Em diálogo: estudos literários e linguísticos*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. p. 75-91.

MARANHÃO, H. *Memorial do fim: a morte de Machado de Assis*. São Paulo: Planeta, 2004.

PEREIRA, L. *Machado de Assis: um estudo crítico e biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PIGLIA, R. *O último leitor*. Trad. Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PIZA, D. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

Artigo / Article

# O repetível de um gênero do discurso e o repetível da história: centralização e universalização

*The repeatability of a discourse genre and the repeatability of history: centralization and universalization*

**Manoel Luiz Gonçalves Corrêa** 

Universidade de São Paulo, Brasil

mcorrea@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-3638-7086>

Recebido em: 31/05/2024 | Aprovado em: 20/11/2024

## Resumo

Neste trabalho, assumimos o repetível dos gêneros do discurso para estabelecer um paralelo entre duas cartas emblemáticas na história da produção literária (e documental) do Brasil: a *Carta pras Icamiabas* (capítulo do romance *Macunaíma*, de Mário de Andrade) e a *Carta de Caminha*. No repetível dos gêneros habita também o repetível da história e é essa a leitura que, neste trabalho, orienta a exploração da imanência do dado histórico no dado linguístico. Ambas as cartas apresentam um deslocamento no espaço, uma viagem. Como resultado, temos: a) no caso da *Carta de Caminha*, um dado de centralização do poder por um estado e um soberano, linguisticamente presente na busca de exatidão para as descrições e cálculos, como elementos universalizáveis; b) no caso da *Carta pras Icamiabas*, a centralização do poder é pura quimera e a universalização não passa de contenção, apesar do anúncio hiperbólico - fora de qualquer pretensão de exatidão - de um poder que gira em falso; c) as aproximações entre as duas cartas, marcadamente por um pedido de ajuda, põem o aspecto lendário do herói mítico na ordem da personagem histórica, ao mesmo tempo em que permite observar o ser histórico encarnado no escrivão oficial em seu aspecto lendário.

**Palavras-chave:** *Carta de Caminha* • *Carta pras Icamiabas* • Carta

## Abstract

In this paper, I assume the repeatability of discourse genres to establish a parallel between two emblematic letters in the history of Brazil's literary (and documental) production: the Letter to the Icamíabas (a chapter in Mario de Andrade's novel *Macunaíma*) and the Letter of Pero Vaz de Caminha. The repeatability of genres is also home to the repeatability of history and this is the reading that, in this work, guides the exploration of the immanence of historical data in linguistic data. Both letters present a displacement in space, a journey. I conclude that: (a) in the case of Letter of Caminha, there is the centralization of power by a state and a sovereign, linguistically present in the search for accuracy in the descriptions and calculations of power, as universalizable elements; (b) in the case of the Letter to the Icamíabas, the centralization of power is pure chimera and the universalization is nothing more than containment, despite the hyperbolic announcement – outside any pretension of accuracy – of a power that is spinning in a false direction; (c) the closeness between the two letters, marked by the request for help, places the legendary aspect of the mythical hero in the order of the historical character, at the same time as allowing me to observe the historical being embodied in the official scribe of the armada in his legendary aspect.

**Keywords:** *Letter of Caminha* • *Letter to Icamíabas* • Letter

## Introdução

Neste trabalho<sup>1</sup>, assumimos o repetível dos gêneros do discurso para estabelecer um paralelo entre duas cartas emblemáticas na história da produção literária (e documental) do Brasil: a *Carta pras Icamíabas* (capítulo do romance *Macunaíma*, de Mário de Andrade) e a *Carta de Caminha*. No repetível dos gêneros habita também o repetível da história e é essa a leitura que, neste trabalho, orienta a exploração da imanência do dado histórico no dado linguístico. Ambas as cartas apresentam um deslocamento no espaço, uma viagem. No caso de Caminha, esse deslocamento está contextualizado na história das navegações. No caso da viagem exploratória do interior do Brasil para a cidade de São Paulo, criada por Mário de Andrade para a personagem de *Macunaíma* e seus irmãos, trata-se de uma exploração etnográfica meio ao contrário, em que o sujeito comumente suposto como objeto de investigação (no caso, o próprio *Macunaíma*) se assume como imprevisto (e, a seu modo, insuspeito) investigador. Desse modo, a *Carta de Caminha*, que é situável numa suposta transparência da história oficial – baseada na também suposta linearidade dos acontecimentos históricos –, ganha consistência histórica pela relação de interlocução estabelecida entre o escritor (remetente) e o rei de Portugal D. Manoel (destinatário), ao comunicar o chamado

---

<sup>1</sup> Este trabalho, sob o título *O modo de constituição da Carta de Caminha e da Carta pras Icamíabas: breve paralelo*, foi apresentado inicialmente como produto final da disciplina Curso de Teoria Geral do Romance, ministrada pelo Prof. Dr. Roberto Schwarz, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp), em 1989. Nesta versão, além do título, foram alteradas várias passagens.

“descobrimento do Brasil”. Na *Carta pras Icamiabas*, é o herói que se desloca, já sem a proteção sobrenatural da Muiraquitã e pede ajuda financeira às suas súditas. Para estabelecer o paralelismo entre elas, buscamos concebê-las como arquivo (registro histórico corriqueiramente tomado como prova e evidência de fatos passados) e, ao mesmo tempo, como opacificação do arquivo que, da história, aparece como o *iceberg* do qual a materialidade linguística é apenas a superfície.

O trabalho está dividido em cinco partes, nas quais são abordados os seguintes temas: o repetível da história em duas cartas, a preparação da viagem e os lugares onde deixar as consciências, a viagem e os efeitos de centralização e universalização, as duas cartas como exemplares nada óbvios desse gênero do discurso, uma breve conclusão e a apresentação das referências.

## 1 O repetível da história em duas cartas

Os diários de bordo, os relatos de viagens e as cartas de reconhecimento podem ser tomados de várias maneiras, ganhando em cada uma delas uma tonalidade específica<sup>2</sup>. Assim,

<sup>2</sup> Cabe aqui uma observação sobre o termo “carta” como nome do gênero em *Carta de Caminha* e *Carta pras Icamiabas*. A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, responsável, em 1965, pela “transcrição do texto de Caminha” e pela elaboração de um “glossário de termos quinhentistas para a coleção Nossos Clássicos, da Livraria Agir Editora” (SILVA, 2010, p. 26) publica esse artigo de 2010 com o sugestivo título: “A carta-relatório de Pero Vaz de Caminha”, situando o documento entre a carta e o relatório. Segundo a autora, “não estamos perante um simples relato de viagem, semelhante àqueles que tinham resultado da navegação dos portugueses para a África e para a Índia, e que geralmente eram redigidos pelos pilotos ou pelo capitão da armada. A especificidade do texto de Caminha reside no tipo de observações feitas e nos comentários pouco habituais nos escrivães das naus quatrocentistas.” (Silva, 2010, p. 26). Na mesma passagem, a autora destaca os “dotes literários” de Caminha, que seriam “superiores aos de seus congêneres” (Silva, 2010, p. 26). Além disso, lembra que essa carta-relatório é “uma correspondência em um só sentido, uma vez que o destinatário não iria responder ao escrivão, e também [...] uma carta muito especial, na medida em que tinha igualmente como objetivo requerer mercê ao rei, em retribuição ou graça pelo serviço prestado de narrar tão minuciosamente suas observações na terra desconhecida. [...] A carta-relatório era, portanto, encarada pelo emissor como um serviço que possibilitaria a concessão de uma mercê.” (Silva, 2010, p. 26). Embora a caracterização do documento histórico justifique a nomeação de carta-relatório, não é necessariamente essa caracterização que justifica o paralelo entre as duas cartas, proposto no presente artigo. Não importa tanto saber como a carta se configurava no século XVI e no final da década de 20 do século XX, época da publicação de *Macunaíma*. Mais importante é partir do fato de que, na *Carta pras Icamiabas*, Mário de Andrade propõe uma paródia da carta escrita e assinada por Caminha no século XVI. Eis, portanto, na relação paródica construída entre elas, o ponto comum que justifica atribuir-se a ambas o mesmo nome ao gênero do discurso produzido. Afinal, a aproximação da *Carta pras Icamiabas* à *Carta de Caminha* (inclusive a identificação do gênero com o mesmo nome) é uma necessidade para que as inversões propostas por Mário de Andrade façam sentido. Explorando esse aspecto como parte da composição do protagonista da *Carta pras Icamiabas*, Pizarro (2008), comenta que “en el texto epistolar, Andrade recurre a una apropiación paródica [...], recurso que, al acentuar determinados rasgos lingüísticos sobre otros, permite forjar una máscara para el protagonista” (Pizarro, 2008, p. 183).). A respeito do seu caráter paródico em relação ao texto da *Carta de Caminha*, vale lembrar a observação de Fonseca (1988) sobre uma outra direção dessa paródia: a do “discurso bacharelesco”, frequente no “meio intelectual atrasado e dependente” da época. Essa afirmação foi extraída da reprodução de capítulo – originalmente publicado pela autora em 1988 –, acessível na internet. Fonseca assim complementa seu comentário à paródia: “Apesar da propriedade dos ataques, não se pode esquecer o caráter circunstancial que acompanha o desconcerto satírico. Deste ponto de vista a Carta tem limitação de época, e Mário tem plena consciência do fato. Num estilo epistolar sublinha o capítulo como um relato histórico, a modo dos cronistas

e no caso das cartas, pode-se tomá-las do ponto de vista do senso comum e tê-las como simples meio de comunicação; pode-se tomá-las sob um aspecto linguístico e tratá-las, por exemplo, como exemplares da língua de uma época; pode-se avaliá-las pelo seu valor literário; pode-se, outras vezes, tomá-las como de interesse para a história e vê-las, então, como documentos.

Nossa abordagem pretende se distanciar de tudo isso. Procuraremos encarar a *Carta de Caminha* e a *Carta pras Icamíabas* como dois fatos históricos individuais não singulares, no sentido de que sua individualidade se dá no interior de um repetível da História e não como uma singularidade irrepitível. Além desse ponto de vista, baseado em Paul Veyne (1983, p. 33), procuraremos adotar o método que, em relação aos aspectos formal e não-formal, Antônio Cândido chama de reversível, na medida em que se move em dois sentidos: chega ao não formal partindo do formal e vice-versa (cf. 1974, p. 799).

A *Carta de Caminha*, cujo nome tem a personalidade que o modificador lhe atribui, não tem fugido ao tratamento de praxe. Desde que ressurgiu, no século XIX<sup>3</sup>, das cinzas nos olhos dos outros – a cobiça dos concorrentes pela exploração de novos mercados impunha a ela, na época dos descobrimentos, recatos de donzela – não cessou de deixar-se violar. Com a mudança da Família Real para o Brasil, passa progressivamente a ser fonte documental indispensável para pesquisadores portugueses e brasileiros e ganha, na sua passiva indiferença, matizes jurídicos (é tida como a certidão de nascimento do Brasil) e prestígio literário (não faltam elogios ao estilo de Caminha)<sup>4</sup>, ficando esquecido o seu caráter primeiro de documento confidencial.

Não fosse o papagaio Aruaí, também a *Carta pra Icamíabas* poderia estar ainda enrodilhada em algum canto do Arquivo da Torre do Tombo à espera de algum padre editor. Com efeito, sabe-se que uma das últimas provas testemunhais acerca das icamiabas data de junho de 1541. A testemunha: Frei Gaspar de Carvajal que, se na batalha com uma dezena dessas mulheres perdeu, com certeza, um olho, por pouco - parece - não perde a cabeça:

estas mujeres son muy blancas y altas y tienen muy largo el cabello y entranzado y revuelvo a la cabeza, y son muy membrudas y andan desnudas en cueros, tapadas sus verguenzas,... (Camara Cascudo, 1983, p. 325).

---

da descoberta (e não apenas) que parodia, delimitando o tempo (dia, mês e ano)” (Fonseca, 1988, p. 9 da reprodução disponível na internet).

<sup>3</sup> Segundo Cortesão, "os que sumariamente ajuízam da política de D. Manuel, ou dalguns dos monarcas que lhe sucederam, por certos silêncios ou carência de escritos, esquecem que o monarca àquela data tinha o maior interesse em lançar poeira nos olhos da Espanha para assim protelar, como protelou, o conflito das soberanias no Novo Mundo:" [...] "Assinalou-a primeiro, com perfeita consciência de seu valor excepcional, o português José de Seabra da Silva; pela primeira vez a publicou o português Pe. Manuel Aires do Casal" (Cortesão, 1943, p. 29 e 34). "...somente conhecida e divulgada em princípios do século XIX pelo padre Aires do Casal" (Almeida Prado, 1965, p. 37).

<sup>4</sup> "Mas o escritor que êle é, alvorece na pele do escrivão. Seus raros dotes de narrador, sua profunda intuição humana não conseguem libertar-se dos vincos profissionais e limitações do ofício. Se a probidade, com que numera e duvida, acentua o caráter científico do seu testemunho, o abuso do número, a hesitação de quem tateia, e a fragmentação [...] do relato, propícia às repetições, prejudicam o vigor e a unidade descritiva" (Cortesão, 1943, p. 23).

Carta, no entanto, o frei não mencionou nenhuma, mérito pessoal do narrador-rapsodo que, sabendo do caso por Aruaí que soubera por *Macunaíma*, ficou "para contar a história".

Ainda uma palavra sobre a *Carta pras Icamiabas*. Procuremos estabelecer, como observação prévia, um nível de consistência mínimo para, então, propormos um paralelo mais próximo, ainda que breve, entre os dois textos. Para tanto, buscando transpor uma primeira leitura mais plana do texto, vamos, muito brevemente, problematizar a construção da rapsódia como um "causo" em oposição à construção da carta que nele está incluída. Nosso objetivo é desentranhar, da forma que está dada para a interlocução ficcional da carta, elementos referentes à constituição histórica dessa interlocução, que, no final, constituem o(s) sentido(s) dessa forma e dela ganham o(s) seu(s).

É de domínio corrente que a fórmula "ficou para contar a história", presente no epílogo de *Macunaíma*, serve para terminar "causos", isto é, "relatos orais e tradicionais de contornos verossímeis" que podem versar sobre "fatos possíveis, como também [...] se referir a episódios com abstração histórico-geográfica" (Tavares de Lima, 1972, p. 33 e 40).

A carta, uma forma de comunicação mediada pela escrita, sugere o caminho tortuoso que lhe é próprio na sua entrada para o caso de que acaba por fazer parte. Assim, por fazer parte da simulação de um caso, pode-se atribuir-lhe procedência oral, mas, ao mesmo tempo, deve-se reconhecer sua anterioridade em relação a todo o resto do livro, pois trata-se efetivamente de uma carta - produção já escrita -, contrapondo-se, por isso, ao tom falado que caracteriza a (re-)escritura do caso como um todo<sup>5</sup>.

Em outras palavras, Aruaí pôs em circulação oral algo de procedência escrita, e o narrador-rapsodo repôs em circulação escrita o que recebeu de procedência oral. Com efeito, as próprias icamiabas são como que aderentes à escrita, recolhem-se nos relatos e, a exemplo do papagaio Aruaí, abrem asas e rumam para Lisboa. É o que se pode depreender do testemunho datado de Frei Carvajal e das seguintes afirmações de Câmara Cascudo: "na literatura oral brasileira as Amazonas não deixam rasto" (1983, p. 326), trata-se "de uma tradição que nos veio por mão de letrado e entre letrados ficou e andou, endoidando aventureiros e dando cabelos brancos aos estudiosos de asas impacientes. As Amazonas - continua o autor - impressionaram muito as inteligências dos colonos, mas dos colonos que tinham livros" (1983, p. 326). E para terminar o tópico "As Amazonas", em sua *Geografia dos mitos brasileiros*, em uma brincadeira que nos sugere a mesma presença da escrita (por meio da carta) na fala (do caso) na composição de *Macunaíma*, Câmara Cascudo joga, a seu modo, com a precedência do oral sobre o escrito e o faz da seguinte forma: depois de tratar nas duas primeiras partes de seu livro os "Mitos primitivos e gerais" e os "Mitos secundários e locais", introduz, na parte final do livro – a dos "Adendos" –, "As Amazonas", por se tratar de uma lenda de tradição escrita,

---

<sup>5</sup> Cf. "A *Carta pras Icamiabas*" de Maria Augusta Fonseca, a respeito do jogo "processo escrito/relato oral/texto escrito", edição crítica organizada por Telê Porto Ancona Lopes (1988, p. 290). Cabe observar aqui que o que estamos procurando mostrar é que essa passagem está ligada a uma imposição do destinatário.

enunciando, para finalizar o tópico, a proposital contradição: "Por isso [por não serem de tradição oral] não as deixei entrar neste livro [mas entraram]" (1983, p. 326).

Dessa forma, o ciclo escrita/oralidade/escrita seguido pela carta, aponta a escrita como o reduto privilegiado por essa lenda (?) na tradição histórico-cultural brasileira. As icamiabas ou amazonas permanecem presas a essa forma que lhes é própria, ao menos até o momento tem sido assim.

Por outro lado, a muiraquitã, motivo do deslocamento de *Macunaíma* para São Paulo, é marca da ausência de Ci, uma icamiaba, marca essa que é, ao mesmo tempo, uma forma de presentificar o ausente. Ora, a escrita, meio pelo qual *Macunaíma* retoma o contato com as icamiabas é, a exemplo do amuleto, um modo de presentificação. Novamente as icamiabas se plasman na escrita, neste caso como interlocutor presente. Resta saber se há simetria nessa interlocução, isto é, se *Macunaíma* chega a se presentificar para as icamiabas. Isto, no entanto, Aruaí não contou.

Sendo as notícias das icamiabas historicamente datadas e pertencendo, portanto, a uma circulação temporal estranha aos errantes do mato virgem, trazem, nesse traço alienígena, a armadilha da referencialidade. Ganhar a muiraquitã, marca da icamiaba, é receber a marca de uma história: *Macunaíma* imperador, "branco louro e de olhos azuizinhos", sem moeda que tenha poder de troca, *Macunaíma* em São Paulo. Eis o contexto a partir do qual *Macunaíma* se constitui como remetente da *Carta pras Icamiabas*. Irremediavelmente dentro e fora de sua própria história, *Macunaíma* está **dentro** dela porque é uma diferença que, desconsiderada, marca-se, apesar disso, como uma ausência eloquente, fazendo-se presente, de forma paradoxal e incontornável, na história de seu território; está **fora** dela por sua suposta indiferenciação histórica, visão eurocêntrica que separa, de um lado, essa indiferenciação histórica de uns (visão que atribui um tempo circular ao que chama *homem primitivo*) e, de outro lado, o homem com história (para o qual a mesma visão atribui a permanência dos registros por transmissão oral e/ou pela escrita); apagando-se o fato de que a história se caracteriza por diferentes *práticas do tempo* (Bensa, 1997), o que barra esse tipo de dicotomização. Ao perder a muiraquitã, *Macunaíma* vê-se separado da marca que lhe assegura a inserção em sua nova circulação temporal. Longe de seu império – remota promessa em seu primeiro passo para uma outra história –, e com modos de acafajestado – jogo entre sua suposta malícia primitiva e a necessária malícia para fazer frente à ordem econômica da cidade grande – o Imperador do mato virgem escreve de São Paulo para a sua terra a fim de pedir dinheiro às súditas. O lugar de partida e o de chegada da carta representam, assim, dois momentos do mesmo processo. E há a agravante de a muiraquitã estar perdida: o império do herói deixa de ser promessa para ser nostalgia frente ao seu conseqüente desencontro em relação à sua nova circulação temporal. Mais uma razão para escrever uma carta.

É, portanto, no interior dessa marcação histórica de *Macunaíma* e das Icamiabas que procuraremos levantar algumas possibilidades de relação entre as duas cartas. Naturalmente, essas possibilidades de relação são muitas e poderiam refletir, cada uma a seu modo, inúmeros problemas de nossa configuração histórico-cultural.

Quanto a nós, tomaremos, inicialmente, o momento que precede a redação de cada uma das cartas, ou seja, trataremos de examinar o traço mais fundamental na preparação da viagem de Pero Vaz de Caminha e *Macunaíma*, respectivamente, para Porto Seguro (para as Índias?) e São Paulo. Procuraremos, em seguida, construir, por meio da viagem propriamente dita e dos dois viajantes, categorias de análise que deem alguma determinação a esse movimento espaço-temporal. Por fim, vamos trabalhar com o arcabouço da carta, procurando ver na relação remetente/destinatário os modos de inserção que as personagens envolvidas apresentam na medida em que ocupam os polos formais de interlocução e a ligação que essa inserção formal tem com a produção dos sentidos das cartas.

## 2 Preparando a viagem: onde deixar as consciências

Observemos os dois trechos abaixo:

(1) "Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para alindar nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que ví e me pareceu" (Caminha *apud* Cortesão, 1943, p. 199).

(1a) "No outro dia 'já conhecido o paradeiro da muiiraquitã' *Macunaíma* pulou cedo na ubá e deu uma chegada até a foz do rio Negro pra deixar a consciência na Ilha de Marapatá. Deixou-a bem na ponta dum mandacaru de dez metros, pra não ser comida pelas saúvas" (Andrade, 1976, p. 47).

Desconsideremos, de imediato, nesses trechos, o fato de que o de Caminha já faz parte da carta propriamente dita enquanto o de Mário de Andrade pertence ao capítulo em que *Macunaíma* e seus irmãos partem para São Paulo (anterior ao da carta). Como vimos, a interlocução da *Carta pras Icamíabas* fundamenta-se no processo de transformação sofrido por *Macunaíma* desde a posse da muiiraquitã e, como veremos, também essa parte introdutória da *Carta de Caminha* se mostra como uma anterioridade em relação ao ato mesmo de escrever a carta.

Do primeiro recorte, podemos dizer que Caminha ensaia uma vontade de objetividade em nome da autoridade do rei. Nesse sentido, propõe-se, como sabemos, em nome dos interesses econômicos, religiosos e políticos de Portugal, não exercer a sua imaginação, mas, ao contrário, relatar somente "o que viu e lhe pareceu". Note-se que essa afirmação de Caminha implica a visão de que as coisas são tidas como aquilo que se vê e que se diz<sup>6</sup>. Atinando ou não com a construção que faz dos fatos, a precisão que pretende ao dar conta do que viu é atribuída apenas ao seu juízo pessoal, garantido por uma certa compostura, prerrogativa, no entanto, das testemunhas fiéis ao rei e à maior glória da fé católica.

A propósito, Jaime Cortesão anota a "tradição burguesa" da família de Caminha. Seu pai, Vasco Fernandes, foi "por grande tempo 'criado e ensinado' por Pedro Anes, chanceler e

---

<sup>6</sup> Carlos Vogt chama a atenção para esse fenômeno ao lembrar Michel Foucault, dizendo: "Linguagem e mundo não se confundem. Palavras e coisas desgarram-se umas das outras há muito tempo. Desde o Século XVI, segundo o livro famoso de Foucault. [...] O símbolo nasce dessa distância." (Vogt, 1982, p. 7).

escrivão das apelações do arcebispo de Braga". Além disso, Vasco Fernandes ocupou cargos que implicavam "o conhecimento e a prática da escrivania", tendo sido perfilhado por Pero Anes em razão de "muito grande obediência e bom conhecimento e muita prestatça e boas obras". É relevante ainda o fato de que foi sepultado num mausoléu no mosteiro de S. Francisco, na cidade do Porto, o que, segundo Cortesão, "denuncia, sem dúvida, jerarquia social"(Cortesão, 1943, p. 43-4).

Como vemos, se a consciência de *Macunaíma* ficou na ilha de Marapatá, a de Caminha ficou em Lisboa. *Macunaíma* deixa a sua em favor de um salto para outra história; Caminha em favor de não se desligar da antiga. Resta saber o que sobrou de cada uma delas.

### 3 A viagem: universalização e centralização

Examinemos os fragmentos que se seguem:

(2) e Domingo, 22 do dito mês 'março', às dez horas, pouco mais ou menos, houvemos vista das Ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da Ilha de São Nicolau,...

Na noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligencias para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais!

... até que, terça feira das Oitavas de Páscoa, que foram vinte e um dias de abril, estando da dita ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topámos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os marentes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E, quarta-feira seguinte, pela manhã topámos aves a que chamam furabuchos.

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome - o MONTE PASCOAL e à terra - TERRA DE VERA CRUZ.

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças; e ao sol posto, obra de seis léguas da terra, surgimos âncoras, em dezenove braças - ancoragem limpa. Ali permanecemos toda aquela noite. E à quinta feira... [...] E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos (Caminha *apud* Cortesão, 1943, p. 200-201).

(2a) muitos casos sucederam nessa viagem por caatingas rios corredeiras, gerais, corgos, corredores de tabatinha matos-irgens e milagres do sertão. *Macunaíma* vinha com os dois manos pra São Paulo. [...]

[...] *Macunaíma* apartou pra viagem nada menos de quarenta vezes quarenta milhões de bagos de cacau, a moeda tradicional. Calculou com eles um dilúvio de embarcações. E ficou lindo trepando pelo Araguaia aquele poder de igaras, duma em uma duzentas em ajojo que-nem flecha na pele do rio".

E estava lindíssima na Sol na lapa os três manos um louro um vermelho outro negro, de pé bem erguidos e nus. Todos os seres do mato espiavam assombrados. [...] *Macunaíma* teve ódio. Botou as mãos nas ancas e gritou prà natureza:

'Nunca viu não!'

Quando entraram em São Paulo, ensacou um pouco do tesouro pra comerem e barganhando o resto na Bôlsa apurou perto de oitenta conto de reis".

A inteligência do herói estava muito perturbada. [...] grotões donde gentama saía muito branquinha branquíssima, de certo a filharada da mandioca! [...] eram máquinas e tudo na cidade era só máquina! O herói aprendendo calado".

"E foi morar numa pensão com os manos" (Andrade, 1976, p. 47-52).

Com esses dois fragmentos, procuramos apontar os eventos principais das duas viagens. Observemos primeiramente aqueles reunidos em (2).

Sobressai, de início, que, à exceção do desaparecimento de Vasco de Ataíde, todos os eventos referem-se ao elemento terra: a esquadra chega às Ilhas de Cabo Verde, aparecem sinais de terra, veem a terra, fazem a ancoragem. Se a permanência por mais de quarenta dias no oceano torna esse fato humanamente compreensível, não o torna, por si mesmo, historicamente justificável. Parecem justificá-lo melhor as imposições do destinatário da carta: D. Manuel I e/ou os interesses de Portugal.

Vencido o oceano e tomado como parâmetro o estágio de conhecimento técnico da época, cabia, além das terras, dar ênfase apenas àquilo que, em relação ao parâmetro de domínio técnico, tivesse alguma pertinência, por exemplo, o maior número possível de dados cronométricos, indispensáveis ao aperfeiçoamento da navegação e à orientação de futuras viagens. Se essas eram as informações que interessavam, outras seriam criteriosamente omitidas, tais como o cotidiano dos tripulantes e as curiosidades do percurso.

Referindo-se à carta como um todo, Jaime Cortesão atribui o "prurido de exatidão" de Caminha aos "Vincos profissionais e limitações do ofício", em que pese "seus raros dotes de narrador" (Cortesão, 1943, p. 23). Interessa-nos, no entanto, colocar sob outras bases, a insistência na mediação em geral e na datação em particular. Mais do que revelar uma obrigação diária do ofício e uma contribuição importante para as futuras viagens, preferimos ver essa insistência como parte de uma habilidade cuidadosamente desenvolvida e altamente valorizada, numa época em que "tomar notas, apontar verbas, pesar com método, exação e probidade"(Cortesão, 1943, p. 44) era sinal de considerável conhecimento e, ao mesmo tempo, representava um dos fatores de afirmação dos Estados então em formação.

Lembremos, a propósito, que, se por um lado, "a conquista do Atlântico afro-americano representa tanto no campo material como no campo intelectual, as tendências europeias de universalização" (Nunes Dias, 1969, p. 19), temos, por outro lado, e como contrapartida a essa universalização, o imperativo econômico interno da centralização do Estado, "pré-requisito à expansão ultramarina" dadas a necessidade de mobilização de recursos e "as formas de organização empresarial então existentes, [...], que, por "seu caráter embrionário, revelam-se incapazes de propiciar a acumulação de meios indispensáveis ao empreendimento" (Novais, 1969, p. 49). Era, e os monopólios<sup>7</sup> comerciais à vista provariam isso, um momento em que universalizar significava centralizar, ao menos do ponto de vista da relação de exploração imposta às colônias.

---

<sup>7</sup> Na formulação de Emília Viotti da Costa (1969, p. 67): "Um conjunto de regulamentos e disposições progressivamente restritos prendem a colônia numa teia de monopólios, privilégios e taxas que resultam na sua total subordinação."

Também as precisões sucessivamente alcançadas na técnica de construção naval e de navegação vinham mostrando que a exatidão dos conhecimentos se constituía num requisito indispensável no caminho para o predomínio econômico. Ou seja, também no domínio da técnica, universalizar o poder significava centralizar o conhecimento. Prova disso é o ajuntamento pouco ortodoxo de cartógrafos, matemáticos, peritos de navegação, traficantes e informantes de toda espécie, a quem a coroa portuguesa, num ufanismo à lusitana<sup>8</sup>, dotava de altas regalias, celebrizando e passando para a história figuras mitológicas como o chamado "Judeu Gaspar" - informante mercador com grande experiência no tráfico de mercadorias no litoral africano, de caráter "jeitoso e sutil" e portador de outro grande trunfo: era "poliglota".<sup>9</sup>

Assim, o aperfeiçoamento técnico e a expansão comercial eram duas faces da mesma moeda, personificáveis, talvez, de um lado, pelo astuto "Judeu Gaspar" e, de outro, pelo florentino, também célebre, Bartolomeu Marchione, "típico personagem de fenômeno econômico", tido como o "traficante mor de Portugal, estreitamente associado aos negócios do reino" (Almeida Prado, 1965, p. 18 e 19). Como vemos, essa implicação entre a precisão técnica e os interesses econômicos moldava o perfil dos colaboradores.

É nesse contexto que ganha sentido o chamado "prurido de exatidão" de Caminha. Afinal, ele escrevia sob a ordem da centralização, daí a quase total ausência de adjetivos, a ênfase nas distâncias, nos dias e nas horas. Essa profusão de horários, a preocupação com medidas e a referência privilegiada ao elemento terra mostram, portanto, na coleção de fragmentos que estamos analisando, uma centralização temática. Curiosamente, os elementos dessa centralização têm a ver com as noções mais gerais de: tempo (os dias e as horas), técnica (as distâncias e a profundidade) e espaço (as terras). Ou, para redefini-las relacionando-as, a memória (tempo) e o saber (técnica) se articulando em função de expansão (espaço).

Se a expansão, enquanto apropriação pura e simples, incide sobre as terras avistadas, o saber e a memória funcionam como balizamento e referencial em relação ao centro, representado por Lisboa. Em relação a esse centro, instituíam-se, para o Brasil, o ano zero, ao mesmo tempo em que se começava, para sempre, a marcar as distâncias, espécie de relação do espaço consigo mesmo a partir de uma alteridade (ponto de chegada e de partida).

---

<sup>8</sup> Sergio Buarque de Holanda, remetendo à época de D. João III, registra a figura de um "certo Filipe Guillén, castelhano de nação, o qual, tendo sido boticário em sua terra, fizera-se passar em Portugal por grande astrônomo e astrólogo, até que, revelado um dia seu embuste, o mandou prender el-rei" (1977, p. 35).

<sup>9</sup> Diga-se de passagem, o "Judeu Gaspar" foi localizado por Vasco da Gama na sua descoberta do caminho marítimo para as Índias. Deu-se esse primeiro contato graças às informações que lhe chegaram por meio de pilotos indicados por outra figura mitológica, Malemo Canaca. É de se supor as negociatas que sustentavam essa rede de informações. No entanto, Malemo Canaca parece não ter sido o primeiro informante registrado. A respeito dele, que representava a técnica marítima do oriente, Almeida Prado registra o "ocasional encontro" com Vasco da Gama quando este navegava pelo Mar Vermelho. Todavia, o encontro com esse "prodigioso personagem", "Mestre de Navegação e Astrólogo" (ou matemático astrônomo), aconteceu – estranha coincidência – logo após os comandados de Gama entrarem em contato com "barcos de mercadores árabes que empregavam veteranos pilotos no mister, possuidores de dilatados conhecimentos de marinharia" (1965, p. 11 e segs).

Consumava-se, então, no que cabia aos portugueses, o modo de universalização indicado pelo estilo conciso de Caminha. Era a universalização das posses: da terra (de ninguém), do saber (europeu) e da história (do Ocidente cristão), sob o signo da crescente centralização econômica. Prenunciava-se também, para um futuro próximo, um novo modo de organização social: a cidade. Divisão centralizada da terra, repartição centralizada do saber, vida como projeto de eternidade. É a cidade ordenada de que trata Angel Rama, lembrando que os próprios conquistadores que as fundaram, no transcurso do século XVI,

tiveram que se adaptar dura e gradualmente a um projeto que, como tal, não escondia sua consciência racionalizadora, não lhe sendo suficiente organizar os homens dentro de uma repetida paisagem urbana, pois também requeria que fossem moldados com destino a um futuro do mesmo modo sonhado de forma planejada, em obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais, religiosas, que se iriam impondo com crescente rigidez (Rama, 1985, p. 23).

É nesse projeto que o Brasil, no seu ano zero, entra novinho em folha, atrasado para a história. Na sequência, indígenas miseráveis, negros alienados (de seus territórios e de si mesmos), *Macunaíma* sem a muiraquitã.

Observemos, neste ponto, o fragmento 2a, no sentido de investigar se e como os recursos de universalização e de centralização aparecem na viagem de *Macunaíma* e na *Carta pras icamiabas*.

Bastaria reler os fragmentos reunidos em (2a) para observarmos que é descontrolado o que ocorre com *Macunaíma*. Os seus "quarenta vezes quarenta milhões de bagos de cacau", o seu "dilúvio de embarcações", a desintegração racial dos três irmãos, o seu desentendimento com os seres do mato, assombrados com a sua nudez e a dos manos, o ambíguo tesouro do qual parte é guardada para comer e parte é convertida - moeda tradicional que era - em "oitocentos contos de réis", "a gentama branquinha", "as máquinas", tudo isso só poderia resultar na perturbação da inteligência do herói.

Assim, se nos fragmentos a que chamamos "Preparando a viagem" foi possível ler, pelo abandono da consciência (*Macunaíma*) em Marapatá, o abandono da consciência (Caminha) em Lisboa, os fragmentos que ora analisamos se organizam por meio das categorias de universalização e de centralização, já mais ou menos delineadas acima.

Vimos que, em Caminha, o "prurido de exatidão" denota a ordem de centralização sob a qual se escreve. Vimos também que ela repousa em Lisboa, no cruzamento Igreja/Estado chamado expansão comercial ou mercantilismo. Nos fragmentos extraídos de *Macunaíma*, as enumerações (caatingas, rios, corredeiras, gerais,...); a presença de quantificações numéricas, ainda que em descontrolado (quarenta vezes quarenta milhões...; duma em uma duzentas); a referência à medição solar do tempo (na Sol); a ausência de adjetivos; e, afinal, o estilo 'dépourvu', para usar uma expressão com que o próprio autor caracterizou sua obra (cf. Cavalcanti Proença, 1977, p. 175); todos esses são elementos que conformam a centralização em torno da qual o narrador se orienta.

Porém, essa centralização se reparte no herói na exata medida dos desencontros, das discrepâncias e das defasagens com que ele se marca na relação que mantém com o que de seu é lenda e com o que de seu é história. Assim, o efeito dessa centralização se divide: por um lado, o herói é mais inteiro e concêntrico (enquanto lenda), por outro, mais disperso e fugidio (enquanto história). Configura-se, então, como um centro ao mesmo tempo transparente e fugidio, efeito de duas construções simultâneas em livre combinação entre si: a construção de sua história pela lenda e a construção histórica (processo amplo) de sua história (particular).

Se Pero Vaz de Caminha chega a ser uma personagem lendária da história, *Macunaíma* é um fio de história no universo de muitas lendas. Como sabemos, esse universo é, no romance de Mário de Andrade, cuidadosamente construído a partir da colagem de fragmentos de vivências culturais de várias origens, livremente combinadas. Aparece, nesse modo de combinação, um contraponto modernista ao modo de universalização mostrado na *Carta de Caminha*. Na falta de uma tradição cultural de contornos nítidos, postula-se uma; heterogênea e em livre combinação. Contudo, a unidade cultural, como produto final identificador constituído pelo cruzamento das diferenças, em vez de mostrar-se como dispersão, compõe-se como universalidade. Esse efeito, dado pela forma de composição, tem justamente como base a costura de estilhaços culturais. Essa universalidade aponta, no entanto, para o campo da lenda, compondo o imaginário que contorna o herói e de onde ele costuma verter suas farpas de arrogância. A nosso ver, esse lendário, untado pelas vivências e modos familiares de contar, ao qual a universalidade é remetida, é, para *Macunaíma*, o que aquele "certo ar de piada"<sup>10</sup> foi apontado ser por Roberto Schwartz em relação à poesia pau-brasil de Oswald de Andrade.

Falta-nos, ainda, contextualizar a *Carta pras Icamíabas* na leitura que estamos fazendo de *Macunaíma*.

Se a relação que estabelecemos entre centralização do estilo/universalização das idéias pode valer para *Macunaíma* como um todo, o contraponto a essa regra é justamente o capítulo da carta. A contenção da forma que, a nosso ver, correspondia a um modo de unificação da cultura, despenca, na carta, para o estilo pomposo e desmedido. Nele, o herói sem nenhum caráter exibe conhecimentos de prosódia, de retórica e de ortografia. Mais uma vez, ele se amolda: mal assimila o "português escrito" e despeja o palavrório em suas "súditas". A prolixidade substitui a centralização da escrita (*Macunaíma* coloniza-se) e a reverberação pretendida não passa das próprias orelhas. A universalidade ressoa só para dentro. Com isso, Mário de Andrade ironiza o provincianismo do país, que orgulhosamente insiste em não considerar o fato de que temos a marginalidade como centro. Como vimos, o autor constrói o caso no sentido inverso, dando um lugar para esse centro (a lenda) e propondo para ele um

---

<sup>10</sup> "O programa pau-brasil queria tirar o país do estado de irrelevância. Para isso tratava de lhe realçar a inscrição direta, e em posição original, na história da humanidade. [...] Mas sendo Oswald um artista grande e esperto, providenciava contrapeso à sua decisão de colocar no "presente do universo" – [o autor cita o próprio Mário de Andrade] e com sinal energeticamente positivo! - o nosso provincianismo e as nossas relações rurais atroz: deu a tudo um certo ar de piada. É neste, e levada em conta a situação complexa a que responde, que se encontra a verdade da poesia pau-brasil, um dos momentos altos da literatura brasileira" (Schwartz, 1987, p. 26-28).

certo tipo de universalidade. Sob a ordem do excesso, que caracteriza a construção formal da *Carta pras Icamiabas* e dá a ela ares de universalismo, acontece a ruína da identidade do herói. Alheio à lenda que lhe assegura a centralidade, *Macunaíma* vive a história como eco, na sua forma escrita, transplantada, inespecífica. Esse é o efeito reverso da oposição centralização/universalização no capítulo da *Carta pras Icamiabas*. Como sugerimos anteriormente, a carta é um *a priori* escrito em relação ao caso contado oralmente, e do qual ela faz parte. E é um *a priori* não pela sua precedência em relação à oralidade, mas, ao contrário, porque entra, já pronta, para o caso, isto é, fingindo não passar pela oralidade (ainda que tirada de ouvido), fato que resulta também no seu caráter postiço.

Podemos dizer, portanto, que o universalismo que se ensaia enquanto forma, corresponde, na *Cartas pras Icamiabas*, a uma desidentificação na história e a uma descentralização cultural.

#### 4 A carta: uma interlocução nada óbvia

Tendo mostrado como funcionam as categorias da centralização/universalização em ambos os textos, vamos, a partir dos elementos polares da carta, o remetente e o destinatário, procurar determinar, em rápido esboço, como se dá a interlocução.

Esquemáticamente e considerando o caráter parodístico assumido pela *Carta das Icamiabas*, temos:

(A) *Carta de Caminha*:

Remetente: Pero Vaz de Caminha

Destinatário: D. Manuel I

(B) *Carta pras Icamiabas*:

Remetente: *Macunaíma*

Destinatário: Icamiabas

Sobressai, e já nos referimos a isso anteriormente, a personalidade dada à *Carta de Caminha* pelo modificador "de Caminha". Por outro lado, em *Carta pras Icamiabas*, apesar da presença da locução "pras Icamiabas" falta o caráter quase personificado da primeira. Essa personalidade da *Carta de Caminha* pode ser vista como resultante da ideia de procedência que, à maneira dos nomes próprios de procedência (há discussão se Pero Vaz de Caminha é ou não exemplo disso), nos faz identificar a carta pela sua origem. Outra motivação possível é o tratamento da referida carta como conteúdo pedagógico, em que a associação a um nome próprio se efetua pela menção sucessiva na escola.

Há, no entanto, nesse diferente comportamento linguístico e na ênfase no remetente, em um caso, e no destinatário, no outro, um problema de maior amplitude, relacionado à produção e à leitura. Explicitando-se o remetente, enfatiza-se a produção do texto; explicitando-se o

destinatário, ressalta-se a sua leitura. Com efeito, Caminha escreveu porque era esse o seu ofício. Tanto era o seu trabalho de transformar a viagem em escrita que acabou se tornando uma espécie de relatório. Por sua vez, as icamiabas foram notificadas por escrito por ser a escrita a sua morada. Se, do ponto de vista da história do monarca, Caminha é trabalho, é autoria, é produção de escrita, as icamiabas são possibilidade de trabalho, possibilidade de autoria, possibilidade de produção para a história dos moradores do mato virgem. Quem é mais dono de seu ofício? De um lado, Caminha e a produção da escrita como um dado documental; de outro, *Macunaíma* e o texto como possibilidade de cópia. Ou ainda: do ponto de vista de Caminha, a tarefa (mais ou menos vã) de dialogar com o imperador; do ponto de vista de *Macunaíma*, a projeção verborrágica incontrolável de um automeado imperador. E não sem contradição: de um lado, Caminha e seu gesto inaugural, produzindo “a certidão de nascimento...” da colônia; de outro, *Macunaíma* e seu gesto magistral, promessa de um império que, marcado pela vassalagem, dá voz à metrópole e não se cumpre jamais como tal.

É esse, ao que parece, o jogo que se dá nas interlocuções em cada uma das cartas e que é o modelo que tem se repetido na história das relações Brasil/Europa. A Europa nos interpreta, nós falamos sobre essas interpretações.

Caminha observa e narra sob os olhos do rei (que figura como se fosse o destinatário), as Icamíabas espreitam e ressoam na grandiloquência de *Macunaíma* (que figura como se fosse o remetente). Em Caminha, o controle das informações; em *Macunaíma*, o descontrole na forma. Em Caminha, o olhar que apreende; em *Macunaíma*, a língua solta. É a cobiça que represa no século XVI e a verborragia que, no século XX, ecoa no vazio em São Paulo.

## De imperador para imperador: à maneira de conclusão

Em primeiro lugar, a leitura das cartas permite observar: a) no caso da *Carta de Caminha*, um dado de centralização do poder por um estado e um soberano, mostrado pela insistente busca de exatidão para as descrições e os cálculos, como elemento universalizável de uma memória (controle do tempo), de uma técnica (controle dos saberes, inclusive dos que permitiam o deslocamento no espaço) e do próprio espaço (controle dos territórios, pela extensão do espaço de origem para além-mar); b) no caso da *Carta pras Icamíabas*, a centralização do poder é pura quimera e a universalização não passa de contenção, apesar do anúncio hiperbólico – fora de qualquer pretensão de exatidão – de um poder que gira em falso, marcando-se pela perda da muiquitã e de seus atributos sobrenaturais e pelo próprio trânsito do imperador já sem império, que, para solucionar seus problemas comezinhos pede auxílio financeiro às súditas; c) as aproximações entre as duas cartas, marcadamente pelo pedido de ajuda, têm lugar pela sua exploração ao mesmo tempo linguística e histórica, pondo o aspecto lendário do herói mítico na ordem da personagem histórica, ao mesmo tempo em que permite observar o ser histórico encarnado no escrivão oficial em seu aspecto lendário.

Além desses primeiros resultados, podemos dizer que, por tudo o que foi dito, a escrita desempenha um papel central, tanto pela caracterização do registro de Caminha, quanto no registro livresco das Icamíabas. Caminha, que narra sob os olhos do rei, tem que passar com seu relato pela morada das icamiabas para chegar a seu rei:

(3)  
(dia 25/04/1500) E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela (Caminha *apud* Cortesão, 1943, p. 211).

O cenário absorve o escrivão no objeto que narra. Sujeito e objeto se apreendem juntos estabelecendo-se um terceiro elemento na interlocução Caminha/D. Manuel: as icamiabas, que, no Brasil, só se reconhecem na escrita.

Com efeito, o elemento “correlativo (**tão** bem feita e tão redonda ... **que** a muitas mulheres de nossa terra [...] fizera vergonha”), ainda que possa comportar muitas outras intenções (como, talvez, pintar um quadro favorável para atrair mais homens para os trabalhos que então se abriam), introduz de qualquer modo, por ser marca de uma estrutura correlativa, um resíduo na relação escrivão/rei. Essa memória, registrada pela escrita, ao contrário das icamiabas no Brasil - que continuam escondidas nas bibliotecas -, vira lenda em Portugal. É natural que as coisas do Brasil tenham sido relatadas também oralmente por muitos portugueses que aqui vieram, o que cria uma curiosa construção mítica do país: se era, com certeza, corrente no boca-a-boca, estava erigida também na biblioteca. Mais forte, portanto, o seu poder de sedução.

No que diz respeito ao Brasil, ficamos nós com dois degredados e dois grumetes:

(26/04/1500) e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aquí deixassem do que eles dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende. Nem êles tão cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam, quando Vossa Alteza cá mandar. E que portanto não cuidassem de aqui tomar ninguém por força nem de fazer escandalo, para de todo o mais os amansar e apacificar, senão sòmente deixar aquí os dois degredados, quando daqui partíssemos. (Caminha *apud* Cortesão, 1943, p. 217).

Portugal jamais partiria do Brasil, condenando os brasileiros nativos ao degredo em terra própria. Degredo que, como vimos, se dá pela submissão a uma nova circulação no tempo e no espaço, forçada pela história que era imposta ao país.

É o que ocorre com *Macunaíma* que, também ele, marca na sua interlocução, um terceiro elemento.

Nós, nos parece ilustres Amazonas, que assaz ganharíeis em aprenderdes com elas, as condescendências, os brincos e passe do Amor (Andrade, 1976, p. 98).

A necessidade defendida por *Macunaíma*, de importar francesas para o seu império mostra exatamente o mesmo movimento que vimos para a *Carta de Caminha*. Seu desejo é tornar-se luso, europeu, vantagem que ele pensa conseguir quando insiste com as súditas para

que aprendessem sobre as máquinas, adereços e as vaidades da moda que essas desconhecem. Vantagem que ele pensa ser vantagem.

Nem seria preciso dizer, portanto, que também aqui o cenário absorve o herói, concluindo-se na interlocução como terceiro elemento.

Além disso, ao se apropriar da escrita, Macunaíma repete o gesto de Caminha. Tanto mais quando escreve uma carta. Basta ver a referência ao pedido de Caminha (queria o perdão para seu genro e pediu-o no final da carta) quando escreve para pedir dinheiro. Os olhos do imperador, tanto no século XVI, como no século XX, precisam da escrita para chegar às Icamiabas. *Macunaíma* tenta, assim, reinstalar a interlocução com o rei. Porém, Brasil/Europa pelo caminho da escrita não dá muito certo. Até mesmo o papagaio Aruaí deve estar em alguma gaiola na Torre do Tombo; Macunaíma não chega a Lisboa, nem recebe o dinheiro de que precisa.

Além das mediações que estão pressupostas nessa relação binária, há também o terceiro elemento que resulta numa interlocução ternária. Falarão, certamente, muitas outras vezes em cada um desses polos. Quanto aos brasileiros, por meio de seu herói, vão aprendendo calados. Se *Macunaíma* fala pelos cotovelos na *Carta pras Icamiabas* é porque sabe que, nessa relação, talvez só o universalismo pudesse livrá-lo do lugar vazio de que fala.

## Financiamento

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento do Projeto Temático *Aprendizes universitários em práticas contemporâneas de letramento acadêmico-científico para a formação de professores e de pesquisadores globalizados* (nº do processo: 2022/05908-0).

## Referências

- ALMEIDA PRADO, J. F. de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- ANDRADE, M. de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. 13. ed. São Paulo: Martins, 1976.
- BENSA, A. Images et usages du temps. *Terrain: Carnets du Patrimoine Ethnologique Vivre le temps*. Paris, s/v, n. 29, p. 5-18, 1997.
- CANDIDO, A. A passagem do dois ao três (contribuição para o estudo das mediações na análise literária). *Revista de História*, São Paulo, s/v., n. 100, p. 787-800, 1974. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132672/128757>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- CASCUDO, L. da C. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte, Itatiaia, 1983.
- CAVALCANTI PROENÇA, M. *Roteiro de Macunaíma*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1977.
- CORTESÃO, J. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.

## LINHA D'ÁGUA

- FONSECA, M. A. B. A carta pras Icamiabas. In: ANDRADE, M. de. *Macunaíma o herói sem nenhum caráter* (Edição Crítica de Telê P. Ancona Lopez). 1ed. Unesco, Coleção Archivos, 1988 (1ª. ed.), pp. 278-294. Reprodução do capítulo disponibilizada no site da Academia.edu, com páginas numeradas de 1 a 22: [https://www.academia.edu/36937133/A\\_carta\\_pras\\_icamiabas](https://www.academia.edu/36937133/A_carta_pras_icamiabas). Acesso em: 17 jan. 2025.
- HOLANDA, S. B. de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- PIZARRO, J. La “Carta pras icamiabas”: o la falta de carácter de un héroe imperial. *Revista do IEB*, n. 46, p. 179-199, fev 2008.
- RAMA, A. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SCHWARZ, R. *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SILVA, M. B. N. da. A carta-relatório de Pero Vaz de Caminha. *Ide (São Paulo)*, Volume 33, nº 50, p. 26-35, jul. 2010. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 17 jan. 2025.
- TAVARES DE LIMA, R. *Abecê do folclore*. 3. ed. São Paulo: Ricordi, 1972.
- VEYNE, P. *Inventário das diferenças* (história e sociologia). Trad. Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VOGT, C. Caminhos cruzando-se. In: *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 7-8.

Artigo / Article

# A oficina epistolográfica de João de Araújo Correia

*João de Araújo Correia's epistolographic workshop*

Ana Ribeiro 

Universidade do Minho, Portugal

anar@elach.uminho.pt

<https://orcid.org/0000-0003-4993-4376>

Recebido em: 31/05/2024 | Aprovado em: 20/11/2024

## Resumo

O escritor João de Araújo Correia (1899-1985), reconhecido contista e cronista português, foi também um entusiástico epistológrafo. Durante cerca de quarenta anos guardou cópias das cartas que expediu, tanto manuscritas como dactilografadas. Nos doze volumes atualmente disponíveis da sua correspondência, encontram-se, em alguns casos, duas versões diferentes do mesmo texto. O objetivo deste estudo é perceber o processo de escrita do autor e os princípios que o orientam, tendo como suporte teórico os trabalhos de Jean-Michel Adam no domínio da linguística do texto. Verifica-se que a reescrita incide sobretudo na extensão do texto e na formulação linguística. Este processo é indissociável do tipo de carta em causa, decorrente do relacionamento entre o remetente e o destinatário, pela autoimagem que o primeiro quer transmitir ao segundo e aos eventuais leitores futuros, assim como pela imagem destes que aquele possui ou antecipa.

**Palavras-chave:** Reescrita • Cópia • Correspondência • Epistolário

## Abstract

João de Araújo Correia (1899-1985), a renowned Portuguese short story writer and chronicler, was also an enthusiastic epistolographer. For around forty years he kept copies of the letters he sent, both handwritten and typed. In the currently available twelve volumes of his correspondence, there are, in some cases, two different versions of the same text. The objective of this study is to understand the author's writing process and the principles that guide it, having as theoretical support Jean-Michel Adam's work in the field of text linguistics. It appears that

rewriting mainly affects the length of the text and linguistic formulation. This process is inseparable from the type of letter in question, resulting from the relationship between the sender and the recipient, due to the self-image that the first wants to transmit to the second and to possible future readers, as well as the image of these that the former has or anticipates.

**Keywords:** Rewriting • Copy • Correspondence • Epistolary

## Introdução

Foi em 1938 que João de Araújo Correia (JAC), médico nascido em Canelas, uma aldeia no Douro, em 1899, publicou a sua primeira obra, intitulada *Sem método*. Até 1980, cinco anos antes da sua morte, outras se lhe seguiram, reunindo crónicas que publicava na imprensa nacional (*Manta de farrapos*, *Horas mortas*, *Pó levantado*, por exemplo), ora contos originais (*Contos bárbaros*, *Terra ingrata*, *Montes pintados*, entre outros). O seu único volume de poesia, *Lira familiar*, foi publicado em 1976<sup>1</sup>.

Reconhecido contista e cronista, este médico-escritor foi também um incansável epistológrafo, como fica bem claro pelos diversos volumes em que reuniu cópias de cartas, telegramas, cartões de visita ou bilhetes postais que redigiu. O carácter exaustivo destas recolhas sugere que o escritor nada pretende perder da sua prolífica atividade de epistológrafo, sejam quais forem os géneros utilizados<sup>2</sup>.

Qualquer que seja o suporte utilizado, os destinatários são muito diversificados, desde correspondentes ligados à atividade literária, colegas médicos ou responsáveis por certos organismos locais e nacionais. A correspondência pessoal não está excluída deste acervo, no qual se incluem mensagens enviadas a amigos e a familiares. Esta plêiade de interlocutores, indissociável da multiplicidade temática, atenua a monotonia que poderia resultar do facto de a voz que nos chega ser sempre a do remetente.

Nos doze volumes de correspondência dactilográfica a que tivemos acesso, nem todos os textos arquivados terão sido realmente expedidos. Por distração ou não, há alguns casos de cartas repetidas que parecem ser duas versões diferentes do mesmo texto<sup>3</sup>. O objetivo deste trabalho não é identificar a versão final, mas iluminar o processo de escrita das cartas, averiguar os princípios que o orientam ou quais os motivos que estão na origem da reformulação do texto. Antes disso, torna-se necessário apresentar o empreendimento epistolográfico do escritor duriense, as razões da sua existência e as conceções do autor sobre epistolografia, elementos

---

<sup>1</sup> Reunimos em *Ao Lume Brando da Urze. Estudos sobre João de Araújo Correia* (Ribeiro, 2016) vários trabalhos sobre a obra deste escritor.

<sup>2</sup> As cartas que recebeu não lhe mereceram menos cuidado, encontrando-se catalogadas nas gavetas de um arquivo de metal.

<sup>3</sup> A correspondência de João de Araújo Correia, atualmente inédita, será objeto de uma edição comentada dos exemplares considerados mais significativos.

relevantes para enquadrar o estudo e conduzi-lo no sentido do objetivo pretendido. Este implica também algumas considerações sobre o processo de escrita da carta. Género textual amplamente estudado, valer-nos-emos da bibliografia mais significativa para o nosso tema, proveniente quer dos estudos literários, quer dos estudos linguísticos, especialmente dos trabalhos que Jean-Michel Adam tem desenvolvido no domínio da linguística do texto.

## 1 "A minha correspondência é um Marão"<sup>4</sup>

Tomando uma posição idêntica à que Andréa Crabbé Rocha virá a sustentar no seu estudo fundamental *A epistolografia em Portugal* (1965), João de Araújo Correia, em 1958, numa crónica intitulada "Cartas de Trindade Coelho", depois de afirmar que "Não é demasiado rica, no género *correspondência*, a nossa literatura" (1962, p. 149, itálico no original), não deixa no entanto de defender que "Maneira de irmos enriquecendo é irmos descobrindo e publicando outros epistolários" (1962, p. 150). Este tema era-lhe particularmente caro: nesta altura, já ele guardava há mais de uma década cópias das cartas que enviava. Como reconhece numa carta a Bigotte Chorão datada de 6/9/79, o seu mestre, neste capítulo, foi, Castilho: "Sigo, há anos a esta parte, o conselho de Castilho. Guardo cópia das cartas que expeço". Leitor de correspondências de escritores, o autor do *Sem método* alude ao seguinte passo de uma missiva que o poeta ultrarromântico dirigiu a Camilo em 31/1/1866: "Porque não ha-de V. Ex.<sup>a</sup> ter uma d'aquellas machinas de copiar tão uzadas hoje em dia nos escriptorios dos negociantes, e reproduzir com ella as cartas que escreve, para no-las poder dar depois em volume impresso?" (Costa, 1924, p. 61). Tanto na prática epistolar, como no seu arquivamento, o contista duriense segue a lição de dois autores do século XIX que muito prezava, contrabalançando o desleixo do seu escritor dileto com o cuidado e a prudência do autor dos *Ciúmes do bardo*.

Ao constituir o seu copiador, Araújo Correia dá o primeiro passo para a publicação futura do seu epistolário, ou seja, cria condições para que as suas cartas permaneçam para além da situação concreta em que surgiram, cheguem a outro(s) público(s) e desempenhem funções diferentes das originais. Embora a cópia seja o "primeiro gesto em direção à "desingularização" dos objetos epistolares" (Diaz, 2007, p. 146), é graças a ela que a carta enviada a outrem não abandona o seu autor, que assim mantém a posse e o controlo sobre algo que lhe poderia escapar a partir do momento em que saísse das suas mãos, passando a sua sobrevivência e possível publicação a depender daqueles com quem se correspondeu ou dos descendentes destes. Não é por acaso que, numa carta à nora de Trindade Coelho, declara: "Sempre ouvi dizer que uma carta pertence a quem a escreveu ou a herdeiros de quem a escreveu" (Carta a Maria Christina Trindade Coelho, de 25/7/61).

---

<sup>4</sup> Esta metáfora evocativa da volumosa correspondência do autor surge numa carta enviada ao Dr. Adelino Vieira Neves, de 8/12/1972. Provém da geografia sentimental do contista.

Embora numa crónica incluída em *Pó levantado* afirme “[ter sido] sempre bastante epistológrafo” (1974, p. 75), apenas podemos contar com o registo das suas missivas a partir de 1941, altura em que contava 42 anos. No ano escolhido para iniciar o arquivo publicou JAC os seus *Contos durienses*, terceiro título da sua autoria, três anos depois de ter lançado a sua primeira obra. Parece que só depois de ter créditos firmados como escritor decidiu o contista guardar as suas missivas, como se ser epistológrafo fosse indissociável da condição de escritor<sup>5</sup>. O provável número crescente de correspondentes e o estatuto destes terá também pesado na sua opção.

O envelhecimento pode ter tornado a resposta mais demorada - “Por falta de saúde, já não sou o pontual carteador que sempre fui”, escreve a Fernando Araújo Lima em 12/10/79 - e os novos tempos podem não ser propícios à troca de correspondência, mas tal não afeta o seu fervor epistolar: “À medida que os dias passam, reconheço que a epistolografia é hoje uma saudade nos costumes literários. Mas, em mim, não é saudade. É ainda evidência. Escrevo cartas às dúzias e escrevo-as como respiro” (Carta a João Bigotte Chorão, de 6/9/79). Não surpreende por isso que o testemunho da sua correspondência se prolongue até 1983, dois anos antes da sua morte. Neste caso, é a causa natural da degradação da saúde do dedicado carteador que dita a opção pelo encerramento do arquivo. Nem por isso deixa de ser notável a persistência e coerência do escritor: encetando o arquivamento *nel mezzo del camin*, a ele se manteve fiel até perto do fim dos seus dias, como se, também neste capítulo, o avançar dos anos não tivesse afetado o projeto inicial.

Graças ao zelo do autor do *Sem método*, quem estiver interessado em estudar a sua correspondência tem, aparentemente, a tarefa facilitada, pois compilou o seu epistolário em volumes organizados por anos, do que resultou uma coleção de vinte e um tomos de dimensão variável. No entanto, o cuidado do obstinado epistolófilo<sup>6</sup> não impediu que alguma desta correspondência esteja desaparecida, restando hoje 2581 objetos postais (cartas, telegramas, cartões de visita, bilhetes postais) dactilografados, arquivados em pouco mais de metade dos volumes originais<sup>7</sup>, situação bem reveladora dos diversos perigos que ameaçam a sobrevivência da correspondência.

---

<sup>5</sup> A contiguidade entre estes dois ofícios é também sugerida nesta passagem: “Mas, é óbvio, que se fechou o meu ciclo de carteador e, provavelmente, o de escritor. Limite-me a pensar e a deitar ao papel, de vez em quando, uma nota íntima” (Carta a Fernando Araújo Lima, de 2/5/75).

<sup>6</sup> Valemo-nos do neologismo com que o lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda designa, numa carta (reproduzida em Pontes, 2011, p. 120), o seu amigo, o escritor Moreira Campos, também ele um contista exemplar radicado na região onde nasceu, motivo talvez da sua epistolomania. João de Araújo Correia emparceira sem dúvida com ele pela sua dedicação à causa da epistolografia, demonstrada pelos inúmeros exemplares que redigiu, copiou e guardou, bem como pelo repetido incentivo à publicação da correspondência de outros escritores, atitudes alinhadas com o facto de, como veremos, não considerar a carta um género menor.

<sup>7</sup> Estão disponíveis os volumes II (20-1-1961 a 14-12-1963), III (7-1-1964 a 17-12-1965), VII (1969), IX (1971), X (1972), XI (1973), XIII (1975), XIV (1976), XV (1977), XVI (1978), XVII (1979) e XXI (1983). Desconhece-se ainda o paradeiro das cópias manuscritas mencionadas numa carta a Fernando Araújo Lima de 13/12/75.

A constância epistolar do nosso escritor assenta, certamente, na natureza da carta: “A carta é um meio de comunicar por escrito com o semelhante. [...] corresponde a uma necessidade profunda do ser humano. [...] Escreve-se, pois, ou para *não estar só*, ou para *não deixar só*” (Rocha, 1965, p. 13). Em particular, segundo o autor em estudo, “vale ao escritor, como estímulo, a carta de um amigo” (Carta ao Dr. Amorim de Carvalho, de 25/5/75), préstimo tanto mais relevante quanto o autor de *Contos bárbaros* se figurava romanticamente retirado num ermitério. A já referida associação entre escritor e carteador sai, assim, reforçada, até porque o “pacto epistolar” (Seara, 2006, p. 221) estabelece que toda a carta tenha resposta.

O copiador, por seu turno, decorre de uma outra característica da carta, “documento perecível, sujeito a todas as formas de destruição” (Rocha, 1965, p. 9). Em termos mais imediatos, o duplicado previne o eventual extravio da missiva devido ao deficitário funcionamento dos serviços postais. Por outro lado, e uma vez que a carta se torna descartável porque, em geral, “perde rapidamente actualidade e relevância” (Silva, 2004, p. 13), o original pode desaparecer, mas a cópia arquivada não só lhe permite sobreviver, como lhe possibilita uma nova vida: “Se, depois da minha morte, houver quem o [ao epistolário] joeire e publique, dará de mim novo testemunho e algum espelho da minha época.” (Carta a João Bigotte Chorão, de 6/9/79). Esta passagem contém todo um programa em que vale a pena determo-nos. Em primeiro lugar, o epistolário é apresentado como um legado conscientemente construído, destinado a ser revelado apenas após a morte do seu autor, como se o seu desaparecimento implicasse também o fim do sigilo que, em princípio, caracteriza a relação epistolar. Seria uma forma de obviar a “falta de recuo cronológico” que, numa carta a Fernando Araújo Lima de 13/12/75, menciona como impeditiva da divulgação da sua recolha. Imprescindível para que a carta nasça, a ausência, que a morte faz definitiva, torna-se essencial para que ela renasça.

A concretização do projeto depende de terceiros, para quem o escritor transfere a responsabilidade da seleção das cartas com vista à publicação, deixando assim entrever a natureza proteiforme deste género textual. Como diz Manuela Parreira da Silva (2004, p. 25), “uma correspondência de escritor é, quase sempre, um conjunto heteróclito que releva da vida e da obra, constituindo «uma zona enigmática conduzindo do que ele é ao que ele escreve»<sup>8</sup> (Kaufmann, 1990, p. 8)”. O contista reconhece implicitamente que nem todas as missivas guardadas servirão os seus propósitos. Note-se que, apesar disso, a partir de certo ponto da sua vida, não dispensou nenhuma, como se nada quisesse ocultar ao leitor futuro, que assim acede à “prosaica existência comum do seu autor” (Silva, 2004, p. 24). No papel que lhe foi atribuído, o selecionador das cartas atua como um mediador que conduz outros leitores, para os quais compõe, à sua maneira, um retrato do epistológrafo, da sua vida e do mundo em que existiu.

Atribuindo à carta um carácter documental, a publicação torna-se, deste modo, o destino almejado para a compilação levada a cabo. Impressas, as missivas estão mais próximas de se perpetuarem. Adquirem forma definitiva e, perdendo o carácter privado, chegam a um público

---

<sup>8</sup> “une zone énigmatique conduisant de ce qu’il est à ce qu’il écrit”. As traduções são sempre nossas.

alargado, que pode assim contactar com um “eu” e com o mundo como ele o representa. Pela exaustividade e pelo arco temporal que recobre, a correspondência arquivada de JAC é pródiga em material para tal.

Emancipada do circuito que lhe deu origem, a carta presta-se, portanto, a outras leituras e a outras funções, designadamente a de repositório do passado. Se, nas palavras de André C. Rocha, a carta é uma “Lição de fraternidade” (1965, p. 13), o seu arquivamento não deixa de ser um ato de generosidade destinado a preservar a memória do passado para uso dos vindouros, tema particularmente caro ao nosso epistológrafo. É verdade que “a escrita epistolar, embora ancorada no real, deixa um grande espaço à invenção e à criação”<sup>9</sup> (Pono, 2015, p. 46), mas nem por isso ela deixa de fornecer uma representação desse mesmo real, incluindo do próprio escrevente, tal como sucede com o texto literário<sup>10</sup>.

Embora “Úteis aos biógrafos, que querem se assegurar de um fato ou que procuram o “homem” por trás de seus rascunhos, úteis aos “bisbilhoteiros históricos” [...] em busca de “informações”, as cartas sempre foram resguardadas como preciosos arquivos de criação” (Diaz, 2007, p. 123), registando desde as diversas fases de gestação de uma obra, até ao “seu lento e inexorável esvanecimento nas águas turvas da memória” (Diaz, 2007, p. 123). É curioso que JAC não contemple, no seu plano, a função genética da carta. Ao emancipá-la em relação ao texto literário, confere-lhe uma existência autónoma e atribui-lhe funções específicas, encarando-a como uma forma outra de se exprimir, tão válida como a literária, e de marcar a sua presença no mundo. O ser que ele pretende que os seus leitores encontrem nas suas missivas não é sobretudo o criador literário<sup>11</sup>, mas um cidadão português do século XX. Não um cidadão anónimo, evidentemente, mas um cidadão ao qual a escrita literária deu o nome e a projeção que o tornam uma voz autorizada e justificam a edição das suas cartas. Isto não significa que, para o médico-escritor, correspondência e obra literária sejam mundos à parte. Embora não recorra à carta como oficina literária, é possível identificar pontos comuns à sua obra literária, o que não surpreende, pois também neste caso, como diz Manuela Parreira da Silva a respeito de Fernando Pessoa, “A contiguidade dos papéis é indisfarçável” (2004, p. 24).

Como temos vindo a notar, o escritor prepara o seu epistolário com os olhos postos no futuro, seja nos vindouros a quem destina o material reunido, seja no seu futuro e no da sua obra, elementos todos eles interligados. De facto, ao arquivar a sua correspondência, João de Araújo Correia começou a preparar a sua posteridade, na qual pretendia manter-se editorialmente ativo. A “carta como corpo frágil, prolongamento do corpo mortal daquele que escreve” (Silva, 2004, p. 13), vence a morte através da cópia guardada e possibilita ao seu autor uma espécie de segunda vida. Guardar cópias de cartas deriva do “instinto de autoconservação” (Silva, 2004, p. 14). Aguardam um destinatário providencial que as resgate e reponha em circulação.

<sup>9</sup> “l’écriture épistolaire, bien qu’encrée dans le réel, laisse une grande place à l’invention et à la création”.

<sup>10</sup> Significativamente, JAC sublinha que, nas cartas, “É preciso ler nas linhas e nas entrelinhas” (1974, p. 77).

<sup>11</sup> A conceção romântica de criação literária que expõe no conto “Manhã perdida”, incluído em *Folhas de xisto* (1968, p. 49-58), não se compadeceria com tal.

## 2 Antes da carta

Podemos considerar a cópia arquivada como o penúltimo avatar da carta<sup>12</sup>. Nos epistolários surgem objetos completos e definitivos que parece nunca terem existido de outra maneira, como se a aproximação ao oral e os princípios correlatos da sinceridade e da espontaneidade não permitissem que fosse de outra forma. No entanto, uma das características deste gênero textual é “O seu caráter *premeditado*, bem como a possibilidade de rasurar, e de apagar as rasuras”<sup>13</sup> (Kerbrat-Orecchioni, 1998, p. 16). De facto, “A distância dá, na verdade, àquele que escreve todo o tempo para procurar as palavras adequadas à situação e ao destinatário, e para encontrar também a imagem mais conseguida de si próprio” (Silva, 2004, p. 32). Assim, “Antes de ser objeto postal [...] a carta chamada “missiva” é texto, e mais frequentemente, “autógrafo”. Mas antes de ser texto, ela foi também, às vezes, “paratexto” – minuta, “rascunho” - o que nos coloca então na situação – reconfortante - de uma genética “endógena”” (Diaz, 2007, p. 120). A carta pode ser, assim, estudada “segundo uma perspectiva dupla : o *atelier* da carta e a carta como *atelier*”<sup>14</sup> (Pono, 2015, p. 76). Ao contrário do segundo, que secundariza a carta em prol da obra literária, o primeiro tipo de abordagem encara-a como objeto autónomo, com marcas próprias e com uma história que vale a pena estudar. Resgatando-a da menorização a que a hibridez, a suposta proximidade do discurso oral e o caráter privado a tinham condenado, encara-a como um profícuo campo de trabalho. O rascunho adquire, neste contexto, uma relevância indiscutível, já que funciona como memória da criação da carta, rasto da sua história.

Em geral, porém, atingida a versão final e remetida da carta, tudo o que é feito a montante passa a ser desnecessário e, por isso, é dispensado. Alguns dos mais famosos romancistas franceses do século XIX assim procederam: “baseando-se nos exemplos de Balzac, Flaubert, Sand ou ainda Zola, ele [Alain Pagès] nota que «a prática deles da escrita epistolar exclui o rascunho ou – o que vem a dar no mesmo – a ideia que se deve conservar o rascunho da redação de uma carta»<sup>15</sup>” (Pono, 2015, p. 18). A partir do último quartel do século seguinte, o rascunho sucumbe mesmo às mãos do correio eletrónico. Não é que o texto, sobretudo nos *mails* com um certo grau de formalidade, deixe de ser planeado e alterado, mas “O digital esbate a origem, como esbate a rasura, como esbate os seus efeitos de ambivalência. Desaparecido o gesto inaugural, a escrita dá-se sempre já como última, actual” (Babo, 2006, p. 93).

Por outro lado, normalmente, a existência do original dispensa a realização, a jusante, da cópia. Assim, a história de uma carta torna-se, muitas vezes, lacunar:

---

<sup>12</sup> A carta impressa será o último.

<sup>13</sup> “Son caractère *prémédité*, ainsi que la possibilité de raturer, et d’effacer les ratures”.

<sup>14</sup> “selon une double perspective : l’atelier de la lettre et la lettre comme atelier”.

<sup>15</sup> “en ce basant sur les exemples de Balzac, Flaubert, Sand ou encore Zola, il [Alain Pagès] note que « leur pratique de l’écriture épistolaire exclut le brouillon ou – ce qui revient au même – l’idée qu’on doit conserver le brouillon rédactionnel d’une lettre »”.

A norma, então, é infelizmente a desordem – e, sobretudo, a ausência. Ausência de autógrafo, ausência de rascunho, ausência de cópia: sempre falta alguma coisa. [...] Raros são os casos nos quais a minuta (rascunho feito antes da escrita, e que se conserva quando a carta, recopiada, é remetida), o manuscrito original e a cópia (posterior) são encontrados juntos, permitindo, assim, as confrontações necessárias. (Diaz, 2007, p. 140)

Para Diaz (2007, p. 142), a versão enviada guarda marcas suficientes da sua gênese:

[...] em matéria de correspondência, o estudo genético pode facilmente satisfazer-se com um corpus menos generoso. Como toda a carta é seu próprio rascunho, basta que se tenha o simples manuscrito realmente expedido para que se esteja na presença de um documento excepcionalmente rico.

Sem pôr em causa a riqueza de dados que o destinatário pode encontrar na carta sobre a história desta<sup>16</sup>, cremos que acompanhar a sua gestação revelará elementos que, permitindo perceber o processo de escrita do epistológrafo, conduzirão a um conhecimento mais profundo da carta, isto é, à compreensão do como e porquê da configuração final do texto, com evidentes ganhos semânticos.

### 3 JAC e a carta: da teoria à prática

JAC esclarece a sua filosofia sobre a carta numa crónica metatextual intitulada “Correspondências”, originalmente publicada em *O comércio do Porto* em 1969 e recolhida em *Pó levantado* (1974). Nela refuta a classificação da epistolografia como género menor, pois “Não há género menor se for tratado com o devido pulso” (1974, p. 75-76). Menciona também alguns dos seus autores canónicos - o Padre António Vieira, Herculano, Antero, Trindade Coelho -, com quem ombreiam “alguns epistológrafos humildes” (1974, p. 76). Traça a evolução do género ao comparar as “cartas de ontem” com as “cartas de hoje”. A respeito destas, considera que “Na sua qualidade de conversa escrita, vão-se como se vai a prática oral. Se esta exige tempo, mais tempo exigem aquelas” (1974, p. 77). Comprovando que a escrita epistolar é indissociável das condições históricas em que se processa, o autor parte da aproximação entre a carta e a interação oral<sup>17</sup>, de longa tradição no Ocidente<sup>18</sup>, para notar a dificuldade de sobrevivência da troca postal nos agitados tempos modernos, incompatíveis com o investimento temporal que aquela implica. Catherine Kerbrat-Orecchioni aponta precisamente esta característica como diferenciadora da correspondência: “Em comparação

---

<sup>16</sup> Diaz dá como exemplo as indicações provenientes de “outros sistemas semiológicos, sejam eles da ordem do sinal (marcas postais), do símbolo (sinete ou selo do escritor, cor do papel etc.) ou do indício (grafia, traços diversos sobre a folha, perfumes, flores secas etc.)” (2007, p. 143).

<sup>17</sup> A crónica jornalística, definida como “conversa do escritor com o leitor comum” (Correia, 1972, p. 202), participa desta mesma ambivalência entre o oral e o escrito. Ela surge, por isso, tal como a carta, contaminada pela ideia de intimidade, tanto mais sugestiva quanto, ao contrário da carta, ela é pública e dirige-se a um destinatário plural, adivinhado e não individualizado.

<sup>18</sup> Já no séc. II a. C. Cícero considerava a carta “uma conversa entre amigos ausentes” (*apud* Seara, 2006, p. 336).

com a conversação oral, a principal característica da comunicação epistolar é a sua *lentidão*: as palavras formam-se lentamente, elas encaminham-se lentamente, e pode-se demorar o tempo que for necessário para lhe responder”<sup>19</sup> (1998, p. 35).

Devido às suas múltiplas ocupações<sup>20</sup>, JAC sacrificava o seu descanso para prestar tributo a Mercúrio: “Levantei-me às 2 da madrugada para escrever cartas” (carta à filha Maria Virgínia, de 01/07/72). A abundância de correspondência recebida, bem como o escrupuloso cumprimento do pacto epistolar, assim o exigiam. A estas circunstâncias parece corresponder uma escrita automática: “Escrevo cartas às dúzias, e escrevo-as como respiro. Não há em mim, ao escrevê-las, preocupação literária de nenhuma espécie. Escrevo-as ao correr das teclas, lamentando sempre que a minha forma de letra seja ilegível” (Carta a Bigotte Chorão, de 9/9/79). De acordo com esta passagem, a carta é um texto simples, porque espontâneo e natural, ao contrário do texto literário, concepção que é ainda uma herança da “era Sévigné” de que fala Diaz (2007, p. 132) e que evoca a clássica aproximação entre o epistolar e oral. Mesmo a máquina de escrever parece não comprometer estes predicados, como se depreende da adaptação da conhecida expressão “escrever ao correr da pena”. Em contrapartida, o recurso a este aparelho faz sobressair o desejo de (se) comunicar claramente, anseio incompatível com a famosa letra de médico.

A máquina de escrever não deixa, no entanto, de afetar o processo de escrita, como o contista duriense explicitamente reconhece numa entrevista: “Escrevo à máquina como se usasse freio para escrever a passo. É a melhor maneira de ir vendo e corrigindo a escrita como se fosse prova tipográfica” (1972, p. 171). A comparação inicial não poderia ser mais expressiva quanto à morosidade que o uso da máquina de escrever impõe ao processo de escrita. Ao refrear a expressão, a máquina de escrever ameaça a sinceridade e espontaneidade<sup>21</sup>. As correções que a escrita dactilográfica não dispensa, como se depreende da segunda frase, vão no mesmo sentido. “Ver” e “corrigir” tornam-se parceiros num processo que parece antecipar as possibilidades introduzidas pelo processador de texto. Por conseguinte, e como o segundo símile sugere, concentram-se no mesmo exemplar o rascunho, o original e a prova, simbiose importante para quem dispõe de pouco tempo para escrever numerosas cartas com as delongas que a máquina impõe.

Nem sempre, porém, o resultado final satisfaz o epistológrafo: “Aproveitei o dia de ontem, que foi dominical, para escrever a V. Rer.<sup>ma</sup> uma longa carta. Acabo de a rasgar, porque

---

<sup>19</sup> “Par rapport à la conversation orale, la principale caractéristique de la communication épistolaire est sa *lenteur*: les mots se forment lentement, ils s’acheminent lentement, et l’on peut prendre son temps pour y répondre”.

<sup>20</sup> Para além de médico e escritor, foi também empresário, conferencista, colaborador regular na imprensa e pai/avô.

<sup>21</sup> Maria Augusta Babo assinala igualmente a convivência difícil entre a espontaneidade e a escrita dactilográfica: “Uma poética da rasura instalou-se como uma espécie de mais-valia de subjectividade na escrita, porque ligada à própria espontaneidade do sujeito, à qual já a máquina de escrever vem retirar alguma aura” (2006, p. 92). Acrescente-se ainda que, num texto dactilografado, a assinatura manuscrita quebra com a impessoalidade deste tipo de escrita.

me saiu tão extensa como pretenciosa. Fora! Seja eu breve e humilde para não trair a minha sina” (Carta ao Padre Moreira das Neves, de 5/5/75). Colocando-se no lugar do destinatário, desagrada ao escritor a imagem de si que se desprende da carta original. Não é, portanto, a sinceridade nem a espontaneidade que regem a escrita epistolar. Por considerar que a missiva veicula um “eu” no qual o autor diz não se rever, destrói-a. Exorcizada esta imagem considerada falsa e eliminado o texto que lhe servia de suporte, o mitente aproveita para garantir a autenticidade do “eu” que o destinatário vai encontrar no texto, como se quisesse dissipar qualquer dúvida que a este respeito surgisse no seu leitor<sup>22</sup>, procurando assim conferir maior autenticidade ao agradecimento que a seguir expressa: “Da carta sacrificada, aproveito agora o essencial, que é o meu agradecimento ao elogio das *Nuvens singulares*”. Apesar de destruída, a carta original não deixa de aproveitar à que se lhe segue, acabando por funcionar como o seu rascunho. Desaparecido o seu corpo, ela sobrevive na memória que dela exhibe a sua sucessora.

Casos houve, no entanto, em que a carta preterida e a respetiva cópia não desapareceram. Nos volumes a que tivemos acesso, deparamos com cinco situações destas. É certamente um número diminuto face à amplitude do epistolário em apreço. A confissão tentada junto ao Padre Moreira das Neves permite-nos pensar que outras alturas terá havido em que uma versão insatisfatória foi eliminada, o que não é de estranhar, face à já referida desvalorização de todo o trabalho de redação anterior à versão definitiva. A inclusão destes cinco exemplos reveste-se, pois, de uma certa excecionalidade, sobretudo se se atender à maneira como o epistológrafo se auto define numa carta a Belarmino Pedro de 4/8/72: “Sou muito metódico em epistolografia”. Interrogamo-nos, assim, sobre as razões da sua inclusão no epistolário, lugar destinado a arquivar cópias de cartas enviadas, sobre o motivo de serem apenas cinco os casos apresentados e sobre o(s) critério(s) que presidiram à seleção dos exemplares (res)guardados.

## 4 Cartas que nos baralham

Coincidência ou não, os cinco pares de cartas reformuladas são todos dos anos 70: um de 1972, outro de 1975 e três de 1978. Os destinatários de cada um dos pares, por sua vez, são todos diferentes. As cópias de 1972 têm como destinatário o crítico literário Manuel Poppe, com quem JAC já se correspondia pelo menos desde 1961. Dizem respeito à primeira carta que o contista lhe enviou naquele ano, à qual se seguiram mais seis.

Os exemplares de 1975 dirigem-se ao que se presume ser, pelo conteúdo, um paciente. Datados de “Domingo, 9 de Novembro de 1975”, e pedindo ao destinatário para comparecer no consultório no dia seguinte, presume-se tratar-se de um bilhete entregue em mão própria. No entanto, como segue o plano de texto da carta, e, à semelhança das missivas do autor, está datilografado em papel de receita, parece-nos não haver razão para o excluir deste conjunto. Nos volumes disponíveis, é o único com este destinatário.

---

<sup>22</sup> Note-se que, de acordo com as cópias disponíveis, esta era a terceira carta enviada a este destinatário.

Quanto às cópias de 1978, um par dirige-se a Castelo Branco Chaves, personalidade da cena cultural portuguesa com quem o médico-escritor vinha mantendo correspondência com uma certa regularidade desde 1973, de acordo com os tomos acessíveis. A carta que conheceu duas versões foi a primeira de três que lhe foram endereçadas em 1978.

Neste mesmo ano, José António de Sousa Pereira, um médico conterrâneo do escritor, recebeu três cartas do colega, sendo a carta duplicada a última da série. É o único caso em que a carta com duas versões vem na sequência de uma interação recentemente iniciada. Encerrado este ciclo, de acordo com os tomos consultados, os colegas não voltaram a trocar correspondência.

É para outro médico, José Maria Rodrigues de Carvalho, presidente da comissão cultural do Centro de Atualização de Estudos Médicos (CADÉM), que Araújo Correia escreve duas versões similares da segunda<sup>23</sup> de três cartas que lhe enviou neste mesmo ano. Segundo os dados disponíveis, trocavam correspondência desde 1971.

Em suma, os exemplares guardados tanto são destinados a correspondentes de longa data, como a recetores pontuais, predominando os primeiros. Entre os destinatários, prevalecem as personalidades ligadas à vida cultural. As cartas que iniciam o ciclo estão em maior número. A identificação destas tendências não responde às questões colocadas no final da secção anterior, pois numa recolha desta magnitude não seria difícil encontrar casos idênticos que, contudo, não tiveram tratamento semelhante.

Outro aspeto a considerar é o tempo que medeia entre as redações. Três dos cinco conjuntos foram redigidos no mesmo dia. Nos outros dois casos, as cópias estão datadas de dias seguidos. Mesmo aqui, não há um intervalo de tempo significativo entre a versão original e a seguinte, sendo portanto rápida a decisão da reescrita.

## 5 Em busca da carta ideal

De acordo com Jean-Michel Adam, qualquer forma epistolar apresenta o seguinte plano de texto: abertura (saudação e indicação do lugar e do tempo), exórdio (preparação para a sequência seguinte), corpo da carta, peroração (transição para o fecho) e fecho (1998, p. 42). Adotaremos este modelo para perceber como se processa a gestação das cartas em JAC, ou, pelo menos, de um certo tipo de carta.

Começando pela fase inicial, uma vez que as cartas e as respetivas cópias são redigidas nas folhas das receitas, no cabeçalho encontra-se impressa a identificação do remetente, incluindo a sua morada, pelo que este apenas acrescenta a indicação temporal. Somente em dois pares as cópias têm datas diferentes, designadamente 3 e 4 de março e 4 e 5 de abril.

---

<sup>23</sup> Como a sua existência se deve à suspeita de extravio da carta enviada anteriormente, que retomava o contacto após mais de meio ano de silêncio, consideramos esta carta como uma nova tentativa de iniciar o diálogo postal.

Se a diferença de um dia não permite variações significativas nas versões, menos serão possíveis naquelas que foram reescritas no mesmo dia. Quando a carta é reformulada num dia diferente, é possível identificar a segunda versão. Supostamente, terá sido o original desta a seguir viagem. Porém, como se mantiveram as duas cópias, não há garantia disso.

Passando à saudação do destinatário, apenas num caso não há coincidência entre as duas cópias. O paciente José Bernardo Sequeira ora é designado por “Meu Amigo e Senhor”, ora por “Meu Ex.mo Amigo”. Neste último caso, o adjetivo anteposto confere uma maior formalidade à expressão. A primeira formulação, porém, é mais subjetiva, não só devido à ausência do adjetivo, mas também ao tom de humildade veiculado pelo substantivo “senhor”. Esta versão sugere, por isso, uma maior proximidade entre o redator e o destinatário.

As diferenças na saudação refletem-se, no final, no “acto confirmativo do elo relacional entre os correspondentes” (Seara, 2006, p. 316): o autor despede-se do “Amigo e Senhor” com “Respeitosamente me subscrevo/ Amigo obrigado”, enquanto “Amigo de V. Ex<sup>a</sup>” corresponde, pela formalidade e distanciamento, ao “Meu Ex.mo Amigo”.

Na carta ao elemento do CADÉM, a saudação é a mesma nas duas versões: “Meu querido Amigo/Dr. José Maria”. No entanto, o “acto de saudação disjuntiva de despedida” (Seara, 2006, p. 316) do remate é diferente numa das versões. Na carta de 4/4, “Apertado abraço deste seu amigo, que nunca esquecerá as su[a]s gentilezas” corresponde à afabilidade da abertura. No dia seguinte, reduz-se a um simples “Apertado abraço do [assinatura]”. Desaparece a reafirmação da amizade e a expressão da eterna gratidão pelas atenções do colega, como se o epistológrafo não se sentisse confortável com a proximidade e a emotividade expressas pela formulação inicial.

Algo idêntico sucede nas missivas dirigidas ao “Meu prezado Amigo e Ilustre Colega/José António de Sousa Pereira”. Na despedida da cópia de dia 3/3, o remetente diz-se “Admirador, Colega e Amigo muito obrigado”, fórmula que, no dia seguinte, se reduz a “Colega e Amigo obrigado”, sendo, portanto, menos veemente o “acto confirmativo do elo relacional entre os correspondentes” (Seara, 2006, p. 316). Visto que em ambos os casos as cópias estão datadas de dias distintos e que é a versão mais recente a mais lacónica, parece que o remetente prefere representar-se mais distante e menos entusiástico ou emotivo. Esta *persona* será motivada pelo destinatário original ou pelo eventual leitor futuro? Seja como for, ao contrário do recetor primeiro, o leitor que justifica o esforço arquivístico terá sempre, através das cópias, acesso a outro JAC.

Uma vez que a familiaridade é dispensada e que os temas das missivas não versam a vida particular nem do carteador, nem dos seus interlocutores, consideramos estas cartas mais próximas do que Jean-Michel Adam designa como “correspondência socialmente distanciada”<sup>24</sup>, assim explicada e caracterizada:

---

<sup>24</sup> “correspondance socialement distanciée”.

A esfera mais ampla e formal da sociabilidade ou das questões relacionais «formais» implica práticas sócio-discursivas sobre objetos de discurso menos íntimos e com um círculo mais amplo de pessoas que se podem considerar simples «relações». A distância entre os correspondentes é, portanto, necessariamente maior neste género do que no anterior [correspondência íntima]<sup>25</sup> (Adam, 1998, p. 47-48).

Nos diversos pares, as maiores divergências entre as cópias verificam-se nas etapas que seguem a abertura. Manifestam-se a dois níveis: ao nível do plano de texto e ao nível da expressão. Neste capítulo, ocorrem duas situações distintas. Três das cinco duplas combinam as duas vertentes, embora seja o plano de texto o mais diferenciado. Quanto aos outros dois pares, a divergência ocorre somente ao nível da expressão: o plano de texto mantém-se; é no domínio do vocabulário que surgem modificações.

Começando pela primeira situação identificada, as diferenças no cumprimento do plano de texto dão origem a versões de dimensão desigual. Assim, no par dirigido ao colega do CADÉM, a primeira versão abre com um exórdio sobre o mau funcionamento dos Correios, suprimido na versão do dia seguinte, que inicia com aquele que é o segundo parágrafo da versão original e no qual se confirma a impossibilidade de comparência num encontro daquela associação, anunciada numa carta enviada anteriormente, “talvez perdida”, expressão acrescentada em substituição do exórdio da redação primeira. Por outro lado, já no fecho, a “extensão de cumprimentos” (Seara, 2006, p. 322) não coincide nos dois casos. Na carta de 4/4, esta reduz-se ao seguinte pedido: “Peço-lhe que me lembre, com a minha mágoa, a todos os membros do CADÉM. [...]”. A versão posterior acrescenta: “Peço-lhe também que cumprimente por mim o conferente da noite – Dr. Jacinto de Magalhães”. Como se reparasse uma lacuna da versão inicial, o remetente adiciona uma saudação específica para o colega cujo papel especial no encontro refere, identificando-o depois pelo nome próprio, individualizando-o assim no conjunto de “todos os membros” e mostrando estar a par do programa.

Nas cópias datadas de 3/1 dirigidas a Castelo Branco Chaves, embora seja impossível saber qual foi redigida primeiro, é inegável que também uma versão é mais breve do que outra. A cópia mais extensa começa por, jogando com as palavras, agradecer a “maneira grande como recebeu a minha *Pátria Pequena*”, seguindo-se o lamento do epistológrafo (disfarçado pedido de desculpas, acompanhado de justificação) por o trabalho, excessivo para a sua idade, não lhe deixar tempo para ler um ensaio da autoria do destinatário. Promete em seguida reparar esta falta logo que tenha condições para ler como gosta esta obra que antecipa ser muito do seu agrado. Depois de retribuir os votos de Bom Ano, onde a felicidade só poderá ser “relativa”, despede-se com um “Até breve”, seguido da promessa de uma nova carta com “algumas linhas sobre o seu ensaio”. Fecha com um “ato de saudação disjuntiva” (Seara, 2006, p. 317) –

---

<sup>25</sup> “La sphère plus large et formelle de la socialité ou des enjeux relationnels « formels » implique des pratiques socio-discursives sur des objets de discours moins intimes et avec un cercle plus large de personnes que l’on peut considérer comme de simples « relations ». La distance entre les correspondants est donc nécessairement plus grande dans ce genre que dans le précédent [correspondance intime]”.

“Receba um abraço” - seguido de um “ato confirmativo do elo relacional” (Seara, 2006, p. 316) com o seu interlocutor: “Admirador e amigo”. A versão reduzida exclui o agradecimento inicial, abrindo logo com o lamento do epistológrafo e a justificação para a sua falha. Embora com algumas diferenças de forma<sup>26</sup>, mantém tudo o que se segue até à despedida, que se resume a um pedido de desculpas por uma rasura anterior, inexistente na versão mais desenvolvida, repetindo a seguir a saudação e a indicação dos sentimentos que o ligam ao destinatário. A rasura, visível e denunciada, exclusiva desta cópia<sup>27</sup>, poderia indiciar ser esta a segunda versão da carta. Resta saber se não teria sido o desejo de a eliminar e de atenuar um início algo abrupto que teria levado à redação mais ampliada.

Também no texto enviado ao paciente, com duas versões escritas no mesmo dia, é evidente o contraste entre uma versão mais extensa e outra mais abreviada. Na primeira, há um exórdio que recorda um acordo anterior, motivo pelo qual o médico entra em contacto com o doente, cuja presença solicita no consultório através de um delicado e formal “peço a V. Exa”. Justifica a seguir a necessidade de um encontro pessoal. Reafirma depois a sua confiança nos colegas a quem José Bernardo vai recomendado. Termina com o envio de saudações à esposa do doente e com um “Até amanhã?” antes da fórmula final já antes analisada.

A brevidade da outra versão resulta de um exórdio reduzido à evocação do acordo anterior, para passar logo em seguida à convocação da visita do doente. Esta é feita através da fórmula “Convirá que V. Exa”, não sendo portanto um pedido do escrevente mas uma vantagem para o seu cliente. Depois da razão para conversarem pessoalmente, passa imediatamente à sequência de fecho, na qual não está presente o dubitativo “Até amanhã?”. É, pois, uma versão reduzida ao mínimo, da qual se desprende uma certa *secura* e onde se exclui a possibilidade de o destinatário não corresponder à solicitação do médico.

Quanto às cópias dissemelhantes apenas no plano da expressão, não há diferenças significativas entre as duas versões, redigidas em dias seguidos, da carta dirigida a José António de Sousa Pereira. O seguinte passo, o mais alterado de uma versão para a outra, ilustra o diverso tipo de mudanças que podem ocorrer, designadamente, substituições (sublinhado), acrescentos (negrito) e supressões (XX):

- a) Daí procede a razão de me felicitar pelo seu rasgo de consciência acordada no sentido da claridade moral. (carta de 3/3)
- b) Daí procede a razão de me felicitar pelo seu acto de consciência acordada no sentido da **paz** e da claridade XX. (carta de 4/3)

Eliminado o adjetivo posposto a “claridade”, esta ganha um sentido mais amplo, subtraindo-se ao domínio específico da moralidade. A “paz” que se lhe junta intensifica a

---

<sup>26</sup> “Mal me sobre um pouco de vagar, lerei de ponta a ponta, com atenção condigna [...]. É meu costume ler *fastine lente*” vs “Mal me sobre um pouco de vagar, para ler *fastine lente*, como é meu costume, lerei de ponta a ponta, com atenção condigna [...]”.

<sup>27</sup> Apesar de haver várias rasuras no *corpus* em análise, nunca motivaram pedidos de desculpa ou foram objeto de qualquer outro tipo de referência.

importância do “acto de consciência”, expressão que, por sua vez, retira a decisão do interlocutor do domínio do impensado ou inesperado. Todas estas alterações tornam o próprio excerto apaziguador.

Nas duas versões da carta a Manuel Poppe, verificam-se os mesmos procedimentos:

- a) Como a minha vida é o cabo dos trabalhos, não disponho de tempo suficiente para frequentar, com assiduidade, a televisão.
- b) Como a minha vida é o cabo dos trabalhos, **diurnos e nocturnos**, mal me sobra o tempo necessário para frequentar XX a Radiotelevisão.

No entanto, datadas do mesmo dia, e na ausência de qualquer informação fornecida pelo autor, não se sabe qual delas foi objeto de revisão, tornando-se rascunho da sua sucessora. Comparando as duas cartas, numa, a parcimónia inicial do autor cedo dá lugar a um estilo mais palavroso, ao contrário da outra, inicialmente mais compassada, mas depois mais concisa:

- i) Percorrer as estradas é o mesmo vs Percorrer estradas, hoje em dia, é o mesmo
- ii) seu e meu amigo vs seu e meu saudoso amigo
- iii) poderei contemplar-me no televisor como testemunha abonatória de Tomás de Figueiredo vs poderei contemplar-me no televisor
- iv) para melhor vincar a expressão e acentuar a transparência vs para ser mais nítido
- v) Quero com isto dizer que gostaria de verificar vs Gostaria de verificar

Merece destaque, em nosso entender, uma passagem em que o uso de estruturas verbais distintas é bastante significativo quanto às intenções que subjazem às opções do escritor:

Se quiser cumprir, como espero vs Se quiser honrar a sua palavra, como espero

Destinando-se esta missiva a levar Manuel Poppe a satisfazer a promessa de aliviar de “excrescências prejudiciais” o depoimento do contista sobre Tomás de Figueiredo<sup>28</sup>, a evocação da palavra honrada tornar-se-ia mais persuasiva do que o simples verbo “cumprir”. Perto do final do corpo da carta, seria uma última cartada para impedir o destinatário de se desviar do combinado. Não temos como saber se o autor escreveu esta versão por achar branda a anterior ou se, pelo contrário, começou por escrever esta e resolveu ser menos incisivo.

A redução da carta ao mínimo – o uso do papel de receita não era irrelevante<sup>29</sup> - e o cuidado com a formulação linguística são características da “correspondência socialmente distanciada”: “Esta segunda categoria exige uma atenção delicada, uma prudência, menos ou nenhum implícito e uma concentração bastante rigorosa sobre o objeto de discurso que motiva a carta”<sup>30</sup> (Adam, 1998, p. 49).

<sup>28</sup> Preocupado com a sua imagem, JAC ambiciona que o seu testemunho seja “passado a limpo” antes de ser divulgado na televisão. Pretende que se aplique à comunicação oral em diferido um tratamento idêntico ao da comunicação escrita.

<sup>29</sup> Do que se conhece, raríssimas vezes o contista escreveu cartas ocupando mais do que o rosto de uma folha de receita.

<sup>30</sup> “Cette deuxième catégorie exige une attention polie, une prudence, moins ou pas d’implicite et une concentration assez stricte sur l’objet de discours qui motive la lettre”.

Para completar este percurso, falta ocuparmo-nos da assinatura, atestado de autenticidade da carta. No caso de JAC, a assinatura manuscrita no final, depois da impressoal escrita mecânica, reveste-se de valor acrescido.

No *corpus* em estudo, há dois conjuntos cujas cópias estão ambas assinadas, o que, tanto no caso dos duplicados realizados em dias diferentes, como no dos que têm a mesma data, aumenta as dúvidas quanto à versão enviada. Por outro lado, uma vez que a assinatura, a menos que haja um *Post Scriptum*, é o último elemento da carta, dando-a por completa, indicia que a decisão de reescrever terá surgido quando o processo de escrita já tinha sido dado por terminado, ao contrário do que terá sucedido com os dois pares que não têm nenhuma assinatura. Neste último caso, podemos até perguntar-nos se alguma das cartas chegou a ser expedida, já que, sem a assinatura, elas parecem não estar concluídas. Claro que não é impossível que o escrevente apenas apusesse a sua assinatura na versão selecionada depois de retirar o papel químico, mas, neste caso, a cópia não reproduziria integralmente o original. Além disso, tal como no original, a presença da assinatura confirma a autoria. Por fim, resta uma dupla, redigida em dias distintos, e onde a assinatura só consta, para nossa tranquilidade, na cópia mais recente.

## Conclusão

Não podemos levar à letra a afirmação de João de Araújo Correia atrás citada, segundo a qual redigia a sua correspondência espontaneamente, sem preocupações literárias. Os exemplares que analisámos comprovam que, mesmo sendo de outra natureza, as preocupações existiam. Apesar de poucas, as cópias de cartas reescritas – e não simplesmente passadas a limpo – que chegaram até nós testemunham o cuidado que o escritor punha na sua elaboração. O uso da máquina de escrever e do papel de receita, o pouco tempo disponível deixariam também a sua marca no processo de escrita, assim como o desejo de clareza, a adequação aos destinatários reais e virtuais e ao assunto.

Embora os exemplares analisados atualizem um subgénero específico, a “correspondência socialmente distanciada” de que fala Jean-Michel Adam, as versões distinguem-se sobretudo na extensão do texto e na formulação linguística, sendo o exórdio, o corpo do texto e o início do fecho as etapas da carta onde mais alterações se verificam. Nelas se exprime um “eu” que oscila entre a distância e a proximidade.

A voz corrente de que “Cartas são papéis” não faz justiça à importância e à complexidade deste género textual que arquiva e é objeto de arquivo, levando longe, no tempo e no espaço, um ser que sonhou o (seu) futuro.

## Referências

- ADAM, J-M. Les genres du discours épistolaire. De la rhétorique à l'analyse pragmatique des pratiques discursives. In SIESS, J. (Org.). *La lettre, entre réel et fiction*. Paris: SEDES, 1998, p. 37-53.
- BABO, M. A. A escrita e seus dispositivos. In POMBO, O.; GUERREIRO, A.; FRANCO, A. F. (Orgs.). *Enciclopédia e hipertexto*. Lisboa: Edições Duarte Reis, 2006, p. 90-94.
- CORREIA, J. de A. *Pó Levantado*. Peso da Régua: Imprensa do Douro, 1974.
- CORREIA, J. de A. *Palavras Fora da Boca*. Peso da Régua: Imprensa do Douro, 1972.
- CORREIA, J. de A. *Folhas de Xisto*. 2ª ed. Lisboa: Portugália Editora, 1968.
- CORREIA, J. de A. *Manta de Farrapos*. Peso da Régua: Imprensa do Douro, 1962.
- COSTA, J. (prefácio e notas). *Castilho e Camilo. Correspondência trocada entre os dois escritores*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.
- DIAZ, J-L. Qual genética para as correspondências? *Manuscrita*, nº 15, p. 119-162, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2596-2477.i15p119-162>.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'interaction épistolaire. In SIESS, J. (Org.). *La lettre, entre réel et fiction*. Paris: SEDES, 1998, p. 15-36.
- PONO, N. *Explorer l'atelier épistolaire: étude de correspondance d'écrivains*. Dissertação (Maîtrise en études littéraires) – Université du Québec à Montréal, 2015. Disponível em: <http://archipel.uqam.ca/id/eprint/8001>. Acesso em 10 mai. 2024.
- PONTES, C. G. *A dança dos pobres diabos: o idealismo neutralizado e a degradação dos personagens nos contos de Moreira Campos*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2011. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/ppgl-dissertacoes-defendidas-2011/arquivos/0722dissertacao\\_carlos\\_gildemar\\_pontes.pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/ppgl-dissertacoes-defendidas-2011/arquivos/0722dissertacao_carlos_gildemar_pontes.pdf). Acesso em 15 abr. 2024.
- RIBEIRO, A. *Ao Lume Brando da Urze. Estudos sobre João de Araújo Correia*. Lisboa: Âncora, 2016.
- ROCHA, A. C. *A Epistolografia em Portugal*. Coimbra: Almedina, 1965.
- SEARA, I. R. *Da epístola à mensagem electrónica. Metamorfoses das rotinas verbais*. Dissertação (Doutoramento em Linguística) - Universidade Aberta, Lisboa, 2006. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2411>. Acesso em 3 abr. 2024.
- SILVA, M. P. da. *Realidade e Ficção. Para uma Biografia Epistolar de Fernando Pessoa*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

Artigo / Article

# A correspondência entre Gonçalves Dias e Teófilo Leal: uma obra à parte

*The correspondence between Gonçalves Dias and Teófilo Leal: a work apart*

**Renata Ribeiro Lima** 

Instituto Federal do Maranhão, Brasil

renata.lima@ifma.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5619-0355>

Recebido em: 29/05/2024 | Aprovado em: 08/11/2024

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo examinar uma amostra do epistolário gonçalvino, no seu diálogo com o melhor amigo, Alexandre Teófilo de Carvalho Leal (1822-1879), durante o período em que Gonçalves Dias era recém-chegado à Corte. Analisa-se nessas cartas o modo como o autor ultrapassa os lugares-comuns do gênero, por meio de um grande cuidado com a linguagem e da inserção de elementos próprios de outros textos, como o lírico, o dramático e o romanesco. Ademais, verifica-se que as expansões do poeta maranhense com esse correspondente eleito indicam o desenvolvimento de uma espécie de personagem, de um perfil de poeta romântico que o autor desejava transmitir ao leitor – não só ao amigo íntimo, mas também à posteridade que o aguardava como “Primeiro Poeta do Brasil”.

**Palavras-chave:** Gonçalves Dias • Epistolografia • Romantismo Brasileiro

## Abstract

This article aims to examine a sample of Gonçalves Dias's epistolary, in his dialogue with his best friend, Alexandre Teófilo de Carvalho Leal (1822-1879), during the period in which Gonçalves Dias was newly arrived at the Court. The analysis is focused on how the author goes beyond the commonplaces of the genre, through great care with language and the insertion of elements typical of other texts, such as lyrical, dramatic and novelistic. Furthermore, it appears that the expansions of the poet from Maranhão with this chosen correspondent indicate the development of a kind of character, a profile of a romantic poet that

the author wished to transmit to the reader – not only to his close friend, but also to the posterity that awaited him as the “First Poet of Brazil”.

**Keywords:** Gonçalves Dias • Epistolography • Brazilian Romanticism

## Introdução

“A correspondência, quadro de uma vida nunca acabado, sempre é em algum lugar uma obra-prima desconhecida.”  
Brigitte Diaz, *O gênero epistolar ou o pensamento nômade*

"A correspondence is a poetry enlarged"  
Robert Duncan

As cartas de escritores têm sido motivo de renovado interesse dos críticos literários contemporâneos, como se percebe pelo crescente número de edições dessas correspondências, bem como pelas traduções de referências importantes nos estudos epistolares e pelas pesquisas desenvolvidas nas universidades<sup>1</sup>. Outrora tidas apenas como fontes de informações para os estudos de literatura, centrados nos textos publicados, as cartas ressurgem com um olhar mais amplo sobre suas possibilidades de leitura, sendo elas, também, protagonistas da análise literária.

Nesse contexto, a correspondência do poeta romântico Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) se insere como celeiro de estudos dessa natureza. Os seus críticos e/ou biógrafos sempre levaram em consideração o seu epistolário – mesmo porque seu volume não passa despercebido, sendo um dos maiores da literatura brasileira – e o tomaram por base para conhecer seu percurso de vida e de criação literária. Desde Antônio Henriques Leal (1874), passando pela emblemática Lúcia Miguel Pereira (1942), por Josué Montello (1942), Manuel Bandeira (1952) e, mais recentemente, Andréa Camila de Farias Fernandes (2021), suas cartas vêm sendo usadas como fontes documentais, das quais se retiram informações para delinear sua biografia e compreender sua trajetória de escritor. Não obstante, têm sido lançadas novas luzes sobre esse conjunto de textos, devido ao desenvolvimento da crítica genética, da crítica epistolar e dos estudos de gêneros textuais, que nos permitem problematizar o caráter supostamente improvisado, sincero e espontâneo de sua epistolografia. Estudos como os de Geneviève Haroche-Bouzinac e Brigitte Diaz, traduzidos em 2016 pela Edusp, mas que foram publicados nos anos 1990 e 2000, respectivamente, além das teses de Angelides (1987), Santos (1998), Moraes (2002), Maciel (2009) e Rocha (2012), abriram caminhos fundamentais para uma renovada interpretação do epistolar em relação com a literatura.

---

<sup>1</sup> No Brasil, isso se deve especialmente ao pioneirismo e aos esforços do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, em cujo Arquivo se encontram correspondências de escritores como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos e Mário de Andrade, sobre as quais se debruçam pesquisadores renomados, como os Professores Doutores Walnice Galvão, Nádia Gotlib e Marcos Antonio de Moraes.

A partir dessas veredas teóricas, foi possível apreciar melhor a riqueza da linguagem e da composição empregada nas cartas de Gonçalves Dias (especialmente ao melhor amigo Teófilo Leal), a ponto de nos instigar a pensar nelas como uma parte de sua obra literária na tese *A ficção epistolar de Gonçalves Dias* (Lima, 2022). Conforme acompanhamos o olhar que dirige a si em sua correspondência, que é escrita quase como uma autobiografia, vem à tona um vasto leque de técnicas narrativas, figuras de linguagem e recursos dramáticos empregados pelo autor maranhense, levando o gênero carta aos limites mais criativos, e deixando clara a sua intencionalidade artística e memorialística em muitos momentos.

Assim, já não nos é possível seguir apenas a linha de leitura biografista, exemplificada na seguinte afirmação do crítico Wilson Lousada, em nota preliminar à Correspondência Passiva do poeta: “[...] Gonçalves Dias, [...], cuja correspondência íntima não se deixou marcar por nenhuma veleidade de manifestação premeditada para a posteridade, projetando-se assim como documento antes de tudo definido pela sinceridade das confissões ou revelações.” (Lousada *in* FBN, 1972, p. 7) ou nas palavras de Josué Montello: “[...] muitos pontos da biografia gonçalvina só podem ser conhecidos, hoje, graças a essas *confissões muito francas* que o poeta *copiosamente derramava* nas cartas ao seu conterrâneo na Província.” (Montello, 1942, p. 56, grifos nossos). Embora não desconsideremos o seu valor de fonte documental, não fechamos os olhos à intercomunicação entre a escrita poética/narrativa e a epistolar e ressignificamos a sua escrita de si, percebendo nela também uma construção.

Sobre esse ponto, o próprio Gonçalves Dias manifesta-se nas seguintes palavras, dirigidas a Teófilo em 26 de julho de 1848: “Creio em Deus que as minhas cartas, mas só as que te escrevo terão de passar a posteridade como o monumento mais caprichoso do seu gênero [...]” (Dias *in* FBN, 1971, p. 108), contrariando o comentário crítico supracitado. Em 1846, escreve, ainda, ao mesmo amigo:

Se algum dia me acontecer perder a memória, poderei afoitamente ir ter contigo, e dizer-te; “Meu amigo, conta-me a minha vida em tal tempo.” Tu sacarás então de um enorme calhamaço e principiarás com ela, levando-a sem lacunas de cabo a rabo. [...] Escrevo — talvez —, porque se queres que te diga a verdade, nunca me assentei defronte da minha consciência para a analisar com toda a pachorra e profundidade de um Romancista. (Dias *in* FBN, 1971, p. 57).

Percebemos, aqui, um esforço deliberado de Gonçalves Dias no sentido de deixar registrado um retrato de si, possivelmente acessível no futuro, devido à guarda do amigo. Ademais, nota-se que as cartas a Teófilo Leal eram escritas com capricho e atenção ao gênero, sendo comparadas ao termo “monumento”, objeto de perpetuação da memória. Observamos, portanto, no exame das cartas de juventude de Gonçalves Dias, precisamente o que Brigitte Diaz descreve: “Retomando a posteriori esse caminho, pode-se seguir, ao examinar essas jovens correspondências, a lenta germinação de um desejo de escrita intimamente ligado ao de encarnar a personagem mítica do escritor.” (Diaz, 2016, p. 104).

Dessa forma, no presente artigo, pretende-se analisar uma pequena amostra dessas “jovens correspondências” entre Antônio Gonçalves Dias e Alexandre Teófilo de Carvalho Leal – composta por cartas dos primeiros seis meses do poeta no Rio de Janeiro, de agosto a dezembro de 1846 – a fim de ressaltar as nuances literárias desse discurso, tanto no que diz respeito à escrita de si quanto no que toca à experimentação artística. Assim, após esta breve introdução, seguem-se: a apresentação do interlocutor de Gonçalves Dias (Teófilo Leal) e de sua importância no processo de criação literária e de afirmação identitária do poeta; a análise do recorte de missivas supracitado e a conclusão.

## 1 O diálogo epistolar com Teófilo Leal como abertura à ficção

Estudos de psicologia e linguística nos mostram que a interação com o Outro é crucial no processo de construção da(s) identidade(s). Sabemos que boa parte do que escrevemos depende das expectativas do outro, isto é, da imagem de nós que queremos transmitir ao leitor. Por mais que na escrita epistolar o Eu tenha grande importância, o Outro é seu polo dialético, atraindo, também, o foco da análise. Sobre esse ponto, Brigitte Diaz (2016, p. 153) afirma que “[a]o lado das análises pragmáticas do fazer epistolar, novamente se dá ao destinatário também o lugar essencial que ele tem na ‘intersubjetividade fiduciária’ existente nas correspondências”. A autora francesa explica que

Do outro a quem ele se dirige, o epistológrafo espera um reconhecimento e uma legitimação de suas escolhas de identidade. A exploração de si que está em jogo na carta não se limita, portanto, como escreve Foucault, ao único “deciframento de si por si”, cujo destinatário seria apenas o espectador acidental – o que é mais ou menos o princípio da autobiografia. A carta é “uma abertura que se dá ao outro sobre si mesmo”. Em outras palavras, não é um simples reflexo de si que se ofereceria para captar o olhar fascinado daquele que se convocou para isso, mas é o processo de escrita pelo qual o sujeito se produz, tomando ciência da presença e do peso de outro na constituição de sua identidade (Diaz, 2016, p. 151)

Portanto, verificamos que a carta vai além do lugar-comum que lhe é atribuído de “espelho da alma” (Seara, 2008), pois o “reflexo” vai tomando forma de “retrato” à medida que percebe a ausência/presença do outro e se configura de acordo com ela. O “diálogo entre ausentes”, outro *topos* epistolar, visto de perto, é um diálogo entre presentes ou entre o Eu e um outro presentificado que lhe constitui.

Ao analisarmos a correspondência de Gonçalves Dias, observamos que o tom utilizado, o estilo de escrita e a extensão das cartas variam bastante quando se comparam os diferentes destinatários, de modo que para cada um deles o autor oferecia um ângulo de sua identidade, ou, dito de outro modo, com cada um dos interlocutores era possível constituir-se de modo mais ou menos íntimo e elaborado. Do conjunto dos correspondentes, destaca-se um caso particular em que essa diferenciação atinge níveis mais profundos: o das cartas endereçadas a Alexandre Teófilo de Carvalho Leal.

Dentre os 44 destinatários identificados nos Anais da Biblioteca Nacional, Teófilo Leal figura em 95 cartas que lhe são explicitamente remetidas, além de dois fragmentos “sem destinatário” com fortes indícios textuais de também terem sido escritos para ele (Dias *in* FBN, 1971, p. 94-95 e 413). Na Correspondência Passiva, por outro lado, consta somente uma carta de Teófilo Leal para Gonçalves Dias (FBN, 1972, p. 14), certamente devido à perda dos originais, possivelmente ocorrida no naufrágio que vitimou o poeta. Dessa forma, podemos inferir que trocaram centenas de missivas, em uma frequência de contato tal que destoa de todos os demais correspondentes.

O período desse contato epistolar inicia-se em 1841 e só termina em 1864, ano do falecimento do poeta. Contudo, o começo da amizade entre Dias e Leal é anterior, pois a necessidade das cartas somente se impõe com a separação física que iria ocorrer. Antônio e Teófilo devem ter se conhecido em 1839, quando o primeiro se encontrava em dificuldades financeiras devido ao início da Balaiada (que afetara a renda da família)<sup>2</sup> e o segundo já morava em Coimbra com outros estudantes<sup>3</sup> que, em dado momento, se unem para ajudar o “esperançoso menino do Maranhão” (Leal, 1874, p. 22), a não ter de desistir dos estudos.

Assim, em maio de 1840, aquele rapaz de quase 17 anos aceita o favor dos colegas, matriculando-se no curso de Direito em outubro, enquanto Teófilo, um ano mais velho, já entrava no terceiro ano do curso de Matemática (FBN, 1942, p. 279 e 281). Há, portanto, um intervalo entre a formação de ambos: Gonçalves Dias torna-se bacharel em 1844, ao passo que Teófilo Leal recebe esse grau em 1842 e “forma-se”<sup>4</sup> em 1843, o que o leva a se mudar para Lisboa e, depois, a retornar ao Brasil antes do amigo mais novo. A primeira carta do espólio data das primeiras férias de Gonçalves Dias (1841) e se intensifica nos anos seguintes, o que indica a distância física entre os amigos. Além disso, a aludida convivência na república de estudantes não perdurou todo o tempo dos estudos, tendo eles se mudado várias vezes – mais um ensejo para a comunicação via carta.

Essa época inicial da correspondência entre os dois amigos foi marcada por grande entusiasmo e produtividade artística. O jovem Antônio tateava ainda na busca pelo seu caminho nas letras, sempre mais atraentes para ele do que o conhecimento jurídico. Chegou mesmo a escrever um romance de três volumes, intitulado *Memórias de Agapito Goiaba* (Dias, 1868), que depois é queimado por conter referências a pessoas conhecidas (Leal *in* Dias, 1868, p. 131).

---

<sup>2</sup> “Por esse tempo, porém, na pátria Caxias longínqua, a politicalha, de mãos dadas com desordeiros, ateou o incêndio da Balaiada. Os ‘bem-te-vis’ ou liberais, servindo-se de dois cangaceiros, Raimundo Gomes e Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, tentaram derrubar pela força os chefes políticos ‘cabanos’, de situação dominante. [...] Sitiada durante vários meses, [Caxias] foi duas vezes invadida, saqueada, incendiada. [...] D. Adelaide Ramos Gonçalves Dias, como toda a gente de Caxias, sofreu enormes prejuízos com a Balaiada. E, como consequência, o enteado, em lugar de mesada, recebeu ordem de recolher-se a Figueira da Foz, à casa do seu correspondente, até que pudesse embarcar para o Maranhão.” (Pereira, 2016, p. 49-50).

<sup>3</sup> João Duarte Lisboa Serra (que é quem faz o convite), Joaquim Pereira Lapa e José Hermenegildo Xavier de Moraes, situados no Colégio dos Loios, em Coimbra.

<sup>4</sup> Na Universidade de Coimbra havia três graus: o de bacharel no fim do quarto ano, o de bacharel formado no quinto e depois, com a defesa de teses, o de doutor (Leal, 1874, p. 41).

Há relevantes e evidentes diálogos entre os textos das cartas a Teófilo desse período com os trechos salvaguardados do romance (publicados no *Arquivo*, jornal literário de 1846), de que já tratamos em um capítulo do livro “*A ideia com a paixão*”: *Gonçalves Dias pela crítica contemporânea* (Lima in Werkema; Marques, 2023). No âmbito deste artigo, no entanto, optamos por explorar um outro momento de efervescência criativa expressa no diálogo epistolar com Leal: a chegada de Gonçalves Dias ao Rio de Janeiro, no início de sua carreira literária, no processo de publicação dos *Primeiros Cantos* e de estabelecimento na sociedade fluminense.

## 2 O dândi maranhense no Rio de Janeiro

Preliminarmente, faz-se necessário explicar de modo sucinto como o poeta sai de sua terra natal, o Maranhão (para onde voltara após a conclusão do curso em Coimbra) e chega ao Rio de Janeiro. Tendo voltado à casa da madrastra, em Caxias, com planos iniciais de trabalhar como advogado, não se adapta mais ao meio provinciano e à política que permeia as relações da cidade. A convite de Teófilo Leal, passa cinco meses na casa da família, na Rua de Santana, nº 58, em São Luís. É, também, o amigo quem lhe consegue uma passagem de Estado no vapor *Imperador*, junto ao vice-presidente do Maranhão, Ângelo Muniz. Assim, do fim de janeiro à primeira quinzena de junho de 1846, Dias se hospeda no sobrado da família Leal, onde convive com Ana Amélia, prima e cunhada de Teófilo (a esta altura, já casado com Maria Luiza) – a quem, anos mais tarde, pedirá em casamento, obtendo a recusa de D. Lourença Leal (mãe da jovem).

Diante desse contexto, verificamos que o poeta promissor desembarca em 7 de julho de 1846, prestes a completar 23 anos, no Largo do Paço (atual Praça XV de novembro), e logo começa a informar o amigo distante:

Meu bom Teófilo

27 – agosto. [1846]

Tens sentido muitas saudades minhas – também eu, meu Teófilo; – também eu porque os melhores meses que em minha vida tenho passado, foram esses que passei contigo, e quem sabe se eles tornarão a voltar? Porém o passo está dado; fiz como César |·| atravessei o Rubicon e já não posso recuar. Queres saber toda a minha vida – não é assim? Queres ainda de longe continuar a viver comigo; lá vai.

Cheguei como sabes, e não fui morar com o Moraes por boa meia dúzia de razões; – foi a primeira morar ele a 1 légua distante da Cidade – em uma das chácaras do pai; ora como eu tenho de rever provas todos os dias – como tenho de andar todo o dia a *foreter* na Biblioteca, como me será preciso dentro em pouco assistir todas as noites aos ensaios da minha Beatriz – era-me impossível morar com ele. Assim nem lhe falei nisso.

Estou pois num belo Hotel “L’Univers” de M. Moureau, minha patroa, de seus trinta a quarenta anos com presunção de *coquette*, e ainda fresca como um pé de alface colhido há 3 dias, porém há três dias mergulhado n’água. Gasto o menos que posso – pouco mais ou menos como um Lord; não nasci com gênio de mãe de família que reparte com exatidão matemática o pão que há pelos filhos que tem. Gasto como um doido. Deus é Grande e Misericordioso.

Perguntas-me como fui recebido?! – bem; cartas de recomendação não servem se não [sic] de apoquentação; e fazer e receber visitas – nada mais. Ora eu tenho mais que fazer. Como sabes, vim de lá com tenção de imprimir o meu volume de Poesias na Imprensa do Inácio; aqui porém me disseram que talvez eu me fosse criar prevenções contra mim imprimindo a minha primeira obra em uma Imprensa de partido; achei que havia nisto um fundo de razão e desisti do meu propósito. O Serra falou com o Laemmert, e ele prestou-se prontamente – está já no prelo; estamos em página 64 [...]. Dentro destes 2 ou 3 meses lá o terás.

Refundi toda a minha *Beatriz* – dei-lhe um sinal de 5\$ demônios – há de fazer efeito, eu te asseguro. Eu conto com as pateadas. O João Caetano está acabando de construir um Teatro na Corte, e tinha aberto um concurso para quantos dramas originais aparecessem; o escolhido devia ser mandado imprimir por conta dele. Quando [d]este concurso me chegou a notícia, já o prazo se tinha acabado; ainda não sei com que condições o levarei a cena [sic].

A D. Mariquinhas perdeu também comigo, por que os gastos de impressão podem elevar-se a uns 600\$rs. que lhe vinham a pertencer. Veremos se ela é feliz.

Estou estudando matéria para outro Drama; porque como me parece que a minha vida literária será como os dias dos polos – isto é – infinitamente pequena, quero fazê-la no pouco tempo que tenho a mais brilhante possível. Todos os dias desde as 9 da manhã as [sic] 2 da tarde estou encafuado na Biblioteca revolvendo Crônicas velhas das primeiras edições. [...]

(Dias *in* FBN, 1971, p. 47-48)<sup>5</sup>.

Inicialmente, destacamos a afetividade que o autor expressa em relação ao período que passara hospedado na casa de Teófilo em São Luís, o qual caracteriza como “os melhores meses que em minha vida tenho passado”, bem como o caráter “presentificador” do gênero carta perceptível na frase “Queres ainda de longe continuar a viver comigo”. Nas passagens em que justifica o fato de ter preferido um hotel à casa de um amigo, tenta passar a imagem de um artista menos preocupado com pragmatismos do que com sua arte, com os ensaios da peça e com as pesquisas para escrever literatura. Por outro lado, principalmente no último parágrafo citado, mostra-se um artista profissional, repassando a ideia recorrente de que sua vida seria breve e, assim, trabalhando intensamente.

Isso nos leva a refletir sobre o fato de que Teófilo Leal foi não apenas um incentivador moral e intelectual do amigo Gonçalves Dias, mas também seu mecenas. “D. Mariquinhas” era o apelido carinhoso dado por Dias à esposa de Teófilo, Maria Luiza; daí a afirmação de que os 600 réis para a impressão do drama *Beatriz Cenci* lhe pertenciam. Diante disso, Dias sente-se no dever de prestar contas sobre seu ritmo de produção, demonstrando disciplina em suas pesquisas, “revolvendo Crônicas velhas das primeiras edições” no intuito de se constituir em poeta nacional e de escrever romances históricos sobre o Maranhão, como depois o dirá.

Constatamos, então, o conflito entre a vontade de encarnar a personalidade de um romântico impetuoso e os obstáculos práticos que vão surgindo. O texto citado nos indica que havia grande preocupação, por parte do poeta, de custear suas próprias edições – ainda que com empréstimos de Teófilo – e de não se vincular a “uma Imprensa de partido”, motivo pelo qual foi escolhida a editora *Laemmert* em vez da “Imprensa do Inácio”<sup>6</sup>. Essa “dialética da

<sup>5</sup> A ortografia das citações desses *Anais* de 1971 foi atualizada para facilitar a leitura.

<sup>6</sup> “o tal Inácio era, na verdade, Ignácio Pereira da Costa, dono da Tipografia Americana, que editava o jornal *Sentinela da Monarquia* e que, em 1848, se transformaria no *Correio da Tarde*, ambos porta-vozes oficiais do partido conservador. Aconselhado por amigos de que isso poderia ‘criar prevenções’ contra o seu livro de estreia, já que os liberais estavam no poder desde 1844, Gonçalves Dias, com a providencial ajuda do também

ambiguidade”, conforme a chamou o crítico Wilton Marques (2010, p. 35), fazia com que o poeta, assim como a grande maioria dos intelectuais românticos, oscilasse entre a recusa e a aceitação do mecanismo do favor.

Tal conflito acaba por reforçar nossa hipótese da criação literária no âmbito do epistolar, já que, ao relatar suas dificuldades, Gonçalves Dias demonstra a duplicidade do seu discurso: de um lado, construção da *persona* do poeta; de outro, como sobreviver sendo literato na Corte Imperial. Trata-se, com efeito, de uma dialética e não de uma dicotomia, pois em dados momentos da correspondência os dois aspectos se unem, como quando o poeta encarna o herói que supera obstáculos, e em outras passagens se afastam, como nos casos em que Dias opta por omitir dados ao amigo.

Em síntese, no primeiro ano de sua estada no Rio, Gonçalves Dias começa a concretizar seus sonhos de Poeta, que acalentava desde Coimbra e julgava quase irrealizáveis em Caxias, utilizando as cartas a Teófilo não só como registros para o amigo, mas também como um modo de autoafirmação reforçadora do seu projeto literário:

Não quero que digas, que perco facilmente os bons costumes, e que apenas uma vez me acomodei com a tua vontade. Queres diários em vez de cartas, – queres a minha vida com todos os seus acidentes, em vez de quatro frases insípidas, que para estranhos serão boas, mas que para amigos não basta: tens razão; eu mesmo estimo que assim seja. Se algum dia me acontecer perder a memória, poderei afoitamente ir ter contigo, e dizer-te: “Meu amigo, conta-me a minha vida em tal tempo.” Tu sacarás então de um enorme calhamaço e principiarás com ela, levando-a sem lacunas de cabo a rabo.

Continuarei pois com o meu diário; continuarei com ele, até que me grites lá desse recôndito Maranhão: – basta, Jonatas! – Eu ouvirei a tua voz, quebrarei o bico da minha pena epistolar, e de então por diante começarei a ensacar a minha vida.

Mas não julgues que te escrevo sem prazer; talvez me conheças melhor do que eu mesmo. Escrevo – talvez –, porque se queres que te diga a verdade, nunca me assentei defronte da minha consciência para a analisar com toda a pachorra e profundidade de um Romancista. É incontestável que hei de ter defeitos! – mas quais? Eu mesmo não tenho resposta para mim. Creio que os meus defeitos devem ser filhos da índole e não da educação; como os não posso torcer, deixo-me arrastar por eles, que não estou para viver constringido. O que eu sou não o digo; mostro-o imediatamente, e o mostro sem esforço nem arte. É esta a razão por que espero que Deus me conservará os meus amigos até o fim da minha vida (Dias *in* FBN, 1971, p. 56-57).

Essa é a carta mais importante dentre as analisadas neste artigo, pois sintetiza os pontos que aqui queremos demonstrar. Ela compõe um volume de muitas páginas, com várias datas (de 25 de outubro a 4 de novembro de 1846) que foi enviado de uma só vez. Esse conjunto contém trechos de variados estilos, desde o familiar, passando pela escrita de si, pelos versos até os diálogos dramáticos. É notório que Gonçalves Dias não escrevia simples notícias ou fórmulas repetidas, mas antes elaborava uma reunião de criações artísticas e de acontecimentos relevantes para compartilhar com o amigo. Além disso, esmerava-se no estilo, ultrapassando o mero tom fraternal ou coloquial.

---

amigo maranhense João Duarte Lisboa Serra, para quem dedicara em 1841, ainda em Coimbra, um de seus primeiros poemas, acertou a publicação dos *Primeiros Cantos* com a editora Laemmert.” (Marques, 2010, p. 36).

O autor confirma essa ideia no trecho: “Queres diários em vez de cartas, – queres a minha vida com todos os seus acidentes, em vez de quatro frases insípidas, que para estranhos serão boas, mas que para amigos não basta: tens razão; eu mesmo estimo que assim seja.” e ainda aproxima sua escrita epistolar da autobiografia. No mesmo parágrafo, inventa uma cena na qual Teófilo aparece com todas as cartas enviadas e pode contar qualquer período da vida do amigo, caso este viesse a perder a memória. O emprego do advérbio “afoitamente” e da fala entre aspas, bem como do sintagma “enorme calhamaço” dão uma dinâmica narrativa ao trecho, enriquecida com a alusão ao personagem bíblico Jônatas (conhecido pela amizade com Davi) e a imagem de Teófilo gritando do Maranhão e Gonçalves Dias ouvindo do Rio, quebrando sua pena como gesto simbólico do abandono da escrita.

No terceiro parágrafo, Dias transita para a escrita de si por meio da conjunção adversativa “mas” e da afirmação: “talvez me conheças melhor do que eu mesmo”. Daí em diante, escreve em tom de exame de consciência, analisando-se com a profundidade da prosa de um romance. Como bem descreve Brigitte Diaz, tal atitude consiste em “(...) fazer de sua correspondência um tipo de diário a quatro mãos, dedicado não somente ao prazer da conversação livre, mas também a uma vontade partilhada de perfectibilidade de si.” (Diaz, 2016, p. 79). Em seguida, reafirma sua espontaneidade, alinhando-se ao ideal romântico que jamais deixa esvanecer: “O que eu sou não o digo: mostro-o imediatamente, e o mostro sem esforço nem arte”. Nisso, o autor felizmente se contradiz, pois sua escrita é bastante artística, como podemos notar no parágrafo seguinte:

Como eu ia dizendo, creio que me conheces melhor do que eu mesmo. Saberás pois que eu preciso de contar a minha vida; preciso-o, e tanto que me está parecendo que, se eu não tivesse amigos, seria nisto imprudente como em muitas outras coisas. – Escrever-te um diário, meu Teófilo, é ainda viver contigo, e viver contigo é um prazer – mais do que isso – é felicidade bem alta, que eu não mereci a Deus desfrutar. Escrever-te a minha vida, é também uma necessidade para mim. Neste mar da vida, em que vou boiando às tontas, e tão fora do rumo ordinário que outros seguem, quem me sustenta – bem o sabes, é apenas a minha vontade. Eu disse: quero; e tenho querido sempre apesar de ninharias, vexaçãozinhas [sic] e mesquinhezas, que há muito teriam subjugado a mais altos do que eu. Para se ter uma vontade destas, é preciso um pouco de orgulho. Careço do orgulho para entrar no círculo em que eu disse que havia de viver e para vencer dificuldades; careço da vontade para não desanimar. Isto que me pode salvar, pode também perder-me bem o sei; então chamar-se-á a minha vontade obstinação, e ao meu orgulho – presunção e soberba. Seja como for, em quanto [sic] eu me confessar aos meus amigos poderão eles repreender em mim muitos erros e muitos defeitos; – crime ou vícios – creio que não. Concluirás pois que as minhas cartas são para mim – um prazer – uma necessidade – e uma fonte de aperfeiçoamento! (Dias *in* FBN, 1971, p. 57)

Verificamos, pois, que Gonçalves Dias situa a escrita como exercício pessoal e como discurso dos ausentes, conforme comenta Foucault: “A carta torna o escritor ‘presente’ para aquele a quem ele a envia. E presente não simplesmente pelas informações que ele lhe dá sobre sua vida, [...] suas venturas e desventuras; presente como uma espécie de presença imediata e quase física.” (Foucault, 2006, p. 156). Ao afirmar “Escrever-te a minha vida, é também uma necessidade para mim.” e, depois, chegar à conclusão de que as suas cartas são “um prazer – uma necessidade – e uma fonte de aperfeiçoamento”, Dias sintetiza o complexo processo de gênese compartilhada de si que realiza por meio da escrita epistolar.

Ele prossegue no autorretrato com o uso da metáfora do “mar da vida” onde vai “boiando às tontas”, retratando-se como errante. Logo após, segue no exame de consciência escrito, buscando identificar os limites entre vícios e virtudes sob o olhar do(s) amigo(s): “Isto que me pode salvar, pode também perder-me bem o sei; então chamar-se-á a minha vontade obstinação, e ao meu orgulho – presunção e soberba. Seja como for, em quanto [sic] eu me confessar aos meus amigos poderão eles repreender em mim muitos erros e muitos defeitos [...]”. Tal atitude é abordada por Michel Foucault ao dizer que “[...] o constrangimento que a presença de outro exerce na ordem da conduta, a escrita o exercerá na ordem dos movimentos interiores da alma; nesse sentido, ela tem um papel muito próximo da confissão ao diretor espiritual” (Foucault, 2006, p. 145).

Após algumas informações mais práticas, dentre as quais Gonçalves Dias afirma passar “as manhãs na Biblioteca – as noites em casa com o alemão; de dia faço ou recebo algumas visitas de cerimônia”, o autor passa a dar mais ênfase aos divertimentos: “e quando estou aborrecido – vou passar o *soirée* [sic] com alguma família ou ao Teatro”. Elenca as companhias de teatro e os bailes particulares que frequenta. Em 27 de outubro, narra uma saída noturna na qual assiste a um espetáculo teatral e bebe com amigos, finalizando o texto com uma escrita bem-humorada, misturando francês, inglês e italiano, bem como outras imagens literárias (Dias *in* FBN, 1971, p. 59-60). Parece-nos digna de nota a necessidade que tem o autor de descrever o seu cotidiano como estimulante.

No dia seguinte, estranhamente afirma que lhe faltam novidades e passa a contar um caso antigo, que toma várias páginas da carta e assume progressivamente a forma de um diálogo teatral:

Nada há de novo; vamos pois ao velho. O passado é uma mina inesgotável, — não há aí mineiro capaz de acabar com ela.

Estive o sábado em um baile mascarado no Tivoli, — fui verdadeiramente estudante, fiz o diabo. A rapaziada minha conhecida deu-me (nemine discrepante<sup>7</sup>) fora de jeune-homme au bon ton, e patente de gracioso perfeito. São os meus triunfos. Creio que também vão fazendo de mim — Poeta = de lá vai mote = Uma moçoila que eu não conheço, mas que dizem-me que não é má, quis roer-me a esquineta e namorar a minha custa. Sáfatos!

Uma noite (aqui há tempos), estando eu em um *soirée* [sic] uma outra esperta como um diabo, e endiabrada, se as há, veio ter comigo — sorrindo-se requebrando-se e seduzindo-me com palavras, com os gestos com os olhos, e com os modos. Senti o fluido elétrico decorrer-me pela medula da coluna vertebral (que entre parêntesis não sei se tem medula; mas como é osso há de ter gordura).

— Senhor Dias (disse-me ela) estou muito de mal com o Sr.!

— Santo Breve da marca! (Ihe tornei eu). E por que estupenda infelicidade incorri eu no desagrado de S. Ex<sup>a</sup>?

— Pois o Sr. faz verso, e... e... e... nem dizia nada!

[...]

E largou no chão um papel — papelinho — ou papelucho e foi-se: dizia o papel.

Não posso dizer que sim,

Não posso dizer que não.

<sup>7</sup> Classificação qualitativa dos exames da Universidade de Coimbra que quer dizer “sem ninguém discordar”, “aprovado por unanimidade”.

Eu podia fazer uma glosa ou volta, ou o que me parecesse; preferi a volta para que o tal diabrete incógnito — farfadete — lutin — ou sílfide — não andasse namorando a minha custa. Foi esta.

Senhora, pois que podeis  
Dizer que não ou que sim,  
A ambos não magoeis:  
Dizei: sim; mas não a ele,  
Dizei: não; mas não a mim!

O *Mediador plástico* visível — recebeu o papelinho e tornou com a resposta.  
— Está boa; mas não serve.  
Vá outra, disse eu:  
Senhora, que amor é esse,  
Ou que nova sem razão,  
Que se eu vos pergunto: sim?  
Respondeis-me sempre: não.

E acabava assim:  
Já não sei que bem vos queira  
Nem que mais querer-vos possa;  
Sede antes vossa que dele,  
Sede antes minha que vossa.

O *Mediador plástico* feminino foi e veio:  
— Está melhor, mas ainda não serve!  
Bref! — fiz duas décimas! as primeiras!  
Que a tudo tu, ó puro amor, obrigas.<sup>8</sup>  
Não vão as décimas que era estopada. Tenho pois um começo de *bonne fortune*. Não te admires: as minhas *bonnes fortunes* não passam do começo.  
Santo Deus! Que mina tão abundante fui eu escavar? Seis folhas de papel é o dobro das cartas que nos escrevemos! Terás tu coragem para ires adiante? Terás!... [...]"  
(Dias in FBN, 1971, p. 60-63, grifos do autor)

Notemos, inicialmente, que os versos mencionados nessa carta se encontram completos e organizados na seção “Lira Vária” da reunião de sua *Poesia e prosa completas* (Dias, 1998, p. 655-659), sob o título de “Voltas e motes glosados” (retirados do v. 1 das *Obras Posthumas* – Dias, 1868, p. 167-180). Assim, constatamos que a carta serviu de suporte para a criação literária, ainda que seja considerada menor pelo autor, que não a incluiu nos seus *Cantos*. Há ainda a possibilidade de essa criação ter ocorrido no momento da escrita da carta.

Além disso, vemos que o encontro que ensejou a volta é narrado de forma a passar a imagem de Gonçalves Dias como um verdadeiro dândi (“*jeune-homme au bon-ton*”, “gracioso perfeito”) e, na esteira do byronismo, liga-se essa característica à do “Poeta” boêmio, que frequenta bailes mascarados. Os diálogos reforçam essa imagem, sendo que o mero fato de haver diálogos em uma carta, marcados por travessões em uma longa sequência, já revela quão próximo da escrita literária o autor se sentia ao redigi-la. Nesse mesmo correio, em 4 de novembro, Dias escreve, em tom prazenteiro, confirmando esse conceito de si:

---

<sup>8</sup> Diálogo com os versos camonianos “Tu só, tu, puro amor, com força crua, /Que os corações humanos tanto obriga...” no canto III de *Os Lusíadas*, CXIX.

Nada tem ocorrido de novo a não ser que ontem passei a noite com a Casta Diva<sup>9</sup> que me pediu por segunda via a glosa ao mote que aqui vai nesta carta. Este *passei a noite* supra é um pouco equívoco; saberás porém que eu estou homem sério, aqui há coisa de 3 dias — e que abomino os equívocos como que dão lugar a perigosas ilações. As *voltas* produziram efeito, se assim for, será bem de pasmar, que os piores versos que até hoje tenho feito, sejam os que primeiro me rendam alguma coisa (Dias *in* FBN, 1971, p. 65).

Em passagem posterior da mesma carta, reafirma sua identidade de poeta, conectando-se, porém, ao aspecto do sofrimento, por meio da citação do romântico francês Alfred de Vigny (1797-1863):

Os Poetas, diz o De Vigny, são todos uns egoístas, são por certo: — egoístas nas suas dores, ou orgulhosos, que pensam que todos que têm uma alma boa e compassiva se interessam por eles, e que têm a inocência ou fatuidade de se imporem sacrifícios ignorados, que ninguém lhes levará em conta. Paciência! — com tudo é sempre certo (ao menos para mim) que se eu soubesse que uma mulher se interessaria por mim a ponto de se esquecer de si, seria todo o meu trabalho convencê-la do axioma ou paradoxo (como quiserem) do De Vigny. [...] Não cesse o teu cantar, ó triste Bardo! Assim é: a poesia não é a tradução da linguagem dos astros na placidez da noite — nem do vento gemendo nos leques da palmeira — nem da fonte sussurrando na solidão das matas: a Poesia é a dor, é sofrimento, é o espinho da vida a entranhar-se pelo coração que nos arranca um grito — a que se chama — Ode ou Poema. Quem sofre pode não ser poeta; mas o poeta duvido que não sofra (Dias *in* FBN, 1971, p. 65).

Dessa forma, Gonçalves Dias mescla a reflexão sobre a sua identidade de poeta à sua narrativa, alinhando-se ao pensamento do mestre francês e utilizando as metáforas da natureza, usuais em sua própria lírica, para enfatizar o lado doloroso de sua atividade/modo de ser. A despeito das diversões e aventuras que havia narrado, ele se posiciona como sofredor, de modo a manifestar o dualismo que também faz parte do *ethos* romântico. A carta funciona como meio propício para que o Poeta Romântico emergja, tanto das características elencadas, quanto da narrativa, dos versos e da reflexão “teórica” ou filosófica ali inseridos, pois nela há liberdade o suficiente para todos esses elementos. Como bem descreve a pesquisadora Brigitte Diaz,

A gênese do *eu* que se opera na carta é gênese de um *eu* escrevendo: a escrita é ao mesmo tempo seu meio de expansão e seu horizonte. Laboratório textual, a correspondência engendra, funde novamente e transforma escritos migrantes destinados a outras páginas e outros públicos. Nessa gênese epistolar, poder-se-ia, em primeiro lugar, identificar uma embreagem interna — é o mais frequente — que assegura o trânsito em um mesmo autor, ou um mesmo assinante, entre a carta e outras produções textuais (Diaz, 2016, p. 99, grifos da autora).

Alguns dias mais tarde, já em outro correio, Gonçalves Dias reitera a sua imagem de dândi, utilizando precisamente esse termo (como se significasse algo mais intenso que “poeta”), citando autores românticos e dando continuidade à narrativa dos seus amores:

---

<sup>9</sup> Alusão à ária homônima de Bellini, na ópera *Norma*, “carro-chefe da temporada” (Diego, 2018, p. 5)

Saberás meu bom Teófilo, que no dia da chegada do Vapor, e apenas recebi a tua carta, principiei com um jornal para to mandar. Eu estava nesse dia diabolicamente exaltado; tinha muito de Rousseau, muito de Byron, e muitíssimo do choramingas Jeremias. Era a extensa e maravilhosa narração de uns amores, que agora trago entre mãos, ou por outra, que me trazem debaixo dos pés: amores de Dândi que já não de Poeta. [...] Entende-me, como puderes, cartas são cartas, e podem facilmente extraviar-se aqui ou lá. Quando nos virmos pois (E espero que nem eu serei calvo, nem tu terás cabelos brancos) pergunta-me notícias de uma célebre *Volta*, com cuja história já de uma vez te massei mais que muito. Por esta história de *volta*, já ficas sabendo que não trato da Judia: quanto a ela estou agora muito bom cristão. Rasguei pois toda aquela papelada, e em vez dela, mando-te esses versinhos, compostos hoje mesmo, e compostos *ad rem*. Talvez que eles te possam dar alguma ideia a respeito destes amores, que *nem a ti* me atrevo a escrever. [...] Deixa-me pois transcrever-te um período da carta que eu principiei a escrever-te no dia 27 — diz assim: “Ela é imprudente, como não fazes ideia, imprudente a ponto de fazer loucuras onde quer que estivermos juntos. Bailes, teatros, reuniões — em casa dela ou fora, é sempre a mesma mulher — mulher de vir sentar-se junto comigo e contra mim vinte vezes em uma noite, se eu mudar de vinte vezes de lugar; se está com alguém, dá-lhe as costas, e estende-me a mão o mais destramente possível e se eu lha não apertar, ela é bem capaz de ficar em pé toda a noite, diante de todos, e com a mão estendida, como uma estátua: tudo isto já me aconteceu. É nova, bela, espirituosa, doida — como eu, imprudente como ninguém, romântica exagerada, corajosa, que passa a temeridade, amorosa que passa a frenesi: iremos, longe, se algum anjo se não vem meter entre nós.” Isto foi no dia 27 — depois disso já nos vimos em um baile (vemo-nos quase todos os dias). Como eu recusasse dançar com ela duas contradanças seguidas, porque, lhe dizia eu, parecia mal, sabes o que ela disse? — Tens medo de um tiro ou de uma punhalada? — Põem-no em prova, lhe respondi, e dei-lhe o braço. — Então não tenho razão, meu Teófilo, para te dizer que iremos longe? Segredo! O Albino, que provavelmente será o portador desta, sabe de algumas circunstâncias, que lhe não pude ocultar. E ainda... (Aqui fiquei ontem e já não sei o que era este = ainda!) (Dias, 1971, p. 68-69, itálicos do autor)

Nessa carta, Gonçalves Dias faz diversas confusões de datas, como “31 - novembro” e “2 - novembro” (onde seria dezembro), além de se contradizer quando, logo após ter dito que havia rasgado o “jornal” com a “história da Volta”, transcreve o que diz ser um trecho da carta que começara a redigir, mas que mais parece um trecho de romance. Sua narrativa contém diversos elementos dos romances românticos, como a caracterização da moça – chamada de “romântica exagerada” –, o seu comportamento “leviano”, a ambientação do baile, e a menção ao tiro ou à punhalada. Dias parece estar sempre determinado a se mostrar ao amigo como alguém envolvido constantemente em diversas paixões em estreita relação com a criação lírica, como escreverá em outra carta: “Sem exageração — estou agora com três belíssimos começos de namoro — são largas histórias — fica para outra vez — um deles já me rendeu talvez a mais delicada das minhas poesias líricas, tem por título *Os Suspiros*<sup>10</sup> — tu a verás.” (Dias *in* FBN, 1971, p. 103).

## Conclusão

Diante do exposto, notamos como Dias utilizava a correspondência com Teófilo como ambiente livre para a experimentação artística, ainda que criasse sobre possível substrato autobiográfico, e assim delineava a personagem do Poeta Romântico que gostaria de transmitir ao amigo e aos possíveis leitores no futuro. Observamos, portanto, no exame das cartas de

<sup>10</sup> Incluída nos *Segundos Cantos* (DIAS, 1998, p. 243).

juventude de Gonçalves Dias, precisamente o que Brigitte Diaz descreve: “[a] correspondência faz parte da aprendizagem do ofício, no sentido amplo da palavra; é um formidável terreno de experimento onde se podem testar, como em muitos protótipos, posturas e ideais efêmeros.” (Diaz, 2016, p. 104).

Na fortuna crítica do poeta, bem como no senso-comum a seu respeito, é frequente a sua associação a um “perfeito romântico”, isto é, a alguém que encarnava as características usualmente atribuídas ao comportamento inspirado pelo Romantismo artístico-cultural. Suas cartas costumam ser tomadas como confissões literais a fim de reforçar esse perfil, atribuído à sua psicologia/personalidade, ao passo que nós o compreendemos como uma complexa construção de si por meio da escrita, perpassando elementos da sua biografia, mas também incluindo o “espaço literário” – no sentido de mundo inaugurado pela linguagem literária, pela abertura à imaginação artística.

Conforme tentamos demonstrar ao longo deste artigo, consideramos, à luz dos teóricos com os quais dialogamos, que havia mais componentes na epistolografia de Dias do que o meramente biográfico. É hoje reconhecida a dificuldade de distinguir ficção de não ficção, especialmente quando se trata de memória e/ou de gêneros da escrita de si. Sendo a facticidade ou a sinceridade dos relatos epistolares um objeto impossível de se alcançar, analisamos o modo como o poeta se ficcionaliza em diversos momentos e os pontos de contato entre essa ficção de si e as outras ficções (poesia, romance). Constatamos que, mesmo quando afirma ser espontâneo, Dias escreve com alta elaboração artística e seleção prévia dos fatos a serem narrados ao melhor amigo, incluindo na narração recursos que a tornem agradável à leitura e que transmitam uma imagem de sua vida como a de um artista aventureiro e sonhador, que sofre e vence por seus próprios meios – uma espécie de herói romântico. O espaço da carta funciona, pois, como meio propício para que o Poeta Romântico, como lhe chamamos, surja tanto das características elencadas, quanto da narrativa, dos versos e da reflexão teórica ou filosófica ali inseridos, pois nela há liberdade o suficiente para todos esses elementos.

## Referências

ANGELIDES, Sophia. *Sobre a poética de Tchekhov através de suas cartas*. 1987. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. Acesso em: 20 dez. 2024.

BANDEIRA, Manuel. *Gonçalves Dias: esboço biográfico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

DIAS, Gonçalves. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional. Correspondência Ativa de Gonçalves Dias*. V. 84. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1971[1964]. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630\\_1964\\_00084.pdf](https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_1964_00084.pdf). Acesso em: 29 maio 2024.

DIAS, Gonçalves. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional. Correspondência Passiva de Gonçalves Dias*. V. 91. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1972[1971]. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630\\_1971\\_00091.pdf](https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_1971_00091.pdf). Acesso em: 29 maio 2024.

## LINHA D'ÁGUA

DIAS, Gonçalves. *Obras posthumas de A. Gonçalves Dias*: precedidas de uma notícia da sua vida e obras pelo dr. Antonio Henriques Leal. São Luís: Bellarmino de Mattos, 1868, v. 1. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4112/1/006470-1\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4112/1/006470-1_COMPLETO.pdf). Acesso em: 29 maio 2024.

DIAS, Gonçalves. *Poesia e prosa completas*. Org.: Alexei Bueno; textos críticos: Manuel Brandeira. 1. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

DIAZ, Brigitte. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade*. Tradução de Brigitte Hervot e Sandra Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016.

FERNANDES, Andréa Camila de Faria. *De esperançoso menino do Maranhão a poeta nacional: a consagração da memória de Gonçalves Dias*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UERJ, 2021.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *Ética, Sexualidade, Política*. Coleção Ditos e Escritos, v. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006[1983].

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. V. LXII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942[1940].

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas Epistolares*. Tradução: Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016.

LEAL, Antônio Henriques. In: DIAS, Gonçalves. *Obras posthumas*. V. III. São Luís: Bellarmino de Mattos, 1868.

LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon Maranhense: ensaios biographicos dos maranhenses illustres já fallecidos*. Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518661>. Acesso em: 29 maio 2022.

LIMA, Renata Ribeiro. *A ficção epistolar de Gonçalves Dias: identidades na cena da escrita*. Orientadora: Ida Maria Santos Ferreira Alves. 2022. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) - Universidade Federal Fluminense, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14092>. Acesso em: 29 maio 2024.

LIMA, Renata Ribeiro. O “inventar-se por cartas” do poeta exilado. In: WERKEMA, Andréa Sirihal; MARQUES, Wilton José (Orgs.). *“A ideia com a paixão”*: Gonçalves Dias pela crítica contemporânea. São Paulo: Alameda, 2023, p. 323-345.

LOUSADA, Wilson. Nota Preliminar. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Correspondência Passiva de Gonçalves Dias. V. 91. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1972. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630\\_1971\\_00091.pdf](https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_1971_00091.pdf). Acesso em: 29 maio 2024, p. 7-8.

MARQUES, Wilton José. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão (literatura e escravidão no romantismo brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

MONTELLO, Josué. *Gonçalves Dias: ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1942.

MORAES, Marcos Antonio de. *“Orgulho de jamais aconselhar”*: a epistolografia de Mário de Andrade e seu projeto pedagógico. 2002. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. DOI: <http://doi.org/10.11606/T.8.2002.tde-15062023-111304>.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias – contendo o Diário Inédito da viagem de Gonçalves Dias ao Rio Negro, com 11 ilustrações fora do texto*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2016[1943].

ROCHA, Vanessa Massoni da. *Por um protocolo de leitura do epistolar*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2012. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9788>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ROCHA, Vanessa Massoni da. *Por um protocolo de leitura do epistolar*. Niterói: Eduff, 2016.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. São Paulo: Annablume, 1998.

SEARA, Isabel Roboredo. A palavra nómada. Contributos para o estudo do gênero epistolar. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, p. 121-144, 2008. Disponível em: <https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/isabel-seara.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.

SILVA, Telma Maciel da. *Posta-restante: um estudo sobre a correspondência do escritor João Antônio*. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/7ce6636b-df75-4319-9854-88e81ab2f23a>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Artigo / Article

# Amuletos da criação: a correspondência entre Lygia Fagundes Telles e Rachel de Queiroz e seu papel na inserção das mulheres na literatura brasileira

*Amulets of creation: the correspondence between Lygia Fagundes Telles and Rachel de Queiroz and their role in the insertion of women in Brazilian literature*

Angela das Neves 

Universidade de São Paulo, Brasil  
angeladasneves@yahoo.com.br  
<https://orcid.org/0000-0001-6726-1967>

Recebido em: 18/05/2024 | Aprovado em: 19/11/2024

## Resumo

A correspondência das escritoras Lygia Fagundes Telles (1923-2022) e de Rachel de Queiroz (1910-2003), hoje preservada no acervo literário do Instituto Moreira Salles e pouco conhecida no meio acadêmico, apresenta um interesse particular para seus estudiosos e para o estudo da carta enquanto manuscrito literário. Os documentos aqui transcritos e analisados propiciam uma abordagem profunda no pensamento íntimo de Lygia Fagundes Telles e suas reflexões sobre a criação e a vida literária. Seu diálogo com Rachel de Queiroz, que pode ser lido em bilhetes, cartões-postais e telegrama, enviados entre os anos 1980 e 2000, revela em filigrana as escolhas lygianas e permite ver a mensagem constante, trocada entre as duas autoras: a necessidade de inserção e afirmação da mulher de letras, num espaço majoritariamente ocupado e orquestrado por homens. O papel das duas autoras no cenário modernista brasileiro e questões que envolvem sua iniciação na literatura e na Academia são alguns dos assuntos discutidos neste artigo.

**Palavras-chave:** Epistolografia • Escritos de autoria feminina • Literatura Brasileira

## Abstract

The correspondence between writers Lygia Fagundes Telles (1923-2022) and Rachel de Queiroz (1910-2003), currently preserved in the literary collection of the Moreira Salles Institute and little known in academic circles, holds particular interest for scholars and for the study of letters as a literary manuscript. The documents transcribed and analyzed here offer a profound insight into the intimate thoughts of Lygia Fagundes Telles and her reflections on literary creation and life. Her dialogue with Rachel de Queiroz, found in notes, postcards, and telegrams sent between the 1980s and 2000s, subtly reveals Lygia's literary choices and highlights the constant message exchanged between the two authors: the need for the inclusion and affirmation of women in literature, in a space predominantly occupied and orchestrated by men. The role of both authors in the Brazilian modernist scene, as well as issues related to their initiation into literature and academia, are some of the topics discussed in this article.

**Keywords:** Epistolography • Women's Writings • Brazilian Literature

## O arquivo literário das duas escritoras

*[...] les archives personnelles constituent toute une série d'activités aux multiples embranchements qui dessinent l'horizon des subjectivités en prise avec le social. Elles dessinent une cartographie hachurée des rapports de pouvoirs, le travail de la subjectivité obstinée dans le jeu de l'extériorité<sup>1</sup>*  
(Artières; Laé, 2011, p. 140)

Praticante assídua de diversos gêneros de carta, da carta literária à carta coletiva, do cartão-postal ao bilhete, da carta oficial à íntima, Lygia Fagundes Telles (1923-2022) apresenta um domínio da prática epistolográfica, de que são exemplares os documentos inseridos em sua *memorabilia* guardada no Instituto Moreira Salles (IMS) desde 2004. Assim como outros colegas e correspondentes diletos da escritora paulista, como a cearense Rachel de Queiroz (1910-2003) e o gaúcho Erico Verissimo (1905-1975), seu acervo reúne centenas de cartas e objetos com elas portados, como livros, fotografias, manuscritos e originais, que circulavam entre seus amigos e leitores. Como numa cartografia pessoal, esses objetos dão alguma medida dos espaços sociais e dos momentos ocupados pela escrita literária na vida desses autores, suas relações de amizade e suas escolhas profissionais.

Além dos registros desses arquivos, interessa-nos analisar comentários sobre o gênero epistolar e testemunhos de escritores que com ela conviveram, aqui, em particular, Rachel de Queiroz, deixados em crônicas e livros de memórias publicados em momentos diversos de sua

---

<sup>1</sup> “[...] os arquivos pessoais constituem toda uma série de atividades com múltiplos entroncamentos que desenham o horizonte das subjetividades vinculadas com o social. Elas desenham uma cartografia hachurada das relações de poderes, o trabalho da subjetividade obstinada no jogo da exterioridade.” (Todas as citações foram traduzidas pela autora do artigo.)

convivência com a autora de *As meninas*. A correspondência de Lygia mostra os dilemas longamente enfrentados por alguém de inteira habilidade com as palavras, trabalho a que se dedica por vocação, mas que não toma por algo fácil ou simples.

Se a produção de Rachel de Queiroz como ficcionista é muito prolífica, contando sete romances, mais de duas mil crônicas, contos, teatro, literatura infantil, entre outros, sua produção epistolográfica é reduzida e, nos arquivos consultados, não tem por destinatária a amiga paulista. “Como eu nunca escrevo cartas, pouco as recebo também”, afirma a escritora cearense em *Tantos anos*, livro de memórias escrito junto com sua irmã, a jornalista Maria Luíza de Queiroz (Queiroz; Queiroz, 2004). No entanto, em depoimento feito em 1985, ela comentou sobre seus laços de amizade com Lygia e o fato de pouco se verem, tendo em vista que Rachel morava no Rio; para ela “a cada reencontro, promovemos aquela recuperação e, afinal de contas, nós duas sabemos ler e escrever e trocam-se mensagens escritas” (Queiroz, 1985, p. 6). A correspondência entre as duas escritoras aqui em estudo é, pois, uma forma de marcar sua existência, mostrarem-se vivas e atuantes, num incentivo mútuo ao trabalho com a palavra. É possível que o corpus desse diálogo por cartas fosse maior do que o hoje estimado. No acervo de Rachel de Queiroz no IMS, formado em 2006,<sup>2</sup> hoje permanecem apenas dez textos da escritora paulista à amiga cearense, escritos entre 1982 e 2003. Dos documentos que restaram nesse acervo, há cartões-postais, bilhetes, telegrama, com o predomínio das mensagens curtas, guardadas como registro de uma amizade de longa data, que provavelmente deve ter sido objeto de outros documentos, que o tempo, viagens e desejos momentâneos não permitiram manter no arquivo pessoal das autoras. Estes exemplares que ficaram, por vontade das escritoras, como amuletos de um tesouro particular, permitem recordar com prazer as palavras de amizade, incentivo, consolo ou apoio e constituem lembranças guardadas de momentos vários, na expectativa de manter a memória de acontecimentos e de conquistas em comum. Representações, fragmentos e objetos da realidade, que mantêm viva na imaginação a expectativa de tempos melhores, por exemplo, com a chegada de mais escritoras no Modernismo brasileiro e na Academia Brasileira de Letras, conforme esperava Rachel, sua pioneira.

Se Rachel inaugurou a “chacrinha das mulheres” (Queiroz, 1985, p. 6)<sup>3</sup> na ABL, como era de seu desejo, logo novas escritoras vieram a elas se juntar. Desse modo, a romancista de *Memorial de Maria Moura* não só se afirmou nos círculos até então masculinos do cenário literário, como trouxe para suas sendas outras representantes.

---

<sup>2</sup> O acervo, que contém livros, fotos, correspondência e outros documentos, foi vendido pela família da escritora ao IMS em 2006, instituição que passou a ser responsável pela guarda e conservação de seu arquivo pessoal. Ver Gonçalves Filho (2006).

<sup>3</sup> Lembramos que Lygia foi a terceira a integrar a ABL, antecedida por Dinah Silveira de Queiroz, que, no momento deste depoimento de Rachel, já havia falecido.

[...] Rachel era pioneira, dava prosseguimento a uma carreira ícone da afirmação das mulheres no cenário nacional. É importante lembrar que Rachel foi a única escritora mulher aceita como representante do movimento modernista. Foi uma mulher que escolheu e determinou seu destino afetivo, existencial, literário, profissional, político. Foi uma mulher que viveu de e para o ofício de escrever. Uma mulher que secundava a trajetória, ainda que menos vitoriosa, de muitas de suas heroínas (Hollanda, 2005, p. 26).

A correspondência de Lygia para Rachel apresenta diversos intervalos, em geral de poucos anos, muitas vezes preenchidos por encontros de escritores, em viagens ou na ABL, registrados em outros veículos (jornais, crônicas, fotos). Essas cartas mostram não somente a afeição e a amizade entre as duas escritoras, mas a importância de afirmar sua permanência nos espaços sociais que ocupam. Nas breves mensagens aqui reunidas, Lygia parabeniza a amiga por prêmios, publicações, desabafa fazendo a crítica sobre algum articulista, divaga sobre a condição humana, mas também compartilha histórias familiares, fala de enfermidades, envia suas condolências e lamenta a perda de amigos em comum. Envia-lhe páginas de escritos seus ou simplesmente escreve apenas para dizer que telefonou, comunicar que é primavera e mandar-lhe um beijo. De Lisboa, São Paulo ou do Rio, Lygia endereça-se sempre à Rachel no Leblon, onde a escritora, tradutora e jornalista cearense já estava instalada desde 1939.

Essa correspondência esparsa revela uma proximidade intelectual entre as duas prosadoras modernistas, atentas às dificuldades enfrentadas por serem mulheres. Nesses curtos textos, assim como pela leitura de suas crônicas, notam-se duas observadoras críticas de sua sociedade e de seu tempo, que emprestaram sua pena à tarefa de denunciar os conflitos de nossa humana condição. Forma de preencher as ausências, os escritos dedicados uma à outra (cartas, crônicas ou depoimentos) falam de maneira profunda do tempo interior, daquele oferecido à amiga (e a si mesma) e, por extensão, ao seu objetivo e paixão em comum, a literatura. Essa expectativa de preenchimento do tempo que passa, forma de superar a dor, demover do silêncio e refletir sobre o envelhecimento que nos assola (Arrou-Vignod, 1993), é de certa maneira atendida pela amiga que se faz presente, trazida com as cartas e os cartões-postais de Lygia para Rachel.

## 1 Seus primeiros encontros literários e a afirmação de seus lugares na literatura brasileira

Os depoimentos de Rachel de Queiroz, em artigos e crônicas nos jornais, confirmam que ela e Lygia se conheciam desde os anos 1940, quando a escritora paulistana lançou seu segundo livro de juventude, *Praia viva*, em 1944 (o primeiro, de 1938, foi *Porão e sobrado*). Nesse texto, Rachel ressalta a maestria de Lygia ficcionista, que se deixava ver já em seus primeiros textos e que se apurou com as obras de maturidade, assim como a sua arte para fazer e cultivar amigos.

Conheci Lygia Fagundes Telles no fim da década de 40, por ocasião do aparecimento de *Praia viva* – creio que seu primeiro livro de contos. Lygia era ainda uma menina e, além de todo o talento, já era linda. Chegava a ser covardia. O bom autor já nasce feito. Aperfeiçoa-se é claro, amadurece, mas o núcleo criador já está ali, íntegro. Na *Ciranda de pedra* e em *As meninas*, Lygia se revelou uma romancista de primeiro time. Mas creio que a sua vocação principal é o conto. Se no romance é ótima, no conto é melhor que ótima.

Nossa amizade começou com o primeiro conhecimento. Ela já era tudo isso que mostra hoje. Além de bonita e talentosa, como já disse, uma mulher de extrema sensibilidade, dona de um terrível bom gosto, quer literário, quer na apreciação de qualquer obra de arte. E um dom especial para conquistar e sustentar amizades através do tempo. Eu não sou um caso único entre os amigos dela.

Infelizmente, não temos um convívio constante. A gente só se vê nas visitas ocasionais de Lygia ao Rio e nas minhas mais ocasionais idas a São Paulo. Mas, a cada reencontro, promovemos aquela recuperação e, afinal de contas, nós duas sabemos ler e escrever – e trocam-se mensagens escritas.

Há também o telefone. Espero apenas que, conforme prometeu, Lygia venha passar uma boa parte do ano aqui no Rio (Queiroz, 1985, p. 6).

Se nesse depoimento, feito às vésperas da eleição de Lygia na ABL, Rachel valoriza a contista estreante, apesar de ter o conjunto da obra da paulista em vista, neste outro pequeno comentário sobre o lançamento de *Ciranda de pedra*, em 1954, a cronista, autora de *Caminho de pedras* (1937), faz uma breve apreciação sobre a jovem romancista:

Há também um importante livro de mulher: *Ciranda de pedra*, de Lygia Fagundes Telles, aquela menina tão bonita, cujas visitas recorro com amizade e ternura, dos tempos de seu livro de estreia – um caderno de contos que já mostravam a força poética e a riqueza de recursos da romancista vitoriosa de hoje (Queiroz, 1955, p. 98).

Mais de quarenta anos depois, em “A menina de São Paulo”, texto publicado em sua coluna “Cá entre nós”, no Suplemento Feminino de *O Estado de S. Paulo*, de 27 de abril de 1997, Rachel que, apesar de educada em colégio religioso, na idade madura se declarava ateu, desabafa: “Deus Nosso Senhor foi bastante exagerado com Lygia: deu-lhe ao mesmo tempo os dons mais cobiçados pelos humanos: o talento e a beleza”. E então nos conta, nessa crônica de memórias, que se conheceram no Rio de Janeiro, após a publicação de *Ciranda de pedra*. A confusão de datas, se contrastada com o primeiro depoimento citado, é pouco relevante aqui, tendo em vista o teor da mensagem, as preferências que a autora de *O Quinze* revela quanto às suas leituras da obra lygiana e o próprio fato de a escritora paulistana considerar como o início de sua obra esse livro de maturidade (Queiroz, 1997)<sup>4</sup>.

Algumas constantes se repetem entre os três textos, ainda que Rachel situe em momentos diferentes seu primeiro encontro e mostre uma natural indecisão entre sua preferência entre a Lygia contista e a romancista. O talento e a beleza são, contudo, indicados desde o princípio. Esse reconhecimento, imediatamente feito por Rachel, de que além de uma bela mulher Lygia é uma excelente escritora, foi questionado por prognósticos machistas da época. Lygia observa, em crônicas e depoimentos, que era preciso convencer os primeiros

---

<sup>4</sup> *Verão no aquário* saiu em 1963 (e não 1964, como sugere a crônica de Rachel), portanto nove anos após *Ciranda de pedra* (e não onze).

avaliadores de seus textos de que era uma mulher quem escrevia. Se o prejulgamento continha preconceitos, logo foram superados pela jovem feminista (Telles, 2010, p. 91)<sup>5</sup>.

Rachel, quando moça no Ceará, sofreu preconceito semelhante ao de Lygia, pois atribuíam aos seus escritos a autoria masculina. Sobre seu livro de estreia, alguns críticos e escritores achavam que só poderia ter sido escrito por um homem. Entre outros, Graciliano Ramos, no fragmento a seguir, expôs seu pensamento sobre *O Quinze*, de Rachel, este sendo considerado o segundo romance regionalista do Modernismo brasileiro, publicado pouco após *A bagaceira*, de José Américo de Almeida:

*O Quinze* caiu de repente ali por meados de [19]30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que realmente causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com este nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbudo (Ramos, 1967, p. 140-142, *apud* Holanda, 2005, p. 15).

Mas além de Graciliano, estavam os que duvidavam categoricamente e, quanto a estes, Rachel desabafa ofendida, sobre os exageros patriarcalistas da época:

[...] quando *O Quinze* começou a pegar e a escreverem a respeito, ele [outro escritor da época] passou a espalhar, em notas assinadas com pseudônimo, que o livro não fora escrito por mim, mas talvez, por papai ou pelo escritor Beni Carvalho. Eu fiquei muito indignada – lembre-se de que era muito moça e aquele era o meu primeiro livro, meu primeiro êxito e eu estava muito alvorçada (Queiroz; Queiroz, 2004, p. 38).

Tanto Lygia quanto Rachel começaram a publicar seus escritos cedo, ainda na adolescência, com o auxílio financeiro da família; casaram com intelectuais conhecidos em seus círculos sociais, divorciaram-se e casaram-se novamente; sofreram a perda de seus únicos filhos – Rachel na juventude, Lygia na maturidade – e de seus companheiros. Mas, além de semelhanças biográficas, ambas tiveram uma trajetória profissional comum, que as colocava lado a lado nas colunas dos periódicos ou nas cadeiras de instituições culturais e o que aproximou a regionalista e cronista madura da jovem escritora da cidade. A José Olympio, casa editorial de Rachel de Queiroz, de 1937 a 1992, foi também a editora que publicou Lygia entre 1973 e 1977, tendo lançado por lá *As meninas* e *Seminário dos ratos*.

Lygia, que chama Rachel de “amiga e irmã” (v. carta de 9 de julho de 1986), atribui a ela o papel de sua madrinha na Academia Brasileira de Letras.<sup>6</sup> Para entrar nessa instituição patriarcal – formada sob o modelo francês, por quarenta membros do sexo masculino –, segundo

---

<sup>5</sup> Em carta de Porto Alegre, 24 jan. 1959, Erico Verissimo afirma: “De mulher v. tem só a grande sensibilidade rica de intuição. O resto é mesmo de homem e de homem *bom*”. O autor gaúcho explica-se, a partir de mesma opinião dada por sua amiga dos tempos de colégio: “Uma amiga nossa, a Luiza Rosenblatt, voraz e inteligente ledora, disse: ‘A Ligia escreve como homem.’ Eu compreendi o que ela quis dizer com a frase. Em geral mulher quando escreve neste país ou fica besta, pernóstica ou então mimosa, dengosa – ah! Tão delicada e sensível e artística! Você não.” (Acervo Lygia Fagundes Telles/Instituto Moreira Salles).

<sup>6</sup> Conforme Carlos Heitor Cony, em depoimento ao número dos *Cadernos de Literatura Brasileira* sobre Rachel de Queiroz, ela era uma espécie de tia ou madrinha de todos os seus sucessores (IMS, 1997, p. 16). Ver também Rodrigues (2003, p. A12): “A escritora cearense foi madrinha de Lygia na eleição para a ABL. ‘Eu dizia: Rachel, não vão votar em mim. E ela respondia: deixa por minha conta’.”

a escritora paulista, foi sua amiga, a acadêmica pioneira e precursora (eleita em 1977), que a ajudou a angariar os votos necessários para sua eleição, em 1985. Rachel, que afirma não ter feito campanha para sua própria candidatura à ABL e cuja eleição foi promovida pelos muitos amigos escritores que lá já estavam (Queiroz; Queiroz, 2004, p. 233-236), pôde exercer o papel de madrinha de Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982) e depois de Lygia (e de todos, conforme Cony), dentro da instituição, cujo timbre encabeça muitas das mensagens escritas pela imortal paulista à imortal cearense. Conforme vimos, Lygia foi a terceira mulher a integrar essa academia, sucedendo Rachel e Dinah, o que cumpria as previsões da amiga Clarice Lispector, em bilhete de novembro de 1977: “Fiquei muito contente com o fato de Rachel de Queiroz entrar na ABL. Se eu tivesse poder, daria a segunda vaga a Dinah Silveira de Queiroz que conseguiu para a mulher brasileira um lugar ao sol. Embora eu não deseje a morte de ninguém, sugiro que a terceira vaga seja preenchida por Lygia Fagundes Telles” (Lispector, 2020, p. 786).

Em seu discurso de posse, em 1987, Lygia expressou o sentimento que a une às duas escritoras que a precederam na ABL:

A mesma paixão nos une: a paixão da palavra. A mesma luta tecida na solidão e na solidariedade para cumprir o duro ofício nesta sociedade violenta, de pura autodestruição [...].

O duro ofício de testemunhar um planeta enfermo nesta virada do século. Às vezes, o medo. [...] Tem de vencer o medo para escrever esse medo. E resgatar a palavra através do amor, a palavra que permanece como a negação da morte (Telles, 1988, p. 15-16).

Na correspondência, assim como na literatura, a palavra das escritoras aqui em estudo é uma forma de resistência. Fazendo-se instrumentos e testemunhas de seu tempo, como costumava dizer Lygia, ambas publicavam suas crônicas nos jornais e em revistas, escreviam nos mesmos periódicos, entre eles *O Estado de S. Paulo* e a revista *O Cruzeiro* – Rachel com maior frequência, desde 1929, publicou ainda suas crônicas no *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário da Tarde*, *Última Hora*, *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, além de diversos jornais cearenses. Atuaram também em cargos nomeados nas áreas da Cultura – Rachel, de 1967 a 1985, foi membro do Conselho Federal de Cultura; Lygia presidiu a Cinemateca Brasileira, entre 1977 e meados da década de 1980 –, onde contribuíram por meio de seu olhar voltado para o desenvolvimento sociocultural do país, refletindo sempre a “funda consciência do ser-mulher” (Coelho, 2002, p. 552).

As duas ficcionistas, atreladas à prosa, à linguagem do cotidiano e ocupadas com narrar e descrever o mundo tal como o veem, dedicam-se a defender, cada uma a seu modo, o ofício da mulher de letras, então marcado pela constante capacidade de romper com os círculos do patriarcalismo. “Sou escritora e sou mulher – ofício e condição humana duplamente difíceis de contornar”, diz Lygia (Telles, 2002, p.156). Rachel, considerada “a primeira grande voz feminina do modernismo brasileiro” (Hollanda, 2005, p. 24), como vimos, já bendizia as diversas armas que Deus deu a Lygia, mas, quando falava de si, algo raro, era muito modestamente, como em uma crônica de 1955: “A pequena graça que me podem achar é neste jeito descansado de mulher do campo, que conta histórias do que conhece e do que ama” (Queiroz, 1989, p. 213). E, nesta de 1964, afirma: “Eu de mim confesso que sou dessas

anacrônicas; encontro no trabalho feminino um encanto, uma compensação, uma fonte de tranquilidade que nada mais me dá. Tiro uma espécie de equilíbrio do uso alternado do jornalismo e do crochê, literatura e bordado à mão, política e cozinha” (Queiroz, 1989, p. 77). Sabemos, entretanto, de seu vigor profissional, tendo ocupado a função de professora em tenra idade, assim como de dezenas de trabalhos como tradutora incansável, cronista, romancista, dramaturga e autora de livros infantojuvenis, das muitas causas que defendeu e que, no início de sua carreira, a levou a ter seus livros queimados, em 1937, e a ser presa, assim como Jorge Amado, durante o governo Vargas. Sua fortuna crítica não deixa de mencionar sua linhagem alencariana, de quem, além de ter-lhe revelado suas origens cristã-novistas, a ficcionista deve ter herdado o dom para o romance regionalista, mas também o gosto por narrar histórias de heroínas do sertão, das cidades que viu ou onde morou.

Enquanto Lygia reconhece, citando Norberto Bobbio, que “a revolução da mulher foi a mais importante revolução do século XX” (em “Mulher, mulheres”, *Durante aquele estranho chá*, p. 53), Rachel, que ao contrário de Lygia não se afirmava feminista, em entrevista ao *Diário da Noite*, em março de 1940, vai além:

Podem escandalizar-se os sociólogos e toda gente mais: para o século XXI, eu prevejo a vitória social das mulheres. As mulheres deixarão de ser o elemento secundário na sociedade e na família para assumir a vanguarda de todos os atos e de todos os acontecimentos. [...] Como já salientei, tudo indica essa evolução sensacional: as mulheres penetrando em todos os setores da atividade masculina. [...] E eu só queria viver mais 100 anos para ver a reabilitação definitiva das mulheres, tão certo como 3 e 3 são seis.<sup>7</sup>

Com o tempo, passam-se também as vontades, mas a história de Rachel seguramente reflete-se, mantidas as diversas diferenças entre a escritora vinda do campo e a da cidade, na de Lygia. Parte de sua memória comum está guardada em documentos de seus arquivos, em recortes de crônicas, depoimentos, em cartas, bilhetes e cartões, que passamos a analisar adiante.

## 2 Entre mensagens escritas e cartões-postais

“[...] on retrouve dans la carte postale le reflet de la transformation des mœurs, notamment l'émancipation de la femme”<sup>8</sup>  
(Ripert; Frère, 1983, p. 118)

A escolha da escritora se inicia pela caneta a utilizar (azul, preta, vermelha ou verde, seguindo critérios próprios), pelo papel em que grava sua mensagem (papel timbrado, se o assunto é oficial), feita quase sempre sem rasuras, versada diretamente. O uso frequente do cartão-postal ilustra a necessidade de registro sucinto, amparado pelo lugar de que se fala.

---

<sup>7</sup> Em “Daqui a cem anos... Como será o mundo”, *Diário da Noite*, mar. 1940. Conforme citado por Heloísa Buarque de Hollanda em “O *éthos* Rachel” (IMS, 1997, p. 112).

<sup>8</sup> “[...] encontra-se, no cartão-postal, o reflexo da transformação dos costumes, notadamente da emancipação da mulher”.

Nota-se que Lygia registra, nessas curtas mensagens à amiga, no Rio, uma relação de afeto e fraternidade, numa forma de reforçar vínculos e demonstrar interesses mútuos que confluem, ou ainda de situar-se no tempo e num lugar que lhes é comum.

O primeiro cartão foi enviado para o endereço residencial da “Excelentíssima Senhora Acadêmica”, à Rua Rita Ludolf, no prédio em que Rachel viveu grande parte da sua vida de escritora, no Leblon. Nele se registram as palavras de consolo de Lygia para a amiga, que então sofria a perda de seu grande companheiro por mais de quarenta anos, o médico goiano Oyama de Macedo, no ano de 1982. Mesmo não mencionando este acontecimento, o abraço carinhoso que Lygia lhe envia dialoga com a imagem do postal remetido de Portugal (com o carimbo de Belém), onde estava a amiga paulistana, confortando-a por meio da fé, pelas palavras manuscritas à tinta azul, como lhe era possível no momento, à distância. Na imagem, vê-se uma foto do Altar do Santo Cristo da Muralha, na Embaixada do Brasil em Lisboa.

Lisboa, 9/3/82

Rachel,  
minha querida,  
soube aqui. E queria neste momento abraçá-la muito afetuosamente. Sou sua sempre, a fiel  
Lygia Fagundes Telles

Lisboa, 9 de março

(Acervo Rachel de Queiroz/Instituto Moreira Salles)

Nesta primeira mensagem sucinta de Lygia, guardada por Rachel, a autora respeita o silêncio e a dor da amiga, preenchida pela ausência maior de seu companheiro – algo pelo que Lygia passara alguns anos antes, com a morte de Paulo Emilio Salles Gomes. Neste caso, as delicadas escolhas de Lygia têm, ao mesmo tempo, a maior e a menor relevância, considerando tanto a gravidade do acontecimento quanto o fato de que Rachel podia já ter se desligado dos preceitos religiosos que recebeu na juventude, sendo isso de menor valor para ela. Entretanto, o cartão foi recebido e mantido por Rachel, como registro da importância do momento, atribuída por ela a esta amizade. Desse modo, as escolhas, tanto da escritora quanto da leitora da mensagem, resistiram na memória, esta guardada no arquivo pessoal. Conforme Aline Ripert e Claude Frère (1983, p. 145):

*Choisir une carte postale à l'éventaire d'un marchand de souvenirs, l'acheter, l'enrichir d'un message personnel dans l'emplacement réservé à la correspondance, enfin, l'envoyer, sont autant de gestes insignifiants qui s'inscrivent dans les activités sans conséquences de la vie quotidienne. En fait, ces gestes que chacun d'entre nous accomplit à un moment ou un autre sans y attacher d'importance obéissent à un besoin fondamental, celui qu'éprouve tout homme d'affirmer son identité par contrôle du temps et de l'espace.*

*Marquer le lieu où l'on se trouve à un moment donné est une manière d'affirmer son existence.<sup>9</sup>*

<sup>9</sup> “Escolher um cartão-postal no acervo de um vendedor de suvenires, comprá-lo, enriquecê-lo com uma mensagem pessoal no local reservado para a correspondência, enfim, enviá-lo são gestos insignificantes que se inscrevem nas atividades sem consequências da vida cotidiana. De fato, esses gestos que cada um entre nós realiza num momento ou noutro, sem lhe dar importância, obedecendo a uma necessidade fundamental, aquela

Do tom grave desse primeiro registro, passamos a outros, espelhados nos postais e nas mensagens escritas de Lygia para Rachel, quando a escritora paulista ainda estava fora da Academia. Neste cartão de 30 de março de 1984, Lygia, presidente da Cinemateca Brasileira desde a morte de Paulo Emilio, em 1977, envia a imagem de um dos filmes do acervo, o drama romântico *Sangue mineiro*, de 1929, filme mudo, em preto e branco, com roteiro e direção de Humberto Mauro, que ela comenta rapidamente. O motivo da mensagem é a eleição do jornalista e professor Arnaldo Niskier (A. N., no postal) para a ABL, no dia 22 de março, onde depois foi recepcionado por fala de Rachel de Queiroz, em 17 de setembro do mesmo ano.<sup>10</sup> Lygia, que já almejava à própria candidatura, apoia a vitória do jovem acadêmico e, antecipadamente, as palavras de Rachel em homenagem ao intelectual carioca.

Lygia, enviando da Cinemateca de São Paulo o seu postal (quatorze anos depois ela envia novamente um postal igual), onde ocupa um cargo por atribuição e com o sentimento de dever pessoal, aproxima-se da próxima instituição de que fará parte, onde circularia mais segura do seu ofício, guiada pela amiga ali pioneira. De alguma forma, percebe-se que a negociação desse espaço de direito da escritora foi aos poucos sendo conquistada, de comum acordo desde sempre pela futura madrinha, que a considerava uma escritora pronta já nos anos 1940. Era preciso convencer também a maioria dos acadêmicos, o que logo conseguiria: em 24 de outubro de 1985 é eleita para a cadeira de número 16 (cujo patrono é o bardo satírico Gregório de Matos) e sua posse ocorre em 12 de maio de 1987.

A terceira mensagem do acervo é uma carta de Lygia, sem local, datada de 9 de julho de 1986, em papel timbrado da ABL. Já acadêmica, além de cumprimentar Rachel por suas conquistas, o que a preocupa nesta mensagem são assuntos íntimos, que compartilha com a amiga: sua nora grávida e doente no hospital, que infelizmente não sobreviveria após o parto. O outro assunto desta pequena mensagem, é uma matéria de *O Estado de S. Paulo*, que vincula (e opõe) as duas escritoras e à qual Lygia diz que respondera ao jornal por meio de carta. A premiação de Rachel era criticada no periódico, tendo em vista que, na década anterior, se negara a assinar o “Manifesto dos Mil intelectuais contra a censura” do AI-5, liderado, entre outros, por Lygia. O prêmio recebido por Rachel nesse ano, pelo qual a amiga a parabeniza, não é literário, mas sim de caráter diplomático, por suas realizações nacionais: do Exército, a Medalha do Mérito Militar do grau de Grande Comendador. Já no ano anterior, Rachel recebera a Medalha Rio Branco do presidente da República. Essas premiações, que então causaram alguma polêmica, refletem a interação da escritora no Conselho Federal de Cultura, como mencionamos antes, e são formas de reconhecimento político de sua personalidade, que tinha acesso a círculos muito além de seu ofício como cronista e jornalista. No contexto da recente reabertura política do país, sua reafirmação nesse cenário se mostra importante não apenas por

---

pela qual todo homem passa: afirmar sua identidade pelo controle do tempo e do espaço. // Marcar o lugar onde se encontra, num dado momento, é a maneira de afirmar sua existência.”

<sup>10</sup> V. “Discurso de recepção de Rachel de Queiroz a Arnaldo Niskier”. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/arnaldo-niskier/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 23 jun. 2021.

seu caráter individual (Rachel publicaria seu próximo grande romance, *Memorial de Maria Moura*, em 1992), mas também coletivo, considerando rumores de sua amizade com Castelo Branco e de seu apoio à conspiração inicial do regime (IMS, 1997, p. 28-30)<sup>11</sup>.

No segundo parágrafo, que ocupa o verso da carta, Lygia associa a aflição que sente por ter sua nora hospitalizada à irritação pela insistência do jornal sobre sua opinião quanto aos comentários a respeito de Rachel, no Caderno 2. Espirituosamente, a escritora cearense (que se tornaria cronista do Estadão a partir de 1988) tem direito a uma resposta anônima, na seção “Recado dos Leitores”, no dia 12 de julho, com sua foto sorridente e a conclusão: “dois pesos, duas medidas” (*O Estado de S. Paulo*, 12 jul. 1986, Caderno 2, p. 2)<sup>12</sup>. É uma contrarresposta a uma carta assinada por Ignácio de Loyola Brandão (cronista do jornal após 1993), em que ele esclarece sua crítica ao prêmio de Rachel, tendo em vista o posicionamento dela pela censura militar e de não apoio ao Manifesto dos Mil em defesa dos escritores e intelectuais, de 25 de janeiro de 1977. Na contrarresposta do jornal (favorável a Rachel), a título de comparação, é dito que o artista e escritor Ziraldo, que não foi chamado de reacionário na época, também não quis assinar o Manifesto, então considerado pouco sério por eles. Dessa forma, o jornal a defende contrapondo uma questão de gênero. Ziraldo, amigo e ilustrador de livros de Rachel, seria a figura em contrapeso para equilibrar a balança desse júízo e encerrar a pequena polêmica. E, ironicamente, com uma foto sorridente da polemizada.

Se a mensagem em defesa de Rachel é a mesma referida por Lygia, não sabemos. Mas, por meio desta carta de 1986, a autora de *Seminário dos ratos* desvincula as duas críticas à amiga escritora, sabendo que uma escolha feita no passado não decide o merecimento pelo prêmio recebido, que não era apenas político. A falta da assinatura de Rachel no “Manifesto dos Mil” não modificou o sentido maior do ato, que se realizou da mesma maneira, com a ida de Lygia e Nélide Piñon, entre outros intelectuais, ao Planalto, do que muito se orgulha a escritora paulista.<sup>13</sup>

Na quarta mensagem de Lygia no acervo de Rachel de Queiroz, encontramos um postal enviado ao deixar o Rio, após uma estada no Hotel Glória. A foto impressa no cartão, feita da praia, deixa ver o mar sob um céu radiante, banhistas, a vegetação e parte da paisagem urbana carioca. Datado de 20 de outubro de 1990, manuscrito em azul no envelope e no postal, traz uma mensagem saudosa de Lygia, que visa apenas manter contato e comunicar sua busca por falar com Rachel enquanto estava na cidade. Lygia publicara seu último romance no ano

<sup>11</sup> Sobre a trajetória de Rachel, de comunista a integralista, “do socialismo libertário de *Caminho de pedras* às crônicas recentes de espírito conservador”, ver a consistente leitura apresentada por Alfredo Bosi, em *História concisa da Literatura Brasileira* (2006, p. 423-424).

<sup>12</sup> Não há registro, no acervo, da mencionada carta de Lygia ao *Estadão*, que pode não ter sido publicada.

<sup>13</sup> V. crônica “Conspiração de nuvens”, em que Lygia conta que o convite para a organização da comissão que levaria o manifesto a Brasília foi de Rubem Fonseca (Telles, 2007, p. 59-65). O documento, já assinado por Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, estava sendo negociado pelos intelectuais a partir do Rio, de onde Lygia, Hélio Silva, Nélide Piñon e Jefferson Ribeiro Andrade seguiriam para a entrega ao ministro da Justiça, Armando Falcão.

anterior, *As horas nuas*, e Rachel nesse ano de 1990, lança pela José Olympio as suas obras completas. Certamente as duas escritoras tinham muito a comemorar.

Essa mensagem pode ser lida como expressão da necessidade de mostrar-se viva à amiga, plena de vitalidade, assim como o cenário ilustrado na imagem do cartão, próprio do tempo da primavera. Frustrada a comunicação telefônica, o postal registra, para uma longa data e outros leitores, esse momento de procura e permite que essa expectativa de marcar sua presença na vida de Rachel não se perca (Ripert; Frère, 1983, p. 16).

O endereço no envelope é de Lygia em São Paulo, mas o postal (para eventual resposta de Rachel, que não haveria) e o carimbo, de 21 de outubro, confirmam que ela estava no Rio ainda quando escreveu essa mensagem. No intervalo, já projetando a partida e sabendo que não poderá rever a amiga, Lygia reforça o sentimento incontornável de marcar esse tempo em que esteve com a lembrança de Rachel consigo, documentando-o para a posteridade.

A carta seguinte, postada de São Paulo, em 16 de novembro de 1993, manuscrito em preto em papel timbrado da ABL, lamenta a morte de dois escritores, o filho de Graciliano, Ricardo Ramos (1929-1992), e o irmão de José Olympio, Antonio Olavo Pereira (1913-1993). Além disso, a mensagem traz junto um texto de Lygia sobre Mário de Andrade (1893-1945), amigo em comum e sobre o qual o professor e crítico Fábio Lucas organizara uma coletânea de depoimentos em comemoração de seu centenário. Esse texto de Lygia, “Foi o que lhe disse durante aquele estranho chá” (Telles, 1993, p. 53-57), depois reeditado em *Durante aquele estranho chá* (2002), relata um encontro da escritora com Mário, que então lera o segundo livro dela, *Praia viva*, publicado em 1944. Nesse encontro, o poeta teria lhe entregado uma carta com comentários sobre o livro, mas Lygia nos conta que perdeu essa carta, hoje apenas um espectro mariodeandradiano no conjunto epistolográfico lygiano.

Nesta mensagem a Rachel, que no dia seguinte completava 83 anos, Lygia reúne o sentimento de perda à memória da passagem de grandes escritores amigos, procurando demover o pensamento de Rachel, expresso publicamente em entrevista, de que “a condição humana não tem mesmo uma natureza aproveitável, a raiz não presta” e que há exceções surpreendentes que fogem à regra. Para Lygia, há sempre a esperança que vigora, por isso para ela não se pode generalizar, as boas realizações vindo de toda parte. Modesta e indiretamente, já escritora madura, ela se faz de exemplo e se coloca de novo na pele da jovem estreada que fora, quando recebera o incentivo de Mário de Andrade, e assume a falta que sente dos estímulos do escritor e editor Antonio Olavo. De forma branda e como numa conversa na pequena chacinha feminina da ABL, Lygia, que tem plena crença em Deus e na força da palavra empenhada, dialoga com Rachel, ateuísta e cética, sobre acontecimentos inescapáveis, sobre a vida e a morte. Conversa sobre questões existenciais, crenças e escolhas que falam fundo de sua produção literária, bem como da insegurança que de forma destemida oculta do leitor.

Nessa carta que parece apenas discutir questões do cotidiano das escritoras, perdas de amigos em comum, publicações, entrevista, Lygia envia a Rachel duas partes de si: “dessa jovem das *Cartas ao Mário*” e “da sua Lygia”, a atual, a que Rachel conhece desde sempre e

com quem debate questões de vida e morte, centrais para todo escritor. Pensando diferente sobre diversos aspectos, assuntos políticos, filosóficos ou mesmo escolhas literárias (como escrever ou não cartas), Lygia mantém sua correspondência ativa com a autora de *Falso mar, falso mundo* (que nesse ano de 1993 fora premiada duplamente, com o Camões e o Juca Pato), em mensagens sucintas mas repletas de afeto e compreensão.

A sexta mensagem do conjunto, mais um cartão-postal de São Paulo, 17 de março de 1997, manuscrito em azul em envelope timbrado da ABL, traz a imagem do quadro *Olympia* (1863), de Édouard Manet, que faz parte do acervo do Musée d'Orsay, em Paris. O texto bem-humorado de Lygia dialoga com a tela de Manet, opondo à nudez de Olympia o decoro das duas escritoras retratadas na Agenda Cultural da Secretaria da Cultura, dias após a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

No ano em que Lygia obteve, do Ministério da Cultura francês, o título de Chevalier de l'Ordre, des Arts et des Lettres (um mês antes, em fevereiro; a medalha seria pessoalmente recebida por ela na França, em 1998), a escritora modernista não se priva de fazer humor com o pintor impressionista francês, quanto aos detalhes acessórios que pouco cobrem a jovem retratada, deixando, no entanto, à margem do cartão a discussão sobre a empregada negra bem-vestida e adornada com lenço e brincos, que, procurando o contato visual de Olympia, lhe traz um grande ramallete enviado por um amante. Olympia, no entanto, está entregue, no olhar e na postura, ao retratista e, por extensão, ao expectador da pintura. Ao pé da cama, um gato preto que apenas parte do cartão nos permite ver, pouco nítido devido à frágil policromia da impressão ou ao apagamento gradativo operado pelo tempo, em imagem frontal, alinhado assim como a mulher que acompanha a retratada principal. Não temos a imagem de Rachel e Lygia estampada na Agenda Cultural, mas decerto em nada mais dialoga com a pintura de Manet, que é feita assunto devido ao cuidado constante que Lygia tem de estabelecer uma relação entre meio e texto, forma e fundo do que torna objeto literário. A nudez feminina é por ela celebrada na arte, mas de forma crítica, enquanto Lygia transmite a Rachel mais uma mensagem de amizade e registra a comemoração de suas conquistas, assim como as diárias de todas as mulheres.

O postal seguinte, enviado de São Paulo, em 7 de setembro de 1998 (sétima mensagem do acervo), que pela primeira vez, traz um pedido a Rachel, repete a mesma imagem que comentamos antes, em cartão datado de 30 de março de 1984, da Cinemateca Brasileira, em São Paulo. O filme *Sangue mineiro* não é desta vez comentado por Lygia, que faz do cartão em duplicata apenas instrumento portador do voto para a eleição na ABL, o qual Rachel encaminharia em sua ausência.<sup>14</sup> Trata-se, provavelmente, da escolha do presidente da

---

<sup>14</sup> Esse instrumento se tornou possível aos que não residem no Rio de Janeiro, graças à emenda ao Regimento Interno da ABL proposta por Lygia Fagundes Telles e aprovada pelo então presidente, Josué Montello. V. ABL, Parecer de Josué Montello, de 4 dez. 1995, Acervo Lygia Fagundes Telles/Instituto Moreira Salles, registrado em sua correspondência pessoal, BR IMS CLIT LFT Cp, cód. 014864. Quanto à posse mencionada no início da mensagem (“de nosso amigo Ricardo”) não se pôde identificar, tendo em vista que não há registro de membros eleitos na ABL nesse ano de 1998.

instituição nesse ano, Arnaldo Niskier, função que ocuparia até 1999. Nesse cartão, Lygia informa sua viagem à Suécia, para onde seguiu com outros escritores brasileiros, entre eles Ana Miranda, e pôde, além de participar do Congresso Internacional, conhecer a sede da Academia Sueca, na qual o prêmio Nobel é concedido.

O oitavo documento do acervo, datado de 4 de julho de 2003, é um bilhete muito simples de Lygia, que do Rio entrega a Rachel um cartão manuscrito em azul, em papel timbrado da ABL. Apenas pela mensagem escrita, não é possível saber se esse cartão acompanhava algum presente, flores, livro ou outro objeto não mencionado. O que sabemos é que Lygia, com o mesmo tratamento afetuoso de costume, reforça seus laços de amizade com Rachel, quatro meses antes da morte da escritora cearense.

As duas últimas mensagens registradas como de Lygia e guardadas no acervo de Rachel no IMS não estão datadas e destoam do conjunto. Esta, um cartão-postal enviado da Itália, manuscrito em azul, traz no verso uma ilustração intitulada *L'Oiseau Bleu Train Pullman* (extraída de cartaz de 1929, do artista franco-ucraniano A. M. Cassandre [1901-1968]).<sup>15</sup> O postal da Cie. des Wagons-lits Chemins de Fer du Nord, que percorre o trecho Anvers-Bruxelles-Paris, refere-se ao trem de luxo Pullman, considerado na época tão rápido quanto um pássaro azul, imagem retirada da peça homônima do dramaturgo belga Maeterlinck (1862-1949). A considerar que esta mensagem precede a anterior, visto que retornaria de viagem ainda em julho, também podemos lê-la como uma despedida de Rachel, sem saber que meses depois a imortal cearense partiria eternamente.

O(A) autor(a) da mensagem não introduz seu texto como antes, “Rachel querida” ou “Minha querida Rachel”. Não temos resposta de Rachel para confirmar se esta mensagem é mesmo de Lygia. Considerando que este texto sem data se volta para a saúde da escritora, de imediato, diferentemente das cartas e cartões anteriores, sabemos que seu estado de saúde era frágil. Distante, na Itália, o(a) autor(a) da mensagem resumiria em poucas palavras o motivo e o sucesso de sua viagem, sobre a qual não nos oferece mais detalhes e encerra o cartão, com letra apressada e uma assinatura, que tende a uma rubrica, algo também incomum em sua correspondência. Seria esta mensagem mesmo de Lygia? Não é possível precisar, não há o envelope que, em outros casos, Rachel guardava junto com suas cartas. Considerando que seja de 2003, é possível que o documento tenha sido arquivado não por Rachel, mas por outra pessoa, que o conservou junto com outros papéis da escritora, no Rio de Janeiro e atribuiu a autoria como entendeu ser o correto.

Se Lygia, ou o autor não identificado, estava em viagem, esperava voltar em julho e, quem sabe, rever sua correspondente. Mas, como Rachel sabia, “a morte é a amante dos moços e a companheira dos velhos”. Em novembro de 2003, esta chegou para a madrinha de todos os escritores na Academia, deixando-lhe, também, um último postal:

---

<sup>15</sup> A imagem do cartaz original pode ser vista em: <<https://www.vmfa.museum/piction/6027262-8524474/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

Para os jovens, ela é abismo e paixão. Para nós, [a morte] foi se tornando pouco a pouco uma velha amiga, a se anunciar devagarinho: o cabelo branco, a preguiça, a ruga no rosto, a vista fraca, os achaques. Velha amiga que vem de viagem e de cada porto nos manda um postal, para indicar que já embarcou (Queiroz, 2021, p. 105).

O décimo e último documento do acervo de Lygia para Rachel no IMS é um telegrama, em papel impresso dos Correios, que supomos ser datado de 11 de fevereiro de 2001. A mensagem em curtas frases expressa a linguagem típica dos telegramas, raros hoje em dia. Nela, a autora apenas parabeniza Rachel por uma de suas crônicas publicadas em *O Estado de S. Paulo*.

Conforme vimos, desde os anos 1980, Rachel era colaboradora do jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual, em anos mais recentes, mantinha uma coluna no Suplemento Feminino intitulada “Cá entre nós”. Considerando que o telegrama tenha sido enviado em 11 de fevereiro de 2001, possivelmente, Lygia refere-se à crônica “Imagens e truques”, publicada nesse jornal, de 10-11 de fevereiro (Queiroz, 2001). Trata-se de um texto bem-humorado, em que, num diálogo com “um homem que gosta de conversar”, a narradora discute do ponto de vista científico a impossibilidade de vida fora do planeta, enquanto seu interlocutor, crente na vida de seres superiores fora da Terra, descrê das imagens transmitidas pela TV americana em torno das viagens espaciais à Lua. De conspiração diplomática a fraude da mídia, ele faz objeções às intervenções da narradora, que recebem imediatamente explicações implausíveis do homem versado em ficção científica, que acredita na existência de homens interplanetários.

Lygia, que coloca sob suspeição o juízo sobre a presença de vida além da conhecida, já antes relatara ter visto um objeto não identificado sobrevoar o céu de Ubatuba, em 1969. Da opinião de que “uma escritora não pode se recusar a dar testemunho de fatos do seu tempo” (Telles, 2010, p. 181-183), expressa-se de imediato, por telegrama, sobre os escritos da amiga, cronista no Rio. Enquanto a narradora lygiana de “Disco voador” faz seu depoimento por escrito, às expensas do julgamento comum masculino (de quem viu, mas não quis pôr à prova), a narradora de Rachel discute com o seu interlocutor verborrágico quanto a suas interpretações sobre o que ocorreu durante as projeções das viagens espaciais projetadas pela TV americana (vistas em registros televisivos por todos, mas de que muitos desconfiavam). Como testemunhas das revoluções de seu tempo e de sua sociedade, crédulas diante do desconhecido ou incrédulas frente a determinadas posturas dos seres humanos, as duas escritoras emprestam a sua pena a fazer seu público refletir sobre o que existe ou pode existir, além de nossos sentidos e de nosso alcance, e sobre o que projetamos por meio de nossa memória e de nossa imaginação.

A correspondência de Lygia para Rachel, hoje conhecida, resume-se aos dez itens aqui analisados. Bilhetes, cartões, telegrama, todos mensagens breves, registros de um longo tempo de convívio, à distância, com intervalos às vezes de muitos anos. No caso dos cartões-postais, sua mensagem traz uma tripla função comunicativa: de dimensões variadas, uma foto ou uma ilustração que representa lugares ou obras vistas; uma mensagem escrita e, por fim, o endereço do destinatário, quando não recoberto por um envelope. Com um espaço reduzido para o texto (como numa mensagem eletrônica), o postal restringe a comunicação ao limite essencial. Mas

se o endereço fica reservado ao envelope, Lygia ocupa com sua bela caligrafia todo o cartão, ampliando os limites de sua mensagem. Transmitindo votos, rápidas notícias familiares, agradecimentos ou dando o paradeiro de onde está, a escritora paulista faz-se de alguma forma presente na vida da amiga cearense no Rio. Esta, por sua vez, mesmo sem responder-lhes, hábito que não tinha, guardou em sua coleção pessoal estas cartas, como objetos-fetiche, lembranças ou amuletos vindos de um lugar sagrado ou de lugares, muitas vezes, desconhecidos.

## Considerações finais

“Amor não precisa de carta, de telefonema, nem retratos. Pois, como uma coisa imperecível poderia depender das perecíveis?”  
(Telles, 2010, p. 181-183)

Mais de uma década separa tanto o nascimento quanto a estreia literária destas grandes escritoras, afastadas também por momentos diversos do Modernismo no Brasil. Entretanto, suas buscas literárias sendo semelhantes, entre elas a da representação da mulher sob o ponto de vista feminino, elas encontraram-se para sempre dentro da literatura e da academia. Por meio da afirmação comum de uma vocação a que lhes era impossível se privar, manifestada desde a infância, no interesse que tinham pelas narrativas ouvidas de pajens e criadas, e depois transpostas para suas próprias obras, ainda na adolescência. Seus rituais de iniciação literária e de socialização no meio editorial foram semelhantes, tendo passado pelos mesmos jornais, revistas e editoras, e frequentado os mesmos círculos modernistas, até a entrada para a ABL, onde se viam com frequência. As mensagens escritas que aqui analisamos, produzidas entre 1982 e 2003, propiciam uma leitura dessa amizade literária, que soube se mostrar no essencial, mesmo diante de diferentes caminhos ou ventos contrários.

Lygia Fagundes Telles, ao escrever a Rachel de Queiroz, entrega parte de si, de seu estado de espírito, de sua escrita feita no âmbito doméstico da correspondência. Mesmo em documentos curtos, do cotidiano, a carta lygiana, como ato de escrita, é registro de um “verdadeiro encontro intersubjetivo” entre as duas escritoras; como define Eric Landowski, essas mensagens são uma “forma de *presentificação atual* dos sujeitos enquanto parceiros do ato semiótico que consiste em ‘se escrever’” (2002, p. 167-168). Assim, Lygia insere-se no círculo de convivência íntima de Rachel, partilhando de seus momentos de dor, de alegria, suas conquistas pessoais e literárias, nem sempre registradas pela cronista em sua obra de ficção. Na falta da interlocução epistolar, trouxemos para nossas reflexões mensagens de Rachel à Lygia feitas em suas crônicas, que, no entanto, não eram lidas somente pela amiga, mas pelo público de jornais e revistas, do Rio e de São Paulo, todos de grande circulação. Se, como afirma em depoimento para sua biografia, nunca escrevia cartas, por outro lado, dedicava seus dias às crônicas, gênero literário muito cultivado pela escritora no exercício do jornalismo, cuja produção, ainda que preencha muitos volumes reunidos em vida, por ela mesma ou por seus críticos, é tão prolífica que sem dificuldades encontramos diversos textos inéditos nos vários

periódicos para os quais contribuiu (revistas *Manchete*, *Cruzeiro*, nos jornais *A Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, para citar apenas alguns).

Ao comentar “a capacidade epistolar de Mário” de Andrade, Rachel observa que o amigo se irritava com ela por seu hábito de não responder às cartas que recebia. “A mim, por exemplo, dava as maiores espinhações porque eu não respondia às suas cartas. Logo eu, que nunca escrevo para ninguém” (Queiroz; Queiroz, 2004, p. 129). Isso explica a menor presença de correspondência escrita por ela em seu arquivo e a inexistência de qualquer carta sua no arquivo de Lygia. No entanto, pelo depoimento de Maria Luíza de Queiroz, sabemos que, na juventude, Rachel era uma assídua correspondente familiar, recebia cartas de sua mãe, quando já morava em outra cidade e respondia a todas elas. Era a sua forma de saber o que acontecia em casa e, por parte da família, “eram as cartas de Rachel que, lidas em voz alta, nos traziam as cores de outros mundos e, num paradoxo, nos ancoravam no cotidiano” (Queiroz; Queiroz, 2004, p. 101-102). A própria Rachel de Queiroz, em entrevista aos *Cadernos de Literatura Brasileira*, confirma que sua fase epistolar, mais restrita aos diálogos familiares, se encerraria com a vinda da mãe e da irmã para o Rio (IMS, 1997, p. 32).

Assim mesmo, seu acervo de correspondência não é pequeno (mais de 3 mil registros no arquivo do IMS, incluindo correspondência de parentes e documentos epistolográficos de terceiros guardados por ela ou pela família) e se encontra bastante organizado, mostrando o zelo que a escritora tinha pela sua documentação literária e o apego pelas mensagens recebidas, de amigos, familiares, entre outros. Se Rachel não tinha o hábito de responder por cartas, usou sua pena da forma com que tinha mais familiaridade, tendo escrito crônicas sobre os amigos e suas obras.

Por meio de suas crônicas, sabemos muito sobre Rachel e o que pensava de sua amiga Lygia, que mesmo sem resposta, escrevia esporadicamente à madrinha. Pouco afeita ao gênero memórias, pois, para Rachel, “Memórias é um gênero muito pouco sincero: você apresenta ao público a pessoa que você gostaria de ser” (IMS, 1997, p. 39), foi com certa resistência que se entregou à irmã em *Tantos anos*, que ali deixa tantas lembranças de sua juventude e de seu ofício. Lygia, que desde 1980, com *A disciplina do amor*, se rendeu ao gênero, por sua vez, não tem um texto ficcional sobre a amiga cearense. Trata-se, portanto, de mais um diálogo triangular, na obra lygiana, de cujos laços de gratidão com a mestre cearense apenas sua correspondência nos permite resgatar o registro.

Questionamentos comuns, metalinguísticos, partilhados pelas duas ficcionistas, movem suas obras, construídas de modos diversos, porém ambas em torno de personagens femininas fortes, em busca de liberdade, afirmação, realização pessoal. Diante das opressões com que as diversas mulheres de seus livros têm de lidar, tal qual no mundo moderno em que vivemos, nem sempre suas buscas são logradas ou obtêm o mesmo sucesso, como alcançado pelas duas escritoras.

## Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Parecer de Josué Montello*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1995. Acervo Lygia Fagundes Telles/Instituto Moreira Salles.
- ARROU-VIGNOD, J.-P. *Le Discours des absents*. Paris: Gallimard, 1993.
- ARTIÈRES, P.; LAÉ, J.-F. *Archives personnelles: histoire, anthropologie et sociologie*. Paris: Armand Colin, 2011.
- BOSI, A. *História concisa da Literatura Brasileira*. 43.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- COELHO, N. N. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- GONÇALVES FILHO, A. Rachel de Queiroz e Lêdo Ivo no acervo do IMS. Caderno 2, *O Estado de S. Paulo*, 21 out. 2006, p. D6.
- HOLLANDA, H. B. de. Como entender R. Q. In: *Rachel de Queiroz*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. (Nossos Clássicos).
- INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 4: Rachel de Queiroz. São Paulo, 1997.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 5: Lygia Fagundes Telles. São Paulo, mar. 1998.
- LANDOWSKI, E. A carta como ato de presença. *Presença do outro: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 165-181.
- LISPECTOR, C. A Lygia Fagundes Telles. *Todas as cartas*. Prefácio e notas de Teresa Montero. Posfácio de Pedro Karp Vasquez. Pesquisa textual e transcrição de Larissa Vaz. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.
- QUEIROZ, R. de. Livros. In: Revista *Cruzeiro*, 19 mar. 1955, p. 98.
- QUEIROZ, R. de. Discurso de recepção de Rachel de Queiroz a Arnaldo Niskier. ABL, Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/arnaldo-niskier/discurso-de-recepcao>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- QUEIROZ, R. de. Academia: Lygia Fagundes Telles (Depoimento). *Leia*, Rio de Janeiro, 1985, p. 6. Arquivo Rachel de Queiroz/Acervo IMS. Código de referência BR IMS CLIT RQ RQ Pim – Autoria Rachel de Queiroz. Disponível em: [http://fotografia.ims.com.br/literatura/#1551598874482\\_110](http://fotografia.ims.com.br/literatura/#1551598874482_110). Acesso em: 2 mar. 2019.
- QUEIROZ, R. de. *100 crônicas escolhidas. O Caçador de Tatu*. Org. Herman Lima. Prefácio de Paulo Rónai. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. (Obra reunida, v. 4).
- QUEIROZ, R. de. A menina de São Paulo. In: Suplemento Feminino, *O Estado de S. Paulo*, 26-27 abr. 1997, p. 2.
- QUEIROZ, R. de. Imagens e truques. In: Suplemento Feminino, *O Estado de S. Paulo*, 10-11 fev. 2001, p. F2.
- QUEIROZ, R. de. *Falso mar, falso mundo*. São Paulo: Arx, 2002.
- QUEIROZ, R. de. *Cem crônicas escolhidas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.
- QUEIROZ, R. de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Tantos anos: uma biografia*. 4. ed. São Paulo: Arxs, 2004.
- RECADO dos leitores. *O Estado de S. Paulo*, Caderno 2, p. 2, 12 jul. 1986. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19860712-34161-nac-0058-cd2-2-not/busca/Lygia+Fagundes+Telles>. Acesso em: 23 jun. 2021.

## LINHA D'ÁGUA

RIPERT, A.; FRÈRE, C. *La Carte postale: son histoire, sa fonction sociale*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon; Paris: Éditions du CNRS, 1983.

RODRIGUES, K. Intelectuais se despedem de Rachel. *O Estado de S. Paulo*, de 5 nov. 2003, p. A12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20031105-40195-spo-11-ger-a12-not/busca/Rachel+Queiroz>. Acesso em: 16 jun. 2021.

TELLES, L. F. *Porão e sobrado*. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1938.

TELLES, L. F. *Praia viva*. São Paulo: Martins, 1944.

TELLES, L. F. *Posse na Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

TELLES, L. F. Foi o que ele disse durante aquele estranho chá. In: LUCAS, Fábio (org.). *Cartas a Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 53-57.

TELLES, L. F. *Durante aquele estranho chá: perdidos e achados*. Org. Suênio Campos de Lucena. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

TELLES, L. F. *Conspiração de nuvens*. Org. Suênio Campos de Lucena. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

TELLES, L. F. *A disciplina do amor: memória e ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VERISSIMO, E. Carta a Lygia Fagundes Telles. Porto Alegre, 24 jan. 1959. Acervo Lygia Fagundes Telles/Instituto Moreira Salles.

Artigo / Article

# Fragmentos de si: construção da(s) identidade(s) e da memória do escritor Manuel dos Passos de Oliveira Telles na obra epistolar "Carta Íntimas e Literárias"

*Fragments of self: construction of identity(ies) and memory of the writer Manuel dos Passos de Oliveira Telles in the epistolary work "Intimate and Literary Letters"*

**Renata Ferreira Costa** 

Universidade Federal de Sergipe, Brasil  
renataferreiracosta@yahoo.com.br  
<https://orcid.org/0000-0002-4263-4955>

**Luiza Daviane Santos Barbosa** 

Universidade Federal de Sergipe, Brasil  
luiza.daviane@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-7473-6614>

Recebido em: 30/05/2024 | Aprovado em: 08/12/2024

## Resumo

Este artigo analisa a obra *Cartas Íntimas e Literárias* (1915) com o objetivo de traçar o perfil (auto)biográfico do escritor brasileiro Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935), uma figura proeminente na cena literária e historiográfica de Sergipe na transição entre os séculos XIX e XX. Investiga-se como o autor registra eventos pessoais e sentimentos e explora sua relação com o contexto social e cultural, ao mesmo tempo em que constrói e projeta sua(s) identidade(s) através da escrita. Além disso, discute-se o potencial dessa coletânea de correspondências como uma estratégia para alcançar reconhecimento literário. Esse livro epistolar inédito constitui-se como um patrimônio documental que contribui significativamente para a preservação e difusão da memória individual de Oliveira Telles e da memória cultural sergipana. Sua escrita introspectiva e crítica oferece uma visão única da complexidade humana, tornando-se valiosa não apenas como documento histórico, mas também como obra literária de grande relevância.

**Palavras-chave:** Gênero epistolar • Correspondência • Autobiografia • Biografia • Literatura epistolar

## Abstract

This article analyzes the work *Intimate and Literary Letters* (1915) with the aim of tracing the (auto)biographical profile of the Brazilian writer Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935), a prominent figure in the literary and historiographical scene of Sergipe in the transition between the 19th and 20th centuries. It investigates how the author records personal events and feelings and explores his relationship with the social and cultural context, while simultaneously constructing and projecting his identity(ies) through writing. Additionally, the potential of this collection of correspondence as a strategy for achieving literary recognition is discussed. This unpublished epistolary book constitutes a documentary heritage that contributes significantly to the preservation and dissemination of Oliveira Telles' individual memory and Sergipe's cultural memory. Its introspective and critical writing offers a unique insight into human complexity, becoming valuable not only as a historical document but also as a literary work of great relevance.

**Keywords:** Epistolary genre • Correspondence • Autobiography • Biography • Epistolary literature

## Introdução

Na contemporaneidade, a comunicação escrita por meio de cartas é uma prática social menos frequente, que tem acompanhado a transição para a era digital. Como destaca Rodrigues (2017, p. 8), “o tempo das cartas passou, levado pelo tsunami digital que varreu o mundo, mas a velha correspondência manuscrita ou datilografada conserva seu poder mágico de máquina no tempo”. No entanto, é imperativo reconhecer que houve um longo período na história em que a interação epistolar representou, segundo Castillo Gómez (2020, p. 127), “uma das manifestações escritas de maior tradição e estabilidade, além da principal forma de comunicação entre pessoas”. Nesse contexto, o diálogo epistolar, uma conversa à distância com o interlocutor ausente da cena enunciativa, desempenha um papel fundamental na manutenção das relações pessoais, políticas e intelectuais e na expressão de uma individualidade.

A correspondência apresenta múltiplas funções, como a troca de informações e ideias, a construção e manutenção de redes de sociabilidade, o registro de eventos pessoais e históricos, a confissão de aspectos íntimos, a revelação de cenas do cotidiano e a produção de uma representação identitária. Conforme Seara (2006, p. 19), as cartas são um “testemunho ímpar da autenticidade das relações pessoais, culturais e sociais de uma época ou de um autor”. Nesse sentido, elas se configuram como uma valiosa fonte de informações sobre eventos passados, interações humanas e valores da sociedade em que foram escritas, enriquecendo a compreensão dos processos históricos e da complexidade das relações interpessoais.

O gênero epistolar corresponde a uma prática social de comunicação escrita, caracterizada “pela instabilidade de suas formas e flexibilidade de seu uso” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 12) e pela natureza nômade, fronteira, híbrida, confessional, lacunar e fragmentária,

## LINHA D'ÁGUA

tendo como principal motivação de sua existência o distanciamento físico entre os interlocutores.

A pesquisadora Brigitte Diaz, uma das maiores referências nos estudos epistolográficos, propõe uma definição de carta baseada em quatro aspectos fundamentais: como um documento, um texto, um discurso e um fazer. Essa classificação proporciona uma compreensão multifacetada da correspondência, destacando sua relevância como meio de comunicação e como objeto de estudo, como território do testemunho e como território da literatura.

A carta é um *documento* na medida em que registra informações e testemunhos, preservando-os de forma duradoura e servindo como evidência “histórica, sociológica, política ou literária” (Diaz, 2016, p. 55). Para os estudos históricos, a carta constitui-se como fonte primária, podendo lançar novos olhares sobre o passado e desvelar a história oficial. Enquanto documento sociológico, a correspondência ajuda a compreender a dinâmica das interações sociais e a estrutura das relações humanas. No campo literário, as missivas proporcionam aos pesquisadores uma visão privilegiada das intenções, pensamentos, expectativas, redes de influência e colaboração, bem como dos processos criativos dos escritores, fazendo o leitor “participar *a posteriori* não somente da gênese, da maturação, mas também da recepção da obra”, segundo Diaz (2016, p. 55), enriquecendo assim o trabalho da Crítica Genética.

Para além de registro documental, a carta pode ser encarada como *texto* “animado de intenções estéticas mais ou menos confessadas, sustentado por uma representação do ato de escrever e pela ideia que o epistológrafo tem da literatura” (Diaz, 2016, p. 58). Nessa perspectiva, uma carta não deve ser vista apenas como um documento informativo ou factual, mas também como um espaço onde o missivista, escritor ou escritor em potencial, exercita sua criatividade, influenciado por leituras e experiências literárias anteriores. Assim, apesar de controvérsias levantadas ao longo da história – “a carta foi deixada às margens do literário por toda uma modernidade crítica” (Diaz, 2016, p. 158) –, advoga-se que, entre a carta e a literatura, há fortes correspondências.

Às vezes utilizada apenas como paratexto da obra literária, “como base para os estudos das fontes ou para resolver problemas de datação da gênese do texto” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 161), a correspondência de autor também pode ser vista como um laboratório de experimentação, onde “o escritor faz a crônica da obra que se encontra em andamento” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 164), ou ainda como repositório da ficção. Contudo, o gênero epistolar é frequentemente excluído do rol dos gêneros literários e, portanto, considerado um gênero menor.

Rocha (2017) argumenta que a razão da “menoridade” da carta está ligada ao fato de parecer ser uma forma de escrita fácil, simples, espontânea e pouco elaborada, ou seja, por exigir aparentemente pouco de seus autores. Contrária a essa justificativa, Diaz (2016) afirma ser a estrutura da carta, com datação e endereçamento, o motivo de sua exclusão da literatura. No entanto, “o que une e pode até confundir os limiares entre carta e literatura são suas

pre disposições para a escrita do ‘eu’, para o trabalho da escrita visto como bricolagem de técnica, de memória, de perda e de fluxos de consciência” (Rocha, 2017, p. 14). Acrescente-se a questão do uso da linguagem: espera-se de uma carta o uso corrente ou científico da linguagem, de caráter denotativo e referencial, reservando-se ao texto literário o uso conotativo, figurativo e expressivo. Contudo, de acordo com Cabral (2015, p. 102),

[...] é mais provável que, no discurso das cartas, essas três linguagens estejam imbricadas, [...] uma vez que, nas cartas pessoais de escritores já consagrados ou visando a essa consagração, a ficção e a poesia façam parte de seu discurso, carregando esse de conotação, ambiguidade e plurissignificação.

Portanto, a experiência epistolar situa-se na fronteira entre a esfera do discurso e a esfera literária (Haroche-Bouzinac, 2016), pois a escrita de cartas foge de uma prática espontânea, ingênua e completamente não ficcional; pelo contrário, “pode haver a presença de elementos estéticos, principalmente em relação ao estilo e à composição” (Cabral, 2015, p. 103). Essas características configuram-na como um ato criativo de produção de si, um “diálogo tácito empreendido à distância no qual um dos interlocutores convoca o outro para um processo de escrita de cunho intimista voltado para o desvendamento pessoal e para a autoanálise” (Rocha, 2017, p. 18).

Enquanto *discurso*, a carta remete à interação entre os interlocutores, refletindo a dinâmica comunicativa da ausência do outro e as relações sociais envolvidas, mas também atua como um meio de reviver eventos do passado, preservar memórias e explorar subjetividades. Há que se considerar ainda a habilidade do missivista em modular seu discurso de acordo com o interlocutor, processo que envolve a escolha cuidadosa da linguagem, tom e conteúdo, ajustando-se às expectativas, ao nível de intimidade e ao contexto cultural do destinatário.

Na cena da enunciação da comunicação epistolar, Diaz chama a atenção para quem realmente é o interlocutor das cartas ou para a relação que o autor estabelece com seu interlocutor. De acordo com a autora, a escrita da missiva rompe “com o imaginário da sociabilidade epistolar que ela tenta, entretanto, perpetuar” (Diaz, 2016, p. 63), pois o diálogo é, na verdade, estabelecido com o próprio missivista, que, embora se dirija a um outro imaginário, escreve para si mesmo, criando imagens de si e adotando um *ethos* sob medida.

Finalmente, Diaz entende a carta também como um *fazer*, uma prática social que transcende a mera escrita, influenciando e moldando comportamentos, atitudes e decisões dos envolvidos, à medida em que “escrever a carta, endereçá-la, enviá-la, é uma tentativa de agir à distância, de acreditar na virtude performativa do discurso epistolar” (Diaz, 2016, p. 66). Em última análise, a interface epistolar é um espaço de relações de poder, em que, como afirma Diaz (2016, p. 68), “negociam-se empiricamente postulações identitárias”.

Essa explanação evidencia que a ação do epistológrafo está centrada no eu, moldando uma narrativa sobre si mesmo. Ao escrever cartas, o indivíduo se engaja em um diálogo interno, refletindo sobre suas experiências, sentimentos e percepções. Esse processo permite uma autoanálise profunda, em que o autor, ao endereçar suas palavras a um outro, simultaneamente

fala consigo mesmo, revisitando e reinterpretando sua própria história. Cria-se, então, um texto que é simultaneamente um espelho e uma janela: um reflexo do eu interior e uma visão oferecida ao outro. Essa forma de escrita autorreferencial oferece uma oportunidade para a construção da identidade e autorrepresentação, revelando aspectos muitas vezes ocultos ou negligenciados na comunicação cotidiana. De acordo com Rocha (2017, p. 24), definir a carta como escrita e compreensão de si leva a considerar que

Tudo se passa como se o espaço epistolar promovesse um encontro do missivista consigo mesmo e com suas questões, solicitando-lhe passar a limpo, vasculhar, reinventar e imaginar a vida que pretende escrever. Disposto a desvendar as várias nuances de suas experiências, o epistológrafo promove uma autogênese programada e nela colore com as cores que deseja sua personalidade, seus costumes, suas reações e suas interações na vida social.

A natureza pessoal das correspondências contribui para sua autenticidade como forma autobiográfica<sup>1</sup>. As cartas são, essencialmente, monólogos internos direcionados a outra pessoa, permitindo autorreflexão, apresentação dos bastidores da vida privada e pública e expressão da visão de mundo do epistológrafo, elementos frequentemente ausentes em escritos destinados a um público mais amplo.

O potencial autobiográfico das cartas as insere no conjunto dos gêneros da escrita de si, ou “egografia”, termo cunhado por Yves Coirault (Diaz, 2016, p. 95), como o diário, a autobiografia, a confissão e as memórias, cada um com suas particularidades e formas de expressão. Como salienta Diaz (2016, p. 41), “menos impositiva que o jornal<sup>2</sup>, menos solene que a autobiografia, a escrita da carta apresenta-se então aos narcisistas epistológrafos como o instrumento acessível de uma captura de si”. Assim, enquanto o diário é um registro íntimo e cotidiano das experiências vividas, e a autobiografia uma narrativa mais estruturada e abrangente da trajetória de vida de uma pessoa, a carta ocupa um espaço intermediário. Ela combina a espontaneidade e a reflexão íntima do diário com a intenção comunicativa da autobiografia, dirigida a um destinatário específico, real ou imaginário.

A prática epistolar não apenas documenta a vida do missivista, também participa ativamente na construção dessa vida, permitindo que o autor explore diferentes facetas de si mesmo, revise suas percepções e sentimentos, exponha variados estados de sua alma e encontre um sentido nas suas experiências.

---

<sup>1</sup> Utiliza-se aqui a concepção de Lejeune (2014), que apresenta o texto autobiográfico como “uma narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência” (Lejeune, 2014, p. 16), em um compromisso tácito entre autor, narrador e protagonista, assegurando que essas instâncias coincidam em uma mesma identidade. Essa definição estabelece que o texto autobiográfico é caracterizado por uma relação explícita entre a obra e a vida do autor, marcada pela promessa de veracidade e pela intenção de narrar a própria história.

<sup>2</sup> Na edição de 2016, traduziu-se o termo francês “*journal*” por “jornal”, quando o mais adequado na língua portuguesa do Brasil seja “diário”.

Nesse contexto, as correspondências de escritores emergem como espaços privilegiados de pesquisas para a compreensão dessas práticas de escrita de si. É nesse cenário que se insere o objetivo deste artigo científico: analisar o livro *Cartas Íntimas e Literárias*, do escritor brasileiro Manuel dos Passos de Oliveira Telles, uma figura proeminente na paisagem literária, cultural e historiográfica de Sergipe entre os séculos XIX e XX, à luz da teoria sobre o gênero epistolar e sua vocação autobiográfica. Essa análise visa desvendar aspectos da vida do autor, suas sociabilidades epistolares e os contornos de sua personalidade.

Essa obra literária, uma compilação de cinquenta e quatro cartas ativas datadas entre 1886 e 1915, expõe aspectos (auto)biográficos de Oliveira Telles, oferecendo uma rica oportunidade para explorar como o autor constrói e projeta sua identidade através da escrita. Esse conjunto epistolar, enquanto egodocumento, não apenas registra eventos e sentimentos pessoais, mas também revela a relação do autor com seu mundo social e cultural.

Ademais, abre-se espaço para discutir em que medida esse livro epistolar pode ser considerado um projeto de construção identitária destinado às gerações futuras. Nesse contexto, as cartas selecionadas e reunidas funcionariam como uma estratégia para o autor alcançar a glória literária que não obteve em vida.

## 1 Aspectos da vida e obra de um escritor "obscuro"

Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935), jurista e escritor brasileiro nascido na então Vila de Nossa Senhora do Socorro do Tomar da Cotinguiba, em Sergipe, é reconhecido por sua relevância na literatura e historiografia local, não apenas pela qualidade de sua escrita, mas também por sua contribuição para a preservação da memória e da cultura sergipana.

Com uma sólida formação humanística, que teve início na infância sob orientação de seu pai, o padre Antonio Moniz Teles, e foi enriquecida ao longo dos anos no Colégio Atheneu Sergipense e na renomada Faculdade de Direito do Recife, desbravou diversas áreas do conhecimento, o que o levou a produzir uma vasta gama de textos de natureza poética e ficcional, como poemas, contos, novelas, romances e dramas, e não-ficcional, como artigos, ensaios, críticas, traduções, discursos e conferências. No entanto, apesar de sua prolífica produção intelectual, uma parte significativa de suas obras permaneceu inédita ou dispersa em jornais locais, como observa Bitencourt (1913). Essa disseminação fragmentada, aliada à sua exclusão da cena literária nacional, reflete um paradoxo na vida do autor: embora dotado de talento e determinação, não alcançou a consagração desejada, permanecendo muitas vezes à sombra de seus conterrâneos mais celebrados.

Importante salientar que, ao terminar o curso de ciências jurídicas e sociais em Recife, em 1885, Oliveira Telles não pretendia retornar a Sergipe, como lhe havia aconselhado seu mestre e amigo Tobias Barreto, uma vez que, em uma região pequena, provinciana e distante dos centros irradiadores de cultura da época, teria dificuldades para ascender profissionalmente

na burocracia pública e, como homem de letras, sua destreza literária não seria nacionalmente reconhecida. Pode-se argumentar que o escritor foi vítima da “maldição da origem”, uma expressão cunhada por Pascale Casanova (2022, p. 227 *apud* Carvalho, 2008, p. 75) ao se referir aos escritores que viviam ou produziam em espaços literários periféricos. Assim, a permanência forçada em sua terra natal, imposta pela família, contrariou seus desejos, resultando em decepções, arrependimento e ressentimento ao longo de toda sua vida. Tais sentimentos deixaram marcas profundas, levando Oliveira Telles a se autodenominar “obscuro”, termo com o qual normalmente assinava as correspondências com colegas e amigos.

Entretanto, longe de ser um fracasso, a trajetória literária de Oliveira Telles é marcada por uma profunda ligação com a realidade sergipana e uma escrita que resgata as memórias e tradições locais. Ao permanecer em Sergipe, tornou-se, ao lado do também bacharel em Direito e escritor Joaquim do Prado Sampaio Leite, uma das figuras mais representativas dos estudos sobre Sergipe, contribuindo significativamente para a compreensão e valorização da “sergipanidade” (Albuquerque, 2014). Seu compromisso com a história e a cultura de seu povo é evidente não apenas em sua produção intelectual, mas também na atuação em entidades acadêmicas, culturais e políticas, como a Academia Sergipana de Letras, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, a Academia Maçônica Sergipana, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o Partido Cabaú, o Centro Socialista, o Partido Socialista, o Centro de Propaganda do Voto Secreto de Sergipe, a Sociedade Lira Cristovense e o Centro Pedagógico de Sergipe.

No campo educacional, Oliveira Telles foi professor e diretor do Atheneu Sergipense e diretor da Instrução Pública de Sergipe, como aponta Costa (1955).

A atuação do escritor na magistratura foi uma extensão natural de sua formação jurídica. Mesmo antes de completar seus estudos na Faculdade de Direito, iniciou sua carreira como promotor público, logo ascendendo a juiz de direito. Seu trabalho no judiciário proporcionou-lhe a oportunidade de viver em diversas cidades sergipanas, conhecendo assim diferentes realidades socioculturais e estabelecendo um equilíbrio entre suas habilidades analíticas e sua sensibilidade para criar obras que não apenas entretêm, mas também provocam reflexões sobre a condição humana e a sociedade.

Na esfera pessoal, Oliveira Telles compartilhou a vida com dona Maria Pastora, com quem construiu uma família de quatro filhos: Antonio, Maria Luiza, Garcilaso e Dafne. Em suas reflexões autobiográficas, o autor frequentemente revisitou momentos com seus entes queridos, destacando o amor e a dedicação que nutria por eles.

Oliveira Telles viveu em um período de transformações significativas na história e sociedade sergipana. Na transição entre os séculos XIX e XX, Sergipe passava por mudanças políticas, econômicas e sociais, com o declínio do sistema escravocrata e a introdução para uma economia baseada no cultivo da cana-de-açúcar e da pecuária, além da consolidação de novas formas de organização política e social. Esse contexto de mudanças influenciou a escrita do

autor, que, por meio de sua obra, documentou as novas realidades emergentes. Seus registros de cunho pessoal e autobiográfico e seus textos historiográficos, muito mais do que sua obra literária, refletem as tensões e esperanças de uma sociedade em transformação, oferecendo uma análise perspicaz das tensões políticas e injustiças sociais, bem como das possibilidades de progresso e modernização. Assim, a obra de Oliveira Telles não apenas preserva a memória da cultura sergipana, mas também serve como um importante registro das complexas dinâmicas de um período emblemático na história do estado e do Brasil.

Entre suas obras publicadas, destaca-se *Sergipenses: Escriptos Diversos* (1903), uma coletânea de vinte e nove textos literários e não literários produzidos entre 1885 e 1897. Muitos desses textos foram previamente publicados na imprensa local e abordam uma ampla gama de temas relacionados a Sergipe. Além disso, merecem atenção as obras *Ao romper do século XX: o município de São Cristóvão* (1907)<sup>3</sup>, *Limites de Sergipe* (1919) e *A Conquista de Sergipe* (1961).

De sua produção poética, ressalta-se o poema “Itabaiana”, a coletânea inédita de poemas intitulada *Christophaneida* e o livro manuscrito *Cartas Íntimas e Literárias*, também inédito.

Após o falecimento de Manuel dos Passos de Oliveira Telles em 1935, seu legado intelectual foi cuidadosamente preservado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), instituição que desempenha um papel vital na salvaguarda da história, memória e patrimônio cultural sergipano. Como sócio fundador e colaborador ativo do Instituto, Oliveira Telles demonstrou um compromisso profundo com a preservação e promoção da cultura sergipana, atestando sua importância como uma das figuras públicas e intelectuais mais influentes da região.

O acervo do IHGSE, considerado um dos mais importantes sobre o estado, abriga diversos fundos de escritores sergipanos, entre eles o Fundo Oliveira Telles, que compreende um total de seis caixas-arquivo, o que corresponde a 0,84 metros lineares de documentos em papel, escritos, em sua maioria, pelo próprio autor entre os anos de 1885 e 1930. Dentro desse acervo documental diversificado, sobressai um *corpus* de natureza autobiográfica, batizado por Costa (2024) como “Dossiê Autobiográfico”, composto por cartas, discursos, cadernos de anotações e livros manuscritos, que revelam não apenas os aspectos íntimos da vida de Oliveira Telles, mas também seu pensamento, sua interação com outros membros da elite intelectual de sua época e um panorama político e sociocultural de Sergipe nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX.

---

<sup>3</sup> A primeira edição da obra, de 1907, é raríssima. Recentemente, em 2023, foi publicada pela Editora Criação uma nova edição desse texto de Oliveira Telles, organizada pelos pesquisadores Ane Mecnas, Magno Santos e Angélica de Carvalho.

## 2 Construção de um eu autobiográfico

No “Dossiê Autobiográfico” de Oliveira Telles, destaca-se um conjunto de correspondências reunidas no livro manuscrito intitulado *Cartas Íntimas e Literárias* (Fundo Oliveira Telles, Cx. 190, doc. 15). Essa obra é uma compilação de cinquenta e cinco cartas pessoais, de cunho estritamente autobiográfico, escritas entre os anos de 1886 e 1915, nas quais o escritor sergipano aborda passagens de sua vida, oferece confissões e reflexões sobre sua intimidade, ao mesmo tempo em que apresenta um panorama da sociedade sergipana de sua época.

Embora explorada como *corpus* do trabalho de conclusão de curso em História de Isabela Costa Chizolini (2005), *Cartas Íntimas e Literárias* ainda não foi levada ao grande público, permanecendo inédita. Esse manuscrito encadernado, composto por 207 fôlios, data de 1915, em São Cristóvão, cidade que Oliveira Telles amava profundamente e à qual dedicou grande parte de sua vida, atuando politicamente e homenageando-a através de sua produção literária e histórica.

Essa obra epistolar apresenta um texto introdutório em latim, uma carta em forma de relato autobiográfico e uma compilação de cópias de correspondências escritas por Oliveira Telles e enviadas a sua rede de sociabilidade. Além desse conjunto de 54 cartas, a obra inclui mais duas cartas, uma delas de Tobias Barreto. O conjunto também contém quatro ofícios de órgãos públicos, assinados por várias autoridades, inclusive Oliveira Telles, os quais abordam questões políticas.

O texto de abertura, escrito em latim e intitulado “*Epistolae*”, constitui-se de duas epístolas carregadas de reflexões pessoais, sentimentos profundos e conselhos filosóficos e poéticos, que discorrem sobre a dor, o amor e o processo de entendimento das emoções e da existência. São endereçadas a um “amigo” e mencionam lugares específicos – as cidades sergipanas de Estância e Itabaiana, além de figuras como “Beatriz”, personagem literária central na obra *Divina Comédia*, do poeta italiano Dante Alighieri.

O uso do latim, assim como outros aspectos do estilo adotado e os temas abordados, dá um tom clássico e erudito ao texto, evocando um senso de continuidade com a tradição epistolar e com a tradição literária clássica e medieval.

Finalizadas as “*Epistolae*”, segue-se uma carta datada de 1905, mas sem destinatário expresso (aparenta ser uma carta aberta), em cujo início Oliveira Telles disserta sobre a gratidão e o reconhecimento como virtudes fundamentais, mas muitas vezes esquecidas e negligenciadas na história e na sociedade, numa espécie de ensaio filosófico. Tais virtudes parecem não faltar ao escritor, que as expressa a Josino Menezes, presidente do estado de Sergipe entre 1902 e 1905, por um favor recebido, o empréstimo de uma quantia em dinheiro quando o escritor decidiu sair de Gararu, onde era juiz municipal, e voltar a São Cristóvão, depois de ter sofrido as consequências de sua oposição pública ao governo do anterior presidente do estado, Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão.

Aprendi nas lições de meu lar, que o homem se eleva todas as vezes que pesa com sinceridade a grandeza de um favor. Ouvi da boca de minha mãe que o que mais consola na vida é o reconhecimento votado a uma nobre ação que a um tempo nos felicita e torna indiscutível nosso merecimento (Telles, 1915, fol. 4v.).

Resolvi voltar para São Cristóvão e o dinheiro que tinha mal chegou para transportar-me com a família até Penedo. A quem recorrer em uma cidade estranha? Lembrei-me do Doutor Josino Menezes que foi quem emprestou-me o dinheiro necessário. Paguei na primeira ocasião, mas ficou-me na alma indelevelmente gravado o favor (Telles, 1915, fol. 10v.).

O texto continua com a narrativa de Oliveira Telles sobre sua própria jornada pessoal e profissional, destacando seus desafios, decepções e lutas políticas. O intelectual compartilha suas experiências de injustiça e perseguição, mas também sua resiliência e determinação em superar as adversidades. Ademais, oferece informações sobre momentos marcantes de sua vida e aspectos de sua personalidade e valores pessoais.

Oliveira Telles menciona sua entrada na vida pública em 1885, após receber seu diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife e retornar a Sergipe “com um título que poderia rasgar as portas do futuro” (Telles, 1915, fol. 6r.). No entanto, seu desejo de ascensão na magistratura, aspirando chegar ao cargo de desembargador, e de consagração nacional como homem de letras foi frustrado. Influenciado pela família a permanecer na terra natal, a quem não podia responder com desobediência e ingratidão, abdicou das ambições maiores para se dedicar aos deveres locais, contrariando, assim, sua própria vontade e o conselho do mestre e amigo Tobias Barreto para que permanecesse em Pernambuco:

Poderá ter eu acedido ao conselho, senão exigência, de nosso querido mestre Doutor Tobias Barreto, para ficar no Recife quando formei-me. Ele era um braço forte e um precioso amigo. Colocara-me porventura na Faculdade do Recife, pois eu sempre tive disposição para o estudo e ímpetos para fazer parte de um corpo docente. Entretanto, circunstâncias íntimas acorrentaram-me em Sergipe de onde não me ausentei mais (Telles, 1915, fol. 116v.).

Segundo Costa (2024, p. 141), “a permanência em Sergipe custou a Oliveira Telles arrependimento e ressentimento profundos, que os atormentaram por toda a vida”. Em carta a Aristides Navarro, datada de 26/07/1896, incluída adiante na coletânea *Cartas Íntimas e Literárias*, o escritor declara:

Sim, caro patrício, estou cansado de viver em nossa pátria. Pertença à grande família dos enganados da sorte, aos quais nenhum esforço aproveita. Sou bacharel, meu pergaminho não é nodoado, mas é infeliz. Vivo paupérrimo nesta cidade decadente, temendo pelo futuro de meus filhos, sem recursos para o acautelar. Das minhas relações da vida social colhi um diploma maçônico, que ainda não me serviu; talvez porque ainda não chegasse a ocasião (Telles, 1915, fol. 88r./ 88v.).

O distanciamento dos grandes centros literários e de cultura da época, combinado com uma personalidade “acanhada”, levou Oliveira Telles a se reconhecer à sombra de outros escritores, autointitulando-se diversas vezes um “obscuro”, como se observa, por exemplo, em carta enviada ao intelectual Laudelino Freire (Aracaju, 27/07/1913) – “Vivo longe dos centros de atividade literária e sou como uma sombra de outrora em face dos intelectuais que sabem

progredir. Eu não sei: sou um obscuro” (Telles, 1915, fol. 128r.), e ao general Siqueira Menezes (Aracaju, 18/09/1913) – “De quantos possam aparecer sou o único obscuro, e minha índole acanhada tolhe-me de afirmar merecimentos” (Telles, 1915, fol. 108v.).

Em relação ao seu posicionamento político, Oliveira Telles declara que, nos tempos de Recife, não se associou a agremiações políticas, mas que em sua juventude tinha afeição pelo republicanismo, sublinhando imaturidade nessa escolha em vez de um verdadeiro compromisso e compreensão ideológica.

Mais tarde, ao ingressar na vida pública, o escritor menciona o começo de sua participação na política, mas não como militante ativo. Nesse momento, ele indica a influência familiar também nas suas escolhas políticas, destacando que escolheu o partido conservador, alinhando-se com a opinião de seu pai. Essa passagem ilustra o impacto das dinâmicas familiares nas decisões políticas pessoais.

Embora Oliveira Telles se identificasse com as ideias conservadoras, no início de sua carreira ele ainda não estava profundamente envolvido nas atividades políticas do partido. Sua participação mais ativa se deu depois de um episódio marcante: apesar de sua orientação conservadora, foi nomeado em 1885 promotor público em Mossoró, no Rio Grande do Norte, por um partido liberal e, ironicamente, demitido quando um governo conservador chegou ao poder. Alguns meses depois, em 1886, assumiu o mesmo cargo em Itabaiana, passando um ano depois a juiz municipal.

A partir de então, Oliveira Telles narra um longo período de turbulências em sua vida, detalhando como suas ações e a dinâmica política influenciaram negativamente sua carreira:

Atirei-me então ao partido conservador com alma e coração. Adquiri rancorosas inimizades e desafeições indomáveis. Sofri perseguições, lutei como um louco; ora desatinadamente, ora com a razão de meu lado. Sendo o partido conservador naquele lugar inferior em força, com outras causas originadas de meus desatinos de moço, minha posição foi tornando-se sobremodo insustentável; eu mesmo pedi remoção. Era tempo pois o partido conservador estava em crise (Telles, 1915, fol. 8v.).

A Proclamação da República, em 1890, trouxe esperança a Oliveira Telles, mas não o alívio esperado. Ele apoiou fervorosamente a nova ordem, acreditando que resolveria seus problemas, entretanto, continuou a enfrentar processos e dificuldades. Mesmo após ser reintegrado ao cargo de juiz, os problemas persistiram, indicando que as mudanças políticas nem sempre trazem as soluções esperadas para problemas pessoais e profissionais:

De então para cá fui ainda mais infeliz. Nunca passei de Juiz Municipal e neste caráter estive dois anos em Gararu (1893-1895). Porque sou inimigo das opiniões indecisas declarei-me contra a tirania do Valadão, e depois do Tribunal da Relação o primeiro brado de protesto partiu da magistratura de Gararu; eu fui a cabeça pensante da oposição ali (Telles, 1915, fol. 9r.).

Oliveira Telles sublinha o sentimento de isolamento e a percepção de injustiça que experimentou nessa passagem, em que, juntamente com outros magistrados de Gararu, opôs-se ao governo de Manuel Valadão. Entretanto, enquanto seus colegas puderam usar sua riqueza, aceitaram novos cargos ou se refugiaram em outras regiões, o intelectual, sem o apoio de seu

próprio partido, sofreu as consequências de seus atos, sem fugir, contudo, de seus valores e princípios:

Achei-me só, completamente isolado, junto ao então chefe político Eusebio José de Carvalho. Exauriram-se de todo meus recursos. A crise apertou-me a tal ponto que cedendo a importunações da pobreza, sem meios para prover a subsistência da família, sem reputação de advogado que me facilitasse o ganha-pão, depondo escrúpulos e repugnâncias, tive de aceitar o encargo do Correio de Sergipe, mediante salário médico. Foi uma fraqueza? Creio que sim. [...] Durante minha vida política jamais fui um trãnsfuga. Contudo, fui um escritor salariado afim de satisfazer a quatro estômagos pelos quais eu era responsável (Telles, 1915, fol. 4r./4v.).

Mais uma vez de volta a São Cristóvão, o escritor aponta uma fase em que parecia que sua situação estava melhorando, com a nomeação para dois cargos importantes em Sergipe: professor de grego do Atheneu Sergipense e diretor da Instrução Pública. Apesar dos novos cargos serem em Aracaju, Oliveira Telles continuou vivendo em São Cristóvão, pela estabilidade e tranquilidade da cidade e sua militância no partido local, como deixa registrado na narrativa epistolar:

Em São Cristóvão vivi muito pobre, mas minha pobreza era regalada. Ali minha vida era uma ordem tripartida de acontecimentos tranquilos, não sendo incompatíveis o juiz, o poeta e o pequeno lavrador. Distribuía justiça, fazia versos, cantava por força de uma necessidade orgânica e abria leiras e sulcos para auxílio da vida (Telles, 1915, fol. 90v.).

Quando o Partido Cabaú<sup>4</sup> assumiu o poder em Sergipe, Oliveira Telles foi nomeado seu presidente, permanecendo ainda na antiga capital do estado, contra a vontade de seus adversários:

Exultaram os adversários supondo que eu retirar-me-ia de São Cristóvão. Mas eu resolvi ficar, não só para lançar azedume na alegria dos adversários, como também porque alimentando a esperança de tornar ao quadro da magistratura não me convinha remover-me para a capital (Telles, 1915, fol. 117r.).

Considerando suas duas décadas de carreira, Oliveira Telles observa que muitos de seus contemporâneos tiveram sucesso e alcançaram posições elevadas no meio jurídico, muitas vezes superando-o. Diante desse contexto, o escritor expressa frustração por ter sido preterido repetidamente, mas também reconhece que sua resignação, embora talvez uma virtude que sustentou sua esperança, pode ter contribuído para a falta de reconhecimento de seu mérito.

Em um momento bastante filosófico dessa carta sem destinatário expresso, Oliveira Telles reflete sobre sua própria trajetória e a de outros indivíduos que, apesar de possuírem atributos e méritos, enfrentam desafios constantes e desencantos. O escritor sugere que há um enigma de fatalidade que marca a existência dessas pessoas, um destino inexorável que impede seu pleno sucesso. Apesar de terem todos as características necessárias e serem aceitos pela

---

<sup>4</sup> O Partido Cabaú foi uma importante agremiação política em Sergipe durante a República Velha (1889-1930), que se colocava como uma reação à hegemonia política do Partido Republicano Sergipano (PRS), conhecido como “peba” ou “pebismo”. Ele representava os interesses dos pequenos proprietários rurais, dos trabalhadores urbanos e de outros segmentos da população que não eram favorecidos pela oligarquia dominante.

sociedade, não conseguem alcançar suas aspirações facilmente. De acordo com seu pensamento, a sociedade, com suas contradições, não é culpada pelos infortúnios desses indivíduos, pois favorece aqueles que sabem adaptar-se e insinuar-se:

Os primeiros a quem me refiro são ascios, não são facilmente contemplados porque não têm sombra. Podem ser sóis, mas giram longínquos. Mas o maior número às vezes pode ter muitas sombras e serem vistos demais. Serão planetas ou satélites, e por tal razão observados mais de perto. Presumo pertencer à ordem dos que não têm sombra para atraírem atenções demoradas. Disse, e vou repetir, que meu acanhamento é proverbial. Se a classificação de Leopardi pode compreender as inteligências modestas, eu poderei ocupar o plano de Rousseau ou adaptar-me ao meio também não me deixo por ele adaptar ou assimilar. Por isso vivo isolado (Telles, 1915, fol. 20v.).

Observa-se que, nessa carta, Oliveira Telles a todo momento oscila entre o sentimento de fatalidade da vida, a resignação e a renovação das esperanças. A cada oportunidade que lhe afigura, o escritor reacende seu entusiasmo por alcançar suas aspirações. No trecho abaixo, ele reconhece que, apesar da aproximação dos cinquenta anos, a juventude é mantida pelo desejo de continuar perseguindo os sonhos e ideais, deixando uma lição de otimismo e perseverança:

E agora compreendo que as aspirações não se acham extintas dentro de mim mesmo. O coração não morreu, a inteligência revigora-se assoberbada como se bebera em fonte misteriosa o elixir do remoçamento. A velhice é a paralisação dos sonhos e dos ideais. Contudo, a despeito das aproximações da meia idade, ou quando mesmo tenha transposto a quinta década de respiro vital, o homem é sempre moço toda vez que lhe bate no peito o impulso para voar (Telles, 1915, fol. 22v.).

Essa renovação de esperança surge de sua nomeação como juiz da comarca de Aracaju, que o deixa bastante feliz. Por conta da ocasião, pensando que teria que deixar sua amada São Cristóvão, Oliveira Telles reflete sobre sua contribuição à cidade e o impacto que teve na transformação cultural e política local:

Não se me taxe de imodesto e pretencioso por causa desta linguagem pura: o São Cristóvão de hoje é uma reconstrução minha. Soprei-lhe o costume do patriotismo, animei-lhe as veias com sobrançeria estranha, e lentamente fui transformando um resto de senzala em praça civilizada. Não me impus pela fortuna, que não tenho, mas insinuei-me pelos bons exemplos. Para mais avivar o interesse de meu empreendimento pedi ao meu estro rude, mas emovido, o auxílio do verso e celebrei em pequenos cânticos a cidade velha. Em certo sentido, bem encaminhada, a poesia é válido instrumento de propaganda; nem foi somente a lira que favoreceu-me com a elaboração da Cristofaneida; também pedi à pena de escritor sua quota de reclame e com o mesmo fim tracei em alguns capítulos uma monografia sobre o município. Organizei, posso dizer, por mim só, o partido político vigoroso e pujante que adotou o título de cabaú (Telles, 1915, fol. 24v.).

Ainda na carta de 1905, Oliveira Telles demonstra uma certa modéstia ao reconhecer mais uma vez sua própria timidez e aversão a expor-se, especialmente em situações em que precisava falar de si mesmo, destacando sua preferência por agir com discrição e humildade, em contraste com o que ele percebe como a busca por interesses próprios e a falsidade que muitas vezes dominam as relações humanas: “Sou por índole em extremo acanhado. Tenho medo de exhibir-me quando em certas ocasiões sou obrigado a falar de mim mesmo” (Telles, 1915, fol. 4r.).

Após a conclusão da carta de 1905, seguem-se mais 53 outras cartas enviadas, todas transcritas cuidadosamente, sem nenhuma rasura ou emenda. A maioria é endereçada a destinatários claramente identificados. No entanto, três delas não têm destinatário declarado e

outras três apresentam apenas uma sigla no lugar do nome do interlocutor. Embora essas correspondências não comecem com a menção do lugar e da data, conforme o protocolo epistolar, essas informações, quando existem, estão indicadas ao final.

Algumas dessas correspondências revelam que Oliveira Telles e seus destinatários nunca tinham tido contato pessoal, demonstrando uma amizade de papel e tinta, como se comprova em carta enviada a Sílvio Romero (14/06/1894) – “Mas creia, senhor doutor, por muitas circunstâncias encontradiças que não devo nomear, é só quanto tenho lido das suas obras; e com Bocage repito - Só conheço de ti grandeza e nome!” (Telles, 1915, fol. 132v.) – e a Aristides Navarro (26/07/1896) – “Somente de nome o conheço, e felizmente esse conhecimento não é daqueles que nos possam fazer acanhados; porquanto seu nome em Sergipe, dentre outras cousas grandiosas, quer dizer hospitalidade e proteção a seus patrícios” (Telles, 1915, fol. 87r.).

Na rede de sociabilidade epistolar do autor, destacam-se intelectuais sergipanos e de outras regiões do Brasil, escritores consagrados, juristas (alguns ex-colegas da Faculdade de Direito), importantes políticos e parentes. Com esses correspondentes, ele compartilha aspectos da vida política, social e cultural de Sergipe, apresenta análises críticas da sociedade que o cerca ao mesmo tempo em que tenta se entender como parte dela, e expõe o percurso de sua vida e efemeridades. Ademais, solicita auxílio em favor de si ou de outras pessoas, aprecia textos de seus interlocutores, disserta sobre a existência e as relações humanas, discute fenômenos linguísticos, lamenta-se e reflete sobre sua obra e sobre si mesmo.

Chama a atenção, em algumas conversas epistolares, o amor que Oliveira Telles devota a Sergipe:

Não amava senão Sergipe, e fossem quais fossem as ilusões e devaneios de outra terra seus encantos, suas belezas, suas seduções brilhavam aos meus olhos mas como assunto de comparação em que Sergipe naturalmente colhia a palavra engrandecida e vencedora. Amava com exclusivismo, não poucas vezes exasperado de ser tão sergipano (Telles, 1915, fol. 44r.).

O Barão de Studart é cearense, eu sou sergipano, ele ama entranhadamente o Ceará, eu adoro Sergipe com desvelo (Telles, 1915, fol. 47r.).

Contudo, ao nutrir um sentimento tão forte por sua terra natal, o escritor demonstrava autoridade para também levantar severas críticas. Ele não hesitava em apontar os problemas e deficiências que identificava, sempre com o objetivo de promover melhorias e incentivar a participação cívica entre seus conterrâneos. Seu patriotismo ia além do mero sentimento e se traduzia em ações concretas e reflexões ponderadas. Ao registrar essas informações, Oliveira Telles acabou por fornecer às gerações futuras um retrato de Sergipe e de algumas de suas cidades, evidenciando uma sensibilidade aguçada para as nuances da vida cotidiana e das relações humanas:

Sergipe realiza a sina de madrasta para seus filhos; os quais, quando muito felizes, consumirão a atividade nos tédios do funcionalismo do Estado: como eu, que sou juiz, é verdade, mas arrasto uma vida de decadências e de decepções (Telles, 1915, fol. 120v.).

Especificamente sobre a capital Aracaju, Oliveira Telles apresenta uma perspectiva bastante interessante, que justifica sua permanência em São Cristóvão:

A capital de Sergipe é a cidade mais cara e mais incômoda do Brasil. Vive-se aborrecido e apertado em ruas largas ocupando casas sem o menor conforto e higiene. Por esta razão sou obrigado a residir em São Cristóvão, outro termo da comarca, onde a existência também se vai apertando em razão do minúsculo progresso que alcançou com o assentamento de uma fábrica de tecidos e uma estação da Estrada de Ferro (Telles, 1915, fol. 110v/111r.).

Para encaminhar um juízo, considere que a capital de Sergipe, cidade-mãe de tantos talentos juvenis, aproveitáveis e enérgicos, é estacionária no ponto de vista do progresso do pensamento. Não possui uma revista científica, não conta uma sociedade de letras; é a menos literária das capitais do Brasil (Telles, 1915, fol. 82v.).

A correspondência de Manuel dos Passos de Oliveira Telles não era meramente um veículo de comunicação, mas um instrumento estratégico para a construção de sua persona literária e social. Por meio da escrita epistolar é possível observar um esforço deliberado de se posicionar como um erudito e um pensador crítico, tentando transcender as limitações geográficas e alcançar um público mais amplo. Analisando esse conjunto de cartas, pode-se compreender melhor sua visão de mundo, suas influências literárias e filosóficas, bem como as relações pessoais e profissionais que moldaram sua trajetória.

Algumas das missivas transcritas na coletânea *Cartas Íntimas e Literárias* revelam-se como espaços dialógicos com outros intelectuais e escritores de sua época, onde Oliveira Telles trocava ideias e fornecia e recebia feedback.

Sobre seus gostos literários, revela um profundo apreço pela literatura clássica latina e pela filosofia estoica, incluindo autores como Virgílio, Horácio, Ovídio e Sêneca, que eram frequentemente estudados nas escolas e marcaram sua juventude, além de um interesse curioso pela literatura “macarrônica”, a exemplo da obra *Palito Métrico*, que combina erudição e humor. O intelectual também deixa registrado em sua correspondência que uma de suas predileções é o folclore brasileiro, campo ao qual se dedicou, com foco nas tradições de Sergipe.

Como escritor, Oliveira Telles admite ainda que, no movimento da poesia, não se alinha a nenhuma escola específica, o que lhe confere uma certa ousadia. Ele afirma conservar-se “um pouco antigo sem todavia deixar de ser novo” (Telles, 1915, fol. 132v.), sugerindo uma fusão de tradições literárias clássicas com uma abordagem contemporânea e original.

Em suas apreciações de obras de escritores iniciantes ou consagrados, Oliveira Telles sempre demonstra um tom cortês e respeitoso, valorizando a intenção e o esforço do autor, sem deixar de reconhecer e contextualizar eventuais falhas.

Do mesmo modo, quando algum autor envia algum comentário à sua obra, ou faz algum trabalho em que o inclui, Oliveira Telles se vale de grande modéstia e humildade. Em carta enviada ao compatriota Sílvio Romero, escreve:

Devendo ao obséquio de um amigo a leitura de seu livro – História da Literatura Brasileira –, vi no estudo sobre nosso patricio Pedro de Calasans citado meu humilde nome. Para mim foi causa de surpresa e incentivo de gratidão, vista a distância que entre nós medeia; e porque o amigo é um gigante do espírito, reavivou-me a ideia, que sempre afanei, de dirigir-me ao amigo (Telles, 1915, fol. 131r.).

De todas as cartas inseridas na coletânea, a que destoa bastante da gentileza e paciência de Manuel dos Passos de Oliveira Telles, sem deixar de ser eloquente, é uma direcionada “a um juiz”, sem nomeá-lo, com data de 19/09/1886, recém-chegado de Recife e residindo na cidade de Itabaiana, onde já sofria injúrias e perseguições políticas. Essa carta expõe uma resposta escrita de maneira enérgica, mas bem fundamentada, a alguém que difamou o autor:

De certo é preciso ter estômago forte afim de sequer um instante tolerar a lembrança de um tal tipo, apreensivo de uma pneumatose intestinal. Acabarei a silhueta observando que entrou na vida pela porta do ridículo. É sua condição existencial (Telles, 1915, fol. 170v.).

Na missiva, Oliveira Telles nega acusações feitas contra ele pelo destinatário, como ser ateu e sua falta de inteligência política, ao mesmo tempo em que defende sua integridade, refutando falsas afirmações. Pelo teor da carta, o escritor apresenta a si mesmo como alguém de princípios firmes e convicções sólidas, que se recusa a se rebaixar ao nível daqueles que o difamam. Sua autorrepresentação é de alguém que valoriza a integridade e a honestidade, tanto em suas ações quanto em suas palavras.

O emprego de uma linguagem sofisticada e de referências literárias e culturais para transmitir suas ideias e argumentos sugere que o escritor se vê como alguém educado e intelectualmente refinado:

O puro sentimento que bebi no leite materno, a honestidade que sempre conheci no seio de minha família; a educação que recebi; a par do pouco de experiência que tenho do mundo, em qualquer tempo levam-me a apresentar-me aos homens tal qual eu sou.

Prefiro ser vítima da linguagem do Curador de Reynaldo, que é fraseado de meliante, a responder no mesmo tom. O que quer que saia de minha pena, é no mesmo estilo em que falo a minha mãe, aos meus mestres, aos meus amigos; no mesmo estilo em que converso com os meus ideais. Assim pois qualquer homem de bem pode ler o que eu escrevo (Telles, 1915, fol. 172v.).

Por fim, é digno de nota que surge uma aparente contradição entre a maneira como Oliveira Telles se retrata em suas correspondências, destacando-se como alguém de princípios sólidos e escrúpulos, e seu envolvimento em relações de favores e compadrio. Contudo, essa contradição pode ser compreendida à luz de suas circunstâncias pessoais e profissionais. Como profissional que não havia alcançado os objetivos desejados, ele poderia estar agindo movido pelo desespero em um ambiente competitivo. Além disso, sua desilusão no cenário intelectual local e a pressão para prover sustento à sua família, incluindo a garantia de emprego para seu filho, podem ter influenciado suas escolhas. Portanto, em uma análise detalhada de suas cartas, fica evidente que Oliveira Telles busca interação com indivíduos de considerável capital social, com o intuito de solicitar auxílio financeiro, buscar ascensão na hierarquia burocrática ou obter apoio para pessoas próximas, incluindo o filho de um amigo, seu genro e, em diversas ocasiões, seu filho mais novo.

Em carta ao Monsenhor Olímpio Campos (s/d) manifesta seu interesse em assumir a comarca de Aracaju como juiz. Mais tarde, solicita ao general Siqueira Menezes, em 18/09/1913, a nomeação ao cargo de desembargador, pedido que não foi atendido, como deixa registrado: “Não foi atendida. O nomeado foi o doutor Evangelino de Faro. Mais uma decepção” (Telles, 1915, fol. 110r.).

O desespero de Oliveira Telles por conta de seus infortúnios é tão intenso que chega a cogitar deixar Sergipe:

Dirijo-me pois ao patricio a quem vou incomodar com esta pergunta: –Poderá proteger-me aí em Vitória, se por acaso eu fizer o sacrifício de emigrar para lá?

O Estado de Sergipe, de liquidado, não oferece mais recursos. Ambiciono uma vida modesta, um ganha-pão de cada dia, au jour le jour. Desejo estabelecer um escritório de advogado. Quanto a minhas habilitações não sou eu quem as dirá... (Telles, 1915, fol. 88v.).

Algumas das cartas de teor petição possuem comentários que expressam se os pedidos foram atendidos ou sobre alguma situação ligada ao destinatário, a exemplo da missiva enviada ao doutor S.A.B., na qual Oliveira Telles pede emprestada a quantia de 200 mil réis:

Nota. – O amigo, destinatário desta, somente emprestou metade da quantia pedida. Fiquei reconhecido e grato.

Anos depois, em 1892, por ocasião de uma eleição municipal, como fossemos adversários políticos, não tendo querido eu acompanhá-lo, lançou-me em rosto este mesquinho favor! (Telles, 1915, fol. 84v.).

As marcas discursivo-literárias do “si fragmentado” e “fragmentário” na obra autobiográfica de Oliveira Telles podem ser localizadas em vários níveis textuais e narrativos, evidenciando a tensão entre memória, identidade e escrita<sup>5</sup>. A estrutura fragmentada da narrativa, muitas vezes, reflete a não-linearidade do texto, construído a partir de lapsos, saltos temporais e disjunções, evidenciando a fragmentação da experiência e da memória.

A memória aparece como um reflexo e uma refração, especialmente em repetições e revisões que evidenciam o caráter construído e dinâmico do eu, sendo possível identificar múltiplas identidades: Oliveira Telles estudante em Recife, Oliveira Telles filho, Oliveira Telles esposo e pai, Oliveira Telles jurista, Oliveira Telles amigo, Oliveira Telles político, Oliveira Telles na sociedade sergipana, etc. O ato de visitar memórias, reinterpretando-as ou contradizendo versões anteriores, revela como o si é constantemente reconstruído.

---

<sup>5</sup> Derrida, em *Mal de arquivo* (2001), discute a relação entre memória, identidade e arquivamento, argumentando que a memória é inseparável do processo de registro. O que esquecemos ou escolhemos lembrar, segundo o autor, molda diretamente a identidade, que se revela fragmentária e impossibilitada de alcançar uma totalidade fixa. De modo complementar, Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento* (2007), destaca a memória como fundamento da construção identitária, diferenciando memória individual de memória coletiva, ambas mediadas pela narrativa. Para Ricoeur, a identidade narrativa é tecida pelas histórias que contamos sobre nós mesmos, sendo essas narrativas marcadas por lembranças, interpretações e atos de esquecimento. A seletividade da memória reflete, assim, tanto o que desejamos preservar quanto o que decidimos apagar, configurando um “si mesmo” em constante reconstrução.

Episódios ou narrativas fragmentárias relacionados a experiências traumáticas resistem à linearidade e à coesão narrativa, enquanto lugares, pessoas e objetos ativadores de memórias são descritos de forma ambivalente, refletindo a refração das vivências do autor. A identidade em construção é visível em momentos de autorreflexão, nos quais o autor reflete sobre o próprio ato de escrita e suas limitações, mostrando a tentativa de construir uma identidade enquanto ela ainda se fragmenta no processo. A oscilação entre o individual e o coletivo também emerge como um traço marcante, incorporando elementos da história coletiva ou social que moldam e tensionam o sujeito, tornando-o um ser em busca de si e um crítico da sociedade.

O si fragmentário aparece ainda por meio de contradições e ambivalências internas, apresentadas em comportamentos, pensamentos ou crenças que entram em choque, criando uma narrativa que abraça as contradições como parte da identidade. Mudanças de tom ou estilo, com transições entre registros literários (poético, reflexivo, confessional, descritivo), refletem a multiplicidade de vozes do sujeito.

A partir do exposto, fica evidente que *Cartas Íntimas e Literárias* de Manuel dos Passos de Oliveira Telles revela uma faceta essencial de sua autorrepresentação. Embora inicialmente possam parecer meramente pessoais, essas correspondências assumem um papel fundamental na construção da identidade do autor e na análise de sua obra dentro do âmbito da literatura autobiográfica. Por se tratar de cópias, as missivas que compõem a obra perderam muitas características expressivas do contexto epistolar. Os aspectos relacionados à estrutura foram mitigados no processo de cópia, exemplificados pelo uso esporádico da localização espaço-temporal e pela ausência de expressões apelativas conjuntivas que indicam o vínculo entre os interlocutores, anúncios performativos que sinalizam o fim da carta, atos confirmativos do elo relacional ou saudações disjuntivas.

Conjectura-se que isso ocorre porque o objetivo de Oliveira Telles ao transcrever suas correspondências foi armazenar o conteúdo fundamental: destinatário, texto e datas. Algumas cartas incluem comentários sobre os resultados de solicitações feitas pelo escritor (como pedidos e empréstimos), reforçando ainda mais a ideia de que o foco principal da obra é registrar as informações contidas no conjunto epistolar selecionado. Desta forma, *Cartas Íntimas e Literárias* representa um projeto autobiográfico de Oliveira Telles de preservação e transmissão de seu legado, que visa servir a futuras gerações, retirando o autor da obscuridade literária em que acreditava ter vivido.

Enquanto Oliveira Telles reflete sobre si mesmo e sua relação com a sociedade sergipana através dessas cartas, questões de representação e narrativa autobiográfica emergem como elementos-chave para compreender não apenas a vida do autor e seu *ethos*, mas também seu significado dentro do contexto mais amplo da cultura e da história de Sergipe.

## Considerações finais

O livro *Cartas Íntimas e Literárias*, de Manuel dos Passos de Oliveira Telles, exemplifica claramente a complexidade e a riqueza do gênero epistolar. As cartas compiladas revelam não apenas eventos pessoais e históricos, mas também exploram as emoções e pensamentos do autor, permitindo que seus leitores tenham acesso a uma dimensão mais completa de sua(s) identidade(s). Suas observações sobre a vida cotidiana, as relações humanas e as questões sociopolíticas são filtradas por um olhar crítico e sensível, que busca sempre o autoconhecimento e a evolução pessoal.

Assim, muito mais do que registros históricos, as missivas de Oliveira Telles são um exercício contínuo de autorreflexão, de autorrepresentação e de afirmação de seu papel social, revelando um autor profundamente consciente de si e de seu entorno, cuja escrita serve como um espelho para si e uma janela para o mundo.

Dessa escrita introspectiva e fragmentária<sup>6</sup> de um intelectual “acanhado” e “obscuro” emana uma riqueza de pensamentos e sentimentos que transcende o tempo e o espaço. Oliveira Telles, por meio de sua correspondência, e mais do que isso, desse projeto literário epistolar, consegue transportar o leitor para o seu universo pessoal, em que as fronteiras entre o público e o privado se tornam tênues. Cada carta é um reflexo da sua busca incessante por entendimento e expressão, demonstrando, no momento da escrita, um homem modesto, capaz de mudar de ideia, revisar posições anteriormente declaradas e refletir sobre o espírito de uma época.

Através dessa coleção epistolar, é possível apreciar a capacidade do autor de transformar o cotidiano em matéria literária, elevando experiências comuns a um nível universal. Suas reflexões sobre temas como a gratidão, a amizade, a justiça, o amor, a moralidade e a resignação são impregnadas de uma profundidade que desafia o leitor. Além disso, a forma como Oliveira Telles se posiciona diante das adversidades e celebra as pequenas vitórias oferece uma lição de resiliência e otimismo, mesmo diante de circunstâncias desafiadoras.

Assim, *Cartas Íntimas e Literárias* constitui-se como patrimônio documental que contribui significativamente para a preservação e difusão da memória individual de Manuel dos Passos de Oliveira Telles e da memória cultural sergipana. Sua escrita subjetiva e crítica oferece uma visão única da complexidade humana, tornando-se valiosa não apenas como documento histórico, mas também como obra literária de grande valor. O trabalho de Oliveira Telles atravessou o século e merece sair do “obscurantismo” e ser apreciado, inspirando diversas pesquisas em várias áreas do conhecimento e oferecendo um vislumbre íntimo da vida, do pensamento e do estilo de um intelectual singular.

---

<sup>6</sup> Fragmentária porque a narrativa não se apresenta linear e coesa, o que permite que Oliveira Telles recupere momentos específicos de forma mais autêntica, respeitando a singularidade e a intensidade de cada experiência ou reflexão. Essa forma de escrita está intimamente ligada à natureza subjetiva da memória e do processo de rememoração, que frequentemente ocorre em flashes, guiados por associações livres, emoções e contextos particulares.

## Referências

- ALBUQUERQUE, S. B. de M. Falas da presidência da Casa de Sergipe. In: ALBUQUERQUE, S. B. de M.; SANTOS, M. F. de J.; SANTOS, A. L. S. M. (Orgs.). *História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014. p. 15-22.
- BITENCOURT, M. L. *Homens do Brasil – Sergipe*. Rio de Janeiro: Livraria Gomes Pereira, 1913.
- CABRAL, S. G. E. Correspondências poéticas. *Postais: Revista do Museu Correios*, ano 3, n. 4, Brasília, jan./jun. 2015, p. 97-121.
- CARVALHO, M. da C. *Cordialmente, Eduardo Friero: fragmentos (auto)biográficos*. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECAP-7D4K2P>. Acesso em: 02 abr. 2024.
- CASTILLO GOMÉZ, A. Sociedade e cultura epistolar na história (séculos XVI-XX). *Grafias no Cotidiano: escrita e sociedade na História (séculos XVI a XX)*. Trad. Cristina do Rego Monteiro Bomfim e Fabiana Calixto. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 2020. p.125-165.
- CHIZOLINI, I. C. *Simplemente um Obscuro Intelectual Sergipano: Escritos sobre a vida íntima de Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1885-1928)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.
- COSTA, E. *Manuel dos Passos*. Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe, 1955.
- COSTA, R. F. Entre cadernos, livros e papéis avulsos: o dossiê autobiográfico de Oliveira Telles. *Revista Terra Roxa e Outras Terras*, v. 44, n. 1, jun. 2024, p. 137-154.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DIAZ, B. *O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX*. Trad. Brigitte Hervot e Sandra Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- HAROCHE-BOUZINAC, G. *Escritas Epistolares*. Trad. Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha; Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- MECENAS, A.; SANTOS, M.; CARVALHO, A. de (Orgs.). *Ao romper do século XX: o município de São Cristóvão por Manuel dos Passos de Oliveira Telles*. Aracaju: Criação Editora, 2023. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/ao-romper-do-seculo-xx-o-municipio-de-sao-cristovao-por-manuel-dos-passos-de-oliveira-telles>. Acesso em: 20 maio 2024.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ROCHA, V. M. da. *Por um protocolo de leitura do epistolar*. Niterói: Eduff, 2017.
- RODRIGUES, S. (Org.). *Cartas Brasileiras: correspondências históricas, políticas, célebres, hilárias e inesquecíveis que marcaram o país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SEARA, I. R. *Da epístola à mensagem eletrônica: metamorfoses das rotinas verbais*. Tese (Doutorado em Linguística) - Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, Universidade Aberta, 2006. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2411>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- TELLES, M. dos P. de O. *Cartas Íntimas e Literárias* (1915). Fundo Oliveira Telles do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, manuscrito, Cx. 186, doc. 003, vol. 3.

Artigo / Article

# "Cartas servicais e amigas": A epistolografia em *Correio da Roça*, de Júlia Lopes de Almeida

"Helpful and friendly letters": Epistolography in *Correio da Roça*,  
by Júlia Lopes de Almeida

Verônica dos Santos Modolo 

Universidade de São Paulo, Brasil

veronicamodolo@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-9355-136X>

Recebido em: 29/05/2024 | Aprovado em: 19/11/2024

## Resumo

Júlia Lopes de Almeida foi uma figura de grande relevância na história literária brasileira, uma mulher escritora de sucesso no início do século XX. Nos últimos 20 anos, a fortuna crítica busca compreender o estilo de escrita de Lopes de Almeida e seus posicionamentos no contexto da *belle époque* brasileira. Especificamente sobre a obra *Correio da Roça* (1913), objeto deste artigo, enquanto suas temáticas foram discutidas ao longo dos anos, sua estrutura recebeu menor foco. É sobre este aspecto crítico que este artigo propõe se debruçar, ao colocar em questão a denominação de 'cartilha' para o livro e, como alternativa, enfatizar a centralidade do gênero epistolar para a composição da obra e para a coesão dos diversos temas que a perpassam. Como base desta análise, valemo-nos de pesquisadores do gênero epistolar em sua especificidade literária como Altman (1985), Sussekind (2003), Diaz (2016), Haroche-Bouzinac (2016). Nesta leitura, propomos que estas missivas, inseridas na dinâmica epistolar deste romance, têm uma função para além da informativa, na medida em que fomentam nas correspondentes a busca pelo conhecimento pela observação do mundo e a autonomia de ação.

**Palavras-chave:** Epistolografia • Literatura brasileira • Júlia Lopes de Almeida • *Correio da Roça* • Escrita feminina

## Abstract

Júlia Lopes de Almeida was a significant figure in Brazilian literary history, achieving success as a woman writer at the beginning of the 20th century. Over the past two decades, critical reception has increasingly sought to analyze Lopes de Almeida's writing style and her positions within the Brazilian *belle époque*. Regarding *Correio da Roça* (1913), the subject of this article, while critics have explored its themes extensively, its structure has received comparatively less attention. This article addresses this critical gap by questioning the designation of the book as a "primer" and, instead, highlighting the centrality of the epistolary genre in shaping the work's composition and unifying its diverse themes. For this analysis, we draw on key studies of the epistolary genre in its literary form, including works by Altman (1985), Sussekind (2003), Diaz (2016), and Haroche-Bouzinac (2016). Through this lens, we propose that the missives within the novel serve a purpose beyond mere information exchange; they actively encourage the correspondents to seek knowledge through observation of the world and to cultivate their autonomy of action.

**Keywords:** Epistolography • Brazilian literature • Júlia Lopes de Almeida • *Correio da Roça* • Women writing

## Introdução

Júlia Lopes de Almeida (1862–1934), romancista, contista, teatróloga e cronista, foi uma das personalidades atuantes na virada do século XIX para o século XX no Brasil. Ao longo de 40 anos de carreira (1886–1934), produziu 25 títulos e dezenas de escritos esparsos, entre crônicas, colunas de jornal e conferências. Nessa vasta produção, a fortuna crítica destaca a variedade de gêneros textuais, temas e personagens, e a perspicácia para abordar problemáticas sociais da chamada *belle époque* brasileira, especialmente as condições de atuação pública da mulher nesse período (Engel, 2009, p. 28).

No entanto, sua recepção póstuma foi marcada, em um primeiro momento, pelo esquecimento entre os anos 1940 e 1990 (Gomes; Celi, 2018). Posteriormente, nota-se um processo de renovação do estudo de sua biografia e obra, principalmente pelas chaves da crítica feminista e dos estudos em autoria feminina. A partir deste processo de recuperação do nome de Lopes de Almeida, livros inicialmente consagrados, como *A falência* (1901) e *Ânsia Eterna* (1903), voltam ao debate sob novas perspectivas. Ademais, obras que em um primeiro momento não receberam atenção detida, como *Livro das Donas e Donzelas* (Costruba, 2011) e a produção teatral (Fanini, 2016), tornam-se objeto de estudo, na busca pela compreensão do estilo de escrita de Lopes de Almeida e de sua figura relevante na história brasileira, uma mulher escritora de sucesso no início do século XX.

Esse também é o caso de *Correio da Roça* (1913), foco deste artigo. Recebido com elogios quando de sua publicação<sup>1</sup>, o livro não despertou interesse da fortuna crítica ao menos até os anos 2000, quando é recuperado junto de outras obras da escritora. No entanto, essa releitura é também marcada pela simplificação de sua estrutura e composição literária, chamada de cartilha, em favor de suas temáticas de autonomia feminina e desenvolvimento nacional. É sobre esse aspecto crítico que este artigo pretende se debruçar, ao colocar em questão a denominação de ‘cartilha’ para o livro e, como alternativa, enfatizar a centralidade do gênero epistolar para a composição da obra e para a coesão dos diversos temas que a permeiam.

Para tal, o artigo está estruturado em dois eixos, um teórico e outro analítico. Na primeira seção, propõe-se uma discussão dos conceitos, das funções e das composições dos gêneros cartilha e carta, de modo a questionar em que medida estes termos podem contribuir para ou restringir a compreensão da obra. Na seção seguinte, parte-se para uma análise de algumas das cartas mais técnicas da personagem Fernanda — cartas VI, VII, XI e XVI — para compreender seu posicionamento dentro da sequência narrativa do romance. Nessa leitura, propomos que essas missivas, inseridas na dinâmica epistolar deste romance, têm uma função para além da informativa, na medida em que fomentam nas correspondentes a busca pelo conhecimento, por meio da observação do mundo, e a autonomia de ação. Por fim, apresentam-se as conclusões deste estudo e uma avaliação de sua relevância para os estudos críticos almeidanos.

Uma vez que este artigo tem como base uma discussão sobre a recepção crítica do romance, é necessário recapitular brevemente sua narrativa e, principalmente, como a obra foi descrita e abordada por pesquisadores. *Correio da Roça* (1913) narra a correspondência entre duas amigas, Fernanda e Maria, que se encontram, respectivamente, na capital e no interior do Rio de Janeiro. O principal motivador do diálogo são as apreensões e as dificuldades da vida de Maria após se mudar para o campo, viúva e sem recursos. Fernanda oferece consolo e aconselha a amiga sobre as ações necessárias para o conforto e o progresso da fazenda, ironicamente nomeada *Remanso*. Também participam da troca de cartas as filhas de Maria, as jovens Cecília, Cordelia, Joantina e Clara, de 20, 18, 16 e 14 anos, respectivamente. Os acontecimentos cobrem um período relativamente longo de tempo, cerca de dois anos, em que a fazenda e a família se desenvolvem mutuamente, sendo o casamento de Cordelia (após o casamento da irmã mais velha) o marco de fechamento da narrativa com desfecho positivo para as personagens.

Ao longo desse período, Maria e filhas transformam seus valores e seus comportamentos pela experiência da vida rural: criadas sob um ensino feminino ornamental, para participarem da alta sociedade da capital carioca e obterem um casamento vantajoso, são confrontadas com

---

<sup>1</sup> A título de exemplo, cita-se trecho de uma resenha publicada em 6 de junho de 1912, pelo jornal *O País*: “As questões agrícolas foram aí literariamente tratadas, havendo arrancado sucessivas cartas, a um tempo de agradecimento, de animação e de parabéns pelo oportuno efeito que produzem entre as famílias habitantes do nosso interior, comunicando-lhes a sensação gratíssima da vida bucólica, os encantos que o homem e a própria mulher podem e devem auferir do afastamento das cidades, e das suas atrações nem sempre salutareas e benéficas”.

o “tédio” e a “solidão” da fazenda. Fernanda, ainda residente na cidade, mas contrária a essa formação, instiga a família, agora composta somente de mulheres, à ação:

Impõe a cada uma das tuas filhas uma tarefa diferente, que a agite, que a obrigue a andar ao sol, ao vento, à chuva; observa que elas entrem para o seu trabalho com o corpo e a alma; que tenham os seus livros de assentos bem organizados, que saibam dirigir com energia e bondade os empregados que puseres a sua disposição — e verás como no fim de alguns meses se acendem rosas de saúde nas suas faces e como nas planícies da Tapera, agora cobertas de sapé e barba de bode, florirão alegremente os vastos campos dos cereais... (Almeida, 1913, p. 13).

O trabalho e a autonomia são, desde o princípio, centrais para a narrativa e para as diversas temáticas que se desdobram nas correspondências. É a partir da ideia de se dedicarem a cuidar da fazenda que as amigas iniciam uma troca intensa de cartas, repletas de conselhos práticos, como a criação de galinhas, o plantio de rosas e a administração da fazenda, e reflexões pessoais sobre a vida interiorana. Fernanda, principalmente, constrói objetivos ambiciosos para o futuro do *Remanso*: “E prevejo tudo isto porque sei de que milagres é capaz a inteligência e a energia das mulheres obrigadas a atuarem por si” (Almeida, 1913, p. 16).

De Luca (1999) observa que a fazenda surge como uma metonímia do Brasil, primeiro como uma terra abandonada e enfadonha e depois como um campo produtivo e próspero, em que ser humano e natureza vivem em equilíbrio. Similarmente, Oliveira e Rodrigues (2018) ressaltam na obra os significados positivos atribuídos à terra e ao campo em oposição à cidade:

a terra desejada, muitas vezes, sinônimo de felicidade, tranquilidade, fecundidade, fartura, trabalho e abundância é aclamada como um lugar idílico cantada em prosa e versos trazendo através do labor de mulheres, dar ares novos à administração feminina em um espaço totalmente falocêntrico (Oliveira; Rodrigues, 2018, p. 111).

Costruba (2014) posicionou a questão nos termos de um “proto-ecofeminismo” realizado pela obra, na medida em que a preocupação ecológica e a participação feminina são tratadas como correlacionadas no processo de desenvolvimento nacional: “a simbiose entre mulher/natureza, na busca do autoconhecimento, da sua identidade em contato com elementos femininos, deixando de lado o caráter feminista/combativo em segundo plano” (Costruba, 2014, p. 6).

Percebe-se, a partir desses três pesquisadores, que *Correio da Roça* tem dois eixos temáticos centrais: a terra e a mulher. Essas pontas são unidas, na narrativa, pelo trabalho, que seria a ação regeneradora tanto do campo como da mulher para a inserção do país no novo século. Muzi e Zolin (2012) identificam na personagem Fernanda a vocalização dessa perspectiva:

Nas primeiras décadas do século XX, reconhecia-se a necessidade de participação das mulheres no novo projeto de modernização da sociedade brasileira. Cada vez mais elas eram “convocadas” para participar desse projeto, já que eram as responsáveis por formar os futuros líderes desse novo país. Fernanda será a voz dos que enxergam a atividade laboral feminina como uma mão de obra necessária. Ela representa uma voz feminista à medida que se coloca em defesa de outros papéis que não os determinados biologicamente (Muzi; Zolin, 2012, p. 119).

Assim, percebe-se uma concordância geral, entre pesquisadores que se debruçaram sobre *Correio da Roça*, quanto às principais temáticas tratadas no romance. Igualmente, parece haver consenso quanto a sua estrutura e a sua finalidade. Já em 1999, de Luca aponta o “caráter de cartilha ou de compêndio” (1999, p. 296) do livro, por ter um alinhamento estreito com os valores e posicionamentos políticos de Lopes de Almeida e uma linguagem simples e mesmo didática em certas passagens. Muzi e Zolin concordam com essa leitura, uma vez que o fim da obra parece ser a transformação social das leitoras (2012, p. 122).

Costruba, embora não afirme a aproximação do romance com o gênero cartilha, agrupa *Correio da Roça* com outras obras da escritora (A Árvore [1916], Jardim Florido [1922] e Oração a Santa Doroteia [1923]) que formariam o chamado “ciclo verde”, “obras que se destinavam à orientação ecológica daqueles que as liam” (2014, p. 1). Esta é também a percepção de Oliveira e Rodrigues (2018), já que:

As correspondências vêm impregnadas de conteúdo, de certa forma didaticamente, que “ensinam” novos métodos e técnicas de trabalhar, administrar e cultivar a terra, isto pelas novas técnicas de manuseio no preparo da propriedade rural (Oliveira; Rodrigues, 2018, p. 115).

Por outro lado, os autores enfatizam o papel do gênero epistolar na criação de “um espaço de tomada de decisão em cumplicidade com informações passadas por outra mulher através de cartas” (Oliveira; Rodrigues, 2018, p. 115), leitura que será desenvolvida neste artigo. É necessário, então, descrever brevemente a composição do texto e a utilização do gênero epistolar como estrutura do romance.

*Correio da Roça* é um romance epistolar, ou seja, sua narração é conduzida inteiramente pela sequência de cartas ficcionais entre as personagens. Compõe-se de 58 cartas de ficção de diversos subgêneros. A maioria das cartas da obra podem ser classificadas como “Cartas familiares/ missivas”, destinada ao envio, sendo o envio para pessoas próximas (familiares, amigos e serviçais) o mais comum, além de alguns “Bilhetes” e “Telegramas”, caracterizados por corte de cumprimentos e fórmulas, para uma mensagem mais íntima e rápida. Tenha-se em vista que, por meio de comentários nas próprias missivas, o romance não inclui todas as cartas trocadas, sendo as omitidas retomadas e parafraseadas. A título de exemplo, o telegrama mencionado na carta I e o bilhete postal citado na carta VI estão ausentes da publicação:

Recebendo agora o teu telegrama não posso sufocar o desejo de comunicar-te tudo.

(Carta I) (Almeida, 1913, p. 7)

Acabo de ler uma carta da tua Joanna, a quem responderei dentro de poucos dias, e um bilhete postal em que a tua letra, bem conhecida, traçou unicamente estas palavras: — “E as estradas?” (Carta VI) (Almeida, 1913, p. 33).

Esse fato pode revelar um momento posterior ao narrado: a seleção das cartas para compilação. Mais além, pode evidenciar a presença implícita de um(a) editor(a), que incluiu e ordenou a correspondência. Ainda que este artigo se centre na versão publicada em volume em 1913, os indícios da edição podem ser retomados da primeira publicação, como folhetim, no jornal *O Paiz*, entre 14 de setembro de 1909 e 17 de outubro de 1911.

Na Carta II (que corresponde à carta III do livro), após a assinatura da personagem, segue-se um comentário da própria escritora, Júlia Lopes de Almeida:

A propósito da primeira carta desta correspondência, de que me fiz editora por julgar que ela pudesse interessar as leitoras do interior, recebi interessantes observações de uma delas, que me pede licença para discordar do juízo que eu faço das brasileiras, aludindo aos seus gostos pelas modas (como se eu não fora brasileira também e fosse eu a signatária da carta) e confessando-me ao mesmo tempo ser precisa uma grande coragem para se viver no campo dentro do nosso país.

Referindo-se à pobreza do Estado em que vive, conta-me este caso:

"No dia 15 de agosto, dia da Glória, caía uma chuvinha fria e aborrecida. O meu empregado que vai à agência buscar cartas e jornais disse-me que perto do arraial, à beira do caminho, estava uma pobre velhinha gelada pelo sono da morte.

Não acha que o governo devia construir pequenos hospitais no interior? Dou-lhe essa ideia para uma crônica."

A este período que revela uma alma compassiva, segue-se outro referente à sua mocidade, à cultura do seu espírito, feita no colégio de Sion, e à atenção, que procura prestar a todos os serviços tanto de casa como da lavoura.

Depois continua:

"Estou fazendo um tomatal, que com esta última chuvinha nasceu muito bem: é lindo o tapete verde que os tomateiros formam! Acabo de vir de lá encantada. Mandeí agora preparar terreno para mudá-los. Como dizem que vender o tomatal dá mais lucro do que colher os seus frutos, vou vendê-lo, livrando-me da caceteação de despachos, risco de vê-lo estragado com as chuvas ou de que os negociantes me lessem, como disse há dias num artigo o presidente da sociedade de agricultura. Comprometo-me se quiser, a mandar dizer quanto apurei no fim."

Quero. Prova-me esta carta que não andei erradamente publicando uma correspondência em que se debatem assunto que, se para muitos leitores são monótonos, para muitos outros são interessantes.

O que desejo e peço é que no correr da série do — *Correio da roça* — os leitores que pelos seus estudos ou pela sua prática possam concorrer para emendar ou elucidar os enganos ou erros das minhas correspondentes o façam com máxima franqueza, em carta a minha dirigida, não só para que a sua experiência lhes corrija os defeitos, como para que ainda mais tarde sirvam de lição a terceiros. Para isso, porém, é necessário que as cartas venham firmadas por um nome verdadeiro, e nunca por um pseudônimo (Almeida, 1909, p. 1).

Neste comentário, suprimido na versão final, Lopes de Almeida encena a veracidade das cartas, das quais seria somente editora, possivelmente como modo de conferir maior verossimilhança ao texto e, mais relevante para os objetivos deste artigo, ao propósito educativo que propôs para as cartas. Ainda, a escritora abre o diálogo para participação dos leitores, que podem enviar suas próprias cartas com percepções sobre os assuntos narrados, sendo inseridos na dinâmica da correspondência. Ainda que a colaboração dos leitores não se concretize na versão final, está posto que *Correio da Roça* de fato teve como intenção "servir de lição a terceiros".

Porém, resta como questão de estudo os procedimentos literários pelos quais essa finalidade do texto se apresenta aos leitores. Alguns pesquisadores aventaram a possibilidade de ser o gênero cartilha um modelo para a produção de cartas instrutivas sobre a vida no interior. Propõe-se aqui outro olhar frente ao texto, a partir do gênero epistolar. Para melhor compreender as relações que esses gêneros estabelecem com a obra, na seção seguinte serão apresentados os conceitos de cartilha e carta, suas funções e alguns aspectos de composição.

## 1 Cartilha e carta

Este artigo assenta-se, primariamente, em uma discussão crítica. Ao colocar em questão um aspecto da fortuna crítica de Júlia Lopes de Almeida, a atribuição de um gênero a um livro, busca-se fomentar o debate, com o fim de aprimorar a análise e a interpretação da obra da escritora. Por isso, este texto não se alinha a uma linha teórica específica, mas aproxima-se de diferentes olhares que podem oferecer uma conceituação mais nuançada. Assim é a visão de Marisa Lajolo, em prefácio a *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas* (2009):

O resultado é que uma história dos estudos literários não se representa como uma sucessão linear de pressupostos teóricos, de procedimentos metodológicos ou de posições críticas. As diversas perspectivas – ainda que conflitantes – interpenetram-se e somam-se: quando não na contemporaneidade do momento de sua formulação, muitas vezes no percurso de sua circulação e, com certeza, na cabeça e em trabalhos de professores e pesquisadores que, no braço a braço com o texto, valem-se de qualquer fragmento de teoria, procedimento metodológico ou perspectiva crítica que os auxilie a dizerem alguma coisa relativamente ao texto que, por profissão, estudam, analisam, ensinam, criticam (Lajolo, 2009, p. 11).

Ainda assim, em olhar retrospectivo, uma revisão crítica pode discernir tendências e, quando necessário, apontar pontos de desenvolvimento. Ao longo das últimas duas décadas, reiterou-se a aproximação de *Correio da Roça*, por um lado, com o gênero cartilha, e por outro, com o gênero epistolar. Por diferentes termos, pesquisadores procuram explicar como o propósito pedagógico do romance se realiza em sua composição. O ponto de diferenciação parece ser o escopo eleito para análise: se são consideradas algumas cartas individualmente, de fato a linguagem simples, mas instrutiva poderia remeter à cartilha; porém, quando se considera o conjunto da obra, a dinâmica epistolar e as estratégias deste gênero textual são ressaltadas.

Neste artigo, adotaremos a segunda tendência, que enfatiza a leitura da obra como um todo coeso. Essa abordagem ao texto é em grande medida tributária a pesquisadoras como Vanina Eisenhart (2006) e Magali Engel (2009)<sup>2</sup>, que já argumentaram sobre a necessidade de compreender Júlia Lopes de Almeida em seu contexto histórico-literário.

Para compreender de que modo cada visão compreenderá o texto, é preciso definir, ainda que brevemente, o que são e como se constroem esses gêneros textuais. Para os fins deste artigo, a definição se baseará em aspectos funcionais e, em menor grau, em aspectos formais, uma vez que estes podem estabelecer pontos de contato entre a carta e a cartilha.

A começar com a cartilha, ponto de divergência deste artigo. A cartilha pode ser entendida como parte dos gêneros instrucionais, que vão desde manuais de instrução e receitas até horóscopos. Segundo Santos e Fabiani (2012):

---

<sup>2</sup> Nos artigos citados, embora não haja posicionamento explícito sobre abordar a obra de modo amplo ou restrito, é possível perceber na prática da análise que esta preocupação está no horizonte das pesquisadoras.

denominam-se por gêneros instrucionais os tipos de enunciado organizados sob uma relação discursiva de comando-execução, orientando ou proibindo ações e comportamentos. Dolz e Scheuwly (2010) caracterizam os gêneros instrucionais sob capacidade de linguagem de regulação mútua de comportamentos. O arranjo discursivo do gênero instrucional, necessariamente, inscreve no texto as figuras de um enunciador (aquele que prescreve ou interdita os comandos) e de um enunciatário (a quem se dirigem as instruções ou interdições a serem observadas) (Santos; Fabiani, 2012, p. 65).

Assim, a cartilha é enquadrada sob uma norma de comportamentos, valores e resultados ideais. Haveria um estado ideal para uma receita de bolo e para uma cadeira, assim como para as pessoas. Central também é o posicionamento do enunciador, aquele que instrui, em relação a seu enunciatário, o instruído, seja de sugestão ou de obrigação. No caso das cartilhas, há pouca margem para variação da regra, já que esses textos expõem os procedimentos considerados corretos ou adequados para dada situação ou necessidade.

Mozdzenski (2006), em sua definição da cartilha, retoma em suas origens a proximidade desse gênero com a carta:

As cartas desempenharam um papel fundamental no surgimento dos mais diversos gêneros. De acordo com Bazerman a carta, ao estabelecer a comunicação direta entre duas pessoas dentro de uma relação e em determinadas circunstâncias, constituiu um meio flexível capaz de viabilizar a formação e o desenvolvimento de muitas das práticas institucionais. Como exemplos de gêneros que têm como base social as cartas, o autor cita o artigo científico, a patente, o relatório dos acionistas, entre muitos outros. A essa lista, poderia ser acrescentada a cartilha (Mozdzenski, 2006, p. 17).

Assim, a cartilha seria tributária do potencial pedagógico da dinâmica epistolar de confiança entre remetente e destinatário (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 151). Do modo como a cartilha se desenvolve no Brasil, produzida principalmente por religiosos no processo de catequização de indígenas e por educadores no processo de alfabetização (figuras que por vezes se amalgamavam), o texto se caracteriza pela concisão da linguagem escrita e pelo uso de imagens e outros recursos figurados para a construção de sentido, mesmo para aqueles iletrados ou de língua estrangeira.

É fundamental enfatizar, além das estratégias de composição, a função reguladora das cartilhas. Este gênero tem como principal objetivo reforçar ou coibir comportamentos, o que revela uma visão de mundo ou ao menos uma projeção de mundo ideal de acordo com os valores impostos:

Como 'herança' das cartilhas de outrora, as atuais cartilhas educativas constroem uma determinada 'representação de verdade', "trazendo consigo uma certa credibilidade informativa com uma função normativa e reguladora de mostrar ao indivíduo como se deve agir diante das relações e ações sociais" (Gomes, 2003:157). Ou seja, para que consigam alcançar os seus propósitos – e, por extensão, os propósitos dos produtores do texto –, as pessoas devem seguir as normas e orientações estipuladas nas cartilhas, sem questioná-las (Mozdzenski, 2006, p. 26).

Assim, a cartilha seria reveladora de posicionamentos político-sociais de seus produtores, na medida em que vocalizam as expectativas do certo, do bom e do adequado.

Ainda, é possível acrescentar a perspectiva do próprio livro sobre as cartilhas. Na carta XXIX, Fernanda envia a Maria um conjunto de cartilhas distribuídas pelo Ministério da Agricultura:

o governo distribui gratuitamente por todos os lavradores e pessoas que pela lavoura se interessem, esses pequenos opúsculos, feitos em linguagem clara, simples, de fácil compreensão e bom ensinamento, indicando os meios pelos quais os fazendeiros podem tornar higiênicas as suas plantações, nédio o seu gado, feliz o seu pessoal (Almeida, 1913, p. 121).

A descrição das cartilhas no romance pode servir de aproximação com a linguagem das cartas de Fernanda, também simples e com ensinamentos práticos para o cuidado da fazenda. Por outro lado, são também um contraponto, quando se considera a apreciação de Fernanda sobre esses pequenos textos:

Sou de opinião que, para um certo público preguiçoso, as leituras curtas, amenas, adoçadas por um raizinho de lirismo ou pela graça ligeira de uma anedota, são muitas vezes melhor veículo para ideias sérias e científicas do que longas tiradas didáticas... Ha muito quem saiba de certos episódios históricos só por os ter lido nos romances ou nos dramas, mas jamais em Cantú ou Mommsen (Almeida, 1913, p. 123).

A personagem demarca, em seu comentário sobre as cartilhas, o tipo de público projetado, leitores que não têm interesse, tempo ou mesmo letramento para buscar outros gêneros textuais instrucionais. Se essa característica for transposta para o próprio romance, Maria seria o público das “cartilhas” de Fernanda, no campo ficcional, e as leitoras de Júlia Lopes de Almeida o público extraficcional. De fato, no início do romance, Maria mostra-se resistente a qualquer conteúdo para além das revistas de moda e das colunas sociais dos jornais, caso semelhante ao de muitas leitoras reais do romance. No entanto, ao longo da narrativa, opera-se uma mudança de comportamento e de perspectiva por parte da personagem, de tal maneira que as cartas-cartilhas de Fernanda já não teriam sentido, no modo como a própria remetente concebe, para as trajetórias de Maria e de suas filhas.

Além disso, Fernanda de fato recorre diversas vezes à estratégia da anedota e do exemplo, ficcional ou não, para ilustrar seus ensinamentos, à semelhança das cartilhas que ela remete à amiga. No entanto, ao longo do romance, o recurso anedótico perde espaço em favor de exemplos e inspirações da própria fazenda *Remanso*, que prospera e é fruto da própria experiência das destinatárias. Ao fim do livro, como uma culminância deste processo, o aprendizado e a estratégia pedagógica tornam-se bilaterais: Cecília, que na carta XI havia recebido de Fernanda um caso exemplar, envia um conto à amiga e traça com ele paralelos com sua própria história: “Com estes rabiscos remeto-lhe um conto que li há dias em uma revista e cujo assunto achei interessante. Há nessa história uma certa analogia com a nossa” (Almeida, 1913, p. 181).

Por isso, pensar em *Correio da Roça* como uma série de cartilhas entremeadas em um romance, ou de outra forma, um romance com caráter de cartilha, parece limitar as possibilidades de interpretação, seja por desconsiderar como as cartas se articulam em uma sequência narrativa, seja por enfatizar apenas um aspecto da composição, em detrimento de outros gêneros que estão mobilizados.

Como alternativa à abordagem do romance como um texto instrucional recoberto por uma narrativa, propõe-se considerar o papel, a nosso ver central, do gênero epistolar. Para tal, alguns pontos sobre a epistolografia e seu uso na literatura são necessários.

A definição da carta é reconhecidamente difusa e desafiadora, por sua própria natureza maleável e, por vezes, oscilante entre o literário e o não-literário. Haroche-Bouzinac, na introdução da obra *Escritas Epistolares* (2016) coloca essa inconstância como fator central para o entendimento da carta:

Assim, a carta, forma bastante diferenciada dentro de seus próprios limites, caracteriza-se pela instabilidade de suas formas e flexibilidade de seu uso. É a combinação desses fatores histórica e socialmente variáveis e de fatores invariantes (destinação, subscrição) que determina o modo de funcionamento do gênero epistolar (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 12).

Nesse sentido, Brigitte Diaz, em sua obra *O gênero epistolar ou o pensamento nômade* (2016), aponta diferentes perspectivas para o texto epistolar, que poderiam abordar a carta como um objeto histórico e literário e como um objeto semiótico composto (Diaz, 2016, p. 54). Assim, este gênero poderia ser abordado como um *documento*, testemunho de uma realidade histórica, sociológica, política ou literária, como *texto*, em que se coloca uma intenção estética, uma representação do ato de escrever, como *discurso*, já que estabelece uma relação entre epistológrafo e destinatário, e como *fazer*, na medida em que tem força performativa, agindo como um emblema e substituto de um agir no mundo, na conjunção de real e simbólico. Ainda que, na prática, todas estas dimensões estejam interligadas, eleger um foco de análise permite focalizar aspectos do gênero sem perder de vista sua complexa configuração.

Este artigo trabalha primariamente a obra epistolar como *texto*, pois parte-se do princípio de que a carta não é somente uma forma, uma estrutura formulaica. Janet Altman (1985, p. 4) reafirma o potencial de construção de significados presente nas formas e funções epistolográficas. Quando inserida na literatura, a carta deve ser interpretada em seu conteúdo, assim como em sua particularidade estrutural.

As chamadas “cartas de ficção”, em oposição às “cartas fictícias”, escritos falsos que se pretendem verdadeiros, são as cartas compostas dentro do contexto literário, e não se pretendem cartas reais (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 191). Muitos são os usos narrativos da carta em uma obra, em especial a busca por diferentes pontos de vista e vozes dentro de uma mesma narração. Para além, são meios de ultrapassar ou distorcer a temporalidade sequencial, dinamizando a narrativa.

O romance epistolar é um uso extensivo da carta como a principal estrutura da narrativa. Sem um narrador em terceira pessoa que intermedeie o relato, são as perspectivas dos personagens e o choque entre suas narrações a força motriz destas obras. São exemplos característicos deste gênero *Pamela, or virtue rewarded* (1740), de Samuel Richardson, e *Les liaisons dangereuses* (1782), de Choderlos de Laclos, representando, respectivamente, as literaturas inglesa e francesa, ambas com legados de romances epistolares. Por outro lado, no contexto brasileiro, a tradição literária brasileira não consolidou essa forma literária, sendo as obras escassas. Na virada do século XIX para o XX, Flora Sussekind (2003) aponta que o romance epistolar agudiza as novas configurações sociais desenvolvidas no novo século:

Num período em que se modela arquetonicamente um espaço público burguês nas grandes cidades brasileiras, em que um dos grandes temas de discussão é a cidadania, não é à toa que um gênero oscilante entre o segredo e a confissão, o público e o privado, o fato íntimo e a opinião pública, como é o caso da narrativa epistolar, tenha sua voga. Porque a carta parece atualizar de modo agudo o contraste entre público e privado vivido com intensidade por um sujeito redefinido subitamente como cidadão (Sussekind, 2003, p. 230).

Neste ensaio, Sussekind desenvolve a proposição da aproximação entre a carta e o jornalismo, na medida em que o encontro entre o registro jornalístico, da publicidade dos fatos, e da linguagem da intimidade epistolar torce a suposta divisão entre público e privado da lógica burguesa em ascensão. Nesta configuração, a carta inserida no jornal faria reviver a divisão entre a confissão privada e a matéria de interesse público, provocando nos leitores novas compreensões sobre os horizontes da comunicação e, mais especificamente, da linguagem literária no novo século XX.

Se, de acordo com consideração da autora, a carta tem potencial de impactar a percepção do leitor quanto à esfera pública, movimento semelhante pode ser empreendido em direção à intimidade. Brigitte Diaz tece reflexões sobre a carta como uma prática de percepção de si. Sendo o gênero epistolar uma escrita de si, sua composição e suas funções são o espaço privilegiado para falar sobre si. Porém, a carta diferencia-se de outros gêneros textuais das escritas de si pela figura central do destinatário:

Por mais que o destinatário seja uma quimera ausente, é, apesar de tudo, estruturalmente indispensável ao aparecimento do sujeito em sua própria palavra. O que não é o caso do diário ou da autobiografia, embora muitas vezes inventem-se neles destinatários fictícios. O destinatário da carta ocupa uma função cardeal, não apenas com o motor da escrita — sem o que a carta não aconteceria — mas também em razão da profundidade de campo e da quantidade de focos que abre ao olhar do epistológrafo sobre si mesmo (Diaz, 2016, p. 163).

O destinatário opera como um ponto de alteridade, ou, como coloca Diaz, de “descentralização” (2016, p. 148) à subjetividade epistolar do remetente. Para Altman (1985, p. 88), o leitor já está presente, como uma projeção, na escrita da carta. Por isso, antes mesmo de ser lida, a carta já se adequou ao que Altman chama de *leitor interno* (1985, p. 91), uma *persona* preconcebida pelo epistológrafo, que pode ou não coincidir com o *leitor externo*, o

personagem ou a pessoa que efetivamente lerá o texto. Em primeiro lugar, deslocado da fala interior e secreta dos diários, por exemplo, o remetente submete sua escrita e sua identidade ao crivo de um outro, que poderá, em resposta à carta, emitir juízos acerca do missivista. Além disso, o remetente regula-se, ajusta-se ao que projeta como as expectativas de seu destinatário, elabora uma identidade e uma linguagem que deseja apresentar ao leitor.

Em menor grau, este artigo também toca na relação discursiva estabelecida pela carta entre remetente e destinatário, uma vez que os movimentos de descentralização e regulação particulares à carta tornam este gênero propício à reflexão sobre si: “A correspondência apresenta-se, portanto, como um terreno de experimentação ideal onde, sem cometer o pecado da vaidade, pode-se à vontade contemplar-se, avaliar-se e eventualmente corrigir-se” (Diaz, 2016, p. 149).

A partir dessas considerações, é possível repensar o uso do gênero epistolar no caso de *Correio da Roça*. A obra, uma vez pela encenação da veracidade no jornal em 1909, e outra vez pela publicidade do livro, traz o conflito individual das personagens para a cena pública, como material de discussão e aprendizado por leitores. Assim, ressalta o caráter social e coletivo, não mais restrito à intimidade da carta, dos contratempos de Maria e das soluções de Fernanda. Organizadas em uma sequência narrativa pelo romance, as cartas, antes registros de momentos singulares, ganham coesão e retratam um processo de transformação das personagens, na escrita e pela escrita. Como se pretende apresentar a seguir, as cartas-cartilhas ou cartas técnicas de Fernanda têm seu significado em relação ao conjunto dos acontecimentos e das falas de Maria, sua correspondente.

## 2 “Plantem batatas”: escrita e ação

Fernanda tem para si a função de estímulo e orientação à ação. Em sua primeira aparição no romance, na carta II, em resposta às queixas de Maria na primeira carta, formula um plano grandioso de renovação da fazenda pelo trabalho e se incumbem da tarefa de remeter as informações necessárias:

Sem ser proprietária rural, só pelo mero capricho da curiosidade, assino uma revista brasileira — *Chácaras e Quintais* — que me dá algumas informações preciosas, as quais, se aceitares o meu plano, te irei transmitindo nas minhas cartas, a pouco e pouco (Almeida, 1913, p. 15).

Além do aspecto prático das explicações, Fernanda enfatiza, nesta mesma carta, a regeneração moral das filhas de Maria, até aquele momento educadas para serem apresentadas à alta sociedade e conquistarem o futuro marido. A irônica provocação “Antes cultivassem batatas, filha!” (Almeida, 1913, p. 11) ante as reclamações de tédio das moças, seguida de uma explanação sobre o cultivo de batatas no Brasil, dão o indício, que se reforçará ao longo do romance, de que as cartas didáticas de Fernanda têm não só valor informativo técnico, mas também valor formativo, na medida em que incentivam as mulheres da fazenda a buscarem conhecimento como forma de colocarem-se no mundo com maior independência:

## LINHA D'ÁGUA

Não sei, nunca indaguei nada a tal respeito; mas presto-te um serviço chamando para esse assunto a tua atenção e lembrando-te que se incumbisses uma das tuas filhas de estudar e fazer pôr em prática sob a sua administração essa espécie de cultura nas terras abandonadas da Tapera, essa das tuas filhas não teria tempo de se estiolar, como uma monja num convento, com ideias inúteis, e pouco a pouco se interessaria pelo sítio em que vive e que a sua atividade tornará cada vez mais lindo e mais próspero (Almeida, 1913, p. 12).

Apesar de protestos, Maria aceita a ideia ambiciosa de Fernanda, estabelecendo assim o pano de fundo das correspondências do romance. Para a discussão, começemos pela identificação dos capítulos com suposto caráter de cartilha, para depois seguir com a sua integração à sequência de cartas.

Ainda que a maioria das cartas tenham dados ou ao menos curiosidades sobre o trabalho rural, alguns capítulos destacam-se por ser essa função a majoritária. No capítulo VI, Fernanda repassa informações de um engenheiro sobre como construir e manter estradas rurais. Logo em seguida, no capítulo VII, a remetente lista a nomenclatura de rosas e instrui o cuidado de violetas. A seguir, na carta XI, há uma explicação, em forma de anedota, sobre o plantio de árvores para conforto térmico e decoração da fazenda. Na carta XVI, uma descrição detalhada sobre o cuidado com galinhas, desde sua alocação no galinheiro até a prevenção de doenças.

Como é possível notar, são temas e interesses cabíveis às cartilhas, por sua aplicação prática, e deslocados da troca epistolar, permeada pela subjetividade do remetente. A linguagem desses segmentos também se diferencia do tom afetivo das demais epístolas: o uso do verbo “dever”, um modalizador deontico (de ordem), reitera o caráter instrutivo da carta; o texto organiza-se em passos a serem seguidos; e, quando necessário, a escritora busca a precisão matemática das informações. Seguem-se abaixo três exemplos retirados dos capítulos VI, VII e XVI, respectivamente:

Em geral, tais caminhos são construídos para dar passagem a um só carro e nestas condições bastam **3,5m de largura** tendo-se, porém, neste caso o cuidado de fazer de distância em distância um pequeno trecho de uns **7 metros**, mais ou menos, para prevenir o caso em que dois veículos se encontrem em direções opostas. Para evitar prejuízos advindos pelos estragos das águas, o leito das estradas **deverá ser abaulado** com a inclinação de **seis centímetros por metro**, nos casos comuns das passagens rurais feitas em terra; quando, porém, o caminho seja empedrado, bastará o declive de **cinco centímetros** (Almeida, 1913, p. 37, grifos nossos).

Mas vamos ao modo por que se cultivam as violetas: “**Plantam-se** as violetas em terra leve, metade vegetal e outra natural; **mistura-se** à terra assim preparada adubo animal, bem curtido e abundante, conservando-se sempre a terra muito balofa, em local livre de arborização e exposto ao sol da manhã. Convém renovar a plantação por meio dos novos rebentos, tirados da planta primitiva, que fica assim com mais força para a florência. O replantio **deve sempre fazer-se** em terra nova, preparada como acima ficou dito. A plantação **deve ser feita** nos meses de Janeiro e Fevereiro. Em dias de grande calor, convém regar à tarde, evitando abundância de água, mas conservando sempre fresca a plantação” (Almeida, 1913, p. 48, grifos nossos).

Com o espaço de que dispões, **poderás dividir** o teu galinheiro em várias repartições, de modo a ter sempre alguma delas desinfetada, com o solo revolvido e semeado de nabos ou de mostarda, grãos que têm a dupla vantagem de germinarem depressa, purificarem o solo e ainda a terceira de alimentarem bem os galináceos. Quem não dispõe de grandes espaços de terreno para tal desdobramento de galinheiros, **usa** então a creolina e outros desinfetantes (Almeida, 1913, p. 81, grifos nossos).

É preciso destacar, no entanto, que esse tipo de trecho explicativo tem maior ênfase no início da narrativa, quando Maria e suas filhas ainda não tinham orientação ou engajamento para as atividades rurais. A linguagem didática de Fernanda estará presente ao longo de todo o livro, mas cederá espaço a outras estratégias de aprendizado, como a indicação de pesquisa e a observação da própria fazenda.

Por isso, torna-se relevante compreender em que contexto estão inseridas as cartas mais técnicas. Ao observar as cartas anteriores e posteriores, verifica-se que as cartas-cartilhas vêm em resposta a questionamentos e problemas que partem de Maria ou de suas filhas. A carta VII surge em resposta à carta V, a primeira carta de Joanhina, uma das filhas mais novas e a mais empolgada pelo trabalho, em que a jovem exprime o desejo de plantar violetas para decorar a fazenda, já que são as flores preferidas de Fernanda. Já a carta XI vem em resposta a uma carta, não presente no livro, escrita por Cecília, a irmã mais velha, a respeito das estradas. Ainda a carta XVI retoma o interesse pela criação de pombos e galinhas demonstrado por Clara, a irmã mais nova, na carta XIV, a primeira que a jovem endereça a Fernanda.

Essas interações são ainda mais significativas quando se verifica que estes são também momentos de abertura do diálogo para as quatro filhas, que se tornam correspondentes de Fernanda e, por meio das cartas, podem desenvolver seus interesses, confidenciar dúvidas e exercitar a escrita de si.

Abre-se, então, a hipótese de compreender essa estratégia de Fernanda sob outra perspectiva. As cartas explicativas, dispostas após o primeiro movimento de questionamento e interesse das irmãs, já não parecem se encaixar na dinâmica hierárquica de cartilha, em que o enunciador se posiciona como a autoridade sobre os comportamentos e as ações do enunciatário. Antes, essas cartas parecem se adequar à dinâmica de alteridade exposta por Brigitte Diaz, uma vez que o raciocínio técnico de Fernanda responde à demanda das amigas da roça por orientação e por uma outra forma de olharem o mundo. Diz Clara ao pedir orientações sobre o galinheiro: “Ao princípio não notei isto, mas as suas cartas têm por tal modo despertado a nossa curiosidade pelas coisas que nos rodeiam, que lhes vou descobrindo sem esforço as qualidades e os senões...” (Almeida, 1913, p. 70).

Cecília expressa opinião semelhante em agradecimento a Fernanda: “Eu não seria o que sou se os seus bons conselhos não me tivessem aberto os olhos para as coisas que me rodeiam e eu continuasse a cultivar saudades em vez de cultivar... batatas” (Almeida, 1913, p. 91). Ambas as irmãs confirmam que o maior valor das cartas de Fernanda está na atitude diligente com que a amiga se aplica ao estudo dos mais variados assuntos, tornando-se um exemplo de independência necessária às mulheres. Fernanda demonstra consciência de sua postura ao revelar a Maria sua verdadeira intenção:

É por pensar assim que me tenho esforçado em chamar atenção de todas vocês para vários pontos de aparência insignificante e que têm no fundo uma promessa de recompensa e de felicidade futuras. [...] O meu desejo é chamar a tua simpatia para determinados assuntos, deixando-te depois em face deles, estudando-os por tua conta, que para isso, graças a teus bons pais, sabes ler e escrever (Almeida, 1913, p. 79-80).

Destaca-se, neste ponto, o incentivo à independência e à autonomia, com base na formação básica. Por meio da leitura e da escrita, segundo Fernanda, Maria teria os meios para estudar “por sua conta” assuntos de interesse para a melhoria da fazenda. Este é um ponto de inflexão no romance, em que cada vez mais as moradoras da fazenda tomam a dianteira das propostas de renovação da fazenda e de suas próprias competências. Um exemplo é a carta XVII, em que Maria relata as benfeitorias executadas na fazenda, como a criação de uma escola para as crianças da região, a implantação do galinheiro, as plantações em crescimento e a oficina de carpintaria, todas ideias elaboradas e executadas pelas quatro filhas, pela conjunção de suas habilidades aprendidas no colégio. O desenho, a gramática, a música e a dança, indícios de refinamento na cidade, são reaproveitados e ressignificados como conhecimentos aplicáveis e de benefício coletivo, pela educação e pela cultura.

Nesse momento, Maria já não necessita das orientações com caráter de cartilha, pois seu principal aprendizado esteve em curso ao longo de toda a correspondência. Pela escrita das cartas, Maria reconhece as dificuldades pelas quais passou – a perda do marido e da posição social, os recursos econômicos escassos, seu envelhecimento, a formação das filhas – e encontra, no acolhimento das cartas da amiga, motivação para criar planos para o futuro da fazenda e de sua família.

A carta LVIII marca o encerramento do ciclo de correspondências da roça. Em preparação para o casamento de Cordelia, Maria voltará à capital do Rio de Janeiro, mas em situação bastante diferente daquela em que se encontrava quando partiu. Com uma fazenda próspera, um núcleo familiar em expansão e projetos de contribuições sociais futuras, essa mulher encontrou novas perspectivas de atuação para além das prescritas para sua classe – esposa e mãe submissa. Igualmente suas filhas formam-se para atuarem profissionalmente em áreas que, naquele momento, se abriam para as mulheres, como a educação e a enfermagem<sup>3</sup>.

Neste encerramento, Maria convida Fernanda a um processo de reflexão: “Compara esta carta à primeira que te escrevi e vê de que milagres é capaz o trabalho!” (Almeida, 1913, p. 209). As cartas I e LVIII, individualmente, registram estados efêmeros da personagem, que relata os acontecimentos correntes e expressa seus sentimentos. Porém, quando colocadas lado a lado, sua sequência ganha um potencial reflexivo retrospectivo, na medida em que Maria pode reconhecer, no escrito, o quanto mudou de um momento a outro. Diferente da autobiografia, outra escrita de si que cruza passado e presente, o passado não é relatado de um ponto de vista teleológico, ou seja, em que os momentos anteriores são compreendidos e ganham significado em relação a momentos posteriores. A carta, escrita no presente, torna-se passado e é preservada como um registro de um recorte no tempo. Somente o processo de sequenciação e comparação das cartas, pela releitura e escrita, poderá unir os instantes em uma trajetória e dar-lhes sentido.

Assim, as cartas, ao mesmo tempo que retratam a fazenda, são um retrato da própria personagem, já que seu relato é permeado por sua visão de mundo, pela escrita. Na medida em

---

<sup>3</sup> Para uma discussão pormenorizada deste processo histórico, cf. Matos; Borelli (2018).

que, na primeira carta, Maria descreve uma situação tediosa e inferior, sua palavra é também registro de si mesma, uma mulher criada para servir ao esposo, sem autonomia ou identidade em si (Hahner, 2018, p. 43). Na última carta, em que o mundo se mostra agitado e cheio de potenciais, é possível compreender que esta é Maria, com responsabilidades, atribuições e capacidade de ação.

## Conclusão

Neste artigo, propôs-se uma discussão sobre a compreensão, pela fortuna crítica de Júlia Lopes de Almeida, da obra *Correio da Roça* como uma série de cartilhas de desenvolvimento rural disfarçadas pela narrativa das personagens Maria e Fernanda. Apresentou-se uma crítica a esse entendimento e uma leitura com ênfase no gênero epistolar como estruturante da narrativa, dos temas e, principalmente, de um modelo de aprendizado mais reflexivo e observador da realidade. Esta proposta partiu da necessidade de revisitar a crítica literária desenvolvida sobre a escritora nos últimos 20 anos, reconhecer suas contribuições e desenvolver novas perspectivas de leitura a partir dessa produção.

Essa atitude provou-se produtiva, na medida em que revelou um dos procedimentos pelos quais os temas da independência feminina e do desenvolvimento nacional foram realizados na obra. Pela carta, observam-se processos de “descentralização” de Maria tanto em relação a Fernanda, sua destinatária, como em relação a si mesma em suas cartas anteriores. Conforme Janet Altman (1985, p. 102, tradução nossa): “Reler uma carta antiga é medir a própria mudança em relação a um ponto percebido como fixo no passado. Comparar a carta de hoje com a de ontem é descobrir a distância percorrida entre dois momentos temporais”<sup>4</sup>.

A troca de cartas, que engloba os atos de escrever a própria perspectiva e ler o olhar de outro, é o impulsionador do movimento de aprendizado e transformação de Maria e de suas filhas. Na carta, gênero do âmbito privado, são constantes as menções à observação do que há para além dela, no âmbito público, por uma postura reflexiva, que busque identificar questões, compreender seu contexto e propor soluções:

Quero que, entretanto, compreendam todos aí bem o meu pensamento, que não é o de vos impor, nem ensinar coisa alguma, porque, aí de mim, que sei eu? mas, só o de vos chamar a atenção para certos assuntos, que me parecem muito dignos dela (Almeida, 1913, p. 41).

É pelo aprendizado desenvolvido nas cartas que Maria parte para a ação no mundo, transformando a fazenda e seu entorno por práticas de sociabilidade mais comunitárias e estruturas de bem-estar social, como a escola e o hospital. Assim, a atuação de Fernanda e Maria afasta-se da educação ornamental preconizada para as mulheres brasileiras de classe burguesa

---

<sup>4</sup> No original: “To reread an old letter is to measure one's own change against a point perceived as fixed in the past. To compare today's letter with yesterday's is to discover the distance traveled between two temporal moments.”

durante o século XIX e posta em questão a partir da virada para o século XX. Se a educação do século XIX centra-se no cortejo e no casamento como finalidade da mulher (Hahner, 2018), a educação proposta no século XX expandirá o escopo para a contribuição da mulher à coletividade, ou seja, ao progresso da Primeira República (Veríssimo, 2013). Todavia, é preciso ressaltar que, ainda nesse momento, não havia hesitação quanto à função social da mulher como esposa e mãe, mas apenas projeções de inserção da mulher na sociedade que se reconfigurava no novo século.

*Correio da Roça* situa-se neste contexto de questionamento dos limites impostos à existência e às ações das mulheres e cria, na ficção literária, uma alternativa possível em que as mulheres têm autonomia e assumem as responsabilidades de reconstrução de um lugar precário, a fazenda *Remanso* ou metonimicamente o Brasil, mas com potencial para prosperar. O trabalho com o gênero epistolar fortalece a leitura já consolidada pela fortuna crítica almeidiana sobre a temática do desenvolvimento nacional e, como contribuição original, reata a construção literária do texto, por seu gênero textual, à elaboração do tema. Essa visão sobre a obra implica em um entendimento sobre a produção de Lopes de Almeida de modo mais amplo: seu engajamento social e seu interesse por pautas do período da *belle époque* brasileira foram elaborados na forma literária ao longo de sua longa carreira.

De que modo o tema alinha-se ao estilo e à técnica da escritora é um trabalho ainda a ser desenvolvido pela fortuna crítica. Retoma-se, então, a importância da renovação dos estudos da escritora, pela recuperação e publicação de obras, discussão teórico-metodológica e proposição de análises que expandam a compreensão desta escritora, que deixou como lição a suas personagens e aos leitores a importância do diálogo.

## Financiamento

Verônica dos Santos Modolo agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa de mestrado (nº do processo: 2023/02540-4).

## Referências

ALMEIDA, J. L. *Correio da Roça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

ALMEIDA, J. L. *Correio da roça*. O País, ano XXV, nº 9125, 1909. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/178691/per178691\\_1909\\_09125.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/178691/per178691_1909_09125.pdf) / [https://memoria.bn.gov.br/pdf/178691/per178691\\_1909\\_09125.pdf](https://memoria.bn.gov.br/pdf/178691/per178691_1909_09125.pdf). Acesso em 16 jan. 2025.

ALTMAN, J. G. *Epistolarity: Approaches to a Form*. Columbus: Ohio State University Press, 1985.

GOMES, W. F.; CELI, T. Júlia Lopes de Almeida: Lembrança e Esquecimento. *MOSAICO*, São José do Rio Preto, v. 17, n. 1, p. 343-360, 2018. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/revistamosaico/article/viewFile/542/489>. Acesso em: 13 jan. 2025.

## LINHA D'ÁGUA

COSTRUBA, D. A. *Conselho às minhas amigas: os manuais de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida (1896 e 1906)*. 2011. 175 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.

COSTRUBA, D. A. O limiar de um "possível ecofeminismo": Júlia Lopes de Almeida e o caso do Correio da Roça (1913). In: XXII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 2014. *Anais do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP* [...]. Santos: ANPUH-SP, 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1407286222\\_ARQUIVO\\_TextoCompleto-Final.pdf](http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1407286222_ARQUIVO_TextoCompleto-Final.pdf). Acesso em: 6 ago. 2023.

DIAZ, B. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: Formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2016.

EISENHART, V. Primeira-Dama Tropical: A cidade e o corpo feminino na ficção de Júlia Lopes de Almeida. *Mester*, v. 35, n. 1, p. 46-63, 2006. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/1z32x3tt>. Acesso em: 6 ago. 2023.

ENGEL, M. G. Júlia Lopes de Almeida: Uma mulher fora de seu tempo?. *La manzana de la discordia*, v. 2, n. 8, p. 25-32, dec. 2009.

FANINI, M. A. *A (in)visibilidade de um legado: seleta de textos dramaturgicos inéditos de Júlia Lopes de Almeida*. São Paulo: Intermeios, 2016.

HAHNER, J. N. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). *Nova história das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 43-64.

HAROCHE-BOUZINAC, G. *Escritas epistolares*. São Paulo: EDUSP, 2016.

LAJOLO, M. Prefácio. In: BONNICI, T; ZOLIN, L. O. (org.) *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2009.

LUCA, L. D. O "feminismo possível" de Júlia Lopes de Almeida. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 275-299, 1999.

MATOS, M; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). *Nova história das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 126-147.

MOZDZENSKI, L. P. *A cartilha jurídica: aspectos sócio-históricos, discursivos e multimodais*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MUZI, J. L. C.; ZOLIN, L. O. Entre a cidade e o remanso, mulheres educadas e trabalhadoras: a representação da mulher em Correio da Roça de Júlia Lopes de Almeida. *Revista Graphos*, v. 14, n. 2, p. 115-123, 2012.

OLIVEIRA, R. A; RODRIGUES, R. G. *Correio da Roça: o ser mulher no fazer agrícola na belle époque brasileira*. *Revista Guará-Revista de Linguagem e Literatura*, v. 8, n.1, p. 109-118, 2018.

O PAÍS. Resenha sobre *Correio na Roça*. *O País*, ano XXVIII, nº 10.105, 1912. Disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_04&Pesq=%22J%20c%20balia%20Lopes%20Ode%20Almeida%22&pagfis=12154](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&Pesq=%22J%20c%20balia%20Lopes%20Ode%20Almeida%22&pagfis=12154).

SANTOS, L. W. dos; FABIANI, S. J. S. do N. Gêneros instrucionais nos livros didáticos: análise e perspectivas. *Revista de Letras*, v. 1, n. 31, p. 63-71, 2012.

SUSSEKIND, F. O romance epistolar na virada do século XIX: Lúcio de Mendonça e João do Rio. In: SUSSEKIND, F. *Papéis Colados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003. p. 229-244.

VERÍSSIMO, J. A educação da mulher brasileira. In: VERÍSSIMO, J. *A educação Nacional*. Belo Horizonte: PUC - Minas, 2013. p. 151-170.

Artigo / Article

# Ordem régia e vozes de protesto na escritura de documentos luso-brasileiros: entre rascunhos, minutas, originais e cópias

*Royal order and voices of protest in the writing of Luso-Brazilian documents: between sketches, drafts, originals and copies*

**Maria de Fátima Nunes Madeira** 

Universidade de São Paulo, Brasil  
fatima22.madeira@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-6141-0714>

**Marcelo Módolo** 

Universidade de São Paulo, Brasil  
modolo@usp.br  
<https://orcid.org/0000-0001-5808-9368>

Recebido em: 31/05/2024 | Aprovado em: 20/11/2024

## Resumo

A análise da carta régia de 1755, pelas metodologias da Filologia, da Diplomática e da Arquivística, tem por objetivo reconhecer o documento em seu contexto histórico. O estudo verifica o caminho percorrido pelo manuscrito desde a sua produção, em sedes administrativas, até o seu uso como objeto de estudo científico, social e cultural, nos arquivos permanentes. Sob a perspectiva do conceito do vínculo arquivístico, ou seja, do contexto orgânico em que os documentos estão inseridos num arquivo governamental, o estudo anuncia o relato inédito da logística utilizada pela Coroa portuguesa para instituir o imposto conhecido como "subsídio voluntário", que foi cobrado desde 1756, para ajudar na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, e se prolongou até o tempo do Brasil Imperial.

**Palavras-chave:** Terremoto em Lisboa • Vila Real de Sabará • Subsídio voluntário • Diplomática contemporânea • Vínculo arquivístico

## Abstract

The analysis of the royal charter of 1755, through the methodologies of Philology, Diplomatics and Archival Science, aims to recognize the document in its historical context. The study verifies the path taken by the manuscript since

its production, in administrative headquarters, until its use as an object of scientific, social and cultural study, in the permanent archives. From the perspective of the concept of the archival bound, that is, of the organic context in which the documents are inserted in a government archive, the study announces the inedited report of the logistics used by the Portuguese Crown to institute the tax known as "voluntary subsidy", which was charged since 1756, to help in the reconstruction of Lisbon, after the earthquake on 1755, and lasted until the time of the Imperial Brazil.

**Keywords:** Lisbon earthquake • Vila Real de Sabará • Voluntary subsidy • Contemporary Diplomats • Archival bound

## Introdução

Os estudos filológicos são realizados tomando-se o documento como um objeto escrito, que responde, ele próprio, às perguntas feitas pelas metodologias de ciências como a Codicologia<sup>1</sup>, a Paleografia<sup>2</sup> e a Diplomática. As respostas adquiridas desse interrogatório revelam as várias camadas do texto: as materiais (suporte material e registro do texto), segundo Toledo Neto (2018, p. 294); as formais (propriedades gráficas, fonéticas e morfológicas do texto); e as substanciais (níveis linguísticos referentes à sintaxe, à semântica e ao discurso do texto). Elas produzem o que Spina (1994, p. 82) descreve como as funções da Filologia: a restituição do texto a partir da crítica textual (função substantiva); informações sobre autoria, datação e importância do texto diante de outros escritos da mesma natureza (função adjetiva); e informações sobre a história da cultura da sociedade em que o texto está inserido (função transcendente).

Enquanto isso, na Diplomática<sup>3</sup>, as propriedades materiais (estrutura) e formais (substância) dos documentos são analisadas para retratar a constituição do documento diplomático. À medida que os estudos filológicos e diplomáticos evidenciam as propriedades materiais, formais e substantivas do registro manuscrito, de modo a inspecionar aspectos da sua própria existência, vão-se mostrando novas camadas de informações que abrem diferentes possibilidades de investigações: linguísticas, históricas, filológicas, arquivísticas e de outras

---

<sup>1</sup> A Codicologia pode ser definida como a disciplina que se preocupa com a descrição da materialidade do códice (livro manuscrito antigo) ou de um manuscrito individual, com o objetivo de complementar as informações sobre a aparência do documento escrito estudado, principalmente para os leitores que não tiveram a oportunidade do contato físico com esse objeto. Além disso, a descrição codicológica oferece informações significativas para se compreender o processo de transmissão desses textos à contemporaneidade (Módolo; Madeira, 2021).

<sup>2</sup> A Paleografia não se restringe a uma técnica de decifração das escritas antigas, "já por isso muito útil ao filólogo, mas dedica-se igualmente ao estudo da história da formação e evolução dos sistemas gráficos de representação verbal" (Toledo Neto, 2018).

<sup>3</sup> A Diplomática, por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito (Bellotto, 2002, p. 13).

áreas científicas. É por isso que Cambraia (2005, p. 20) afirma não ser possível prever “a vasta extensão do domínio do conhecimento humano que se beneficia do exercício da crítica textual”.

Justamente essa variedade de entendimentos adquiridos a partir do exercício da crítica textual é que se detecta no manuscrito setecentista, objeto de estudo deste artigo, cujas propriedades filológicas, diplomáticas e arquivísticas possibilitam a sua apresentação não apenas como documento isolado, mas como uma carta que acabou por formar uma rede de circulação de informações que eram utilizadas para defender os interesses das personagens envolvidas, dependendo do remetente e da forma como era remetida.

A análise da carta régia datada de 1º de dezembro de 1755, registrada em dois testemunhos, cada um guardado no acervo de um dos seguintes arquivos permanentes – Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) – e utilizada neste estudo de acordo com as vantagens que a consulta a cada um desses arquivos<sup>4</sup> proporciona, resulta na possibilidade de apresentação de uma biografia do manuscrito, analisado como patrimônio cultural e como parte de um contexto arquivístico e histórico.

O manuscrito faz parte de um códice formado por uma representação<sup>5</sup>, e outros dois documentos anexos, além da carta régia: um termo<sup>6</sup> em junta e um auto<sup>7</sup> de vereação. Esses três documentos foram copiados de livros cartulários<sup>8</sup> da Câmara da Vila Real de Sabará, em 1777, para serem anexados à representação assinada pelos oficiais da referida câmara. A representação, principal documento do códice original, classificado como diplomático informativo, tinha por objetivo lembrar à rainha D. Maria I que, assim que a carta régia assinada por seu pai, em 1755, chegara às mãos da Câmara, os procuradores se reuniram com o governador, em Vila Rica, para decidirem como o referido subsídio seria arrecadado, contabilizado e enviado à Corte portuguesa. Tudo o que foi decidido nessa Junta, foi registrado no documento “termo em junta e estabelecimento do subsídio voluntário<sup>9</sup>”, datado de 06 de julho de 1756.

---

<sup>4</sup> O documento foi consultado presencialmente no IEB-USP, onde pode ser fotografado e descrito em suas características físicas, a partir das análises paleográfica e codicológica, constantes na dissertação de mestrado (Madeira, 2023). O testemunho preservado no AHU, consultado no *site* do projeto Resgate, foi analisado da perspectiva de seu vínculo com os demais documentos da série “Capitania de Minas Gerais”. As indicações eletrônicas para acesso aos dois arquivos constam nas referências.

<sup>5</sup> Correspondência assinada por grupo de pessoas ou por órgão colegiado para expor ou solicitar algo a uma autoridade.

<sup>6</sup> Declaração escrita em livro próprio, registrando, neste caso, um ato contratual. O termo foi firmado em uma Junta, ou seja, uma reunião dos procuradores das Câmaras da Capitania de Minas Gerais.

<sup>7</sup> Narração escrita, pormenorizada e autenticada, de um fato, com a finalidade de conduzir um processo a uma decisão. Neste caso, a decisão foi tomada e registrada pelos vereadores da Câmara da Vila Real de Sabará.

<sup>8</sup> Livros copiadores de correspondência recebida.

<sup>9</sup> Transcrição modernizada. Elaboração própria.

Passados dez anos da assinatura desse termo, e tendo sido acordado o prazo justamente de dez anos para a validade do subsídio voluntário, mesmo diante dos protestos dos representantes das Câmaras, o novo governador da Capitania de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo, obrigara a continuidade do imposto por mais dois anos. Em seguida, o então Governador Conde de Valadares, ainda que também sob uma enxurrada de reclamações, persuadiu as Câmaras a prorrogarem o imposto por mais dez anos, a partir de 1768. O que ficou decidido nessa reunião foi registrado no auto de vereação de 19 de outubro de 1768. Dentre os itens pactuados nesta vereação, ficou decidido que as arrecadações diminuiriam pela metade e que o prazo final para a cobrança desse imposto seria o último de dezembro de 1778.

O ano de 1777 já havia passado de sua metade, quando os oficiais da Câmara da Vila Real de Sabará resolveram se antecipar e apelar à Rainha, com fortes argumentos, por meio da representação assinada em 4 de agosto de 1777, para que não houvesse mais nenhuma prorrogação desse acordo. Os três documentos – carta régia, termo em junta e auto de vereação – foram anexados, conforme estabelece o protocolo de composição de uma representação, cumprindo-se assim a exigência para se comprovar as informações contidas nesse diploma.

O presente artigo analisa a carta régia como documento diplomático, a partir de sua produção, em 1755, e acompanha as formas<sup>10</sup> pelas quais passou até ser transmitida à contemporaneidade. A partir da teia criada por minutas, originais múltiplos e cópias da carta régia, foi possível revelar a logística utilizada pelo então Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Diogo de Mendonça Corte Real, para a implementação do novo imposto, no Brasil. Essa taxação ajudaria exclusivamente na reconstrução de Lisboa, e a estratégia era clamar, de imediato, pela empatia da população colonial, em relação ao sofrimento da metrópole, diante das consequências do terremoto, que envolviam perdas materiais e humanas.

Por outro lado, a grande quantidade de testemunhos da carta régia copiados e anexados a documentos que começaram a subir em direção aos reis (D. José I e D. Maria I), logo após a implementação do subsídio voluntário, manifestava um suposto fluxo de insubordinação ao Governo português.

As expressas e intensas queixas das câmaras em favor da população eram mais intensificadas na capitania de Minas Gerais, porém, estavam presentes em todas as capitanias da América portuguesa. Essas manifestações escritas tentavam aproximar do Soberano a dura realidade vivida na colônia, com o propósito de se conseguir a reciprocidade esperada para as soluções requeridas pelo povo<sup>11</sup>. No entanto, as reivindicações acabavam sendo proteladas, ou simplesmente ignoradas, pela conveniência da distância entre os continentes.

---

<sup>10</sup> Configuração do documento segundo o estágio de transmissão ou gradação de ingenuidade documental, ou seja, o grau de relação entre o documento e sua matriz. Segundo essa forma, o documento pode se apresentar como pré-original (rascunho e minuta), original (inclusive os múltiplos) ou pós-original (cópias) (Bellotto, 2002, p. 105).

<sup>11</sup> Neste caso, as câmaras expunham a pobreza da população, já sobrecarregada com taxações de todos os tipos de produtos, para demonstrar a falta de recursos para se pagar o subsídio voluntário.

A revelação do contexto da implantação do subsídio voluntário só foi possível a partir da utilização das vantagens do conceito do “vínculo arquivístico”, proposto por Duranti (1997) em projeto que atua no desenvolvimento de estudos sobre a preservação de documentos arquivísticos digitais. Segundo a autora<sup>12</sup>, “no cerne da Arquivística está o conceito de vínculo arquivístico, ou seja, a rede de relações que cada registro possui com os registros pertencentes à mesma série” (Duranti, 1997, p. 215-216), na organização de um arquivo público.

Para organizar essa contextualização, na primeira parte deste estudo, apresentamos as edições filológicas (fac-similar e semidiplomática<sup>13</sup>) do texto da carta régia, com o objetivo de proporcionar ao leitor, de imediato, o reconhecimento do texto em suas duas versões: fotográfica e transcrita para caracteres digitais.

Em seguida, na segunda parte, apresentamos o contexto de produção da carta régia, mostrando os desdobramentos administrativos que a carta produziu no ambiente colonial, a partir de informações vinculadas dos documentos custodiados no AHU.

Na terceira parte, a carta régia é analisada pelas formas como foi transmitida, ao longo do tempo, desde a sua produção, em 1755. Essa análise da tradição documental demonstra o movimento que o documento foi fazendo em direção à contemporaneidade, apresentando-se ora como minuta, ora como original e ora como cópia.

## 1 Normas de transcrição

Ao se definir as normas para a presente transcrição – baseadas no conjunto de normas descritas por Toledo Neto (2020) –, confirma-se a necessidade de adequá-las às especificidades do manuscrito, optando-se assim pelo arranjo e pela descrição dos itens de acordo com os aspectos editoriais verificados no material deste estudo, ou seja, no testemunho<sup>14</sup> preservado no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), onde foi consultado presencialmente e fotografado.

Denominadas “semidiplomáticas” (ou paleográficas, ou paradiplomáticas ou diplomático-interpretativas)<sup>15</sup> e classificadas como conservadoras, essas normas têm sido consideradas apropriadas para edições de documentos diplomáticos<sup>16</sup> e de documentos destinados a estudos da história da língua portuguesa e do próprio texto, principalmente quando se trata de manuscritos do século XVIII. Por isso e pelo conforto que as pequenas modificações no texto – todas explicitadas – proporcionam aos leitores, tais normas são as utilizadas na transcrição do manuscrito setecentista. Assim, na edição da carta régia de 16 de dezembro de 1755:

---

<sup>12</sup> Tradução nossa, de: *At the core of archival science is the concept of archival bond, that is, the network of relationship that each record has with the records belonging in the same aggregation* (Duranti, 1997, p. 215- 216).

<sup>13</sup> As normas utilizadas para a transcrição semidiplomática são apresentadas antes das edições.

<sup>14</sup> Cada registro de um texto escrito constitui um testemunho (Cabraia, 2005, p. 63).

<sup>15</sup> Sobre a diversidade de nomenclaturas utilizadas para os tipos fundamentais de edição, cf. Madeira (2020).

<sup>16</sup> Testemunho escrito de natureza jurídica (Bellotto, 2002, p. 18).

- a) a transcrição é conservadora;
- b) os fólhos<sup>17</sup> são numerados da seguinte forma: ||n.º do fólho + lado do fólho (r. ou v.)<sup>18</sup>||. O número é indicado no início da primeira linha do fólho: ||1r.||, ||1v.|| e assim por diante. A numeração dos fólhos é registrada em corpo 8;
- c) como a edição fac-similar e semidiplomática são justalineaes, a transcrição apresenta as linhas numeradas de cinco em cinco, a partir da quinta, à margem esquerda, de maneira contínua, em cada testemunho;
- d) a parte desenvolvida das abreviaturas<sup>19</sup> aparece em itálico;
- e) a paragrafação, os grafemas, a pontuação e a acentuação do modelo<sup>20</sup> são fielmente reproduzidos;
- f) os alógrafos<sup>21</sup> são uniformizados segundo o alfabeto atual. Por exemplo, os alógrafos *ℓ* e *h* são transcritos como *h*; os alógrafos *f* e *s* são transcritos como *s*; e os alógrafos *ℓ* e *R* são transcritos como *R*;
- g) as maiúsculas e minúsculas são reproduzidas conforme ocorrem no modelo. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não é considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução;
- h) as fronteiras entre palavras são atualizadas conforme o modelo de separação vocabular atual.<sup>22</sup>
  - o hífen não é utilizado entre o verbo e o pronome, quando o vocábulo é separado pelo editor. Por exemplo, *lança la*; *assigna llo*, mas é preservado quando ocorre no modelo;
  - o hífen utilizado na separação vocabular interlinear é preservado como aparece no modelo: simples (-) ou duplo (=);

---

<sup>17</sup> Fólho: cada uma das duas metades de um bifólho. Bifólho: unidade básica do caderno, constituída por uma peça retangular de pergaminho ou de papel, dobrada ao meio para formar dois fólhos (cf. Codicologia, *apud* Toledo Neto, 2020).

<sup>18</sup> r. (*recto*) e v. (*verso*).

<sup>19</sup> As abreviaturas alfa-numéricas (*1º*, *2º*, *3º*), por serem usuais na atualidade, de fácil reconhecimento, e não apresentarem nenhuma dificuldade de leitura, não serão desenvolvidas. O numeral “5º.”, por se referir ao nome de imposto cobrado sobre o ouro, é desdobrado na palavra “quinto”.

<sup>20</sup> Testemunho no qual está registrado o texto a ser transcrito.

<sup>21</sup> Variantes concretamente realizadas de um grafema, o qual, segundo Coulmas (1999), consiste na menor unidade funcional de um sistema de escrita específico de uma língua. Por exemplo, no texto da carta régia, os grafos *ℓ* e *h* são utilizados para representar o grafema <h>.

<sup>22</sup> “Embora seja uma intervenção editorial mais profunda, os hábitos de escrita do modelo sempre poderão ser recuperados se a edição reproduzir o manuscrito em fac-símile, lado a lado com a transcrição” (Toledo Neto, 2020, p. 205).

- i) erros evidentes no modelo são indicados em nota de rodapé, ao lado da lição<sup>23</sup> correta, intermediados por um colchete, da seguinte forma: causa ] cousa, oueste ] ouuiste, epaco ] espaço;
- j) a repetição de letras ou de palavras, devido a erro mecânico de cópia<sup>24</sup>, ou como recurso gráfico, entre o reclamo<sup>25</sup> e a palavra inicial do fólio seguinte, é registrada entre barras verticais simples. Por exemplo, *ao /ao/ diante*;
- k) assinaturas simples – rasas ou abreviadas – estão sublinhadas. Assinaturas com sinais públicos estão sublinhadas e indicadas entre colchetes. Por exemplo, assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; com sinal público: [Bernardo Jose de Lorena];
- l) intervenções tardias alheias ao texto, de teor geral (anotações marginais) ou classificatório (cotas, por exemplo), constam em nota de rodapé;
- m) carimbos são descritos, em nota de rodapé, quanto aos seguintes aspectos: formato, medidas, cor da tinta, desenho e dizeres;
- n) mudanças de punho e de tinta são sinalizados em nota de rodapé.

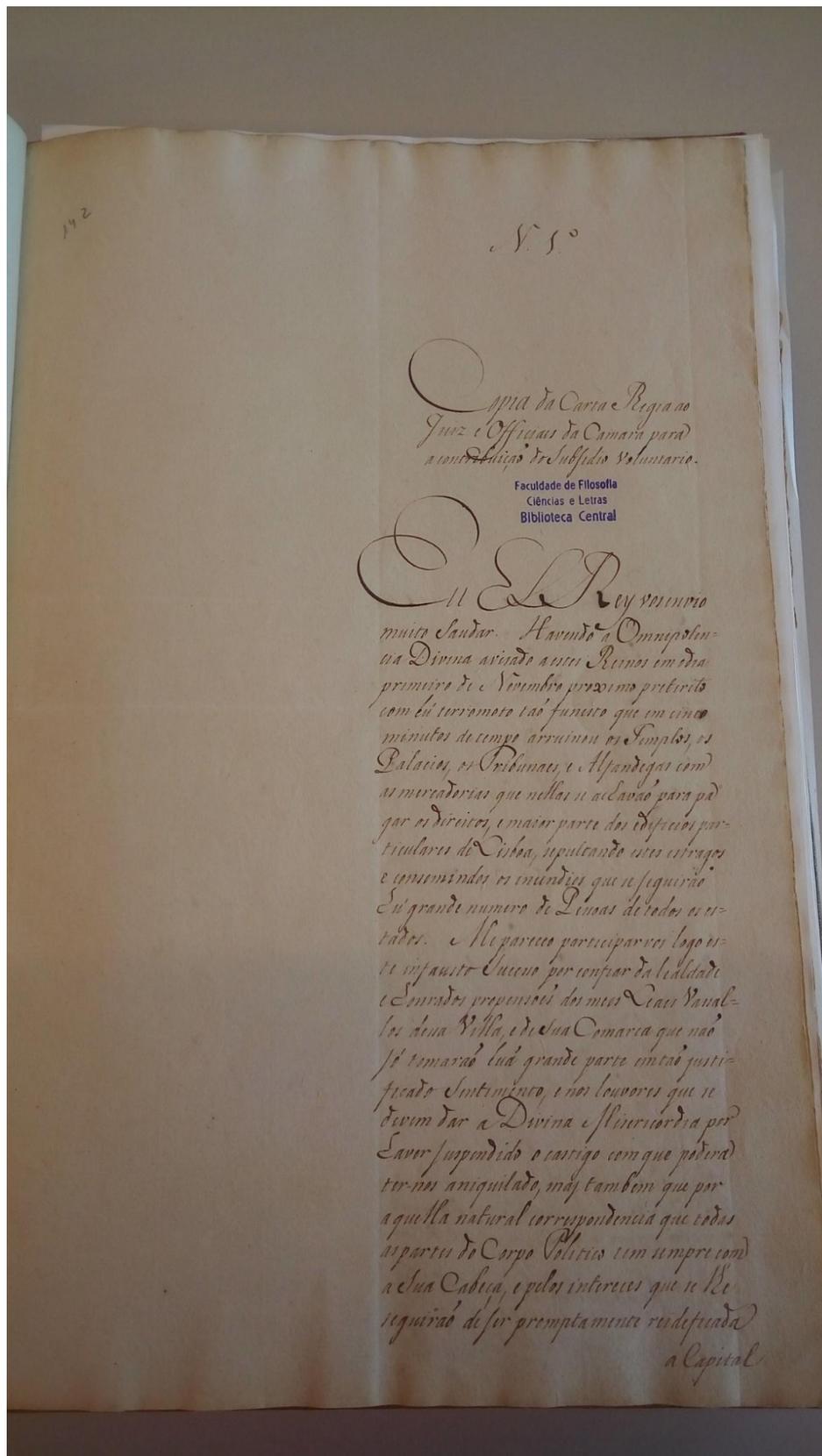
---

<sup>23</sup> Palavra ou grupo de palavras de um testemunho (Cabraia, 2005, p. 135).

<sup>24</sup> Segundo Blecua (2001, p. 19-20, tradução nossa), no ato de escrever e de copiar, cometem-se erros: “ocorre com frequência que um copista repita uma letra, uma sílaba, uma palavra ou uma ou mais frases”.

<sup>25</sup> A última palavra de um fólio, que é repetida no início do fólio seguinte, torna-se recurso para facilitar a recuperação da leitura, em fólios com ou sem paginação numérica.

Figura 1. Edição fac-similar do fólio 1r.



Fonte. Arquivo do IEB-USP

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

||r.||<sup>26</sup> Numero 1º  
Copia da Carta Regia ao  
Juiz e Officiaes da Camara para  
a contribuição do Subsidio Voluntario

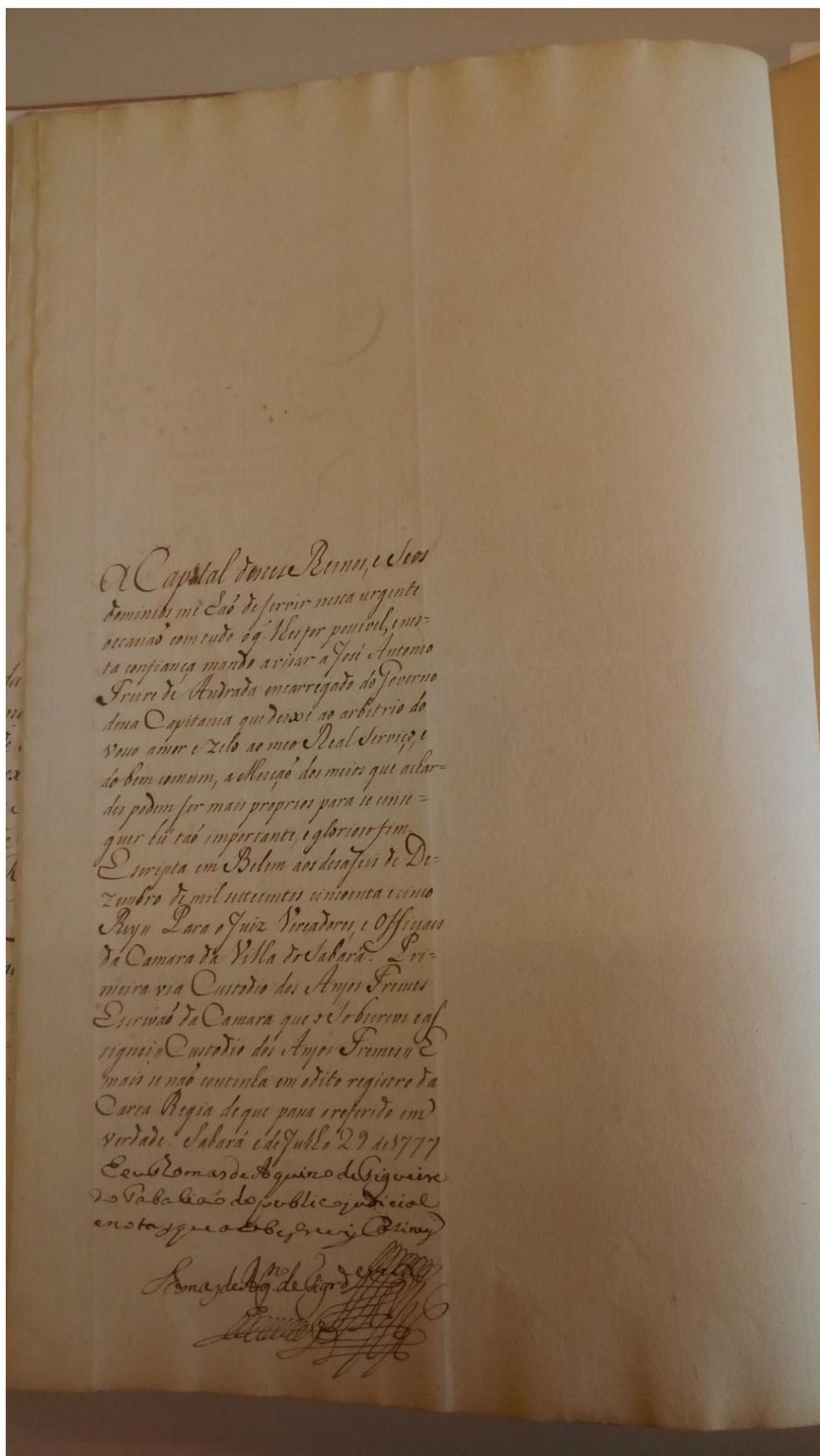
5 Eu El Rey vos envio  
muito Saudar. Havendo a Omnipoten=  
cia Divina avisado a estes Reinos em o dia  
primeiro de Novembro proximo preterito  
10 com hũ terramoto taõ funesto que em cinco  
minutos de tempo arruinou os Templos, os  
Palacios, os Tribunaes, e Alfandegas com  
as mercadorias que nellas se achavaõ para pa  
gar os direitos, e maior parte dos edificios par=  
15 e consumindos<sup>28</sup> os incendios que se seguiraõ  
hũ grande numero de Pessoas de todos os es=  
tados. Me pareceo participar vos logo es=  
20 te infausto Sucesso por confiar da lealdade  
e honrados propensoens<sup>29</sup> dos meos Leais Vassal=  
los dessa Villa, e de Sua Comarca que naõ  
só tomaraõ huma grande parte em taõ justi=  
ficado Sentimento, e nos louvores que se  
25 devem dar a Divina Misericordia por  
haver suspendido o castigo com que podera  
ter-nos aniquilado, mas tambem que por  
aquella natural correspondencia que todas  
as partes do Corpo Politico tem sempre com  
a Sua Cabeça, e pelos intereces que se lhe  
30 seguiraõ de ser prontamente reideficada  
a Capital

<sup>26</sup> Presença de anotação tardia: 14.2, a lápis, na margem esquerda superior, na altura da linha 112.

<sup>27</sup> Presença de carimbo retangular medindo 30 X 13 mm, em tinta azul, com os dizeres: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Biblioteca Central.

<sup>28</sup> consumindos ] consumindo. Segundo Blecua (2001, p. 20-21), na cópia, a adição de um fonema indevido pode ser causada por atração de outro anterior ou posterior. Neste caso, há uma sequência de palavras terminadas em “s” no entorno.

<sup>29</sup> Em outros dois testemunhos da Carta Régia de 1755, localizados no AHU (AHU\_ACL\_CU\_005, Cx 126, doc. 9865 – Bahia; e AHU\_ACL\_CU\_023\_01, Cx 21, doc. 2060 – São Paulo), a palavra “propensões” vem acompanhada do adjetivo “honradas”, no feminino.

**Figura 2.** Edição fac-similar do fólio 1v.

Fonte: Arquivo do IEB-USP

**LINHA D'ÁGUA**Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

35 //lv.// /a Capital| destes Reinos, e Seos  
domínios me haõ de servir nesta urgente  
ocasiãõ com tudo o *que* lhes for possível, e nes=  
ta confiança mando avisar a José Antonio  
Freire de Andrada encarregado do Governo  
dessa Capitania que deixe ao arbitrio do  
Vosso amor e zelo ao meo Real Serviço, e  
do bem comum, a elleiãõ dos meios que achar=  
40 des podem ser mais propios para se conse=  
guir *hum* taõ importante, e glorioso fim.  
Escripta em Belem aos desaseis de De=  
zembro de mil settecentos cincoenta e cinco  
Rey // Para o Juiz Vereadores, e Officiaes  
da Camara da Villa do Sabará. Pri=  
45 meira via Custodio dos Anjos Fremes  
Escrivaõ da Camara que o Sobscrevi e as  
signei // Custodio dos Anjos Fremes// E  
mais se naõ continha em o dito registro da  
Carta Regia de que passa o referido em  
50 Verdade. Sabará e de Julho 29 de 1777  
E<sup>30</sup> eu Thomas de Aquino de Figueire  
do Tabaliaõ do publico judicial  
e notas que o sobscrevy e asiney  
[Thomas de Aquino de Figueiredo]  
55 [Custodio dos Anjos Fremes]<sup>31</sup>

## 2 A Carta Régia de 16 de dezembro de 1755: contextualização histórica e rede de relações entre os demais registros da mesma série arquivística

Passados apenas quarenta e seis dias do terremoto que destruiu grande parte da Cidade de Lisboa, a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, comandada pelo Ministro Diogo de Mendonça Corte Real, a qual tinha por competência a administração dos Domínios Ultramarinos, já andava às voltas, em meio aos escombros, com os trâmites de distribuição da Carta Régia que tinha por finalidade comunicar, a todas as Câmaras das Vilas e Cidades das Capitanias do Brasil, o terremoto ocorrido em Lisboa, no dia 1º de novembro de 1755. Começava assim, com uma carta do rei aos seus leais vassallos, o projeto de arrecadação de mais um imposto, no Brasil, conhecido como “subsídio voluntário”. Instituído com a finalidade exclusiva de ajudar na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, a princípio, pelo prazo de dez anos, o imposto foi sendo renovado, de dez em dez anos, tendo perdurado até os tempos do Império, no Brasil.

<sup>30</sup> Mudança de punho e de tinta. Autenticação do Tabelaio.

<sup>31</sup> Assinatura decifrada por conjectura, já que o Escrivão se identifica no texto do documento.

A Carta Régia, primeiro anexo de um códice composto por 4 documentos diplomáticos<sup>32</sup>, classificada como um documento diplomático dispositivo, normativo<sup>33</sup> e descendente<sup>34</sup>, conforme Bellotto (2002), contém uma ordem real, que deveria ser obedecida, dirigida a uma determinada autoridade ou pessoa e iniciada pelo nome dela, ou seja, nesse caso, o Juiz e os Oficiais da Câmara da Vila Real de Sabará. A estrutura do texto da carta manuscrita segue o modelo diplomático dessa espécie documental, qual seja: i) protocolo inicial: *Eu, El Rei, vos envio muito saudar*; ii) texto: tendo em vista a destruição causada pelo terremoto ocorrido no dia 1º de novembro de 1755, o Rei apela à confiança, à lealdade e às honradas propensões dos leais vassallos para que decidam sobre os meios mais próprios para ajudar na reconstrução de Lisboa; e iii) protocolo final: datas tópica e cronológica e a subscrição – *Rei*. Como se trata de uma cópia autenticada, constam no documento também as datas tópica e cronológica de sua reprodução, os nomes e as assinaturas, com sinais públicos, do Escrivão e do Tabelião que a autenticou, tornando-a, do ponto de vista diplomático, um documento original.

O texto da Carta Régia segue, portanto, o discurso diplomático, em suas fórmulas<sup>35</sup> obrigatórias, com a estrutura e a disposição semântica das palavras dentro do texto, tecendo a *conscriptio* do documento, ou seja, a passagem para a forma escrita, sob condições juridicamente válidas, da atuação – *actio* – das partes interessadas na criação desse documento (Bellotto, 2002, p. 34). Essa propriedade diplomática indica autenticidade, que se confirma quando associada às demais condições filológicas (codicológicas e paleográficas) do manuscrito.

As análises diplomática e tipológica do documento entrelaçam-se com a história, para explicar a sua *actio*<sup>36</sup>, a partir de documentos relacionados, pesquisados no Arquivo Histórico Ultramarino. Dessa forma, confirma-se o alargamento da dimensão da diplomática como disciplina importante não só para os estudos arquivísticos, mas também como “um dos instrumentos possíveis para complementar a abordagem historiográfica, de uma forma rica, relevante, instigante e bastante peculiar” (Bellotto, 1999, p. 19).

No entendimento dado por Tamayo (1996) ao termo *actio*, item que compõe a essência de um documento, contempla-se a estrutura aplicada à gênese das cartas régias que chegaram a cada Vila e Cidade do Brasil logo após a ocorrência do terremoto em Lisboa:

---

<sup>32</sup> O códice é formado por uma representação (documento original) e cópias autenticadas de mais dois documentos (termo em junta e auto de vereação), além da carta régia, registrados, respectivamente, na secretaria do governo da capitania de Minas Gerais e na câmara da Vila Real de Sabará.

<sup>33</sup> Documento de cumprimento obrigatório, com a manifestação da vontade da autoridade suprema e que deve obrigatoriamente ser acatada pelos subordinados.

<sup>34</sup> Papéis que circulam descendo da autoridade, do Rei, para os subordinados, inclusive no sentido geográfico, do hemisfério norte para o sul.

<sup>35</sup> As fórmulas diplomáticas já existiam na área jurídica e administrativa desde os primórdios do direito romano. E a Diplomática manteve a terminologia latina própria de sua origem (Bellotto, 2006, p. 47).

<sup>36</sup> Proveniência, função do documento dentro do seu contexto de produção, a ação ou os fatos implícitos, por exemplo.

tal declaração de vontade<sup>37</sup>, quando emana de uma instituição governamental ou administrativa investida de autoridade suficiente, constituirá um ato do governo ou da administração que será parte de todas as atuações e funções administrativas ou governamentais que lhe sejam próprias, mesmo que a iniciativa que inicie ou provoque a manifestação de vontade provenha de outra entidade governamental ou administrativa, porque também esta se moverá, ao fazê-lo, no âmbito das próprias funções (Tamayo, 1996, *apud* Bellotto, 2002, p. 35).

A vontade do Soberano de instituir um imposto para a reconstrução de Lisboa, após o terremoto, constitui um ato do Governo de D. José I, com muitos desdobramentos administrativos, como demonstrado a seguir.

A transmissão desse documento à contemporaneidade acaba por revelar uma verdadeira força-tarefa implantada no Brasil, para a arrecadação do subsídio voluntário, que começa pela confecção e pela distribuição das vias da carta régia, em Lisboa, e que tem como protagonista o Secretário Diogo de Mendonça Corte Real, o abade<sup>38</sup>.

Para entender essa logística, faz-se necessário visualizar a estrutura da administração da Corte portuguesa e suas hierarquias. A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos foi criada em Portugal pelo alvará de 28 de julho de 1736 e tinha por atribuições: a nomeação de vice-reis, governadores e capitães-generais; provimento de todos os postos militares, ofícios de Justiça e da Fazenda, assim como das dignidades, dos canonicatos, das paróquias e dos benefícios; negócios das missões e de todos os mais pertencentes à administração da Justiça, da Fazenda Real, do Comércio e do Governo (Diretório Brasil de Arquivos).

O documento<sup>39</sup> que constrói a ponte para ligar as estruturas administrativas da metrópole e da colônia brasileira<sup>40</sup>, para a cobrança, contabilização e envio do subsídio voluntário ao Conselho Ultramarino, aparece catalogado como:

Aviso<sup>41</sup> do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real, ao [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], Gomes Freire de Andrade, remetendo cópia de carta régia relativa ao terramoto de Lisboa, ordenando que se tomem providências para a arrecadação de donativos necessários à reconstrução de Lisboa.

Diz o aviso, assinado em 11 de fevereiro de 1756, o seguinte:

---

<sup>37</sup> Manifestação de vontade da pessoa que deseja outorgar um ato jurídico.

<sup>38</sup> Para diferenciar o Secretário do Governo de D. José I de seu pai, homônimo, que também exerceu o cargo de Secretário, porém, no Governo de D. João V, a historiografia costuma designar o filho como “Diogo de Mendonça Corte Real, o abade” (Simões Júnior, 2017, p. 17).

<sup>39</sup> AHU\_ACL\_CU\_17, Cx 50, doc. 4992.

<sup>40</sup> Neste caso, estamos utilizando o aviso destinado ao governador da capitania de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, mas os governadores de todas as capitanias receberam um exemplar desse documento.

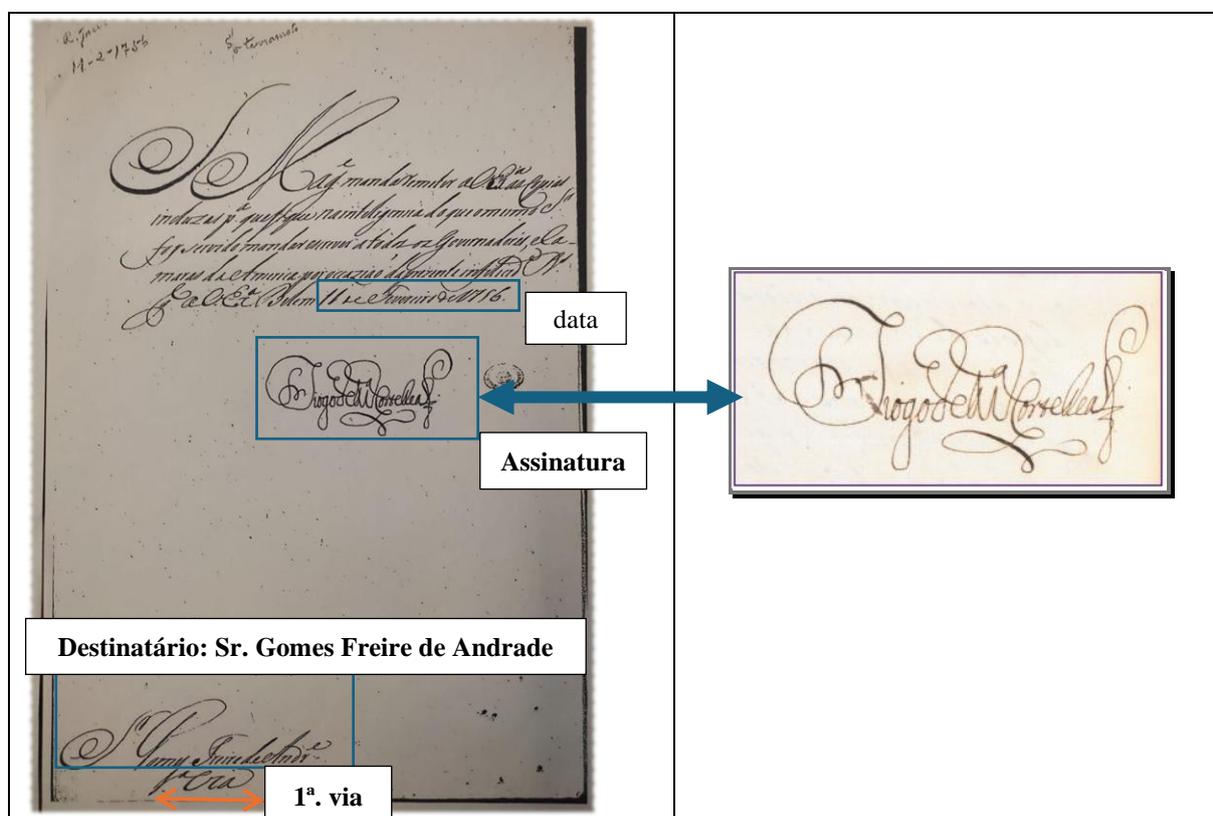
<sup>41</sup> Documento diplomático e/ou não-diplomático, informativo, descendente. Na administração colonial, ofícios nos quais os Secretários de Estado transmitem a outros Secretários ou a presidentes de tribunais ordens régias, expedidas em nome do soberano (Bellotto, 2002, p. 49).

*Sua Magestade manda remeter a Vossa Excelencia as Copias incluzas para que fique na intelligencia do que o mesmo Senhor foy servido mandar escrever a todos os Governadores, e Camaras da America por occasiaõ da presente infelicidade. Deos goarde a Vossa Excelencia. Belem 11 de Fevereiro de 1756. [Diogo de Mendonça Corte Real] Senhor Gomes Freire de Andrade (transcrição semidiplomática; elaboração própria; figura 3, a seguir).*

Assim que as vias da carta régia seguiram para as câmaras, o Secretário correu para avisar aos governadores das capitanias sobre esse procedimento, e enviou-lhes minutas da carta régia, para que tivessem ciência do seu teor. No documento do AHU, consta a assinatura do Secretário Corte Real, que confere com a assinatura registrada no Livro 9º de Consultas, Decretos e Avisos, fl. 137, conforme Figuras 3 e 4, a seguir:

**Figura 3.** Assinatura de Diogo de Mendonça Corte Real

**Figura 4.** Assinatura de Diogo de Mendonça Corte Real



Fonte: AHU (AHU\_ACL\_CU\_17, Cx 50, doc. 4992) Fonte: Brito e Queiroz (2005, p. 62).

Juntamente com o texto da Carta Régia<sup>42</sup> incluso nesse aviso, encaminhado a Gomes Freire de Andrade, com o objetivo de dar ciência ao governador da capitania de Minas Gerais do teor da carta anteriormente enviada às respectivas câmaras, vem um ofício<sup>43</sup> intitulado:

<sup>42</sup> Dois testemunhos de uma minuta, em dois punhos diferentes, não identificados.

<sup>43</sup> Datado igualmente de 16 de dezembro de 1755, e também em forma de minuta, já que não contém os sinais de validade (assinatura, por exemplo). Conforme Bellotto (2002, p. 106), na arquivística, muitas vezes, as minutas

“Cópia das cartas que se escreveram a todos os Governadores da América<sup>44</sup>”, que instruía os Governadores sobre o modo como se deveria cobrar o donativo que seria instituído para ajudar na reconstrução de Lisboa, recentemente destruída pelo terremoto: i) que não se impusesse nem quantias nem meios para serem arrecadados; ii) que se desse aos vassallos a segurança de que terminado o prazo ou alcançada a quantia oferecida, a arrecadação estaria encerrada; iii) que se diminuísse o número de exatores<sup>45</sup>, para se evitarem fraudes e vexações aos povos; e iv) que fossem escolhidos por voto, ao som de sino corrido, na presença da nobreza e do povo, os representantes – oito pessoas nobres e inteligentes – para servirem de adjuntos dos Oficiais da Câmara e decidirem os valores e os meios de arrecadação, para se cobrar “com o menor detrimento dos povos, que couber no possível<sup>46</sup>”. Por fim, a carta informava que Suas Majestades gozavam de saúde, apesar dos descômodos de se viver a Corte em barracas no rigor do inverno<sup>47</sup>.

O estudo das formas de transmissão da carta régia em referência, adiante, indica que cada Secretaria de Governo das Capitânicas brasileiras recebeu uma via<sup>48</sup> do texto desse ofício, quando todas as cidades e vilas já haviam recebido um dos originais múltiplos da Carta Régia. Tanto o ofício como as cartas régias foram datados em 16/dez/1755; mas o encaminhamento do ofício ao governador da capitania de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade (que chegou em 2 vias, mais uma minuta), estava datado de 11 de fevereiro de 1756. Essa diferença entre as datas indica que primeiramente foram remetidas as vias da carta régia às câmaras, para somente em fevereiro de 1756, quando todas as cartas já haviam sido encaminhadas, serem manuseados os ofícios aos Governadores das Capitânicas.

Com efeito, o texto da Carta Régia apenas comunica os estragos provocados pelo terremoto e diz contar com a lealdade dos vassallos para a eleição dos meios mais próprios para se conseguir reedificar a Cidade de Lisboa, sem determinar nenhuma orientação prática. Os governadores, estes sim, receberam as devidas instruções para se iniciar a cobrança do subsídio intitulado “voluntário”<sup>49</sup>, a partir do ofício citado, indicando como deveriam implementar, na prática, junto às Câmaras de suas Capitânicas, o referido imposto.

Essa organização, para que as primeiras providências em relação à instituição do subsídio voluntário tivessem o sucesso esperado, exigiu ações articuladas e simultâneas da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, e envolveu vários atores e aparatos: a metrópole, na figura do Rei e do Secretário Diogo de Mendonça Corte Real; os recursos

---

é que ficam acumuladas no órgão de produção, sendo o original enviado para outra entidade ou pessoa, que o acumula em seu arquivo.

<sup>44</sup> Transcrição modernizada; elaboração própria.

<sup>45</sup> Cobradores de impostos.

<sup>46</sup> Transcrição modernizada; elaboração própria.

<sup>47</sup> O discurso insinua a falta de lugar digno para a Corte habitar, devido aos desmoronamentos, mas as referências sobre o terremoto relatam ter sido uma opção de D. José I não mais se abrigar sob lugares fechados, tendo vivido até o fim dos seus dias em um complexo de tendas conhecido como “Real Barraca da Ajuda”.

<sup>48</sup> Cada uma das cópias igualmente válidas de um documento (Dicionário *online* de português).

<sup>49</sup> Assim denominado pelo caráter de “donativo” a ele atribuído, ao menos nesse primeiro momento.

próprios do tempo e do lugar (papel, tinta, pena, escribas, cartas, correios, embarcações etc.); as Capitânicas, nas pessoas do Vice-Rei e dos Governadores; as Câmaras municipais, representadas pelos Juizes, Vereadores e Oficiais; e o próprio povo.

Para seguir os passos da tramitação desses documentos coloniais,

convém imaginar a sociedade que os produz como uma pirâmide em cujo ápice está o Rei, seguido das autoridades metropolitanas centrais, as autoridades locais, das autoridades menores, e, em último lugar, dos súditos. Essa mesma estrutura forma uma subestrutura que pode ser transladada para a América, em relação às autoridades delegadas, aos vice-reis, aos governadores, às câmaras municipais e às populações coloniais (Cortés Alonso, 1986, *apud* Bellotto, 2002, p. 37).

A cada uma das câmaras municipais, ou seja, as menores células do poder colonial, foi encaminhado um exemplar da carta régia<sup>50</sup>, diretamente da autoridade metropolitana central, com o objetivo de atingir pessoalmente cada cidadão da colônia, e estabelecer uma relação de proximidade e de empatia com as palavras do rei, registradas na carta. Contando com o poder de persuasão de um testemunho epistolar pessoal do rei, a carta sensibilizava a população para a tragédia acontecida e, ao mesmo tempo, apelava para os nobres sentimentos dos súditos, na confiança de que assumissem o seu papel de doadores de recursos para a reparação da cidade de Lisboa, a “capital dos reinos”.

A partir da emissão dessa carta régia às câmaras, a circulação desse documento criou uma enorme teia de correspondências. E a emissão dos ofícios aos Governadores inaugurava a subestrutura hierárquica transladada para a América com o objetivo de instituir e de recolher os donativos para se reconstruir Lisboa. É o que se constata com a análise da forma como esses documentos luso-brasileiros<sup>51</sup> foram transmitidos, desde a sua criação, até chegarem à sua terceira idade, quando se transformam em fonte de pesquisas, nos arquivos permanentes.

### 3 A tradição documental: minutas, originais e cópias da carta régia escolhidos para a preservação definitiva

A análise do estágio de transmissão dos documentos contribui para a verificação de sua autenticidade e relaciona-se também com a direção que eles tomam desde a sua criação:

segundo seja o tipo documental, segundo seja a atividade que o produza ou o interesse que o mova, a direção será ascendente ou horizontal e terminará seu destino sem produzir outro documento resultante. Mas o normal é que a tramitação siga passos distintos que, por sua vez, produzem outros documentos, formando um processo (Bellotto, 1999, p. 27).

---

<sup>50</sup> Conforme salienta o Secretário Diogo de Mendonça Corte Real, aos governadores das capitânicas, o documento teria sido firmado de punho do próprio rei.

<sup>51</sup> Documentos dispostivos assim classificados por Bellotto (1999, p. 26), por poderem ser expedidos em Portugal ou no Brasil.

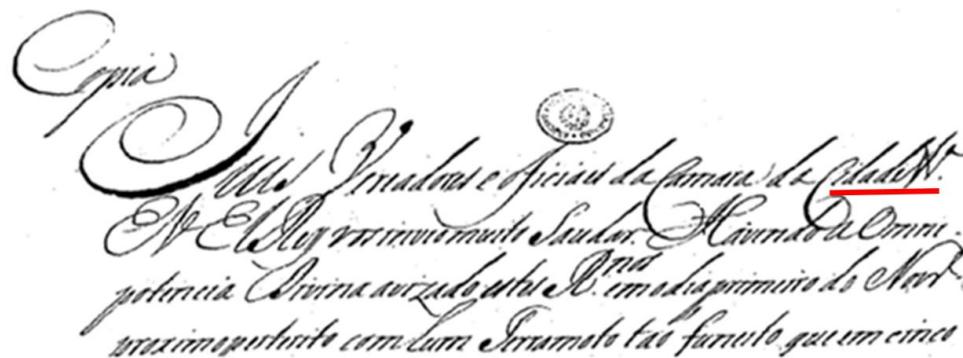
Com o objetivo de ilustrar a rede de circulação de documentos criada a partir da tramitação dessa carta régia específica, aplica-se, neste estudo, a análise da forma assumida em cada etapa de sua ingenuidade<sup>52</sup> documental.

### 3.1 As minutas

Em sua configuração de texto pré-original, ou seja, em forma de minuta<sup>53</sup>, elaborada em Portugal, muito provavelmente ditada pelo próprio Rei D. José I, ou, como consta no ofício do ministro e Secretário Diogo de Mendonça Corte Real, “firmada pela Real mão do mesmo Senhor<sup>54</sup>”, o modelo de Carta Régia, depois de ter sido enviado às vilas e cidades, foi copiado novamente, agora para ser endereçado aos governadores das capitanias, a fim de que eles tomassem ciência (“que ficasse na inteligência”) do texto transmitido às câmaras. No ofício recebido por Gomes Freire de Andrade, as minutas<sup>55</sup> vieram nomeadas como “cópias”. O uso dessa nomenclatura<sup>56</sup> não afasta desses manuscritos, no entanto, a sua essência de “minuta”, de pré-original de um futuro documento diplomático, com sua redação preparatória, sem imperfeições ou rasuras, mas com campos específicos por preencher<sup>57</sup> e sem os sinais de validade, como as assinaturas, que, quando inseridos, fazem da minuta um original.

Seguem, nas figuras 5 a 8, os recortes dos textos das duas minutas, e as respectivas transcrições, nos quadros 1 a 4, onde constam os campos a preencher, a fim de se destacar a sua configuração de documento pré-original, de “minuta”:

**Figura 5.** Protocolo inicial da minuta da Carta Régia (punho 1)



The image shows a handwritten document in cursive script. At the top left, the word "Copia" is written in a large, decorative font. Below it, there is a circular seal or stamp. The main body of the text is written in a dense, flowing cursive hand. A red horizontal line is drawn under a portion of the text, likely indicating a specific field or name to be filled in. The text appears to be a formal protocol or address, consistent with the caption's description of it being the initial protocol of a minuta da Carta Régia.

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_17, cx. 50, doc. 4992

<sup>52</sup> Relação entre o documento e sua matriz.

<sup>53</sup> Um rascunho já passado a limpo, porém, sem os sinais de validação, como assinaturas e carimbos, com os quais se garante a “fê” jurídica do documento.

<sup>54</sup> Certamente uma metonímia.

<sup>55</sup> Duas minutas, cada uma registrada por um punho diferente.

<sup>56</sup> Talvez denotando a cópia da minuta.

<sup>57</sup> De acordo com os dados de cada destinatário, como o nome da Vila ou Cidade, no protocolo inicial, e o nome do Governador da Capitania e sua titulação, no dispositivo.

**Quadro 1.** Transcrição semidiplomática do excerto

Copia
Juis Vereadores e Oficiaes da Camara da <u>Cidade &amp; Villa.</u> Eu El Rey vos envio muito saudar. Havendo a Omni- potencia Divina avizado estes Reinos em o dia primeiro do Novembro proximo preterito com hum Terramoto tão funesto que em cinco

Fonte: Transcrição semidiplomática – elaboração própria. (Negrito nosso, para indicar os campos a preencher).

**Figura 6.** Dispositivo da minuta da Carta Régia (punho 1)

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_17, cx. 50, doc. 4992

**Quadro 2.** Transcrição semidiplomática do excerto

servir nesta urgente occaziaõ com tudo o que lhes for possível. E nesta confiança mando avizar a <u>Fulano</u> Governador, e Capitão General de <u>Título</u> que deixe ao arbitrio do vosso amor, e Zelo ao meu
--

Fonte: Transcrição semidiplomática – elaboração própria. (Negrito nosso, para indicar os campos a preencher).

**Figura 7.** Protocolo inicial da minuta da Carta Régia (punho 2)

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_17, cx. 50, doc. 4992

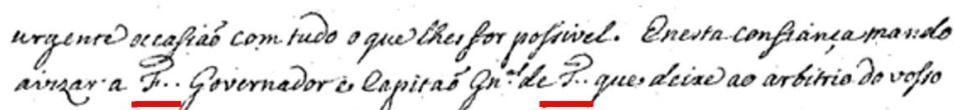
**Quadro 3.** Transcrição semidiplomática do excerto

Copia
Juis Vereadores, e officiaes da Camara da <u>Cidade &amp; Villa.</u> Eu El Rey vos envio muito saudar. Havendo a omnipotência Divina avizado esses Reynos, em o dia primeiro de Novembro proximo preterito com hum Terremoto

Fonte: Transcrição semidiplomática – elaboração própria. (Negrito nosso, para indicar os campos a preencher).

**LINHA D'ÁGUA**

**Figura 8.** Dispositivo da minuta da Carta Régia (punho 2)



urgente occasiãõ com tudo o que lhes for possível. E nesta confiança mando avizar a P. Governador e Capitão Gn. de P. que deixe ao arbitrio do vosso

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_17, cx. 50, doc. 4992

**Quadro 4.** Transcrição semidiplomática do excerto

urgente occasiãõ com tudo o que lhes for possível. E nesta confiança mando avizar a <b>Fulano</b> Governador e Capitão General de <b>Título</b> . que deixe ao arbitrio do vosso
--

Fonte: Transcrição semidiplomática – elaboração própria. (Negrito nosso, para indicar os campos a preencher).

Note-se que a Carta Régia recebida na Vila Real de Sabará contém o mesmo texto dessas minutas, mas com os dados sobre o nome da Câmara e o nome do Governador da Capitania já preenchidos, e ainda com a rubrica do Rei.

### 3.2 Os originais múltiplos

Tomando em conta os originais que chegaram às câmaras de cada vila e cidade das capitanias, começa-se a identificar as pessoas envolvidas na criação, na circulação e na transmissão da carta régia, conforme distinção feita pelos estudos diplomáticos:

no contexto diplomático, assim como no legal, as pessoas são sujeitos de direitos e deveres; são entidades reconhecidas por um sistema jurídico como capazes de possuir um potencial para agir legalmente. Para a Diplomática são três as pessoas que devem estar envolvidas na constituição de um documento: autor, destinatário e escritor (Tognoli, 2014, p. 77).

Pela variedade de destinatários<sup>58</sup> para a notícia contida na Carta Régia, esses originais são classificados como “múltiplos”; por terem o mesmo texto e teor, ainda que com endereçamentos diferenciados, são considerados “circulares” (Bellotto, 2002, p. 106). Pela constatação de um autor intelectual (o Rei ou o Secretário) e de outro material (o escriba), na criação do documento, esses originais são considerados “heterógrafos”, tanto que não contêm a assinatura autêntica do Soberano, mas somente uma rubrica – “Rei” – feita pelo próprio Escrivão, mas que é reconhecida como assinatura.

Aliás, dificilmente encontra-se a assinatura do monarca nas correspondências administrativas entre Portugal e Brasil. Somente documentos mais solenes trazem a assinatura legítima d’El Rey, que pode ser reconhecida a partir de banco de dados (Assinaturas de monarcas portugueses), e identificada em documentos de arquivos. A assinatura de D. José I,

<sup>58</sup> Todas as Câmaras das Cidades e Vilas de todas as capitanias da América.

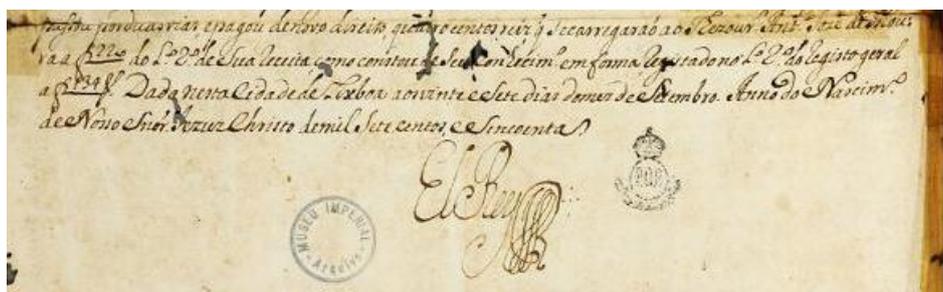
por exemplo, retratada na Figura 9, a seguir, foi registrada por meio do seguinte documento: “Carta de confirmação de sesmaria de D. José I, rei de Portugal, a favor de João Lopes de Azevedo” (Arquivo da Casa Imperial), ilustrado na Figura 10.

**Figura 9.** Assinatura de D. José I



Fonte: Wikimedia Commons (2022)

**Figura 10.** Assinatura de D. José I em manuscrito<sup>59</sup> de 1750



Fonte: Arquivo da Casa Imperial (II-POB-27.09.1750-JI.P.d.)

### 3.3 As cópias

Ainda sobre a transmissão documental, quando vista da perspectiva da logística de envio pela Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos aos Governadores das Capitanias, destaca-se mais uma etapa da tradição documental: os códices diplomáticos, cujos registros esclarecem pontos importantes sobre a transmissão desses manuscritos. O assentamento da expedição desse conjunto de documentos<sup>60</sup> às Capitanias de Pernambuco<sup>61</sup> e da Bahia<sup>62</sup>, por Diogo de Mendonça Corte Real, foi lavrado cada um no seu respectivo livro de registros<sup>63</sup> e configura-se como

<sup>59</sup> Não é apresentada a transcrição do texto, pois o foco do recorte é a assinatura.

<sup>60</sup> Minuta da Carta Régia mais o ofício que orienta a instituição do subsídio voluntário.

<sup>61</sup> AHU\_ACL\_CU\_Cod. 582, fl 43-44, de 30/01/1756: registo de avisos do Conselho Ultramarino para o governador e mais entidades da capitania de Pernambuco sobre as condições de um carregamento de madeira. (1752-1756).

<sup>62</sup> AHU\_ACL\_CU\_Cod. 602, fl 101-102, de 21/04/1756: registo de cartas régias, alvarás, ofícios e avisos do Conselho Ultramarino para o governador e outras autoridades da capitania da Baía (1750- 1761).

<sup>63</sup> Livros copiadoreis, em branco, que recebem a cópia de documentos expedidos por uma autoridade ou entidade. Conforme Tognoli (2014, p. 82), “transcrições do documento feitas pelo próprio autor, antes de entregá-lo ao destinatário”, assegurando, assim, “a conservação dos atos, sem dúvida, para que se possa renová-los ou confirmá-los, além de verificar as expedições”.

cópia, como pós-original, num registro oficial da entidade que os produziu, o que atribui aos documentos mais um pressuposto para a validação de sua autenticidade. Não foi encontrado o Livro de Registro do Conselho Ultramarino, referente às Capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, administradas por Gomes Freire de Andrade, onde também teriam sido copiados os documentos em referência. Por essa razão, são utilizados, como amostra desse processo de circulação dos manuscritos, os livros das Capitanias de Pernambuco e da Bahia.

Nota-se que, no Livro de Registro da Capitania de Pernambuco, não foi assentado o texto da Carta Régia, apenas o texto do ofício dirigido ao Governador. O apontamento está datado de 30 de janeiro de 1756, e a aposição do sinal paleográfico composto de duas barras paralelas inclinadas à direita “//”, que delimitam o nome do Secretário Diogo de Mendonça Corte Real, indica que, no documento original, constava a sua assinatura.

No Livro de Registro de correspondências do Conselho Ultramarino destinadas à Capitania da Bahia foi averbado, à folha 103, o ofício dirigido ao Conde de Arcos, Vice-Rei da Bahia, assinado no dia 21 de abril de 1756, por Diogo Mendonça Corte Real<sup>64</sup> e, após a escrituração, o seguinte apontamento: “esta mesma carta acima se escreveu também para a Bahia do Sul e para a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso<sup>65</sup>”. E à folha 104, está registrado o texto da Carta Régia encaminhada ao Juiz, aos Vereadores e aos Oficiais da Câmara da Cidade de São Salvador da Bahia de todos os Santos, citando o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, como Vice-Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil. Depois do texto da carta, lê-se o seguinte:

**A mesma Carta acima se escreveo, e  
Remetteo para as Camaras das Terras seguintes.**  
Bahia do Sul  
Villa de Nossa Senhora do Bom sucesso  
Pernambuco  
Parahiba  
Rio de Janeiro  
Saõ Paulo  
Minas Geraes      Marianna  
**Sabará<sup>66</sup>**  
Saõ Joaõ d’El Rey      Rio das Mortes  
Serro do frio      Villa do Principe  
Villa Rica  
Villa Boa do Goyaz  
Mato Grosso  
Cuyabá  
Villa Bella da *Santissima* Trindade  
Pará  
Maranhão  
(transcrição semidiplomática; elaboração própria; negrito nosso).

<sup>64</sup> A sinalização que delimita o nome do Secretário – // Diogo de Mendonça Corte Real // – no Livro de Registro indica que sua assinatura constava no documento original.

<sup>65</sup> Transcrição modernizada; elaboração própria.

<sup>66</sup> Negrito nosso, para indicar a inclusão da Vila Real de Sabará no controle de envio da correspondência.

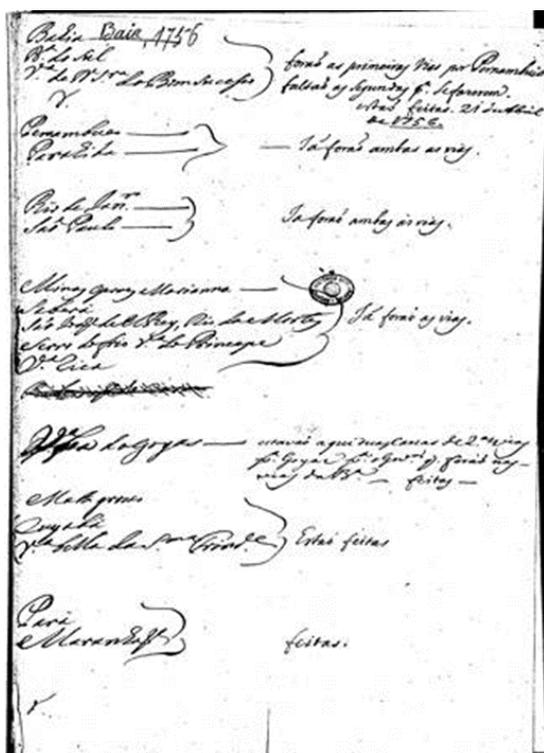
Era abril de 1756 quando o registro estava sendo feito, e como as primeiras cartas régias destinadas às Câmaras das Vilas e Cidades começaram a ser distribuídas desde dezembro de 1755, a tarefa estaria no fim. Para se certificar de que todas as Vilas, Cidades e também as sedes das Capitanias brasileiras receberiam uma via da correspondência, foram registrados todos os destinatários, como um controle de envio, em forma de *check list*.

### 3.4 No meio do caminho, um rascunho

Ao acaso, encontra-se, no catálogo do AHU<sup>67</sup>, um exemplar da carta régia endereçada à Câmara da Cidade de São Salvador da Bahia de todos os Santos, intitulado “minuta”, junto de uma folha avulsa, um rascunho<sup>68</sup>, que registra a mesma lista de terras às quais foram encaminhadas as referidas cartas régias, conforme transcrição anterior.

Nas Figuras 11 e 12, a seguir, compara-se o rascunho avulso com a escrituração feita no Livro de Registro. No Quadro 5, apresenta-se a transcrição semidiplomática do texto do rascunho.

**Figura 11.** Justaposição - rascunho e escrituração no Livro de Registro



Fonte: AHU\_ACL\_CU\_005, Cx 126, doc. 9865

**Figura 12.** Justaposição - rascunho e escrituração no Livro de Registro

A mesma Carta acima se escreveu, e cometeo para as Câmaras das Terras seguintes

Bahia do Sul.  
 S.ª de Nossa Senhora do Bom succeso.  
 Pernambuco.  
 Paraíba.  
 Rio de Janeiro.  
 S. Paulo.  
 Minas geras Marianna.  
 Sabará.  
 S. João d'El Rey, Rio das Mortes.  
 Serra do frio Villa do Principe.  
 Villa Rica.  
 Villa Boa do Goyaz.  
 Mato Grosso.  
 Cuyabá.  
 Villa Bella da S.ª Trindade.  
 Parí.  
 Maranhão.

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_Cod. 602, fl 101-102

<sup>67</sup> AHU\_ACL\_CU\_005, Cx 126, doc. 9865

<sup>68</sup> Documento não-diplomático, com as características do original que lhe sucederá. Texto sujeito a correções e a rasuras, contendo supressões, acréscimos e substituições (Bellotto, 2002, p. 83).

**Quadro 5.** Rascunho do encaminhamento das vias da Carta-Régia

Bahia Bahia do Sul Villa. de Nossa. Senhora do Bom Sucesso Villa	forão as primeiras vias por Pernambuco faltaõ as segundas via se fizerem. estão feitas. 21 de abril de 1756.
Pernambuco Parahiba	Já forão ambas as vias.
Rio de Janeiro São Paulo	Ja forão ambas as vias.
Minas Geraes e Mariana Sabará São João dEIRey, Rio das Mortes Serro do Frio Villa do Principe Villa Rica	Já foraõ as vias.
[ilegível] (rasurado)	
Villa boa do Goyas	estavaõ aqui duas cartas de 2. <sup>as</sup> vias para o Governador que forão nas vias da Bahia – feitas –
Mato Grosso Cuyabá Villa bela da Santíssima Trindade	Estão feitas
Pará Maranhão	feitas
Villa	

Fonte: Transcrição semidiplomática - elaboração própria.

O rascunho carrega alguns dos traços distintivos que o caracterizam: ausência de título, supressões, rasuras e apontamentos de alguém que controlava a confecção e o envio dos ofícios e das cartas régias, além da mesma configuração do original que o sucedeu. Verifica-se, no Livro de Registro da Bahia, o seguinte lembrete: “Esta mesma carta acima se remeteu também para a Bahia do Sul, e para a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso”<sup>69</sup>, referindo-se à cópia do texto do referido ofício<sup>70</sup> ao Vice-Rei, Conde de Arcos, assentado no Livro de Registro da Bahia, no dia 21 de abril de 1756, exatamente a data anotada no rascunho, junto aos nomes dessas Vilas. Já o apontamento “A mesma carta acima se escreveu e remeteu para as Câmaras das terras seguintes”<sup>71</sup> refere-se ao texto somente da carta régia, também emitida em nome do dito Conde de Arcos e copiada no mesmo Livro de Registro da Bahia.

O que essa constatação evidencia é que o mesmo controle feito para a escritura e para o envio das cartas régias às Câmaras das Cidades e Vilas serviu de referência para se escrever, encaminhar e controlar também os ofícios e as minutas de cartas régias destinados aos Governadores.

<sup>69</sup> Transcrição modernizada; elaboração própria.

<sup>70</sup> Orientando a instituição do subsídio para a reconstrução de Lisboa.

<sup>71</sup> Transcrição modernizada; elaboração própria.

Na simplicidade de um conteúdo rascunhado, confrontado com o texto equivalente passado a limpo, depara-se com uma informação relevante para a tradição desses dois documentos. Fica evidente que, na sua aparência inócua e supostamente dispensável, um simples rascunho contribui para a verificação da autenticidade e da tradição desses documentos. Ainda a partir do texto desse rascunho, é possível verificar a habilidade do secretário para sincronizar tempos, distâncias e hierarquias na produção e na circulação dos manuscritos, a fim de que as correspondências produzissem o efeito esperado, sincronicamente, no menor tempo possível, e com o envolvimento dos Governadores das Capitanias, junto às Vilas, na colônia.

As informações apresentadas neste subitem vão-se somando para a verificação da autenticidade e da fidedignidade do documento citado. O fato que define a *actio* do diploma, ou seja, o pedido de ajuda para a reconstrução de Lisboa, após o terremoto, comprovado historicamente, a partir dos documentos de arquivo, é verídico, e o veículo utilizado para a *conscriptio*<sup>72</sup>, a espécie documental “carta régia”, é juridicamente compatível com o teor do documento. Trata-se, portanto, de documento autêntico e fidedigno, cuja divulgação e transmissão podem ser identificadas em suas formas de minuta, de original e de cópia.

### 3.5 A cópia da Carta Régia de 1777, produzida na Vila Real de Sabará: o caminho de volta à metrópole

Outro tipo de códice diplomático que se afigura neste estudo são os cartulários, onde os textos das cartas régias recebidas nas Câmaras foram lavrados. Ao menos é o que se deduz do texto do documento<sup>73</sup> da Câmara da Cidade de São Paulo<sup>74</sup>, datado de 1777, em que o escrivão explicita ter-se valido da carta lavrada em Livro de Vereança para reproduzir a carta régia:

Para o Juis vereadores e officiaes da Camara da Çidade de São Paulo = **e não se continha mais na dita Carta que se acha registada no Liuro de uereança do anno de mil e cete centos e sincoenta e seis a folhas Cete a que me reporto que traslladey** por ordem uocal de Juis presidente e mais officiais da Camera desta Çidade aos trese de julho de **mil cetecentos e setenta e cete** E eu Joaõ da Silua Machado escriuaõ da Camera que o escreuy e asiney. [Joaõ da Silua Machado] (Transcrição semidiplomática; elaboração própria; negrito nosso).

É possível presumir, por esse registro, que a necessidade de se copiar a carta régia em 1777, a pedido do Juiz e dos demais Oficiais da Câmara de São Paulo, teria agora um novo objetivo: reclamar da cobrança e pedir o fim do subsídio voluntário, como estavam fazendo as demais Câmaras das Capitanias brasileiras.

Ao menos é essa a finalidade da cópia da carta régia consultada no Arquivo do IEB-USP, que, como a cópia da carta régia feita pelo escrivão de São Paulo, teria sido trasladada de assentamento em Cartulário ou Livro de Vereança. No contexto de sua produção, constitui-se

---

<sup>72</sup> Passagem da ação documentada para a forma escrita.

<sup>73</sup> AHU\_ACL\_CU\_023-01, Cx 21, doc. 2060.

<sup>74</sup> Novamente, o Registro em Livro de outra Câmara é utilizado, por conjectura, para referendar o Registro na Vila Real de Sabará.

numa cópia, autenticada, feita a pedido dos representantes da Câmara da Vila Real de Sabará, um documento comprobatório, que seria anexado a outro documento que estava sendo produzido, uma representação, para ser encaminhada à Rainha D. Maria I e informar que a decadência dos povos das Minas não permitia a continuação do pagamento do subsídio voluntário.

Vinte e dois anos após a criação dessa via da carta régia original, as novas datas tópica e cronológica – Vila Real de Sabará, aos 29 de julho de 1777 – anunciam um novo diploma. Custódio dos Anjos Fremes, que se identifica como o escrivão que o copiou, deixa a cópia pronta. Em seguida, claramente, vêm identificadas as mãos do tabelião público judicial, Thomas de Aquino de Figueiredo, como oficial que autenticou o documento, em cor de tinta ligeiramente mais escura que a utilizada pelo escrivão no restante do manuscrito. Assina o tabelião, e, por último, o escrivão, com a mesma tonalidade da tinta utilizada no texto da carta<sup>75</sup>.

Na sua gênese, com seus caracteres externos (aspectos codicológicos e paleográficos, como suporte material e características gráficas), intermediários (espécie documental e tipo) e internos (conteúdo substantivo, proveniência e função), que passam a integrar esse documento, a cópia da carta régia torna-se um documento único.

Em 1777, a carta régia estava sendo copiada, em duas vias, com nova finalidade, a de levar ao conhecimento da rainha D. Maria I o documento que originou a cobrança do subsídio voluntário. Mesmo seguindo em direção oposta, de modo a fazer agora o trajeto geográfico partindo da colônia e seguindo para a metrópole, do hemisfério sul para o norte, como documento anexo, ela não perde as suas características genéticas. Continua sendo um documento descendente, com uma ordem que desceu do rei para ser cumprida pelos súditos, na colônia (Bellotto, 2002, p. 37). O Juiz e os Vereadores da Câmara da Vila Real de Sabará utilizam-na agora como anexo, justamente para comprovar que a ordem recebida fora cumprida.

Com essas novas características, vem a sua configuração de pós-original, de cópia<sup>76</sup>, neste caso, autenticada, que representa um documento formalmente idêntico ao original, conforme consta no catálogo do Arquivo do IEB-USP. Realmente, o próprio título do manuscrito – “**Cópia** da Carta Regia ao Juiz e oficiais da Camara para a contribuição do subsidio voluntario” (negrito nosso) – evidencia a sua forma de cópia, com as seguintes características: i) “autorizada”, pois que confeccionada, a pedido do Juiz e Oficiais da Câmara da Vila Real de Sabará, com os mesmos efeitos do original, para ser anexada a outro documento que estava sendo criado – a Representação datada também de 1777 – e atestar o que ali se relatava; ii) “heterógrafa”, pois foi feita por outro escrivão, que a subscreveu e assinou em nova data tópica e cronológica; e iii) um “traslado”, pois foi lavrada a partir de um texto já existente em livros de Registros da Câmara por escrivão autorizado e validada por Tabelião, que a autenticou, recebendo assim a mesma fé notarial e força jurídica do original (Bellotto, 2002, p.

<sup>75</sup> Ver, à p. 10, no fac-símile, as últimas linhas do manuscrito.

<sup>76</sup> Em latim: *exemplum, sumptum, translatum*.

107-108). Além dessas características, pode-se afirmar que o título do documento é dado exclusivamente à cópia produzida em 1777, pois as cartas originais, que chegaram às Câmaras das Vilas e das Cidades em 1756, não vinham com denominações, nem especificavam ainda o nome do subsídio, naquele momento.

Copiado e anexado, esse manuscrito compôs o conjunto de documentos<sup>77</sup> que foi encaminhado à então rainha de Portugal, D. Maria I<sup>78</sup>, recém coroada, para notificá-la acerca das etapas da implantação do subsídio voluntário na Câmara da Vila Real de Sabará, desde que seu pai, o Rei D. José I, enviara a Carta Régia, e, com base nos demais argumentos anexados, mostrar a impossibilidade de se continuar a pagar o referido imposto.

Nessa conjuntura dos vários modos de transmissão da Carta Régia desde a sua assinatura, em dezembro de 1755, pode-se visualizar o movimento desse documento em direção à contemporaneidade. Todas as formas (minutas, originais múltiplos e cópias, registrados em papel avulso e em livros públicos) desse diploma, que circularam entre a metrópole e a colônia, nas duas direções, e mesmo internamente, tanto nas sedes administrativas de Portugal quanto nas do Brasil, garantiram a chegada do documento analisado neste artigo primeiramente ao AHU, em duas vias; e, algum tempo depois, uma dessas vias chegava ao Arquivo do IEB-USP, ambos arquivos permanentes de onde cada um dos testemunhos foi resgatado para ser transformado em informação científica.

## Considerações finais

Outras tantas vias da Carta Régia, em suas variadas formas, estão disponíveis no AHU, nas séries destinadas a cada Capitania, pois o documento foi copiado incontáveis vezes pelas diversas sedes administrativas na metrópole e na colônia, movimentando-se primeiramente de Lisboa para as secretarias de governo das capitanias e para as câmaras instaladas na colônia, com a finalidade de avisar do infausto sucesso do terremoto e pedir ajuda para a reconstrução de Lisboa. Em seguida, as cópias das cartas régias começaram a correr da colônia para Lisboa, carregando primeiramente a concordância com a ajuda, e, num segundo momento, as reclamações sobre o descomedimento verificado desde o início da cobrança.

O que se conclui deste estudo é que a carta régia, enquanto manuscrito isolado<sup>79</sup>, constitui um documento autêntico e original, produzido em 1777, se reportando ao fato histórico do terremoto ocorrido em Lisboa no dia 1º de novembro de 1755.

Entretanto, quando tratado dentro do seu contexto arquivístico, compo um corpo documental que favorece o diálogo entre os pesquisadores e o dia a dia da administração

---

<sup>77</sup> Carta régia de 1755, termo em junta de 1756 e auto de vereação de 1768 (cópias anexas); representação de 1777 (documento original).

<sup>78</sup> Que substituiu no trono D. José I, seu pai, que falecera em fevereiro de 1777.

<sup>79</sup> Testemunho preservado no IEB-USP.

colonial<sup>80</sup>, a carta régia, reproduzida em inumeráveis testemunhos, por variados motivos, contribuiu para se observar, conforme Bellotto (2006, p. 295), as atitudes e comportamentos das autoridades e, ao mesmo tempo, se detectar os fluxos de obediência ou de insubordinação, no seu tempo real.

No caso deste estudo, o olhar para a carta régia dentro desse conjunto orgânico de documentos, permitiu descrever-se a estratégia montada pelo Secretário de Estado dos negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos do Brasil, Diogo de Mendonça Corte Real, a serviço do rei D. José I, para estabelecer o imposto conhecido como “subsídio voluntário”. Mesmo tendo enfrentado reações ostensivas das câmaras municipais, representando os interesses do povo, o imposto manteve-se no cotidiano dos colonos já empobrecidos por outras tantas taxações, até o ano de 1832, após a independência do Brasil.

## Referências

ARQUIVO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus, José I, Rei de Portugal. Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/1028>. Acesso em: 29 maio 2025.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Conselho Ultramarino, 1530-03-24/1530-03-24. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1119329>. Acesso em: 29 maio 2024.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Projeto Resgate*. Disponível em: <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>. Acesso em: 29 maio 2024.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, H. L. Diplomática luso-brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e dos documentos descendentes. *Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas* (Portugal), n. 3, p. 19-30, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/62423>. Acesso em: 29 maio 2024.

BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: [https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf8.pdf](https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf). Acesso em: 29 maio 2024.

BLECUA, A. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 2001.

BRITO, A. T.; QUEIROZ, M. O terramoto de 1755 nas Consultas, Decretos e Avisos do Senado da Câmara de Lisboa na época de D. José. *Cadernos do Arquivo Municipal n. 8*, p. 57-79, 2005 Disponível em: <https://arquivo.pt/wayback/20220706020429/http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/cadernos-do-arquivo-municipal/anos-1998-2010/numero-8/>. Acesso em: 29 maio 2024.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CODICOLOGIA. La fabrication du livre. Formation du codex. Feuilles et feuillets. Centre national de la recherche Scientifique/Institute for research and history of texts. Disponível em: <http://codicologia.irht.cnrs.fr/>. Acesso em: 29 maio 2024.

CORTÉS ALONSO, V. La forma de los documentos: la tradición documental. *In: La escritura y lo escrito: paleografía y diplomática de los siglos XVI, XVII y XVIII*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1986.

COULMAS, F. *The Blackwell encyclopedia of writing systems*. Oxford: Blackwell, 1999.

---

<sup>80</sup> A sua organização no arquivo permanente mantém a disposição dos documentos como estavam nos arquivos correntes do século XVIII, no Conselho Ultramarino.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 29 maio 2024.

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (Brasil). Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 29 maio 2024.

DURANTI, L. The Archival Bond. *Archives and museum informatics II*, p. 213–218, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1009025127463>. Acesso em: 29 maio 2024.

IEB-USP. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/>. Acesso em: 29 maio 2024.

MADEIRA, M. F. N. Unificação de termos na filologia: diálogo transdisciplinar e qualificação dos trabalhos. *Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)*, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 883–900, 2020. DOI: <http://doi.org/10.21165/el.v49i2.2712>.

MADEIRA, M. F. N. *Subsídio voluntário: Diplomática contemporânea e a contextualização de documentos setecentistas de Minas Gerais*. 2023. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2023.tde-14082023-161551>.

MÓDOLO, M.; MADEIRA, M. F. N. A cultura material como disciplina filológica: do manuscrito ao texto eletrônico. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/14349>. Acesso em: 29 maio 2024.

SIMÕES JÚNIOR, M. F. *A Secretaria de Estado do Ultramar e Diogo de Mendonça Corte Real: inflexões na administração central do Império Português (1750-1756)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2018.tde-07022018-123131>.

SPINA, S. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2ª. ed. São Paulo: Ars Poética; Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

TAMAYO, A. Diplomática. In: *Archivística, Diplomática y Sigilografía*. Madrid: Cátedra, 1996.

TOGNOLI, N. B. *A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TOLEDO NETO, S. A. Datação e localização dos tipos de escrita: informações relevantes para a crítica textual? *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26224>. Acesso em: 13 jan. 2023.

TOLEDO NETO, S. A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*. São Cristóvão (SE), v. 10, n. 20, p. 192–208, 2020. DOI: <https://doi.org/10.51951/ti.v10i20>.

WIKIMEDIA COMMONS. Assinaturas de monarcas portugueses. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Signatures\\_of\\_Portuguese\\_monarchs](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Signatures_of_Portuguese_monarchs). Acesso em: 29 maio 2024.

Artigo / Article

# As “Cartas Lisboenses” (1879-1880) de Guiomar Torrezão: a educação feminina no Brasil oitocentista e o elo Portugal-Brasil no periódico paraense *O Liberal do Pará*

*Guiomar Torrezão's “Cartas Lisboenses” (1879-1880): the female education at Brazil's 18th century and the Portugal-Brazil link in Para's newspaper O Liberal do Pará*

**Letícia dos Montes Melo** 

Universidade de São Paulo, Brasil

leticiamontes@usp.br

<https://orcid.org/0009-0009-7520-9937>

Recebido em: 31/05/2024 | Aprovado em: 20/11/2024

## Resumo

Este artigo propõe-se a analisar as doze “Cartas Lisboenses”, publicadas pela escritora portuguesa Guiomar Torrezão, entre os anos de 1879 e 1880, no periódico paraense *O Liberal do Pará*. Com o amparo do método filológico (Carreter, 1990), e buscando iluminar a existência tanto de Guiomar Torrezão quanto de suas destinatárias no periódico supracitado, este estudo centra-se numa discussão acerca da prática letrada de mulheres oitocentistas, ou seja, a leitura e a escrita como atividades femininas, para então definir um percurso que tanto interliga a educação feminina oitocentista às práticas letradas femininas quanto alumbra uma conexão epistolográfica entre Portugal e Brasil.

**Palavras-chave:** Filologia • Epistolografia • Imprensa periódica

## Abstract

This article analyzes the twelve ‘Cartas Lisboenses’, published by the Portuguese writer Guiomar Torrezão, between the years 1879 and 1880, in the newspaper *O Liberal do Pará*. Relying on the philological method (Vasconcelos,

1911), the study aims to shed light on the existence of Guiomar Torrezão and her recipients in the aforementioned newspaper. This study focuses on a discussion about the literacy practices of nineteenth-century women, namely reading and writing as female activities, to define a path that interconnects both nineteenth-century female education and female literacy practices, as well as illuminates an epistolographic connection between Portugal and Brazil.

**Keywords:** Philology • Epistolography • Periodic press

## Introdução

Trazer à tona a produção de Guiomar Torrezão, escritora portuguesa do século XIX, na imprensa periódica lusófona, e em especial na imprensa periódica brasileira, é retomar discussões que partem de questões de gênero, englobando o mundo das letras femininas, sobretudo da educação feminina nos oitocentos e nos séculos anteriores, permitindo traçar um percurso que interliga a leitura e a escrita praticada por mulheres, em Portugal e no Brasil.

As chamadas “Cartas Lisbonenses”, doze no total, foram redigidas por Guiomar Torrezão e endereçadas às leitoras paraenses do periódico *O Liberal do Pará* ao longo dos anos de 1879 e 1880. Publicadas na seção de folhetins, centravam-se nos mais variados temas relacionados ao universo feminino oitocentista, como discussões acerca de moda, assuntos de cunho doméstico e compartilhamento de receitas. Mas, sobretudo, revelavam dois importantes elementos: a escrita e a leitura de mulheres.

Por meio do labor filológico, este artigo concentra-se no estudo das “Cartas Lisbonenses” de Torrezão, interligando-as às questões de gênero relacionadas às práticas letradas femininas e a uma conexão Brasil-Portugal existente no século XIX. A Filologia, enquanto ciência do texto, é uma área do conhecimento que estuda fenômenos linguísticos, literários e culturais de um povo ou de um grupo de povos por meio de textos escritos (Carreter, 1990, p. 187). Segundo Vasconcelos (1911), o labor filológico consiste, a princípio, em “retroceder até chegar às origens”, ou seja, ir às fontes, aos originais, aos manuscritos, para então ver-se diante de uma leitura inequívoca de sua época. Para tanto, a Filologia se utiliza de algumas ferramentas teóricas, como a transcrição conservadora de textos escritos, que, segundo Toledo Neto (2020, p. 193) deve ser detalhada e cuidadosa, visto que “A decifração e a transcrição corretas de uma fonte manuscrita fazem parte das tarefas fundamentais do trabalho filológico”. A partir do trabalho de transcrição conservadora, delimitou-se o corpus deste artigo, as doze “Cartas Lisbonenses” de Guiomar Torrezão publicadas no periódico *O Liberal do Pará* entre os anos de 1879 e 1880.

Este artigo subdivide-se em quatro eixos: 1. retomada das origens da produção escrita de Guiomar Torrezão, e sua colaboração em periódicos portugueses e brasileiros, principalmente, femininos; 2. panorama da história do periódico *O Liberal do Pará*, remontando ao seu histórico partidário; 3. histórico do gênero carta no século XIX, explorando

o que significava escrever cartas nesse século e um alubrimento da prática de publicação de cartas em periódicos; 4. discussão da relação entre educação feminina oitocentista lusófona e práticas letradas femininas, tendo como base a análise das "Cartas Lisbonenses", de modo a interligar a educação feminina à emancipação dessas mulheres.

## 1 Guiomar Torrezão: produção escrita e contribuição em periódicos portugueses e brasileiros

Segundo Luca (1999), Guiomar Torrezão era "a George Sand de Portugal" e uma das primeiras mulheres a "viver das Letras", ou seja, a sustentar-se por meio de sua produção periódica e literária. Torrezão nasceu em 1844 e faleceu em 1898, vítima de uma falência cardíaca. Nunca se casou ou teve filhos e, ao longo de sua vida, construiu uma carreira sólida no mundo das letras. A princípio, motivada a sustentar sua família, que sofria com a perda precoce do patriarca, deu aulas de instrução primária e de francês aos dezesseis anos e, tempos depois, consolidou seu nome na imprensa periódica lusófona, publicando artigos de opinião, prosa e poesia em folhetins, para então publicar também seus primeiros livros de contos, romances e dramas. Sua produção literária, inclusive, é extensa, como levantaram Flores, Duarte e Moreira (2009):

O século XVIII e o século XIX (peça teatral, 1867); Uma alma de mulher (romance, 1869); Na Madeira (1870); Rosas pálidas (1873); A família Albergaria (1874); Dois garotos (drama em 5 actos, 1879); Um cão de pastor no gelo (contos, 1880); A crisálida (1883); Idílio à inglesa (contos modernos, 1886); Meteoros (1874); O fraco da baronesa (comédia em 1 acto, 1878); No teatro e na sala (1881); A comédia do amor (1882); Educação moderna (comédia em 3 actos, 1884); Contos modernos (1886); Paris (1888); A avó (1889); Henriqueta (romance, 1890); Severina (1890); Diário de uma complicada (1894); A estação de Paris: Flávia (contos, 1896); A comédia do amor (1897); Batalhas da vida (1898); Naufrágio do brique Colombo (drama, 1898) (Flores; Duarte; Moreira, 2009, p. 117).

Torrezão fundou o periódico *Almanach das Senhoras* em 1871, junto à sua irmã, Maria Felismina de Noronha Torrezão. O periódico teve uma duração de 58 anos (Lopes et al, 2023), o que representou um importante marco na história dos periódicos femininos, que não tinham tanta longevidade. O *Almanach das Senhoras* viria a se consolidar como "um espaço de exercício da solidariedade mútua de mulheres de letras portuguesas e brasileiras" (Araújo, 2008, p. 149).

Em 1887, a escritora fundou o periódico *O Mundo Elegante*. Foi colaboradora em outros periódicos portugueses, como o *Ribaltas e gambiarras*, no qual foi redatora e utilizou o pseudônimo Delfim de Noronha em seus primeiros dez números, enquanto nos seguintes passou a assinar com o próprio nome, e o *Diario Illustrado*, no qual utilizou, além do próprio nome, o pseudônimo Gabriel Cláudio.

No Brasil, Torrezão publicou em periódicos como o carioca *O País*, e o paulista *Diário Popular*. No periódico feminino *A Mensageira*, Torrezão apresentou profusa e diversificada contribuição (Barp; Zinani, 2019, p. 202), publicando artigos de opinião, prosa e poesia, e em especial o poema *Beatriz*, que consta transcrito na sua biografia documentada na Biblioteca Nacional Digital (BND). *A Mensageira*, sob direção da brasileira Presciliana Duarte de Almeida, circulou no curto período entre os anos de 1898 e 1899, teve 36 números publicados, e publicações interrompidas após a morte do filho de Presciliana (Barp; Zinani, 2019, p. 201). Inicialmente, apresentava frequência quinzenal, passando, no início de 1899, a ter frequência mensal. Com enfoque literário, dirigia-se a um público leitor feminino, e apresentava em sua lista de contribuidores inúmeras escritoras.

Torrezão, então, foi uma mulher à frente do seu tempo que se destacou por ser não apenas uma escritora profusa, como também por ser um nome que circulava fortemente tanto em Portugal, quanto no Brasil, interligando ambos os países.

## 2 O Liberal do Pará: um periódico do partido liberal

“Talvez que a esta geração não seja dado ver raiar o dia da democracia em toda a sua pureza, mas nem por isso ella deve desanimar; cumpro-lhe legar à futura geração, aquillo que não coube-lhe a ditar do ser legado pela geração passada.”  
*O Liberal do Pará*, n. 1, 10/01/1869. p. 1.

O periódico *O Liberal do Pará*, impresso na tipografia do *Jornal do Amazonas*, circulou na capital paraense durante os anos de 1869 e 1889, e tornou-se conhecido por voltar-se para questões políticas, mas também por incluir em seus números uma série de artigos que buscavam servir de entretenimento para o público leitor (Resque, 2019). Os números do periódico estão disponíveis para acesso na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital (BND)<sup>1</sup>.

O primeiro número do periódico<sup>2</sup>, publicado a 10 de janeiro de 1869, em Belém do Pará, informava ao leitor que, dado o fim do periódico liberal *Jornal do Amazonas*, surgiu a necessidade de criação de um novo periódico que servisse como porta voz dos ideais do partido liberal: “O apparecimento, pois, do—Liberal do Pará é a prova mais valente que o partido liberal podia ora dar da sua [vitalidade]” (p. 1). No início da apresentação, indica-se que o objetivo d’*O Liberal do Pará* é “defender, é sustentar, é difundir as ideias liberaes e fal-o-ha, se não do melhor modo possível, ao menos como permittirem suas forças” (p. 1).

O periódico passaria, então, a publicar de terça a domingo, em Belém do Pará, ao longo de seus vinte anos de existência, um conteúdo de cunho político e literário, para além de noticioso e comercial (Pinheiro, 2014). Sua prosa ficcional, segundo Sales (2013, p. 89), mantinha-se fiel ao modelo jornalístico francês, publicando, tal qual outros periódicos

<sup>1</sup> Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/liberal/704555>. Acesso em: 08 jan 2025.

<sup>2</sup> Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/pdf/704555/per704555\\_1869\\_00001.pdf](https://memoria.bn.gov.br/pdf/704555/per704555_1869_00001.pdf). Acesso em: 08 jan 2025.

belenenses, majoritariamente versões portuguesas e poucos textos nacionais; também, em maioria traduzida, essa prosa, segundo Pinheiro (2014), centrava-se em temáticas relacionadas ao feminino, visto que eram as mulheres as maiores consumidoras das colunas nas quais se publicavam prosa de ficção.

### 3 O gênero epistolar em Portugal e no Brasil do século XIX

O gênero carta intensifica-se no Brasil por intermédio de Portugal nos oitocentos (Azevedo; Ferreira Jr., 2020). A redação de cartas está, a princípio, profundamente relacionada à materialidade desse texto, ou seja, ao suporte no qual ele era redigido e, portanto, posto à circulação. Esse gênero, de início bastante pessoal e de caráter não-literário, passou a ser também publicado em suportes impressos, como livros, e não manuscritos, assim tornando-o um dos gêneros fundadores da escrita em jornais e periódicos (Barbosa, 2011, p. 332).

O gênero epistolar não era considerado literatura no século XIX pois, até o fim dos oitocentos, “[...] o que parece ser Literatura são textos que mantêm certo caráter didático, aquele antigo, que englobava a eloquência, a poesia, a história, a crítica e também as ciências” (Barbosa, 2005, p. 6). O impresso, no século XIX, exercia o papel de propagador de notícias, anúncios e comércios. Por ser um suporte de rápida e eficaz circulação, os jornais e periódicos colocavam-se às pessoas como um veículo de instrução social (Queiroga e Barboza, 2017, p. 5). A carta, portanto, passa a ter um caráter pedagógico por intermédio desse novo suporte de publicação e circulação.

Tendo isso em vista, Barbosa (2011, p. 265) afirma que a retórica é a chave de interpretação para a literatura do século XIX. O seu ensino, no Brasil, era oferecido principalmente por meio de manuais redigidos em prol do ensino da disciplina, a exemplo do manual de Francisco Freire de Carvalho, *Lições elementares de eloquência nacional* (1851)<sup>3</sup>, e do manual do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, *Lições de eloquência nacional* (1846)<sup>4</sup> (Barbosa, 2011, p. 264).

Paralelo aos manuais de retórica, havia os manuais epistolares, como o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860)<sup>5</sup>, de J. I. Roquette. Esse tipo de manual, que circulou em Portugal e na Corte do Rio de Janeiro no século XIX, tinha como objetivo o ensino da escrita de cartas, servindo também como um instrumento civilizatório para essa camada social da população. J. I. Roquette ainda escreveu, anteriormente, o *Manual do bom tom ou regras de civilidade e de bem viver* (1845)<sup>6</sup>, que, da mesma forma, propunha uma série de determinações

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7135>. Acesso em 08 jan 2025.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7871>. Acesso em 08 jan 2025.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://books.google.pt/books?id=2-Q9AAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=2-Q9AAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em 08 jan 2025.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k131713t>. Acesso em 08 jan 2025.

de boas maneiras a serem seguidas, inclusive já propondo uma rígida estrutura para a prática epistolar. Os manuais de instrução civilizatória buscavam ensinar como se vestir, como conversar, como comer, entre outros adventos da socialização (Queiroga; Barboza, 2017, p. 6).

Foi por meio dos manuais de retórica, dos manuais de boas maneiras e dos manuais epistolares que houve uma padronização no estilo de redação de cartas no século XIX, e a circulação desses manuais moldou as práticas de redação de cartas, logo, influenciou nas práticas epistolares em jornais e periódicos nacionais (Barbosa, 2011, p. 264).

## 4 "Cartas Lisboenses": a prova da mulher que escreve e lê

### 4.1 As práticas letradas femininas no Portugal e no Brasil do século XIX

O jesuíta luso-brasileiro Alexandre de Gusmão, considerado o primeiro pedagogo do Brasil, na sua obra seiscentista de instrução à criação de crianças, *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685), dedica um capítulo à educação feminina, "Do cuidado especial que se deve ter na criação das meninas", no qual reforçou a importância de uma mulher saber ler e escrever, e, se religiosa, ter algum conhecimento de Latim.

No século XVIII, em Portugal, já se discutia a educação feminina como um meio de alcançar um fim; na obra *Cartas sobre a educação da mocidade*<sup>7</sup>, Sanches afirma que "o sexo feminino são os primeiros mestres do nosso" (1922, p. 190), elaborando uma introdução à *maternidade social* de Neves (2015, p. 74), e reforçando que a primeira abertura para a mulher no mundo das letras deu-se a partir de um valor social atrelado a esse aprendizado. O primeiro colégio português para meninas foi fundado em 1782, no Convento da Visitação. Entretanto, segundo Lopes, na obra *Mulheres, espaço e sociabilidade* (1989), era na socialização que residia o mais furtivo aprendizado feminino, visto que uma mulher deveria ser agradável o suficiente para entreter o marido, em forma de uma "educação condicionada" (Lopes, 1985, p. 93), na qual a mulher aprendia para então servir à sociedade. Esse aprendizado partia do ensino da leitura e da escrita, mas também da música, da dança, das prendas, e da conversação, para que assim fossem essas moças devidamente apresentadas à sociedade.

Segundo Pedro (2006, p. 232), "A primeira profissão feminina, de carácter intelectual, foi a de professora". O incentivo ao letramento de mulheres no século XIX ainda partia de uma noção de que a mulher deveria ser educada para então educar seus filhos, e o exercício da maternidade estendia-se para a instrução de crianças, e então para a redação de literatura infantil, ou seja, a denominada maternidade social, que se utilizava da educação feminina para construir as bases de uma sociedade letrada. Pedro, a partir disso, afirma que, diante do pressuposto social da maternidade e da docência, a feminização da educação primária foi, portanto, um divisor de águas para o avanço das práticas letradas femininas.

---

<sup>7</sup> Cartas redigidas entre 1699 e 1783.

No Brasil imperial do século XIX, a educação feminina também apresentava caráter de *letramento social*. Segundo Cunha e Silva (2010, p. 99), em agosto de 1827, foi discutido no parlamento quais seriam os assuntos prudentes a serem abordados na educação de meninas. No dia 29 de agosto, o Marquês de Caravellas propôs uma emenda que limitava o aprendizado de aritmética a quatro operações, sem incluir o ensino de geometria prática. A educação feminina era comumente relacionada, somente, “ao ensino das prendas femininas e na aprendizagem das ‘boas maneiras’” (Pedro, 2006, p. 233). Na emenda do Marquês de Caravellas, no entanto, a redação foi incentivada (Brasil, 1827a, p. 278).

A mulher pobre do século XIX, porém, não tinha acesso às mesmas oportunidades de aprendizado que as mulheres de classe social alta. Cunha e Silva (2010) reforçam a condição dessas mulheres:

[...] eram mães solteiras que viviam sozinhas, concubinas que mantinham com a força de seu trabalho suas famílias, ou, então, mulheres que conseguiam dividir as responsabilidades de criação e manutenção dos filhos com seus homens. Eram doceiras, engomadeiras, lavadeiras, prostitutas, costureiras, que andavam pelas ruas sobrevivendo do comércio ambulante, livres, sem serem importunadas, o que era praticamente impensável para as mulheres de classes mais abastadas. O trabalho informal era uma parte da estratégia de sobrevivência das mulheres pobres; ainda que vistas como submissas, estas mulheres tinham atitudes independentes, porém, sua condição sexual tornava-se um agravante para a sua condição social (Cunha; Silva, 2010, p. 102)

A partir disso, vê-se que era baixo o nível de instrução das mulheres portuguesas e brasileiras no século XIX, sendo um privilégio não somente das classes mais abastadas, como também de mulheres que tinham apoio familiar, em especial apoio dos homens ao seu redor, como pais, irmãos e maridos (Eleutério, 2005, p. 19), pois, à mulher, preferiam-se valores de “recato, docilidade e obediência ao pai e depois ao marido” (Pereira, 2004, p. 116). No lar, essas mulheres deveriam exercer as funções sociais para as quais eram preparadas desde a infância, ou seja, de boa dona de casa, esposa e mãe. A educação feminina era requerida para que essa mulher fosse uma boa companhia ao seu marido e uma boa educadora para seus filhos, limitando-a de alcançar um nível mais elevado de emancipação social.

Em relação à prática epistolar feminina no século XIX, a carta era, junto aos diários, no século XIX, uma das expressões escritas femininas de maior volume e aceitação social, visto que essas mulheres, majoritariamente reclusas no espaço doméstico, eram vetadas de uma expressiva participação da vida pública, e a carta, por ser um documento inicialmente de caráter privado, não viria a ser divulgada (Pereira, 2004, p. 115-119).

## 4.2 As “Cartas Lisbonenses” e o gênero folhetim

O fim do século XIX, quanto a seu contexto cultural, caracterizou-se pela *Belle Époque*, e, nessa época, na imprensa periódica, realizava-se um movimento de inserção de um tipo textual denominado romance-folhetim, no qual um “escritor-jornalista” documentava um texto

que representava uma profunda fusão entre o jornalístico e o literário, como também era prática vigente na França oitocentista (Pinheiro, 2014).

O folhetim, ou *Le feuilleton*, na estrutura geográfica do periódico, localizava-se comumente no rodapé, geralmente o da primeira página, e representava um espaço destinado ao entretenimento, no qual se publicava romances, poemas, charadas, receitas de cozinha e de beleza, críticas a romances novos e peças, e mais uma gama de outros gêneros textuais (Meyer, 1996, p. 96).

Com publicações iniciadas em 27 de julho de 1879, as doze “Cartas Lisbonenses” localizavam-se, a variar entre a primeira e a segunda página do periódico, na seção Folhetim. Localizadas também por meio do trabalho de análise das pesquisadoras Tavares e Sales (2019, p. 168), no artigo “Guiomar Torrezão e as ‘Cartas Lisbonenses’: correspondência portuguesa nas páginas de ‘O Liberal do Pará’”, encontram-se disponíveis para acesso na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital. Este artigo procedeu a leitura e a transcrição conservadora dessas cartas, de forma a alumbrar a existência desses escritos amparando-se no labor filológico.

### **4.3 “[...] destinadas a entreter [...] uma despresticiosa e feminil audiência”: análise das “Cartas Lisbonenses”**

No âmbito da ciência filológica, a análise de uma obra traz uma série de contribuições para diferentes áreas que trabalham, direta ou indiretamente, com textos. Desde a recuperação e a preservação de um patrimônio cultural escrito de uma dada cultura, por meio do seu registro em novos e modernos suportes até a potencialização das análises realizadas a partir de textos que efetivamente reproduzem a forma como foi escrito originalmente ou mais próximo de seu contexto de produção (Fachin, 2024). No caso das *Cartas Lisbonenses*, de Guiomar Torrezão, isso se torna ainda mais significativo, considerando sua instância de escrita e implicações sociais.

A primeira carta lisbonense<sup>8</sup> já indicava as suas destinatárias: “Cartas lisbonenses, destinadas á entreter, tres ou quatro vezes por mez, uma despresticiosa e feminil correspondencia com as leitoras do ‘Liberal do Pará’.” (Torrezão, Carta n.º 1, n.º 169, 27/07/1879, p. 1), e dava alguma pista de sua remetente: “Creio, ou, antes crê a minha vaidade, que não lhes será totalmente estranho o nome, aliás obscuro, que as subsscreve” (Torrezão, Carta n.º 1, n.º 169, 27/07/1879, p. 1). O tom escolhido por Torrezão para a redação das cartas é bastante pessoal, ainda que haja um pressuposto distanciamento entre remetente e destinatário: “Não ter eu o prazer de conhecer a leitora, e não poder, por conseguinte, mediante o auxílio dos meus modestos processos litterarios e psychologicos, descrever a sua *corde sensible!*...” (Torrezão, Carta n.º 1, n.º 169, 27/07/1879, p. 1).

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704555/per704555\\_1879\\_00169.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704555/per704555_1879_00169.pdf). Acesso em: 08 jan 2025.

Guiomar Torrezão não era completamente desconhecida no contexto do periódico paraense *O Liberal do Pará*. Tavares e Sales (2019, p. 168), em sua prévia análise das "Cartas Lisboenses", afirmaram que a escritora fora anunciada n' *O Liberal do Pará* no número 270 do ano de 1873, no dia 28 de novembro, a respeito do anúncio de um drama de autoria da escritora, com título de *Amor de Filha*:

D. Guiomar Torrezão. — A distinta e elegante escriptora d. Guiomar Torrezão, acaba de ler no Gymnasio um drama original em 3 actos, a que deu o titulo de *Amor de filha*, esplendida estreia daquelle formosissimo talento. É esperado com anciedade na scena d'aquelle theatro, onde vae entrar em ensaios (O Liberal do Pará, n.º 270, 28/11/1873).

A primeira "Carta Lisboense" apresenta o "assumpto principal, o *mot d'ordre*, em volta do qual é de suppôr que a minha desinquieta e caprichosa penna bórde umas ligeiras variações" (Torrezão, Carta n.º 1, n.º 169, 27/07/1879, p. 1) do folhetim: a moda. Segundo Torrezão,

Tomaremos de mais alto a sciencia de vestir, mediante a qual a mulher educa, disciplina e corrige o seu physico, dentro da esphera que lhe assignalou madame de Girardin; estudaremos a moda nas suas diversas applicações, consoante o papel que é chamada a representar na nossa existencia, e de que resultam os nossos mais legitimos triumphos e por vezes os nosso mais deploraveis erros, criticando o que se nos affigura susceptivel de emenda, procurando transformar as condições do gosto e emancipando o de perniciosas influencias, de tendencias baixas e aviltantes, por maneira a tornal-o o principal elemento da nossa ventura commum (O Liberal do Pará, Carta n.º 1, n.º 169, 27/07/1879, p. 1).

Ainda, há uma descrição mais específica do público leitor a quem se dirige a correspondência: "particularmente destinadas ás donas de casa" (Torrezão, Carta n.º 1, n.º 169, 27/07/1879, p. 1), visto que constituirá parte dos assuntos abordados, também, "uma collecção de pequenas receitas, applicaveis á còpa e no toucador" (Torrezão, Carta n.º 1, n.º 169, 27/07/1879, p. 1). Inclusive, ao fim da primeira carta, há já uma receita destinada a essas leitoras:

É prudente desconfiar do pó de arroz, imprudentemente falsificado! O leteiro doirado e o nome fantastico do perfumista occultam repetidas vezes uma mistura hybrida de pó de talco e carbonato de cal!  
Substituil-o-ha v. exe. vantajosamente com este, cuja receita lhe envio:  
Amido de trigo ... 100 grãos;  
Pó de raiz de Iris ... 60 grãos;  
Sub-clorato de bismuth ... 50 grãos;  
Essencia de sandalo ... 1 grão.  
Misture tudo bem e passe por um peneiro fino [ ...] (O Liberal do Pará, Carta n.º 1, n.º 169, 27/07/1879, p. 1).

A segunda carta, publicada no domingo do dia 3 de Agosto de 1879, centrou-se na prática da conversação. Torrezão inicia a correspondência abordando a arte de traduzir ideias com palavras: "Ha por ventura no mundo gôso comparavel aquelle de poder traduzir por meio de palavras, mais ou menos coloridas, as idéas que refugiam em zigue zagues pelas nossas devaneadoras cabeças?" (Torrezão, Carta n.º 2, n.º 175, 03/08/1879, p. 1).

A escritora levou às leitoras do folhetim uma visão pessoal acerca da conversação de povos diversos ao redor do mundo: "Furtando-nos, porém, a indiscretas analyses, proseguimos

muito summariamente e, para não fatigar as suas benévolas atenções, procurando examinar como é que conversam os diferentes povos do mundo, já que está provado que todos conversam” (Torrezão, Carta n.º 2, n.º 175, 03/08/1879, p. 1). Torrezão afirma que a conversação é um importante elemento presente na educação de uma mulher, “A conversação forma, pois, como iamoz dizendo á leitora, o nucleo de todos os espiritos, e [ ...] enlaça indissolúvelmente muitos corações...” (Torrezão, Carta n.º 2, n.º 175, 03/08/1879, p. 1), retomando as noções de *sociabilidade* que Neves (2015) aborda como o principal pilar da evolução da educação feminina.

Na terceira carta, Torrezão afasta-se das características epistolares ao escrever um conto que, centrado numa personagem feminina, descrevia uma transgressão a diversos valores associados ao feminino vigentes na época. A escritora classifica o texto como realista e, sobretudo, acerca de uma relação familiar, de um enlace matrimonial e sobre a felicidade da mulher:

[...] as minhas leitoras hão de permittir que eu lhes conte um pequenino romance, um romance *realista*, como se diz hoje, ou por outra — uma historia verdadeira, actual, destituida de lances dramaticos e de peripecias commoventes, vulgarissima incidente da nossa chronica lisbonense, mas que encerra no fundo uma eloquente lição, que, partindo de um caso isolado, occorrido entre meia duzia de pessoas, no espaço restricto de uma casa, de uma rua ou de uma alma, poderá todavia servir na generalidade para determinarmos a origem funesta de que provêm os elementos dissolventes da familia, do casamento e da felicidade da mulher (O Liberal do Pará, Carta n.º 3, n.º 192, 24/08/1879, p. 1).

O conto centra-se em Josephina, a filha única de um banqueiro que, cercada por luxos e liberdades ao longo de seu amadurecimento enquanto moça, movida pelos romances que lia, vê-se no momento de casar-se. À procura de um homem idealizado, encontra o amor num rapaz menos abastado chamado Arthur. Para Josephina, cuja vida fora repleta de liberdades por parte dos pais, o casamento mostrou-se uma prisão à qual ela detestava. Segundo o narrador,

Os habitos de independencia, adqueridos no lar paterno e transmittidos para a existencia matrimonial, invertendo a ordem natural das cousas, produziram occorrencias verdadeiramente lamentaveis (O Liberal do Pará, Carta n.º 3, n.º 192, 24/08/1879, p. 1).

Arthur também acabou por ser, após o casamento, muito diferente do idealizado pela jovem mulher. Estarrecida, Josephina, ao fim do conto, abandona o casamento para unir-se a um visconde, enquanto o marido foge com uma dançarina de ópera. Na metade do conto, há uma descrição da educação recebida por Josephina, que serve como prova da educação feminina no Portugal oitocentista:

e Josephina, deixando de entrar n'um bom collegio francez, inglez ou allemão, que a tempo e apropositadamente lhe iria amputando os aleijões moraes, provenientes da viciação caseira, recebeu no seu despotico throno e na plena posse de todas as suas vontades e caprichos, a superficial e espectacular educação ministrada por meia duzia de professores adventicios, largamente retribuidos, que depois lhe ensinaram inglez, francez, piano, canto, bordado e dança, entenderam que não lhe podiam ensinar mais nada (O Liberal do Pará, Carta n.º 3, n.º 192, 24/08/1879, p. 1).

Já na quarta carta, Torrezão retoma o que ela considera como a principal temática do folhetim: a moda. Para tanto, aborda a emancipação feminina diante da autonomia da mulher ao se vestir:

[...] o que não podemos aceitar é que a mulher, que irrefutavelmente caminha para uma perfectibilidade relativa, e que dia a dia se emancipa de muitos prejuízos de educação ou de convencionalismo que obscureciam o seu espirito, recue, por obra e graça do figurino, e que se preste a ser o instrumento passivo dos caprichos absurdos das modistas parisienses, inspirados às vezes, segundo parece, pela intenção maligna de as desprestigiar (O Liberal do Pará, Carta n.º 4, n.º 204, 07/09/1879, p. 2).

Torrezão, em complemento a isso, fala sobre trabalho feminino e apresenta uma oficina de bordado inglesa que contratava apenas mulheres nobres e burguesas:

[...] ocorre-me descrever á leitora uma notavel instituição ingleza, destinada a fazer face a um dos mais arduos problemas dos nossos dias, o trabalho feminino, e como resultante a independencia da mulher, isto é o viver honesto e digno, ao abrigo da misería e das crueis humilhações ou dos expedientes vergonhosos de que ella se rodeia (O Liberal do Pará, Carta n.º 4, n.º 204, 07/09/1879, p. 2).

A oficina chamava-se “Royal School of Art-Needle Worn, (escóla real de obras artísticas, feitas á agulha.)” (Torrezão, 1879, p. 1), e funcionava “sob a esclarecida direcção de uma sociedade de senhoras da alta vida ingleza presidida pela princeza Christina, filha da rainha Victoria” (Torrezão, 1879, p. 1), para que mulheres nobres sem dote, viúvas ou deserdadas “pudessem adquirir honradamente os meios de subsistência” (Torrezão, Carta n.º 4, n.º 204, 07/09/1879, p. 2). Por ser uma oficina apenas para mulheres da alta sociedade, Torrezão afirma que se exigia que “a postulante, que devera escrever o nome no livro de registros da entrada, pertencer a uma familia nóbre ou pelo menos uma familia burgueza sem macula” (Torrezão, Carta n.º 4, n.º 204, 07/09/1879, p. 2).

A quinta carta, presente no n.º 233, 12/11/1879, apresentou severa perda de suas informações devido a um rasgo nas margens inferiores da página. Entretanto, do que restou, apreende-se que se tratava de uma carta majoritariamente acerca de uma descrição detalhada da cidade litorânea de Cascaes, em Portugal, da qual Torrezão escrevera a carta.

Na sexta carta, a primeira do ano de 1880, Torrezão introduz o tema do significado do que é ser mulher e da forma como foi historicamente retratada:

Nós as mulheres, segundo affirmam os srs romancistas psychologicos, somos as legendarias esphinges cujo eterno segredo ninguem ainda conseguiu decifra, somos o livro fechado cujas paginas misteriosas só poderão ser entendidas pelo ente predestinado que souber corresponder a todas as nossas secretas aspirações iucompre incomprensidas, fazendo se amar e subjugando-nos ao seu mando imperativo de senhor e arbitro (O Liberal do Pará, Carta n.º 6, n.º 3, 04/01/1880, p. 1).

A sétima carta estende-se, de início, sobre a política lisboense. Torrezão traz sua indignação perante a eleição dos deputados da época, reafirmando seu conhecimento e participação na política portuguesa:

E embora seja mediocrementemente interessante para as minhas queridas leitoras, e completamente alheio á forma que entendi dever dar ás humildes cartas que dirijo a vossa excellencia, a maneira como os srs. deputados saíram eleitos e entrarão gloriosos na estufa onde desabrocham á clara luz brilhante do entusiasmo civico as rubras flores scintillantes da rhetorica [ ...] (O Liberal do Pará, Carta n.º 7, n.º 14, 18/01/1880, p. 1).

Na oitava carta, Torrezão aconselha acerca do bom senso na hora de se vestir, levando-se em consideração a simplicidade e o bom gosto, propondo que ela e as leitoras paranaenses desviem-se dos “extremos exagerados” (Torrezão, Carta n.º 8, n.º 26, 01/02/1880, p. 1) na vestimenta, o que remete aos manuais de boas maneiras:

As pessoas menos abastadas, de gostos simples, que vivem modestamente no seu pequeno ninho, risonho e desprezioso, afastadas do turbilhão dos bailes, gosando no pequeno circulo dos seus intimos as suaves convivencias affectuosas, organizarão deliciosamente o seu vestuario annual, prescindindo do vestido de seda, e fazendo em troca oito vestidos, dois de cachemira dois do grenadino, dois de [linho] e dois de peroale (O Liberal do Pará, Carta n.º 8, n.º 26, 01/02/1880, p. 1).

A nona carta lisbonense inicia-se com o anúncio de que uma mulher brasileira, D. Maria Augusta Genero o Estrella, estava para se doutorar numa faculdade de medicina dos Estados Unidos, reiterando que escolhera abrir a carta dessa forma para afirmar que o Brasil dera um passo de “profundo desenvolvimento intellectual e de tão larga acção humanitaria” (Torrezão, Carta n.º 9, n.º 31, 08/02/1880, p. 1).

Torrezão anuncia, na décima carta, presente no nº 36, 15/02/1880, o livro de madame Rattazzi, *Le Portugal a vol d'ouiseau*. Madame Rattazzi foi uma mulher de letras francesa, filha de Luciano Bonaparte e irmã de Napoleão I, por quem Torrezão já nutria simpatia e, ao trazê-la múltiplas vezes em suas cartas lisbonenses, apresentava às leitoras paraenses a possibilidade de ser, tal qual Rattazzi e a própria Torrezão, uma “mulher de letras”. Além disso, Torrezão trabalhara numa tradução da obra de Rattazzi, e essa fora uma oportunidade para divulgar seu trabalho como tradutora.

Na décima primeira carta, Torrezão abre a discussão trazendo a possibilidade hipotética de as leitoras paraenses a enviarem cartas, ou seja, os “papéis se inverterem”, como enunciou: “Se fosse possível inverterem os papéis seria eu hoje que pederia a vv. exce., leitoras, que me escrevessem uma *carta paraense* em vez de lhe dirigir eu como costume uma carta lisbonense” (Torrezão, Carta n.º 11, n.º 70, 28/03/1880, p. 1).

Essa possibilidade abre precedente para uma discussão acerca da prática da escrita entre as mulheres brasileiras no século XIX. A seguir, Torrezão diz que as suas leitoras possuem “a doce regalia invejavel de não escrever [mais que] uns pequeninos bilhetes, muito íntimos e muito [?], ás tuas amigas” (Torrezão, Carta n.º 11, n.º 70, 28/03/1880, p. 1), retomando que a escrita feminina era socialmente aceita, e logo mais praticada, quando compartilhada somente na esfera privada.

A última carta lisbonense, com caráter de denúncia, inicia-se com uma importante discussão para o século XIX, o denominado “rapto amoroso”, que acometia diversas mulheres:

Duas meninas, uma de Lisboa, outra do Porto, acabam de ser raptadas nos braços carinhosos da família, a primeira por um comico do teatro de D. Maria, a segunda por um saltimbanco do [?] sr. Enrique Dias (O Liberal do Pará, Carta n.º 12, n.º 100, 02/05/1880, p. 1).

A denúncia feita por Torrezão alumbrava a realidade das mulheres oitocentistas, que, condicionadas a dedicarem-se somente ao casamento e à vida doméstica, eram privadas de continuar os estudos, e, portanto, de adquirirem conhecimentos complexos acerca do mundo que as rodeava, o que as tornava fáceis vítimas desse tipo de violência. Segundo a escritora,

[...] a mulher portugueza, educada em collegios banaes, no meio de condiscipulas pretenciosas e de professoras analphabetas, que lhe ensinam [...] a fazer mesuras, a ganir cavatinas e a repicar no piano a sentimentalidade reles do fado corrido, a fallar o francez [...], a deitar os cotovelos para fora, com passinhos miudos de boneca mechanica; [...] a mulher portugueza que nas salas, nos theatros, nos passeios, nos livros, nos jornaes recolhe periodicamente uma copiôsa [?] de calumnias gratuitas, de maledicencias idiotas, que lhe depõem no ouvido inexperiente e no cerebro oco como um balão assoprado [...], está pelas condições deficientes do seu código moral habilitada com poucas para a cambalhota funambulesca do rapto amoroso (O Liberal do Pará, Carta n.º 12, n.º 100, 02/05/1880, p. 1).

Diante da última correspondência, percebe-se que, ao longo das doze "Cartas Lisbonenses", Torrezão utilizou de sua influência para informar, mas também para denunciar. Esse ato representou um importante marco para a educação feminina, e, ao engendrar no território da moda e do comportamento, Torrezão ultrapassou os limites de seu "assumpto principal" e ofereceu às leitoras paraenses um manual não somente de boas maneiras como também de sobrevivência e emancipação.

## Considerações finais

Guiomar Torrezão, a imprensa periódica e as práticas letradas femininas são três tópicos correlacionados quando se aborda a questão da emancipação feminina em Portugal e no Brasil do século XIX. A educação das mulheres, majoritariamente condicionada, dada ainda a pequenos progressos nos oitocentos, era representativa da condição feminina oitocentista — que era a de filha, irmã, esposa e mãe.

Ao colocar-se como uma mulher de letras — uma educadora, escritora, redatora, tradutora, para além de uma série de ofícios relacionados ao universo letrado — na imprensa periódica brasileira, Torrezão punha-se também como uma porta-voz da emancipação feminina além-mar, ao expandir o conhecimento de suas leitoras paraenses por meio de cartas de caráter didático, mas também dialogal, e ao mesclar assuntos que partiam desde a moda e as boas maneiras até a leitura, a educação e o trabalho.

Portanto, de maneira disfarçada, Torrezão inseriu nas suas "Cartas Lisbonenses" importantes armas contra a ignorância feminina do século XIX. Alumbrar a existência dessas correspondências Portugal-Brasil é, logo, retomar um relevante avanço das práticas letradas em ambos os países, e, por conseguinte, os primeiros passos da emancipação feminina — seja ela social ou financeira — portuguesa e brasileira.

## LINHA D'ÁGUA

## Referências

- ARAÚJO, M. da C. P. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia*. 2008. 419 f. Tese (Doutorado em Letras) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/1894>. Acesso em 08 jan. 2025.
- AZEVEDO, N. D. de; FERREIRA JÚNIOR, J. T. Historicidade das cartas de amor: circulação de manuais epistolares portugueses no Brasil do século XIX. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 628-653, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1750>. Acesso em 08 jan. 2025.
- BARBOSA, S. de F. P. O conceito de literatura nos jornais do século XIX: um estudo dos jornais paraibanos. In: X Encontro Regional da ABRALIC, 2005, Rio de Janeiro. Sentidos dos lugares, 2005. v. 1. p. 1-6.
- BARBOSA, S. de F. P. A escrita epistolar, a literatura e os jornais do século XIX: uma história. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 30, p. 331-344, 2011. DOI: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i30.196>.
- BARP, G.; ALBERT ZINANI, C. J. A presença da portuguesa Guiomar Torresão em ‘A Mensageira’, revista literária dedicada à mulher brasileira: laços luso-brasileiros. *Convergência Lusitana*, v. 30, n. 42, p. 196-209, 29 dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.37508/rcl.2019.n42a350>.
- BRASIL. *Annaes do Senado do Imperio do Brazil*: segunda sessão da primeira legislatura de 16 de julho a 12 de setembro de 1827, tomo segundo. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1827a. p. 278. Disponível em: <https://cutt.ly/AF3WfFB>. Acesso em 08 jan. 2025.
- CARRETER, F. L. *Diccionario de términos filológicos*. 3 ed. corr. Madrid: Gredos, 1990. p. 187.
- CUNHA, W. D. dos S.; SILVA, R. J. V. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. *Revista Gênero*, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30936>. Acesso em 08 jan. 2025.
- ELEUTÉRIO, M. de L. *Vidas de Romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2005.
- FACHIN, P. R. M. *A Filologia e o labor do filólogo*. São Paulo: Filologando, 2024. Disponível em: <http://filologando.fflch.usp.br/filologia-e-o-labor-do-filologo>. Acesso em 08 jan. 2025.
- FLORES, C.; DUARTE, C. L.; MOREIRA, Z. C. *Dicionário de escritoras portuguesas: das origens à atualidade*. Florianópolis: Mulheres, 2009.
- GUSMÃO, A. de. Do especial cuidado que se deve ter na criação das meninas. In: *Arte de crear bem os filhos na idade da Puericia: dedicado ao minino de Belém JESU Nazareno*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1685.
- LUCA, L. de. *A mensageira: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira*. 1999. 581 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Campinas, 1999. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/211123>. Acesso em: 08 jan. 2025.
- LOPES, J. de S. et al. Para um estudo da escrita feminina além do cânone: Teresa Margarida da Silva e Orta, Carmen Dolores e Julia Lopes de Almeida. *Migulim-Revista Eletrônica do Netli*, v. 12, n. 3, p. 114-138, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47295/mgren.v12i3.1003>. Acesso em 08 jan. 2025.
- LOPES, M. A. “IV: Novos papéis”, In: *Mulheres, espaço e sociabilidade: A transformação dos espaços femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985. p. 93-159.
- MEYER, M. *Folhetim: uma História*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NEVES, H. Mulheres na Primeira Guerra Mundial: mudança e permanências. *Revista ResPública*, v. 14, 2015. p. 69-113.

## LINHA D'ÁGUA

*O Liberal do Pará*, n. 1, 10/01/1869. p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/liberal/704555>. Acesso em 08 jan. 2025.

*O Liberal do Pará*, n. 270, 28/11/1873. p. 1. Disponível em: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704555/per704555\\_1873\\_00270.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/704555/per704555_1873_00270.pdf). Acesso em 08 jan. 2025.

PEDRO, C. M. C. A. *Educação feminina no século XIX em Portugal*: em busca de uma consciência. 2006. 244f. Tese de Doutorado (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/32374>. Acesso em 08 jan. 2025.

PEREIRA, A. C. H. A escrita feminina no século XIX: as cartas de Flora de Oliveira Lima e Eufrásia Teixeira Leite. *Revista Gênero*, Niterói, v. 5, n. 1, p. 111, 2004.

PINHEIRO, M. "Mariette e vingança de mãe: paixões perigosas na coluna folhetim de O Liberal do Pará". In: *XIV Congresso da Abralic*, Belém do Pará. Anais. Belém do Pará: UFPA, 2014. Disponível em: [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2014\\_1434480186.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2014_1434480186.pdf). Acesso em: 08 jan. 2025.

QUEIROGA, S.; BARBOZA, K. G. O manual Novo Secretário Portuguez ou código epistolar anunciado nos jornais oitocentistas: a circulação do ensino de civilidade na província da paraíba. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura da Federal de Uberlândia, v. 14, n. 1, 2017.

RESQUE, A. G. de C. Os autores franceses nas páginas do periódico O Liberal do Pará. In: *Revista Falas Breves*, n. 6, março de 2019. Disponível em: <https://www.falabreves.ufpa.br/index.php/revista-falabreves/article/view/113/0>. Acesso em 08 jan. 2025.

SALES, G. O romance-folhetim por entre terras brasileiras. In: BUENO, L.; SALES, G.; AUGUSTI, V. (Org). *A tradição Literária brasileira: entre a periferia e o centro*. Chapecó: Argos, 2013. p. 81-98.

TAVARES, M. L. G. C.; SALES, G. M. A. Guiomar Torrezão e as 'Cartas Lisbonenses': correspondência portuguesa nas páginas de 'O Liberal do Pará'. *Matraga-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 26, n. 46, p. 165-176, 2019.

TOLEDO NETO, S. de A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para os textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*. São Cristovão, n. 20, v. 10, 2020. p. 192-208. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/issue/view/944>. Acesso em 08 jan. 2025.

TORREZÃO, Guiomar. Cartas Lisbonenses. *O Liberal do Pará*. Belém. 1879. n. 169, n. 175, n. 192, n. 204, n. 233.

TORREZÃO, Guiomar. Cartas Lisbonenses. *O Liberal do Pará*. Belém. 1880, n. 3, n. 14, n. 26, n. 31, n. 36, n. 70, n. 100.

VASCONCELOS, J. L. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Portuguesa, 1911. p. 26.

Artigo / Article

# Religião e relações de força: uma análise discursiva do texto "Manifesto à Nação", da Igreja Católica Apostólica Brasileira

*Religion and power relations: a discursive analysis of the text "Manifesto à Nação", from the Brazilian Catholic Apostolic Church*

**Tibério Teylon dos Santos Correia** 

Universidade Federal de Alagoas, Brasil  
teylont@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-4178-3190>

**Helson Flávio da Silva Sobrinho** 

Universidade Federal de Alagoas, Brasil  
helsonf@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-8959-3134>

Recebido em: 31/05/2024 | Aprovado em: 21/11/2024

## Resumo

Este artigo analisa o texto intitulado Manifesto à Nação, escrito por Dom Carlos Duarte Costa, fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB). Trata-se de um documento histórico que, em sua textualidade, materializa relações de força em disputa por posições de poder no âmbito religioso. Nosso referencial teórico é o da Análise do Discurso, fundada por Michel Pêcheux (1988;1997;1999) com contribuições de Eni Orlandi (1987; 1996a; 1996b; 2001; 2002; 2006; 2007). A partir das análises, compreendemos discursivamente o funcionamento das relações de força entre os interlocutores: a ICAB, a nação brasileira, o papa e a Igreja Romana. Consideramos que na materialidade deste manifesto, os lugares de quem fala e de quem escuta e de onde se fala e de onde se escuta são decisivos nos confrontos de sentidos presentes na sua textualidade. As relações de força, no Manifesto, são marcadas, sobretudo, pela tentativa de Dom Carlos de fazer significar e instaurar outra posição-sujeito, por meio da voz da nova instituição, a Igreja. Por fim, vimos que o movimento de sentidos se dá no jogo de controle/confronto, possibilitando a instalação de outro sítio de significância no âmbito da religiosidade brasileira.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso • Manifesto à Nação • Igreja Católica Apostólica Brasileira • Relações de Força

## Abstract

This article analyzes the text entitled, Manifesto to the Nation, written by Dom Carlos Duarte Costa, founder of the Brazilian Catholic Apostolic Church (ICAB). It is a historical document that, in its textuality, materializes relations of force in dispute for positions of power in the religious sphere. Our theoretical framework is Discourse Analysis, founded by Michel Pêcheux (1988;1997;1999 with contributions from Eni Orlandi (1987; 1996a; 1996b; 2001;2002; 2006; 2007). From the analyses we understand the functioning of the power relations between its interlocutors: the ICAB, the Brazilian nation, the pope and the Roman Church. We consider that in the materiality of this Manifesto the places of those who speak and those who listen and where they speak and where they listen are decisive in the confrontations of meanings present in its textuality. The power relations in the Manifesto, are marked, above all, by Dom Carlos' attempt to create meaning and establish another subject position, through the voice of the new institution, the Church. Finally, we saw that the movement of meanings takes place in the game of control/confrontation, enabling the installation of another site of significance within the scope of Brazilian religiosity.

**Keywords:** Discourse Analysis • Manifesto to the Nation • Brazilian Catholic Apostolic Church • Power Relations

## Introdução: o espaço e o tempo da discursividade

A religião constitui um domínio privilegiado para se observar esse funcionamento da ideologia dado, entre outras coisas, o lugar atribuído à Palavra (Orlandi, 1996b, p. 242).

O espaço e o tempo da discursividade desta análise compreende o espaço da religião e suas relações de forças e silenciamentos na instalação de outro lugar de significação, ou seja, a fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB). A Análise do Discurso (AD) compreende que as relações sociais se dão na linguagem e pela linguagem e, no caso em estudo, no discurso em sua relação com as práticas ideológicas dos sujeitos em sociedade. Assim, como diz a epígrafe desta seção, a “Palavra” em seus inúmeros efeitos de sentidos e força simbólica nos lança para questões da ordem política, ideológica, cultural e sócio-histórica. É nessa direção que temos o objetivo de, a partir da textualidade do documento **Manifesto à Nação**<sup>1</sup>, publicado no dia 18 de agosto de 1945, analisar as relações de força e o silenciamento no discurso de Dom Carlos Duarte Costa, fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira.

Dom Carlos foi bispo de Botucatu, no Estado de São Paulo. Segundo Mendes (2005), após sua renúncia, considerada uma “trama”, ele recebeu o título de bispo de Maura e passou a residir no Rio de Janeiro até o fim de sua vida. Dom Carlos foi excomungado pelo papa Pio

---

<sup>1</sup> O/a leitor/a interessado/a poderá acessar o texto completo no seguinte endereço eletrônico: <https://www.igrejabrasileira.com.br/biblioteca>.

XII<sup>2</sup> no dia 2 de julho de 1945; e fundou a Igreja Católica Apostólica Brasileira no dia 6 de julho do mesmo ano.

Podemos considerar que os fatos que levaram à excomunhão de Dom Carlos são, sobretudo, questões políticas, que sempre envolveram sua vida. Enquanto ainda era bispo de Botucatu, chegou a vender bens da diocese para bancar o batalhão dos caçadores diocesanos, conhecido como batalhão do bispo, que lutou na Revolução Constitucionalista. Este ato trouxe para si a inimizade do presidente à época, Getúlio Vargas, bem como de seus irmãos no episcopado.

Outro fato, que Mendez (2005) destaca como provável motivo para a excomunhão de Dom Carlos foi ele ter prefaciado o livro “O Poder Soviético”, escrito pelo Deão da Cantuária, sacerdote anglicano, que defendia o regime soviético como um modelo a ser seguido pelos demais países. Esse ato de Dom Carlos, juntamente com seus posicionamentos políticos, lhe rendeu a alcunha de “comunista”, o que para um bispo, em sua época, era considerado extremamente danoso.

Em sua revista “Mensagem de Nossa Senhora Menina”, Dom Carlos criticou publicamente a postura do papa Pio XII diante dos conflitos mundiais e acusou de fascistas algumas encíclicas, pedindo, inclusive, o seu arquivamento. Sua postura rendeu-lhe diversas advertências, que se multiplicaram com a chegada do novo arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jayme Câmara, que se tornou seu principal perseguidor (Méndez, 2005). Todos esses eventos culminaram em sua excomunhão e, a partir de então, Dom Carlos passou a ser evitado pelos católicos.

Em sua defesa, Dom Carlos argumenta, contestando sua excomunhão:

**SD.1:** O Bispo de Roma, Eugênio Paccelli, **não tem poder para me excomungar** [...] Nem o presente século acredita em excomunhão, arma política da Idade Média [...] Fui excomungado porque prefaciei o livro “O poder soviético” / Fui excomungado porque denunciei de “Hispanidad” o episcopado brasileiro / Fui excomungado porque citei estas palavras do meu irmão, Eugênio Paccelli/ Fui excomungado porque achei que para a distribuição da justiça, era necessário o arquivamento das encíclicas/ Fui, pois, excomungado porque não me sujeitei à política fascista do meu irmão, Eugênio Paccelli. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 29 e 30).

Segundo Dom Carlos, a política do Vaticano era fascista, intolerante, decadente, defendia a propriedade privada e praticava o individualismo. Para ele, era necessário defender o direito à vida, ao trabalho e o acesso à terra, advogando um retorno aos primeiros tempos do Cristianismo, que considerava ser o “verdadeiro comunismo cristão” (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 47).

---

<sup>2</sup> Um bom número dos historiadores e biógrafos de Dom Carlos Duarte Costa contesta essa excomunhão, uma vez que o próprio Dom Carlos nunca recebeu a carta de excomunhão assinada pelo papa Pio XII; apenas ficou sabendo pelos jornais, como ele mesmo dirá no **Manifesto à Nação**.

Nesse contexto, Dom Carlos funda a Igreja Católica Apostólica Brasileira; o marco desta fundação é a publicação da carta intitulada **Manifesto à Nação**<sup>3</sup>, que tomaremos, para este artigo, como material de análise. Para isso, desenvolvemos nossa reflexão, em três momentos: No primeiro, abordaremos as questões conceituais e teóricas envolvendo as categorias da análise discursiva que mobilizamos, ou seja, as relações de força e as formas do silêncio; na segunda parte, analisaremos as condições de produção do **Manifesto à Nação**; na terceira e última parte, apresentaremos o funcionamento do discurso enunciado por Dom Carlos Duarte Costa, no **Manifesto** em análise.

## 1 As relações de força e o conceito de silêncio na Análise do Discurso (AD)

As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua  
(Orlandi, 2007, p. 32)

Para iniciarmos nossa reflexão acerca destas duas categorias do discurso – relações de força e o silêncio – faz-se necessário afirmar que para a Análise do Discurso (Silva Sobrinho, 2019), quando nos referimos à linguagem e aos sujeitos, estamos tratando da concretude histórica. O discurso é situado no espaço e no tempo, configurando uma materialidade histórica, que sustenta e determina a produção de sentidos e a constituição dos sujeitos.

Para explicar melhor, retomemos a definição de Pêcheux (1997; Orlandi, 2007) de que o discurso não se constitui somente como “transmissão de informação”, mas como produção de “efeitos de sentidos” entre interlocutores. Essa concepção põe o social em foco, pois é na sociedade que estes “efeitos de sentidos” se dão entre os sujeitos interpelados pelas ideologias (Althusser, 1985; Pêcheux, 1988). A sociedade, com sua conjuntura, determina o espaço e o tempo do discurso e dos sujeitos na concretude de suas práticas históricas.

O discurso, compreendido pela Análise do Discurso de Pêcheux (1997), consiste em efeitos de sentidos entre interlocutores em determinadas condições de produção e é construído de acordo com os lugares e posições dos sujeitos numa dada sociedade:

Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que A e B designam **lugares determinados na estrutura de uma formação social**, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da **esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis** (Pêcheux, 1997, p. 82, grifos nossos).

---

<sup>3</sup> Não tivemos acesso à publicação original do **Manifesto à Nação** na revista “Mensageiro de Nossa Senhora Menina”. Para este artigo, usamos o texto integral publicado no livro “Abençoada Rebelião”, de Dom Geraldo Albano de Freitas (1987).

O lugar do “patrão” ou do “funcionário de repartição” existe como parte de uma estrutura social estabelecida. Esses lugares não existem por causa daquele que em determinado momento ocupa tal posição, mas devido à sociedade que já estabeleceu aquele lugar e o poder que se produz naquela instância. Estamos nos referindo à força ideológica e material do discurso de quem ocupa tal posição. No entanto, tais lugares funcionam a partir de posições imaginárias que partem do real e, ao mesmo tempo, remetem ao real da história. Há, para Pêcheux (1997), um jogo de posições que sustentam a produção de sentidos na história.

Segundo o autor, no discurso funciona:

[...] uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. **Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)** (Pêcheux, 1997, p. 82, grifos nossos).

Conforme Pêcheux, qualquer formação social tem regras que estabelecem as relações entre o lugar determinado objetivamente, como o de professor, do patrão, do empregado, no caso em estudo, do bispo, do papa, etc., e o lugar discursivo, ou seja, as projeções discursivas destes lugares objetivos, que se dão pelas formações imaginárias constituídas pelas ideologias em conflito em dada conjuntura.

O que buscamos enfatizar com esta discussão é que esses lugares discursivos estabelecidos socialmente atuam no discurso, nos efeitos de sentidos e na constituição dos sujeitos. Retomando, mais uma vez, a definição de Pêcheux: se discurso é efeito de sentidos entre interlocutores, o lugar que estes ocupam e a conjuntura histórica na qual estão inscritos são de suma importância para se compreender os mecanismos que fazem funcionar o discurso, os sentidos e as práticas dos sujeitos em sociedade.

Estamos chegando à primeira categoria que será utilizada em nossa análise, as relações de força, que são determinantes - e possivelmente constitutivas - dos lugares discursivos. Florêncio *et al.* (2009, p. 65, grifo nosso) afirmam que:

Toda e qualquer sociedade constituída de classes se sedimenta pela via das relações conflituosas de exploração/dominação, **como relações de força que se manifestam, de forma especial no discurso, em seus efeitos de sentido sobre a realidade.**

Segundo os autores, qualquer sociedade que seja formada por classes é constituída por relações de forças que se manifestam no discurso, na disputa de sentidos. Essas relações de forças estão em todas as esferas da sociedade. Orlandi (2007) assevera que o lugar de onde se fala é constitutivo do discurso e que é nas tomadas de posições ideológicas que atuam tais relações, isto é, em uma sociedade hierarquizada, são as relações de força que determinarão o valor daquilo que se fala: os efeitos de sentido, o peso da interpretação.

Esclarece Orlandi (2006):

Segundo as relações de força, o lugar social do qual falamos **marca o discurso com a força da locução que este lugar representa**. Assim, importa se falamos do lugar de presidente, ou de professor, ou de pai, ou de filho etc. Cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução e isso se representa nas posições sujeitos. Por isso essas posições não são neutras **e se carregam do poder que as constitui em suas relações de força** (Orlandi, 2006, p. 16, grifos nossos).

É importante destacar, como bem frisou Orlandi (2006), que quando se fala do operário (ou do professor, ou do padre, ou do presidente, ou do papa) não se está falando do indivíduo em si, mas de sua posição discursiva (sempre ideológica), ou seja, da imagem que a sociedade faz dele, da imagem que se projeta no discurso pela constituição destes lugares na sociedade, que tem a ver com as práticas ideológicas em conflito em determinada conjuntura.

Isso não significa dizer que estamos condenados a uma projeção que fazem do lugar que ocupamos independentemente do que somos enquanto indivíduos, pois à medida que as relações de força marcam os lugares desiguais do discurso, elas também apontam para um modo de resistência. Como argumenta Moreira (2009) ao fazer um estudo discursivo sobre a censura da ditadura no Brasil - e também da Itália na época do fascismo - as relações de força refletem "os confrontos ideológicos que produzem os modos de controle – censura – do que deve ou não ser dito **e os modos de resistência**" (Moreira, 2009, p. 14, grifo nosso).

Portanto, as relações de força implicam embates e disputas, que ocorrem continuamente no discurso entre os sujeitos que ocupam posições sociais determinadas nas práticas históricas, nas instituições, nos aparelhos ideológicos, etc. Podemos dizer, por exemplo, que o operário pode tanto aceitar a projeção social que lhe é atribuída passivamente, como resistir a ela. Conforme Moreira (2009): "os sentidos estão em disputa nas relações de força **em que é preciso controlar/resistir**" (Moreira, 2009, p. 166, grifo nosso).

Podemos concluir esta parte de nossa reflexão enfatizando que nas relações de força atuam dois pontos importantes do jogo discursivo: o primeiro, que controla, ou seja, a projeção discursiva que a sociedade estabelece dos lugares discursivos de professor, operário, aluno, patrão, presidente, bispo, papa, etc. e que são os lugares desiguais e de poder nas relações entre os sujeitos e os discursos numa dada sociedade; e o segundo, que é a possibilidade de resistência. Ao tempo que essas relações marcam a desigualdade, elas também permitem a resistência, isto é, do mesmo modo que todas as sociedades têm suas regras de projeção, também existirão sempre as regras que possibilitam o confronto/resistência nas diversas instâncias sociais, permitindo deslocamentos, rupturas e transformações.

Passemos agora a refletir sobre a segunda categoria: as formas do silêncio. É preciso dizer que estamos separando essas categorias apenas para efeito de análise, visto que se imbricam. Quando refletimos sobre as regras ou mecanismos de controle/resistência de uma sociedade estabelecidos nas relações de força, o silêncio parece ser o principal deles. Orlandi (2002) diz que o silêncio é fundante e significa tanto aquilo que é dito como o que não é dito. A autora apresenta algumas características do silêncio enquanto elemento discursivo: "[...] não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar" (Orlandi, 2002, p. 105).

Orlandi (2002) diz que o silêncio tem uma significação própria, não aparece no discurso como o não-dito. Assim, chegamos a outro ponto importante: o silenciamento, isto é, o pôr em silêncio. A autora anota:

**Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso.** Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação dos sentidos (Orlandi, 2002, p. 105, grifos nossos).

A referida citação nos ajuda a compreender o silêncio/silenciamento como mecanismo que atua tanto no controle (dominação) quanto na resistência, pois, como veremos nas análises, fazer silenciar não é um recurso só do mais forte, mas pode ser também formas de produzir sentidos em outros sítios de significância da processualidade histórica em seu movimento dinâmico e contraditório dos sujeitos e dos sentidos.

Segundo Silva Sobrinho (2019, p. 141):

O discurso, enquanto processo dinâmico e contraditório engendrado na totalidade da processualidade sócio-histórica, é parte do fazer dos sujeitos em sociedade, pois é práxis social. Desse modo, os sujeitos históricos e seus discursos estão entrelaçados na dinâmica das relações de base material, na qual os interesses de classes em jogo atravessam e regem, em sua contraditoriedade, os ditos e os silenciamentos.

Passaremos, a seguir, a apresentar o *corpus* discursivo, o texto do **Manifesto à Nação**, do qual recortamos as sequências articuladas às condições de produção que as constituem.

## 2 O Manifesto à Nação e suas condições de produção

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender (Orlandi, 2007, p. 30)

As Condições de Produção do discurso são parte essencial da análise. Retomar, ainda que de forma breve, conceitos como esse é sempre uma oportunidade de fazer uma reflexão sobre o gesto de interpretação do/a próprio/a analista do discurso. Orlandi (2007) diz que as Condições de Produção compreendem os sujeitos e a situação. Acrescenta ainda que essa situação pode ser analisada em sentido estrito, isto é, o contexto imediato do discurso, e no sentido lato, no qual entram o contexto sócio-histórico e ideológico.

Orlandi (2006, p. 15) alerta que, “[...] na prática, não podemos dissociar um do outro, ou seja, em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente”. Com isso, a autora está nos dizendo que nas análises não temos duas coisas separadas, pois esses elementos estão imbricados para produzir sentidos e atuar no real da história.

O **Manifesto à Nação**, escrito por Dom Carlos Duarte Costa, como já o dissemos, foi publicado originalmente na revista criada pelo próprio bispo, quando ainda era membro da Igreja Católica Apostólica Romana. A revista se chamava “Mensageiro de Nossa Senhora Menina”. O nome da revista vinha da grande devoção do bispo por Nossa Senhora Menina. Nesta mesma revista, como atesta Méndez (2005), criticou as encíclicas papais *Rerum Novarum*, de Leão XIII, além do *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris*, de Pio XI. Na época, a crítica era ousada, pois essa era uma revista católica que criticava seu líder supremo, o papa, bem como seus antecessores. Foi nesta mesma revista que a 18 de agosto de 1945, Dom Carlos publicou o seu **Manifesto à Nação**, documento que é considerado pelos católicos apostólicos brasileiros (seguidores da Igreja fundada pelo bispo) como um documento fundamental e que traz a essência daquilo que prega e vive a doutrina católica brasileira.

Vale destacar que retiramos o texto **Manifesto à Nação** do livro de Dom Geraldo Albano de Freitas (1987), intitulado “Igreja brasileira: abençoada rebeldia”. Essa obra teve o objetivo de tornar mais conhecidos os postulados básicos da Igreja Católica Apostólica Brasileira, seus “Estatutos” e a “Ata de fundação”. Apesar de termos transitado por esses documentos contidos no livro aqui citado, nosso foco se dará apenas no escrito de Dom Carlos, o **Manifesto à Nação**. Tal texto é interpretado por Freitas (1987), autor do livro fonte, como um “fruto de rebeldia” contra a Igreja tradicional romana.

A Igreja Católica Apostólica Brasileira ou Igreja Brasileira é assim definida por Dom Carlos:

**SD.2:** A Igreja Católica Apostólica Brasileira é uma sociedade religiosa, que tem por estrutura os ensinamentos bíblicos do Antigo e do Novo Testamento. É Católica porque professa a fé cristã difundida em todo o mundo, por todos os cristãos, considerando seus irmãos, em Cristo, todos aqueles que amam a Cristo e o respeitam como Deus, como Homem, como Filósofo. É Apostólica porque eu sou verdadeiro sucessor dos Apóstolos e todos os atos praticados por mim são válidos e lícitos. É Brasileira porque é nacional e se desagrega da Igreja Romana, não reconhecendo como Chefe o Chefe da Igreja Romana, considerando seu Chefe o Episcopado Nacional, conservando os usos e costumes tradicionais da nossa terra. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 46, grifos nossos).

Dom Carlos Duarte Costa, bispo diocesano de Botucatu (SP), era popularmente conhecido como bispo de Maura. Havia se desentendido com o Vaticano, participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e opunha-se à ditadura de Vargas. Foi preso em 1944, acusado de comunista. Isso se dava porque esse desentendimento com o Vaticano tinha marcas de conflito político, eclesial e teológico. Quanto ao aspecto político, Dom Carlos Duarte ousava defender o que ele chamava de “socialismo cristão” e se apoiava em categorias marxistas, segundo Freitas (1987, p. 12):

Dentro desse clima D. Carlos insistia em apoiar as categorias marxistas de análise, tais como: “história dialética”, “classes sociais”, “massa”, “proletariado”, “valor de uso”, “mais-valia”, “superestrutura” etc. Defendia a União Soviética como o resultado de uma legítima reação da classe operária ao imperialismo capitalista; reconhecia as dificuldades e os desmandos de Stalin, mas dizia: “Se a experiência russa fracassar, a perda será de toda a classe operária em todo o mundo”.

No âmbito “eclesiástico”, Dom Carlos considerava o papa como “apenas” o bispo de Roma; por isso, defendia que a Igreja fosse nacional. Quanto aos conflitos teológicos, acusava a Igreja de Roma de ser fascista, pois combatia os socialistas, protegia a propriedade privada e mantinha as desigualdades sociais como “ordem natural proposta por Deus” (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 14).

Dom Carlos reconhecia a assistência do Espírito Santo a qualquer leigo, considerava o acesso à interpretação das Sagradas Escrituras, aceitava o divórcio e as práticas ecumênicas. Por essas e outras questões, foi excomungado em 1945 pelo papa Pio XII. É nesse contexto que se instala o cisma entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Brasileira.

Depois de excomungado, a 06 de julho de 1945, Dom Carlos fundou a Igreja Católica Apostólica Brasileira, sendo “eleito” o primeiro bispo da nova Igreja pelos fiéis que com ele estavam. Como é possível ver nos anexos da obra de Souza “A Reforma do Brasil” (1974), a ata de fundação da Igreja tem a assinatura de apenas um clérigo, o próprio Dom Carlos, que é seguida das assinaturas de vários fiéis que com ele assumiam a empreitada desta nova Igreja. Para Guisolphi (2021 *apud* Oliveira, 2023), boa parte dos que assinam o documento de fundação, pessoas notáveis na sociedade Fluminense, estariam associadas a outros grupos como a Maçonaria e o Espiritismo. A mesma análise faz Silva (2017), considerando que a fundação e permanência/resistência da Igreja se fez por grupos colocados à margem pela Igreja Católica Apostólica Romana.

Da fundação da Igreja Brasileira até a publicação do **Manifesto à Nação** passou-se exatamente um mês e 12 dias, tempo relativamente curto, considerando-se que os recursos do bispo eram escassos e que o próprio processo para a publicação da revista era lento. Vale ressaltar que o **Manifesto à Nação** é tido como “o mais importante documento confessional da ICAB” (Freitas, 1987, p. 10).

Considerando que, para a Análise do Discurso, não são os sujeitos empíricos que são tomados para análise, mas sim as posições sujeitos do discurso (Orlandi, 2006), procuremos, agora, visualizar estas posições na materialidade discursiva do **Manifesto à Nação**. Primeiro, quem fala no **Manifesto**? Nossa análise nos leva a identificar duas posições de sujeitos que falam nessa textualidade. Essas posições ora se entrelaçam e ora se separam para falar uma de cada vez. A primeira voz do **Manifesto** é da posição sujeito do bispo do Rio de Janeiro, Dom Carlos, que não é apenas o bispo do Rio de Janeiro, mas também o ex-bispo de Maura e o ex-bispo de Botucatu, além de sujeito excomungado pelo papa Pio XII. Esta posição se evidencia pelo uso do pronome de primeira pessoa (eu), mas também, e principalmente, pelo confronto de sua história com a Igreja de Roma, que a todo o momento vem à tona na textualidade do **Manifesto**, como podemos observar nas sequências seguintes<sup>4</sup>:

---

<sup>4</sup> Como dissemos anteriormente, todas as nossas sequências discursivas foram retiradas do livro “Abençoada Rebelião”, de Freitas (1987), pelo qual tivemos acesso ao **Manifesto à Nação**.

**SD.3: Eu** fui bispo de Botucatu e, posteriormente, bispo titular de Maura, e agora, **por vontade popular, bispo do Rio de Janeiro**. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 26).

**SD.4: Eu sou o verdadeiro sucessor dos apóstolos**, e todos os atos praticados por mim são válidos e lícitos. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 46).

Essa posição de bispo do Rio de Janeiro (“por vontade popular”/“sucessor dos apóstolos”) faz emergir no discurso toda uma carga semântica de confronto advinda da história desse sujeito. Há uma gradação na textualidade, pois ser bispo de Botucatu não é o mesmo que ser bispo titular de Maura. Bispo titular era um pontífice sem nenhum poder administrativo que estava sujeito ao bispo diocesano de onde residia, e tudo o que fazia tinha de passar pelo aval deste bispo diocesano. Já a condição de bispo do Rio de Janeiro, líder da Igreja Católica Apostólica Brasileira, não é a mesma da de ser bispo titular de Maura ou bispo de Botucatu, pois a força que uma Igreja e outra detinham naquela sociedade não era similar. Ou seja, Dom Carlos era agora bispo de outra Igreja (a Igreja brasileira).

A posição sujeito parece ser a mesma no sentido de ser um bispo “católico”. No entanto, essa posição sujeito é forjada e estabelecida através de uma teologia milenar com os seus inícios no começo da Idade Média, mediante a teologia patrística. A posição sujeito de bispo católico possui traços semântico-discursivos que permitem identificá-la mesmo em situações diversas, como é o caso dessas três formas em que se apresentou Dom Carlos, isto é: 1) bispo de Botucatu; 2) bispo titular de Maura; e 3) bispo do Rio de Janeiro, agora, da recém-criada Igreja Católica Apostólica Brasileira.

Nesta posição de bispo “católico” do Rio de Janeiro, sua história emerge, como já dissemos, na textualidade do discurso, confrontando-se com seus interlocutores, estabelecendo relações de força. Em determinados momentos do **Manifesto**, Dom Carlos traz totalmente para si, isto é, para a posição-sujeito de bispo do Rio de Janeiro, a responsabilidade sobre a criação da nova Igreja:

**SD.5: Separando-me** da Igreja Romana, a fim de estabelecer a Igreja de Cristo na sua pureza, corrigindo seus erros, procuro centralizar na figura de Cristo para que todos os cristãos no verdadeiro Cristo tenham seu modelo e advogado diante de Deus Pai. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 46).

Notem que nesta sequência, a criação da Igreja está totalmente centrada nele (“separando-me da Igreja de Roma”). Essa posição aparece em todas as partes do **Manifesto**. Vemos aí o funcionamento da interpelação-identificação ideológica (Althusser, 1985; Pêcheux 1988). O sujeito interpelado responde, funcionando no reconhecimento/desconhecimento da posição ideológica que assume: “Separando-me da Igreja Romana, a fim de estabelecer a Igreja de Cristo na sua pureza”.

A segunda posição sujeito que fala no discurso é a da própria Igreja brasileira. Orlandi (2002) definirá o discurso religioso como aquele em que o homem faz falar a voz de Deus. No discurso religioso, podemos demarcar um “discurso eclesialístico”, ou seja, o discurso da Igreja, e não da religião, que muitas vezes podem não coincidir. Se fizermos o deslocamento do que

disse Orlandi sobre o discurso religioso e aplicarmos ao “discurso eclesiástico”, compreenderemos que este discurso é o em que se faz falar a voz da Igreja. Notem, a voz da Igreja não é a voz de Deus, pois são distintas em seus efeitos: “separa-se da igreja [Romana] para corrigir seus erros”.

Temos então nesse amplo discurso religioso, em nossa visão, um discurso eclesiástico, no qual o homem faz falar a voz da (nova) Igreja, e, por sua vez, faz falar a voz de Deus, “centralizando na figura de Cristo”. No **Manifesto à Nação**, o “discurso eclesiástico” faz falar a voz da nova Igreja, da Igreja Católica Apostólica Brasileira.

É preciso destacar que essa posição sujeito Igreja não aparece de imediato no **Manifesto**, ela só aparecerá na última parte, justamente a que apresenta a Igreja à Nação brasileira, mas ainda assim essa posição se reveza com a de bispo do Rio de Janeiro.

Observemos sua primeira projeção no discurso:

**SD.6: O movimento que ora se processa no Brasil**, com possíveis ramificações em outras nações do continente americano e de outros continentes, visa centralizar a pessoa de Cristo, procurando a harmonia e a concórdia entre todas as religiões. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 45).

Percebe-se aqui que, enquanto efeito discursivo, não é o bispo do Rio de Janeiro que está falando, mas a Igreja (brasileira), cuja voz ele faz falar como representante maior do “movimento”. Aqui não é ele que centraliza a pessoa do Cristo, como na sequência discursiva anterior, mas é a Igreja brasileira que o faz. Também será a Igreja quem estabelecerá as principais diferenças doutrinárias com a Igreja Romana:

**SD.7: Admite o divórcio**, dentro do evangelho. **Abole o celibato eclesiástico**, por ser contra as leis da natureza. **Rejeita a confissão auricular**, por absurda. **Permite, aos sacerdotes, ter uma profissão** civil ou militar. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 46 – grifos nossos).

Retomemos a questão das relações de força do discurso de cada posição sujeito. Podemos observar que na sequência discursiva destacada acima, há o tracejar de uma linha que separa doutrinariamente a Igreja Católica Apostólica Brasileira da Igreja Católica Apostólica Romana. No entanto, quem fala aqui não é o bispo do Rio de Janeiro, quem fala é a Igreja, ou seja, faz falar no **Manifesto à Nação** a voz da nova Igreja (é a instituição que fala e faz significar). Esta Igreja estabelece a não obrigatoriedade do celibato, aceita o divórcio, rejeita a confissão auricular e permite que sacerdotes trabalhem. No jogo discursivo, Dom Carlos faz falar a Igreja brasileira para que esta estabeleça outros princípios e permissões que não se dão na Igreja Romana.

A nosso ver, são as duas vozes que falam no **Manifesto à Nação**: a posição de bispo do Rio de Janeiro (da Igreja Católica Apostólica Brasileira) contrária à posição sujeito Igreja Católica Apostólica Romana. A força para dizer o que precisa ser dito é evocada pela voz da recém-criada Igreja Brasileira, pois é a instituição e, por isso, tem autoridade maior que Dom Carlos, ou seja, na formulação do discurso desliza-se do “eu” para a “Igreja Brasileira”.

Identifiquemos agora os interlocutores do **Manifesto**. Um deles é a “Nação brasileira”, que podemos ver no título do documento. É para ela, especialmente, que parece se dirigir o **Manifesto**. Dom Carlos apresenta uma Igreja Brasileira para os brasileiros e, por isso, se aponta constantemente a eles:

**SD.8: Saiba o público brasileiro** que, durante os mil primeiros anos da Igreja, nunca se recebeu como validamente decidido por sentença papal qualquer ponto de doutrina. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 26, grifo nosso).

Essa sequência discursiva foi retirada da primeira página do **Manifesto**, no qual Dom Carlos chama a atenção do “público brasileiro” para uma realidade anterior àquela em que eles viviam, na qual não havia um papa que pudesse decidir por meio de bula qualquer doutrina da Igreja. O que importa para nós nesta sequência é o chamamento do “público brasileiro” (nação). Percebe-se que ainda não são chamados de “fiéis”, pois a igreja brasileira estava sendo gerada.

Os outros dois interlocutores o são de forma indireta. Temos, então, a Igreja Católica Apostólica Romana e o papa Pio XII, que é evocado na posição de bispo de Roma, Eugênio Paccelli. Neste ponto, uma questão histórica, que vem pela memória “como estruturação da materialidade discursiva complexa” (Pêcheux, 1999, p.52), atravessa o discurso do **Manifesto** em sua constituição como discurso de mudança e resistência à Igreja de Roma. Podemos notar um atravessamento histórico que pode remontar, por semelhança, a Martinho Lutero. Esse padre, que foi monge agostiniano e que é conhecido mundialmente como o grande nome da Reforma protestante, teve sua grande virada em direção ao movimento cismático a partir da elaboração de suas 95 teses contra as indulgências, as quais ele fixou na porta da catedral de Wittenberg (Bray, 2017).

Outro momento importante teria ocorrido no Concílio Vaticano I, no qual se decidia sobre o dogma da infalibilidade papal. Na época, o Concílio era presidido pelo papa Pio IX, e foi a este que se dirigiu o famoso discurso do bispo Strossmayer<sup>5</sup>, que rejeitava a infalibilidade papal, afirmando que se Pio IX era infalível, os outros também o eram. Porém, a história mostrava que papas desfaziam o que seus antecessores haviam feito, condenavam o que seus antecessores apoiavam e, em alguns casos, condenavam os próprios antecessores.

Como explica Correia (2018), esse discurso é questionado por muitos teólogos católicos. O caso é que deste Concílio surgiu mais um cisma, o da Igreja Vétero Católica de Utrecht. O discurso de Strossmayer, sendo realmente dele ou não, inscreve-se na história como um manifesto contrário à Igreja de Roma e a seu líder supremo, bem como demarca o início de um novo tempo e de uma nova Igreja.

Há ainda outro manifesto que atravessa o discurso de Dom Carlos, mas, neste caso, ele se faz presente nominalmente e é lembrado pelo bispo do Rio de Janeiro. Referimo-nos ao Manifesto do Cônego Amorim, que em 1912 fundou uma Igreja também denominada Católica

---

<sup>5</sup> Supostamente proferido no Concílio Vaticano I que se iniciou em 1869 e se encerrou em dezembro de 1870. Tivemos acesso a esse discurso pela obra de Souza (1974).

Apostólica Brasileira. Seu manifesto marcou a criação desta nova Igreja e, assim como os exemplos anteriores, também se contrapunha à Igreja de Roma.

Dom Carlos o cita no **Manifesto**:

**SD.9:** O CÔNEGO MANOEL CARLOS DE AMORIM CORREIA FOI O FUNDADOR DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA, EM ITAPIRA, ESTADO DE SÃO PAULO, EM 30 DE JANEIRO DE 1912. Vitimado por uma gripe, foi envenenado pelo farmacêutico, comprado por dez contos de réis e educação gratuita de duas filhas. Cheio de remorsos, na hora de sua morte, fez esta revelação. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 33, destaques do autor).

Dom Carlos se coloca, aqui, como um continuador da Igreja fundada pelo Cônego Amorim, que, por não ser bispo, não ordenou padres ou consagrou bispos, morrendo com ele a Igreja fundada em 1912.

Esses três fatos que trouxemos da história da Igreja nos permitem compreender os efeitos de sentido que se estabelecem pelo próprio funcionamento da textualidade desse documento em análise. Pois, como diz Pêcheux (1999, p.52): “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita”. Nessa direção, podemos dizer que se trata de um **Manifesto** que, ao longo da história religiosa, marcou, no Brasil, uma forma de resistência à Igreja Romana, produzindo algo “novo”.

Encerramos as análises das Condições de Produção do **Manifesto à Nação** e passamos agora à análise das relações de força e do silêncio no discurso de Dom Carlos Duarte Costa.

### 3 Relações de força e silenciamentos no Manifesto à Nação

O objetivo da análise de discurso é descrever o funcionamento do texto. Em outras palavras, sua finalidade é explicitar como um texto produz sentidos. Em seu trabalho, o analista de discurso deve *mostrar* os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização da discursividade (Orlandi, 2001, p. 23)

Nesta parte iremos mobilizar as categorias de relações de força e de silêncio. Como dissemos, elas funcionam conjuntamente na produção de sentidos no **Manifesto à Nação**. Por isso, não faremos uma análise em separado destas duas categorias, mas articuladas a partir das sequências discursivas que seguem.

Dom Carlos inicia o **Manifesto** do seguinte modo:

**SD.10:** Pela leitura dos jornais do dia 6 de julho do corrente ano, tive conhecimento de que **um homem, igual a mim, com os mesmos poderes que eu tenho, Bispo como eu sou, Pastor de almas como eu sou, me havia excomungado.** (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 26 – grifos nossos).

Cabe frisar que em toda a primeira parte do **Manifesto**, Dom Carlos argumenta sobre sua autoridade, sobre a autoridade de sua Igreja (brasileira), sobretudo em relação à Igreja

Romana. Observa-se o funcionamento de um confronto para se instalar a fundação da nova Igreja (Igreja Católica Apostólica Brasileira). A sequência discursiva (SD.10) traz à tona as relações de força que estão em jogo entre o papa (bispo) da Igreja Romana e Dom Carlos, (bispo) da Igreja Brasileira. Estabelece-se um conflito entre a Igreja Brasileira recém-criada e a Igreja Romana que o excomungou.

Note-se os termos usados na sequência: "igual a mim", "mesmos poderes", "como eu sou". Estes termos, que se referem ao papa da época, Pio XII, coloca o Sumo Pontífice numa posição discursiva semelhante à de Dom Carlos. Isto porque ele não quer tratar com o papa, mas com o bispo de Roma, Eugênio Paccelli, nome de batismo do papa Pio XII. É importante salientar que em todo o **Manifesto**, Dom Carlos não mencionará nenhuma vez o título Pio XII; sempre que se refere ao pontífice romano, ele usa outros termos, mas nunca Pio XII.

Vejamos a construção discursiva constituída por fragmentos retirados do Manifesto (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas 1987):

**Não é o papa, é um homem. (Igual a mim)**  
**Não é o papa, é um bispo. (Como eu sou)**  
**Não é o papa, é um pastor de almas. (Como eu sou)**  
**Logo, como havia de me excomungar?**

O silêncio em relação à denominação Papa Pio XII é "gritante". Como bem disse Orlandi (2002, p. 105): "As palavras vêm carregadas de silêncio(s)". Quando Dom Carlos usa o termo "bispo" ou "pastor de almas" para se referir ao papa, ele está silenciando (deslegitimando) a posição de chefe da Igreja de Roma e, mais do que isso, desconstrói a força que essa posição (papa) tem na sociedade brasileira.

Dom Carlos, em sua argumentação, visa tanto os que lhe são favoráveis quanto os seus inimigos, sobretudo Pio XII. Os gestos de antecipação dos dizeres do bispo estão concentrados, justamente, nas relações de força estabelecidas. Quem é Dom Carlos para enfrentar o papa Pio XII? Por que o fiel católico apostólico romano ouviria um "simples" bispo em vez de ouvir o papa, que é o "Vigário de Cristo"<sup>6</sup>?

Na sua argumentação, Dom Carlos busca nivelar os lugares discursivos:

**SD. 11: O papa é simplesmente o bispo de Roma**, como eu fui bispo de Botucatu e, posteriormente, bispo titular de Maura, e agora, **por vontade popular, bispo do Rio de Janeiro**. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 26 – grifos nossos).

Neste jogo argumentativo, observamos o embate das diferentes forças do discurso. Dom Carlos usa o termo "simplesmente" para designar o papa, deslegitimando sua autoridade. Nestes termos, caracteriza-o não como Sumo Pontífice, mas como "bispo de Roma". Dom Carlos busca desconstruir a projeção discursiva do lugar singular do papa. "Simplesmente" é um termo que não condiz com o poderio papal, mas no discurso de Dom Carlos funciona como um nivelador entre os dois lugares discursivos. Já o termo "bispo de Roma", apesar de notoriamente ser também uma designação do papa, é um termo limitador do poder universal do papado.

<sup>6</sup> Título comum aos papas, assim como: sucessor de Pedro, príncipe dos apóstolos, Sumo Pontífice, etc.

Dom Carlos compreende que dessa posição discursiva, há poderes completamente desiguais, então busca um nivelamento por outros meios, inclusive evitando nomeá-lo, produzindo interdição. Com o papa sendo colocado “simplesmente” na posição de bispo de Roma, há no discurso uma aproximação, ainda que imaginária, dos lugares discursivos, pois se verifica um confronto entre dois bispos: o de Roma e o do Rio de Janeiro.

Dom Carlos insistiu neste ponto:

**SD.12:** Lembre-se **o meu irmão no episcopado, Eugênio Paccelli**, que a primeira manifestação da Igreja cristã deu-se em Jerusalém, sendo presidida por Tiago, bispo de Jerusalém, e não por Pedro, apelidado príncipe dos apóstolos pela Igreja Romana. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, pp. 26-27, grifos nossos)

Nessa sequência, Dom Carlos, além de insistir em colocar o papa como bispo, chamando-o de “meu irmão no episcopado”, ainda evoca seu nome próprio, não o característico de seu lugar; ele convoca o sujeito empírico, ele chama a Eugênio Paccelli. Este ato causa um efeito desmistificador, ou dessacralizador, em torno da pessoa do papa. Como já dissemos anteriormente, o bispo do Rio de Janeiro em nenhum momento do **Manifesto** utilizará o nome Pio XII<sup>7</sup> para se referir ao papa e, neste momento, ao evocar o nome Eugênio Paccelli, ele evoca também a humanidade, os defeitos, os erros e as incertezas de uma pessoa comum.

Na materialidade do texto, Dom Carlos quer confrontar um bispo e outro bispo. Ou seja, trazê-los para um nível onde as forças possam ser mais ou menos equivalentes e onde o discurso possa ser reversível. Orlandi (1996a), ao sugerir uma tipologia do discurso, caracteriza o discurso religioso como um discurso autoritário, no qual não há reversibilidade: o lugar de quem fala e o de quem escuta não sofrem alternâncias. Não é à toa que Dom Carlos vai evocar, pela memória discursiva, uma autoridade equivalente à do papa para os católicos: As Escrituras Sagradas.

A Igreja é dirigida por três grandes pilares: a tradição, as Escrituras e o magistério, sendo o papa o representante maior deste último. Dom Carlos buscará nesses pilares desconstruir a imagem discursiva do papa. Ele evoca o primeiro concílio da história da Igreja, registrado no livro dos Atos dos Apóstolos, que mostra Tiago, considerado o primeiro bispo de Jerusalém, a presidir o concílio, exercendo autoridade sobre o apóstolo Pedro, considerado posteriormente como o primeiro papa.

Note-se o sintagma verbal que inicia a sequência discursiva acima: “Lembre-se”. Dom Carlos parece querer que o papa Pio XII “lembre-se” de que seu poder não vem do berço do cristianismo e faz isso como um “alerta” para que o “povo brasileiro” conheça essa história, uma vez que aquele poder nem sempre existiu e, por isso, pode ser desconstruído.

---

<sup>7</sup> A tradição de mudar seus nomes de batismo por nomes de santos e, principalmente, por nomes de papas antecessores remonta ao século VI, mas é no século XVI que ela se encontrará totalmente firmada.

Além das Escrituras, ele evoca a tradição e o magistério dos antigos padres, como Agostinho e Clemente, para endossar a argumentação de que a Igreja primitiva não reconhecia o poder papal. Na busca por um testemunho maior, ele toma a fala do bispo de Cesareia, que viveu entre os séculos II e III, para desferir uma crítica ao bispo de Roma:

**SD.13: Como o público verifica**, o governo da Igreja **sempre esteve** nos seus primórdios, **na união do episcopado**, não nas mãos do Bispo de Roma, sendo este **igual a qualquer bispo**. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 28, grifos nossos).

Dom Carlos chama a atenção de que o que ele diz é verificável enquanto fatos históricos. Ou seja, ele busca a retomada de uma memória, dizeres outros que estão nos processos históricos e que são retomados para produzir efeitos de sentidos. Assim, seu dizer, ao evocar uma memória, produz um efeito de “verdade”, pois desregula e regula a repetição do discurso. Ele quer basear sua argumentação em algo palpável para seu interlocutor. Sua argumentação busca apontar para o real da história, a fim de ratificar sua força discursiva.

Segundo Correia (2018), houve uma luta entre os cinco grandes patriarcas da Igreja cristã primitiva; desta corrida, Roma saiu vencedora sobre os demais patriarcas, e de um modo tão forte que apagou da história dos católicos que nem sempre houve um papa e que há outras igrejas cristãs primitivas.

Chegamos então a outro ponto importante nas relações de força desse confronto: um retorno à memória dos primeiros quatro séculos do cristianismo.

**SD.14: De Gregório VII em diante, é que Papas se consideram Pais comuns da cristandade, isto é, Papas**. Gregório VII criou esta honraria para si e seus sucessores, na sede de Roma. [...] **Os fiéis participavam** não só da eleição dos seus bispos, sacerdotes e diáconos, mas, também, **tomavam parte nas assembleias dos concílios, em verdadeira democracia religiosa**. [...] **O Bispo de Roma, colocando os interesses temporais e políticos acima dos interesses de Cristo**, está *ipso facto*, há séculos excomungado pela opinião pública mundial, segregado, portanto, da verdadeira Igreja de Cristo. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, p. 26 a 28, grifos nossos).

Dom Carlos quer fazer circular novos sentidos a partir do já-dito, da história que ele traz à tona via memória discursiva. Assim, os sentidos que estavam apagados são trazidos à tona.

Segundo Florêncio *et al.* (2009, p. 66, grifo nosso):

**A circularidade de discursos na sociedade propicia, pois, a manutenção ou alteração de regras sociais determinadoras das relações de dominação**, que somente podem ser detectadas no empreendimento da descoberta de sentidos silenciados ou obscurecidos no dizer.

É na circularidade dos sentidos silenciados que se dá a manutenção ou a alteração das regras sociais. Daí o empenho na argumentação do bispo do Rio de Janeiro em tornar conhecido o que foi silenciado, ao tempo que ele também usa do silêncio para resistir ao que já está posto como “evidência” de sentidos e de sujeitos.

Dom Carlos concluirá a primeira parte do **Manifesto à Nação** desconstruindo a própria excomunhão:

**SD.15: O público brasileiro fica ciente** de que o Bispo de Roma, Eugênio Paccelli, **não tem poder para me excomungar** e, de acordo com o que acabo de expor, **eu sou mais Bispo do Rio de Janeiro, por ter sido eleito por aclamação popular, do que ele bispo de Roma, eleito por Cardeais italianos.** (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 29, grifos nossos).

A sequência discursiva acima, quase toda destacada por nós, revela a continuidade do jogo argumentativo do bispo do Rio de Janeiro, que traz mais uma antecipação ao imaginar a aceitação do público brasileiro a partir da emergência dos sentidos silenciados. Em seguida, afirma categoricamente que o bispo de Roma não tem poder para excomungá-lo. Aqui há mais silêncio por parte de Dom Carlos.

Se seguirmos sua argumentação, o bispo de Roma realmente não tem poder de excomungá-lo. Cumpre notar que o lugar discursivo de bispo de Roma, resgatado na história, é limitador para o pontífice, contudo o silêncio ocorre no sentido de que não foi como bispo de Roma que Pio XII excomungou Dom Carlos, porém de outro lugar discursivo, de um lugar construído pelas práticas históricas no decorrer dos séculos e que lhe confere força para sentenciar um bispo à excomunhão. Este lugar é o de papa, o de Chefe Supremo da Igreja Católica Apostólica Romana.

Outro ponto a se destacar da sequência discursiva anterior é o que valida o lugar de fala. Dom Carlos argumenta ser bispo do Rio de Janeiro com muito mais direito do que Pio XII ser bispo de Roma, pois Dom Carlos foi eleito pelo povo do Rio de Janeiro, e o papa, por cardeais italianos. A participação popular nas reuniões, nos concílios, era comum no início do cristianismo, quando os fiéis tinham direito a voz e voto, como testificam os chamados pais da Igreja.

Trazendo esta memória ao seu discurso, validando-o pela voz da Igreja, Dom Carlos pretende projetar uma posição discursiva maior que a do papa, pois, dizendo a Igreja que um bispo deve ser eleito com a participação dos fiéis e sendo o papa eleito pelos cardeais para bispo de Roma e chefe da Igreja sem a participação da comunidade de Roma, seu cargo não é legítimo. É interessante visualizar as formações imaginárias que entram em jogo neste embate de forças. Lembremos que as posições discursivas não correspondem aos sujeitos empíricos, mas a uma projeção ideológica dos lugares ocupados por tais sujeitos.

Neste jogo, essas posições podem ser alteradas, pode haver resistência, embora não seja fácil a desconstrução do velho e o surgimento do novo. De todo modo, o novo faz parte do jogo discursivo, como lembra Florêncio *et al.* (2009, p. 49), “o ser social tem como processualidade de sua reprodução a criação do novo, isto é, a marca do sujeito humano é criar o novo, a partir do já constituído”.

A última sequência discursiva que trazemos parece ilustrar bem isso:

**SD.16:** Volta, pois, a Igreja Brasileira aos primeiros tempos do Cristianismo. (Dom Carlos, 1945 *apud* Freitas, 1987, p. 47).

Portanto, a Igreja Católica Apostólica Brasileira apresenta-se como um “novo” que retoma o início do cristianismo. Trata-se de uma atualização do já-dito, desregularização e regularização da memória discursiva. De fato, sua estrutura, doutrina e credo são compartilhados com outras Igrejas do berço do cristianismo, como a Católica Romana ou a Igreja Ortodoxa. O efeito de sentido produzido na textualidade do **Manifesto à Nação** coloca a Igreja brasileira como algo “novo” que atualiza o “velho” das práticas da Igreja do início do cristianismo.

Vimos que as relações de força e o silêncio se articularam nessa discursividade, materializando lutas sociais que ocorrem nos lugares e nas posições que a sociedade projeta na concretude do discurso. O cristianismo, especificamente o catolicismo, é uma religião heterogênea e que muda no decorrer do processo histórico em suas dimensões políticas, econômicas, culturais, espirituais, jurídicas, etc. Essas mudanças ocorrem em processos de continuidades e rupturas, ou como diz Pêcheux (2002), em processos de estrutura e acontecimentos.

## Considerações finais

*A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo*  
(Marx, 2010, p. 145)

Da perspectiva materialista em Análise do Discurso, não poderíamos concluir esta reflexão sem recorrer à famosa frase de Marx sobre a religião. Gostaríamos de chamar atenção para o pensamento dialético que nela se inscreve, ou seja, a religião como **expressão** e, ao mesmo tempo, como **protesto da miséria real**. Daí as contraditórias interpretações de caráter crítico e irônico: “Ela [a religião] é o *ópio* do povo”.

Para a Análise do Discurso, estudar fenômenos religiosos é olhar, sobretudo, para suas contradições materiais. Dizendo de outro modo, é preciso estabelecer relações com a história, pois a religião, em seu caráter ideológico, possui força material, visto que pode produzir revoltas ou reproduzir opressões de classe, raça, gênero, etc. A Igreja pode estabelecer aliança com a classe dominante (com o capital) ou manter fortes laços de solidariedade com a classe explorada (trabalhadora). Isso significa que a crítica ao discurso religioso também deve passar pelas relações políticas, jurídicas e econômicas de uma dada conjuntura histórica.

No caso em estudo, pudemos compreender que Dom Carlos, em seu **Manifesto à Nação**, apresenta um discurso de resistência, numa época em que a liberdade religiosa e a pluralidade de igrejas ainda não eram uma realidade com tamanha disputa no Brasil. Desse acontecimento deriva o apoio que Dom Carlos recebeu de outros grupos religiosos que também buscavam se “fazer ouvir”. Usando da voz da Igreja, ele busca dar significado às suas palavras

para sustentar seus argumentos. Assim, Dom Carlos, na textualidade de seu discurso, faz falar a voz da Igreja e, por conseguinte, decreta (inaugura) uma nova Igreja no Brasil, confrontando-se e disputando com a Igreja de Roma.

É interessante refletir o que diz Alves (2021) quando afirma que o Manifesto foi também uma tentativa de Dom Carlos de minimizar sua excomunhão demarcando um novo acontecimento histórico, ao que se pode concluir que os acontecimentos discursivos também recorrem ao silêncio e silenciamento, neste caso, em favor do bispo do Rio de Janeiro em sua resistência. O próprio Dom Carlos, em carta enviada a um bispo constituído por ele, interpreta esse acontecimento de fundação, declarando: “Estamos escrevendo uma página belíssima na vida de nosso país. Mais tarde passaremos como os verdadeiros pioneiros da liberdade de consciência e de pensamento, na vida da nação brasileira” (Dom Carlos, 1951 *apud* Alves, 2021, p. 77).

É preciso dizer nessas considerações finais que é certo que os lugares sociais do qual se fala já estão estabelecidos, ainda que pareçam novos, como é o caso do bispo do Rio de Janeiro ou de chefe da Igreja Católica Apostólica Brasileira; esses lugares (da religião/instituição Igreja) já estão construídos pela sociedade ao longo dos processos históricos e discursivos e são marcados por contradições de várias ordens, especialmente por contradições de classes. Portanto, não se trata de algo “espiritual” no sentido idealista, senão de algo material no qual os sujeitos transformam lugares, sentidos e a si mesmos em suas práxis sócio-históricas.

Como vimos, o próprio embate que se dá no discurso pelas relações de força permitem e regulam a resistência a determinadas ordens e princípios religiosos tidos como “universais”. Assim, o sujeito não está fadado a aceitar determinado poder coercitivo, pois sempre há outros caminhos para a tão almejada liberdade, como observam Florêncio *et al.* (2009, p. 53): “nenhuma realidade oferece apenas uma alternativa, e é nesse espaço de escolha que a subjetividade exerce a capacidade de produzir o novo em todas as práticas humanas, inclusive a discursiva”. Isso significa que o futuro, apesar da destrutividade produzida pelo sistema capitalista, está aberto e passa pelo **protesto da miséria real**.

Consideramos que Dom Carlos expressou forças em lutas e procurou neste espaço e tempo da Palavra instalar outro sítio de significância, vale ressaltar, por fim, que a Igreja Brasileira também vai se deparar com as relações sociais capitalistas e suas práticas destrutivas, com a ditadura militar, com as diversas ameaças à democracia, com o Estado neoliberal, com inúmeras ideologias perversas, etc. Ou seja, não há como escapar dessas faces do real que têm peso na história da sociedade brasileira. No entanto, essas questões que tocam mais uma vez nos processos de resistência e no conservadorismo das práticas religiosas merecem maiores aprofundamentos e, por isso, as deixaremos para um futuro estudo.

## Referências

- ALVES, F. *Cisma na Igreja Católica: O bispo de Maura e a fundação da Igreja Brasileira*. Campina Grande: Editora Bagagem, 2021.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BRAY, G. Teologia Medieval. In: BARRETT, M. *Teologia da Reforma*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- CORREIA, T. *Os efeitos de sentido do nome pontifício no discurso do papa Francisco: Uma análise discursiva*. 2018. 50f. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Letras). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018.
- FLORÊNCIO, A. et al. *Análise do discurso: fundamentos & práticas*. Maceió: Edufal, 2009.
- FREITAS, G. *Abençoada Rebeldia*. São Paulo: Centro de Estudos Teológicos – ICAB, 1987.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉNDEZ, L. *Igrejas Católicas Nacionais: Origem e normas*. Brasília: Editora Ser, 2005.
- MOREIRA, C. *Produção, circulação e funcionamento da censura na ditadura militar brasileira e no fascismo italiano: a censura na ordem do discurso*. 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2009.
- OLIVEIRA, F. *"Por Cristo e pela Pátria": aspectos político-religiosos na instauração da Igreja Católica Apostólica Brasileira em Alagoas (1970 a 1973)*. 2023. 115f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: 2023.
- ORLANDI, E. (org.). *Palavra, fé, poder*. Campinas-SP: Pontes, 1987.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas-SP: Pontes, 1996a.
- ORLANDI, E. O discurso religioso. In: ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas-SP: Pontes, 1996b.
- ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas-SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002.
- ORLANDI, E. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.; RODRIGUES, S. L. (orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas-SP: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Campinas-SP: Pontes, 1999.
- SILVA, Wagner. Um outro catolicismo: O Bispo de Maura e a Igreja Católica Apostólica Brasileira. *Revista Bilros*, Fortaleza, v. 5, n. 8, p. 106-125, jan.-abr.2017.
- SILVA SOBRINHO, H. F. da. O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a Análise do Discurso. *Polifonia*, [S. l.], v. 26, n. 43, p. 130-150, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8307>. Acesso em: 29 mai. 2024.
- SOUZA, F. *A Reforma no Brasil*. São Paulo: Editora Souza Lima Ltda., 1974.

Artigo / Article

# Gêneros epistolares na era digital: perspectivas para o ensino- aprendizagem de Língua Portuguesa

*Epistolary genres in the digital age: perspectives for teaching-learning Portuguese*

**Marina Martins Pinchemel-Amorim** 

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil  
marinapinchemel@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-1326-1843>

**Márcia Helena de Melo Pereira** 

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil  
marciahelenad@yahoo.com.br  
<http://orcid.org/0000-0002-3663-3462>

Recebido em: 26/05/2024 | Aprovado em: 15/11/2024

## Resumo

Entre os desafios do ensino-aprendizagem de produção textual, urge a necessidade de promover práticas significativas, que tenham interlocutores reais, sem restringir os textos escolares à leitura do professor. Ademais, é importante propor atividades que reflitam sobre temáticas emergentes na sociedade e na comunidade escolar, como a saúde mental dos adolescentes. Tendo isso em vista, objetivamos apresentar uma proposta de ensino de produção textual a partir de cartas motivacionais, realizada com estudantes da 2ª série do Ensino Médio de uma escola pública da Bahia. Alicerçados no procedimento de sequência didática sobre o gênero (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2011 [2004]), os alunos realizaram uma atividade de retextualização que resultou nas cartas, as quais foram dispostas em um mural na área comum da escola, com o intuito de acolher pessoas que estivessem emocionalmente fragilizadas e direcioná-las a serviços de saúde especializados. A análise de duas cartas escritas conjuntamente por duas duplas de estudantes revelou que a prática realizada proporcionou, além da aprendizagem da expressão escrita, a construção de conhecimentos para desempenharem papel social em diferentes campos da atividade humana. Além disso, percebemos que, nas cartas elaboradas, surgiram características que as consolidam como cartas motivacionais ou cartas de acolhimento.

**Palavras-chave:** Carta motivacional • Carta de acolhimento • Retextualização • Escrita • Ensino

**LINHA D'ÁGUA**

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

## Abstract

Among the challenges of teaching and learning textual production, there is an urgent need to promote meaningful practices that involve real interlocutors, without restricting school texts to teacher-led reading. Furthermore, it is important to propose activities that reflect on emerging themes in society and the school community, such as adolescent mental health. With this in mind, we aim to present/discuss a proposal for teaching textual production through motivational letters conducted with 2nd-grade high school students at a public school in Bahia. Grounded in the didactic sequence procedure on the genre (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2011 [2004]), students carried out a retextualization activity resulting in letters, which were displayed on a mural in the school's common area, aiming to support emotionally vulnerable individuals and direct them to specialized health services. The analysis of two letters written jointly by two pairs of students revealed that the practice provided not only learning in written expression but also the construction of knowledge to play a social role in different fields of human activity. Furthermore, we noticed that, in the letters prepared, characteristics emerged that consolidate them as motivational letters or support letters.

**Keywords:** Motivational letter • Support letter • Retextualization • Writing • Teaching

## Considerações iniciais (saudação)

Em 1991, Gilberto Gil já cantava sobre a difusão das tecnologias, que minimizava os efeitos das distâncias físicas e geográficas. Nas palavras do compositor, na canção “Parabolicamará”: “Hoje o mundo é muito grande/ Porque a Terra é pequena”. Afinal, a partir do desenvolvimento dos meios de transporte e das tecnologias de comunicação, gradativamente, as pessoas passaram a ter possibilidades de realizar viagens de longa distância, de conhecer outras partes do mundo por meio da televisão e de comunicar-se instantaneamente, apesar dos fatores geográficos. Atualmente, as distâncias retratadas na canção de Gilberto Gil são ainda menores, devido ao fenômeno das tecnologias digitais e da internet, que ainda não eram popularizadas no Brasil do começo da década de 1990, mas que protagonizaram um verdadeiro *boom* nos anos 2000.

Ao contemplar as atividades contemporâneas, em boa parte mediadas por tecnologias digitais — como fazer compras, estudar, trabalhar, realizar consultas médicas e comunicar-se com pessoas próximas ou desconhecidas —, refletimos sobre a comunicação à distância antes do advento do computador e, até mesmo, do telefone. Era a escrita em papel que mediava as interações que não ocorriam face a face e, mais especificamente, o gênero carta. Como afirma Silva (2002, p. 52), a carta “[...] foi um dos primeiros gêneros textuais que viabilizou a construção de relações interativas à distância”.

As cartas também podem ser gêneros que propiciam a interação entre pessoas que não estão fisicamente distantes, porém, que as escolhem devido ao propósito comunicativo, a exemplo da carta de amor. Diante do apelo efetivo, cartas de amor são produzidas até os dias atuais, apesar das mídias digitais, igualmente, possibilitarem a realização de declarações de amor.

Na linha entre o digital e o analógico, direcionamos nossos estudos para o ensino de Língua Portuguesa, o qual deve buscar se atualizar, assim como as práticas de linguagem se renovam. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), na etapa do Ensino Médio, o componente curricular de Língua Portuguesa deve intensificar a análise e a produção de textos nas práticas contemporâneas de linguagem, tendo em vista a cultura digital. No entanto, deve-se estabelecer um equilíbrio entre as práticas mediadas por tecnologias digitais e aquelas mais convencionais, tais quais as realizadas em papel:

Para orientar uma abordagem integrada dessas linguagens e de suas práticas, a área propõe que os estudantes possam *vivenciar experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias* (impressa, digital, analógica), situadas em *campos de atuação social* diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos (Brasil, 2018, p. 485).

Sendo assim, a experiência com mídias e gêneros distintos visa preparar o estudante para atuar na sociedade, e cabe às aulas de Língua Portuguesa oportunizarem as situações mais reais possíveis para que as produções textuais sejam significativas. Como refletem Sá e Casotti (2016), essa é uma das principais lacunas do processo de produção textual em todas as etapas da Educação Básica, afinal, é desafiadora para os docentes a elaboração de propostas de atividades que circulem de maneira mais ampla, ao menos, no campo escolar, com interlocutores reais e definidos, ao invés de se restringirem à relação professor-aluno.

Tendo em vista a necessidade de produção de textos com circulação na sociedade, do desenvolvimento da expressão escrita e da reflexão sobre saúde mental (essa última, percebida no contexto escolar), realizamos, em 2019, uma sequência didática que abarcava o gênero carta com estudantes da 2ª série do Ensino Médio, em Maetinga, cidade do interior do sertão baiano. Além das cartas, que englobaram a temática da valorização da vida, os estudantes produziram *posts* no perfil de *Instagram* da turma, disseminando os conhecimentos construídos e suas expressões pessoais. Ambas as produções se caracterizaram como retextualizações (Marcuschi, 2010 [2000]; Matencio, 2002; Dell'Isola, 2007; Amorim, 2021), pois partiram de textos-base já existentes.

Diante desse trabalho realizado, neste artigo, objetivamos apresentar uma proposta de ensino de produção textual a partir de cartas motivacionais/cartas de acolhimento, a qual fez parte da atividade desenvolvida em sala de aula. Para tanto, analisamos duas cartas produzidas por duas duplas de estudantes. A coleta de dados fez parte de uma pesquisa de mestrado, concluída em 2021, na qual investigou-se o fenômeno da retextualização em diferentes suportes de gênero. Nesta oportunidade, focalizamos no gênero epistolar *carta motivacional*, o qual denominamos a partir do estudo realizado.

Em vista disso, ao longo das seções, aduzimos a retextualização como estratégia de ensino de produção textual; em seguida, desnudamos o gênero carta motivacional; em terceiro ponto, descrevemos a sequência didática desenvolvida com as turmas; e analisamos as cartas, destacando as potencialidades do gênero em pauta para o ensino e desenvolvimento da expressão escrita.

## 1 Retextualização em sala de aula: produzir novos textos a partir de textos dados

O marco dos estudos sobre retextualização no âmbito da pesquisa brasileira é a tese de Travaglia, defendida em 1993 e publicada em 2003, que concebeu esse fenômeno como a tradução de uma língua para outra. Ou seja, para a autora, a retextualização é uma atividade de tradução de textos escritos, pois implica na redação de um texto em uma nova língua.

Desde a tese de Travaglia, novas contribuições para a investigação do fenômeno foram se consolidando, até a publicação da obra mais difundida sobre esse tema, o livro *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização, no qual Marcuschi (2010 [2000]) encara a retextualização como a produção de um novo texto a partir de texto(s)-base, dentro da mesma língua. Sob essa ótica, atividades do cotidiano, como a anotação de um recado transmitido oralmente, é uma retextualização, assim como uma atividade escolar que consiste na elaboração de uma resenha a partir da leitura de um romance também configura uma retextualização. A retextualização, portanto, é um processo complexo, cujas operações atuam no sistema linguístico (fala/escrita) e no sentido do texto. Assim, essa não é uma prática mecânica, mas um procedimento que permite alterações de gênero, suporte, discurso, entre outras.

Marcuschi (2010 [2000]) define quatro possibilidades de retextualização dentro do *continuum* fala e escrita, quais sejam: fala-escrita; fala-fala; escrita-fala; escrita-escrita. Ou seja, conforme o autor, é possível produzir um texto oral a partir de um texto escrito, como também pode ocorrer o movimento inverso. Além disso, um texto pode originar outro da mesma modalidade. Em adição, o linguista revela quatro variáveis intervenientes que podem ser observadas em qualquer tipo de retextualização. A primeira corresponde ao *propósito*, pois todo texto é construído para uma finalidade. A mudança de propósito, como também destaca Matencio (2002), é a motivação para a produção de um novo texto a partir dos textos dados. Em seguida, há a variável *relação entre o produtor do texto original e o transformado*. De acordo com Marcuschi (2010 [2000]), um texto retextualizado pelo próprio autor (no caso de uma entrevista oral para uma entrevista escrita, por exemplo) pode sofrer mais alterações do que um texto retextualizado por outrem. A terceira variável é a *relação tipológica*, na qual o autor aponta que a natureza dos gêneros e dos tipos textuais dos textos-base e do novo texto influenciam no grau de transformação para o texto final. Gêneros similares, a exemplo de narrativa oral e narrativa escrita, apresentam um grau menor de transformação do que gêneros sem muitas semelhanças, como é o caso de romance e carta do leitor. A última variável corresponde aos *processos de reformulação* e se refere às estratégias de produção de texto na escrita e na oralidade.

## LINHA D'ÁGUA

O artigo de Matencio (2002) adiciona contribuições aos estudos sobre retextualização no âmbito da escrita acadêmica, ao tratar da produção de resumos como atividade de retextualização do tipo escrita-escrita. De acordo com a linguista, um fator essencial na retextualização é a mudança de propósito, pois um novo texto apenas será construído diante de um novo objetivo comunicativo. Dessa maneira, o indivíduo realiza operações linguísticas, textuais e discursivas em prol da elaboração de um novo texto, transformando o texto anterior (ou um conjunto de textos) em uma nova produção, na qual é possível imprimir suas próprias considerações — a depender do gênero.

Nossas pesquisas partem da concepção defendida por Marcuschi (2010 [2000]), no entanto, o autor restringe a retextualização em quatro possibilidades, já ditas, e percebemos que elas não contemplam as práticas de linguagem contemporâneas em sua totalidade, tendo em vista uma concepção de texto multimodal. Sobre esse conceito, compreendemo-lo a partir de Cavalcante, Silva e Silva (2020, p. 26): “O texto é hoje entendido como enunciado multimodal completo, único e irrepitível, que se conclui como unidade de comunicação e que é reconhecível por sua unidade de coerência em contexto sócio-histórico”. Ao considerarmos o texto como multimodal, não podemos restringi-lo a apenas “oral” ou “escrito”, o que revela a necessidade de pensar em categorias de retextualização mais abrangentes, possivelmente, observando-as do ponto de vista dos gêneros envolvidos, não, das modalidades<sup>1</sup>.

No campo escolar, a retextualização pode ser uma estratégia de ensino-aprendizagem focalizada nos gêneros ou na expressão do indivíduo, de maneira geral, uma vez que suscita o pensamento crítico, a criatividade e a ação sobre a organização das informações, a formulação do texto e a progressão referencial. A partir do conceito de retextualização sintetizado por Matencio (2002), é possível vislumbrar os benefícios ao propor práticas de retextualização na escola:

[...] trata-se, além de redimensionar as projeções de imagem dos interlocutores, de seus papéis sociais e comunicativos, dos conhecimentos partilhados, assim como de motivações e intenções, de espaço e tempo de produção/recepção, de atribuir novo propósito à produção linguageira (Matencio, 2002, p. 113).

Ainda que as atividades de retextualização não sejam propostas intencionalmente pelo docente, decerto, elas ocorrem no âmbito da escola, seja pela anotação durante uma aula ou pela exposição de um tema durante um seminário, por exemplo. As práticas sistematizadas e intencionais, entretanto, oferecem ao professor e aos estudantes maior discernimento a respeito dos discursos dos textos-base e da construção do próprio discurso, tencionando preparar os alunos para lidar com diferentes gêneros e situações sociais, ao aprimorar sua capacidade de expressão.

---

<sup>1</sup> Na tese de doutorado da autora Marina Martins Pinchemel-Amorim, em produção, os tipos de retextualização são problematizados e reconsiderados. Não nos aprofundamos no tema neste trabalho, uma vez que a pesquisa está em andamento.

Dell'Isola (2007), em *Retextualização de gêneros escritos*, discute o fenômeno da retextualização como proposta para explorar textos diversos nas aulas de Língua Portuguesa e apresenta um conjunto de procedimentos realizados em turmas do Ensino Fundamental, Ensino Médio e no Ensino Superior que resultaram em retextualizações de textos majoritariamente escritos. A referida proposta envolve duas etapas: (i) leitura, compreensão e identificação dos gêneros; (ii) escrita do texto. Dentro das etapas, a autora esmiúça sete tarefas de retextualização, que consistem em estratégias a serem adotadas pelo docente com as turmas: leitura; compreensão; identificação do gênero; retextualização; conferência; identificação do novo texto; reescrita. Em Amorim (2021), investigamos se as tarefas sistematizadas por Dell'Isola (2007) ocorreriam de maneira espontânea durante as retextualizações, sem interferência direta da docente. A análise processual dos dados comprovou a hipótese, e a partir da observação, esquematizamos as tarefas de modo a representar melhor as tarefas de produção da retextualização, independentemente das modalidades linguísticas envolvidas nos textos-base e no texto final, que foram: T1 – Leitura, T2 – Compreensão, T3 – Identificação do gênero, T4 – Textualização/Hipertextualização<sup>2</sup>, T5 – Conferência/Revisão, T6 – Identificação do novo gênero e T7 – Reescrita<sup>3</sup>. Embora sejam enumeradas, foi constatado, no *corpus* investigado, que as tarefas não ocorrem de maneira linear ou ordenada, mas concomitantemente e interrelacionadas.

Em relação à atividade de retextualização que propusemos em sala de aula, salientamos a importância dos textos-base discutidos com os estudantes acerca da temática da valorização da vida, adoecimento mental, depressão e suicídio, para a produção de cartas motivacionais. Como afirma Antunes (2015 [2003]),

*Ter o que dizer é, portanto, uma condição prévia para o êxito da atividade de escrever. Não há conhecimento linguístico (lexical ou gramatical) que supra a deficiência do “não ter o que dizer”. [...] Daí que nossa providência maior deve ser encher a cabeça de ideias, ampliar nosso repertório de informações e sensações, alargar horizontes de percepção das coisas (Antunes, 2015 [2003], p. 45-46).*

Portanto, contribuir com o repertório sociocultural dos estudantes é uma ação imprescindível para a produção textual e, tendo em vista, sobretudo, a sensibilidade que envolvia o tema da carta, o contato com os textos-base e as discussões em sala de aula foram essenciais para a construção das cartas motivacionais, sobre as quais tratamos na seção seguinte.

---

<sup>2</sup> Textualização e hipertextualização são ações da efetiva produção dos textos, independentemente da modalidade ou do suporte envolvidos. Sua diferenciação em duas nomenclaturas se deve ao fato de que a hipertextualização engloba ações que atribuem hipertextualidade a um texto.

<sup>3</sup> Ao tratar de textos que não envolvem a modalidade escrita da língua, a tarefa de reescrita pode ser pensada como refacção, no sentido de ser a ação de refazer alguma parte do texto.

## 2 Ramificações dos gêneros epistolares: as cartas motivacionais

Na gama dos gêneros epistolares, a carta é um gênero que se ramifica em diversos tipos, conforme o propósito comunicativo<sup>4</sup>. Bunzen (2004) elenca uma lista de gêneros epistolares: carta pessoal, e-mail, bilhete, carta do leitor, carta aberta, cartão-postal, carta de amor, cartão de aniversário, carta de apresentação e carta editorial. Acrescentam-se a essa relação os gêneros listados por Marcuschi (2000): carta circular, carta comercial, carta-convite, carta anônima, carta precatória — e, certamente, existem outros tipos. Diante disso, as cartas são gêneros de circulação diversa na sociedade, em diferentes campos da atividade humana (Bakhtin, 2016), o que justifica seu ensino na educação formal.

Ao longo da sequência didática que desenvolvemos com as turmas de Ensino Médio, indicamos a *carta pessoal* como o gênero a ser ensinado e produzido pelos estudantes. Entretanto, com o decorrer dos estudos, percebemos que os textos elaborados pelos alunos possuíam algumas características que os afastavam da carta pessoal, principalmente, devido às condições de produção. A carta pessoal (ou familiar), segundo Silva (2002, p. 58), está no “[...] âmbito das atividades privadas da vida cotidiana, cujos textos são escritos na intimidade, sem a intenção de pronunciamento público ou doutrinário”. As cartas elaboradas pelos estudantes, por sua vez, mesmo que simulassem certa intimidade, por tratarem diretamente com o interlocutor (com estratégias textuais e discursivas), seriam públicas, pois qualquer pessoa poderia lê-las. Diante da finalidade social específica da carta proposta, que foi oferecer acolhimento e indicar serviços de saúde mental, percebeu-se o surgimento de um novo tipo de carta, o qual denominamos, em Amorim (2021), de carta motivacional, que também pode ser chamada de “carta de acolhimento”. Como postulado por Bakhtin (2016), os gêneros do discurso não são estáticos, por consequência, podem ser atingidos pelas práticas sócio-históricas. O fenômeno explicitado ocorreu durante a atividade, com o surgimento desse novo gênero, advindo da carta.

Embora baseados nos aspectos composicionais, temáticos e estilísticos (Bakhtin, 2016) da carta pessoal, os estudantes foram provocados a escrever cartas sem um interlocutor específico, o que retirava da carta o cunho “pessoal”. Trava-se de um “interlocutor médio”, como nomeia Rodrigues (2018), o que resultou em cartas direcionadas a um “alguém” (um “outro”) que buscava, na carta, um amparo emocional e acolhimento afetivo, assim como encorajamento para enfrentamento da vida e busca por apoio psicológico especializado. Bakhtin (2016) postula, ao tratar do dialogismo da linguagem, que as relações verbais pressupõem a existência do *eu* e do *outro*, aspecto evidenciado no exercício de produção das cartas.

---

<sup>4</sup> Ainda que não seja nosso objetivo o aprofundamento nesse tema, cabe citar que Araújo (2021) aponta a carta como uma constelação de gêneros, ou seja, “[...] agrupamento de gêneros aparentemente pertencentes à mesma família” (Araújo, 2021, p. 32).

Irané Antunes (2015 [2003]), em *Aula de português: encontro e interação*, ressalta a importância de estabelecer, pela escrita escolar, vínculos comunicativos, os quais são relacionados ao que se vivencia nos ambientes sociais em que os estudantes estão inseridos. Ou seja, é necessário promover a escrita de textos significativos, com organização global, integração dos elementos textuais e totalização do dizer, ao invés da formulação de frases soltas e artificiais. Percebemos, na carta, um gênero que favoreceu a expressão dos estudantes e a reflexão sobre um tema emergente (e urgente) na comunidade escolar, à época da implementação da atividade: os transtornos de ansiedade, a depressão e o suicídio. Nessa oportunidade, a discussão de um assunto que estava sendo vivenciado no campo escolar e em outros espaços sociais contribuiu para o envolvimento dos alunos na atividade a partir da atribuição de sentidos à proposta pedagógica.

Outro ponto em que o gênero discursivo em voga converge com as características de um ensino de Língua Portuguesa interacionista, de acordo com Antunes (2015 [2003], p. 62), é a “*escrita de textos socialmente relevantes*”. A linguista reitera que os textos produzidos na escola devem ter função social determinada, para além dos textos meramente avaliativos, que se restringem à dinâmica de professor(a)-aluno(a). Uma vez que os estudantes se reuniram em duplas para produzir cartas motivacionais destinadas aos membros da comunidade escolar (estudantes, profissionais da educação, familiares que transitam na escola e visitantes), a atividade garantiu que os textos seriam lidos e apreciados, ou seja, que seria “*uma escrita de textos que têm leitores*” (Antunes, 2015 [2003], p. 63). No caso das cartas, os leitores eram previstos como as pessoas da comunidade escolar que necessitariam de acolhimento, motivação, encorajamento e direcionamento para serviço psicológico especializado. Tendo esse público em vista, os alunos tomaram decisões a respeito *do que e como* dizer.

Na seção a seguir, explicamos a sequência didática realizada em sala de aula, que resultou nas cartas motivacionais.

### 3 Metodologia da coleta de dados: sequência didática

Tal como indicamos, este artigo é subjacente de uma investigação realizada entre 2019 e 2021, na qual exploramos o fenômeno da retextualização em suportes físico e digital (Amorim, 2021). Os dados coletados permitiram desdobramentos diversos, a exemplo da análise direcionada para o gênero carta motivacional, a que nos propomos neste artigo. Cabe-nos, assim, desnudar o processo de coleta de dados, que se deu por uma sequência didática (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2011 [2004]).

A pesquisa se situou no Colégio Estadual Edvaldo Flores<sup>5</sup>, localizado na cidade de Maetinga, no sudoeste baiano, com menos de 7 mil residentes (IBGE, 2022), os quais

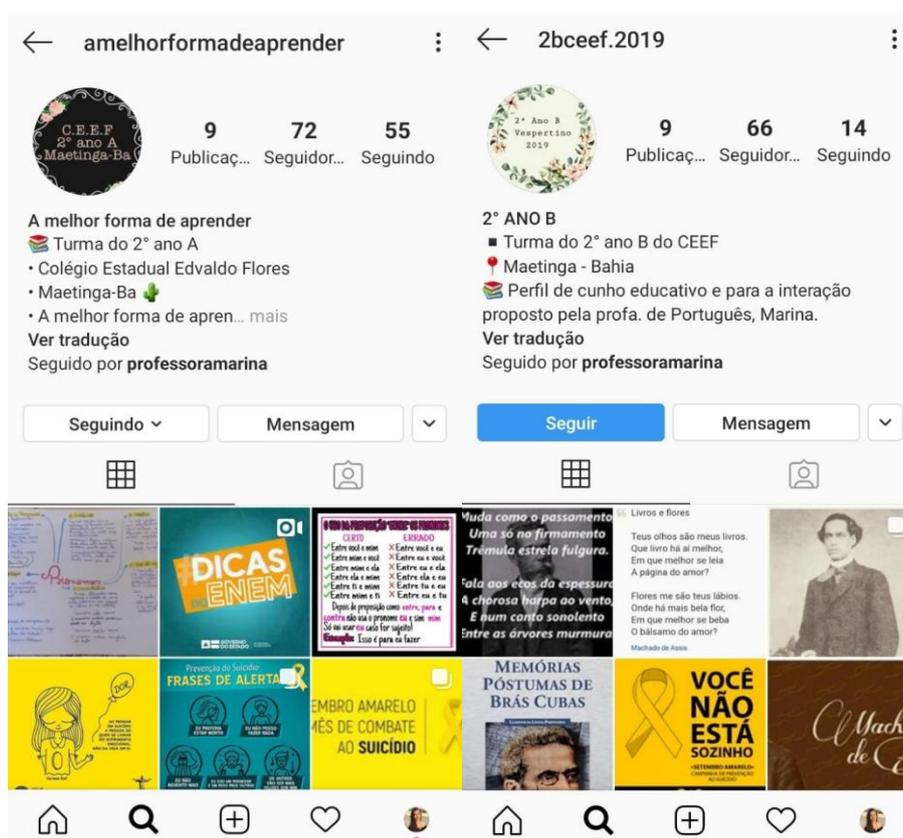
---

<sup>5</sup> A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), cadastrada no Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) sob o número 17428619.9.0000.005.

sobrevivem, mais especialmente, da agricultura familiar, pecuária e do setor de serviços. Uma das pesquisadoras estava inserida na escola como parte do corpo docente, lecionando o componente curricular de Língua Portuguesa em turmas de 2ª série do Ensino Médio.

Inicialmente, com o intuito de investigar a retextualização como estratégia de ensino de produção textual — tanto em meios mais convencionais (como o papel) quanto em meios, à época, menos comuns na escola em questão (o celular) — e, também, de analisar as possibilidades do uso de redes sociais em contexto de ensino-aprendizagem, propusemos, aos estudantes, a criação de perfis das duas turmas na rede social *Instagram*, muito popular entre os jovens envolvidos na atividade. Organizados em duplas ou trios, os alunos deveriam produzir publicações de *Instagram* a respeito de temas pertinentes ao meio escolar ou ao ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Dessa forma, eles poderiam se expressar utilizando diferentes modalidades da linguagem<sup>6</sup>, possibilitadas pelo gênero publicação de *Instagram* e pelo próprio suporte da produção, o *smartphone*. A Figura 1 apresenta uma visão geral dos perfis das turmas na rede social:

**Figura 1.** Perfis das turmas na rede social Instagram



Fonte: disponível em: <https://www.instagram.com/amelhorformadeaprender/> e <https://www.instagram.com/2bceef.2019/> Acesso em 13 jan. 2025.

<sup>6</sup> Conforme Rojo e Barbosa (2015), as modalidades da linguagem são verbal, gestual, sonora e as visuais, presentes em textos digitais ou analógicos.

Durante uma unidade letiva, a produção dos *posts* foi um dos instrumentos de avaliação do componente curricular e, paralelamente a essa tarefa, demos início ao trabalho com retextualização. Antes de escolhermos o gênero a ser trabalhado nessa proposta, a temática da atividade se apresentou aos nossos olhos diante dos recorrentes casos de transtornos de ansiedade e de depressão envolvendo os estudantes, percebidos pelo corpo docente da instituição.

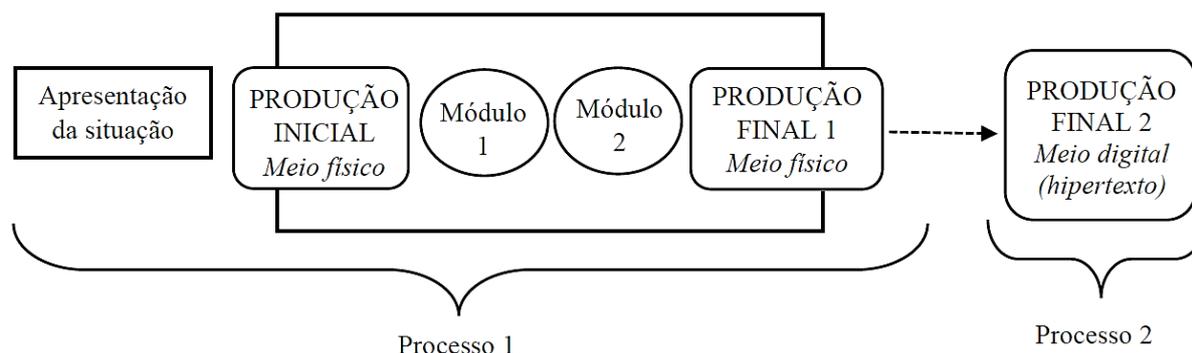
Esse cenário, entretanto, não se restringe à escola citada. Chapla *et al.* (2016), em estudo realizado com 123 estudantes adolescentes de escolas públicas e particulares no Paraná, apontou que 17% dos entrevistados apresentaram risco de ansiedade. Entre as causas para o desenvolvimento de transtornos de ansiedade e depressão nessa etapa da vida, Silva *et al.* (2019) destacam: o desamparo dos jovens durante as mudanças na adolescência; insatisfação corporal que provoca padrões inadequados de alimentação e de atividade física; alterações psicossociais com oscilações de autoestima; dificuldades no relacionamento familiar; distúrbios do sono; fatores ambientais (pobreza, dificuldade de aprendizagem e leitura, entre outros). Diante da problemática, Scarpati e Gomes (2020) afirmam, a partir de revisão sistemática de 20 artigos sobre depressão infantil, que família, escola e sociedade devem agir conjuntamente para enfrentamento das condições de saúde mental de adolescentes com sintomas de depressão, cabendo aos professores, devidamente orientados sobre o tema, encaminharem estudantes para tratamento psicológico e psiquiátrico, pois a falta de intervenção especializada

[...] pode interferir no funcionamento social, psíquico e comportamental do indivíduo, fazendo com que apresente prejuízos clinicamente significativos em várias áreas do seu funcionamento, e maior risco de suicídio, interferindo ainda, na vida escolar e nos relacionamentos interpessoais do sujeito (Scarpati, Gomes, 2020, p. 12).

Isto posto, esquematizamos uma intervenção pedagógica com um gênero que favorecesse o diálogo sobre o assunto e contribuísse na conscientização sobre saúde mental na comunidade escolar. Assim, empregamos o procedimento de sequência didática envolvendo o gênero discursivo carta motivacional — que, como dissemos na seção anterior, favorece a afetividade, tão necessária diante do tema destacado.

A sequência didática (SD), tal como adotamos, é ancorada nos estudos de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011 [2004]) para gêneros orais e escritos, na qual são sistematizadas atividades escolares, no intuito de auxiliar o estudante na aprendizagem de um gênero elegido, considerando que cada gênero necessita de procedimentos específicos para ser ensinado. Os autores sugerem que a SD seja realizada tendo em vista um gênero que se encaixe em uma das três possibilidades: (i) o público-alvo tenha pouco domínio; (ii) no cotidiano do estudante seja pouco acessível naturalmente; (iii) seja de um campo da vida pública. Nesse caso, escolhemos um gênero de domínio insuficiente dos alunos e de pouco acesso naturalmente, levando em conta, ainda, sua relevância para o tema da saúde mental e as possibilidades do desenvolvimento da expressão escrita dos alunos. A SD se configurou da seguinte maneira:

**Figura 2.** Sequência didática desenvolvida com os participantes da pesquisa



Fonte: Amorim (2021, p. 62).

A Figura 2 apresenta dois processos de produção. O *Processo 1* relaciona os procedimentos da SD, de acordo com Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011 [2004]) — apresentação da situação, produção inicial, módulos e produção final — que se referem ao gênero carta, desenvolvidos com todos os alunos das duas turmas de 2ª série. Já o *Processo 2* é um desdobramento da SD e alude a publicações de *Instagram* elaboradas por apenas duas duplas de alunos, acerca do mesmo tema das cartas: valorização da vida.

A *apresentação da situação* é, conforme os autores, a exposição, aos alunos, de toda a atividade que será realizada: o gênero abordado, a quem se dirigirá o texto, forma de produção, os participantes da atividade e a importância dos procedimentos para as aprendizagens. Essa apresentação deve buscar envolver a turma no projeto, tornando-a o mais significativa possível. Em relação à SD desenvolvida, introduzimos o gênero discursivo (carta pessoal, nesse momento), a temática da saúde mental, os interlocutores dos textos (a comunidade escolar), a forma de produção (um mural de cartas), os participantes (os alunos de duas turmas) e a relevância do que eles aprenderiam nessa oportunidade. Na apresentação da situação, foi diagnosticado que os estudantes não tinham hábito de fazer cartas, com pouca ou nenhuma experiência com o gênero.

Simultaneamente à apresentação da situação, ocorreu a proposta de *produção inicial*. Essa, por sua vez, é o momento de elaboração de um texto que performe o gênero solicitado, ainda que com poucas (in)formações acerca do gênero. A produção inicial, nessa oportunidade, deu continuidade a um projeto literário, no qual os estudantes leram diferentes obras. A atividade solicitou que, individualmente, produzissem uma carta em uma das possibilidades aduzidas: (i) carta para o autor ou autora do livro, relatando sua experiência ao ler a obra; (ii) carta para um dos personagens do livro; (iii) carta para um colega de turma, recomendando a obra lida. Essa produção, assim como os demais processos da SD, consistiu em uma avaliação formativa, na qual o estudante é avaliado de acordo com o avanço das aprendizagens construídas, e serviu de diagnóstico para elaborarmos os módulos da sequência.

Em cada módulo da SD devem ser trabalhados problemas que surgiram nos textos elaborados. Com base nas produções iniciais, elaboramos dois módulos. O *Módulo 1* foi alicerçado nas características do gênero carta, ao percebermos que os estudantes não dominavam (como esperado) seus aspectos composicionais, temáticos e estilísticos (Bakhtin, 2016). Em sequência, o *Módulo 2* foi dedicado às principais dificuldades com particularidades de ordem gramatical, como concordâncias e ortografia. Foram realizadas exposições orais pela professora regente da turma e atividades de fixação.

Após a preparação, os estudantes foram convidados a refletir sobre a temática principal do projeto — a saúde mental —, a partir de quatro textos que serviriam de base para a elaboração das cartas. Uma vez que as cartas tratariam de um assunto tão delicado, destinado a um público diversificado, os estudantes precisariam ter responsabilidade com as palavras — assim como eles próprios poderiam estar passando por desordens emocionais. Assim, foram discutidos os textos: *story* do *Instagram*, com uma reflexão sobre a campanha de Setembro Amarelo; reportagem do programa de televisão “Fantástico” (Rede Globo), a respeito do suicídio do ator Robin Williams; mensagem motivacional “*Depression – In memory of Robin Williams*” (Depression [...], 2019)<sup>7</sup>; reportagem “Setembro Amarelo: como conversar com alguém que está pensando em cometer suicídio” (Setembro[...], 2019). Além dos textos sugeridos no momento da produção das cartas, os estudantes utilizaram um material didático sobre o gênero, trabalhado durante o Módulo II da SD.

A discussão dos textos deu seguimento à *produção final*, que consistiu na produção de uma nova carta, em duplas, por meio da retextualização dos textos discutidos. Em seguida da produção conjunta, em sala de aula, as cartas foram revisadas pela professora, colocadas em envelopes e, depois, dispostas em um mural em área comum da escola, como está retratado na Figura 3:

**Figura 3.** Mural de cartas fixado na escola



Fonte: Amorim (2021, p. 64).

<sup>7</sup> A tradução do texto de inglês para português foi realizada em parceria com a professora de Língua Inglesa da instituição, que também discutiu o tema, visando um trabalho coletivo e interdisciplinar.

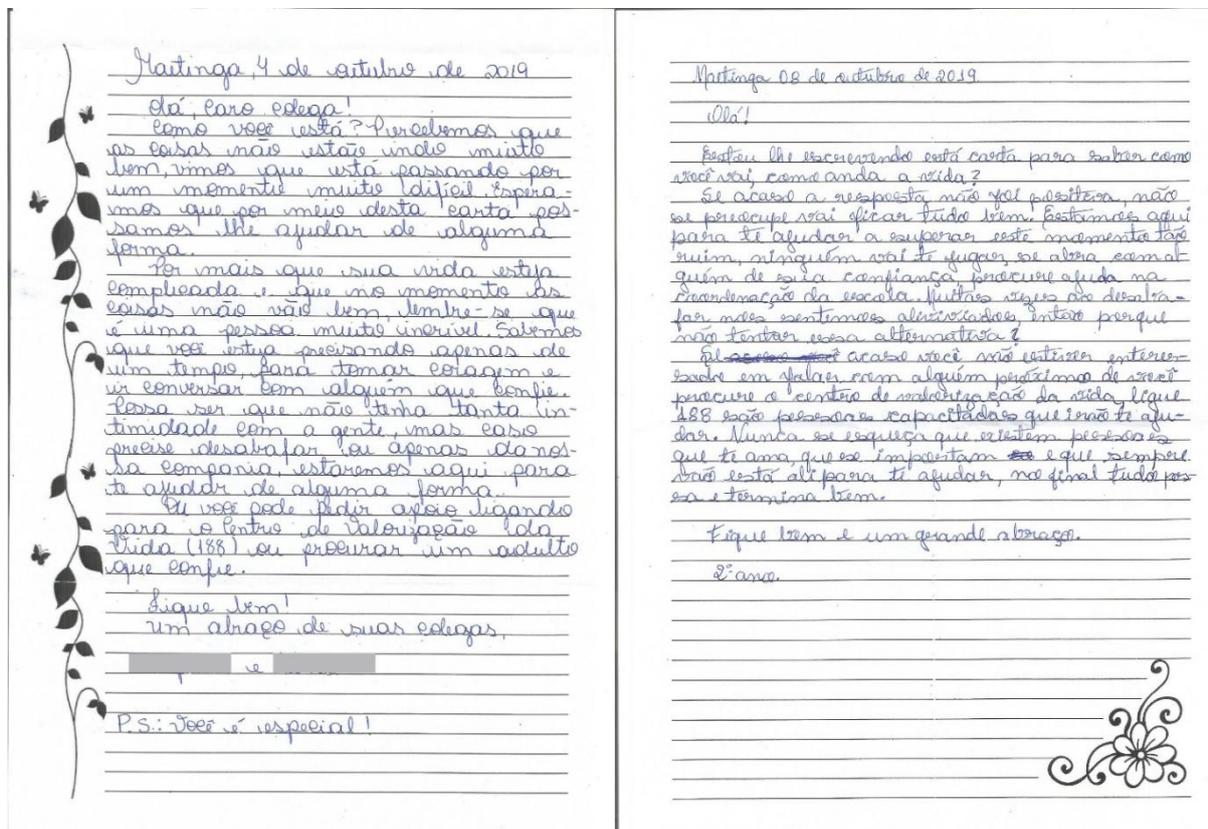
Após a finalização do Processo 1 da SD, uma dupla de estudantes de cada turma envolvida na atividade foi convidada a produzir *posts* de *Instagram* acerca do mesmo tema das cartas: valorização da vida. Devido ao objetivo deste artigo, não nos aprofundaremos nesse segundo procedimento.

Assim, a retextualização que originou as cartas foi uma atividade que envolveu os estudantes das turmas e outros membros da comunidade escolar, que puderam ler os textos. Os alunos tinham um propósito definido com a escrita das cartas, e essa orientação os norteou em todo o processo. Para uma investigação mais detalhada, selecionamos duas cartas para análise, elaboradas pelas duplas 1) E e F e 2) M e S, esmiuçadas na próxima seção. Na coleta de dados, as duplas produziram os textos em salas separadas e tiveram todo o processo registrado em áudio. Posteriormente, foram submetidas a uma entrevista semiestruturada com a professora-pesquisadora. Neste trabalho, atemo-nos apenas às versões finais das cartas.

## 4 Produção de cartas em sala de aula: palavras e afetividade

Como explanado, analisaremos duas cartas entre as produzidas pelos estudantes. Trata-se das cartas 1 e 2, dispostas na Figura 4:

Figura 4. Carta 1 (dupla E e F) e Carta 2 (dupla M e S)



Fonte: banco de dados das pesquisadoras.

Para viabilizar a leitura dos textos, no quadro abaixo, dispomos as transcrições das duas cartas:

**Quadro 1.** Transcrição das cartas<sup>8</sup>

Carta 1	Carta 2
<p>Maetinga, 4 de outubro de 2019 Olá, caro colega! Como você está? Percebemos que as coisas não estão indo bem, vimos que está passando por um momento muito difícil. Esperamos que por meio desta carta possamos lhe ajudar de alguma forma. Por mais que sua vida esteja complicada e que no momento as coisas não vão bem, lembre-se que é uma pessoa muito incrível. Sabemos que você esteja precisando apenas de um tempo para tomar coragem e ir conversar com alguém que confie. Possa ser que não tenha tanta intimidade com a gente, mas caso precise desabafar ou apenas da nossa companhia, estaremos aqui para te ajudar de alguma forma. Ou você pode pedir apoio ligando para o Centro de Valorização da Vida (188) ou procurar um adulto que confie. Fique bem! Um abraço de suas colegas, E e F. P.S.: Você é especial!</p>	<p>Maetinga, 08 de outubro de 2019. Olá! Estou lhe escrevendo esta carta para saber como você vai, como anda a vida? Se acaso a resposta não foi positiva, não se preocupe vai ficar tudo bem. Estamos aqui para te ajudar a superar este momento tão ruim, ninguém vai te julgar, se abra com alguém de sua confiança, procure ajuda na coordenação da escola. Muitas vezes ao desabafar nos sentimos aliviados então porque não tentar essa alternativa? Se <del>acaso você</del> acaso você não estiver interessado em falar com alguém próximo de você procure o centro de valorização da vida, ligue 188 são pessoas capacitadas que irão te ajudar. Nunca se esqueça que existem pessoas que te ama, que se importam e e que sempre vão está ali para te ajudar, no final tudo passa e termina bem. Fique bem e um grande abraço. 2º ano.</p>

Fonte: elaboração própria.

Os primeiros elementos que aparecem em ambas as cartas são a localização e a data, seguidas de saudação. A dupla E e F optou por direcionar o texto a um colega com “Olá, caro colega!”, enquanto M e S foram mais gerais no cumprimento, utilizando, apenas “Olá!”, sem especificar um interlocutor. Em seguida, as cartas seguiram construções mais diferenciadas, o que requer uma descrição individual.

Os estudantes que elaboraram a Carta 1 prosseguiram para o corpo do texto como se conhecessem o interlocutor, utilizando uma abordagem muito direta e íntima, ao dizer “Percebemos que as coisas não estão indo bem, vimos que está passando por um momento difícil”. Uma vez que a atividade proposta sugeria a escrita de uma carta para alguém que estivesse passando por um momento de fragilidade emocional, as alunas intuíram que o interlocutor, de fato, correspondesse a esse perfil. Assim, continuaram informando o objetivo da carta: “Esperamos que por meio desta carta possamos lhe ajudar de alguma forma”.

<sup>8</sup> Nas cartas dispostas no Quadro 1, há alguns desvios gramaticais. É importante esclarecer que, diante dos objetivos da pesquisa de mestrado, não houve interferências da professora com correção e sugestão de reescrita das cartas analisadas, uma vez que pretendia-se observar como acontecia o processo de produção conjunta, sem intervenções de outrem. Ainda assim, a revisão e a reescrita, enquanto tarefas de produção de retextualização, apareceram durante o processo de retextualização, realizadas pelas próprias duplas.

No parágrafo seguinte, as alunas abordaram o aspecto “motivacional” da carta, elogiando o interlocutor (“pessoa muito incrível”), sugerindo que desabafe com alguém e se colocando à disposição para fazer companhia e ajudá-lo. Essa abordagem é proposta na reportagem do texto-base “Setembro Amarelo: como conversar com alguém que está pensando em cometer suicídio” (G1, 2019, n.p.):

- Não sinta que precisa preencher todos os silêncios com conselhos e com palavras: às vezes a pessoa está tomando coragem para falar e precisa de um tempo. [...]
- Algumas perguntas úteis podem ser:
  - Você já conversou com mais alguém sobre isso?
  - Você gostaria de procurar ajuda?
  - Gostaria que eu fosse com você?
  - Há alguém em quem você confia que possa procurar?
  - Se ajudar, você pode falar comigo quando precisar (G1, 2019, n.p.).

Considerando a situação de produção da carta, as alunas retextualizaram algumas das perguntas indicadas no texto-base. Outras orientações da reportagem foram: “Verifique se a pessoa sabe onde e como obter ajuda profissional” e “Você pode indicar para a pessoa que ligue para o Centro de Valorização da Vida (188) quando precisar de mais apoio – e também pode ligar caso precise”. É possível reconhecer que os dois trechos foram retextualizados no último parágrafo da carta: “Ou você pode pedir apoio ligando para o Centro de Valorização da Vida (188) ou procurar um adulto que confie”, como também orientado nas discussões sobre o tema em sala de aula.

A carta foi encerrada com um desejo: “Fique bem! / Um abraço de suas colegas,”. As alunas fizeram questão de indicar seus nomes na despedida, uma vez que se colocaram à disposição do interlocutor para conversar. Um elemento do gênero carta pessoal, discutido no Módulo II, foi o *post scriptum*, que originalmente, é utilizado no final da carta, quando o remetente esquece de escrever alguma informação relevante. A dupla utilizou “P.S.: Você é especial!” como um recurso de “motivação”, como percebido na gravação do áudio do diálogo que traçaram durante a retextualização.

Já na Carta 2, a abordagem foi um pouco mais ponderada, posto que os alunos partem do fato de não conhecerem o interlocutor. Desse modo, M e S questionam como está a vida do leitor e, prevendo uma resposta negativa, confortam: “Se acaso a resposta não foi positiva, não se preocupe vai ficar tudo bem”. Os alunos indicam que a carta visa ajudar o interlocutor a superar as dificuldades e afirmaram: “[...] ninguém vai te julgar, se abra com alguém de sua confiança, procure ajuda na coordenação da escola”. Na reportagem (G1, 2019), lemos: “Ela [Gillard, da organização Beyond Blue] afirma que é importante mostrar que você não está julgando e conversar sobre o presente”. Ou seja, a dupla retextualizou as informações da reportagem, demonstrando compreender as instruções para dialogar com pessoas que tenham pensamentos suicidas, e acrescentou a instrução para que o interlocutor procurasse a

coordenação da escola, a qual poderia encaminhá-lo para um serviço psicológico<sup>9</sup>. O parágrafo é encerrado com a sugestão: “Muitas vezes ao desabafar nos sentimos aliviados então porque não tentar essa alternativa?”.

A orientação para buscar o Centro de Valorização da Vida, assim como fizeram as alunas E e F, apareceu no final da carta, como alternativa caso o interlocutor não quisesse conversar com alguém que o conhecesse. Mais uma vez, M e S oferecem acolhimento, no seguinte trecho: “Nunca se esqueça que existem pessoas que te ama, que se importam e que sempre vão está ali para te ajudar, no final tudo passa e termina bem”. A despedida se assemelha à Carta 1: “Fique bem e um grande abraço”. A expressão “Fique bem” também aparece no material didático sobre o gênero, citado anteriormente, o que pode justificar a repetição da despedida nas duas cartas. Diferentemente da dupla E e F, os alunos M e S não se identificaram na carta, assinando-a como “2º ano”, turma à qual pertenciam.

Com a breve análise das duas cartas, percebemos que a retextualização se mostrou uma estratégia eficaz para o ensino-aprendizagem de produção textual, uma vez que, por meio da leitura e da compreensão dos textos-base, que serviram de repertório para a produção das cartas, os alunos puderam textualizar suas próprias ideias, de acordo com o gênero carta proposto. Os textos-base foram um norte para “ter o que dizer” sobre o tema, sem que os estudantes copiassem trechos diretamente. Em cada carta, à sua maneira, as duplas cumpriram com o objetivo da produção, que foi proporcionar, em certa medida, acolhimento a alguém que estivesse em um momento de fragilidade emocional, encorajando-o para lidar com a vida e sugerindo a busca por atendimento psicológico especializado.

Em relação ao gênero carta produzido, foi apresentada uma ramificação na gama dos gêneros epistolares, por ter propósitos bem estabelecidos que a diferenciou de outros tipos de carta, emergindo, assim, o gênero que denominamos de carta motivacional, que também pode ser chamada de carta de acolhimento. A carta motivacional pode apresentar a mesma estrutura de uma carta pessoal, porém, diante do interlocutor médio, apenas previsível, o conteúdo temático é menos pessoal. Seu objetivo não é dar ou receber notícias de alguém distante e nem mesmo sugere uma resposta em forma de carta. O intuito da carta motivacional ou carta de acolhimento, como explicitado em seu nome, é acolher, através das palavras, alguém que esteja enfrentando qualquer situação desafiadora no quesito emocional e psicológico. No contexto da escola, a carta foi direcionada, mais especificamente, para pessoas da comunidade escolar (em sua maioria, estudantes) com transtornos de ansiedade e/ou depressão, como uma ação para a prevenção ao suicídio.

---

<sup>9</sup> À época da coleta de dados, a escola na qual se ambientou a pesquisa não contava com equipe psicológica, mas havia a parceria entre a instituição e a Secretaria de Saúde do município, o que resultava no encaminhamento de diversos estudantes para o serviço psicológico. A partir de 2023, a escola passou a contar com uma psicóloga escolar, à disposição de estudantes e professores, dentro da unidade.

## Considerações finais (despedida)

Antunes (2015 [2003]) defende a importância de os alunos se sentirem sujeitos nas práticas de produção textual. Diante disso, preconizar propostas de elaboração de textos que circularão na escola e na sociedade, de maneira geral, contribui para a consolidação dos conhecimentos constituídos nas aulas de Língua Portuguesa e para o desenvolvimento dos estudantes como sujeitos sociais.

A retextualização, por ser um processo de produção que envolve a compreensão de textos anteriores para a elaboração de um novo texto, proporcionou, aos alunos, a reconstrução dos saberes adquiridos nos textos-base e a apropriação dos conhecimentos para a elaboração de outro texto, de acordo com o propósito comunicativo dado.

Especificamente no caso da SD sobre carta motivacional (ou carta de acolhimento) com a temática da valorização da vida, percebemos que o gênero possibilitou, dentro das limitações, a criação de vínculo comunicativo entre os interlocutores. Nos artigos sobre saúde mental e adolescência investigados, foi relatada a importância da família, da escola e da sociedade para a superação da condição de saúde mental dos adolescentes com sintomas depressivos e diagnóstico de depressão. Munir os estudantes de conhecimentos sobre o tema pode auxiliá-los na superação dos desafios que envolvem as pressões da vida, como também prepará-los para lidar, no que for possível, com pessoas que estejam passando por depressão ou ansiedade, sabendo para onde encaminhá-las e como buscar ajuda.

A proposta de ensino de produção textual a partir cartas motivacionais se mostrou efetiva para tratar tanto de aspectos linguísticos — organização das informações, escolhas dos modos de dizer, progressão referencial — quanto textuais — adequação ao gênero do discursivo solicitado — e discursivos — a partir do reconhecimento do propósito comunicativo e dos sujeitos envolvidos (previstos) na interação. Durante os módulos da SD, os alunos puderam visualizar e corrigir problemas de ordem linguística que ocorreram nos próprios textos da produção inicial, o que tornou a aprendizagem mais significativa, e a avaliação pôde ser formativa, analisando o progresso dos discentes ao longo das etapas. A prática revelou que, além dos conhecimentos linguísticos, os estudantes puderam se (in)formar sobre uma temática relevante e emergente para desempenharem papéis sociais.

As cartas motivacionais, como percebidas na análise, emergiram diante de uma proposta de produção textual em sala de aula. No entanto, outros estudos podem ser realizados, com vistas a perceber esse gênero em outros campos da atividade humana.

Por fim, a atividade realizada demonstrou que as cartas continuam em uso e em ascensão nas práticas sociais, revelando que as tecnologias digitais não anulam as tecnologias analógicas, pois cada situação comunicativa requer um gênero discursivo que favoreça os propósitos da interação.

## Referências

- AMORIM, M. M. P. *O hipertexto no ensino (app)rendizagem: a retextualização no meio digital*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepepin.org/index.php/repositorioppglintesesdissertaco/article/view/2240>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- ANTUNES, I. *Aula de português: encontro & interação*. 1.ed. 14. reimpressão. São Paulo: Parábola Editorial, 2015 [2003].
- ARAÚJO, J. *Constelação de gêneros: a construção de um conceito*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2021.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BUNZEN, C. Cartas pessoais nos manuais escolares: letramento escolar? *Revista Intercâmbio*, v. 13, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3979>. Acesso em: 23 set. 2020.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 12 jul. 2020.
- CAVALCANTE, M. M.; SILVA, T. S.; SILVA, Y. W. Dimensões analíticas da Linguística Textual. In: LIMA, A. H. V; SOARES, M. E.; CAVALCANTE, S. A. S. (Orgs.). *Linguística geral: os conceitos que todos precisam conhecer*. São Paulo: Editora Pimenta Cultural, 2020, p. 17-41. Disponível em: [https://www.pimentacultural.com/files/ugd/c6b165\\_6f21083404ff4f2e977460fd7f35e73b.pdf](https://www.pimentacultural.com/files/ugd/c6b165_6f21083404ff4f2e977460fd7f35e73b.pdf). Acesso em: 21 jan. 2023.
- CHAPLA, A. L. *et al.* Correlação entre comportamentos de risco à saúde e depressão em adolescentes. *Caderno de Educação Física e Esporte*. Marechal Cândido Rondon, v. 14, n. 2, p. 29-36, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7956793>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- DELL'ISOLA, R. L. P. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DEPRESSION – In memory of Robin Williams. *WCircle*. 2019. Disponível em: <https://www.wvcircle.com/index.php/2019/09/06/depression-in-memory-of-robin-williams/>. Acesso em: 12 jul. 2020
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Orgs.). *Gêneros orais e escritos na escola*. 3. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2011 [2004], p. 81-108.
- IBGE. *Maetinga*, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/maetinga.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais: o que são e como se constituem*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Texto inédito, 2000.
- MARCUSCHI, L.A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010 [2000].
- MATENCIO, M. L. M. Atividades de (re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 109-122, 2002. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12453>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- PARABOLICAMARÁ. Intérprete e compositor: GIL, G. In: Parabolicamará. Intérprete: GIL, G. WEA, 1991. CD. (4min30s)
- ROJO, R.; BARBOSA, J. P. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

RODRIGUES, L. G. B. O enunciado do aluno e a variação de tom no gênero discursivo cartas. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 7., n. 1, p. 137-155, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.47295/mren.v7i1.1525>

SÁ, J. N.; CASOTTI, J. B. C. Prática de leitura e produção de textos: o trabalho com o gênero carta do leitor no Ensino Médio. *Gláuks – Revista de letras e artes*, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 199-212, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Adriana-Dellagnelo/publication/348479472\\_Producao\\_Escrita\\_em\\_Livros\\_Didaticos\\_de\\_Lingua\\_Estrangeira\\_Um\\_Olhar\\_Para\\_os\\_Generos\\_Textuais/links/600080f2a6fdccdc851eaf4/Producao-Escrita-em-Livros-Didaticos-de-Lingua-Estrangeira-Um-Olhar-Para-os-Generos-Textuais.pdf#page=12](https://www.researchgate.net/profile/Adriana-Dellagnelo/publication/348479472_Producao_Escrita_em_Livros_Didaticos_de_Lingua_Estrangeira_Um_Olhar_Para_os_Generos_Textuais/links/600080f2a6fdccdc851eaf4/Producao-Escrita-em-Livros-Didaticos-de-Lingua-Estrangeira-Um-Olhar-Para-os-Generos-Textuais.pdf#page=12). Acesso em: 15 abr. 2024.

SCARPATI, B. G.; GOMES, K. M. Depressão na adolescência: causas, sintomas e tratamento. *Revista de Iniciação Científica*, Criciúma, v. 18, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/iniciacaocientifica/article/view/6031/5591>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SETEMBRO Amarelo: como conversar com alguém que está pensando em cometer suicídio. *G1*, 09 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/09/09/setembro-amarelo-como-conversar-com-alguem-que-esta-pensando-em-cometer-suicidio.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2020.

SILVA, G. A. C. *et al.* Causas de depressão em crianças e adolescentes. *RESU – Revista Educação em Saúde*, v. 7, suplemento 1, p. 189-199, 2019. Disponível em: <https://revistas2.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/3805/2643>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SILVA, J. Q. G. *Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/padrao\\_cms/documentos/profs/romulo/UM%20estudo%20sobre%20o%20g%C3%A9nero%20carta%20pessoal%20de%20JANE%20QUINTILIANO.pdf](http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/romulo/UM%20estudo%20sobre%20o%20g%C3%A9nero%20carta%20pessoal%20de%20JANE%20QUINTILIANO.pdf). Acesso em: 23 set. 2020.

TRAVAGLIA, N. G. *Tradução retextualização: tradução numa perspectiva textual*. Uberlândia: Edufu, 2003.

Artigo / Article

# "Entre Cartas...": uma abordagem de escrita e leitura em tempos digitais

*"Entre Cartas...": an approach to writing and reading in digital times*

---

**Edilaine Gonçalves Ferreira de Toledo** 

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

[edilainetoledo@cefetmg.br](mailto:edilainetoledo@cefetmg.br)

<https://orcid.org/0000-0003-4188-9355>

---

Recebido em: 31/05/2024 | Aprovado em: 20/11/2024

---

## Resumo

Este artigo é um cotejo de parte das ações resultantes de projeto de extensão desenvolvido por uma escola pública federal em parceria com uma escola estadual de sua comunidade externa. As atividades foram executadas durante e pós pandemia, nas possibilidades de adaptações para um ensino em formato remoto e híbrido, cujo principal objetivo foi ampliar a fluência da escrita e leitura de jovens estudantes de Ensino Médio. A partir de referenciais teóricos em Andrade (2010), Barton e Lee (2015), Coscarelli (2016), Tolentino (2018), Compagnon (2019), Pereira (2021) e Garcia Rodrigues (2024), a estratégia metodológica deu-se por meio de revisão bibliográfica e pesquisa exploratória a fim de observar e analisar como a prática da escrita, aliada ao estudo do gênero carta, pode viabilizar ao produtor do texto maior interação e construção de sentido. Como resultado, observou-se que, em tempos digitais e na fluidez das informações, a correspondência apresentou-se como instrumento mediador potente para formação leitora, prática de escrita e ampliação dos letramentos dos estudantes.

**Palavras-chave:** Carta • Leitura • Produção Textual • Contemporaneidade • Digitalidades

## Abstract

This article is part of resulting actions extension project's developed by public federal school, together with public school of external community. The activities were executed during and after the pandemic, in in the possibilities of adaptations for teaching in remote and hybrid format, with main objectives was

to increase the writing and reading fluency of young high school students. From theoretical references in Andrade (2010), Barton e Lee (2015), Coscarelli (2016), Tolentino (2018), Compagnon (2019), Pereira (2021) and Garcia Rodrigues (2024), the methodological strategy was by means of bibliographic review and exploratory research in order to observe and analyze as the practice of writing, combined with the study of the letter genre, can enable the text producer greater interaction and construction of meaning. As a result, was observed that, in digital times and in the fluidity of information, correspondence appeared as a powerful mediating instrument for reading training, writing practice and expanding students' literacy.

**Keywords:** Letter • Reading • Text Production • Contemporary • Digitalities

## Considerações iniciais

Este artigo apresenta uma amostragem reflexiva de duas ações do projeto de extensão “*Entre Cartas... Com sua Comunidade*” – da Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário - DEDC, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, unidade Varginha, entre 2020-2023, junto aos seus estudantes e também junto a escola parceira do projeto – E.E. Pedro de Alcântara - com o intuito de optar pela correspondência em contexto digital durante a pandemia, e depois em atividades presenciais no pós-pandemia, com atividades de escrita e leitura. A intenção era de aproximar os jovens dos conteúdos atemporais que muitas cartas apresentam, como motivação para uma leitura além de gênero textual, e de ações de escrita em correspondência, além de fomentar a leitura literária no contexto escolar.

Neste momento em que o processo de escrita e leitura concentra-se mais em telas virtuais do que em papel, por que realizar uma atividade, cuja motivação se dá por meio das cartas, com estudantes de nível médio, em tempos em que a tecnologia é parte integral da vida deles? O viés pretendido foi trabalhar a correspondência enquanto corpus significativo de interação comunicativa e discursiva (Andrade, 2010), bem como explorar seus aspectos históricos, literários, aprofundando, comparativamente, reflexões socioculturais entre o universo das missivas escolhidas e da realidade dos discentes, como Garcia Rodrigues (2024, p. 16) ao apontar-nos que cartas unem pessoas; e se antes eram utilizadas como principal meio de comunicação e interação, hoje são consideradas “[...] documento, testemunho”.

A leitura e a escrita, habilidades importantes na formação e consolidação acadêmica dessa geração digital é desafio pungente no dia a dia escolar. Em situações de excepcionalidade, como foi durante a pandemia, essas questões ampliaram-se e tiveram de ser adaptadas aos aparatos e cenários digitais. Dessa forma, a necessidade de os alunos estarem aptos a ter produção escrita e formação leitora competentes, inclusive no meio digital, exigiu de todos os envolvidos novas maneiras de se trabalhar tais aspectos, colocando em pauta, novamente, velhos desafios a serem enfrentados e superados, agora em contextos digitais.

O hábito histórico e tradicional de escrever cartas, com o advento das tecnologias, perdeu-se em meio a tantas formas rápidas e compactas de estar junto e fazer-se presente na contemporaneidade, já que tudo hoje é mais instantâneo e, em poucos cliques, resolve-se muito. Além disso, o mecanismo da escrita à mão, uma habilidade psicomotora que, desde a infância, é construída e aprimorada, perde seu espaço gradativamente, sendo substituída pelas digitações ágeis em teclados de smartphones e notebooks, mesclando as formas de registro, pertencimento e desenvolvimento de habilidades que se consolidam no Ensino Médio.

Tolentino (2018) já afirmava que uma educação participativa, na qual estudantes são protagonistas de suas práticas por meio de suas percepções e vivências, denota em bons resultados de usos sociais e significativos da escrita, como por meio de cartas, em um estímulo à escrita em sala, com proximidade e significado à realidade de estudantes. Em reflexão semelhante, Andrade (2010) reforça que:

[n]esse contexto, alguns gêneros textuais discursivos são considerados essenciais para atender à realidade social e linguística do aluno, aprendiz de escrita. Dentre esses gêneros, pode-se citar a carta, pois sua produção atende ao que hoje se pretende seguir na escola: trabalhar a escrita, observando de um lado a relação oral e escrita, num continuum de proximidade e distância entre os participantes, e de outro, a necessidade de que a prática da escrita esteja voltada para situar o aluno como cidadão consciente do uso social de sua língua materna (Andrade, 2010, p. 112).

A diversidade de estratégias pedagógicas em torno do gênero textual carta, potencializadas nos últimos tempos, possibilitam interações entre jovens, tanto no âmbito da escrita, quanto da leitura, aprofundando-lhes o desenvolvimento das percepções sobre si como cidadãos e fortalecendo-os em seus valores pessoais e sociocognitivos, que se expandem na realidade escolar em que se encontram (BNCC, 2018).

Seja em atividades descontraídas de apresentação pessoal na sala de aula, em troca de cartas com outros estudantes, seja na leitura de trechos de cartas de figuras públicas e históricas conhecidas, ou até escrevendo para si mesmos, nas conhecidas ações de “cápsulas do tempo”, o engajamento dos discentes nas tarefas de escrita revelam que estas têm sido mais motivadoras, com maior sentido em relação à competência escritora que a escola, por tradição, desenvolve desde sempre. E, apesar de mensagens de textos, e-mails e computadores serem parte de nossa cultura atual, sendo uma espécie de remodelagem das conhecidas missivas, ter uma boa habilidade de escrita também é requisito importante não só na escola, mas também em situações de vestibulares e mercado de trabalho.

Conforme Galvão e Gotlib (2000), Rodrigues (2017) e Usher (2017), sabe-se que em inúmeros momentos marcantes, no Brasil ou no mundo, o gênero carta registrou fatos históricos, romances inesquecíveis, decisões importantes ou desejos impopulares: revelou personalidades ao longo da história, enunciou ideias, comportamentos e filosofias; construiu e apresentou, dialogicamente, trajetórias de muitas sociedades, sempre por meio do papel. Com a ascensão e consolidação das mídias na propagação da informação, sobretudo as digitais, por meio da internet, as formas de interação e registro tornaram-se mais rápidas. Assim, é fato que

escrever cartas no papel não acompanha a instantaneidade das interações contemporâneas. No entanto, a celeridade das digitações nos aparatos eletrônicos não é suficiente para ocupar o espaço que as correspondências sempre empreenderam: vínculo, pertencimento e materialidade de interlocuções, que a liquidez da vida on-line, até então, não suprem.

No que se refere à leitura, a tela passa a ser o papel de outrora e delinea uma nova forma de contato com a fonte a ser lida, linear ou não, e que pode ser não só o livro, mas também qualquer conteúdo do smartphone à palma das mãos. No que se refere à escrita, o mesmo smartphone passa a ser o rascunho mais próximo do registro das ideias, com os dedos na função de lápis ou caneta, denotando um novo jeito de representação e forma de escrever, seja de modo individual ou colaborativa nos suportes digitais. Essa realidade, que parece dificultar o ler e o escrever contemporâneo, são o cenário ideal em que as correspondências e toda a dinâmica interlocutória que as envolve mantêm atuais: nota-se um aumento de estudos epistolares, divulgação de coletâneas de cartas de autores consagrados, assim como muitas iniciativas envolvendo a troca de correspondências entre diversos públicos, com objetivos diversos.

Nessa perspectiva, é possível ajustar e dinamizar o modo analógico e o digital às formas de consumo e comportamentos que engendraram as novas formas de desenvolver escrita e leitura nas sociedades contemporâneas, sobretudo com os jovens. Nesse recorte do projeto "Entre Cartas...Com Sua Comunidade", a carta como documento histórico e registro de vida cotidiana e amizade entre autores literários foi, junto a aplicativos de mensagens e escrita online, ponto motivador para ações de leitura e escrita enquanto a pandemia se estabeleceu.

Após o retorno à vida presencial, continuou como atividade do componente curricular e em ações de projeto de extensão, gerando mais possibilidades não só de atos de ler e escrever, mas de práticas funcionais e significativas que denotam vínculos e pertencimentos por meio da escrita colaborativa e de rodas de leitura com e por meio de correspondências. Nesse contexto, o gênero textual carta, em face de seu teor tradicional e ao mesmo tempo versátil à adaptabilidade aos cenários digitais, além de potente corpus multidisciplinar, apresentou-se como uma estratégia produtiva para ampliar a prática da escrita e o gosto pela leitura no segmento da Educação Básica, confirmando a relevância dos discursos e materialidades epistolares.

## **1 Uma possibilidade metodológica com cartões, cartas e e-mail**

O cenário de tecnicidades (Martín Barbero, 2001) e sociedades em redes (Castells, 2012) altera o modo de lidar e conviver com o processamento da informação e produção do conhecimento. Como consequência, isso modificará o jeito de ser e agir em sociedade, alterando o perfil de seus cidadãos e a forma como se posicionam nela, visto que os modos da vida comum e diária emergirão das tensões hegemônicas ou contra hegemônicas, por meio das atitudes deles, ao demarcarem, assim, uma nova prática de agir em sociedade.

Sem as aulas presenciais, suspensas desde março de 2020 pela pandemia da Covid-19, e com retorno normal das atividades no final de 2021, a realidade de muitas escolas no Brasil e no mundo foi adaptada e reinventada: as interações on-line nos ambientes virtuais de aprendizagem formais, por correio eletrônico e aplicativos de smartphones intensificaram-se, já que o registro escrito precisava acontecer de alguma forma e em algum lugar. As ações partiram, portanto, do elemento precursor do gênero epistolar, mais comum e conhecido, porém nem tão utilizado pelos jovens estudantes: o correio eletrônico, mais comumente chamado de e-mail, o qual surgiu como uma ferramenta fundamental para a expansão da internet, logo no final da década de 1960 e início dos anos 70.

Sabe-se que os gêneros textuais se ajustam conforme seus usos sociais, visto que à medida que um determinado gênero deixa de circular e ser produzido, outro possivelmente entra em funcionamento por meio de seus interlocutores-produtores, podendo os gêneros adaptarem-se em alguns elementos ou estruturarem-se de forma totalmente inédita. Na impossibilidade habitual das interlocuções por meio de cartas, o e-mail configurou-se como uma opção no cenário de suspensão de aulas. Nesse sentido, com algumas características estruturais comuns ao do gênero textual carta, o correio eletrônico foi a opção principal para estimular a escrita dos discentes em ambiente on-line, com o objetivo de ampliar as habilidades de escrita, desenvolvendo também os letramentos digitais, com o aumento do uso de aparelhos digitais, como smartphones e notebooks.

Com o principal objetivo de ampliar a fluência da escrita e leitura nesse segmento, o projeto buscou dinamizar as atividades previstas no formato de ensino remoto com interações via correio eletrônico (e-mail), além da produção coletiva de cartões e marca-páginas, utilizando ferramentas on-line acessíveis e gratuitas aos estudantes. O ponto motivador dessa ação foram trechos da carta de Pero Vaz de Caminha (Barroso, 2017) e do livro “O E-mail de Caminha” (Ribeiro, 2014), e duas correspondências entre o escritor modernista Mário de Andrade e a poetisa varginhense Oneyda Alvarenga (Ionta, 2013).

A estratégia de utilizar um documento conhecido como a carta de Caminha e sua releitura no formato de e-mail, e as correspondências entre uma figura pública da cidade – Oneyda - e um autor mundialmente conhecido – Mário de Andrade -, foi pensada e aplicada para aproximar os estudantes e dessas autorias, naquele contexto de distanciamentos presenciais obrigatórios, a fim de propiciar acolhimento nas atividades remotas, por meio dessas correspondências. O foco na amizade entre os amigos Oneyda e Mário (Alvarenga, 1983), e as releituras da carta de Caminha foram caminhos possíveis para iniciar uma experiência nova a todos os envolvidos naquele momento, como reflete Garcia Rodrigues (2024, p.16) ao dizer que “[...] a correspondência possibilita que diferentes mundos se comuniquem e se intercambiem mutuamente, numa complicada rede de contatos e cumplicidade”.

Assim, com temáticas variadas envolvendo questões sobre a pandemia, como percepções, opiniões e vivências dos estudantes em estado de isolamento, também sobre adaptação ao formato remoto, facilidades e dificuldades de acesso à internet e outros assuntos

que quisessem relatar, os estudantes foram convidados a enviar suas narrativas no formato de gênero correspondência.

Por meio de um endereço de e-mail próprio, as cartas foram enviadas em formato digital e, à medida que as respostas chegavam, construiu-se uma interação a partir da qual foi possível materializar, através da escrita, o que era sentido, percebido e vivido pelos estudantes. E nesse processo, de forma mais livre, sem a preocupação com aspectos avaliativos ou prazos e períodos definidos de envio e entrega, as cartas por e-mail, em respostas ao convite inicial, foram respondidas ao projeto. Conforme Andrade (2010):

[o] uso efetivo das práticas discursivas e a transmissão de seus respectivos modelos ao longo do tempo permitem a manutenção de características básicas, sem que se descartem as possíveis necessidades de adequação aos contextos da época. Na atualidade, a maioria das pessoas passou a redigir e-mails ao invés de cartas, dada a facilidade de sua construção e envio, já que o suporte material (a internet) estabelece vínculos e oportunidades de contato mais rápidos do que o correio tradicional, mas a estrutura composicional é basicamente a mesma da carta pessoal (Andrade, 2010, p. 114).

Observa-se que na perspectiva de enunciador e enunciatário, em ciclo contínuo de interações discursivas, detecta-se o princípio de alteridade (Bakhtin, 2003), ou seja, quem escreve a carta e/ou e-mail, e quem os recebe - neste caso os discentes - unem-se em um ciclo de vínculo e reconhecimento pleno de (re)construir e (re)elaborar sentidos, a partir de seus contextos e, conseqüentemente, também afetando e sendo afetado por esse emaranhado discursivo que se apresenta, ciclicamente. Inseridos todos em situação de isolamento e distanciamento social e físico, no período pandêmico, o espaço para a escrita deu aos envolvidos no projeto, vazão aos sentimentos e impressões sobre o que era visto e sentido naquele momento.

Nas interações junto às leituras das cartas indicadas e comentadas no ensino remoto, esse gesto de materialidade epistolar perpassa e (re)elabora esse ciclo, permitindo que os sentidos emergjam a partir das realidades que os estudantes vivem, sem as aulas presenciais: ratifica a força da correspondência como aproximação e encontro entre os envolvidos e com os personagens/autores dos textos epistolares, seja no registro de suas emoções, seja na projeção de perspectivas e opiniões sobre o que sentem naquele momento. Dessa forma, o registro de si e o encontro de/com outrem, ou o encontro com outrem e o registro de si, nesse espelhamento, em um ciclo contínuo de discursos que se entrelaçam e se (re)fazem, amplia reflexões e aprofundamentos na busca pelo equilíbrio entre o aspecto humano, social e tecnológico que se pauta pelo viés das humanidades digitais, como Rollo (2020) nos apresenta:

Compreendendo sua indispensabilidade e a afirmação como uma prática, um ethos, tão transversal e generalizável quanto possível e necessário, é certo que as humanidades digitais terão de participar na construção e no desenvolvimento dos diversos contextos de sensibilização, consciencialização e formação nesses domínios. Começando pela educação/ formação básica, em que a percepção e a apetência das gerações mais jovens não significam, evidentemente, consciência de

valorização e até respeito intelectual pela herança e pelo patrimônio digital (a que têm acesso natural e facilitado), compreensão formal e utilização de suas potencialidades/possibilidades ou, muito menos, necessidade de sua preservação. É certo, porém, que se está a instalar, de forma cada vez mais ampla, a indispensabilidade de aquisição e formação em matéria de competências digitais, bem como a noção de que as profissões do futuro as exigirão crescentemente (Rollo, 2020, p. 26).

Assim, em resposta ao convite do projeto, foi estabelecido um ciclo de interação virtual com práticas de registro de escrita entre estudantes e organizadores do projeto, a partir do qual foram enviadas por e-mail cartas na estrutura mais comum e conhecida do gênero, como data por extenso, destaque ao destinatário por meio do vocativo e com espaçamento para iniciar a conversa, estruturando o corpus da mensagem com introdução, desenvolvimento e finalização com despedida e destaque ao nome do remetente. A intenção dessa metodologia era que mais impressões e sentimentos sobre o contexto vivido no período descrito previamente pudessem escritas. Pode-se confirmar, conforme a reflexão de Andrade (2010) que,

[s]em dúvida, a carta exhibe e põe em prática a dialética entre a realidade concreta do ato de enunciação; instaura-se a presença de um sujeito real e sua transformação em figura do discurso (enunciador), em um efeito de discurso que se dá na e pela linguagem, e que apenas dentro dela se faz representável (Andrade, 2010, p. 104).

O que foi detectado nessa abordagem do projeto, aqui apresentado, é que as habilidades de escrita podem adaptar-se aos contextos estabelecidos por meio do gênero carta, tradicionalmente conhecido; além disso, essa abordagem pode também confirmar que dificuldades já recorrentes no âmbito das práticas presenciais do escrever na escola, como elaboração de parágrafos e registro de oralidades, são muito recorrentes nos textos digitais dos jovens estudantes.

Na intenção de ampliar e fomentar as ações de escrita nos meios digitais, por meio de aplicativos de mensagens e produção colaborativa, visando a ampliar letramentos, as interações produzidas foram muito significativas e resultaram em reflexões que podem contribuir para melhorias de ações semelhantes ou de outras propostas que deem foco à escrita de jovens alunos de ensino médio, amparando-os em tais dificuldades.

A possibilidade de falar sobre o tema pandemia, apesar da forma remota e sem as interfaces presenciais que as trocas por correspondências tradicionais têm, gerou espaço para que essa atividade do projeto se revelasse muito válida. Nas aulas por ensino remoto, a escola passou a entrar diariamente na casa de cada um dos alunos, por meio de smartphones e computadores, oportunizando a eles a se sentirem conectados, de alguma forma, a ela novamente: da casa dos estudantes ao espaço virtual que o projeto lhes apresentou, ratificou-se uma interação e isso fez da carta, nos meios digitais, um instrumento de escrita e leitura que lhes possibilitou estar juntos outra vez, mesmo com as restrições da pandemia.

Barton e Lee (2015, p. 44) apontam que “vivemos num mundo social textualmente mediado, onde os textos são parte da cola da vida social. Textos são centrais na interação social,

e grande parte da linguagem falada é executada no contexto da linguagem escrita e a leva muito em conta". Ou seja, muitas das dificuldades presentes no registro escrito com papel e caneta, podem ser transferidos aos ambientes digitais (Coscarelli, 2016), o que amplia a análise em torno das habilidades de escrita e leitura que precisam ser, de fato, desenvolvidas e/ou consolidadas com estudantes de ensino médio, dentro da escola. E reforçam que:

[à] medida que as práticas sociais se mudaram para o âmbito on-line, muitos textos em nossa vida contemporânea fizeram o mesmo e assumiram diferentes propriedades. Em primeiro lugar, a materialidade do texto mudou. Uma carta, um romance e um jornal existem numa folha ou num pedaço de papel. Quando passam para a esfera on-line, situam-se numa tela (Barton e Lee, 2015, p. 42).

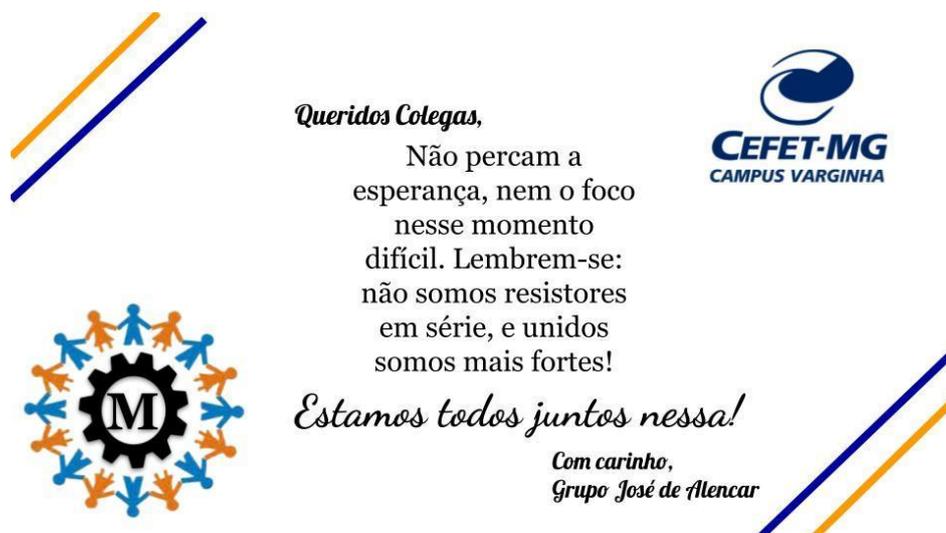
Para Andrade (2010, p. 113), "[c]omo texto destinado ao outro, a carta pessoal faz o escritor tornar-se 'presente' ao seu destinatário..." E fazer-se presente certamente foi algo que o projeto "Entre Cartas..." intencionou criar, assim como criar a expansão de um espaço de interação a estudantes, docentes e demais servidores. O exercício da escrita como fruição, autoria (BNCC, 2018) e até para estratégia terapêutica também pode (e deve) ser possibilitado pela escola, visto que as habilidades se consolidam nas necessidades sociais.

Durante a pandemia, o índice de transtornos de ansiedade e insegurança, por conta dos isolamentos, cresceu muito entre os jovens e a prática de escrita, tanto em situações formais quanto informais, pode ser explorada como benefício à saúde mental, conforme o *Objetivo 3* do documento *Agenda 2030*, no intuito de beneficiar aos que precisam expor ou extravasar emoções, trocas de experiências, em ações de empatia e acolhimentos.

E pela reflexão de Andrade (2010, p. 104), "toda carta pode ser constituída por atos ilocutórios específicos (perguntas, promessas, pedidos, ordens etc.)" e gerar estratégias comunicativas de maneira semelhante ao que ocorre na conversação cotidiana. Com efeito, a carta é uma forma de diálogo, entretanto é sempre um diálogo que tem lugar na ausência de um dos participantes, mas que materializam uma interação: quando o enunciador escreve, seu enunciatário está distante, mas quando este último recebe a carta, ela lhe falará sobre a distância. Nessa perspectiva, ambos os sujeitos jamais estão presentes ao mesmo tempo: a presença real de um somente pode ser acompanhada de reconstrução imaginária do outro, em um tempo e lugar distintos, nunca compartilhados. (Andrade, 2010). E isso foi vivenciado pelos estudantes durante as aulas remotas na pandemia, por meio das correspondências que produziram e compartilharam.

Outro aspecto positivo foi desenvolver, além do e-mail, da produção colaborativa de cartão, conforme em destaque na Figura 1, e marcador de página, exemplificado na Figura 2, os gêneros que circulam pelo universo das correspondências, visando a trabalhar não só aspectos formais e variantes de escrita, como coloquialidade e formalidades textuais, mas também desenvolver os letramentos digitais. Objetivou-se também enfatizar a importância de fomentar práticas de letramento que transitem entre o impresso e o digital, algo que, pelo que se pôde ser visto nesta prática do projeto, já está posto como nova alternativa de trabalhar o texto escrito em diferentes ambientes e formatos, além da caneta e papel na sala de aula (BNCC, 2018).

**Figura 1.** Produção discente colaborativa de cartão em correspondência on-line



Fonte: acervo do projeto

**Figura 2.** Produção colaborativa de marcador de página em correspondência on-line



Fonte: acervo do projeto

A mesma preparação e domínio que se tem para a produção escrita no papel, apresentou-se também com as ferramentas digitais e aplicativos que estruturam o texto. Isso não só em ambientes virtuais de aprendizagem, mas também de modo instantâneo e em rede, como nas interações por e-mail e outros aplicativos: à medida que as práticas de escrita manuscrita e digitada, em diferentes contextos, consolidam-se como complementares uma à outra no desenvolvimento das competências e habilidades dos jovens cidadãos, escrever passa a ser algo mais dinâmico e versátil, semelhante ao perfil da geração que dela de apropriada. Sobre isso, Barton e Lee (2015) destacam o fato de que:

## LINHA D'ÁGUA

[o] mundo on-line está sendo constantemente escrito, seja na forma de sites de um único autor, de wikis escritos colaborativamente, ou apenas um breve comentário num site de rede social. Ao escrever, as pessoas deixam registros em toda a parte e criam informação que outras pessoas podem usar [...] (Barton e Lee, 2015, p. 43).

Esse contínuo escrito caracteriza também alguns aspectos de linguagem apresentados na maioria das interações e na produção dos cartões: os traços de coloquialidade, com vocabulário típico de cada curso técnico, somaram-se às percepções comuns dos interlocutores sobre o que a pandemia lhes causava. Isso não apenas em aspectos negativos, mas também positivos, confirmando que as situações de escrita, por meio de correspondências - que disseminam aspectos comuns entre seus sujeitos interlocutores - traz materialidade e sentido a todos. Andrade (2010) evidencia que:

Como na conversação natural, a carta pode ser redigida a partir de atos de fala que são mencionados pelo enunciador ou mesmo por personagens destacadas em trechos narrativos que compõem o gênero. Por fim, não escapa ao enunciador (remetente) a preocupação com o uso de uma variante linguística adequada ao contexto e a relação estabelecida com seu interlocutor (destinatário), visando a envolver esse interlocutor e buscando efeitos de sentido [...] (Andrade, 2010, p. 112).

Dessa forma, o processo de escrita, nesta ação do projeto, destacou as cartas em sua mista e completa potencialidade para ações de escrita e leitura para a educação básica, adequando-se às situações emergentes: foi possível reconhecer que tais práticas puderam ser realizadas de forma contínua, em cenário comum a todos naquele momento, com distanciamentos sociais, em que os participantes puderam, além de desenvolver seus repertórios socioculturais por meio das cartas e cartões produzidos, interagir e escrever de diversos lugares e realidades, registrando suas perspectivas em forma de correspondências, ao gerar momentos de encontros e acolhimentos.

## 2 As rodas de leitura com correspondências

Em continuidade às ações exploradas no projeto, durante a pandemia, a correspondência foi motivadora também para rodas de leitura no retorno às atividades presenciais, em encontros na forma de clube, a partir de cartas em destaque temático nas edições 2022 e 2023. O uso da carta como objeto de leitura proporciona uma nova estratégia nas práticas pedagógicas voltadas à formação literária, pois como uma correspondência, o *Clube de Leitura Entre Cartas* chegava mensalmente aos encontros com os estudantes, com as cartas selecionadas impressas, colocadas em envelopes e dentro de uma caixa, preparando uma atmosfera de curiosidade e expectativa.

A partir de acervo do projeto, que destaca desde autores locais a figuras históricas conhecidas, por meio de suas correspondências, o projeto implementou uma experiência de leitura com as cartas, em forma de rodas de leitura, enfatizando o viés histórico, cultural e literário que tais missivas permitiram junto aos jovens de ensino médio. Nesse cotejo, algumas

correspondências entre o escritor modernista Mário de Andrade e a musicista varginhense Oneyda Alvarenga (Ionta, 2013), foram mantidas, com destaque aos 100 anos da Semana de Arte Moderna, em 2022, e se ampliou o repertório com cartas de Henriqueta Lisboa (Souza, 2010) e Godofredo Rangel (Cassal, 2022) – escritores sul-mineiros correspondentes e amigos de outros grandes escritores, como Mário de Andrade e Monteiro Lobato.

E para celebrar os 200 anos da Independência do Brasil, algumas cartas do imperador Dom Pedro I e suas imperatrizes (Correio IMS, 2022), estiveram em destaque, com a intenção de fomentar momentos de leitura formativa e informativa, ao desenvolver letramentos diversos dos jovens estudantes. Assim, diante desse cenário, a carta, enquanto gênero textual e corpus potente na formação leitora de jovens de ensino médio foi o objeto motivador do *Clube de Leitura Entre Cartas*, com design específico para o projeto, em cores ou em preto e branco, a exemplo do que se apresenta na Figura 3:

**Figura 3.** Material das Rodas de leitura do clube Entre Cartas

**Clube de Leitura "Entre Cartas..."**

**Carta de Mário de Andrade à Oneyda Alvarenga**

**Contextualização**

As palavras de Mário revelam o movimento da relação e dinâmica da amizade estabelecidos entre eles, que a princípio falava a linguagem do ensino e da aprendizagem, e agora adota vocabulário de vínculos mais elevados, cujos sentimentos transcendem os indivíduos, em particular. Amigos de fato - pela ausência do vínculo amoroso entre homem e mulher - Mário convida a amiga, mais que aluna, a andar pela vida, juntos:

São Paulo, 25-V-1935

*"[...] Ponha sua mão aqui sobre o meu ombro, e vamos nos ajudando a caminhar. Até agora, como professor e aluna, qualquer ajuda, da minha parte era ensino ou proteção, de sua parte era gentileza e respeito. [...] Nós temos que não nos dever favores, mas chegar àquele estado magnífico de amizade em que fazer pelo outro é o mesmo que fazer por si mesmo. A gratidão é horrível, gratidão afasta. [...] Já não é mais você apenas que precisa de mim aquilo que apenas era o meu maior saber e maior experiência. [...] Desejava Oneyda, intensamente que você aceitasse esta amizade que lhe peço. Deixemos o professor e a aluna pras nossas lembranças. Lembranças felizes. Agora me parece que o convívio espiritual a que chegamos exige de nós uma elevação, uma perfeição maior.[...]"*

Fonte: ALVARENGA, Oneyda. Cartas: Mário de Andrade e Oneyda Alvarenga. P. 112. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

Fonte: Ionta, Marilda. "Oneyda Alvarenga e Mário de Andrade". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 73, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn1518-9002.201300073001>

PROJETO DE EXTENSÃO  
DEBDO  
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

projeto e recursos

Edição 2023 - Autorias Sul Mineiras

Fonte: acervo do projeto

**LINHA D'ÁGUA**

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

A preparação do material considerou o contexto de produção das missivas, por meio do item “contextualização”, com trechos integrais a serem explorados nas correspondências entre os autores da edição do projeto, e destaque a situações e/ou temas que ampliassem os letramentos discentes. Essa parte do material demarcou também local e época de onde foram extraídos os conteúdos, destacou palavras, expressões e trechos que pudessem desencadear discussões, polêmicas e reflexões comparativas ao momento contemporâneo, fazendo com que os estudantes pudessem aprofundar seus repertórios e análises em torno dos autores, figuras históricas e de si mesmos.

Os arquivos on-line das correspondências, na íntegra, ficavam à disposição dos estudantes para uma leitura prévia, caso quisessem. No dia do encontro mensal, fazia-se um grande círculo com todos, para uma conversa geral a respeito da leitura das missivas elencadas, explorando todos os aspectos que são possíveis, além das temáticas históricas e sociais. A partir disso, formavam-se os grupos menores para uma nova leitura mais específica de trechos marcantes ou polêmicos, ampliando os repertórios e fruição literária. Por fim, novamente em roda com todos os participantes, tem-se a finalização desse momento. Nos encontros presenciais, as cartas eram entregues nos envelopes, para serem abertas, lidas, comentadas e analisadas pelos estudantes, construindo uma mediação por meio das correspondências. O material caracterizado na forma tradicional das cartas despertava o interesse em ser manuseado e lido, além de gerar curiosidade pela experiência de abrir um envelope e ler seu conteúdo, que a maioria dos nascidos digitais não tiveram.

Nessa abordagem, o gênero carta aproximou os jovens leitores dos escritores nacionalmente conhecidos Mário de Andrade e Monteiro Lobato, e dos autores sul mineiros Godofredo Rangel, Henriqueta Lisboa e Oneyda Alvarenga, personagens da cidade e região dos estudantes. Tais figuras históricas como o imperador Pedro I e suas esposas imperatrizes, também puderam ser lidas e estudadas em suas particularidades pessoais, sociais e culturais pelos estudantes, permitindo-lhes: fruição leitora quanto ao estilo da época em que foram escritas; conhecimento e acesso à produção literária do período; intertextualidades com os assuntos contemporâneos presentes em tais correspondências. E tudo isso, problematizados e discutidos pelos jovens discentes, em forma de roda de conversa, como se destaca nas Figuras 4 e 5 a seguir:

**Figura 4.** Rodas de leitura do clube Entre Cartas



Fonte: acervo do projeto

**Figura 5.** Rodas de leitura do clube Entre Cartas



Fonte: acervo do projeto

A leitura de correspondências também gerou um ciclo interativo e discurso de compartilhamento de ideias e opiniões, acolhimentos e identificações, ampliando, assim, não só a habilidade leitora, mas também as perspectivas em torno de si, dos autores e figuras históricas e de seus contextos. Como afirma Freire (1989, p. 16) “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, lembrando que só há processo verdadeiro de leitura se houver sentido construído pelo leitor e por aquilo que ele lê, não apenas em referência a um texto ou livro, mas a tudo que compõe o seu contexto, e que isso se dá a todo instante, seja em casa, na rua e sobretudo, na escola, e dela, para a vida.

Explorar os instrumentos tecnológicos, também como suportes de leitura, em muito atrai os estudantes e pode-se, com isso, mesclar uso do papel impresso e/ou manuscrito à tela do smartphone, computador ou projetores em salas de aula, visando a ampliar os suportes onde o ato de ler seja executado. Mesmo aqueles que têm um acesso mínimo, podem também não saber como ler, decodificar e compreender os caminhos não-lineares que um processo de leitura em suportes digitais venha a exigir de um jovem leitor, como Coscarelli (2016, p. 62) referencia sobre habilidades de leitura on-line, em que ler e acessar um site também é uma ação leitora e precisa ser orientada e construída. Temos à disposição um mundo digital que, muitas vezes, não é explorado como poderia e/ou deveria, visto que não basta ter acesso aos meios: é imprescindível mediação para que os letramentos (múltiplos ou não) sejam mobilizados, fazendo sentido a quem os exercita, em seus diversos contextos.

Nesse viés, Silva (2011, p. 11) nos aponta que “o leitor que assume o modo de compreensão porta-se diante do texto transformando-o e transformando-se”. Nesse sentido, dá-se o enfoque à possibilidade de ser leitor com smartphone em mãos, com computador ou similar, seja em casa ou na escola, visto que sempre haverá situações para leitores em formação.

Na perspectiva da ampliação dos letramentos, a organização desse material considerou seu público-alvo externo ao contextualizar as correspondências que compuseram esse acervo do projeto, de forma a considerar elementos históricos, culturais, sociais e econômicos, a fim de oferecer informações de diversos campos, contribuindo para a fruição das rodas de leitura (Cosson, 2014). Ao explorar nas cartas os variados aspectos que elas possibilitam, seja como acervo, memória e viés histórico, tem-se uma formação literária em processo e na ampliação de letramentos, ao aproximar figuras históricas e autorias literárias, de um público jovem e em formação.

A carta, pelo seu caráter particular e dialógico, aproxima os estudantes de um universo diferente deles, mas ao mesmo tempo próximo, dada à pessoalidade que o gênero epistolar tem sobre si, como ratifica Andrade (2010, p.113), ao enunciar que “[c]omo texto destinado ao outro, a carta pessoal faz o escritor tornar-se ‘presente’ ao seu destinatário”. E fazer-se presente certamente foi algo que o projeto “Entre Cartas...” intencionou criar por meio de um clube de leitura só com correspondências, visando à expansão de um espaço de interação com e entre os estudantes, em uma formação continuada de educação literária. Nesse sentido, Cosson (2014) contribui ao dizer que:

## LINHA D'ÁGUA

As histórias que relatavam como surgiu o mundo, como nasceu o primeiro homem e como ele recebeu o castigo da morte ofereciam identidade grupal, assinalavam normas comportamentais, garantiam transcendência e, acima de tudo, davam sentido à vida. Essas múltiplas funções dos mitos e de outros relatos exemplares serviram de base para a expansão da literatura em diversas manifestações, gerando uma pletora de gêneros inicialmente orais, depois escritos [...] e outros tantos modos de usar a palavra para ser apenas palavra antes ou depois de ser o mundo – o uso que faz essa palavra se tornar literária (Cosson, 2014, p.11).

Desse modo, o *Clube de Leitura Entre Cartas* amplia e preenche essa reconstrução imaginária com a dinâmica que se aplica aos estudantes na forma de leitura coletiva, em círculos, mediada em grupo tanto pelo docente, quanto por eles mesmos. Os participantes trazem para as suas discussões, leituras e reflexões, a presença dos autores das cartas; e com isso, manifestam e assumem a prática do “leitor-navegador” (Chartier, 2009), dinâmico e cíclico, semelhante aos caminhos que se formam nas interfaces digitais que, a todo tempo, estamos a acessar e interagir. Há nesse ciclo de leituras de e por correspondências, a formação de leitores, bem como as percepções do caráter literário nas e das cartas, bem como do protagonismo dos jovens alunos em participarem ativamente dessas interações, ampliando seus repertórios e conhecimentos.

## Considerações finais

Em tempos digitais, com a fluidez das informações e dificuldades em formar leitores, o que se percebeu desse recorte do projeto de extensão foi que a correspondência apresentou-se como instrumento mediador importante para movimentar os letramentos discentes, sobretudo o literário, além de desenvolver repertórios históricos e socioculturais dos estudantes a partir dos diversos contextos e temáticas apresentados e lidos nas correspondências: o gênero carta, nesse sentido, tem potencial para isso, como Andrade (2010, p. 112) nos lembra ao apresentar a carta “como instrumento didático pedagógico para o exercício da competência textual de alunos do ensino médio durante as aulas”.

Essas contribuições, neste recorte aqui apresentado, permitem-nos novas reflexões acerca do digital, do manuscrito, seus usos e finalidades dentro e fora do contexto escolar, bem como da nossa prática em sala de aula para promover atividades de escrita com os adolescentes, sobretudo na situação de confinamento que foi vivenciada na pandemia: o texto escrito, da forma como se trabalha na escola, até então, já não pode ser considerado sob o mesmo ponto de vista, uma vez que os cenários são outros.

Diante do exposto, considerar a realidade sociocultural desses estudantes, proporcionando-lhes mais opções para transitar entre o digital e o manuscrito pode diminuir a resistência deles para o ato da escrita e da leitura, em suas distintas e importantes fases, ampliando oportunidades de engajamento, de promoção dos letramentos e, principalmente, estimulando o prazer por escrever e revisar seus textos.

Cabe, pois, registrar que muitas metodologias para trabalhar com a escrita e leitura, em diferentes ambientes, surgem e se estabelecem com sucesso, sendo validadas no exercício diário do acerto e erro, até que se cheguem ao modelo ideal de ações que possam suprir necessidades de contextos gerais ou mais específicos, como afirma Rollo (2020):

Assume-se que as humanidades digitais, para além da evidente utilização de ferramentas digitais na área científica das humanidades e da adoção da componente do digital como objeto de investigação, podem/devem desempenhar funções relevantes em vários domínios, tomando-os como contribuição/responsabilidade perante a comunidade acadêmica/científica e a sociedade em geral (Rollo, 2020, p. 21).

As ações do *Clube de Leitura Entre Cartas* aprimoram-se a cada encontro mensal, visando a atingir melhor a formação de seus jovens cidadãos leitores: E no caso da realidade dos discentes do CEFET-MG, unidade Varginha e da Escola Estadual Pedro de Alcântara – protagonistas dessas abordagens - também há muito a se pensar e se (re)elaborar sobre desenvolvimento de escrita e formação leitora, até que se chegue ao modelo ideal de ações que possam suprir necessidades gerais ou mais específicas. Porém, até aqui, o gênero carta proporcionou oportunidades de trabalho tanto nessa perspectiva do fazer pedagógico, quanto do fazer linguístico, ambos inerentes ao cotidiano escolar dos estudantes e docentes, o que denota, portanto, um caminho enriquecedor a ser empreendido com mais trocas de experiências e novas correspondências a fazerem parte dos acervos e oportunidades do projeto.

## Agradecimentos

Nossos agradecimentos à Diretoria Geral de Extensão e Desenvolvimento Comunitário do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, pelo apoio e formalização das ações previstas, como projeto de extensão no formato online e presencial, por meio dos fomentos aprovados nos editais internos do CEFET-MG (PJ013, edital 21, de 14/02/2020; PJ044, edital 102, de 17/09/21; PJ057, edital 168, de 01/09/2022; e PJ033, edital 577, de 01/09/23); e também à E.E. Pedro de Alcântara, pelo aceite às parcerias no projeto, ao longo de todo esse período.

## Referências

- ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira. A arte de escrever cartas e sua aplicação nas práticas escolares. *Linha D'Água*, n. spe, p. 97–117, 2010. DOI: <http://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0ispep97-117>.
- ALVARENGA, Oneyda. *Cartas: Mário de Andrade e Oneyda Alvarenga*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BNCC. *Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

## LINHA D'ÁGUA

- BARROSO, Ivo. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2017.
- CASSAL, Sueli Tomazini Barros. *Amigos escritos: correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2002.
- CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de. *Por uma outra comunicação*. São Paulo: Record, p. 255-287, 2012.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro – do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- COMPAGNON, Antoine. *A era das cartas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- CORREIO IMS. *Cartas de imperadores e imperatrizes*. Disponível em: <https://correio.ims.com.br/?s=am%C3%A9lia>. Acesso em: 01 de set. de 2022.
- COSCARELLI, Carla. Navegar e ler na rota do aprender. In: COSCARELLI, Carla (org.). *Tecnologias para aprender*. Coleção Linguagens e Tecnologias 3. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 61-80.
- COSSON, Rildo. *Círculos de Leitura e Letramento Literário*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. 23. ed. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo 4. São Paulo, Cortez Editora: 1989.
- GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella. *Prezado Senhor, Prezada Senhora. Estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GARCIA RODRIGUES, Leandro. *Cartas que falam – ensaios sobre epistolografia*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2024.
- IONTA, Marilda. *Oneyda Alvarenga escreve a Mário de Andrade*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n.57, p. 161-180, 2013.
- MARTÍN BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- ODS BRASIL. *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>. Acesso em: 29 de abr. de 2024.
- PEREIRA, Maria do Rosário Alves. *Mário de Andrade e os mineiros: a carta como exercício crítico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.
- RIBEIRO, Ana Elisa. *O E-mail de Caminha*. Belo Horizonte: RHJ, 2014.
- RODRIGUES, Sérgio. *Cartas Brasileiras: correspondências históricas, políticas, célebres, hilárias e inesquecíveis que marcaram o país*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.
- ROLLO, Maria Fernanda. *Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento. O programa Memória para Todos*. Revista Estudos Históricos, v. 33, n. 69, p. 19-44, 2020.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 11. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- SOUZA, Eneida Maria de. *Correspondência Mário de Andrade e Henriqueta Lisboa*. Volume 3. São Paulo, Peirópolis- Edusp: 2010.
- TOLENTINO, Luana. *Outra educação é possível. Feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.
- USHER, Shaun. *Cartas Extraordinárias: a correspondência inesquecível de pessoas notáveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, reimpr. 2017.

Artigo / Article

# O meu amor é melhor que o teu: uma análise discursivo-pragmática de declarações de amor em publicações no *Instagram*

*My love is better than yours: a discursive-pragmatic analysis of love confessions on Instagram*

**Mariana Silva Ninitas** 

Escola Superior de Educação de Lisboa, Portugal

[mninitas@eselx.ipl.pt](mailto:mninitas@eselx.ipl.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-1549-0335>

Recebido em: 29/05/2024 | Aprovado em: 12/11/2024

## Resumo

As redes sociais permitem, entre outros aspetos, simular um nível de proximidade interpessoal, conseguido por meio da exposição da intimidade de um indivíduo perante um grupo de pessoas que, noutras circunstâncias, não acederiam a informações dessa natureza. Dentre as diferentes estratégias de partilha de privacidade nas redes sociais, a declaração de amor talvez seja uma das mais frequentes, constituindo um texto no qual o autor confessa os seus sentimentos, homenageando a pessoa com a qual se relaciona. Nesta sequência, no presente trabalho, pretendemos perceber se esses textos são uma nova forma de dizer o amor por escrito, constituindo exemplares atualizados do género epistolar, embora essa não fosse a única forma de o fazer no passado. Para tal, analisamos um *corpus* de sete legendas de *Instagram*, de diferentes autores, procurando perceber, sob uma perspetiva discursivo-pragmática, quais as confluências entre esses exemplares e o género em apreço. Focamos, com esse intuito, algumas marcas típicas do género epistolar, como as fórmulas de abertura e fecho, de tratamento e de delicadeza, articulando-as com a noção de *ethos*, mas também de implícito. Em traços gerais, concluímos que os pontos comuns são evidentes, não só no que diz respeito às rotinas verbais, como no que concerne à construção do *ethos* dos autores, à natureza dialógica do discurso, bem como à escolha dos atos de fala.

**Palavras-chave:** Redes Sociais • Epistolar • Confissão • Análise do Discurso  
• Pragmática

## Abstract

Social media allow, among other aspects, to simulate a level of interpersonal closeness, achieved through the exposure of an individual's intimacy to a group of people who, under other circumstances, would not have access to such information. Among the different strategies for sharing privacy on social media, the love confession may perhaps be one of the most frequent, constituting a text in which the author confesses their feelings, ideally paying tribute to the person they are involved with. In this sequence, in the present work, we aim to understand whether these texts are a new way of expressing love in writing, constituting updated examples of the epistolary genre, even if it wasn't the only way of doing it in the past. To do so, we analyze a *corpus* of seven Instagram captions from different authors, seeking to understand, from a discursive-pragmatic perspective, the convergences between these examples and the genre in question. Focusing this goal, we analyze some typical features of the epistolary genre, such as opening and closing formulas, and treatment and courtesy forms, relating them to the notion of *ethos*, but also of implicit. In general terms, we conclude that the common points are evident, not only regarding verbal routines but also concerning the construction of the authors' *ethos*, the dialogical nature of the discourse, as well as the choice of speech acts.

**Keywords:** Social Media • Epistolary • Confession • Discourse Analysis • Pragmatics

## Introdução

As redes sociais têm ganhado especial destaque nos últimos anos, estreitando distâncias geográficas e possibilitando a alguns membros rentabilizar a sua participação nessas plataformas. A evolução tecnológica permitiu e permite, desta forma, aproximar as pessoas e deixá-las participar no quotidiano de amigos e familiares, sem que estejam fisicamente presentes. Por outro lado, abre espaço à possibilidade de outras pessoas acederem a uma esfera pessoal que, até então, estava reservada a um círculo muito restrito. Assiste-se, desta forma, a uma exposição continuada e, para alguns, excessiva, na qual as redes representam um meio eficaz de expressão de sentimentos e confissões, mesmo que essas informações cheguem a pessoas que, noutras circunstâncias, não acederiam a essa intimidade. Trata-se, portanto, de um fenómeno de extimização, nas palavras de Seara (2015), em que o *eu* se apresenta em fragmentos, por meio de texto ou imagem, perante um grupo vasto de pessoas, muitas vezes, desconhecido.

Dentre as diferentes formas de expressão do *eu*, nesse ato confessional, identificamos a declaração de amor constante em legendas de publicações no *Instagram*. Nessa sequência, questionamo-nos sobre a hipótese de esses fragmentos de texto serem, afinal, uma manifestação mais atual do género epistolar, substituindo cartas manuscritas e, até, *e-mails*.

## LINHA D'ÁGUA

Desta forma, no presente trabalho, propomo-nos analisar um *corpus* constituído por exemplares de declarações de amor em legendas de *Instagram*, procurando identificar metamorfoses, dinâmicas e confluências com o género epistolar.

Para tal, num primeiro momento, apresentaremos uma breve contextualização relativamente à rede social *Instagram*, bem como à tendência crescente de exposição do *eu*. Seguidamente, refletiremos um pouco sobre a relação entre a declaração de amor e as noções de dedicatória e de género epistolar. Posteriormente, apresentaremos a metodologia, na qual se incluem o *corpus*, as questões de investigação e as perspetivas de análise. Por fim, iniciaremos a análise dos dados e introduziremos as considerações finais.

## 1 A rede social *Instagram* e a extimização do eu

Nos últimos anos, as redes sociais aumentaram exponencialmente o seu número de utilizadores. Segundo um artigo da *Forbes Brasil*, “o Instagram cresceu cerca de 53% nos últimos quatro anos, atingindo 1,33 bilhão de usuários. O Facebook ultrapassou seu aplicativo irmão (ambos de propriedade da Meta) e cresceu para impressionantes 2,72 bilhões de usuários no mesmo período” (Brandon, 2023). Esse aumento permitiu que algumas pessoas pudessem monetizar, i.e. receber uma retribuição em dinheiro por publicações de cariz publicitário ou, simplesmente, pelo elevado número de visualizações de conteúdo. Essa possibilidade, a par do estreitamente de distâncias geográficas e relacionais, terá estado na base de uma maior adesão a essas plataformas, fenómeno para o qual o isolamento a que a pandemia Covid-19 nos forçou, indubitavelmente, contribuiu.

A natureza desse conteúdo, com propósito comercial ou de outro tipo, contém informação sobre as mais diversas temáticas, incluindo o *modus vivendi* de quem publica. “Assistimos, pois, a uma amplificação de fenómenos de espectacularização da vida, de auto-exposição diária e permanente, da encenação do eu e da vida quotidiana, do culto do banal” (Seara, 2024, p. 129). Reduz-se, assim, e à semelhança do proposto por Zetlaoui (2020), a diferença entre o conteúdo público e o conteúdo privado, por meio de partilhas que mergulham no mais íntimo do ser humano.

No caso concreto do *Instagram*, a conjugação entre imagem e texto facilita a partilha de uma “intimidade em rede” (Abidin, 2015, p. 7), propiciando uma sensação de identificação com os seguidores e, desta forma, incentivando a interação e conseqüente divulgação de conteúdos. Este fenómeno de exposição do *eu* ou “extimité” (Tisseron, 2011)/ “extimização” (Seara, 2015) consiste, precisamente, na apresentação da intimidade, o que parece contrariar a própria definição de “íntimo” que, na sua origem, pressupõe privacidade. Neste processo, a pessoa desvela fragmentos do seu *eu*, tornando-os públicos, sem uma validação prévia, mas, segundo Paveau (2011), com o objetivo último de obter essa validação por parte do outro. Há, dessa forma, um desejo premente de fazer desse *eu* o centro dessa confissão intimista, revelando, como destacado por Seara (2018), uma vontade de escrever sobre si e para si, mesmo quando

esse texto não se lhe dirige diretamente. E a esse exercício de exposição, subjaz uma necessidade de partilha de emoções, conduzindo o leitor a um território que, até então, lhe estaria vedado, ainda que, por vezes, esse exercício seja apenas uma simulação com fins comerciais. Constitui, ainda, e de alguma forma, uma prática diarística, em que se tenta colocar por escrito o que paira no pensamento, mas nem sempre com a periodicidade que Didier (1976) e Lejeune (2008) referem como essencial para que um texto seja considerado um exemplar “puro” desse género.

No presente trabalho, focar-nos-emos, assim, na análise discursivo-pragmática de exemplares de um dos elementos constitutivos dessa abordagem confessional nas redes sociais: as declarações de amor em legendas do *Instagram*.

Considerando o *corpus* de análise em apreço, é importante refletir, a par da ideia de confissão e de registo diarístico a que já aludimos, sobre a noção de dedicatória e de género epistolar, a que a declaração de amor não é alheia.

## 2 A declaração de amor: dedicatória ou carta?

Segundo Viola (2014) e Viola e Seara (2015), a dedicatória é “uma dádiva, um gesto de cortesia, mas é também uma palavra que se oferece” (Viola; Seara, 2015, p. 558). As dedicatórias podem, assim, conter informações de diferentes naturezas, como a relação estabelecida entre a pessoa que dedica e o alvo desse texto, o contexto, etc. Desse modo, qualquer dedicatória, segundo as mesmas autoras, e na senda de Hahn (1977), se estrutura em torno de quatro elementos fundamentais: o que dedica, o dedicatário, o objeto dedicado (o que se diz sobre essa pessoa) e a razão pela qual se pretende dedicar esse objeto. Estes elementos podem ou não estar explicitamente presentes no texto. Por norma, segundo Viola e Seara (2015), a dedicatória tem lugar no início de uma obra literária, revelando, desde logo, e nas palavras das autoras, o “seu carácter exibicionista” (p. 558). No caso concreto das legendas de *Instagram*, o destaque é conferido pela atualidade dessa publicação, que a posiciona no topo da página do utilizador, e/ou por outros elementos paratextuais que o autor considere colocar, como uma imagem ou um vídeo chamativos.

À semelhança do que se espera de uma dedicatória numa obra literária, especialmente, quando a escolha do dedicatário recai sobre alguém com notoriedade, prevendo uma valorização do trabalho e, conseqüentemente, do seu autor, também a dedicatória de *Instagram* contém a intenção subjacente de valorizar quem dedica, as suas qualidades pessoais e a apreciação que os outros fazem da sua vida privada. Assim, no caso da declaração de amor, poder-se-ia assumir tratar-se de uma dedicatória de tipo autobiográfico, na medida em que expõe fragmentos do *eu*, conforme aludimos acima, demonstrando afeto e construindo um *ethos*<sup>1</sup> sensível. Nessas manifestações, os autores constroem textos constituídos por *topoi*

---

<sup>1</sup> Para melhor compreender o conceito de *ethos*, cf. secção “Perspetivas de Análise”.

específicos, como “a expressão do afeto/amor, a expressão da saudade, a expressão da gratidão, o orgulho pela descendência e a preocupação de deixar um legado” (Viola; Seara, 2015, p. 565). É, por outro lado, uma forma de se dirigir ao outro, esperando, possivelmente, uma retribuição equivalente, como se de um pacto epistolar se tratasse. É, por isso, pertinente questionarmo-nos se as legendas de *Instagram*, como quase todas as produções escritas que são expostas para alguém, não são, também elas, uma forma de atualização desse gênero.

Desta forma, no âmbito dos estudos sobre o gênero epistolar, a obra de Haroche-Bouzinac, nomeadamente, *L'Épistolaire* (1995), constitui uma referência essencial ou, nas palavras de Seara (2007), “um manual imprescindível para o estudo do gênero epistolar” (p. 58). Para a autora de *L'Épistolaire*, a carta – que, sem mais delongas, aqui assumiremos como um exemplar do gênero epistolar – é uma mensagem que surge no quotidiano (Haroche-Bouzinac, 1995), quase como uma benfeitora, que cria a ilusão de presença e diálogo, apesar da ausência física. É, portanto, e na senda da proposta de Seara (2007), um objeto de troca, mais do que um objeto de escrita, ou, segundo Melançon (1996), uma forma de comunicação que une duas instâncias (destinador e destinatário) num pacto de reciprocidade. Para este autor, a carta surge da ausência, sendo testemunha eloquente da coexistência de diferentes temporalidades, como “um lugar de polivalência e de ambiguidades temporais, decorrente de uma interação descontínua” (Seara, 2008, p. 123), que se constrói numa sucessão de hiatos temporais e espaciais. Essa visão é compartilhada por Diaz (2002), que descreve a carta como um objeto nômada que transporta pensamentos e sentimentos, e que contém, muitas vezes, uma função metonímica (Diaz, 2002; Kerbrat-Orecchioni, 1998). É, em vista disso, consensual entre os especialistas que, na origem da carta, está uma ausência, que propicia a criação de exemplares do gênero, enquanto atividade privada, num ambiente de solitude, em que o destinatário não partilha, pelo menos no momento da redação, o mesmo espaço do autor, o que condiciona a própria estrutura do texto. Assim, e segundo Seara (2008), existem “determinados elementos peritextuais (...) e textuais, da sua identidade, a da(s)/ do(s) seu(s) destinatário(s) e do quadro espaço-temporal em que se inscreve a sua atividade” (Seara, 2008, p. 123) que têm de surgir expressamente referidos. Complementarmente, e segundo a mesma autora, tratando-se de uma experiência que pressupõe reciprocidade e o consequente estabelecimento de um “pacto epistolar”, o redator da carta anseia por uma resposta. É, igualmente, e nas palavras da autora, “uma escrita codificada, normalizada, que releva, contudo, da expressão espontânea” (Seara, 2008, p. 123). A carta representa, desse modo, um intermediário insubstituível entre presença e ausência, entre o permitido e o interdito. Adicionalmente, carrega consigo confidências, segredos e compromissos, muitas vezes, exigindo anonimato por parte do emissor. Como afirma Seara (2008), “a distância que separa emissor e receptor, este virtualmente presente em todo o texto, torna-se uma modalidade de organização textual e inscreve-se nela com a especificidade que decorre da sua função comunicativa” (p. 123).

No epistolar amoroso, por outro lado, a complexidade da carta como objeto de troca e comunicação torna-se ainda mais evidente. Brenot (2000) define a carta de amor como “o testemunho de momentos de exceção entre dois seres que partilham um sentimento amoroso”

(p. 27). Segundo o autor, as cartas de amor combinam características do género epistolar com as funções do discurso amoroso, como a declaração, a sedução, o pedido e a recusa. Portanto, as cartas de amor não só expressam sentimentos profundos, mas também são palco de uma intensa escrita emocional, que oscila entre a esperança e a desilusão. Como observa Brenot (2000), esses textos formulam a ausência, expressam o desejo, revelam o sofrimento e compartilham a intimidade do casal. Assim, o epistolar amoroso revela-se como um doloroso e distante modo de expressar o amor.

Desta forma, acreditamos que as declarações de amor publicadas no *Instagram* contêm em si mesmas características transversais a diferentes géneros: por um lado, prevemos que haja uma evidente *extimização*, apresentando ao público seguidor conteúdo íntimo, quase num registo confessional. Por outro lado, cremos que se dirija a uma pessoa em particular, muitas vezes, num texto longo, recorrendo a formas de tratamento específicas e *topoi* típicos do género epistolar, ainda que a ausência ou a coalescência de temporalidades se esbata, considerando os privilégios que o digital proporciona. Logo, talvez possamos dizer que a declaração de amor no *Instagram* encerra uma nova forma de dizer o amor por escrito, respeitando parte das rotinas verbais típicas do género epistolar, com o registo confessional que lhe é característico, mas com uma aura de dedicatória, contando que se trata de uma manifestação pública, muitas vezes, acompanhada de imagens estáticas ou em movimento, ainda que, no caso concreto da legenda do *Instagram*, não possamos considerar tratar-se de um elemento peritextual (Genette, 2002), já que a mesma constitui, em todos os exemplos recolhidos, o centro da publicação ou uma parte tão importante como a imagem que a acompanha.

### 3 Metodologia

Na presente secção, serão apresentados os objetivos do trabalho, bem como o *corpus* e as perspetivas de análise adotadas.

#### 3.1 *Corpus* e Questões de Investigação

O trabalho que aqui propomos encetar pretende analisar algumas publicações de *Instagram*, nomeadamente, declarações de amor, i.e. mensagens elogiosas dirigidas à pessoa com a qual os autores mantêm uma relação amorosa. Nesse estudo, prevemos focar, essencialmente, o texto dessa publicação. Não obstante a importância dos restantes elementos presentes, como a imagem, os *hashtags*, entre outros, focar-nos-emos somente no texto, uma vez constituir o único elemento efetivamente comparável com o género epistolar e, portanto, o que introduz menos variáveis. Essas publicações foram recolhidas das páginas de alguns dos “criadores de conteúdo”/“influenciadores”/“influencers” ou figuras públicas com maior destaque no panorama digital português (todos eles contendo mais de 100.000 seguidores), cujo perfil é público, com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos, focando, essencialmente,

os textos “postados” entre 2023 e 2024. Não sendo a diferença de género foco deste trabalho, entendemos não ser necessário igualar o número de contributos de homens e mulheres, o que justifica o claro desequilíbrio entre os exemplares. Dessa pesquisa resultaram, então, e apenas, sete exemplares.

O *corpus* será, então, apresentado sob a forma de imagem, ao longo da análise, sendo sempre acompanhado da identificação da conta de *Instagram* a que se associam, para efeitos de direitos autorais. Os seus autores são os que abaixo se identificam:

- Gabriela Barros (@gabrielaalrbarros) – atriz e comediante/humorista portuguesa;
- Inês Aires Pereira (@ines\_ap) – atriz, comediante/humorista e influencer portuguesa;
- Inês Rochinha (@inesrochinha) – influencer portuguesa;
- Jessica Athayde (@jessica\_athayde) – atriz e influencer portuguesa;
- Madalena Abecasis (@madalena\_abecasis) – influencer portuguesa;
- Mafalda Rodiles (@mafaldarodiles) – atriz e influencer portuguesa;
- Gustavo Santos (@o\_homem\_da\_terra) – autor de livros de autoajuda e influencer português.

As questões de investigação a que pretendemos responder são, então:

- Existe uma estrutura discursiva comum a essas publicações?
- Cumprem-se rotinas típicas do género epistolar?
- Quais os implícitos subjacentes?
- Quais os *ethè* construídos?
- Quais as estratégias discursivas ativadas nos diferentes casos e que informações veiculam?

Assim, numa perspetiva discursivo-pragmática, analisaremos algumas marcas típicas do género epistolar, como as fórmulas de abertura e fecho, de tratamento, de delicadeza, entre outros (cf. *Perspetivas de Análise*), articulando-as com a noção de *ethos*, mas também de implícito. Para tal, recorreremos a contributos da teoria do epistolar – e.g. Haroche-Bouzinac (1995), Melançon (1996) e Diaz (2002) –, da análise do discurso – e.g. Amossy (1999) – e da pragmática (Duarte, 2005; Kerbrat-Orecchioni, 1986).

### 3.2 Perspetivas de análise

Segundo Seara (2008), o género epistolar é caracterizado por diversas marcas enunciativas, sendo as rotinas verbais um dos traços mais proeminente. De acordo com Coulmas (1981), as rotinas verbais são interações padronizadas, tacitamente acordadas dentro

de uma comunidade, sem a necessidade de negociações explícitas. Tais marcas são fundamentais para configurar o gênero epistolar e cumprem duas condições essenciais: em primeiro lugar, apresentam uma formulação altamente estereotipada e, em segundo lugar, têm uma relação fundamentalmente relacional, resultando no esvaziamento do conteúdo, devido à sua repetição. Adicionalmente, essas formulações estereotipadas podem desempenhar diferentes funções e ocupar diferentes posições nos textos. No contexto específico da carta, encontramos as "Fórmulas de Abertura", que consistem, geralmente, em saudações, formas de tratamento e cortesia; as "Fórmulas de pré-fecho", que, frequentemente, indicam o fim da missiva e, por vezes, justificam a sua existência; e, por fim, as "Fórmulas de fecho", que incluem despedidas, expressões hiperbólicas, assinatura e, ocasionalmente, um *post scriptum*.

Assim, no presente trabalho, analisaremos, sob uma perspectiva pragmático-discursiva, algumas legendas do *Instagram* que constituem exemplares de uma declaração de amor, destacando, essencialmente, a estrutura discursiva apresentada, a noção de *ethos*, mas também de implícito, na senda dos contributos que abaixo partilhamos.

Numa carta, considerada por Silva (2003, p. 29) como "um lugar do apelo, da convocação do outro ausente", é crucial construir uma imagem de si mesmo no discurso, influenciando diretamente o interlocutor. Essa imagem, tanto do emissor quanto do recetor, assume uma importância fundamental nestes textos, pois revela as estratégias de construção do *ethos* discursivo. Desta forma, no presente trabalho, enfatizaremos o conceito de *ethos*, conforme proposto por Amossy (1999), que não apenas evidencia a construção da imagem do enunciador no discurso, mas também reconhece a importância da interação entre a imagem social do enunciador e sua construção discursiva. Também a noção de dialogismo, seguindo Bakhtin (1992) e Maingueneau (1983, 1984), será, sempre que oportuno, convocada, não só pela alusão a textos prévios, como pela possibilidade de um diálogo *in absentia*. Complementarmente, e nesta sequência, aludiremos, sempre que tal se justifique, ao conceito de "participation frameworks", proposto por Erving Goffman (1981), numa perspectiva interacionista, que diz respeito às várias formas como as pessoas se envolvem e participam numa interação, sendo, por isso, essencial para melhor compreender as diferentes dinâmicas existentes entre os participantes – que podem assumir o papel de autor (quem formula e escolhe as palavras usadas), animador (quem entrega a mensagem), destinatários ratificados (aqueles que são explicitamente reconhecidos como participantes da interação), destinatários não ratificados (aqueles que podem estar presentes ou envolvidos de maneira periférica, mas não são diretamente reconhecidos como participantes) ou *overhearers* (pessoas que ouvem a interação ou acedem a ela sem serem reconhecidas como participantes). Além disso, consideraremos o conceito de implícito, seguindo as reflexões de Duarte (2005, p. 291), que destaca que "o falante comunica quase sempre mais do que aquilo que diz e, às vezes, comunica diferente daquilo que diz". Complementarmente, e sempre que tal seja adequado, ainda na perspectiva da pragmática, convocaremos a noção de ato ilocutório, nomeadamente, a proposta de Palrilha (2009), que propõe que se organizam em duas áreas: atos expressivos emotivos, que são realizados na expressão de gostos, de emoções, de sentimentos; e, por seu turno, atos

expressivos avaliativos, que são realizados na expressão de opiniões favoráveis/desfavoráveis, na expressão de juízos de valor (Palrilha, 2009, p. 117-118). Baseando-se, fundamentalmente, na proposta de Norrick (1978), Palrilha (2009) sugere, então, a seguinte listagem de atos ilocutórios expressivos: a) pedir desculpa; b) agradecer; c) congratular (-se); d) condoer-se ou expressar condolências; e) deplorar; f) lamentar; g) dar as boas-vindas; h) perdoar; i) vangloriar-se; j) saudar; k) desejar/ esperar/ almejar; l) expressar um gosto (Palrilha, 2009, p. 34).

## 4 Análise

Nesta secção, apresentaremos algumas imagens relativas a publicações de *Instagram*, procedendo, desta forma, à análise desses textos. Embora conscientes de que o significado das mensagens veiculadas na plataforma em apreço é uma combinação de diferentes elementos, como as imagens ou fotografias, os *hashtags*, os sons a que se podem associar essas publicações, os emojis, entre outros elementos, revelando a sua natureza multimodal, no presente trabalho, conforme referido na secção dedicada ao *corpus* e à metodologia, será apenas analisado o texto que constitui a legenda, por ser o único elemento passível de comparação com o género epistolar a que queremos fazer aludir.

Vejam, então, os exemplos abaixo.

**Figura 1.** Legenda de Gabriela Barros dedicada ao namorado

**gabrielalrbarros** O homem da minha vida fez há quase 1 semana 41 anos e eu não passei aqui para anunciar tal feito?! Imperdoável.  
PARABÉNS MEU AMOR!!!  
Há 41 anos nascia o homem que mais se assemelhava ao homem dos meus sonhos, o Nick Carter dos Backstreet Boys, só que o meu veio com upgrade, versão tropical 52.7 e sem as calças baggys dos anos 90.  
  
PARABÉNS MEU AMOR!!!  
Que venham mais 142 anos cheios de amor, humor, trabalhos bons e saúdinha da boa, que é o que se quer e que eu possa estar sempre por perto para te aplaudir!  
  
Ps: eu já te dei um presentinho mas fica atento porque cheira-me que vem uma surpresa maior lá para o final de Agosto. Começa com L e acaba em AURA ❤️

Fonte: *Instagram* @gabrielalrbarros

Na Figura 1, Gabriela Barros constrói um *ethos* (Amossy, 1999) sensível e romântico, referindo-se ao namorado como sendo o homem da sua vida, o homem que mais se assemelha aos seus sonhos, mas numa versão melhorada. A publicação da atriz, à semelhança de outros

exemplos que aqui analisaremos, surge na sequência do aniversário do companheiro, repetindo-se a expressão “Parabéns MEU AMOR!” duas vezes, com o determinante possessivo “meu”, indicando pertença, mas também, possivelmente, uma tradição discursiva. Complementarmente, a autora da publicação ironiza o facto de não ter assinalado a data nas redes sociais, classificando esse facto como “imperdoável”, o que parece responder, em certa medida, à expectativa de exposição a que Seara (2018) aludia no seu texto. Nessa sequência, os elogios sucedem-se, sendo, na sua maioria, um rol de características que vão ao encontro dos interesses da atriz, já que compara o namorado com o seu ídolo da banda *Backstreet Boys*. Mais à frente, a atriz deseja que o namorado tenha uma vida muito boa, especialmente, na sua companhia, o que permite reforçar a ideia veiculada por Seara (2018), quando prevê que, no processo de extimização que se opera numa confissão como esta, existe um desejo de escrever sobre si, mesmo quando esse texto não se lhe dirige diretamente. Acrescenta, ainda, um *post scriptum*, fazendo referência à filha do casal, Laura, que chegaria no mês de agosto, o que corrobora a expectativa de que as publicações desta natureza se assemelham à estrutura prototípica do género epistolar.

Complementarmente, na declaração de amor em análise, a atriz começa por se dirigir ao público da sua rede, constituindo este o seu destinatário ratificado (Goffman, 1981) num primeiro momento, e, apenas posteriormente, fazendo recurso de formas de tratamento alocutivas (Araújo Carreira, 2002)<sup>2</sup>, como “meu amor” ou pronomes de segunda pessoa do singular, se dirige ao namorado, passando este a ser o destinatário ratificado do texto e tornando o público nos apelidados “overhearers” (Goffman, 1981). Percebe-se, assim, a natureza dialógica do texto em apreço, não só pelo facto de ser parte de uma publicação, mas pelos traços de direção explícitos, como as formas de tratamento a que aludimos anteriormente.

Por comparação com o que se espera de um exemplar do género carta, certos elementos são dispensáveis neste contexto, como a localização ou a data, já que a resposta não necessita de endereço e o dia surge expresso por baixo da própria publicação. A existência de uma fórmula de fecho, típica deste género (como o *post scriptum*), ou o uso de formas de tratamento que se dirigem explicitamente ao seu alocutário permitem corroborar a hipótese de que, ainda que com algumas adaptações, o género epistolar permanece vivo em algumas manifestações virtuais, de que esta publicação é exemplo.

Ainda que tenhamos optado por focar, somente, os elementos textuais, é importante referir a presença do emoji com o coração vermelho, representação do amor, no fim da legenda, que permite reforçar o sentimento que a autora procurou transmitir ao longo da legenda.

---

<sup>2</sup> A esse propósito, Araújo Carreira (2002) propõe que se apelidem de formas “elocutivas” aquelas que permitem designar o EU, de formas “alocutivas”, quando designam o TU da interlocução, e de formas “delocutivas”, quando se trata de um ELE/ELA presente ou ausente (Araújo Carreira, 2002, p. 175).

**Figura 2.** Legenda de Inês Aires Pereira dedicada ao namorado

ines\_ap E agora um obrigada ao meu maior parceiro, amigo e amor.  
Nestes meses podia ter havido tanta discussão. Tantos "uffs" e alguma distância. Nope! Zero! Sempre juntinhos e de mão dada.  
Supostamente quando me perguntam "ele é do meio?" (Ahahahah) eu digo "não, não é." Mas é mentira!!! Ele é artista!!! E o meu primeiro agente, desculpa @ines\_mendes\_da\_silva . Nesta loucura dos diretos, deu me sempre o seu parecer, mandou me varias vezes ir ensaiar, "bora ensaiar?", "o plano é mais fixe assim!", "agora era fixe nesta parte dizeres isto" e festejou comigo o final de todas as performances como se tivéssemos sidos os dois. Amei todos os sorrisos dele no final de cada direto. Todos os dias a partir das 23h a Alice era para ele. "Não love, eu vou lá ficar com ela! Fica aí que ele pode te ligar." E assim todas as noites foi possível esquecer os biberons, as sopas e as sestas e falar de pixas, sexo e CONA! Mesmo como eu gosto!!! Ahahahah  
Enfim... o meu amor por ele cresce e cresce... e a nossa equipa fica mais forte! Obrigada por tudo! Te amo, te amo, te amo! ❤️

Fonte: *Instagram* @ines\_ap

Na Figura 2, Inês Aires Pereira começa por agradecer ao namorado, referindo-se a ele de forma apaixonada, através de uma forma de tratamento delocutiva - "maior parceiro, amigo e amor" -, o que permite, igualmente, a construção de um *ethos* romântico e sensível, como, de resto, se prevê que aconteça em todos os exemplos em análise. Também o uso do determinante possessivo "meu" remete para a necessidade de pertença a que o amor, muitas vezes, nos obriga.

Nesta sequência, a atriz implícita que o namorado, apesar dos meses de isolamento devido à Covid-19, se manteve junto dela, demonstrando ter consciência de que essa aproximação, em muitos casos, originou separações. A autora da publicação aproveita, ainda, para referir que, apesar de não ser do "meio" [artístico], o companheiro é um artista em si mesmo, apoiando a sua carreira. Uma vez mais, o elogio é feito ao outro, mas partindo de si, das suas necessidades satisfeitas, o que corrobora, uma vez mais, a previsão de que um registo confessional impregna sempre o texto de um *eu* omnipresente. Seguidamente, a atriz desculpa-se a Inês Mendes da Silva, a sua atual agente, por se referir a David – o namorado à época – como tendo sido o seu primeiro agente. O facto de recorrer a inúmeras formas de tratamento delocutivas, como quando se refere aos "sorrisos dele" ou ao próprio pronome de terceira pessoa do singular, implícita que o seu público é, na verdade, outro que não somente o homenageado. É, portanto, alguém a quem a atriz conta sobre o homenageado. Assim, é possível compreender que existem, pelo menos, três destinatários neste texto, ainda que o

protagonista seja o companheiro da atriz: o público, cujas formas de terceira pessoa relativas ao homenageado permitem perceber tratar-se do destinatário ratificado, também a agente, ainda que pontualmente, pelo recurso a formas de segunda pessoa do singular, e o namorado, a quem a atriz não se dirige diretamente (excetuando nas palavras de agradecimento e no uso de “te amo”, finais), mas sobre quem fala durante todo o texto, constituindo, então, aquilo a que Goffman (1981) apelidou de “destinatário não ratificado”. Posteriormente, a autora agradece, recorrendo a um ato ilocutório expressivo emotivo (Palrilha, 2009), o facto de o companheiro ter assumido o papel de pai na íntegra, enquanto esta fazia diretos para o *Instagram*, a convite do humorista português Bruno Nogueira. Nesta sequência, a atriz contrasta a candura da vida maternal com as temáticas desses diretos, reforçando a violência dessa transição e implicando a importância de o seu companheiro ter assegurado a questão doméstica, incompatível com a atividade da atriz a partir das “23h”, como refere. Esse contraste é, ainda, evidenciado pelo uso de maiúsculas numa das palavras de teor sexual que usou para mostrar esse contraste, o que também permite reforçar a imagem que a atriz construiu junto do seu público, revelando um *ethos* coerente e divertido. A declaração termina com uma fórmula de fecho, em que a atriz faz uso da expressão “Enfim”, para iniciar a última frase, que termina com um “te amo”, repetido por diversas vezes, e que reforça, igualmente, também pelo uso da segunda pessoa do singular, a natureza dialógica do texto e a reatribuição do papel de destinatário ratificado.

Uma vez mais, constata-se a presença de diversas semelhanças entre o texto em análise e as rotinas específicas do género epistolar, ainda que seja impossível ignorar as naturais adaptações, não só pelo meio em que circula o texto, mas também pelo facto de o público que acede ao mesmo ser mais vasto. Há, desta forma, uma simulação de privacidade, ainda que uma noção clara de que esses fragmentos de intimidade estão a ser expostos a um público sobre o qual não se tem qualquer controlo.

Destaque, igualmente, para o uso do emoji com o coração vermelho, representativo do sentimento amoroso que a autora procurou veicular na mensagem produzida.

**Figura 3.** Legenda de Inês Rochinha dedicada ao marido

inesrochinha parabéns meu tommy ❤️ é um privilégio  
celebrar mais um aniversário a teu lado - o primeiro de  
muitos com título de MARIDÃO 💍🌟 continua a  
encher o mundo de sorrisos, muita luz e boa  
disposição como só tu sabes fazer ❤️ estarei sempre a  
teu lado, ano após ano, até sermos velhinhos 🇧🇷

Fonte: *Instagram* @inesrochinha

Na Figura 3, Inês Rochinha, à semelhança do que já havia sucedido com Gabriela Barros, dá os parabéns ao marido. Nesse texto, a influenciadora digital usa a forma alocutiva de “meu tommy”, o que, uma vez mais, representa um grupo nominal constituído por um determinante possessivo, que evidencia e implícita uma das características das relações

amorosas: a sensação de pertença. Também o uso de uma forma hipocorística ou alcunha, em “tommy”, referindo-se ao marido Tomás, revela carinho e proximidade, o que contribui para a construção de um *ethos* sensível e romântico, característico do discurso amoroso em geral e do epistolar amoroso em particular (Brenot, 2000). Seguidamente, a criadora de conteúdos refere ser um privilégio celebrar mais um aniversário junto do marido, dizendo acreditar ser apenas o primeiro de muitos, enquanto casados (“MARIDÃO”). Aconselha, posteriormente, o marido a permanecer como até ali em relação à própria, o que reforça, uma vez mais, a premissa de que a natureza confessional, mesmo que exposta, constrói a existência do outro em relação a si mesmo, já que é do seu íntimo que partem essas palavras. Logo, Inês pede a Tomás que continue a encher o mundo da influenciadora de sorrisos, luz e boa disposição. Remata, referindo que estará com ele até ao fim, numa frase formulada como uma rotina de fecho, na qual a assinatura não tem cabimento, já que todas as publicações a divulgam naturalmente. Desta forma, e uma vez mais, o elogio é feito partindo da autora. A natureza dialógica do excerto é, novamente, por demais evidente, sendo contida nas inúmeras formas de tratamento na segunda pessoa do singular, por exemplo. Concomitantemente, essas formas demonstram, igualmente, que é o marido o destinatário ratificado do seu texto, ainda que o público assumo, neste caso, e tratando-se de uma publicação de *Instagram*, o papel de overhearers (ou, propomos, over-readers).

No caso da legenda de Inês Rochinha, existe, igualmente, o recurso a diversos emojis que reforçam a mensagem transmitida por palavras ou a elucidam, como o anel de noivado, o coração ou o nó representante da união. Neste caso concreto, ainda assim, esses elementos funcionam de forma redundante, já que não acrescentam nenhuma informação ao já descrito por palavras.

**Figura 4.** Legenda de Jessica Athayde dedicada ao namorado

jessica\_athayde O meu mais velho fez anos ontem 💜  
As relações não são perfeitas como mostra o  
Instagram, todos temos as nossas lutas, mas com  
muito amor e trabalho de casal temos conseguido  
ultrapassar os desafios da vida. Não digo vezes  
suficientes o orgulho que tenho no Diogo, mantém -se  
focado, forte e saudável, farta-se de ajudar quem  
precisa sempre de forma discreta, é trabalhador para  
caraças, calmo porém é homem = imaturo por vezes  
😂 um Pai que não falha e um namorado que ama  
incondicionalmente todos os meus defeitos, uma fada  
do lar, aquece -me o pijama de flanela quando chego  
do teatro ( não é qualquer um) e enche-me a vida de  
corações.  
Na saúde e na doença sempre meu velhote, meu  
melhor amigo e quem eu chamo de família ❤️  
Love you

Fonte: *Instagram* @jessica\_athayde

Na Figura 4, Jessica Athayde, à semelhança das publicações de Gabriela Barros e Inês Rochinha, congratula o seu companheiro pelo seu aniversário. Começa por referir-se a Diogo Amaral como “o seu mais velho”, recorrendo a uma forma de tratamento delocutiva (Araújo Carreira, 2002), que implícita, com sentido de humor, que se trata de um outro filho da atriz. Seguidamente, a autora faz uma breve contextualização, referindo algumas dificuldades pelas quais o casal passou e passa – e que surge como uma justificação para a existência desta declaração, apesar de alguns episódios públicos, como o facto de Diogo Amaral ter tido um passado de dependências, a relação ter terminado e, só mais tarde, retomado, entre outros. Este excerto, em particular, evidencia, de forma clara, como o texto não é construído, realmente ou somente, para o homenageado, mas para o público em geral, contendo, desta forma, estruturas de justificação face ao conhecimento que esses seguidores têm das suas vidas e que podem resultar incoerentes em relação às manifestações de amor aqui presentes. Tal facto constitui uma característica apenas possível na atualidade, já que o alcance da mensagem e a velocidade a que circula não são comparáveis com nenhuma outra realidade do passado. A atriz explícita, nessa sequência, que, apesar de todas as dificuldades, o amor que os une permite ultrapassar os obstáculos. Manifesta, em seguida, o orgulho que sente pelo companheiro, enumerando um conjunto de características, de que se destacam os traços que se associam à superação do ator e companheiro, com o objetivo claro de construir, discursivamente, uma imagem social mais positiva. Justificando o início da sua mensagem, Jessica aproveita para recuperar o tom humorístico e intitula-o de imaturo, estabelecendo uma relação lógica entre a condição de ser homem e o nível de maturidade. Seguidamente, a atriz elenca outras características positivas do namorado, mas, uma vez mais, e à semelhança do que já havíamos observado noutras publicações, partindo dos seus próprios interesses. Assim, Diogo Amaral é um bom companheiro, porque tolera os defeitos da atriz, porque lhe aquece o pijama, etc. Jessica termina esta declaração, prometendo ao namorado ficar com ele em qualquer circunstância, recorrendo a uma sequência geralmente associada aos votos matrimoniais - “na saúde e na doença” – e, por isso, com uma natureza dialógica (Bakhtin, 1992; Maingueneau, 1983, 1984) subjacente, intitulando-o de “meu velhote”, “meu melhor amigo” e rematando com “a quem eu chamo família”. É nesse momento que a atriz muda o destinatário ratificado do seu texto, que, até ao momento em que se dirige explicitamente ao companheiro, era o público. Claramente, o *ethos* construído ao longo do discurso é romântico e sensível, e convoca, uma vez mais, formas de tratamento alocutivas, constituídas por grupos nominais com determinantes possessivos ou, em alternativa, que conferem ao destinatário um estatuto de destaque na sua vida. Por fim, a atriz declara amar o companheiro, constituindo, desta forma, uma fórmula de fecho típica deste tipo de textos e que se aproxima, em grande medida, do esperado para o género epistolar.

Importante referir, igualmente, o uso de alguns emojis, ao longo da mensagem. Num primeiro momento, a autora opta por um coração roxo, ao passo que termina a mensagem com um coração vermelho, podendo esta seleção indicar a própria evolução emocional a que se assiste no decorrer da mensagem escrita. Destaque, igualmente, para o uso do emoji a “chorar a rir”, que confere alguma leveza e algum humor à mensagem veiculada.

**Figura 5.** Legenda de Madalena Abecasis dedicada ao marido

madalena\_abecasis O nosso menino fajanos 🥺🍰🍷  
Deixem o vosso amor porque ele merece 💙 Mas é  
necessária alguma moderação nos comentários para  
eu não me irritar 😂😂😂 Brincadeira!

Fonte: *Instagram* @madalena\_abecasis

Na Figura 5, ainda que seja um texto mais curto e com menos aspetos em comum com o género epistolar, é possível perceber, de forma muito explícita, que, apesar de o homenageado ser o marido de Madalena Abecasis (cuja referência se recupera pela imagem, mas também pelo uso de “o nosso menino”, que é uma expressão usada continuamente para se referir ao esposo, nas redes sociais), é aos seus seguidores que se dirige a publicação, constituindo, assim, o seu destinatário ratificado, ainda que o companheiro também seja contemplado direta e centralmente nessa interação. Mais do que uma confissão ou uma carta, a influenciadora digital informa os seus seguidores de que o marido faz anos, referindo ser merecedor do amor dessas pessoas, ainda que com contenção, porque, implícita, Madalena é ciumenta. Apela, por isso, à interação, numa declaração discreta e com menos exposição. Curiosamente, a criadora de conteúdos também recorre a grupos nominais com determinante possessivo, enquanto forma delocutiva, mas refere-se ao marido como “nosso menino”, i.e. de Madalena, mas também dos seguidores. Esta estratégia demonstra, de forma evidente, que todo o texto foi pensado para essas pessoas, pelo que se justifica que o nível de confissão seja reduzido. Madalena constrói, desse modo, um *ethos* romântico, mas discreto, com um toque de humor, que pretende, por um lado, assinalar uma data importante e, por outro, convocar os seguidores e fazê-los sentirem-se parte da sua família e da sua vivência. De notar, igualmente, que o homenageado desta declaração não possui redes sociais, pelo que não veria, autonomamente, essas declarações. Trata-se, portanto, de uma simulação de exposição ou intimidade. A influenciadora protege, assim, a sua face (Goffman, 1967) e mantém-se fiel ao *ethos* humorista, a que tem habituado os seus seguidores, não defraudando as suas expectativas e estabelecendo, por conseguinte, uma relação dialógica e, até, dialogal *in absentia*.

No caso da mensagem de Madalena Abecasis, há também lugar ao uso de alguns emojis, como forma de expressar emoções ou reforçá-las, de que se destacam o elemento que representa a comoção feliz, o coração ou os emojis a “chorar a rir”.

**Figura 6.** Legenda de Mafalda Rodiles dedicada ao companheiro

**mafaldarodiles** Podia escrever tanta coisa sobre o melhor pai que conheço.  
Tanta mas tanta que não caberia num post.  
Tenho um pai incrível e consegui, depois de um grande tiro no pé, escolher um pai nota mil para os meus filhos.

Um pai incrível, presente, atento, que cuida, que ama, que beija e abraça, que faz tudo e mais alguma coisa, que está lá sempre nos desafios e nas coisas boas!  
Hoje em dia somos 11 cá em casa, 2 adultos, 5 crianças e 4 cães! E somos muito felizes ❤️  
Obrigada @o\_homem\_da\_terra por seres o melhor todos os dias e para todos!!  
Amooooo-te!!!! És o maior!!!

Fonte: Instagram @mafaldarodiles

Na Figura 6, Mafalda Rodiles, companheira de Gustavo Santos, declara-se ao namorado por ocasião do dia do pai. Começa, inicialmente, por se referir ao companheiro com uma forma delocutiva “o melhor pai que conheço”, elogiando, de imediato, a figura de Gustavo. Posteriormente, estabelece uma comparação com a sua referência maior – o seu pai –, diz ter-se enganado na escolha do pai dos dois filhos mais velhos e termina essa parte da reflexão concluindo que Gustavo é um “pai nota mil para os meus filhos”, atribuindo, em certa medida, alguma responsabilidade a si mesma, pela escolha – “consegui escolher”.

Seguidamente, elenca um conjunto de características associadas a este homem, enquanto pai. Posteriormente, refere-se ao companheiro como parte do todo a que também pertence, fazendo contas ao número de elementos da família – que resulta da junção dos filhos de relações anteriores, do filho do casal e dos cães. Reforça a ideia de felicidade e, através de um ato ilocutório expressivo emotivo, agradece a Gustavo Santos, referindo-se-lhe como sendo o “melhor todos os dias e para todos”. Despede-se, emocionada, declarando-lhe o seu amor e reforçando, uma vez mais, a sua grandiosidade.

No exemplo que acabamos de analisar, facilmente, compreendemos que o texto está escrito, inicialmente, para o público e, apenas posteriormente, se dirige ao homenageado, o que reforça a natureza dialógica do texto. O destinatário ratificado do texto é, globalmente, o público, ainda que, nas últimas linhas, passe a ser Gustavo, a quem a atriz se dirige explicitamente. De facto, esta parece ser uma das características das declarações públicas, em geral, e das declarações em contexto digital, em particular. Seguidamente, e como já vem sendo habitual, a construção do elogio parte, muitas vezes, do próprio autor, existindo em relação a ele, ainda que, neste caso concreto, esse elo só se estabeleça por referência ao mérito na escolha de Mafalda. As fórmulas de fecho, já dirigidas ao companheiro, permanecem presentes,

evidenciando, uma vez mais, esta fusão entre o gênero epistolar, o ato confessional e a consciência da exposição pública. O *ethos* construído ao longo da publicação é sensível, romântico e altruísta.

No caso da influenciadora, apenas o emoji coração vermelho foi usado, reiterando o sentimento amoroso que procurou veicular ao longo da mensagem.

**Figura 7.** Legenda de Gustavo Santos dedicada à companheira

o\_homem\_da\_terra Parabéns, meu ❤️!  
  
Mulherão, mãe extraordinária, leve, bonita e  
empreendedora.  
  
To be continued...  
  
🎂 @mafaldarodiles

Fonte: *Instagram* @o\_homem\_da\_terra

Na Figura 7, Gustavo Santos, recorrendo a um ato ilocutório expressivo emotivo, elogia Mafalda Rodiles, definindo-a como o seu destinatário ratificado. À semelhança da companheira, esses elogios são, na sua maioria, independentes de si mesmo. Faz uso de uma forma de tratamento alocutiva com recurso a um grupo nominal composto por determinante possessivo, ainda que o nome seja um implícito, substituído por um “emoji” de coração vermelho. Por fim, o autor dispensa a fórmula de fecho, propositadamente, já que implícita, através da expressão em inglês “to be continued” ou seja “continua”, que a sua declaração, tal como a história que ambos vivem, não termina ali. Esta recusa da estrutura típica permite, por outro lado, perceber que essa expectativa já é partilhada pelos utilizadores da plataforma, reconhecendo-lhe rotinas específicas e que se aproximam, em grande medida, das previstas para o gênero epistolar. O *ethos* construído nesta publicação, à semelhança do que já havia sido notado no caso da publicação da sua companheira, é romântico e sensível, além de altruísta, porque elogioso e independente de si mesmo, e estabelece uma relação dialógica clara.

## Considerações finais

No presente trabalho, propusemo-nos analisar um conjunto de legendas de *Instagram*, produzidas e publicadas por figuras públicas no meio digital, cujo conteúdo se aproximasse de uma declaração de amor, ou seja, um texto que visasse elogiar/homenagear a pessoa com a qual o autor se relacionasse em termos amorosos. Nessa sequência, foi possível constituir um *corpus* de sete exemplares, de diferentes autores.

Recuperaremos, então, as questões de investigação colocadas, procurando responder-lhes, a partir da análise supra.

## LINHA D'ÁGUA

Assim, relativamente à pergunta “**Existe uma estrutura discursiva comum a essas publicações?**”, não parece existir uma resposta única, já que os exemplos apresentados contêm alguma variação. Ainda assim, há alguns elementos comuns, como a identificação explícita do destinatário – apesar de a sua interpretação necessitar de conhecimento prévio ao qual associar a expressão “meu amor”, por exemplo, ou da própria imagem ou “@” de identificação -, a existência de um ato ilocutório expressivo emotivo, seja de agradecimento ou de celebração, o facto de o texto se dirigir à pessoa homenageada, mas conter traços em que se explicita a consciência de que o número de leitores será mais vasto (“o nosso menino”, de Madalena Abecasis, ou o uso de formas delocutivas como “ele”, de Inês Aires Pereira), definindo-o como o seu destinatário ratificado por excelência, entre outros aspetos. Por outro lado, e recuperando a nossa segunda questão – “**Cumprem-se rotinas típicas do género epistolar?**” -, é possível identificar rotinas típicas desse género, como a existência de fórmulas de fecho, nas quais os autores declaram os seus sentimentos, lhes prometem amor eterno, entre outros elementos, recorrendo a expressões indicadoras de fim de mensagem, como “enfim” – ainda que no caso das publicações de Gustavo Santos, por exemplo, essa tendência não seja totalmente cumprida. Concomitantemente, nos exemplos acima, encontramos um *post scriptum*, típico do género em apreço, além do recurso a outros traços particulares, como formas de tratamento que denotam carinho, afeto e amor, características das cartas de amor, i.e. aliando as rotinas verbais do género epistolar aos traços específicos do discurso amoroso, mas também inúmeras evidências da natureza dialógica subjacente, como o recurso a formas de tratamento de segunda pessoa do singular ou o recurso à terceira pessoa do singular e nomes próprios, enquanto formas delocutivas – ou mesmo de “emojis”, como no caso da publicação de Gustavo Santos. Outras rotinas típicas do género epistolar são, necessariamente, apagadas destas publicações, como a indicação da data, do local ou a assinatura, considerando que essas informações já surgem explicitamente assinaladas na própria aplicação, aquando da publicação.

Seguidamente, no que diz respeito à terceira questão – “**Quais os implícitos subjacentes?**” -, importa perceber que, efetivamente, e na senda do defendido por Duarte (2005), dizemos, geralmente, diferente do que pretendemos dizer. Desta forma, os implícitos presentes são muito frequentes, pelo que importa destacar algumas das construções comuns a quase todas as publicações: nas formas de tratamento alocutivas ou delocutivas, parece existir uma incidência de grupos nominais constituídos por determinantes possessivos e o respetivo nome, como em “meu amor”. Tal uso, que parece relativamente cristalizado, traduz a natureza possessiva e a necessidade de pertença subjacente à relação amorosa, estando esse elemento presente em muitos dos exemplos acima apresentados. Também o recurso ao registo mais humorístico atira muitos implícitos, como é o caso da publicação de Inês Aires Pereira e do contraste que procura estabelecer entre a vida maternal e o conteúdo dos diretos de *Instagram* que fez na pandemia, de Jessica Athayde, quando apelida o namorado de imaturo, ou de Madalena Abecasis, quando se confessa ciumenta relativamente às reações a que apela.

No que aos *ethè construídos* diz respeito, ou seja, à quinta questão de investigação a que nos propusemos responder, não houve surpresas: tratando-se de um discurso amoroso, é

expectável que o *ethos* construído seja sensível e romântico, conforme se verifica. É, no entanto, relevante assinalar que o *ethos* construído, a par do expectável para o registo amoroso, cumpre com as expectativas do público a quem se dirige a publicação, o que está mais evidente, especialmente, nas publicações de Jessica, Inês e Madalena, quando, entre declarações, mantêm o registo humorístico e, até, despropositado a que têm habituado os seus seguidores. Desta forma, protegem a sua face e a dos seus fãs, que não veem as suas expectativas defraudadas, mas condicionam a espontaneidade do texto.

Por fim, no que diz respeito à questão **“Quais as estratégias discursivas ativadas nos diferentes casos e que informações veiculam?”**, e ainda que todos os elementos analisados acima sejam, também eles, parte das estratégias ativadas, resulta necessário evidenciar o processo de extimização do *eu*, a que assistimos em todos os exemplos. De facto, a maior parte das manifestações em análise constituem textos confessionais, em que os autores expõem os seus sentimentos às pessoas amadas e a todas as outras que acedem à publicação. Esse processo pressupõe, desta forma, um acesso privilegiado ao mais íntimo dos seus autores, convocando memórias e sentimentos pessoais, não só pelos textos de natureza confessional, como pelas próprias imagens que os acompanham. No entanto, a presença do *eu* nos textos em análise não existe, apenas, na apresentação desse espaço interior, surgindo, igualmente, como ponto de partida para grande parte dos elogios tecidos. Assim, em alguns exemplos, assistimos a atos ilocutórios expressivos emotivos elogiosos, mas cujo ponto de partida é o *eu* do seu enunciador, seja pelos seus interesses, pela satisfação das suas necessidades ou pela relação que os dois estabelecem. Por isso, esse *eu* nunca está apagado, excetuando no caso de Gustavo Santos, em que o elogio é independente de si mesmo.

Em suma, os textos em análise parecem constituir, ainda que com as metamorfoses naturais a que o próprio meio de divulgação obriga (como o carácter público, a possibilidade de comentários e “gostos” de terceiros, a presença da imagem, entre outros), um exemplar atualizado do género epistolar, mais concretamente, do epistolar amoroso, no qual impera a ideia de confissão. O *ethos* criado em torno desses textos é, geralmente, romântico e sensível, ainda que se identifiquem traços de humor em algumas publicações, por respeito às expectativas dos seguidores. O facto de o homenageado não ser o único destinatário da declaração aproxima um pouco o texto de uma das características da dedicatória, até pelo destaque que a cronologia da publicação lhe confere. Por fim, e apesar de uma declaração de amor ser, idealmente, sobre o outro, raramente as estratégias operam um apagamento do *eu*, o que corrobora as expectativas de uma confissão. Poder-se-á, então, dizer que estes fragmentos – *chiffons de papier?* – poderão ser uma das manifestações do novo epistolar, apesar de a privacidade desses textos ficar comprometida e de nem sempre se exigir uma resposta, contrariamente ao previsto pelo pacto de reciprocidade a que aludiu Melançon (1996). Precisamente por esse motivo, seria, de futuro, interessante analisar textos de resposta por parte dos homenageados, seja sob a forma de publicação ou comentário, a fim de compreender se o pacto epistolar resistiu ao tempo e se podemos considerar esses trechos como uma evidência para o afirmar.

## Referências

- ABIDIN, C. Communicative ♥ Intimacies: Influencers and Perceived Interconnectedness. *In: A Journal of Gender, New Media & Technology*, v. 6, p. 1-16, 2015. Disponível em: <https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/handle/1794/26365>. Acesso em: 17 jan 2025.
- AMOSSY, R. (org.). *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Lausanne, Paris: Delachax et Niestlé, 1999.
- ARAÚJO CARREIRA, M. H. La désignation de l'autre en portugais européen: instabilités linguistiques et variations discursives. *In: Instabilités linguistiques dans les langues romanes, Travaux et Documents*, n. 16. Org. M. H. Araújo Carreira. Paris: Université Paris 8, 2002, p. 173-184.
- BAKHTIN, M. M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BRANDON, J. Quais motivos podem levar o Instagram a superar o crescimento do TikTok. *Forbes Brasil*, 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/06/o-Instagram-voltou-a-superar-o-tiktok-em-crescimento-entenda-o-motivo/>. Acesso em 17 jan. 2025.
- BRENOT, P. *De la lettre d'amour*. França: Zulma, 2000.
- COULMAS, F. (org.). Introduction. *In: Conversational Routine, Explorations in Standardized Communication situations and prepatterned speech*, Vol. 2. Paris/New York: Mouton Publishers, 1981, p. 1-2.
- DIAZ, B. *La Lettre ou la pensée nomade*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.
- DIDIER, B. *Journal intime*. Paris: PUF, 1976.
- DUARTE, I. M. Falar Claro a Mentir. *In: Dar a Palavra à Língua – Homenagem a Mário Vilela*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 291-299.
- GENETTE, G. *Seuils*. Paris: Seuil, 2002.
- GOFFMAN, E. *Interaction ritual*. New York: Pantheon Books, 1967.
- GOFFMAN, E. *Forms of talk*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1981.
- HAHN, O. A. Borges y el Arte de la Dedicatoria. *Revista Iberoamericana*, v. 43, n. 100, p. 691-696, 1977.
- HAROCHE-BOUZINAC, G. *L'Épistolaire*. Paris: Hachette, 1995.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'Implicite*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1986.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'interaction épistolaire. *In: J. Seiss (org.). Le Lettre, entre réel et fiction*. Paris: Sedes, 1998, pp. 15-36.
- LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Sémantique de la polémique*. Lausanne: Éditions l'Âge de l'Homme, 1983.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.
- MELANÇON, B. *Diderot Épistolier, Contribution à une poétique de la lettre familière au XVIIIe siècle*. Québec, Montréal: Bibliothèque Nationale du Québec, Éditions Fides, 1996.
- NORRICK, N. R. Expressive illocutionary acts. *Journal of Pragmatics*, v. 2, n 3, p. 277-291, 1978.
- PALRILHA, S. M. R. *Contributos para a análise dos atos ilocutórios expressivos em português*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível em: <https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/dissertacoes/dissertacoesdemestrado/silveriamariamospalrilha>. Acesso em: 17 jan. 2025.

PAVEAU, M.-A. *L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques*. Paris: Hermann, 2011.

SEARA, I. *Da epístola à mensagem eletrónica. Metamorfoses das rotinas verbais*. Tese (Doutoramento em Linguística na especialidade de Linguística Portuguesa) - Universidade Aberta, 2007.

SEARA, I. *A Palavra Nómada*. Contributos para o Estudo do Género Epistolar. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, 2008.

SEARA, I. R. Marqueurs et stratégies de la confidence dans les forums et les journaux personnels en ligne. In: A. Curea; C. Papahagi; M. Fekete (org.). *Discours en présence: hommage a Liana Pop*. Cluj-Napoca: Presa Universitară Clujeană, 2015, p. 81-92.

SEARA, I. R. A escrita como revelação do 'eu'. *Linha D'Água* (Online), São Paulo, v. 31, n. 1, p. 73-89, jan.-abril 2018.

SEARA, I. R. Poder, persuasão, exibição: análise de mensagens de “influenciadoras” na rede social Instagram. *Linha D'Água*, v. 37, n. 1, p. 128-148, 2024.

SILVA, M. P. *Realidade e ficção: para uma biografia epistolar de Fernando Pessoa*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2003.

TISSERON, S. *Intimité et extimité*. *Communications*, n. 88, p. 83-91, 2011. DOI: <https://doi.org/10.3917/commu.088.0083>.

VIOLA, I. *Da (des)construção da dedicatória: análise linguístico-textual*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa) - Universidade Aberta, Portugal, 2014.

VIOLA, I.; SEARA, I. Da (des)construção da dedicatória: análise linguístico-textual. *Textos Seleccionados. XXX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. APL, 2015, p. 557-573. ISBN 978-989-97440-3-5.

ZETLAOUI, T. *L'influence du confinement sur l'exposition de soi en ligne*. *France Forum*, n. 77, jul. 2020. Disponível em: <https://www.institutjeanlecanuet.org/content/influence-du-confinement-sur-exposition-de-soi-en-ligne>. Acesso em: 17 jan. 2025.

Artigo / Article

# "Carta aos leitores e leitoras": o dialogismo interdiscursivo bakhtiniano na escrita epistolar freireana

*"Letter to readers": Bakhtinian interdiscursive dialogism in Freirean  
epistolary writing*

---

**Simone Cunha** 

Universidade Aberta, Portugal

scunha20@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0279-5532>

---

Recebido em: 30/05/2024 | Aprovado em: 19/11/2024

---

## Resumo

Esta pesquisa aborda a dialogicidade interdiscursiva da "Carta aos leitores e leitoras", escrita por Paulo Freire e publicada como "apresentação" de seu livro *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. O referido material exibe a escrita à mão do educador e foi digitalmente disponibilizado pela plataforma que recebe seu nome na *web*. Sob a metodologia de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, a investigação analisa os recursos linguístico-discursivos utilizados por Freire para dirigir-se a seu público leitor por meio do discurso epistolar. Para isso, embasamo-nos em Marcuschi (2008) e Seara (1998), a respeito do gênero discursivo "carta"; em Bakhtin (1997[1979]) e Volóchinov (2018[1929]) sobre o dialogismo interdiscursivo; em Bhatia (1997, 2010) acerca da interdiscursividade nas práticas discursivas profissionais; e em Freire (1996) e Gadotti (1996) em relação à escrita freireana. Com isso, verificamos o caráter dialógico da carta, presente na sua tessitura textual e interdiscursiva, imortalizada como patrimônio digital, na qual se inscreve a intenção persuasiva e dialética desse pensador brasileiro em favor de uma educação libertadora de mentes e homens.

**Palavras-chave:** Dialogismo • Carta • Paulo Freire • Patrimônio digital • Ciência aberta

## Abstract

This research addresses the interdiscursive dialogicity of the 'Letter to readers,' written by Paulo Freire and published as a 'presentation' for his book *Literacy: reading the world, reading the word*. This material shows the educator's handwriting and was digitally made available by the platform that bears his name on the web. Under the methodology of qualitative research, of a bibliographical and documentary nature, the investigation analyzes the linguistic-discursive resources used by Freire to address his readership through epistolary discourse. To this end, we draw on Marcuschi (2008) and Seara (1998), regarding the discursive genre 'letter;' Bakhtin (1997[1979]) and Volóchinov (2018[1929]) on interdiscursive dialogism; Bhatia (1997, 2010) on interdiscursivity in professional discursive practices; and Freire (1996) and Gadotti (1996) in relation to Freire's writing. With this, we can see the dialogical nature of the letter, present in its textual and interdiscursive fabric, immortalized as digital heritage, in which is inscribed the persuasive and dialectical intention of this Brazilian thinker in favor of an education that liberates minds and men.

**Keywords:** Dialogism • Letter • Paulo Freire • Digital heritage • Open Science

## Introdução

Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como "escrever" o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo.  
(Paulo Freire e Donaldo Macedo, em *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*, 2011)

A escrita de uma carta é, essencialmente, um ato de inscrição de si em direção ao outro, seu destinatário/interlocutor, em que se incluem valores, princípios, experiências e vivências, por meio da linguagem escrita, na relação com o mundo. As palavras dos autores Paulo Freire e Donaldo Macedo, em epígrafe, nas quais não se desassocia o conhecimento da palavra do conhecimento do mundo e sua transformação, referem-se a essa inter-relação eu-outro, que se evidencia no gênero discursivo "carta", objeto da análise realizada neste texto.

Nesse sentido, a escrita de cartas revela-se, por si só, um diálogo com um outro que, mesmo não sendo real e imediato, interage de forma assíncrona e se presume pela abordagem temática e estilística assumida pelo remetente/enunciador. Assim a carta, por meio de recursos linguísticos e discursivos, independentemente de sua temática, referencia seus coenunciadores, seu tempo e seu espaço. Sob as palavras expressas pelo próprio Freire (1996, p. 136), afirmamos que "o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História".

O autor sobre o qual debruçamos nosso olhar investigativo foi um esmerado escritor de cartas, as quais se referiam principalmente ao campo da educação, não só a formal, vivida na

escola, mas também à educação para a vida, numa dimensão ontológica do ser humano, que continuamente, porque inacabado, se (re)constrói no diálogo com o outro. Sob essa perspectiva dialógica, não podemos desvincular a concepção freireana sobre a abordagem educativa do professor, o qual age e reflete sobre sua própria práxis, buscando no outro o aprender e o ensinar, daquela concepção de dialogismo enunciativo, defendido por Bakhtin e o Círculo, constituído pela linguagem e suas variadas formas de interação verbal.

O dialogismo defendido pelo Círculo de Bakhtin pressupõe que a produção discursiva é embasada em uma relação dialógica, na qual se relacionam vozes sociais heterogêneas que compõem a realidade em que os coenunciadores estão inseridos. Em concordância ou discordância, o diálogo não se restringe às interações face a face, mas abrange as complexas interações existentes entre os sujeitos por meio da linguagem. Assim, todo discurso, inclusive o epistolar, implica o outro, seja este presumido ou real, síncrono ou assíncrono, e a responsividade entre os interlocutores, constituindo uma teia infinita e complexa de enunciados (Bakhtin, 1997 [1979]). Dito isso, tendo o dialogismo bakhtiniano como a base teórica da análise aqui empreendida, compreendemos que “não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado)” (Bakhtin, 1997 [1979], p. 413-414). Isto é, os enunciados se baseiam no já dito, não existindo palavra que já não tenha sido de alguém.

Isto posto, a escrita epistolar de Paulo Freire, permeada por uma linguagem que refrata a si mesmo, constitui o cerne da análise deste trabalho, o qual objetiva verificar como o educador pernambucano constrói essa imagem de si pela “Carta aos leitores e leitoras”<sup>1</sup> — retratada em trechos e apensada ao final nesta pesquisa, tal como foi escrita, em diálogo com seus interlocutores presumidos e com interdiscursos, aliando seu incomparável estilo à construção composicional e à temática abordada.

Para atingir esse objetivo, inicialmente, julgamos importante ressaltar que o texto objeto de estudo, ainda que possua características estruturais e funcionais do gênero discursivo “carta”, foi publicado como gênero discursivo introdutório “apresentação” de uma das obras freireanas, *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra* (doravante *Alfabetização...*), cuja primeira edição é de 1987. Além disso, destacamos que o acesso a esse documento de inestimável valor, escrito à mão, com todas as singularidades a ele inerentes, se deu por sua disponibilização no Acervo Paulo Freire, plataforma que promove o conhecimento do conjunto da obra freireana por meio da digitalização dos arquivos produzidos pelo patrono da educação brasileira.

Destarte, a pesquisa ora apresentada se justifica pela proposta de análise discursiva e dialógica de um artefato digital, partilhado pelas tecnologias digitais da informação e comunicação, produzido por um dos mais expoentes pesquisadores da educação no mundo. Com esta investigação, de natureza qualitativa, em que buscamos interpretar os dados no objeto de análise selecionado, baseada em uma pesquisa bibliográfica — fundamentada no arcabouço

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/2344>. Acesso em: 13 jan. 2025.

teórico a ser apresentado na sequência deste artigo — e documental — cujo material consiste no artefato digital que, por ora, não foi objeto de análise linguística sob a perspectiva teórica aqui elencada —, pretendemos nos valer dos conhecimentos sobre o caráter dialógico do discurso para compreender a dimensão argumentativa e persuasiva da “Carta aos leitores e leitoras” (doravante, em alguns momentos, “Carta...”) no campo da educação.

Dessa forma, organizamos o artigo com esta Introdução, seguida da caracterização estrutural e funcional do gênero discursivo “carta”, aliada às possibilidades de intergenericidade. Na sequência, abordamos a escrita epistolar freireana, expondo as razões de sua preferência discursiva, bem como a disponibilização desse acervo — entre outros documentos — pela plataforma que recebe seu nome, e focamos na carta que é objeto de análise deste trabalho, apresentando as relações dialógicas interdiscursivas nele presentes, bem como os recursos linguístico-retóricos utilizados pelo autor para alcançar seu objetivo comunicativo. Por fim, antes de referenciar as obras que embasam esta investigação, tecemos as considerações finais acerca da temática, buscando compreender a escrita da carta de Paulo Freire como uma estratégia de diálogo com o seu coenunciador amplo e diverso, neste caso, formado por seus leitores e suas leitoras.

## 1 Uma visão sobre o gênero discursivo “carta”

A forma epistolar é uma forma insubstituível da arte da sociabilidade.  
(Isabel Seara, em *A palavra nômada. Contributos para o estudo do gênero epistolar*, 2008)

Escrever uma carta nos remete a um tempo remoto, em que as tecnologias da informação e da comunicação não permitiam interações instantâneas, em que o outro estava ausente no momento da enunciação, evocado pela escrita intimista e reveladora das singularidades existentes nas relações entre os coenunciadores. Sendo assim, embora se afirme a ausência do interlocutor na enunciação, sua presença se faz notar discursiva e linguisticamente na tessitura textual — seja por meio de um simples vocativo ou do uso de pronomes — sendo essa uma das características centrais do gênero discursivo “carta”. Portanto, já que o interlocutor adentra o texto escrito após a sua completa enunciação, cabe a ele refletir sobre aquelas palavras ou ainda responder a elas, deixando de exercer o papel de interlocutor para se tornar assim o locutor.

Sob esse prisma, voltamos nosso olhar para as características composicionais que distinguem a carta como gênero do domínio discursivo interpessoal, no qual pode ser encontrada uma considerável diversidade tipológica, com predominância de sequências descritivas, narrativas e expositivas, sem menosprezar sua dimensão argumentativa. É preciso dizer que o gênero “carta” assim se define por suas características tanto formais quanto funcionais, visto que sua realização como texto pode se dar funcionalmente em outro domínio discursivo, como apresentamos neste trabalho (Marcuschi, 2008).

Sob o ponto de vista funcional, nesta investigação, detemo-nos num exemplar desse gênero – a “Carta aos leitores e leitoras” – que foi publicado como um gênero introdutório, a “apresentação”. Os gêneros introdutórios são assim denominados por precederem outros gêneros, mantendo com estes uma relação interdiscursiva intensa. Qualquer que seja o suporte, tais gêneros constituem uma espécie de leitura prévia do gênero principal, tendo, por isso, uma função informativa e, por vezes, promocional (Bezerra, 2017; Bhatia, 2004). Assim, percebemos a ocorrência do fenômeno da intergenericidade, nos termos de Marcuschi (2008), em que um texto assume a forma de um gênero A com a função de um gênero B, neste caso, a forma da carta com a função da apresentação. A respeito dessa concepção, o linguista adverte:

A intergenericidade de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero deve ser distinguida da questão da heterogeneidade tipológica do gênero, que diz respeito ao fato de um gênero realizar sequências de vários tipos textuais (por exemplo, uma carta pessoal, como já vimos, pode conter uma narrativa, uma argumentação e uma descrição, entre outras) (Marcuschi, 2008, p. 166).

A partir de outro olhar, por meio do conceito de colônia de gêneros, que envolve “invasão da integridade de um gênero por outro gênero ou convenção de gênero, muitas vezes levando à criação de uma forma híbrida, que acaba compartilhando algumas de suas características de gênero com aquela que a influenciou em primeiro lugar” (Bhatia, 2004, p. 58)<sup>2</sup>, a apresentação de um livro assume, por vezes, as características do texto a que se refere, ou ainda, como neste caso, a forma de outro gênero discursivo — a carta, resultando numa imbricação de gêneros que influencia sua prototipicidade, tendendo a um caráter mais inovador de sua composição. Destacamos, nesse sentido, os princípios da identidade e da inovação para a construção discursiva dos enunciados (Silva, 2012). Os gêneros são basicamente constituídos pelas escolhas linguísticas e parâmetros convencionais de uso da língua, o que se relaciona ao princípio da identidade. Contudo, dada a diversidade e a flexibilidade das situações comunicativas, tais práticas de linguagem podem se aproximar mais ou menos do princípio da inovação. Não é, portanto, fácil demarcar linhas estratificadas na classificação de um texto em determinado grupo de gêneros e, a esse respeito, é importante ressaltar que:

A incorporação de gênero pode ser diferenciada da [...] mistura de gêneros na discussão de introduções acadêmicas [...]. Na incorporação de gêneros, por exemplo, é comum encontrar uma forma genérica específica, que pode ser um poema, uma história ou um artigo usado como molde para dar expressão a outra forma genérica convencionalmente distinta (Bhatia, 1997, p. 191)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> As traduções presentes neste artigo foram feitas com o auxílio do DeepL Translate. Texto original: “invasion of the integrity of one genre by another genre or genre convention, often leading to the creation of a hybrid form, which eventually shares some of its genre characteristics with the one that influenced it in the first place.”

<sup>3</sup> Texto original: “genre embedding can be distinguished from [...] genre-mixing in the discussion of academic introductions [...]. In genre embedding, for example, one often finds a particular generic form, it may be poem, a story or an article used as a template to give expression to another conventionally distinct generic form”.

Assim o livro *Alfabetização...* é apresentado estruturalmente por meio de uma carta, que cumpre o papel de situar a obra em determinada área do conhecimento, delinear o seu conteúdo e orientar os possíveis leitores a esse respeito (Bhatia, 1997).

Dito isso, com base em Seara (2008), passamos a elencar os aspectos que mais convergem ao objeto de análise desta pesquisa, o qual foi selecionado, entre tantos outros, pela sua peculiaridade de apresentar a caligrafia do seu autor e ter sido disponibilizado em ambiente virtual para um público mais alargado:

- a) É um gênero discursivo escrito, essencialmente, à mão;
- b) Refere-se a uma ação individual, mas que também se revela coletiva, já que abrange um sem número de interlocutores, os quais, no decorrer dos tempos, se permutam na leitura e compreensão da carta;
- c) Funciona especificamente em situação de uso entre um “eu” enunciador e um “outro” real ou, neste caso, presumido, mas geralmente ausente no ato da enunciação;
- d) Sua elaboração é permeada por elementos textuais e peritextuais que se relacionam à identidade dos interlocutores e do contexto em que a carta é escrita;
- e) O destinatário/coenunciador é evocado e convocado a responder (pacto epistolar), qualquer que seja a forma em que tal resposta se realize;
- f) Como resulta de uma interação que não ocorre simultaneamente, há referências espaciais e temporais inscritas no desenvolvimento da temática;
- g) É uma escrita que revela muito das subjetividades do enunciador, por meio da seleção lexical, sintática e semântica resultante da sua intenção ao produzi-la;
- h) Revela as ideias que norteavam a sociedade do momento da enunciação, as quais interligam os interlocutores, mesmo que estes não se conheçam.

Pertencente ao tipo de sequência dialogal, ainda que a interação seja assíncrona e haja grande variabilidade temática e estilística, a carta apresenta sequências fáticas de abertura e de fecho, as quais são tidas como mais estruturadas por uma intervenção inicial e outra reativa; além das transacionais, menos ritualizadas e, por isso, menos previsíveis, podendo ocorrer outros tipos de sequências textuais num imbricamento de (macro)proposições enunciativas (Adam, 2019; Silva, 2012), o que contribui para o reconhecimento de um texto como carta.

Para ratificar o ponto de vista adotado neste estudo, citamos Silva (2012, p. 16) ao afirmar que o discurso “constitui um produto verbal empírico perspectivado como estando ancorado num contexto sócio-histórico singular, ou seja, numa situação de enunciação sempre única, que se caracteriza também por uma memória discursiva partilhada pelos sujeitos”. É dessa forma que analisamos essa carta de Freire, como um gênero voltado para a interlocução pessoal (ou institucional) de caráter intimista, sendo por isso escolhida pelo educador brasileiro para se dirigir aos seus leitores e leitoras com o fim de estabelecer uma relação mais horizontal

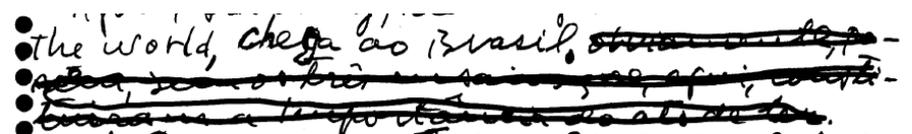
e menos hierarquizada, e assim aproximar-se para, com eles, manter o diálogo necessário ao desenvolvimento da práxis docente de ação-reflexão-ação.

## 2 A escrita epistolar freireana

Em várias oportunidades, não somente em cartas, mas também em reuniões de trabalho, aí, a questão da língua foi discutida.  
(Paulo Freire, em *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*, 2011)

Paulo Freire foi um educador brasileiro que deixou como legado uma teoria pedagógica baseada no diálogo e na reflexão sobre o aprender e o ensinar, perpassando todas as áreas do conhecimento, sendo, portanto, um pensador que se renova com o tempo. Como afirma Ana Maria Araújo Freire (1996, p. 40), sua esposa, “o trabalho de Paulo Freire é mais que um método que alfabetiza, é uma ampla e profunda compreensão da educação que tem como cerne de suas preocupações a sua natureza política”.

Freire tinha o intuito de partilhar suas ideias sobre uma educação libertadora, não só dos adultos em processo de alfabetização, mas sobretudo dos cidadãos em processo de construção de sua autonomia. Para isso, encontrou nas cartas uma maneira de se aproximar de seus leitores, quaisquer que fossem eles. Sua escrita se dava como afirma Ana Maria Freire (1996, p. 58): “Ele [...] elabora suas ideias mentalmente, anota em pedaços de papel ou em fichas ou as põe ‘no cantinho da cabeça’ quando elas surgem na rua, nas conversas ou durante a sua fala em alguma conferência”. Tal processo pode ter ocorrido na escrita do texto que ora analisamos, visto que conseguimos visualizar: a) trechos com correções; e b) lacunas para preenchimento posterior, como podemos perceber nos trechos a seguir:

- a)  4
- b)  5

Portanto, as cartas escritas por Freire são uma importante fonte de conhecimento de sua trajetória como professor, reconhecido pelo trabalho voltado à educação, principalmente a de adultos. Em sua escrita epistolar, estão sempre presentes temas que permeiam o fazer educativo, crítico e reflexivo, pelo qual o educador pernambucano lutou, inclusive quando ocupou o cargo de secretário de Educação do município de São Paulo, no período de 1989 a 1991, pois buscou implementar sua teoria à prática numa gestão democrática voltada, entre outros objetivos, para a formação docente, o que fica claro desde o início de sua gestão em uma carta de intenções por ele escrita.

<sup>4</sup> Legenda do trecho a): “the world, chega ao Brasil [trecho tachado].”

<sup>5</sup> Legenda do trecho b): “[...] feita pelo professor Lólio.”

Assim que aceitei o convite que me fez a prefeita Luiza Erundina para assumir a Secretaria de Educação da Cidade de São Paulo pensei em escrever aos educadores, tão assiduamente quanto possível, *cartas informais que pudessem provocar um diálogo entre nós sobre questões próprias de nossa atividade educativa*. Não que tivesse em mente substituir, com as cartas, os encontros diretos que pretendo realizar com vocês, mas porque pensava em ter nelas um meio a mais de viver a comunicação entre nós.

Pensei, também, que as cartas não deveriam ser escritas só por mim. *Educadoras e Educadores, outros seriam convidados a participar desta experiência que pode constituir-se num momento importante da formação permanente do educador*.

O fundamental é que *as cartas não sejam apenas recebidas e lidas, mas discutidas, estudadas e, sempre que possível, respondidas*. Hoje tenho a satisfação de fazer chegar às mãos dos educadores da nossa rede um primeiro texto redigido por equipe deste Gabinete: "Construindo a Educação Pública Popular" – texto em que se fala um pouco de alguns pontos centrais do trabalho comum a ser realizado por nós – e também o texto do Regimento Comum das Escolas para discussão e debates em toda a rede. Fraternalmente,

Paulo Reglus Neves Freire (1989 *apud* Franco, 2014, p. 109, grifo nosso).

Assim percebemos a evocação de educadores e pesquisadores desse campo como coenunciadores, não meros receptores da mensagem codificada, evidenciando o caráter dialógico por ele defendido na práxis educativa. Freire escrevia cartas de si para o outro, de si para o mundo. Sob essa ótica, "Paulo Freire aparece como um todo em suas cartas, com muita espontaneidade, mostrando não só o seu pensamento mas também muito de sua personalidade. Além disso, dois de seus principais livros são constituídos de cartas" (Gadotti, 1996, p. 21), corroborando a tese de que, por meio das cartas, Freire objetivava estabelecer um verdadeiro diálogo com seus leitores, o que se reveste de uma reflexão tanto sobre o seu próprio dizer como sobre aquilo que pode suscitar no seu interlocutor. Essa postura enunciativa dialógica se coaduna ao que afirma Bakhtin (1997 [1979], p. 321): "Enquanto elaboro meu enunciado, tendo a determinar essa resposta de modo ativo; por outro lado, tendo a presumi-la, e essa resposta presumida, por sua vez, influi no meu enunciado".

Assim, numa perspectiva essencialmente dialógica, Freire nos remete cartas, e quase podemos ouvi-lo, através de sua escrita à mão, parecendo ser alguém a quem muito estimamos e de quem esperávamos notícias há bastante tempo. Alguns de seus interlocutores a ele responderam também sob essa estrutura composicional, estabelecendo um diálogo reflexivo sobre a sociedade e a educação nela incluída.

À vista disso, sob o olhar histórico e social, as epístolas de Freire promovem o conhecimento da sua concepção não só sobre educação, mas também sobre a vida, os costumes e a sociedade da época, constituindo-se assim um documento de inestimável valor. Já sob uma compreensão discursiva e mais sociologizante, com base nos estudos bakhtinianos, em que o sujeito interage com o outro e com o mundo, o dialogismo interdiscursivo se relaciona à práxis dialógica freireana.

## 2.1 O Acervo Paulo Freire: o legado do pensamento freireano

A revolução digital tem composto uma oportunidade ímpar no sentido do alargamento e da disseminação do patrimônio e da herança cultural compreendida em toda a sua amplitude.

(Maria Fernanda Rollo, em *Desafios e responsabilidades das humanidades digitais...*, 2020)

O advento da era digital permitiu que a digitalização e consequente disponibilização do conjunto da obra de Paulo Freire se realizasse conforme o que ele mesmo desejava, enquanto esteve à frente do que viria a se tornar a organização que, hoje, atravessa fronteiras, tempos e espaços para levar o pensamento freireano. A “Carta aos leitores e leitoras”, escrita por Paulo Freire, posto que se apresente como um documento digital disponibilizado pelo *site* Acervo Paulo Freire para a promoção e difusão do pensamento freireano, como já citado, é originalmente o documento manuscrito do que se tornou a “apresentação” do seu livro *Alfabetização...*, publicado em 1987.

Destarte, a plataforma em que o texto objeto de análise desta pesquisa está depositado constitui-se um valioso acervo sobre a educação, não só brasileira, mas também mundial, tendo em vista o reconhecimento de seus postulados teóricos nas mais renomadas instituições de ensino em outros países. Conforme o Centro de Referência Paulo Freire<sup>6</sup>:

O legado de Paulo Freire se insere no movimento pela democratização do acesso ao conhecimento, cuja finalidade é promover uma nova ética para o acesso à produção do conhecimento técnico-científico brasileiro, propiciando maior facilidade de localização e visibilidade, em mecanismos de busca e rápida disseminação do conhecimento freireano. Os conteúdos publicados no Repositório Digital Centro de Referência Paulo Freire são compostos por textos, áudios, vídeos e imagens, pertencentes ao Instituto Paulo Freire, cedidos pelos proprietários, possibilitando acesso e download gratuitos das obras (Acervo Paulo Freire, s.p.).

Nessa percepção de ciência aberta, chegam às nossas mãos materiais que reportam o arcabouço teórico produzido por pensadores como Freire, entre outros, os quais podem favorecer maior desenvolvimento das pesquisas e da práxis que envolvem a construção do saber. Sob esse aspecto, as Humanidades Digitais,

Para além da evidente utilização de ferramentas digitais na área científica das humanidades e da adoção da componente do digital como objeto de investigação, podem/devem desempenhar funções relevantes em vários domínios, tomando-os como contribuição/responsabilidade perante a comunidade acadêmica/científica e a sociedade em geral (Rollo, 2020, p. 21).

São assim fundamentais para a difusão e expansão do conhecimento, bem como para a preservação da memória de uma sociedade.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.paulofreire.org/acervo-paulo-freire>. Acesso em: 13 jan. 2025.

Nesse movimento de interligar ciência, conhecimento, sociedade e suas comunidades discursivas, a plataforma Acervo Paulo Freire abriga documentos diversos — como “vídeos, áudios, imagens”, além dos textos cuidadosamente pensados, escritos e publicados em diferentes suportes, os quais remetem ao conjunto da obra freireana. A diversidade de materiais disponibilizados remete ao conceito de patrimônio digital, definido na *Carta sobre a Conservação do Patrimônio Digital*, da UNESCO: “recursos únicos nos domínios do conhecimento e da expressão humana, sejam eles de ordem cultural, educativa, científica e administrativa, ou que contenham informações técnicas, jurídicas, médicas ou de outros tipos, criadas digitalmente ou *convertidas sob forma digital a partir de fontes analógicas existentes*” (Rollo, 2020, p. 21, grifo nosso).

Em busca realizada em uma plataforma de pesquisa, podem ser encontrados quase 400 mil resultados referentes ao documento “Carta...”, sendo o primeiro deles o Acervo Paulo Freire, seguido de outros que a este fazem referência, por meio de *hiperlinks*, que o retomam como fonte de consulta para discutir a teoria freireana ou ainda que tratam de aspectos gerais do conjunto da obra. Conquanto a “Carta...” não seja passível de hiperligações, por não constituir um material nato digital e ser proveniente de outro suporte (papel), a descrição em metadados permite sua relação com outros documentos de natureza temática ou composicional semelhante. Nesse sentido, constitui-se uma rede de informações interligadas, formando uma tessitura de objetos de conhecimento passíveis de investigações diversas. Sem esse aporte tecnológico, certamente a referida carta ficaria restrita aos leitores do livro supracitado, sem a visualização da caligrafia, da disposição espacial das palavras no papel, das correções e inserções feitas (provavelmente *a posteriori*), enfim, da criação freireana em sua essência. Além disso, é importante ressaltar que:

Na era digital, tal como a vivenciamos hoje, os recursos linguísticos (terminológicos, lexicais e textuais) – dicionários, terminologias, glossários, tesouros e vocabulários controlados, textos digitais – representam um patrimônio linguístico e cultural, essencial numa sociedade multilíngue. Estes recursos ocupam um lugar central nas humanidades digitais, cujo domínio de estudo, que abarca a investigação, se posiciona na interseção entre as tecnologias digitais e as várias disciplinas das humanidades (Costa *et al.*, 2021, p. 3).

É dessa forma dialógica, reflexiva e interdisciplinar que contemplamos, verificamos, analisamos, questionamos, enfim, tratamos discursivamente da singularidade desse texto, o qual, produzido em outro suporte, é agora acessível a um público leitor mais amplo, com a colaboração das formas digitais de comunicação atuais.

### 3 Uma análise dialógica da interdiscursividade da “Carta aos leitores e leitoras”

Quando Freire escreve, vai “lendo” outros autores e relendo a si próprio da mesma maneira que ao ler a si e a outros autores vai, ao mesmo tempo, escrevendo ou re-escrevendo a si e aos outros.  
(Ana Maria Araújo Freire, em *Paulo Freire: uma biobibliografia*, 1996)

A epígrafe que inicia esta seção, escrita pela esposa de Paulo Freire, Ana Maria Araújo Freire, evidencia a relação dialógica que o educador mantinha com os interdiscursos que evocava, bem como o olhar inquiridor que lançava sobre sua própria escrita e ideias. Na produção de seus textos, os quais materializaram os mais diferentes gêneros, mas especialmente cartas, revelam-se as suas idiossincrasias como sujeito enunciador e as relações que este mantém com seus interlocutores, com o contexto da enunciação e com os interdiscursos neles presentes, refletindo assim “as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu *conteúdo* (temático) e por seu *estilo* verbal, [...], mas também, e sobretudo, por sua *construção composicional*” (Bakhtin, 1997[1979], p. 279, grifo nosso). Estilo, composição e temática, associados a aspectos do dialogismo interdiscursivo na construção da dimensão argumentativa presente nesse discurso, bem como aos fatores sociais, culturais e históricos inerentes aos sujeitos envolvidos nessa interação discursiva, além dos papéis sociais assumidos pelos coenunciadores, contribuem para uma compreensão do texto em questão. Além dessas características, podemos apontar ainda: a função discursiva, a disposição gráfica e a extensão do texto.

A “Carta...” revela, em suas linhas, a área de estudos em que o conteúdo do livro se insere e agradece a algumas pessoas pela realização da obra, o que lhe confere a caracterização como um gênero introdutório (apresentação), o qual pode aparecer sob diversas nomenclaturas, como a produzida por Freire (cf.: Bhatia, 1997). Invariavelmente, como todos os gêneros do discurso, a carta que constitui o objeto de análise deste artigo é influenciada por aspectos socioculturais e históricos nos quais se insere, sendo assim um construto verbal “relativamente estável” (Bakhtin, 1997[1979]).

De acordo com Bhatia (2015), um gênero discursivo “é visto principalmente como um evento comunicativo convencionalizado e amplamente padronizado, definido em termos de seu propósito comunicativo que um gênero deve servir em um *ambiente acadêmico ou profissional específico*” (p. 122, grifo nosso)<sup>7</sup>. A despeito disso, fatores tanto linguísticos como extralinguísticos podem influenciar a sua composição, resultando na percepção de que “os gêneros são mais frequentemente encontrados em formas híbridas. Portanto, [...] precisamos nos concentrar mais na complexidade e na dinamicidade dos gêneros do que na pureza de tais configurações discursivas” (Bhatia, 2015, p. 124)<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Texto original: “is primarily viewed as a conventionalised and largely standardized communicative event defined in terms of its communicative purpose that a genre is meant to serve in a specific academic or professional setting”.

<sup>8</sup> Texto original: “genres are most often found in hybrid forms. So in my view, we need to focus more on the complexity and dynamicity of genres, rather than on the purity of such discursive configurations”.

No âmbito da composição peritextual (Adam, 2022), destacamos que a “Carta...” foi escrita à mão, em papel timbrado (contextualizando a produção linguística), com margens irregulares, que denotam a fluidez da escrita das ideias a serem dispostas no papel, e certo alinhamento da disposição gráfica das palavras; além disso, é delimitada por um título e finalizada com aposição do local e da data, seguida da assinatura do seu autor. Foi publicada como “Apresentação” sob o título reduzido “Carta aos leitores”, em duas páginas na obra impressa, e está disposta antes do início do livro, fora do conteúdo a ser abordado, ainda que a ele se refira, tendo como propósito comunicativo adicional promovê-lo para os potenciais leitores.

No caso em tela, Freire se utiliza da carta para se aproximar dos leitores e explicar como se deu a produção da obra, fazendo-o por meio, principalmente, de interdiscursos. Assim ele intitula sua apresentação, acompanhada do brasão da cidade de São Paulo, o que contextualiza sua produção no período em que o autor era secretário de Educação dessa cidade:



*Carta aos leitores e leitoras.*<sup>9</sup>

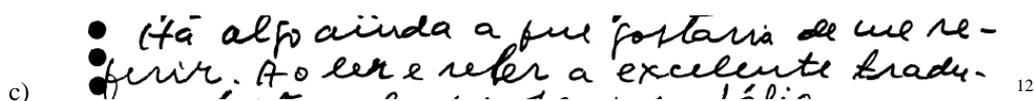
Sob a perspectiva discursiva, o objeto de estudo ora analisado constitui-se composicionalmente dos elementos que caracterizam o gênero “carta”, embora não apresente o parâmetro do vocativo: a) justificativa da escrita da carta; b) diversidade tipológica em sua estrutura, com sequências narrativa e descritiva; e presença de (c) fecho, (d) local, data e assinatura do autor, como podemos ver nos trechos abaixo:

- a) Não gostaria de que este livro chegasse às suas mãos sem umas poucas palavras minhas com as quais pretendo algumas explicações necessárias. 10
- b) Seis anos atrás, o Journal of Education da Universidade de Boston, USA, publicou um artigo meu, A importância do ato de ler. Somado a dois outros, aquele artigo. Nos começos de 1986, uma editora norte-americana, que havia antes publicado outro livro meu, se interessou em traduzir A importância do ato de ler. (Propus, então, 11

<sup>9</sup> Legenda: “Carta aos leitores e leitoras”.

<sup>10</sup> Legenda do trecho a): “Não gostaria de que este livro chegasse às suas mãos sem umas poucas palavras minhas com as quais pretendo algumas explicações necessárias”.

<sup>11</sup> Legenda do trecho b): “Seis anos atrás, o Journal of Education of Boston, USA, publicou um artigo meu, A importância do ato de ler. Somado a dois outros, aquele arti[...]”. “Nos começos de 1986, uma editora norte-americana, que havia antes publicado outro livro meu, se interessou em traduzir A importância do ato de ler. Propus, então, [...]”.

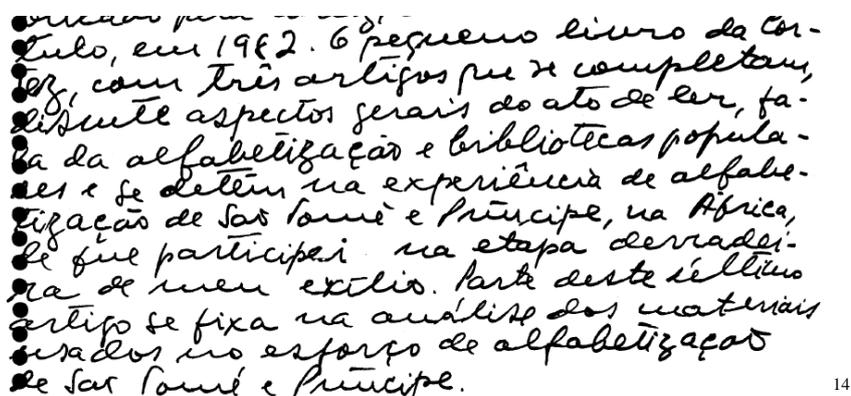
c) 

São Paulo  
Maio de 1990

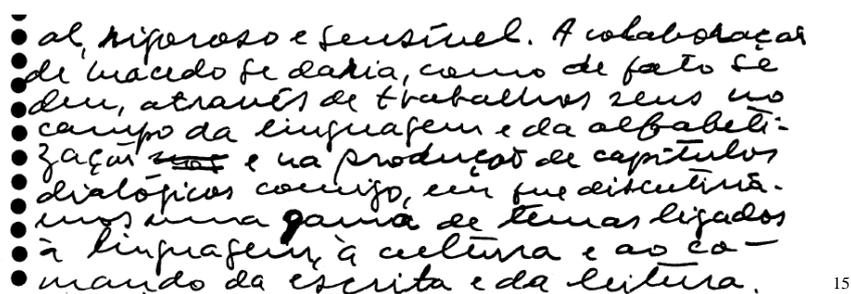
d) 

Ainda consideramos importante elencar, de início, os principais movimentos retóricos presentes na “Carta...” e que a caracterizam como uma “apresentação” de livro, cujos propósitos comunicativos são justificar a obra, resumir seu conteúdo e concluir a apresentação (Bezerra, 2017, p. 68):

a) Definir o tópico central –



b) Indicar os objetivos do livro –



<sup>12</sup> Legenda do trecho c): “Há algo ainda a que gostaria ainda de me referir. Ao ler e reler a excelente tradu[...]”.

<sup>13</sup> Legenda do trecho d): “São Paulo / Maio de 1990 / Paulo Freire”.

<sup>14</sup> Legenda do trecho a): “[...] O pequeno livro da Cortez, com três artigos que se completam, discute aspectos gerais do ato de ler, fala da alfabetização e bibliotecas populares e se detém na experiência de alfabetização de São Tomé e Príncipe, na África, de que participei na etapa derradeira do meu exílio. Parte deste último artigo se fixa na análise dos materiais usados no esforço de alfabetização de São Tomé e Príncipe”.

<sup>15</sup> Legenda do trecho b): “[...] rigoroso e sensível. A colaboração de Macedo se daria, como de fato se deu, através de trabalhos seus no campo da linguagem e da alfabetização [trecho tachado] e na produção de capítulos dialógicos comigo em que discutiríamos uma gama de temas ligados à linguagem, à cultura e ao comando da escrita e da leitura”.

## c) Informar sobre a origem do livro –

Nos começos de 1986, uma editora norte-americana, que havia antes publicado outro livro meu, se interessou em traduzir A importância do ato de ler. Propus, então, ao diretor da casa publicadora, juntar aos três ensaios constitutivos do livro a ser traduzido ao inglês a colaboração de Donalddo Macedo, professor de Psicolinguística da Universidade de Massachusetts no Campus de Boston, excelente intelectual<sup>16</sup>

## d) Fazer uma avaliação/recomendação final –

A importância do ato de ler. Assim, as referências que Berthoff e Giroux fazem, em seus ensaios, a um ou outro passo deste ou daquele texto de A importância do ato de ler só poderão ser cotejadas se o leitor curioso consultar a publicação da Cortez. Há algo ainda a que eu gostaria de me referir. Ao ler e reler a excelente tradução feita pelo professor Lólio... resolvi alterar, para maior clareza, passagens de minha – e somente minha – participação em alguns dos diálogos com Macedo. Em essência, porém, os diálogos continuam os mesmos que compõem o original norte-americano.

Dessa maneira, corroboramos a ideia de que “a liberdade de inovar, explorar ou manipular recursos e convenções genéricos é inevitavelmente exercida dentro da ampla estrutura de limites genéricos” (Bhatia, 1997, p. 192)<sup>18</sup>, o que Freire fez com maestria neste e em tantos outros de seus textos.

Isso posto, encaminhamos este trabalho para a análise da dimensão dialógica existente na “Carta...”, que essencialmente constitui um diálogo entre o enunciador e seus interlocutores, imediatos ou não, mas sempre ausentes no momento da enunciação, por meio de uma

<sup>16</sup> Legenda do trecho c): Nos começos de 1986, uma editora norte-americana, que havia antes publicado outro livro meu se interessou em traduzir A importância do ato de ler. Propus, então, ao diretor da casa publicadora, juntar aos três ensaios constitutivos do livro a ser traduzido ao inglês a colaboração de Donalddo Macedo, professor de Psicolinguística da Universidade de Massachusetts no Campus de Boston, excelente intelectual”.

<sup>17</sup> Legenda do trecho d): “A importância do ato de ler. Assim as referências que Berthoff e Giroux fazem, em seus ensaios, a um ou outro passo deste ou daquele texto de A importância do ato de ler só poderão ser cotejadas se o leitor curioso consultar a publicação da Cortez”. “Há algo ainda a que eu gostaria de me referir. Ao ler e reler a excelente tradução feita pelo professor Lólio resolvi alterar, para maior clareza, passagens de minha – e somente minha – participação em alguns dos diálogos com Macedo. Em essência, porém, os diálogos continuam os mesmos que compõem o original norte-americano”.

<sup>18</sup> Texto original: “the freedom to innovate, exploit or manipulate generic resources and conventions is inevitably exercised within the broad framework of specific generic boundaries”.

paragrafação que busca responder a possíveis questionamentos dos leitores e das leitoras. A esse respeito, Volóchinov (2018 [1929]) afirma:

Se penetrássemos mais profundamente na essência linguística dos parágrafos, nos convenceríamos de que em alguns traços essenciais eles são análogos às réplicas de um diálogo. É como se fosse um diálogo enfraquecido que passou a integrar um enunciado monológico. A percepção do ouvinte e do leitor, bem como das suas reações possíveis, fundamenta a divisão do discurso em partes que, na linguagem escrita, são designadas como parágrafos (Volóchinov, 2018 [1929], p. 244).

Destarte, os estudos sobre os gêneros têm dado significativa e justa importância aos aspectos interdiscursivos que permeiam o fazer enunciativo, pois o gênero é compreendido como resultado da inter-relação de fatores internos e externos ao texto, em que se imbricam a intertextualidade e a interdiscursividade, respectivamente. Para melhor compreensão, Bhatia (2010) nos explica a diferença, fundamental para este trabalho, entre intertextualidade e interdiscursividade, cujas concepções inevitavelmente se entrelaçam e diferem entre si sob determinados aspectos:

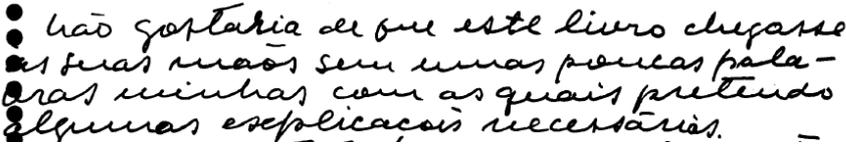
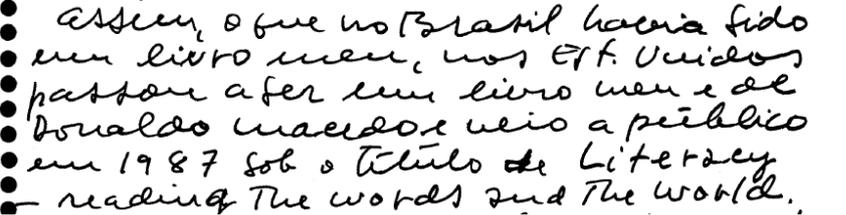
A intertextualidade refere-se ao uso de textos anteriores que transformam o passado no presente, muitas vezes de maneiras relativamente convencionalizadas e um tanto padronizadas. A interdiscursividade, por outro lado, refere-se a tentativas mais inovadoras de criar várias formas de construções híbridas e relativamente novas, apropriando-se ou explorando convenções estabelecidas ou recursos associados a outros gêneros e práticas (Bhatia, 2010, p. 35)<sup>19</sup>.

Ainda segundo esse autor, a interdiscursividade é “uma função de apropriação de recursos genéricos em práticas discursivas, profissionais e culturais, o que, [...] é fundamental para nossa compreensão das complexidades dos gêneros que são normalmente empregados na comunicação profissional, disciplinar e institucional” (Bhatia, 2010, p. 32)<sup>20</sup>. O texto, que materializa o gênero, resulta discursivamente do contexto social e cultural em que se realiza, logo, os aspectos discursivos relativos à construção composicional dos gêneros contribuem para que os textos sejam produzidos em observação a práticas socioculturais específicas.

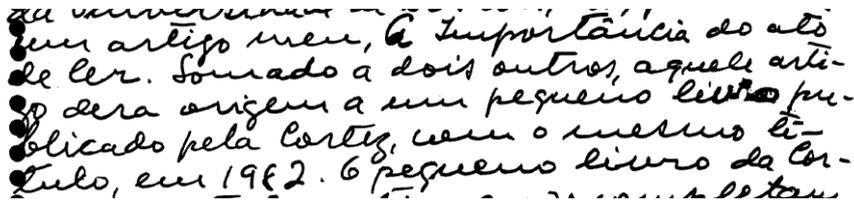
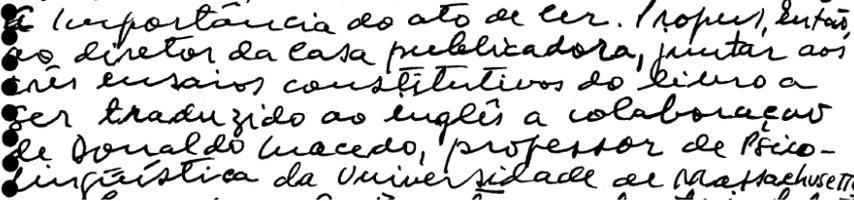
Sob essa perspectiva, encontramos tais recursos discursivos na construção da “Carta...”, como podemos perceber nos trechos abaixo, nos quais: a) direciona seu dizer para um interdiscurso relacionado ao livro que ora apresenta (o que é denotado pelo uso do pronome “este”), em que o autor constrói seu dizer a partir dos movimentos retóricos de uma “apresentação”, ao buscar uma justificativa para aquilo que pretendia expor, mas faz uso dessa retórica por meio dos parâmetros composicionais do gênero “carta”; e b) referencia um livro publicado por Freire em coautoria com Macedo, *Literacy reading: the words and the world*:

<sup>19</sup> Texto original: “Intertextuality refers to use of prior texts transforming the past into the present often in relatively conventionalized and somewhat standardized ways. Interdiscursivity, on the Other hand, refers to more innovative attempts to create various forms of hybrid and relatively novel constructs by appropriating or exploiting established conventions or resources associated with other genres and practices”.

<sup>20</sup> Texto original: “a function of appropriation of generic resources across discursive, professional and cultural practices, which, [...] is central to our understanding of the complexities of genres that are typically employed in professional, disciplinary, and institutional communication”.

- a)  21
- b)  22

Percebemos que, dentro da constituição do texto analisado, Freire, como em toda carta, logo de início, evoca o seu público, por meio de um título (Carta aos leitores e leitoras) que os coloca no centro da enunciação, também como coenunciadores. Além disso, o educador faz referência a outros de seus textos (*A importância do ato de ler*, *Literacy reading: the words and the world*), bem como a pessoas que têm alguma relevância para a compreensão da “Carta...” (Donalddo Macedo, Henry Giroux, Ann Berthoff, professor Lólio). Tais relações dialógico-discursivas colaboram para que a interação verbal seja compreendida conforme a intencionalidade do enunciador, que é explicar as razões da obra ora apresentada. Vejamos tais relações estabelecidas no texto:

- a)  *Carta aos leitores e leitoras.* 23
- b)  24
- c)  25

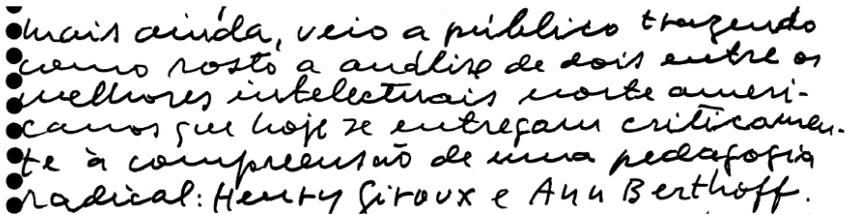
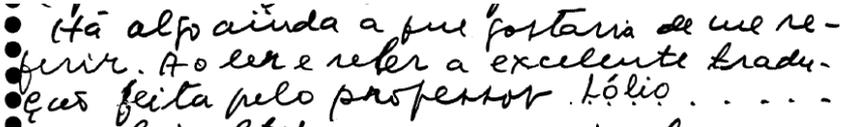
<sup>21</sup> Legenda do trecho a): “Não gostaria de que este livro chegasse às suas mãos sem umas poucas palavras minhas com as quais pretendo algumas explicações necessárias”.

<sup>22</sup> Legenda do trecho b): “Assim, o que no Brasil havia sido um livro meu, nos Est. Unidos passou a ser um livro meu e de Donalddo Macedo e veio a público em 1987 sob o título de Literacy Reading the words and the world”.

<sup>23</sup> Legenda do trecho a): “Carta aos leitores e leitoras”.

<sup>24</sup> Legenda do trecho b): “um artigo meu, A importância do ato de ler. Somado a dois outros, aquele artigo dera origem a um pequeno livro publicado pela Cortez, com o mesmo título, em 1982. O pequeno livro da Cor[...].”

<sup>25</sup> Legenda do trecho c): “A importância do ato de ler. Propus, então, ao diretor da casa publicadora, juntar aos três ensaios constitutivos do livro a ser traduzido ao inglês a colaboração de Donalddo Macedo, professor de Psicolinguística da Universidade de Massachusetts”.

- d)  26
- e)  27

Ao fazer tais referências, Freire convoca para seu texto diferentes discursos e vozes que possuem relevância na referida prática discursiva de apresentar uma obra, considerando o contexto profissional em que esta se insere, o educacional. Referir-se aos intertextos colabora para que os leitores e as leitoras, de quem Freire deseja se aproximar, possam compreender o livro *Alfabetização...* da melhor maneira possível, demonstrando como este se originou e em que outras obras seu público poderá, eventualmente, se apoiar para que o sentido seja produzido.

Para além dos intertextos, o poder persuasivo do discurso freireano ganha maior credibilidade ao dialogar com pesquisadores com vasta bibliografia sobre tópicos importantes relativos à educação, como Henry Giroux, considerado um dos mais influentes pensadores da pedagogia em tempos modernos; e Ann Berthoff, que escreveu o “Prefácio 2” da referida obra publicada em 1987 e teve Freire como prefaciador do seu livro *Forming, Thinking, Writing*, em 1988. Assim, sob a concepção de que “toda compreensão é dialógica” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 63), ainda que seja discordante, a “Carta...” atinge seus objetivos comunicativos de explicar a obra ora apresentada e de promover tanto a leitura do referido livro como a dos anteriores, por ele referenciados. Ainda nesse sentido, a análise deste objeto de estudo ratifica o que Bhatia (2010, p. 36) afirma:

Dentro do conceito de gênero e prática profissional, é possível ver escritores profissionais especializados operando constantemente dentro e fora dos limites genéricos, criando formas novas, mas essencialmente relacionadas e/ou híbridas (mistas e incorporadas) para expressar suas “intenções particulares” dentro de práticas comunicativas socialmente aceitas e normas genéricas compartilhadas<sup>28</sup>.

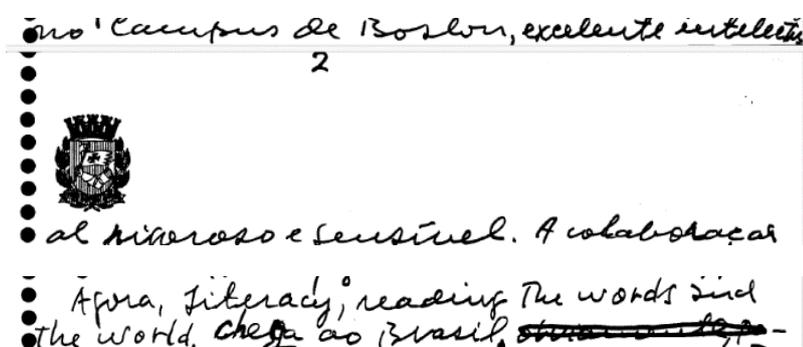
<sup>26</sup> Legenda do trecho d): “mais ainda, veio a público trazendo como rosto a análise de dois entre os melhores intelectuais que hoje se entregam criticamente à compreensão de uma pedagogia radical: Henry Giroux e Ann Berthoff”.

<sup>27</sup> Legenda do trecho e): “Há ainda algo a que gostaria de me referir. Ao ler e reler a excelente tradução feita pelo professor Lólio”.

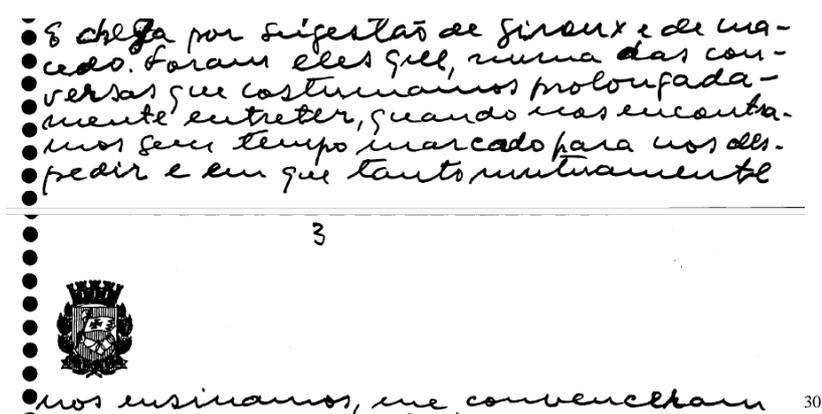
<sup>28</sup> Texto original: “Within the concept of genre and professional practice, one can see expert professional writers constantly operating within and across generic boundaries creating new but essentially related and/or hybrid (both mixed and embedded) forms to give expressions to their “private intentions” within socially accepted communicative practices and shared generic norms”.

Por isso, o educador brasileiro opta pela adoção de uma forma discursiva de caráter mais pessoal e intimista – a carta – que já faz parte de seu fazer enunciativo. Nessa prática linguageira inovadora, estão inclusos o processo enunciativo em si, no qual estão presentes os enunciadores e os papéis por eles assumidos na interação; e os aspectos socioculturais em que se insere, contribuindo para o estabelecimento de objetivos comunicativos comuns a esse tipo de ação linguística.

Freire também usa diferentes recursos linguísticos e estratégias retóricas para persuadir seus potenciais leitores e assim alcançar seus fins comunicativos. Sendo assim, observamos o uso de expressões adjetivas (excelente, rigoroso e sensível; melhores) e locuções adverbiais (seis anos atrás; em 1982; nos começos de 1986; agora), que qualificam e contextualizam o discurso. Segundo Bhatia (1997, p. 188), “na maioria dos gêneros promocionais e publicitários, os adjetivos são usados para descrever e avaliar positivamente os produtos”<sup>29</sup>.



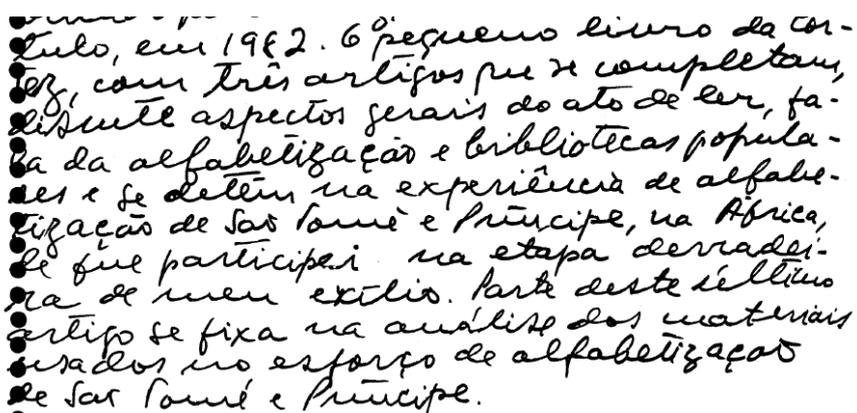
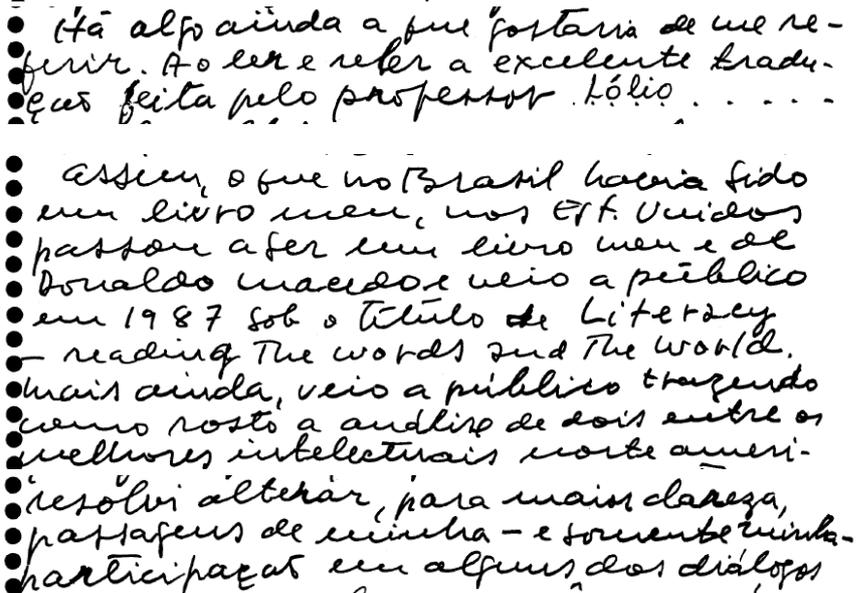
Ainda no excerto que segue, Freire alude às conversas “sem tempo marcado para nos despedir”, usando o advérbio “mutuamente” como um sinônimo do permanente processo de aprender e ensinar por meio do diálogo.



<sup>29</sup> Texto original: “in most promotional and advertising genres, adjectives are used to describe and positively evaluate products”.

<sup>30</sup> Legenda do trecho: “E chega por sugestão de Giroux e Macedo. Foram eles que, numa das conversas que costumamos prolongadamente entreter, quando nos encontramos sem tempo marcado para nos despedir e em que tanto mutuamente nos ensinamos, me convenceram”.

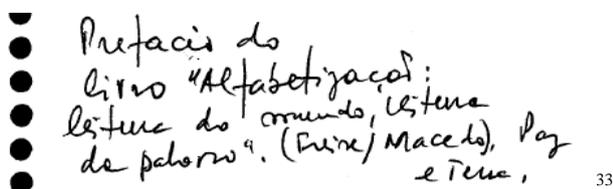
Ademais encontram-se figuras da retórica, como a) alusão (à experiência vivida na África e ao professor Lólio na tradução do livro); e b) repetição (da expressão “livro meu”, à qual acrescenta posteriormente “e de Donalddo Macedo”; também da oração “veio a público”, como forma de ratificar a importância daquela publicação; e, por fim, da ênfase dada ao pronome “minha – somente minha”, para garantir ao leitor que as ideias de Macedo não haviam sofrido alterações), conforme podemos ver nos trechos abaixo. Tais estratégias entrelaçam os argumentos expostos na “Carta...” e os reforçam perante os interlocutores.

- a)  31
- b)  32

<sup>31</sup> Legenda do trecho a): “[...] em 1982. O pequeno livro da Cortez, com três artigos que se completam, discute aspectos gerais do ato de ler, fala da alfabetização e bibliotecas populares e se detém na experiência de alfabetização de São Tomé e Príncipe, na África, de que participei na etapa derradeira de meu exílio. Parte deste último artigo se fixa na análise dos materiais usados no esforço de alfabetização de São Tomé e Príncipe”. “Há algo ainda a que gostaria de me referir. Ao ler e reler a excelente tradução feita pelo professor Lólio...”

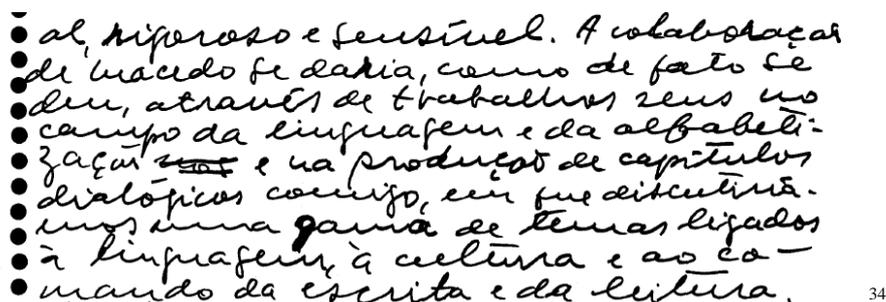
<sup>32</sup> Legenda do trecho b): “Assim, o que no Brasil havia sido um livro meu, nos Est. Unidos passou a ser um livro meu e de Donalddo Macedo e veio a público em 1987 sob o título de Literacy Reading the words and the world. Mais ainda, veio a público trazendo como rosto a análise de dois entre os melhores intelectuais norte-america[...].” “resolvi alterar, para maior clareza, passagens de minha – e somente minha – participação em alguns diálogos”.

Ainda percebemos, na leitura do documento, uma pequena anotação feita pelo próprio autor (note-se a caligrafia) de que aquele texto é a apresentação de uma de suas obras, fazendo uso, mais uma vez, de um intertexto, o “livro ‘Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra’. (Freire/Macedo). Paz e Terra”, que provavelmente o ajudaria na organização de seus escritos.



● Prefácio do  
● livro "Alfabetização:  
● leitura do mundo, leitura  
● da palavra". (Freire/Macedo), Paz  
● e Terra, 33

Por fim, ressaltamos a relevância de ter em mãos este material e, sob olhos instigadores acerca da língua em uso, buscar as subjetividades interdiscursivas do seu autor, o qual está vivamente presente tanto no léxico inconfundível (permeado, por vezes, de neologismos) quanto na construção enunciativa, voltada para o outro, com quem está sempre disposto a dialogar. Para além de seus constituintes enunciativos, é importante relevar a possibilidade de dar continuidade a estudos voltados aos temas em que se imbricam educação, linguagem e cultura sob uma práxis docente crítica, reflexiva e dialógica, como referenciado por Freire no trecho a seguir:



● al, rigoroso e sensível. A colaboração  
● de Macedo se daria, como de fato se  
● deu, através de trabalhos seus no  
● campo da linguagem e da alfabeti-  
● zação ~~em~~ e na produção de capítulos  
● dialógicos comigo, em que discutiríamos  
● uma gama de temas ligados  
● à linguagem, à cultura e ao co-  
● mando da escrita e da leitura. 34

Dessa forma, a interdiscursividade se fez presente no decorrer da “Carta...”, sendo parte constitutiva de sua construção argumentativa, dialogando com outros discursos, vozes e gêneros. Em tais interdiscursos, incluem-se suas próprias práticas de linguagem, anteriormente realizadas em situações comunicativas diferentes e que, naquele momento de enunciação, foram chamadas para o presente discursivo a fim de favorecer a leitura e a compreensão do seu conteúdo pelos leitores, cumprindo assim o propósito comunicativo de apresentar e promover o livro em determinado campo do saber.

<sup>33</sup> Legenda do trecho: “Prefácio do livro “Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra”. (Freire / Macedo), Paz e Terra.”

<sup>34</sup> Legenda do trecho: [...] rigoroso e sensível. A colaboração de Macedo se daria, como de fato se deu, através de trabalhos seus no campo da linguagem e da alfabetização [trecho tachado] e na produção de capítulos dialógicos comigo, em que discutiríamos uma gama de temas ligados à linguagem, à cultura e ao comando da escrita e da leitura.”

## Considerações finais

O fato de ser ouvido, por si só, estabelece uma relação dialógica.  
(Mikhail Bakhtin, em *Estética da criação verbal*, 1997[1979])

Neste trabalho, buscamos desenvolver uma análise dialógica sobre a “Carta aos leitores e leitoras”, escrita por Paulo Freire em 1990 e disponibilizada digitalmente na plataforma Acervo Paulo Freire. Enquanto patrimônio digital, artefato acessível a todos que por ele se interessarem, importa ressaltar, neste momento do estudo, que a sua preservação, bem como a de todos os patrimônios digitais, se revela uma urgência não só para os pesquisadores das Humanidades Digitais, mas também para “todos os atores que integram o ecossistema” (Rollo, 2020, p. 23). Assim, a realização deste trabalho se soma às proposições de colaborar para a preservação de um pedaço da história da educação brasileira (e também mundial), com o auxílio das potencialidades das tecnologias digitais e a ampla adoção da ciência aberta.

Sob uma perspectiva de sua dialogicidade, relacionando a prática languageira da escrita de uma carta com a função de introduzir um livro, na qual apresenta as razões de sua produção, assim retomamos aspectos cruciais na elaboração do texto em questão, como elementos composicionais do gênero discursivo “carta”, movimentos retóricos do gênero introdutório “apresentação”, evocando a concepção da intergenericidade (*genre embedding*), defendida por Bhatia (1997) e Marcuschi (2008). Ainda nos fundamentamos na concepção dialógica de Bakhtin e o Círculo, a qual se confirma como essencial na compreensão linguístico-enunciativa das práticas de linguagem cotidianas, acadêmicas, profissionais, institucionais, etc. enfim, qualquer que seja o domínio discursivo em que o gênero se realize textualmente. Ademais, a “Carta...”, como objeto de estudo selecionado para esta pesquisa, se revelou uma fonte rica em recursos e estratégias linguísticas e retóricas que buscam promover a dimensão argumentativa do texto, baseada na intencionalidade enunciativa do locutor, ao pretender, a princípio, o que pode ser notado logo no primeiro parágrafo, levar seus potenciais leitores não somente à leitura, mas também à compreensão daquela obra.

É assim que a escrita da “Carta...” não se resume a um diálogo apenas com seus leitores, como destinatários ou “superdestinatários” (Bakhtin, 1997[1979]), os quais, ao compreenderem suas ideias, baseados em seu conhecimento prévio, com ela dialogam; mas também com outros discursos que com ela concordam, dela discordam ou ainda a refutam, discutem ou comentam.

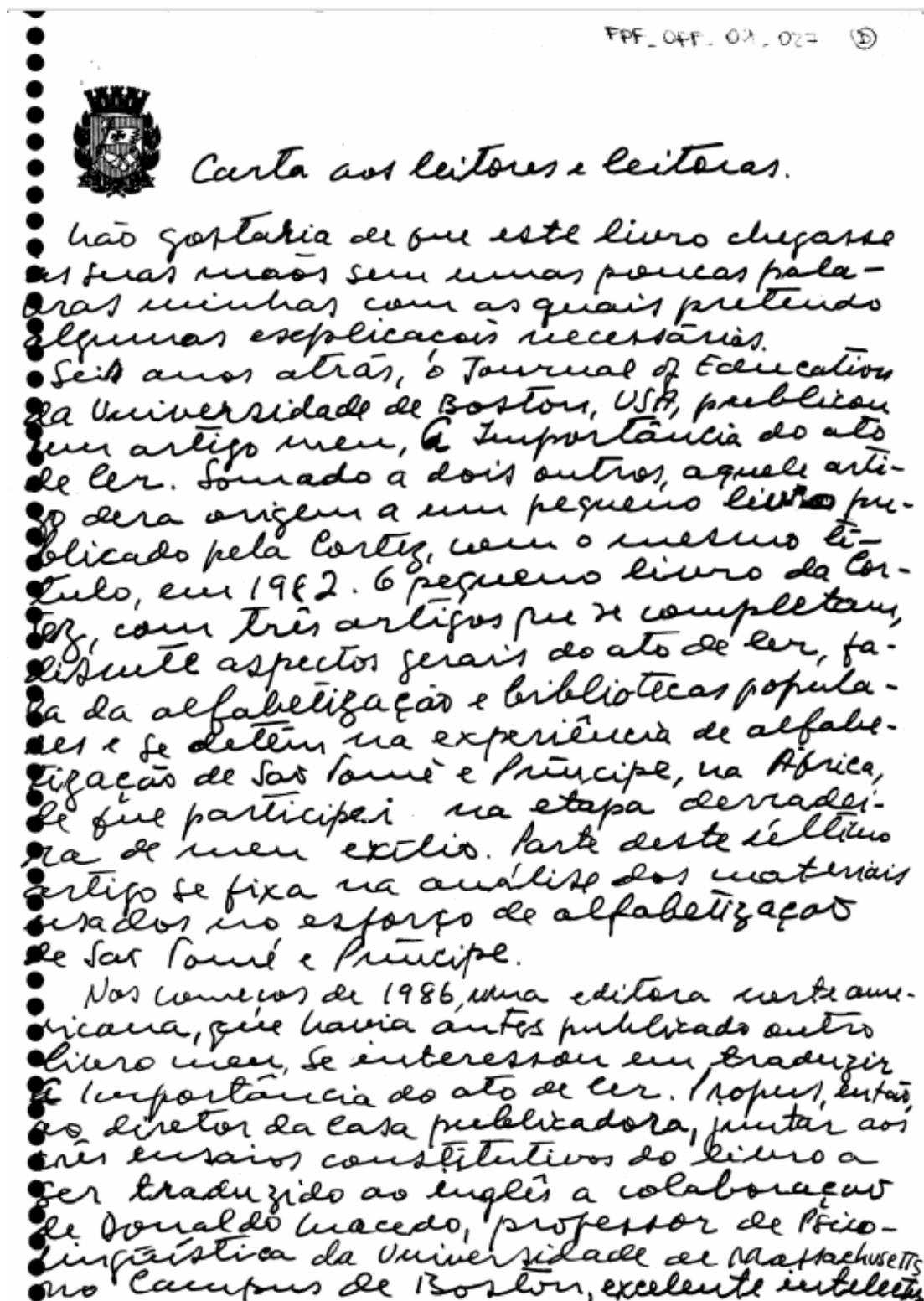
Enfim, concluímos que a disponibilização digital da “Carta aos leitores e leitoras”, na plataforma Acervo Paulo Freire, pode suscitar investigações de múltiplas dimensões linguístico-discursivas sob outros olhares teóricos, bem como educacionais, históricos, sociológicos, antropológicos, etc., a depender do ponto de vista do pesquisador, promovendo a ampliação do legado teórico deixado por Paulo Freire tanto na educação, com sua pedagogia histórico-crítica, como nas práticas de linguagem essencialmente dialógicas, realizadas principalmente por meio de cartas.

## Referências

- ACERVO PAULO FREIRE. Instituto Paulo Freire. *Apresentação*. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/acervo-paulo-freire>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- ADAM, J.-M. *Textos, tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto, 2019.
- ADAM, J.-M. *A noção de texto*. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal: EDUFRN, 2022.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997[1979].
- BEZERRA, B. G. *Gêneros no contexto brasileiro: questões (meta)teóricas e conceituais*. São Paulo: Parábola, 2017.
- BHATIA, V. Genre-mixing in academic introductions. *English for Specific Purposes*, v. 16, n. 3, p. 181-195, 1997.
- BHATIA, V. *Worlds of written discourse: a genre-based view*. Continuum International Publishing Group, 2004.
- BHATIA, V. Interdiscursivity in professional communication. *Discourse & Communication*, v. 4, n. 32, p. 32-50, 2010.
- BHATIA, V. Genre analysis: The state of the art. *International Journal of Language Studies*, v. 9, n. 2, p. 121-130, 2015.
- COSTA, R. *et al.* O papel da linguística na era das humanidades digitais. *Linha D'água*, v. 34, n. 2, p. 1-8, 2021.
- FRANCO, D. de S. A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-1991) e suas consequências. *Pro-Posições*, v. 25, n. 3 (75), p. 103-121, 2014.
- FREIRE, A. M. A. A voz da esposa: a trajetória de Paulo Freire. In: GADOTTI, M. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 27-64.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P.; MACEDO, D. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GADOTTI, M. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- ROLLO, M. F. Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento. O programa Memória para Todos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 19-44, jan./abr. 2020.
- SEARA, I. de R. A palavra nômada. Contributos para o estudo do género epistolar. In: II FÓRUM DE PARTILHA LINGUÍSTICA. Lisboa, *Anais [...]*, 2008. Disponível em: <https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/isabel-seara.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- SILVA, P. N. da. *Tipologias textuais: como classificar textos e sequências*. Lisboa: Almedina/CELGA, 2012.
- VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2 ed. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018 [1929].

## Anexo

### "Carta aos leitores e leitoras", de Paulo Freire





3



nos ensinamos, me convenciam  
de tentar sua publicação no Brasil.  
Mas chega ao Brasil obviamente sem  
os três ensaios que, aqui, constituiram  
a importância do ato de ler. Assim,  
as referências que Bethhoff ~~em~~ <sup>em</sup> ~~seu~~ <sup>seus</sup> fa-  
z em seus ensaios, a um ou outro  
passo deste ou daquele texto de a im-  
portância do ato de ler só poderão ser  
cotejadas se o leitor quiser consultar  
a publicação da Cortez.

Há algo ainda a que gostaria de me re-  
ferir. Ao ler e refer a excelente tradu-  
ção feita pelo professor Lólio . . . . .  
resolvi alterar, para maior clareza,  
passagens de minha - e sobretudo minha -  
participação em alguns dos diálogos  
com Macedo. Essas essências porém,  
e diálogos continuam os mesmos  
que compõem o original norte ame-  
ricano.

São Paulo  
maio de 1990

Paul Freyre

Prefácio do  
livro "Alfabetização:  
leitura do mundo, leitura  
de palavra". (Freyre) Macedo, Paz  
e Terra.

Artigo / Article

# Uma descrição contextual do gênero "carta aberta"

*A contextual description of the 'open letter' genre*

**Theodoro C. Farhat** 

Universidade de São Paulo, Brasil

theo.cfar@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9646-6301>

Recebido em: 31/05/2024 | Aprovado em: 04/12/2024

## Resumo

Fundamentado pela Linguística Sistêmico-Funcional, este artigo tem como objetivo descrever os padrões contextuais que definem o gênero epistolar conhecido como "carta aberta". A partir de um procedimento metodológico que alia, por meio de redes sistêmicas contextuais, análises qualitativas à categorização quantitativa de um *corpus* composto por textos descritos emicamente como "cartas abertas", realizamos uma investigação multidimensional do que define tal prática sociossemiótica em termos contextuais, complementando abordagens que focalizam sua estrutura composicional. Como resultado, detectamos (a) um padrão global, motivado pela "abertura" do gênero e caracterizado por um enviesamento sociométrico, modo público e a construção de uma audiência categórica, e (b) dois padrões mais específicos, um "tradicional-argumentativo", vinculado a uma institucionalidade argumentativa, e um "inovador-afetivo", associado ao compartilhamento público de emoções individuais possibilitado pelas tecnologias digitais.

**Palavras-chave:** Gênero epistolar • Análise contextual • Linguística Sistêmico-Funcional

## Abstract

Drawing on Systemic Functional Linguistics, this article aims to describe the contextual patterns that define the epistolary genre known as 'open letter'. Using a methodological procedure that combines, through contextual system networks, qualitative analyses with the quantitative categorization of a corpus of

texts emically described as 'open letters', we perform a multidimensional investigation of what defines this sociosemiotic practice in contextual terms, thus complementing approaches that focus on its compositional structure. As a result, we have identified (a) a global pattern, motivated by the "openness" of the genre and characterized by a sociometric bias, public mode, and a categorical audience, and (b) two more specific patterns: a "traditional-argumentative" one, linked to an argumentative institutionality, and an "innovative-affective" one, associated with the public sharing of individual emotions made possible by digital technologies.

**Keywords:** Epistolary genre • Contextual analysis • Systemic Functional Linguistics

## Introdução

Fundamentado pela Linguística Sistêmico-Funcional (Matthiessen; Teruya, 2024; Halliday; Matthiessen, 2014), este artigo tem como objetivo descrever, por meio de sistemas contextuais (Matthiessen, 2015; Hasan, 2014, 2020; Farhat, 2025), os padrões de contexto que definem o gênero epistolar conhecido como "carta aberta" em português brasileiro. Embora tal gênero tenha recebido atenção por sua relevância didática (ver, por exemplo, Brito e Altafini (2014), Brito (2015) e Costa (2019)), consideramos que ainda são necessários estudos que se voltem aos elementos contextuais – isto é, as variáveis culturais semioticamente relevantes – que motivam sua composição textual e são por ela realizados.

Acreditamos que uma descrição contextual multidimensional como a que propomos neste estudo poderá ser relevante não somente para uma compreensão refinada do que define, em termos contextuais, tal prática sociosemiótica, complementando descrições que enfocam a descrição de sua estrutura composicional (p. ex. Oliveira; Zanutto, 2017), mas também para aqueles profissionais – especialmente professores – que tomam tal prática como objeto de ensino. Ademais, o estudo será uma oportunidade para testar empiricamente a utilidade analítica dos sistemas contextuais empregados.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos brevemente os fundamentos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), com destaque para a relevância dos sistemas contextuais na descrição de subpotenciais de significação (como gêneros discursivos), e uma primeira descrição hipotética da configuração contextual característica de "cartas abertas"; na seção 2, descrevemos os procedimentos metodológicos que guiaram a pesquisa, incluindo os critérios de coleta do *corpus*; a seção 3, então, apresenta e discute os resultados obtidos, descrevendo os padrões contextuais observados e alguns elementos de sua realização semiótica; enfim, na seção de considerações finais, tratamos de possíveis limitações e futuros desdobramentos do estudo.

## 1 Teoria Sistêmico-Funcional, contexto e a classificação de subpotenciais de significação

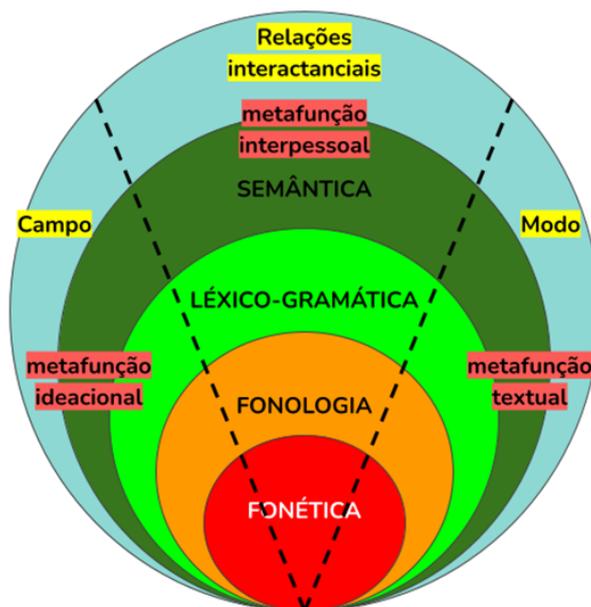
A Linguística Sistêmico-Funcional está estruturada a partir de três dimensões semióticas globais (Matthiessen; Teruya, 2024; Halliday; Matthiessen, 2014; Hasan, 2013): estratificação, metafunção e instanciação.

**Estratificação:** uma hierarquia de estratos em crescente abstração simbólica, permitindo a análise de dado objeto linguístico (1) enquanto expressão fonético-fonológica ou gráfica (plano de expressão); (2) enquanto estrutura léxico-gramatical especificável em termos de morfemas, palavras, grupos/sintagmas e orações (léxico-gramática; parte do plano de conteúdo); (3) enquanto significados “acima da oração”, seja porque compõem estruturas que não se limitam ao domínio oracional, seja porque podem ser realizados de diferentes formas pela léxico-gramática (semântica; parte do plano de conteúdo); (4) enquanto elemento contextual especificável em categorias culturais semioticamente relevantes, dando conta da heterogeneidade não caótica das produções semióticas de uma dada cultura (plano/estrato de contexto). Os estratos associam-se por meio da relação de **realização**: por exemplo, a seleção semântica “pergunta” tipicamente realiza um contexto de desigualdade epistêmica entre produtor e receptor e é realizada, congruentemente, por meio de uma oração interrogativa (elemento léxico-gramatical) – que, por sua vez, é realizada fonologicamente por meio de uma entoação ascendente.

**Metafunção:** um espectro composto por três funções que, por sua alta generalidade, operam na organização do próprio sistema linguístico, aglutinando diferentes redes sistêmicas funcionalmente motivadas – a metafunção interpessoal, que reúne os recursos linguísticos destinados à negociação de informações e ações, à avaliação de objetos de discurso e ao comprometimento com (ou rejeição de) proposições e propostas; a metafunção ideacional, que lida com a construção de experiências tanto em termos da categorização do mundo (seja ele real ou imaginário, sensível ou abstrato, etc.) quanto da articulação de experiências em estruturas potencialmente recursivas; e a textual, que se volta à construção de textura, isto é, aos elementos informacionais e coesivos que permitem a percepção de um texto como um “todo significativo”.

A Figura 1 representa a hierarquia de estratificação e o espectro metafuncional:

**Figura 1.** Estratificação e metafunções

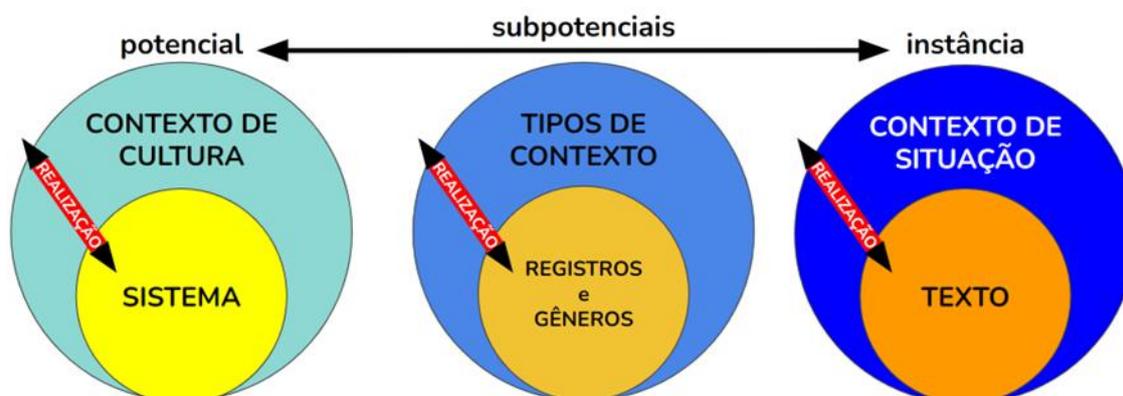


Fonte: adaptado de Halliday e Matthiessen (2014, p. 26)

**Instanciação:** uma escala de generalidade sociossemiótica, englobando (1) em um nível de especificidade máxima, textos que realizam contextos de situação, instâncias concretas e únicas (“o que *é*”); (2) em um nível de alta generalidade, o potencial de significação (que realiza um contexto de cultura), representando os padrões mais gerais da linguagem (o “o que *pode ser*”), que realizam uma cultura (“um potencial de situações”) e (3) em um nível intermediário, os subpotenciais de significação (“registros”, “gêneros discursivos”, etc.), que dizem respeito a padrões de linguagem que realizam configurações contextuais típicas (“o que *costuma ser*”). Há uma relação de interdependência entre o polo do potencial e o polo da instância: o que “pode ser” depende do que de fato “é” para sua materialização; o que de fato “é” só existe em função do que “pode ser”; e essa relação é mediada pelos subpotenciais.

A Figura 2 representa a escala de instanciação:

**Figura 2.** A escala de instanciação



Fonte: elaboração própria.

Com base nesse quadro global, podemos especificar mais tecnicamente o que pretendemos obter por meio deste estudo: uma descrição da configuração contextual realizada por subpotenciais denominados emicamente “cartas abertas”. Em outras palavras, buscaremos descrever as variáveis contextuais tipicamente associadas às práticas semióticas reconhecidas pelos próprios interactantes como “cartas abertas”. Para isso, recorreremos às descrições paradigmáticas – isto é, em forma de rede sistêmica (Hasan, 2014) – dos três parâmetros contextuais que emergem na interseção entre o plano contextual e o espectro das metafunções (Halliday; Hasan, 1989):

- **Campo:** associado realizacionalmente à metafunção ideacional, descreve as atividades sociosemióticas construídas por meio da linguagem e/ou facilitadas pelo uso da linguagem (Matthiessen, 2015; Hasan, 1999, Farhat; Gonçalves-Segundo, 2023), assim como as esferas institucionais em que tais atividades são executadas.
- **Relações interactanciais:** vinculado à metafunção interpessoal, descreve os papéis e as relações encenados semioticamente entre os interactantes, incluindo “poder”, “proximidade”, “conflito/cooperação”, entre outros elementos (Hasan, 2020; Farhat, 2025).
- **Modo:** atrelado à metafunção textual, descreve as possibilidades de contato semiótico entre os interactantes, como a distinção entre linguagem oral e escrita, a oposição entre práticas “monológicas” e “dialogais”, o nível de publicidade ou privacidade do texto, entre outros fatores (Hasan, 2014).

Como defende Hasan (2014), o estudo de subpotenciais de significação (“registros”, “gêneros”, etc.) pode ser empreendido produtivamente a partir da descrição paradigmática de cada um dos parâmetros contextuais – isto é, por meio de redes sistêmicas que explicitam variáveis culturais semioticamente relevantes a partir das convenções descritivas da LSF (cf. Martin, 2013; Matthiessen, 2023) e sua realização semiótica. Esses sistemas possibilitam a descrição detalhada de padrões sociosemióticos em variáveis graus de generalidade e permitem, com isso, uma perspectiva contextual sobre a caracterização de subpotenciais, evitando um enfoque exclusivo em padrões semióticos desvinculados de motivações culturais. Em muitos estudos, tais subpotenciais são enquadrados primariamente em termos de campo, já que muitos gêneros são definidos fundamentalmente pelo tipo de atividade que realizam;<sup>1</sup> como indicaremos ao longo deste estudo, entretanto, considerações sobre outros parâmetros podem ser relevantes – quando não imprescindíveis – na detecção de padrões contextuais.

---

<sup>1</sup> Note-se que, como não utilizamos o modelo estratificado de contexto proposto por Martin (1992), suas considerações sobre sistemas de gênero são, em grande medida, absorvidas pela descrição do campo – ver Matthiessen e Teruya (2024) para discussão.

Apresentaremos os sistemas contextuais que utilizaremos na análise e na classificação de (con)textos de “cartas abertas” na próxima seção. A definição dada ao gênero por Bezerra (2007, p. 210, *apud* Brito; Altafini, 2014, p. 2220), entretanto, pode servir de hipótese inicial:

é um texto utilizado em situações de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário, atendendo a diversos propósitos: opinar, agradecer, reclamar, solicitar, elogiar, criticar, entre outros. É um gênero de domínio público, de caráter aberto, com o objetivo de divulgar seu conteúdo, possibilitando ao público geral a sua leitura.

Assim, em termos contextuais, partiremos da hipótese de que “cartas abertas” são um subpotencial primariamente definido por (1) modo monologal, dando conta da “ausência de contato imediato entre remetente e destinatário”, e público, com acesso potencialmente ilimitado ao conteúdo da carta; (2) campo variável (“diversos propósitos”), mas possivelmente associado a atividades valorativas (“opinar, agradecer, reclamar [...], elogiar, criticar”); (3) e relações também variáveis, mas possivelmente vinculadas à orientação avaliativa do campo, e associadas a receptores relativamente vagos (“público geral”).

## 2 Metodologia

Metodologicamente, este estudo foi estruturado em cinco etapas: (1) coleta do *corpus*; (2) análise qualitativa e reconhecimento de elementos realizacionais; (3) categorização contextual; (4) detecção de padrões contextuais; (5) interpretação dos padrões.

**Coleta do *corpus*:** nessa etapa inicial, coletaram-se e transcreveram-se os textos que compõem o *corpus* analisado. Trata-se de cinquenta instâncias emicamente classificadas como “cartas abertas” – isto é, explicitamente entendidas, por atores sociais envolvidos com o texto (quase sempre seu produtor), como instâncias do gênero. Para a obtenção dos textos, estabeleceu-se que trinta textos seriam obtidos a partir de pesquisas por “carta aberta” no Google, dez textos encontrados por uma pesquisa idêntica na plataforma X (antigo Twitter), e outros dez textos obtidos por meio da mesma busca no YouTube. Essa distribuição foi motivada pela ideia de que o Google, por ser uma plataforma muito mais ampla do que as demais, tenderia a resultar em maior diversidade de padrões – o que foi de fato verificado empiricamente. Já a escolha do X e do YouTube foi justificada pelo fato de que, na busca padrão do Google, resultados de tais plataformas não aparecem com frequência, a despeito de sua relevância social. A quantidade relativamente limitada de textos coletados, por fim, é justificada pelo fato de que a análise contextual é um trabalho delicado, que exige um treinamento avançado do analista, e ainda não pode ser automatizado.

**Análise qualitativa preliminar e reconhecimento de elementos realizacionais:** nessa etapa, operou-se a análise qualitativa, com base em descrições léxico-gramaticais (Halliday; Matthiessen, 2014; Figueredo, 2011), semântico-discursivas (Martin, 1992; Martin; White, 2005) e contextuais (Hasan, 2014, 2020; Matthiessen, 2015; Farhat, 2025) fundamentadas pela

TSF, de instâncias coletadas que, com base em observações preliminares, pareciam exibir funcionamentos semióticos e contextuais distintivos. Como resultado, obteve-se uma descrição preliminar de algumas configurações linguístico-contextuais, associando elementos contextuais a padrões realizacionais, que guiaram a categorização contextual do restante do *corpus*.

**Categorização contextual:** com base nos padrões realizacionais identificados na etapa anterior, operou-se uma categorização contextual do restante do *corpus* a partir de doze sistemas contextuais pertencentes a cada um dos três parâmetros apresentados na seção anterior. A seguir, apresentamos uma descrição brevíssima de cada um dos sistemas; recomendamos fortemente, entretanto, a leitura dos textos que propuseram originalmente tais sistemas e discutem, detalhadamente, suas opções e sua realização textual: Hasan (1999, 2014, 2020), Matthiessen (2015), Farhat (2025). Os padrões realizacionais relevantes serão apresentados ao longo da discussão dos resultados.

Para as relações interactanciais, consideramos os seguintes sistemas (Farhat, 2025):

- DISTÂNCIA SOCIAL: diz respeito ao grau de “intimidade” realizada pelo texto, desde relações totalmente distantes, com nenhum sinal de familiaridade e envolvimento, até relações altamente íntimas, geralmente fruto de um longo histórico relacional. Distinguem-se quatro graus, inspirados no trabalho seminal de Hall (1966): [pública], [consultiva], [pessoal] e [íntima].
- STATUS: diz respeito às diferenças e semelhanças entre os interactantes em termos de seus direitos e deveres de informar/perguntar (“status epistêmico”) e de ordenar/obedecer (“status prático”).
- RELAÇÃO SOCIOMÉTRICA: trata da possibilidade de “enviesamento” do contexto, geralmente em termos da explicitação de convergências ou divergências em relação a um determinado ponto de vista ou uma proposta de ação.
- PAPÉIS INSTITUCIONAIS: lidam com o grau de “internalidade” do interactante em relação a dado domínio institucional. *Grosso modo*, um interactante é institucionalmente [interno] quando está vinculado à realização de atividades que definem aquele domínio institucional (p. ex., médicos e enfermeiros em um hospital), enquanto um papel [externo] se associa ao papel de beneficiário dessas atividades (p. ex. pacientes e familiares em um hospital).
- CARGA EMOCIONAL: diz respeito ao grau de envolvimento emocional realizado pelo texto – [neutro], [eufórico] ou [disfórico].
- ESPECIFICAÇÃO do produtor textual: trata da identificação do produtor textual enquanto [indivíduo] (geralmente a partir de antropônimos) ou [categoria] (coletivos, instituições, etc.), assim como de seu grau de detalhamento ([vago] ou [detalhado]).

- **ESPECIFICAÇÃO do receptor textual:** lida com as mesmas dimensões que o sistema anterior, mas voltando-se ao receptor construído pelo texto (p. ex., em “carta à sociedade”, o receptor é uma categoria vaga; em “carta ao presidente X”, é um indivíduo detalhado).
- **TIPO DE RELACIONAMENTO:** *grosso modo*, responde à questão “como os interactantes se conhecem”? Opõe relacionamentos [familiares] (entre membros de uma família) a relacionamentos não familiares; entre os [não familiares], distingue relacionamentos [exotéticos], motivados por fatores externos ao relacionamento em si (por exemplo, colegas de trabalho, vizinhos), de relacionamentos [autotéticos], motivados pelo próprio relacionamento (p. ex. amigos, namorados).

Para o modo, consideraremos dois sistemas:

- **CONTATO MATERIAL:** descreve a modalidade da língua por meio da qual o texto é materializado – fundamentalmente, neste estudo, trata-se da oposição entre textos [escritos] e [orais].
- **LOGALIDADE:** opõe contextos [dialogais], em que há possibilidade de troca de turno entre os interactantes, aos [monologais], em que um interactante domina absolutamente a produção do texto.

E, por fim, para o campo, os seguintes sistemas:

- **ATIVIDADE SOCIOSSEMIÓTICA:** descreve os tipos de atividade que se constituem por meio da linguagem (p. ex. “narrar”, “argumentar”, “recomendar”, “expor”, etc.) ou com o auxílio dela. Para este estudo, serão cruciais as atividades de [explorar], em que se debatem argumentativamente questões de interesse potencialmente público, e [compartilhar], envolvendo a troca valores e experiências pessoais como forma de estabelecimento (ou rejeição) de vínculos intersubjetivos e identidades.
- **ESPECIALIZAÇÃO:** descreve o grau de “exoticidade” ([alta/média/baixa]) da atividade sociossemiótica em relação ao “senso comum” de dada cultura, o que frequentemente está vinculado também a um grau de convencionalização (“ritualização”) da atividade.<sup>2</sup>

**Detecção de padrões contextuais:** nessa etapa, obtêm-se os resultados primários da pesquisa – a detecção de configurações recorrentes de seleções contextuais, perfazendo um ou mais padrões contextuais emergentes da categorização. Quando há mais de um padrão, verificam-se as tendências de cosseleção entre os diferentes sistemas, de modo a delinear o que une e o que diferencia cada padrão.

---

<sup>2</sup> O fato de a quantidade de sistemas de relações interactanciais ser consideravelmente maior do que a dos outros parâmetros reflete, por um lado, nosso envolvimento na descrição sistêmica desse parâmetro (Farhat, 2025) e, por outro, nossa percepção de que tais sistemas podem ser produtivamente utilizados em descrições como a que propomos neste estudo.

**Interpretação dos padrões:** por fim, os padrões identificados são interpretados. Isso inclui, crucialmente, o levantamento de hipóteses acerca das motivações (culturais, tecnológicas, etc.) que fundamentam os padrões encontrados, o que pode envolver o diálogo com outras disciplinas – sociologia, antropologia, psicologia, etc. Também se investiga a possibilidade de diferentes graus de prototipicidade das instâncias – isto é, considerando instâncias que não se conformam totalmente aos padrões detectados, “mede-se” sua distância em relação a instâncias prototípicas e lançam-se hipóteses para tal atipicidade.

### 3 Resultados e discussão: padrões contextuais

Os resultados globais da categorização estão expostos nas Tabelas 1, 2 e 3.

**Tabela 1.** Categorização global do corpus: relações interactanciais

Sistema	opção	ocorrência
DISTÂNCIA SOCIAL	íntima	30%
	pessoal	24%
	consultiva	10%
	pública	36%
RELAÇÃO SOCIOMÉTRICA	divergente	58%
	convergente	40%
	indeterminada	2%
STATUS	igualdade	40%
	superiorização do produtor	58%
	inferiorização do produtor	2%
PAPÉIS INSTITUCIONAIS	interno-externo	50%
	interno-interno	46%
	externo-interno	4%
CARGA EMOCIONAL	eufórica	20%
	neutra/eufórica	8%
	neutra	10%
	neutra/disfórica	38%
	disfórica	20%
	flutuante	4%
TIPO DE RELACIONAMENTO	familiar	2%
	autotélico	36%
	exotélico	62%
ESPECIFICAÇÃO do [produtor]	categoria; vaga	2%
	categoria; detalhada	24%
	indivíduo; detalhado	74%
ESPECIFICAÇÃO do [receptor]	categoria; vaga	38%
	categoria; detalhada	14%
	indivíduo; detalhado	48%

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 2.** Categorização global do corpus: campo

Sistema	opção	ocorrência
ESPECIALIZAÇÃO	alta	4%
	média	42%
	baixa	54%
ATIVIDADE SOCIOSEMIÓTICA	explorar	52%
	compartilhar	46%
	recomendar	2%

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 3.** Categorização global do corpus: modo

Sistema	opção	ocorrência
CONTATO MATERIAL	oral	20%
	escrito	80%
LOGALIDADE	monologal	100%
	dialogal	0%

Fonte: elaboração própria.

Já é possível, nesse nível de generalidade, entrever alguns padrões. Os mais evidentes são os de modo: não encontramos nenhum texto dialogal que se categorizasse emicamente como “carta aberta”, o que muito provavelmente está também associado à forte tendência à modalidade escrita (80%). Também há, entretanto, um claro padrão de campo, especialmente em termos de ATIVIDADE SOCIOSEMIÓTICA: duas atividades dominaram claramente o *corpus*, [explorar] (52%) e [compartilhar] (46%), entre um conjunto de oito atividades primárias descritas pelo sistema de Matthiessen (2015). Tais atividades, embora parte do campo, são orientadas às relações interactanciais, o que significa que

os objetivos da situação, ou os resultados pretendidos, tratam das relações interactanciais, especialmente do relacionamento entre falante e destinatário – da manutenção ou alteração desse relacionamento, como quando falantes tentam trazer os destinatários para mais perto de suas posições [...] (Halliday; Matthiessen, 2014, p. 41).

Isso provavelmente está vinculado ao padrão encontrado na RELAÇÃO SOCIOMÉTRICA: embora não haja dominância absoluta de [convergência] (40%) ou [divergência] (58%), nenhum dos contextos foi categorizado como [equânime] (isto é, “neutro”), o que aponta que “cartas abertas” são caracterizadas por um enviesamento sociométrico: produz-se a carta para expressar uma posição sobre o que está em discussão – discordância ou concordância, adesão ou rejeição. É provável, então, que se trate de um subpotencial de natureza *afiliativa*: o texto opera a serviço de uma negociação de posições intersubjetivas e intergrupais, seja a partir de um enviesamento divergente, em que se rejeitam posições, valores, propostas, etc., ou convergente, em que tais elementos são interpessoalmente corroborados.

Esses padrões primários sugerem, então, que a hipótese inicial que propusemos anteriormente, com base na definição de Bezerra (2007), foi em grande medida confirmada: “cartas abertas” parecem de fato constituir um subpotencial primariamente definido por:

- (1) modo monologal e público, tendendo à escrita;
- (2) campo orientado às relações, por meio das atividades de “explorar” e “compartilhar”;
- (3) e relações interactanciais caracterizadas por um enviesamento sociométrico a partir do qual podem ser negociados valores, emoções, posições, pertencimentos, etc.

### 3.1 Especificando configurações contextuais

Tal definição global, embora certamente relevante, ainda pode ser especificada, facilitando a detecção de elementos linguísticos que caracterizam, realizacionalmente, o subpotencial em questão. Para isso, observamos a distribuição das seleções contextuais novamente, mas focando nos *subcorpora* que surgem a partir da divisão do *corpus* segundo a atividade sociossemiótica realizada: [explorar] ou [compartilhar]: ver Tabelas 4 e 5. (Como seriam redundantes, as ocorrências para LOGALIDADE e ATIVIDADE SOCIOSSEMIÓTICA foram omitidas.)

**Tabela 4.** Categorização dos subcorpora definidos por [explorar] e [compartilhar]

sistema	opção	[explorar]	[compartilhar]
DISTÂNCIA SOCIAL	íntima	0%	65,2%
	pessoal	19,2%	30,4%
	consultiva	11,5%	4,3%
	pública	69,2%	0%
RELAÇÃO SOCIOMÉTRICA	divergente	80,8%	34,8%
	convergente	19,2%	60,9%
	indeterminada	0%	4,3%
STATUS	igualdade	11,5%	73,9%
	superiorização do produtor	88,5%	21,7%
	inferiorização do produtor	0%	4,3%
PAPÉIS INSTITUCIONAIS	interno-externo	73,1%	26,1%
	interno-interno	23,1%	69,6%
	externo-interno	3,8%	4,3%
CARGA EMOCIONAL	eufórica	0%	43,5%
	neutra/eufórica	0%	13%
	neutra	19,2%	0%
	neutra/disfórica	65,4%	8,7%
	disfórica	15,4%	26,1%
	flutuante	0%	8,7%

TIPO DE RELACIONAMENTO	familiar	0%	4,3%
	autotélico	7,7%	69,6%
	exotélico	92,3%	26,1%
ESPECIFICAÇÃO do [produtor]	categoria; vaga	3,8%	0%
	categoria; detalhada	46,2%	0%
	indivíduo; detalhado	50%	100%
ESPECIFICAÇÃO do [receptor]	categoria; vaga	53,8%	21,7%
	categoria; detalhada	15,4%	8,7%
	indivíduo; detalhado	30,8%	69,6%
ESPECIALIZAÇÃO	alta	7,7%	0%
	média	65,4%	13%
	baixa	11,5%	87%
CONTATO MATERIAL	oral	23,1%	13%
	escrito	76,9%	87%

Fonte: elaboração própria.

Começamos com os padrões para os 26 textos que realizam a atividade de [explorar]. O exame do *subcorpus* revela um conjunto de tendências muito mais detalhado do que o que encontramos no *corpus* geral. Além dos padrões gerais, verificamos:

- DISTÂNCIA SOCIAL: tendência à maximização, como indicado pela preponderância de distância [pública] (69,2%) e pela não ocorrência de distância [íntima].
- RELAÇÃO SOCIOMÉTRICA: preponderância da relação [divergente] (80,8%).
- STATUS: preponderância de superiorização do produtor (88,5%).
- PAPÉIS INSTITUCIONAIS: preponderância da configuração em que um interactante institucionalmente [interno] dirige-se a um [externo] (73,1%).
- CARGA EMOCIONAL: forte tendência à disforia, como indicado pela ocorrência de carga [disfórica] (15,4%) e intermediária [neutra/disfórica] (65,4%).
- TIPO DE RELACIONAMENTO: forte preponderância de relacionamentos [exotélicos] (92,3%).
- ESPECIFICAÇÃO do [produtor]: divisão entre [categoria; detalhada] (46,2%) e [indivíduo; detalhado] (50%), rejeitando a preponderância de [indivíduo; detalhado] observada nos padrões gerais (74%).
- ESPECIALIZAÇÃO: tendência à especialização [média] (65,4%), rejeitando a distribuição relativamente equânime entre [média] e [baixa] vista no *corpus* como um todo.

Tratemos, agora, de como tais elementos são realizados semioticamente. Trata-se de uma exposição breve, procurando sintetizar algumas possibilidades de realização verificadas no *corpus* – mas não todas, o que demandaria um espaço de que não dispomos. Começando com a DISTÂNCIA SOCIAL [pública], podemos esperar, com base na descrição de Poynton (1989), que os textos realizando tal configuração demonstrem baixa Proliferação de significados (em outras palavras, espera-se que não haja uma grande variedade de tópicos tratados) e baixa Contração (isto é, os significados são apresentados explicitamente). Esses elementos se refletem, por exemplo, na recorrência de parágrafos iniciais explicativos, em que o plano de fundo para a situação de enviesamento é explicitada – e, com isso, também sinalizam que o relacionamento em jogo é [exotélico], fruto do interesse comum dos interactantes em alguma problemática:

- (1) *Nos últimos dias, a sociedade tem sido apresentada a uma falsa disputa. Uma campanha, poderosa, é verdade, tenta mostrar que existe uma força negativa dentro de um movimento sindical, no caso o dos docentes, que atuaria como um mero escritório de representação do Governo: o PROIFES-Federação.* [A2]
- (2) *Em meio a maior tragédia climática da história do nosso estado, mais uma vez vemos a educação pública sendo atacada. O descaso do estado e a ausência de informações por parte da Secretaria da Educação RS (Seduc), deixam centenas de estudantes sem perspectiva de retorno às aulas presenciais.* [A3]
- (3) *Fomos recentemente surpreendidos por uma iniciativa do Conselho Federal de Medicina (CFM) de fazer uma pesquisa de opinião junto aos médicos brasileiros sobre a vacinação infantil contra a covid-19. Esta pesquisa está aberta a todos os médicos, com quatro perguntas sem opção de argumentos ou comentários, desprovida de metodologia adequada para os objetivos propostos.* [A7]

Já a RELAÇÃO SOCIOMÉTRICA [divergente] revela-se no que em Farhat (2025) denominamos “Núcleo de Enviesamento”: uma proposição ou proposta potencialmente polêmica, frequentemente avaliativa. Nos exemplos acima, por exemplo, veem-se vários elementos avaliativos que estão no cerne da motivação para o texto: *uma falsa disputa* (1), *vemos a educação pública sendo atacada* (2) e *desprovida de metodologia adequada para os objetivos propostos* (3). Essa divergência pode ser acompanhada, em variados graus, por uma [disforia] emocional, como no texto A6 do *corpus*, que revela sua disforia ao aliar avaliações ao uso de recursos tipográficos – em particular, a caixa alta:

- (4) *Repito, pela última vez: “QUEM NÃO TEM GRATIDÃO, NÃO TEM CARÁTER.”  
Respeite seus verdadeiros e únicos patrões: SEUS 1.557.415 ELEITORES.  
Basta de VERGONHAS!* [A6]

Esse exemplo também expõe o padrão de STATUS de superiorização do produtor textual: o produtor, ao propor avaliações de caráter “universal” e dar ordens ao seu receptor primário (no caso, um Senador da República), é construído, por meio de elementos como ordens e experiencializações de posições de poder (*PATRÕES*), como um interactante na posição de avaliar e direcionar a ação alheia, o que deve ser prontamente obedecido, como explicitado em:

- (5) *Somos SEUS VERDADEIROS E ÚNICOS PATRÕES. Respeite-nos, caso contrário, será demitido sumariamente da vida pública, e para sempre.* [A6]

A assimetria institucional, por sua vez, é encontrada fundamentalmente em textos em que produtores, sejam eles categóricos ou individuais, representam um domínio institucional (uma associação, uma empresa, etc.) e, nessa posição, dirigem-se a um público mais amplo – muitas vezes, uma categoria relativamente vaga (a população, a sociedade, o mercado, etc.). Em A9, por exemplo, o produtor é identificado como a *Sociedade Brasileira de Pediatria*; o receptor, como a *população*. De fato, mesmo quando o receptor é [individual; detalhado], como em A16 (*Carta Aberta ao Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Luiz Marinho*) e A21 (*Carta Aberta à Ministra Nísia Trindade (MS)*), o que poderia sugerir alguma igualdade institucional, o fato de a carta ser “aberta” – isto é, ser publicamente acessível – leva à admissão de receptores não institucionais não explicitamente reconhecidos como destinatários (por meio de vocativos, etc.), mas certamente ratificados – caso contrário, a abertura da carta não teria razão de ser. Isso indica que a desigualdade institucional pode ser, de fato, um dos “traços distintivos” mais nucleares dessa prática.<sup>3</sup>

Isso é corroborado pelo fato de que, embora em muitos casos o produtor de fato seja um indivíduo (o que é verificado, por exemplo, por meio de uma assinatura pessoal), trata-se frequentemente de um representante institucional, de modo que mesmo nesses casos há uma dimensão categórica no papel de produção, como nas seguintes assinaturas:

- (6) *Paulo Wanderley*  
*Presidente do COB [A10]*
- (7) *Desembargador LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR*  
*Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará [A4]*

Por fim, o grau [médio] de especialização parece ser realizado primariamente pelo grau de especialização do tópico em discussão – uma especialização média significa, então, um tratamento de tópicos que, embora relativamente especializados, ainda seriam acessíveis e compreensíveis a uma quantidade considerável de membros da cultura. Por exemplo:

- (8) *Existem claras evidências que apontam os benefícios da vacinação pediátrica na prevenção das formas agudas da doença, reduzindo o risco de hospitalizações, bem como suas complicações em curto e longo prazo na população pediátrica. Estas evidências apontam a necessidade de que tenhamos vacinas atualizadas e disponíveis para o grupo de crianças menores de 5 anos, onde ainda temos uma proporção significativa de crianças nunca infectadas e sem doses de vacina. [A7]*
- (9) *Desde 2008, quando o desmoronamento de uma rocha dentro do parque nacional provocou a morte de uma pessoa, a resolução 08/2008 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso (Cetran-MT) proíbe o tráfego de veículos pesados na estrada. [A8]*

Embora ambos os trechos tratem de tópicos “não cotidianos”, o que se revela no uso de estruturas como *complicações em curto e longo prazo na população pediátrica* e *a resolução 08/2008 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso*, os enunciados não exigem do receptor um treinamento altamente especializado para a sua compreensão – de fato,

---

<sup>3</sup> Para uma discussão detalhada sobre as configurações de recepção em cartas abertas desse tipo, ver Oliveira e Zanutto (2017).

em ambos os textos, parece haver um esforço explicativo justamente na direção de suavizar a assimetria epistêmica associada às diferenças de institucionalidade entre o produtor interno e o público externo.

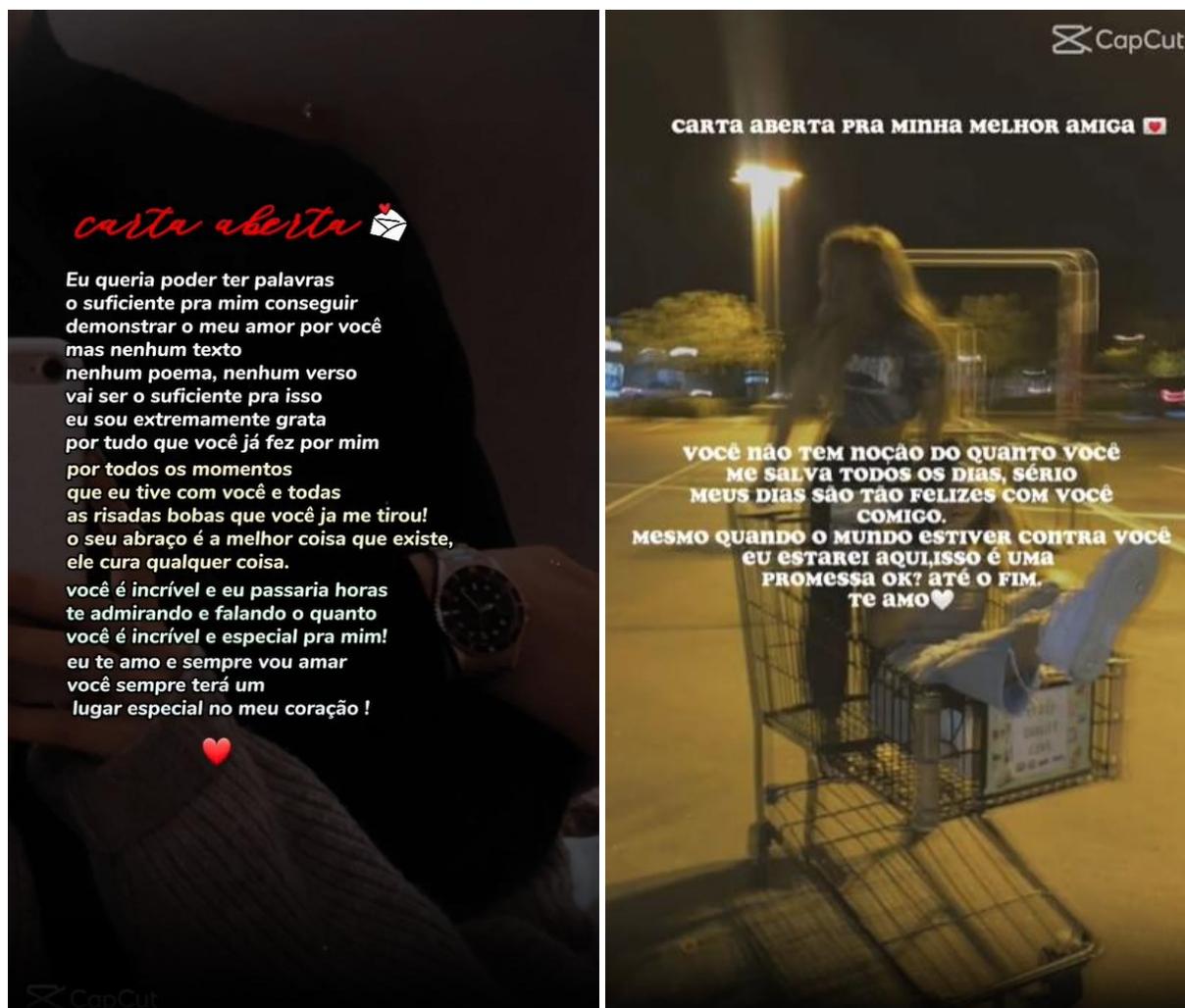
Com isso, podemos afirmar que textos classificados emicamente como “cartas abertas” que realizam a atividade sociossemiótica de [explorar], isto é, que debatem argumentativamente questões de interesse potencialmente público (Matthiessen, 2015), são também caracterizados por: (1) nas relações interactanciais, uma tendência à maximização de DISTÂNCIA SOCIAL, à divergência sociométrica, à superiorização do produtor textual, a uma assimetria institucional, a uma emocionalidade disfórica e aos relacionamentos exotélicos; (2), no campo, a uma especialização média. Além disso, os traços mais gerais das cartas abertas como um todo ainda estão em operação, mantendo-se a tendência ao modo monológico, público e escrito, o que se associa à possibilidade de receptores categóricos.

Passemos, agora, ao *subcorpus* composto pelos 23 textos que realizam a atividade sociossemiótica de [compartilhar]. Trata-se, em grande medida, de um padrão oposto ao encontrado no *subcorpus* anterior – exceto, é claro, pelas tendências gerais que descrevemos inicialmente.

- DISTÂNCIA SOCIAL: forte tendência à minimização, com preponderância de distância [íntima] (65,2%) e não ocorrência de distância [pública].
- RELAÇÃO SOCIOMÉTRICA: preponderância da relação [convergente] (60,9%), apesar de certa presença de relações [divergentes] (34,8%).
- STATUS: preponderância de igualdade (73,9%).
- PAPÉIS INSTITUCIONAIS: preponderância de simetria institucional – ambos os interactantes tendem a ser institucionalmente internos (69,6%).
- CARGA EMOCIONAL: em contraste com a disforia do padrão anterior, presença considerável de contextos [eufóricos] (43,5%) e intermediários [neutros/eufóricos] (13%), mas com ocorrência não desprezível de carga [disfórica] (26,1%) e [neutra/disfórica] (8,7%).
- TIPO DE RELACIONAMENTO: preponderância de relacionamentos [autotélicos] (69,6%), mas ocorrência não desprezível de relacionamentos [exotélicos] (26,1%).
- ESPECIFICAÇÃO do [produtor]: ocorrência absoluta (100%) de produtor [individual; detalhado].
- ESPECIALIZAÇÃO: forte preponderância de especialização [baixa] (87%).

Vejamos, na Figura 3, a reprodução de fotograma de A25 e A29, textos-vídeos que realizam tal configuração:<sup>4</sup>

**Figura 3.** Reprodução de fotogramas de A25 e A29



Fonte: <https://shorturl.at/sv8Ws> e <https://shorturl.at/KpgOs>. Acesso em 2 mai. 2024.

Trata-se de textos provenientes da plataforma CapCut, em que modelos textuais são publicados para aproveitamento pessoal pelos usuários.<sup>5</sup> Imaginamos que textos resultantes do

<sup>4</sup> Uma análise exaustiva desses textos consideraria não só elementos verbais, mas musicais, imagéticos, etc., na realização dos sistemas contextuais. Entretanto, isso geraria necessariamente uma complexificação de que não podemos dar conta neste estudo. Para algumas considerações sobre a problemática da multimodalidade em relação ao estudo sistêmico-funcional do contexto, ver Matthiessen (2009) e Farhat (2022b).

<sup>5</sup> Alguns textos provenientes do CapCut parecem ser bastante populares, recebendo centenas de “curtidas”. Seria possível argumentar que isso indica um contexto polilocal, em que vários interactantes intervêm textualmente. Entretanto, consideramos que, como tais reações não alteram o conteúdo do “núcleo” do que define o texto, posicionando-se como um “apêndice interpessoal” do que de fato é percebido como “o texto” (a “carta aberta” que pode ser, por sua vez, reproduzida em outros ambientes), tais elementos não tiram da “carta” sua natureza primariamente monolocal – isto é, como produto de uma só “entidade produtora” (individual ou não).

uso desses modelos poderiam ser publicados em plataformas como o Instagram, especialmente no formato de *story*, dada a sua proporção visual (9:16). Isso significaria que a análise de tais modelos pode revelar padrões de difícil acesso a analistas, já que *stories* são textos que, por definição, desaparecem após 24 horas.

A DISTÂNCIA SOCIAL [íntima], a CARGA EMOCIONAL [eufórica], a RELAÇÃO SOCIOMÉTRICA [convergente] e ESPECIFICAÇÃO [individual; detalhada] do produtor são, aqui, fortemente inter-relacionadas, o que se reflete em sua realização. Fundamentalmente, há aqui o que em Farhat (2025) chamamos de realização por experiencialização: elementos das relações interactanciais são realizados como experiências, de modo que a metafunção ideacional opera “a serviço” de elementos interpessoais.<sup>6</sup> Assim, a intimidade não só é realizada pelo caráter pouco explícito de estruturas como *tudo que você já fez por mim* (A25) e *do quanto você me salva todos os dias* (A29), mas também por estruturas experiencializadoras como *você sempre terá um lugar especial no meu coração* (A25), que também sinaliza convergência sociométrica (no caso, o Núcleo de Enviesamento é o próprio receptor primário do texto – *você*) e emocionalidade eufórica, que tem, porém, sua realização mais inequívoca em *eu te amo e sempre vou amar* (A25) e *te amo* (A29), em que o “eu” é inequivocamente um indivíduo bem delimitado.

Também se verifica uma simetria de STATUS e PAPÉIS INSTITUCIONAIS: o produtor do texto não é posicionado como alguém com acesso exclusivo a informações ou poderes; muito pelo contrário, o texto parece, em favor dos efeitos de intimidade e convergência discutidos acima, acentuar a interdependência entre os interactantes, como em *o seu abraço é a melhor coisa que existe, ele cura qualquer coisa* (A25), e mesmo, em algum sentido, a dependência do produtor em relação ao receptor: *eu sou extremamente grata por tudo que você já fez por mim* (A25). O domínio institucional em jogo é o próprio relacionamento entre os interactantes<sup>7</sup> – e ambos estão, certamente, “por dentro” desse domínio.

Por fim, como diversos exemplos sinalizam, a especificidade individual do receptor é claramente realizada pelo uso da segunda pessoa singular do discurso (*você, te, seu*). Deve-se ter em mente, entretanto, que tal receptor é somente o destinatário primário do texto, aquele que é explicitamente visado (por meio, por exemplo, da segunda pessoa). Entretanto, se a carta de fato é “aberta” – isto é, realiza modo público –, pode-se assumir que também há um receptor [categórico], menos explícito, mas ainda muito relevante: de fato, embora se dirija a um indivíduo específico, a carta teria seu valor sociosemiótico justamente no fato de que há um compartilhamento público de uma intimidade privada. Em outras palavras, o (con)texto parece

---

<sup>6</sup> Trata-se de uma realização metafórica entre contexto e semântica análoga à que ocorre entre semântica e léxico-gramática no uso de estruturas ideacionais de projeção na realização de modalização subjetiva explícita (cf. Halliday; Matthiessen, 2014).

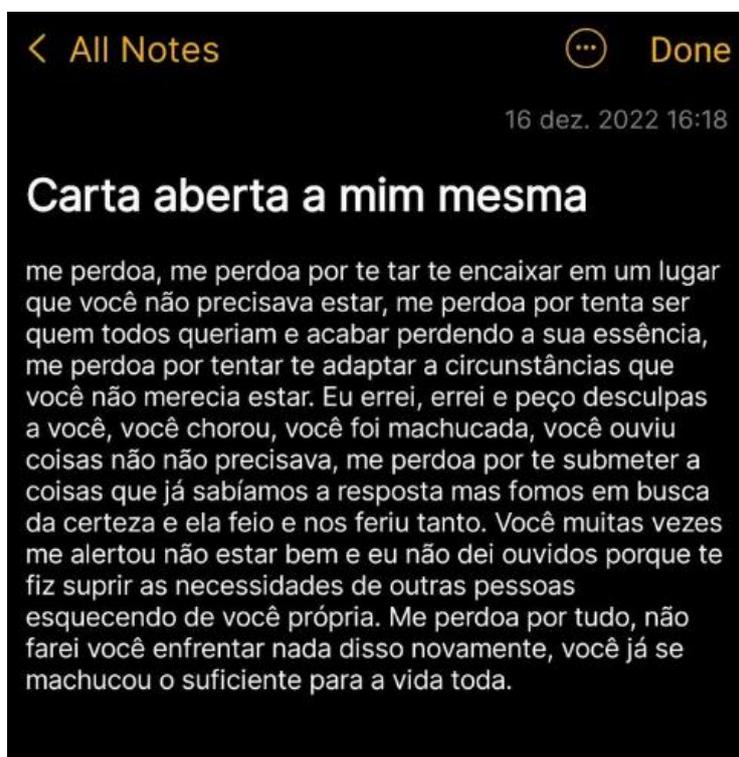
<sup>7</sup> Em conformidade com Matthiessen (2013), consideramos que “instituições” são domínios culturais, não necessariamente “especializados”, de modo que podem envolver esferas definidas relacionalmente – amigos, namoros, famílias, etc.

ter sua razão de ser na incorrespondência entre uma distância social altamente reduzida (entre produtor e receptor primário) e uma distância sociomaterial ampla, potencialmente irrestrita, entre o produtor e uma miríade de receptores possíveis.

Acreditamos, em síntese, que práticas como a instanciada por A25 configuram um uso estratégico das possibilidades de publicidade facilitadas pelas tecnologias digitais para a materialização de processos de aproximação (*coming together*) que Knapp *et al.* (2014) identificam em seu modelo de desenvolvimento relacional – o que inclui, em uma de suas etapas, uma *publicização* do relacionamento.

Observemos, agora, outro texto que realiza o padrão contextual de cartas abertas com atividade de [compartilhar], mas menos prototipicamente – aqui, há divergência sociométrica e disforia emocional. Ver Figura 4:

**Figura 4.** Reprodução de A31



Fonte: <https://shorturl.at/sv8Ws>. Acesso em 2 mai. 2024.

Em linhas gerais, mantém-se o padrão de compartilhamento público de elementos emotivos pessoais, mas com a peculiaridade de que a relação em jogo é primariamente interna ao produtor – que ocupa, também, a posição de receptor primário da carta. Curiosamente, além da evidente divergência disfórica (*você chorou, você foi machucada [...] fomos em busca da certeza e ela feio [sic] e nos feriu tanto*), tendo como Núcleo de Enviesamento o comportamento passado do produtor-receptor, A31 é o único texto de todo o *corpus* que consideramos realizar uma inferiorização de STATUS do produtor, ao pedir reiteradamente perdão a si mesmo.

Em síntese, a partir dessas breves considerações, é possível afirmar que textos classificados emicamente como “cartas abertas” que realizam a atividade sociossemiótica de [compartilhar] – isto é, envolvendo a troca de valores e experiências pessoais como forma de estabelecimento (ou rejeição) de vínculos intersubjetivos, identidades, relações, etc. (Matthiessen, 2015) – são também caracterizados por: (1) nas relações interactanciais, uma tendência à minimização de DISTÂNCIA SOCIAL, à convergência sociométrica, à igualdade de STATUS, a uma simetria institucional e aos relacionamentos autotélicos; (2), no campo, a uma especialização baixa. Além disso, os traços mais gerais das cartas abertas como um todo ainda estão em operação, mantendo-se a tendência ao modo monológico, público e escrito, o que está associado a receptores (não necessariamente primários) [categóricos].

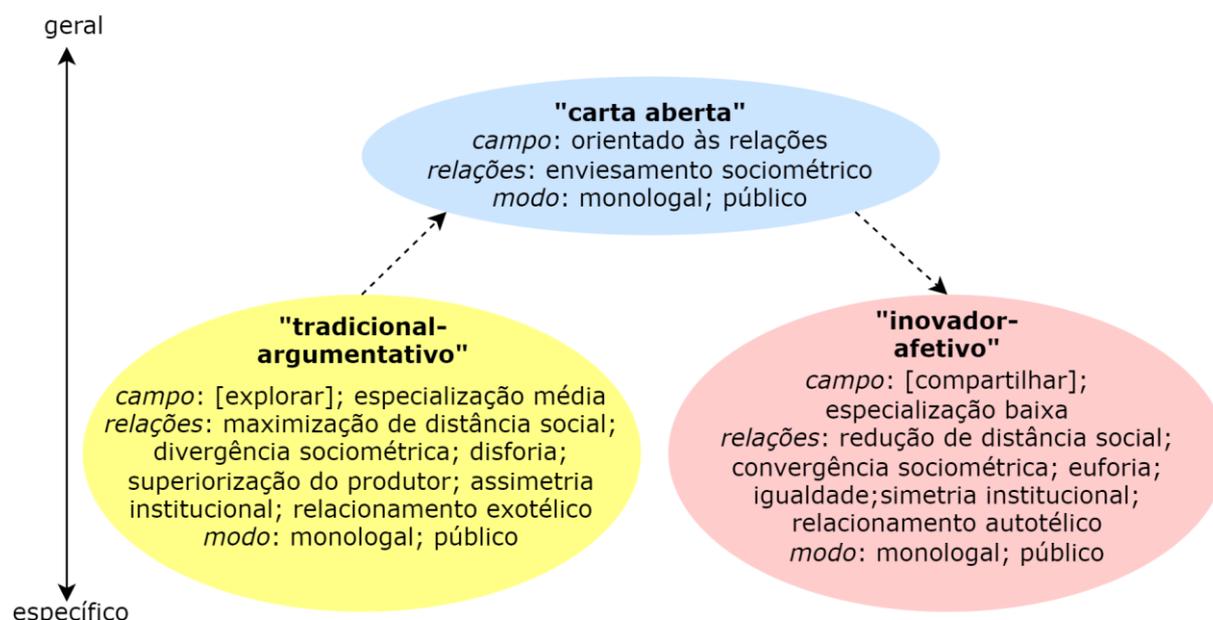
### 3.2 Possibilidades interpretativas

Tendo esses resultados descritivos em mente, podemos questionar: o que motiva a existência de duas práticas sociossemióticas emicamente denominadas “cartas abertas”, mas tão claramente opostas em tantas dimensões? Uma hipótese possível seria simplesmente considerar que, na realidade, os interactantes não veriam tais dimensões como relevantes para a diferenciação de (con)textos, de modo que os dois padrões específicos seriam percebidos como um só. Isso, porém, parece pouco plausível: embora de fato haja, como exploramos, traços comuns às duas práticas, suas diferenças são múltiplas e explícitas.

Pode ser mais plausível considerar que há um movimento de transformação ou inovação em jogo. É possível propor que as cartas abertas do primeiro grupo ([explorar]), com sua institucionalidade argumentativa e moderadamente disfórica, sejam mais “tradicionais” do que as do segundo grupo – e, portanto, seriam percebidas como “cartas abertas” mais “genuínas”. De fato, parece ser exclusivamente dessas práticas que autores como Brito e Altafini (2014) e Oliveira e Zanutto (2017) tratam em seus trabalhos sobre cartas abertas. As cartas do segundo grupo, por sua vez, seriam práticas mais recentes, emergindo da facilidade de publicização, possibilitada por plataformas digitais, de elementos emocionais que – conservadoramente – poderiam ser vistos como de “foro íntimo” (declarações de amor, desabafos, etc.).

Mais especificamente, se tal movimento for de fato verificado, teria havido uma reinterpretação das configurações de “carta aberta” em ao menos duas etapas: em primeiro lugar, um movimento de generalização e abstração a partir do padrão “tradicional-argumentativo”, de modo que se mantiveram somente alguns traços básicos (modo monológico, público; enviesamento sociométrico; atividade orientada às relações); depois, a partir disso, teria se dado um movimento de especificação e concretização, com a configuração de uma prática caracterizada por compartilhamento de valores e experiências pessoais, distância social reduzida, igualdade de status, etc. – formando um padrão “inovador-afetivo”. Como resultado, haveria agora dois (sub)gêneros de “carta aberta”, ambos caracterizados por alguns traços fundamentais, mas diferenciados em um conjunto de dimensões contextuais específicas. A Figura 5 representa esse processo a partir da escala de instanciação.

**Figura 5.** Uma hipótese sobre o desenvolvimento dos padrões contextuais de carta aberta



Fonte: elaboração própria.

Essa hipótese ainda deve, entretanto, ser testada – por exemplo, a partir de um *corpus* de cartas abertas categorizadas diacronicamente. Entretanto, se tiver alguma validade, ainda haverá uma questão, talvez a mais importante: o que motivou essa inovação? Uma hipótese que nos parece promissora é a de que teria sido crucial a emergência das tecnologias digitais e, com elas, das plataformas de redes sociais. Em parte, essa hipótese é apoiada pelos nossos dados: enquanto as cartas abertas “tradicionalistas” foram, em sua maioria (61,5%), publicadas em *sites* institucionais, a maior parte das “inovadoras” (78,2%) foi publicada em sites como X, CapCut e Pinterest, plataformas digitais em que os usuários têm relativa liberdade em suas publicações individuais.

Assim, é possível que a reinterpretação dos elementos contextuais definidores da “carta aberta” tenha sido promovida pela possibilidade oferecida por essas plataformas para a expressão de valores e experiências pessoais em modo público, independentemente de uma atividade argumentativa de “sustentação”. Essas novas práticas, portanto, participariam da lógica de afiliação que caracteriza muitos espaços digitais (cf. Farhat; Gonçalves-Segundo, 2021; Farhat, 2022a): compartilham-se elementos semióticos (frequentemente avaliativos) com base nos quais os interactantes estabelecem ou rejeitam relações interpessoais e intergrupais, negociam suas identidades e seus posicionamentos atitudinais, etc. Atividades que antes eram restritas à privacidade do lar e aos relacionamentos próximos podem hoje ser publicizadas – o que depende, entretanto, da apropriação estratégica de modos públicos de agir enviesadamente: e, nesse ponto, a carta aberta surge como modelo suficientemente flexível para uma reinterpretação como a que descrevemos.

## Considerações finais

Este artigo buscou, fundamentado na Linguística Sistêmico-Funcional e, mais especificamente, em descrições sistêmicas de parâmetros contextuais, oferecer uma investigação contextual do subpotencial de significação instanciado por textos classificados emicamente como “cartas abertas”. Em outras palavras, buscamos explorar quais variáveis culturais motivam e são materializadas pelas práticas sociosemióticas que interactantes identificam como “cartas abertas”. Para isso, a partir de um procedimento metodológico que alia, por meio de redes sistêmicas contextuais, análises qualitativas à categorização quantitativa de um *corpus* composto por textos descritos emicamente como cartas abertas, realizamos uma descrição multidimensional do que define, em termos contextuais, tal prática sociosemiótica, complementando abordagens que enfocam sua estrutura composicional. Como resultado, detectamos:

- (a) um padrão global, motivado pela “abertura” do gênero e caracterizado por um enviesamento sociométrico, publicidade de modo e orientação do campo às relações interactanciais;
- (b) dois padrões específicos:
  - (i) o padrão “tradicional-argumentativo”, vinculado a uma institucionalidade argumentativa e moderadamente disfórica;
  - (ii) o padrão “inovador-afetivo”, associado ao compartilhamento público de emoções individuais possibilitado pelas tecnologias digitais, com relativa euforia, igualdade e intimidade.

Como indicamos na introdução, acreditamos que esses resultados são relevantes tanto para o avanço dos estudos sobre gêneros (epistolares ou não) a partir de uma perspectiva contextual quanto para possíveis aplicações, especialmente em termos didáticos. Por exemplo, seria possível trabalhar, em sala de aula, os dois padrões de “carta aberta” identificados e discutir, a partir de leituras, análises e produções, o que há em comum (ou não) entre eles, em termos semióticos e contextuais.

Por fim, entretanto, é necessário reconhecer algumas limitações do estudo – e, portanto, algumas possibilidades de aprimoramento futuro. Em primeiro lugar, como apontamos na seção 2, o *corpus* analisado é relativamente restrito. Seria importante que estudos futuros levassem em conta *corpora* mais representativos, tanto sincronicamente, testando a validade dos resultados aqui obtidos, quanto diacronicamente, de modo a verificar as hipóteses que lançamos sobre o desenvolvimento histórico de diferentes práticas. Outra possibilidade de grande interesse seria considerar um *corpus* mais amplo, com diferentes gêneros epistolares – “cartas pessoais”, “cartas circulares”, “carta do leitor”, “carta anônima”, “carta de apresentação”, etc. –, e mapear suas semelhanças e diferenças contextuais. Ademais, tal complexificação poderia ser acompanhada por uma atenção mais sistemática aos elementos não verbais dos textos, em

consonância com os desenvolvimentos, nas últimas décadas, de uma Semiótica Sistêmico-Funcional (Matthiessen; Guo, 2020) – o que inclui, crucialmente, a relevância de elementos multimodais na realização contextual.

Tais aprofundamentos dependem, entretanto, de um esforço coletivo da comunidade sistêmico-funcional nessa direção. Esperamos que nosso estudo possa inspirar tais trabalhos.

## Financiamento

Theodoro C. Farhat agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa de mestrado (n<sup>os</sup> dos processos: 2022/10527-5 e 2023/04354-3).

## Referências

- BEZERRA, M. A. Por que cartas do leitor na sala de aula? In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 208-216.
- BRITO, A. M.; ALTAFINI, B. A. S. Proposta de sequência didática: a carta aberta. *Philologus*, v. 20, n. 60, p. 2216-2227, 2014.
- BRITO, L. M. S. *Ressignificando a produção textual na EJA: uma experiência com o gênero textual carta aberta*. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape, 2015.
- COSTA, J. F. *A coesão sequencial em textos do gênero carta aberta: proposta de intervenção para o ensino fundamental*. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2019.
- FARHAT, T. C. Movimentos afiliativos em interações digitais: explorações em postagens multimodais. *EntreLetras*, v. 13, n. 1, p. 317-343, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft2179-3948.2022v13n1p317-343>
- FARHAT, T. C. Multimodalidade e contexto: problemas, assunções e hipóteses. *EntrePalavras*, v. 12, n. 3, p. 38-61, 2022b. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-32536>
- FARHAT, T. C. *Uma nova descrição sistêmico-funcional das relações interactanciais*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2025.
- FARHAT, T. C.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Identidades em comunhão: estratégias multimodais de individuação em um grupo de Facebook. *Texto Digital*, v. 17, n. 2, p. 35-71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-9288.2021.e79738>
- FARHAT, T. C.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Entre o falar e o fazer: AÇÃO VERBAL e AÇÃO MATERIAL como parâmetros contextuais. *Revista do GEL*, v. 20, n. 2, p. 149–177, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v20i2.3462>
- FIGUEREDO, G. P. *Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro: contribuições para os estudos multilíngues*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- HALL, E. T. *The Hidden Dimension*. New York: Anchor Books, 1966.

## LINHA D'ÁGUA

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, Context, and Text: Aspects of Language in a Social-semiotic Perspective*. London: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. New York/London: Routledge, 2014.

HASAN, R. Speaking with reference to context. In: GHADESSY, M. (ed.) *Text and Context in Functional Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 219-328.

HASAN, R. Choice, System, Realisation: Describing Language as Meaning Potential. In: FONTAINE, L.; BARTLETT, T.; O'GRADY, G. (ed.). *Systemic Functional Linguistics: Exploring Choice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 269-299.

HASAN, R. Towards a paradigmatic description of context: systems, metafunctions, and semantics. *Functional Linguistics*, v. 1, n. 1, p. 1-54, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40554-014-0009-y>

HASAN, R. Tenor: Rethinking interactant relations. *Language, Context and Text*, v. 2, n. 2, p. 213–333, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1075/langct.00029.has>

KNAPP, M. L.; VANGELISTI, A. L.; CAUGHLIN, J. P. *Interpersonal communication and human relationships*. Londres: Pearson, 2014.

MARTIN, J. R. *English Text: System and Structure*. Philadelphia: John Benjamins, 1992.

MARTIN, J. R. *Systemic Functional Grammar: a next step into the theory – axial relations*. Beijing: Higher Education Press, 2013.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. Hampshire: Palgrave, 2005.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Multisemiosis and context-based register typology: Registerial variation in the complementarity of semiotic systems. In: VENTOLA, E.; GUIJARRO, A. J. M. (ed.). *The World Told and the World Shown: Multisemiotic Issues*. Palgrave Macmillan, London, 2009. p. 11-38.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Applying systemic functional linguistics in healthcare contexts. *Text & Talk*, v. 33, n. 4-5, p. 437-466, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1515/text-2013-0021>

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Register in the round: registerial cartography. *Functional Linguistics*, v. 2, p. 1-48, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40554-015-0015-8>

MATTHIESSEN, C. M. I. M. *System in Systemic Functional Linguistics: A System-based Theory of Language*. Sheffield: Equinox, 2023.

MATTHIESSEN, C. M. I. M.; GUO, E. Matthiessen's thoughts on some key issues in systemic functional linguistics. *Word*, v. 66, n. 2, p. 130-145, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/00437956.2020.1769921>

MATTHIESSEN, C. M. I. M.; TERUYA, K. *Systemic Functional Linguistics: A Complete Guide*. London: Routledge, 2024.

OLIVEIRA, N. A. F; ZANUTTO, F. O gênero carta aberta: da interlocução marcada à interlocução esperada. In: ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (org.). *Gêneros textuais em contexto de vestibular*. Maringá: Eduem, 2017. p. 133-151.

POYNTON, C. *Language and gender: Making the difference*. 2a ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.

Artigo / Article

# Uma cartografia do sujeito autoral de mulheres negras em cartas

*A cartography of the authorial subject of black women in letters*

**Tainara Cecília Pereira Santos** 

Universidade Federal da Bahia, Brasil  
proftainaracecilia@gmail.com  
<https://orcid.org/0009-0002-8474-9176>

**Rosinês de Jesus Duarte** 

Universidade Federal da Bahia, Brasil  
rosinesjduarte@gmail.com  
<https://orcid.org/0009-0003-4231-4884>

Recebido em: 16/05/2024 | Aprovado em: 15/11/2024

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar alguns textos epistolares contemporâneos de mulheres negras, compreendendo-os como importantes instrumentos de reconstrução da memória coletiva e cultural da população negra através da escrevivência, fenômeno diaspórico e universal que atravessa a escrita das mulheres negras que serão analisadas, a partir da constituição do sujeito autoral do texto. Analisaremos como a escrevivência presente nos textos epistolares de mulheres negras é um exercício de memória, transgressão e rompimento com um sistema racista, opressor e violento. Essas sujeitas-autoras encontram na escrita um lugar de emancipação e empoderamento que, nas cartas, é compartilhado com destinatárias-leitoras.

**Palavras-chave:** Textos Epistolares • Sujeito Autoral • Escrevivência • Memória Cultural • Memória Coletiva

## Abstract

This article aims to analyze some contemporary epistolary texts by black women, understanding them as important instruments for reconstructing the collective and cultural memory of the black population through writing, a diasporic and universal phenomenon that permeates the writing of the black women who will be analyzed, from the constitution of the authorial subject of the text. We will analyze how the writing present in the epistolary texts of black women is an exercise in memory and transgression and rupture with a racist, oppressive and violent system. These subject-authors find in writing a place of emancipation and empowerment that, in the letters, is shared with recipient-readers.

**Keywords:** Epistolary Texts • Authorial Subject • Escrivência • Cultural Memory • Collective Memory

## Introdução

Escrever cartas é uma prática comum ao longo do desenvolvimento da civilização humana. Escrever, desde muito tempo, representa uma das formas que os seres humanos encontraram para estabelecer comunicação consigo mesmo e com o outro. Se comunicar, além de uma habilidade, é uma necessidade humana que pode se manifestar de diversas formas, a carta é uma delas. Os textos epistolares assumem, no campo literário, um lugar à margem do que é, efetivamente, tratado como literatura, seja como contexto do texto, manutenção do texto literário ou análise de reconhecimento de contexto histórico e social de quando o texto literário em questão foi escrito. Ao longo do tempo, a carta percorreu alguns caminhos para chegar no que, hoje, defenderemos como produção em conformidade a qualquer outro texto tratado como literário na teoria e na crítica.

Ao pensar os textos epistolares escritos, especificamente, por mulheres negras de diferentes idades, com diferentes propósitos e em localizações geográficas díspares, é possível compreender que além de se expressar e se comunicar com alguém, eles assumem o papel de (re)construção de uma memória há muito esquecida por determinado povo. Existe um mecanismo, talvez inconsciente, de escrita que permite que cartas tão distintas sejam pensadas e analisadas em simultaneidade.

Trataremos esse mecanismo de escrita como escrevência, fenômeno diaspórico e universal que demarca a inserção da condição da mulher negra na sua escrita, comprometida com uma voz que fala de si, mas não só, trazendo consigo uma coletividade daqueles que não puderam se fazer ouvir. Essa narrativa de um povo que, por muito tempo, foi negligenciada e invisibilizada é reconstituída nas cartas e pode ser importante instrumento de rememoração e reconstituição da memória coletiva e cultural de uma comunidade.

As cartas que serão analisadas são registros de mulheres negras que evocam sua voz através de uma coletividade de outras mulheres negras, como é possível perceber na escrita da autora norte-americana Maya Angelou ao entoar uma mensagem de emancipação e transgressão às outras mulheres que chama de filha. Nas suas cartas, presentes na obra *Carta a minha filha* (2019), ela traça um diálogo poderoso e ancestral com outras mulheres.

Isso se repete em outra carta que analisaremos melhor posteriormente, também de uma autora norte-americana, Saidiya Hartmann (2021), que através da escrevência, constrói um relato memorialístico para reconhecer não só a sua comunidade e ancestralidade, mas para conhecer a si mesma. A escrevência de Hartmann (2021) demarca uma *sujeita autoral* comprometida com o reconhecimento do seu lugar no mundo através das conexões que estabelece com sua história e das pessoas ao seu redor.

## LINHA D'ÁGUA

Ainda numa perspectiva norte-americana, na obra *A cor púrpura* (2016), conhecemos a personagem Celie, uma mulher negra submetida aos mais diversos tipos de violência, que ao se ver sem alternativa escreve cartas para Deus. Esse diálogo com seu destinatário leva anos, tendo em vista que a personagem escreve desde a adolescência até se tornar uma mulher adulta, e, nesse processo, acompanhamos a evolução, não apenas da sua idade, mas de sua emancipação. Por assumir o mecanismo de escrita, que tratamos como escrevivência, ela consegue perceber como sua vida é atravessada pelas questões de raça, gênero e classe, afinal é uma mulher, negra e pobre.

Partindo para um contexto latino, dentre as cartas que se destacam na obra *Cartas para o bem viver* (2020), destacamos a escrevivência presente na carta de Duarte (2020), destinada à sua filha mais nova. Na carta, ela escreve como um exercício de memória, para que, futuramente, sua filha possa lembrar que não está sozinha, pois através da escrita ela constrói uma rede de apoio preta e feminina.

Ainda numa esfera latino-americana, na obra *Cartas para a minha mãe* (2010), a remetente das cartas começa a escrever ainda na infância até a adolescência, ela escreve para sua mãe que já faleceu e encontra na escrita um lugar onde é possível se inserir no mundo. Através da escrita das cartas ela vai desenvolvendo consciência racial e aporte emocional para lidar com as violências que é submetida constantemente. Conforme essa remetente escreve, ela percebe seu lugar no mundo e que é possível usar sua voz para reivindicar as situações que vive.

Também escrevendo para uma destinatária que já faleceu, na obra *Cartas para minha avó* (2021), a remetente das cartas escreve para uma avó já falecida, rememorando episódios que aconteceram ao longo da sua vida, traçando um diálogo com sua própria filha, para que ela tenha um futuro diferente daquele que teve a sua avó, sua mãe e ela mesma.

A escrevivência presente nas cartas dessas mulheres é muito mais que uma forma de escrever, é um exercício político de memória e fortalecimento de uma comunidade. Para isso, é preciso que compreendamos, de maneira breve, o percurso desses textos na história da literatura.

## 1 A escrita de cartas na história da literatura

As cartas são registros escritos utilizados há séculos para estabelecer comunicação entre duas ou mais pessoas. Por meio delas, grande parte da história da humanidade foi retratada e perpetuada não só de uma pessoa para a outra, mas, incontáveis vezes, de geração em geração. Nos últimos tempos, a carta vem sendo utilizada não só para estabelecer comunicação, mas como meio de expressão para a escrita de si e do mundo. Originalmente, como afirma Moraes (2000, p. 17),

a carta configura-se como estrutura maleável em fundo e forma. Todos os assuntos podem ser incorporados à sua mensagem, o que faz dela não apenas receptáculo de novidades ou amenas confidências como também o lugar de informações e saber constituído, compartilhado por duas vozes em confronto dialético. A essa inexistência de limites temáticos junta-se o caráter de forma aberta do gênero epistolar.

Para Moraes (2000, p. 14), o “comungar” da carta

se espelha no desejo de estar junto, na constante troca de opinião, nas sugestões contestadas ou aceitas. O 'outro', no diálogo epistolar, concorre muitas vezes para a realização artística, funcionando como termômetro da criação. A carta é 'laboratório' onde se acompanha o engendramento do texto literário em filigranas, desvendando-se elementos de constituição técnica da poesia e seus problemas específicos. Propicia a análise (gênese e busca de sentido) e torna manifesto as motivações externas que 'precisam a circunstância' da criação. A escrita epistolográfica proporciona a experimentação linguística e o desvendamento confessional.

A esse “desvendamento confessional” ou essa escrita de si, Foucault (1992, p.149), irá dizer que a carta “é algo mais do que um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro”, dirá que “ela constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros”. Para ele, “a escrita constitui uma experiência e uma espécie de pedra de toque: revelando os movimentos do pensamento, ela dissipa a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo” (Foucault, 1992, p. 145). Para ele, a carta é a materialização do destinatário ao remetente e representa um encontro, ou um reencontro, que não é possível pela concretização do corpo em si, mas é um corpo que se materializa na escrita, e é através desse exercício que ele se evidencia para o outro e também para si mesmo. Foucault (1992, p.156) ainda reforça a ideia de que “escrever é, portanto ‘se mostrar’, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro”.

As cartas das mulheres negras que nos debruçamos nessa pesquisa correspondem a produções literárias que culminam em uma finalidade comum de reconstruir a história de pessoas que foram, historicamente, escamoteadas. Sabemos que, historicamente, a população negra representa uma parcela social não assistida, discriminada e subalternizada pelos processos históricos e coletivos que formam a estrutura do que hoje chamamos de nação. A essas pessoas foi negado o acesso a vários subsídios básicos como saúde, segurança, educação e lazer, e, por isso, precisaram construir estratégias de sobrevivência e resistência não só do corpo material, mas de suas culturas e costumes.

O esquecimento é um dos obstáculos com os quais a população negra precisou lidar e criar estratégias para não perecer e perder ainda mais do que já foi desperdiçado. Há um imaginário social da formação da identidade cultural da nação, não esquecendo que o Brasil é uma sociedade colonizada pelos europeus e, não escapa de olhar para os formadores da nação, muitas vezes, com o mesmo olhar que os colonizadores lançaram sobre este território. De uma forma geral e histórica, aderimos a um padrão estético europeu passando a perceber o negro como um problema patológico que atrasaria a sociedade brasileira e contribuiria para o não

desenvolvimento civilizatório, com isso, muitas das suas produções e contribuições sociais e antropológicas foram apagadas ou camufladas. O exercício de lembrar precisou ser grande, tendo em vista a manutenção do esquecimento. Nessa perspectiva, enxergamos as cartas de mulheres negras como importantes instrumentos da reconstrução da memória coletiva e cultural da população negra, construída em cima das narrativas dos detentores do poder constituídas pelas classes dominantes que são, em sua maioria, brancas, masculinas e heterossexuais.

Pensar em mulheres negras escrevendo para que assim possam inserir-se no mundo, é compreender um processo de transgressão e atravessamento da violência a qual foram expostas ao longo das suas vidas através de gerações. Voltemos no tempo e pensemos a figura da mulher negra no período escravocrata onde ela pode ser materializada através da figura da Mãe Preta, a qual sua experiência de escravização se concretizava dentro da própria casa-grande. Sobre essa figura, Conceição Evaristo (2020, p. 30) vai dizer que ela

Tinha como trabalho escravo a função forçada de cuidar da prole da família colonizadora. Era a mãe de leite, a que preparava os alimentos, a que conversava com os bebês e ensinava as primeiras palavras, tudo fazia parte de sua condição de escravizada. E havia o momento em que esse corpo escravizado, cerceado em suas vontades, em sua liberdade de calar, silenciar ou gritar, devia estar em estado de obediência para cumprir mais uma tarefa, a de “contar histórias para adormecer os da casa-grande.

Ao tratarmos esse corpo-território da mulher negra que escreve e resiste às imposições anteriormente estabelecidas, olhamos para as produções de suas cartas como textos literários que assumem o compromisso de reescrever uma história, que encontram na escrita esse lugar possível para que possam escrever e inserir-se num mundo que insiste em subnegar sua existência. Diferentemente de outras experiências, a experiência das mulheres negras que escrevem essas cartas que reconstroem uma história e uma memória coletiva e cultural, não são pautadas numa escrita de palavras de alguém que domina o mundo (Lispector, 1999), mas numa escrita de palavras de alguém proibida de dominar até mesmo seu próprio corpo, sendo esse corpo domínio de outra pessoa. Escrever para essas mulheres é inserir-se num mundo que não dominam para que através da escrita elas possam rememorar as suas próprias vivências e as de pessoas parecidas com elas. Escrever, nesse caso, não é um exercício de “adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 30), circunscrevendo, assim, uma sujeita autoral que se inscreve, reivindicando e assegurando seu lugar no mundo.

Traçaremos o conceito de sujeito autoral das nossas remetentes, compreendendo antes alguns conceitos que nos farão perceber que, se tratando dos objetos em análise, esses conceitos nos nortearão, mas não serão suficientes para abarcar o que encontraremos aqui. O sujeito autoral das nossas cartas distingue completamente do sujeito autoral de uma ficção ou auto ficção, por exemplo, afinal não apreendemos esses textos, que tratamos como literários, considerando que “a ‘pessoa’ do autor” importa “mais que a própria obra (Moaes, 2006, p. 28).

Para nós, o sujeito autoral não é um “correlato do texto, ou o texto, um correlato do autor” (Moraes, 2006, p.28), pois não há hierarquização e diferenciação do texto e de quem

escreve. As obras, nesse caso, as cartas, são tão importantes quanto suas autoras, tendo em vista que as autoras das nossas cartas falam de si, mas não só. Através das suas vozes ecoam suas narrativas que contam as suas histórias e das outras, que vêm, vieram e virão.

Essas mulheres não escrevem cartas para justificar a escrita de algum outro texto literário, as próprias cartas são um texto e elas mesmas se auto justificam no ato da escrita e das vivências ali registradas. As mulheres negras remetentes das cartas, autoras dos textos literários em análise, abrangem e apreendem uma história que se concretiza nas suas vidas e nas de outras pessoas que constituem a sua comunidade. Através das suas escritas, elas não só se inserem no texto e no mundo, mas dão perspectivas e possibilidades para que outras façam o mesmo.

Pensaremos aqui a elaboração do sujeito autoral como intrínseco ao conceito de autor, relacionado ao aspecto do conceito de sujeito, que, como comenta Moraes (2006), pode-se não dizer nada, à medida em que se diz qualquer coisa. O mesmo o “eu penso” da consciência ou uma autoconsciência que define o exercício de conhecer e reconhecer. Entretanto, essa ligação entre o “sujeito” e o “eu”, foi desaparecendo a partir de algumas correntes filosóficas contemporâneas, que não nos debruçaremos.

Quando Saraiva (2009) diz que o sujeito é aquele que “se expressa a partir do cruzamento de intenções, de opiniões e de pontos de vista alheios; ele jamais é o representante de si mesmo, instituindo-se como voz em função de um grupo e do conjunto de ideias que adota ou que contesta” (Saraiva, 2009, p.2). Nas cartas aqui analisadas, as mulheres negras remetentes são as vozes de um grupo, mas esse grupo é representado pelo que estabelece de si mesmo, discordando do que afirma Saraiva (2009) ao dizer que jamais representam a si mesmo, pois a partir do mecanismo de escrita traçado é que se estabelece a forma de representar o todo representando, principalmente, a si.

Pensamos aqui uma noção de sujeito e uma ideia que ele tem de si mesmo através de signos e possibilidades criados por determinados grupos que se organizam e compartilham entre si o curso de suas relações sociais. O sujeito, nesse caso é um “produto de interação viva das forças sociais” (Bakhtin, 1988, p.66), pois a sua interpretação do mundo se dará a partir das relações que traça com sua comunidade. A experiência social de mulheres negras se dá a partir do lugar em que estão localizadas, seja das opressões que sofrem ou das estratégias de resistência que escrevem para enfrentar essas opressões, cursando seu próprio percurso através da apreensão e materialização da busca de sua inserção no mundo que se dá através da escrita.

Moraes tratará o sujeito como “essa relação de: ser-no-mundo” (Moraes, 2006, p.20), já Elia tratará o sujeito como um “operador que se impõe a nós, desde que nos coloquemos em determinada perspectiva, em determinado lugar a partir do qual interrogamos a experiência humana” (Elia, 2004, p.70). Hall (2006), nesse sentido, em uma das suas obras falar em “concepções mutantes do sujeito humano” (Hall, 2006, p.23) para tratar esse *sujeito* como “figura discursiva” concebida pelo pensamento e processos que o moldam. A partir dessa afirmativa de Hall (2006), assumimos que o sujeito é algo em construção, tanto

individualmente, como coletivamente a partir do meio do qual faz parte, logo, a subjetividade desse sujeito pode ser constituída tanto pela sua história, como pela sua cultura. O que Hall (2006) pretende fazer é descentralizar essa figura de um sujeito fixo, possibilitando novas reflexões sobre ele e a maneira como se estabelece na sociedade.

## 2 O texto epistolar atravessado pela escrevivência

Apoiando-nos nas concepções sobre o sujeito estabelecidas pelo psicanalista Jacques Lacan, pensaremos que este é constituído pela relação com o outro (Moraes, 2006). Logo, não olharemos para as nossas remetentes como esse *sujeito* fixo, mas como sujeitas constituídas pelo meio social em foram submetidas, entendendo esse *sujeito* de acordo com sua subjetividade individual, a partir do ponto de vista de seus contextos, muitas vezes instáveis, e suas particularidades individuais e coletivas.

As opressões sociais e raciais negam às mulheres negras a experiência da vivência de suas particularidades, colocando-as num lugar de estigmas e estereótipos que as impossibilitam de lograr as múltiplas viabilidades do ser. Quando essas mulheres, seja de que modo chegaram até a escrita, alcançam o papel com o ato de traçá-lo muito mais que a nível da tinta da caneta, mas das suas próprias experiências, essas mulheres vislumbram ali um lugar onde existir é possível.

A escrita se torna para essas mulheres um ponto de partida para uma nova realidade, realidade essa em que construir uma nova narrativa é palpável para que assim seu futuro seja transformado. Pensar a escrita como perspectiva de mudança é pensar, entre tantos elementos, a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, moradora de uma favela em São Paulo, catadora de papel, que da maneira mais surpreendente encontrou na escrita um lugar para realização de efetiva mudança em sua vida. Interessada em contar a realidade da favela em que vivia e denunciar o descaso destinado aos moradores da periferia, Carolina começou a escrever diário, que posteriormente foi publicado como *Quarto de Despejo* (1960), relatando seu cotidiano e as violências que lhe atingiam constantemente pela intersecção de raça, gênero e classe.

Esse processo de transformação pessoal que se dá à medida que essas mulheres negras, remetentes das cartas que aqui analisaremos, escrevem, é reflexo de como essas sujeitas autorais emancipam-se conforme tomam consciência de si e do mundo através de um mecanismo de escrita contaminada pela sua condição de mulher negra (Evaristo, 2020) que é a escrevivência. Muitas vezes a aplicação desse fenômeno à escrita não se dá de forma consciente e intencional, mas ao analisar as cartas de mulheres negras tão distintas é possível aplicá-lo observando como essa escrita é capaz de reestabelecer e reconstruir uma memória cultural e coletiva abafada.

A escrevivência das mulheres que estudamos nessa pesquisa não se centraliza no *é* como imposição plena à escrita, mas em qual circunstância esse *sujeito* que escreve foi elaborado. Conceição Evaristo vai dizer que a escrita surge, para ela, como uma “procura de entendimento

da vida” (Evaristo, 2020, p. 34), e é justamente nesses termos que tratamos a questão das nossas *sujeitas autorais*.

Essa inserção do “eu” que se comunga num “nós”, que denominaremos *escrevivência*, é possível através de um gesto não só de inscrição, como Moraes (2006) vai dizer, mas também de expressão. É através da *escrevivência* que essas mulheres se expressam e, ao contrário do que sugere Moraes (2006), elas não se expressam por estarem inseridas ou para inscrever-se, mas a partir do momento que se expressam conseguem inserir-se não só no texto, no papel, mas numa sociedade que explicitamente cerceia sua vinculação ao mundo, afinal, “escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo” (Evaristo, 2020, p.35).

Podemos pensar, então, o sujeito autoral dessas mulheres como um transportar para o texto, para a autoria, as experiências que não foram produzidas pela essência do ser ou da consciência, mas da maneira como foram inseridas na sociedade e a maneira que tiveram de lidar com ela, tendo em vista essa sociedade como aquela que sempre tripudiou as mulheres negras por causa da raça e por causa do gênero e, na maioria dos casos também, por causa da classe. Não olhamos para essas mulheres que são nossas *sujeitas autorais* como um produto do contexto, mas o contexto como um produto daquilo que elas conseguiram fazer da vida.

E ao repensar as formas do *fazer* com o que se tem da vida, poderíamos nomear de interseccionalidade, não compreendendo a prática nomeada pelo termo como um conceito fechado e fixo, mas o movimentar pelos atravessamentos de raça, gênero e classe, mas como fluido que pode desdobrar-se das mais diversas formas, a fim de analisar a complexidade das relações sociais e culturais através das penetrações estabelecidas pelas categorias sociais, afinal sabemos que

em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, 2021, p. 16).

No caso das nossas *sujeitas autorais*, esse atravessamento de opressões se desenrola por fatores que se interseccionam. Por serem negras, o racismo é motriz condutor de opressões das suas vidas. Por serem mulheres que vivem num sistema patriarcal, machista, feminicida e misógino são, em sua maioria, pobres e, por isso, as opressões e preconceitos de classe também estão presentes nas suas vidas. Ademais, a localização periférica e marginalizadas que muitas se encontram, faz com que sejam alvos de discriminação e negação de acessibilidade social pelo lugar onde estão inseridas socialmente. Entretanto, a noção de interseccionalidade está “longe de ser fragmentada, liberal e cisheterossexista, a interseccionalidade é dimensão prática, precisamos do horizonte enquanto os navios estão atravessando, mas a fome de justiça depende da vida garantida agora” (Akotirene, 2019, p. 64). A interseccionalidade é motor de empoderamento e autoridade (Akotirene, 2019) às mulheres silenciadas pela sociedade.

Não se espera de mulheres negras a escrita, não se espera delas uma efetiva transformação social e cultural, mobilizando e emancipando a si mesma e as outras que serão impactadas pelo efeito que essa escrita causa. Essa produção autoral que as coloca como *sujeita* autoral é produzida através da ressignificação do existir num mundo que gostaria que elas não estivessem. Conceição Evaristo numa de suas entrevistas concedidas, irá dizer que sua escrita é, também, o seu espaço de vingança, não pela materialidade do texto, mas por tudo que esse texto carrega. A escrevivência presente naquele texto não é fruto de imaginação, mas a história de uma vida transformada em poesia, ao escrever ela reporta à escrita a si mesma, a sua mãe, sua avó, sua bisavó, e toda uma geração de mulheres que foram e serão. É nessa perspectiva que pensaremos a *sujeita* autoral das mulheres negras que escrevem as cartas.

### 3 A *sujeita autoral* das mulheres negras que escrevem as cartas

Pensamos e analisamos as obras aqui apresentadas não como a escrita de cartas que não correspondem à sua origem, pensadas e escritas para obtenção de uma resposta, mas como uma necessidade de expressar e transcrever o silêncio outrora imposto. Essas obras, que também são cartas, servem para fixar o que aqui propomos como *sujeita autoral* dessas mulheres negras, pois ao expressar demarcam seu lugar na vida e se inserem numa sociedade que deseja seu silêncio e apagamento, por esse motivo que, sem aguentar tanto silêncio, a remetente de *Cartas para a minha mãe* (2010), faz o movimento que todas as nossas mulheres remetentes fazem, começam a escrever.

Nessa perspectiva, lembremos que Bettiol (2016, p.230) vai tratar a carta como algo “imperativo” à resposta, como uma “condição *sine qua non* do gênero epistolar” e, se partindo dessa perspectiva, é possível questionar por que escrever uma carta se não se espera uma resposta? Por que não escrever um diário ou gênero semelhante? Um diário, por exemplo, não é destinado a ninguém além de si próprio. A carta, é. Ainda que não se espere uma resposta, seja lá por qual motivo, escreve-se para alguém. Pense em alguém contando um problema a outrem que não lhe pode solucionar, certamente ele não conta para isso, mas para aliviar-se, dividir um peso que lhe aflige o coração. Nesse caso, não há imperatividade à resposta, tendo em vista que meu destinatário transpassa a ideia de corpo e de tempo, podendo fazer efeito no agora com quem lê, mas também no futuro com seus descendentes.

Concernente a isso, refletindo sobre uma carta que escreveu para responder uma pergunta que outrora lhe foi feita, a professora Suzane Lima Costa (2013, p. 96) vai dizer que

a carta não foi escrita como pretexto para chegar a um fim; foi escrita para inventar um outro encontro, por uma vontade de recontextualizar, de falar sobre o outro interrogando ‘os outros’ da minha própria fala. Isso porque, dos textos que narram o ‘eu’ espetacularizado, o ‘eu’ privado, o ‘eu’ biográfico, para mim são as cartas que mais desestabilizam o lugar de quem se inscreve, de quem está implicado na escrita que teceu, justamente porque não há como escapar do dialógico, da alteridade, do encontro marcado com o outro ficcional ou não.

É com essa visão que olhamos para as cartas estudadas nessa pesquisa, não necessariamente com um fim, que aqui pensaremos como resposta, a ser alcançado, mas com um desejo de encontrar alguém que acolha tudo aquilo que, a partir da escrita, é colocado para fora, ainda que esse alguém seja a própria pessoa que escreve, compreendendo essa escrita como uma escrevivência, que é de si, mas não somente, pois não a pensamos como

uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso. A Escrevivência é uma escrita que não se contempla nas águas de Narciso, pois o espelho de Narciso não reflete o nosso rosto. E nem ouvimos o eco de nossa fala, pois Narciso é surdo às nossas vozes. O nosso espelho é o de Oxum e de Iemanjá. Nos apropriamos dos abebês das narrativas míticas africanas para construirmos os nossos aparatos teóricos para uma compreensão mais profunda de nossos textos (Evaristo, 2020, p. 38).

Concernente a isso, na obra *Carta a minha filha* (2019), a escritora norte-americana Maya Angelou compartilha através da escrita relatos de dores, lutas, esperanças e sonhos para as próximas gerações de mulheres que vêm em forma de cartas. Angelou, ao longo da sua vida, deu à luz a apenas um filho, entretanto ao escrever para a “sua filha”, deixa explícito que essas cartas não são endereçadas a uma única pessoa, uma única mulher, essa filha que depreendemos a partir do título, mas é uma escrita que deseja passar ao papel o que se sente e por meio dessa escrita afetar outras pessoas. Ao dizer:

Eu dei à luz uma criança, um filho, mas tenho milhares de filhas. Vocês são negras e brancas, judias e muçulmanas, asiáticas, falantes de espanhol, nativas da América e das ilhas Aleutas. Vocês são gordas e magras, lindas e feias, gays e héteros, cultas e iletradas, e estou falando de todas vocês. Eis aqui minha oferenda.  
(Angelou, 2019, p. 16).

Ela nos permite descobrir que não escreve as cartas imperativas a uma resposta, mas as escreve para a libertação daquelas que lerão seus escritos e de alguma maneira se identificarão e compartilharão suas experiências. A escrita de Angelou (2019) em *Carta a minha filha* invade, quase como um retorno, a quem ela era, como se escrevesse para um “eu” do passado como uma mãe que ampara e auxilia ao longo desse caminho que chamamos vida. Sabendo que isso não é possível ela desloca esse remetente para nós, para você, para as suas filhas.

Quando ela diz “tenha a certeza de que não vai morrer sem ter feito algo maravilhoso pela humanidade” (Angelou, 2019, p. 16), ela comunga com o que propomos a respeito da (re)construção da memória e da abertura de caminhos para novas possibilidades de as mulheres negras serem e existirem no mundo. Angelou (2019) através das suas cartas visa pegar na mão de todas as mulheres e caminhar junto delas, traçando e viabilizando não só um novo caminho, mas um novo caminhar.

Esse novo caminhar é complexo e ainda impõe muitas dificuldades ao longo do trajeto, então de que maneira é possível traçar uma nova história à medida que a velha história se repete a todo tempo? É injusto não reconhecer os avanços que tivemos ao longo dos anos, através de movimentos sociais e lutas coletivas, mas é justo reconhecer que ainda não é suficiente. Ao falar de genocídio do negro no Brasil não falamos de um processo acabado, falamos de um

processo em curso, acontecendo cotidianamente nas inúmeras tentativas de extermínio e apagamento da população negra. Esse apagamento se dá de diversas formas, pela própria materialização do corpo, da cultura, da voz. O que constitui a natureza de formação da diáspora é, além de diversos outros aspectos, a morte. A reconstrução da nossa memória é um importantíssimo instrumento para quebrar as amarras e correntes que nos aprisionam (ou tentam) até hoje.

Nessa perspectiva, a escritora norte-americana, Saidiya Hartmann (2021) em sua escrita na obra *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*, debruça-se sobre o tráfico transatlântico das pessoas trazidas do continente africano e levanta questionamentos sobre si mesma, sua identidade e sobre a formação da identidade dos outros descendentes de escravizados a partir de suas pesquisas e experiência em Gana, e estabelecendo uma relação com os mortos e traçando reflexões sobre esse luto, muitas vezes, inexistente. Hartmann faz uso da escrevivência para reconstruir uma memória que é dela e de toda uma comunidade. Com Hartmann é possível perceber evidentemente uma *sujeita* autoral que não é fixa, mas movimenta-se de acordo os contextos e as possibilidades que lhe são oferecidas e alcançadas.

O jovem próximo de mim se ofereceu para traduzir a letra. “Irmã” foi a primeira palavra que saiu de sua boca. Logo que ouvi, preparei-me para o que eu sabia que viria a seguir. Era a isca e eu esperei que ele me fisgasse. Ele disse algo que não consegui escutar por causa do canto das meninas. Meneei a cabeça em sinal de que não havia entendido o que ele dissera. Ele chegou bem perto de mim e então gritou no meu ouvido. As meninas estão cantando sobre aqueles que foram arrancados de Gwolu e escravizados nas Américas. Elas estão cantando sobre a diáspora. Aí estava – minha canção, a canção da tribo perdida. Fechei meus olhos e ouvi. (Hartmann, 2021, p. 164.)

Essa *sujeita autoral* que busca incessantemente pelo encontro da sua origem e subjetividade, compreende os escravizados como seus ancestrais. Ao escrever ou reescrever sobre o passado do processo escravocrata, entende que esse exercício é também uma projeção do seu presente e da sua própria história. Conforme procura por respostas, traça uma nova identidade para si, constituindo-se como novo sujeito e estabelecendo um novo olhar sobre a morte e a relação intrínseca entre o luto e a diáspora.

Outra personagem viável que nos faz seguir nessa trilha é Celie, personagem da obra de Alice Walker, intitulado *A cor púrpura* (2016), em que escreve cartas para Deus, e, através dos seus textos epistolares, acompanhamos sua trajetória através de uma escrevivência que acolhe seu processo próprio de reconhecimento e autoconhecimento como sujeito, mas também registram um processo de construção da alteridade.

Querido Deus,  
Eu tenho quatorze ano. Eu sou. Eu sempre fui uma boa menina. Quem sabe o senhor pode dar um sinal preu saber o que tá acontecendo comigo. Na primavera passada, depois que o nenê Lucious chegou, eu iscutei o barulho deles. Ele tava puxando o braço dela. Ela falou, Inda é muito cedo, Fonso, eu num tô bem. Até que ele deixou ela em paz. Uma semana depois, ele foi e puxou o braço dela outra vez. Ela falou Não, eu num vou. Você não vê que já tô meia morta, e todas essas criança (Walker, 2016, p. 17.)

O romance de Alice Walker, construído através das cartas, nos encaminha a trajetória de Celie, uma menina negra de quatorze anos, que frequentemente é abusada sexualmente por seu padrasto e acaba engravidando de dois bebês dos quais é afastada. A narrativa é composta pelas cartas que a jovem escreve destinadas a Deus e a sua irmã, Nettie, de quem também está longe e sem saber nenhuma notícia. Ao longo da narrativa acompanhamos a jornada de Celie, e vemos sua transformação e emancipação como *sujeita* à medida que imprime sua escrevivência nas cartas que endereça.

Eu me sinto meio estranha perto das criança. Por uma coisa, elas cresceram. E eu vejo que elas pensam que eu e a Nettie e a Shug e o Albert e o Samuel e o Harpo e a Sofia e o Jack e a Odessa somo muito velhos e num sabemo o que tá acontecendo. Mas eu num acho que nós tamo velho de jeito nenhum. E a gente tá tão feliz. Pra falar a verdade, eu acho que a gente nunca se sentiu tão jovem assim. Amém.

(Walker, 2016, p. 21)

Olhando para a mesma direção, nas intituladas *Cartas para o bem viver* (2020), temos uma coletânea de cartas-urgentes escritas por diversas pessoas com o intuito não só de “promover o encontro entre um remetente e destinatário (...), mas para pôr em movimento um território de/ para muitos, um encontro de coletivos” (Costa; Xucuru-Kariri, 2020, p.12). Reivindicando o lugar das cartas e tratando da urgência de escrevê-las em tempos apressados e emergentes porque “dependendo do contexto da sua criação, ela pode ser a própria luta, algumas vezes, a última alternativa, outras, o início de tudo” (Costa; Xucuru-Kariri, 2020, p.12), os remetentes endereçam as cartas

para umx interlocutorx, imaginárix ou não, que pudesse escutar com atenção nossas aflições, reflexões, nossa potência, que pudesse experienciar o que pode vir a ser a criação de palavras de ação, de força e de coragem – palavras urgentes para criarmos uma boa vida para nós, para os outros, numa tentativa de expor quais são as nossas emergências hoje.

(Costa; Xucuru-Kariri, 2020, p. 13)

Nessa obra, destaca-se uma carta específica escrita pela professora Duarte (2020), endereçada à sua filha, Eva. Na carta ela diz por que escolheu como remetente sua filha mais nova, mesmo tendo outro filho

porque num tempo não cronológico, parece ser você a mais velha. Porque, por ser mulher negra, você precisará acolher com mais avidez os conselhos que exponho aqui, porque você precisará voltar, com mais frequência à sua baobá. Para que você, minha filha, use da melhor forma as palavras materializadas nesta carta, sim, a palavra escrita permanece viva por muito tempo, esta carta é uma pouco da memória de sua ancestralidade materna

(Duarte, 2020, p. 142).

Registrar um pouco de memória na carta para que seus filhos ou, mais especificamente, sua filha, não tenham que passar por muita das situações às quais foi submetida ao longo da sua vida, é um exercício comum a nós nessa pesquisa a fim de reconstruir uma memória coletiva que tentou ser apagada. Usar as cartas como construção e reconstrução de si e do outro, e de uma memória que lhe foi passada é reconhecer as cartas como importantes instrumentos memorialísticos de transgressão de uma imposição antiga e reconstrução do ser e existir. Ao longo do texto, Duarte (2020) diz que a carta é endereçada à filha, “mas vai perceber que ela

dialoga com muitas meninas e meninos negros. Espero que ela seja alento, seja lembrança e, de alguma forma, seja encorajamento” (Duarte, 2020, p.143), é esse intuito que demarca a *sujeita* autoral das mulheres negras nas nossas cartas.

Todas essas mulheres negras remetentes são motivadas por algo em comum, o rompimento do silêncio e a construção de uma nova realidade, seja para elas mesmas, para suas filhas, suas irmãs, suas mães, avós ou sua comunidade. É por esse mesmo motivo que na obra *Cartas para a minha mãe* (2010) de Teresa Cárdenas, acompanhamos o crescimento da remetente das cartas que escreve para a sua mãe que já faleceu através de textos epistolares que nos permitem acompanhar sua transição da infância para a adolescência em que constrói sua identidade, desenvolve sua consciência e crítica racial e se reconhece como *sujeita* capaz de decidir o próprio destino mesmo vivendo numa casa onde não queria morar, com pessoas que não se esforçam o mínimo para dar o acolhimento que uma pessoa enlutada merece.

Mamãe, não sei por que me deixou tão sozinha. Sem seus beijos, sem seus abraços, sem aquele cheiro de margaridas que sempre a acompanhavam.  
Nunca contei a ninguém quanta falta sinto de você. E não aguento mais tanto silêncio. Vou começar a lhe escrever...  
(Cárdenas, 2010, p. 8)

Ao perceber que, talvez, a escrita seja um lugar possível e acolhedor da sua solidão, ela transpõe para o papel a sua angústia e necessidade de pertencer a algum lugar, já que se sente confortável e acolhida na casa da sua tia, lugar onde passou a morar após a morte da mãe, e onde sofreu constantes maus-tratos, agressões e abusos da dona da casa, das suas primas e da sua avó.

Constantemente recebe adjetivos que tem como objetivo fomentar a formação de uma identidade quebrada, fragmentada e sem confiança, mas o que faz é o contrário daquilo se espera, se forma a partir de um lugar de autoconfiança, emancipação de si, empatia e consciência racial. Quando reconhece que parece com a mãe, ela o faz não a partir de traços negativos que insistem em apontar nela, mas sim a partir da valorização de seus traços, sua pele e seu cabelo.

Mãezinha, encontrei um pedaço de espelho na rua. Agora, passo o tempo todo me olhando. A testa, os olhos, o nariz, a boca... Sabe de uma coisa? Descobri que meus olhos são parecidos com os seus, que não podiam ser mais bonitos, e que minha boca e meu nariz são normais. (...) Como acha que eu ficaria com olhos azuis, narizinho fino e a boca feito uma linha? Horrrosa, não é verdade? Por isso que não deixo que passem pente quente em meu cabelo. Não quero ficar parecida com Sara. Prefiro fazer penteados. Como as africanas.  
(Cárdenas, 2010, p. 20)

Ao longo da narrativa da obra, acompanhamos o desenvolvimento da personagem que começa a escrever cartas com dez anos e encerra a escrita com uma carta de despedida após completar seus quinze anos. A partir desse fato, os textos epistolares da obra podem ser percebidos como um registro de suas vivências da infância e adolescência que culminaram na formação da sua identidade empoderada pela escrita contaminada pela sua condição enquanto *sujeita, criança, mulher e negra*. Dessa forma, as cartas podem ser vistas como o registro de

suas vivências tanto de sua infância quanto de sua adolescência. Nessa perspectiva, sua trajetória mostra a superação dos traumas da perda de sua mãe e de sua conflituosa convivência com os familiares e, também evidencia o processo de autoconscientização de sua condição de criança/adolescente/mulher negra e as suas estratégias forjadas desde cedo para o enfrentamento do racismo.

O mesmo acontece com Djamila Ribeiro na obra *Cartas para minha avó* (2021). Em uma coleção de textos epistolares, a autora também destina cartas a sua avó que já faleceu sem que ela pudesse lhe contar muitas coisas. Numa espécie de cartas-desabafo, traça diálogos com sua mãe também falecida e sua filha adolescente. Nesse exercício, ela transpõe para a escrita a sua vivência, mas também a vivência que ela observava em sua mãe e avó, e a vivência que ela espera que sua filha tenha, uma vivência menos dolorosa e que a exija ser muito mais que uma mulher forte capaz de enfrentar as violências projetadas pelo racismo, machismo e sexismo.

Evitei essa conversa por muito tempo. Confesso que sucessivos lutos – meu pai morreu um ano após minha mãe – me fizeram agir no automático. A ferida que sangra agora é velha, uma ferida que foi aberta anos atrás e não cicatrizou. E toda vez que sinto dor parecida, mesmo vindo de situações diferentes, o corte põe a sangrar de novo, e muito, mas agora me sinto pronta, vó.  
(Ribeiro, 2021, p. 14)

Nas cartas de Ribeiro (2021), temos uma mulher negra que encontrou na escrita esse lugar de pertencimento para conservação não só dos conhecimentos adquiridos na academia, mas das suas angústias, dores, anseios e expectativas. Ao longo das cartas ela faz uma linha do tempo da sua adolescência até o momento atual, quando já é adulta, e através da escrita das cartas vemos como ela traça essa *sujeita autoral* que se forma a partir das vivências e experiências sociais, depositando-as numa escrita repleta de subjetividade. Essa é uma marca possível de identificar, por exemplo, quando ela diz que “como mulher, eu era um produto que tinha como dono outro produto. Como negra, eu era um subproduto que tinha como dono outro subproduto. Um sub-subproduto. Todos tinham direitos sobre mim. Eu não tinha lugar nem na prateleira” (Ribeiro, 2021, p. 96). Ela faz uma análise de como a sociedade a enxergava e tratava, e percebe que ela, em certo ponto, agia em conformidade com a expectativa lançada sobre ela como mulher, preta e pobre. Ao longo das cartas, vemos a formação dessa *sujeita autoral* que possui autoridade sobre si e sobre o olhar que lança para o mundo.

Através das obras epistolares e remetentes citadas anteriormente é possível perceber como as cartas são importantes instrumentos de reconstrução da memória coletiva e cultural a partir da identidade das *sujeitas autorais*, que escrevem e imprimem no papel a marca das suas escrituras. É nesse lugar de mulher negra que não se percebe como está inserida no mundo que elas descobrem na escrita uma experiência individual que ainda assim se comunga em uma coletividade.

## Considerações finais

É nesse cenário de utilização das cartas como forma de ser e existir no mundo, encontrando na escrita um lugar de transgressão por meio da escrevivência que apreendemos o conceito de *sujeita* autoral e compreendemos de que forma essa escrevivência possibilita uma (re)construção da memória coletiva e cultural de um povo. É possível encontrar muitas obras que fazem esse caminho de retomada ao passado visando a transformação do futuro, e só assim é possível honrar nossos ancestrais e abrir caminhos capazes de conceder fortalecimento e empoderamento a um povo que há muito tem suas narrativas escarnecidas pela história.

A escrevivência das cartas de mulheres negras como mecanismos sociais de reparação e reconstrução estão diretamente ligadas às criações de novas possibilidades de existir e estar num mundo que por muito tempo criou sistemas de desintegração e eliminação de vias de subsistência e sobrevivência. Quantas pessoas negras não se acham merecedoras de necessidades básicas pois foram moldadas numa sociedade racista, forjada por e para a branquitude? Inúmeras, e ainda não acabou. Esse é um processo gradual de conscientização e reconstituição da humanidade de uma população que durante muito tempo foi tratada como indigente.

Reconstruir a memória cultural de um povo que, por muito tempo, não teve pleno acesso e conhecimento de sua história é possibilitá-lo enxergar parte da sua trajetória a partir de caminhos percorridos não só por ele, mas por seus antepassados. É a partir dessa reconstrução que é possível perceber em quais encruzilhadas as histórias do nosso povo se cruza e se intersecciona a fim de construir uma nova estrada digna de humanidade, integridade e reconhecimento de si a partir da história que se conta e não a que se guarda. Nisso, a escrevivência de mulheres negras – nesse caso, seus textos epistolares – nos auxilia rumo à construção de um futuro através da reconstrução de um passado subjugado.

## Referências

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANGELOU, Maya. *Carta a minha filha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BETTIOL, M. R. B. Mário de Andrade e a especificidade do gênero epistolar: o esboço de uma teoria. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 227-236, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/PtM5tbvVb8qdx6RnDcqWLKw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de abril de 2024.
- CÁRDENAS, Teresa. *Cartas para a minha mãe*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2010.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COSTA, S. L. O que (ainda) podem as cartas?. *Interdisciplinar- Revista de Estudos em Língua e Literatura*, São Cristóvão-SE, v. 19, 2013, p. 87-98. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/10/O-que-ainda-podem-as-cartas.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

## LINHA D'ÁGUA

COSTA, S. L.; XUCURU-KARIRI, R. *Cartas para o bem viver*. 1. ed. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café /paraLeLo13S, 2020.

DUARTE, R. De Rosinês Duarte para Eva, sua filha, In: COSTA, S.L.; XUCURU-KARIRI, R. *Cartas para o bem viver*. 1. ed. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café /paraLeLo13S, 2020, p. 142-148.

ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

EVARISTO, C. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. *Escrivência: a escrita de nós*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 09 de março de 2024.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOCAULT, M. *O que é um autor*. Lisboa: Vega, 1992, p. 129-160.

HARTMAN, S. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

JESUS, C.M. *Quarto de Despejo*. 1. ed. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro: 1960.

LISPECTOR, C. As três experiências. In: LISPECTOR, C. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MORAES, M. A. (Org.). *Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MORAES, M. A. Cartas, um gênero híbrido e fascinante. In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, 28 nov. 2000. Caderno de Sábado.

MORAES, M. A. *Mário, Otávio: cartas de Mário de Andrade a Otávio Dias Leite (1936-1944)*. São Paulo: IEB-USP/Imprensa oficial, 2006.

RIBEIRO, D. *Cartas para minha avó*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SARAIVA, J. I. A. A formação do sujeito e a literatura. *Nonada: Letras em Revista*, v. 1, n. 12, 2009, p. 1-9. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5124/512451678008.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

WALKER, A. *A cor púrpura*. 1. ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

Artigo / Article

# A escrita feminina na tradição epistolar em *Carta à rainha louca*, de Maria Valéria Rezende

*Feminine writing in the epistolary tradition in Carta à rainha louca, by Maria Valéria Rezende*

**Cindy Conceição Oliveira Costa** 

Universidade Federal do Piauí, Brasil

cindyccosta@ufpi.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-6125-1573>

Recebido em: 25/05/2024 | Aprovado em: 15/11/2024

## Resumo

O presente estudo teve como objetivo examinar de que forma no romance *Carta à rainha louca* (2019), de Maria Valéria Rezende, é construída uma personagem-escritora revisitando as questões em torno da escrita epistolar realizada por mulheres. Desse modo, buscou-se apresentar um percurso sobre o gênero mencionado e em como às cartas foi atribuído um caráter feminino, o que fez com que se questionasse sobre a sua relação com a identidade da mulher através do tempo, além de discorrer sobre temas em torno do romance epistolar, como as personagens e os leitores. Metodologicamente, esta é caracterizada enquanto uma pesquisa bibliográfica, a qual utilizou subsídios teóricos de: Haroche-Bouzinac (2016), Diaz (2016), Bouvet (2006), Castells (2018), Perrot (2017), entre outros. Os resultados apontam que esse tipo de estudo oferece uma oportunidade de reflexão sobre como as mulheres são representadas e como expressam suas vozes através da escrita.

**Palavras-chave:** Escrita epistolar • Autoria feminina • Identidade • Carta à rainha louca • Literatura Brasileira Contemporânea

## Abstract

The present study aimed to examine how the character of a writer is constructed in the novel *Carta à rainha louca* (2019) by Maria Valéria Rezende, revisiting the issues surrounding epistolary writing by women. Thus, it sought to trace a path

concerning the mentioned genre and how letters were attributed a feminine character, leading to questions about their relationship with women's identity over time, as well as discussing themes around epistolary novel, such as characters and readers. Methodologically, this study is characterized as bibliographic research, drawing on theoretical contributions from authors such as Haroche-Bouzinac (2016), Diaz (2016), Bouvet (2006), Castells (2018), Perrot (2017), among others. The results indicate that this type of study provides an opportunity for reflection on how women are represented and how they express their voices through writing.

**Keywords:** Epistolary writing • Female authorship • Identity • Carta à rainha louca • Contemporary Brazilian Literature

## Introdução

Ainda na contemporaneidade nos deparamos com a escrita epistolar representada na ficção por meio de diversas escolhas estéticas dos autores. Uma das principais delas encontra-se nos romances epistolares, os quais trazem as ações do romance em primeira pessoa e, em alguns casos, através de perspectivas diferentes e oferecendo ao leitor uma visão privilegiada da subjetividade das personagens que escrevem, como é o caso da protagonista-escritora Isabel das Santas Virgens em *Carta à rainha louca* (2019), de Maria Valéria Rezende. Dessa forma, observa-se como essa forma de escrita vem se atualizando e se reinventando ao longo do tempo, bem como está presente em literaturas de várias nacionalidades, inclusive a brasileira.

Inspirado em documentos reais encontrados no Arquivo Ultramarino de Lisboa, o romance de Rezende é ambientado no Brasil colonial do século XVIII. Nele, Isabel, que estava em situação de clausura, escreve uma longa carta endereçada à Rainha Maria I, de Portugal, como forma de tentar convencê-la de que era inocente da acusação de ter fundado um convento clandestino na região das Minas (atual Minas Gerais). Na carta, a protagonista não só se utiliza de recursos discursivos para apresentar sua defesa, como também faz uma reconstituição de sua própria vida, desde o engenho onde nasceu, as aventuras que passou, até o momento que se vê presa e sem perspectiva de liberdade, colocando-a à beira da loucura.

Ademais, voltando-se para a tradição, a carta - ou epístola - se apresenta, segundo Muhana (2000), como um dos gêneros diferenciadores do Renascimento, juntamente com a historiografia, um dos mais marcadamente cortesãos. Dessa forma, a atividade de escrever cartas era compreendida como uma das práticas esperadas do homem cortês dos séculos XVI e XVII “e, como todas elas, sujeita à grande arte retórica que a tudo da vida pública então se refere” (Muhana, 2000, p. 330). Com isso, a sua investigação esteve ligada aos estudos retóricos relacionados aos trabalhos de Aristóteles em sua *Ars rhetorica*.

Para Muhana (2000, p. 330): “Vencer a dificuldade de mostrar pelas palavras como as coisas são, em sua aparência, é ao que a arte retórica se dedica; vencer a dificuldade de mostrar pelas cartas o ânimo do escritor para alguém, em sua aparência, é ao que a arte epistolar visa”.

## LINHA D'ÁGUA

Segundo esses preceitos, a retórica ensina ao orador como mostrar sensivelmente aos seus ouvintes, por meio das palavras, a existência ou não de algo, a justiça ou injustiça, vantagens ou desvantagens, a beleza ou a fealdade, ou seja, “[...] o orador fala de coisas civis, na cidade, e para homens semelhantes a ele, isto é, todos os homens. Ele falará de coisas públicas, para homens públicos, capazes de provocar ações políticas” (Muhana, 2000, p. 330).

A retórica se dedica, pois, a buscar convencer os ouvintes a se emocionarem na direção que o orador indica, e, no caso das epístolas, quem as escreve. Essa função se torna mais difícil, tendo em vista que se trata de um diálogo *per absentiam*, feito apenas através da escrita, uma “Fala ausente, para ausentes, de ausentes” (Muhana, 2000, p. 331), e por isso a boa argumentação mostrou-se como um dos aspectos fundamentais para caracterizar esses escritos como uma arte passível de admiração. Sendo assim, apenas às cartas escritas por homens intelectuais é que era atribuído um valor estético e de boa retórica, o que tem sido problematizado atualmente em estudos sobre escritos femininos.

À vista dessas questões, a presente pesquisa teve como objetivo examinar como no romance *Carta à rainha louca* (2019) é construída uma personagem-escritora revisitando as questões em torno da escrita epistolar realizada por mulheres. Desse modo, buscou-se apresentar um percurso sobre o gênero mencionado e em como às cartas foi atribuído um caráter feminino, o que fez com que se questionasse sobre a sua relação com a identidade da mulher através do tempo, além de discorrer sobre temas em torno do romance epistolar, como as personagens e os leitores.

## 1 Tradição epistolar: a arte de escrever cartas

A epistolografia e a oratória foram ferramentas fundamentais para a comunicação na antiguidade clássica e helenística. De acordo com Alexandre Júnior (2015, p. 167), o termo que deu origem à epístola ou carta – *epistole* – referia-se no original a um tipo de mensagem oral enviada por um arauto ou mensageiro: “Na época helenística, era ainda mais corrente a literatura epistolar, tanto oficial como privada”. Houve, contudo, a necessidade de fazer distinções entre epístola e carta, definindo-se a primeira como uma forma literária, escrita com cuidados de estilo e que servia melhor à sensibilidade estética do leitor; e a segunda como mais íntima e privada, de escrita espontânea, como uma substituta à conversa direta. Nesse sentido, a epístola acabou tornando-se mais relacionada ao discurso público, com escrita pensando em um possível grupo de leitores e recorrendo ao cânone retórico para a sua composição (Alexandre Júnior, 2015). Conforme o autor, pela sua flexibilidade e função, é que o gênero epistolar se mostrou suscetível à influência da retórica, adotando facilmente a estrutura do discurso argumentativo.

Conforme Haroche-Bouzinac (2016, p. 12), a carta possui uma forma diferenciada dentro de seus limites próprios, pois se caracteriza pela instabilidade de suas formas e pela flexibilidade de seu uso: “É a combinação desses fatores histórica e socialmente variáveis e de

fatores invariantes (destinação, subscrição) que determina o modo de funcionamento do gênero epistolar”. Dessa maneira, a leitura da carta pode ser feita de várias formas, uma delas é a que se realiza num espaço exterior ao do remetente e destinatário. Ou seja, “É a leitura que fazemos de correspondências publicadas” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 14), assim, a autora explica que uma carta isolada pode ser considerada como um testemunho de estado de espírito ou expressão de um objetivo preciso.

Além disso, nas correspondências em que restou apenas uma única voz, a de quem escreve, aquelas que não se tem uma resposta do destinatário, como é o caso da epístola de *Carta à rainha louca* (2019), o leitor pode “reconstruir a identidade do destinatário através de uma única parte do conjunto, mas terá à disposição um único ponto de vista, o do remetente” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 15). Diante disso, no ato de ler cartas, o leitor pode ficcionalizar o destinatário, construindo os traços que podem ou não constituir a sua identidade, pois como assinalado pela autora, é esse olhar do leitor que faz com que os epistológrafos tornem-se personagens de “uma ficção verdadeira”.

Outro tipo de leitura interessante que Haroche-Bouzinac (2016, p. 16) destaca é a de natureza meditativa ou “moralista”, a qual procura extrair desses testemunhos escritos um saber antropológico “sobre os comportamentos humanos, modelizando algumas atitudes de vida”. Nesse prisma, essa forma de leitura abre espaço para que entendamos que ela pode ter sido utilizada como forma de compreensão de determinados sujeitos em determinadas épocas e que essa moralização pode ter sido feita através da utilização de modelos a serem seguidos, tanto de comportamentos como de outras instâncias da vida:

No fundo, todas essas motivações repousam no mal-entendido persistente, mas sempre denunciado, que torna a carta depositária da verdade do indivíduo. É justamente por sua leitura ser inflada de mitos – a de sua sinceridade, de sua essência feminina – que a leitura da carta possui uma situação sob medida, ora excluída enquanto ‘armadilha psicobiográfica’ (Yvan Leclerc), ora reivindicada como lugar existencial e temático (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 16).

A autora expressa como esse objetivo de leitura pode ser errôneo em alguns casos, tendo em vista que essa ação pode se juntar aos mitos que circundam o gênero epistolar, como o que está ligado a uma essência feminina que por muito tempo foi utilizado de modo pejorativo, para considerá-lo como um gênero inferior, assim como boa parte dos escritos femininos o foram desde muito tempo. De tal modo, marcado por certa ambiguidade, o gênero epistolar também foi historicamente considerado um gênero menor, alheio ao universo masculino, pois, como explica Godoy (2010, p. 37): “Ligado à prática da escrita feminina no século XVII, é a expressão de uma literatura marginal. Gênero ambíguo, a carta pode portar pretensões estético-literárias ou puramente instrumentais, servindo ao seu propósito mais imediato da comunicação”. Essa ambiguidade, como apontado pela autora, revela-se como um discurso singular, individual, que pode também carregar os indicadores de uma sociedade, de uma época ou de uma categoria social.

Para Haroche-Bouzinac (2016, p. 17), em relação aos gêneros considerados nobres, como a epopeia, a tragédia e a comédia, a carta aparece, nos teóricos do classicismo, depois do romance, “com uma variedade de pequenas formas enunciativas como o epigrama e a sátira. A carta limita-se a expor as ideias e os sentimentos do autor ou se reduz a mero papel informativo”. E, por isso, não é raro que a carta seja considerada pelos próprios epistológrafos como algo “abaixo” da literatura. Das poucas exceções a esse pensamento, é apontada por ela a filósofa Käte Hamburguer, que em seu livro *Logique des genres littéraires* (1977), evidencia a carta como um documento histórico que oferece testemunho de uma pessoa individual, ou estuda-a pela ótica do romance epistolar. Ou outros autores como Dominique Combe, que evoca muito resumidamente as questões em torno da carta, associando-a ao ensaio, algo que acontece pela própria natureza da carta e pelo que Haroche-Bouzinac chama de dificuldade de inscrevê-la em alguma categoria do discurso.

Assim, torna-se difícil precisar em que momento essas dúvidas ou desconfiças em torno das cartas se confirmaram. Segundo a autora, essa ambiguidade provém, com efeito, de mutações complexas, pois, por um lado, “a carta se deslocou insensivelmente dos gêneros retóricos para os gêneros poéticos, em parte devido ao seu uso nos romances, e talvez igualmente graças ao florescimento da tradição da carta de amor lamentosa, a heroide” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 21). E, por outro lado, o sentido do conceito de literatura, que foi se modificando e se restringindo à sua definição atual advinda do romantismo, visto que:

Até o fim da Era Clássica, o conceito de literatura reduzia-se à noção de ‘discurso trabalhado’, e só depois seu sentido se especializaria. Enfim, será que o acesso à escrita por parte de um maior número de indivíduos, graças aos avanços da alfabetização, ao facilitar a multiplicação das cartas, teria banalizado uma mensagem que não oferecia mais nada em comum com a prosa de arte dos séculos do classicismo? (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 21).

Com esse questionamento, a autora dá margem para refletirmos se esse esvaziamento de valor estético está de fato relacionado com tal “banalização”, ou se não se aplica também à escrita realizada por mulheres que, a depender das épocas, não se esperava que estas pudessem escrever como um homem letrado, algo que se confirma através de diversos escritos que a autoria foi atribuída a algum homem por não acreditarem tratar-se de algo feito pela imaginação feminina. Como é o caso, a título de exemplificação, do romance *O morro dos ventos uivantes*, de Emily Brontë (1848), em que se especulou que a autoria pertencia ao seu irmão Branwell Brontë. Como outro exemplo, dessa vez relacionado à escrita epistolar, pode-se citar as *Cartas portuguesas*, datadas de 1669, sobre as quais ainda hoje coexistem as teses francesa e portuguesa sobre a real autoria da obra. A primeira acredita que se trata de cartas fictícias escritas por um francês de nome Gabriel de Guilleragues, enquanto a segunda atribui a sua autoria à freira portuguesa Mariana Alcoforado.

É interessante pensar que o questionamento da autoria não pertencer à freira portuguesa aconteceu especialmente por suspeitas levantadas por Jean-Jacques Rousseau, o qual afirma em uma epístola destinada a D’Alambert, sobre o papel da mulher na sociedade, que “As mulheres

não sabem nem descrever nem sentir o verdadeiro amor” e que “Apostaria quanto há no mundo em como as *Cartas portuguesas* foram escritas por um homem” (*apud* Cordeiro, 1890, p. 39). Aqui, observa-se o pensamento redutor de Rousseau acerca da capacidade e da educação das mulheres, como já tratado em outros de seus escritos, em que acredita que uma mulher não poderia ser a autora de uma obra tão bem escrita como essa, por não possuir capacidade cognitiva para tal.

Contudo, conforme Haroche-Bouzinac (2016), esse problema de ambiguidade atribuído às cartas é algo complexo, uma vez que depende tanto do que está presente no conceito do que é literatura, quanto da evolução da carta, forma sempre em movimento. Por isso, são várias as “hipóteses que uma história geral do gênero epistolar, ainda por fazer, permitiria validar ou não” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 22). Assim, a carta fica dividida entre algo efêmero e duradouro, entre a autenticidade e as deformações, pois sofre o “destino precário característico das escritas não impressas” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 23).

Já enquanto documento, as cartas podem ser utilizadas para finalidades históricas ou biográficas. De acordo com Haroche-Bouzinac (2016, p. 24), no relato dos fatos prosaicos presentes nas cartas, a imaginação do epistológrafo preenche muitas vezes a imprecisão de sua observação ou memória, isto é, ele mais reconstitui eventos acontecidos do que os revela. Nesse sentido, a carta pode ser entendida sempre, e em diversos graus, como uma “encenação de si”. Algo parecido com o que vemos no relato da personagem-escritora Isabel das Santas Virgens, em que as estratégias discursivas que utiliza são uma forma de tentar convencer a rainha ou quem mais a esteja lendo, de sua inocência perante as acusações e das razões que as circunstâncias de sua vida a levaram a cometer determinadas atitudes. Assim como na carta real encontrada por Maria Valéria Rezende, que inspirou a escrita do romance.

Para Haroche-Bouzinac (2016, p. 25), embora seja possível limitar o documento histórico, no sentido estrito do termo, ao seu conteúdo, é preciso “ter em mente que uma carta isolada diz mais sobre a verdade do epistológrafo, que se constitui ele próprio como ‘sujeito de enunciação histórico’, do que sobre a exatidão dos fatos narrados”. Essa exatidão do que é narrado pode interessar a historiadores, o que os faz buscar em outras fontes para compará-las e chegar às suas conclusões. Mas, a depender da forma de análise das cartas, o que é “verdadeiro” ou “falso”, ou reconstituído através da memória, ou contado através da subjetividade do missivista, não interessa para se provar nada, pois são os conteúdos integrados nesses documentos que importam.

Dessa forma, através do epistológrafo, é penetrada na mensagem escrita uma fração de imaginário advindo da representação que se tece da relação mantida com o destinatário, da imagem que ele oferece de si mesmo, pois como trata a autora, a carta “dissimula tanto quanto revela” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 25). As próprias noções de forma epistolar, de escrita privada, de identidade e presença do epistológrafo, as quais preservam a relação com o destinatário, não são definitivamente redutíveis a uma forma fixa e válida a todas as épocas (Haroche-Bouzinac, 2016). Isso ocorre, pois, por possuir um caráter híbrido, o gênero epistolar

mostra aspectos diversificados que fazem a sua flexibilidade e sua riqueza, o que faz a carta ser aberta ao surgimento de novas formas e usos. Segundo Bouvet (2006, p. 24, tradução nossa<sup>1</sup>): “Escrever cartas é simular o que está vivo no meio da palavra fixa”. Ademais, para a autora, é impossível dar uma definição estática ao gênero epistolar que contenha todos os seus fenômenos, visto que é um gênero mutável, não é um sistema constante e imóvel, o seu conceito oscila.

Entre as suas funções, para Haroche-Bouzinac (2016), a carta pode ser usada para transformar intencionalmente algo real em algo fictício, ou mesmo, em graus variados: “toda carta se torna ficcionalização da vida do epistológrafo. Desejar estabelecer critérios para distinguir a carta real da carta fictícia seria o mesmo que tentar distinguir entre a mentira e verdade” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 197). Dessa forma, tais distinções acabam por não serem conclusivas, pois assim como a verdade e a falsidade de algo é complexo de ser definido. No caso das cartas, há uma sucessão de componentes que tornam esse escrito ficcional, uma vez que quando se escreve sobre si mesmo, acaba por tornar-se também um tipo de ficção.

A carta opera também como um instrumento das narrativas propriamente ditas de ficção, uma vez que um romancista ou dramaturgo pode explorar os recursos de funcionamento deste “meio privilegiado de transmissão da informação que é a carta, verdadeiro agente dramático” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 197), algo que vemos acontecer nos romances epistolares ou mesmo nos que fazem uso de cartas dentro da narrativa para revelar algo ao leitor ou para completar o sentido do que é apresentado no enredo, entre outras finalidades. Assim, a narração integrada na carta, que tem seu texto reproduzido no romance, constitui uma espécie de narrativa dentro da narrativa e, com isso, “seu papel de informação se desdobra numa ação que revela aos personagens seus próprios afetos” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 198). Em outras palavras, a carta, enquanto recurso narrativo, provoca afetos, e em um romance epistolar, que é constituído inteiramente por um relato epistolar, vemos a todo o momento essa revelação na(s) personagem(ns).

Destarte, como apontado por Haroche-Bouzinac (2016), em situações de urgência e de sobrevivência, a escrita epistolar aparece sempre como último recurso, uma vez que a carta é uma companheira inseparável do encarceramento e da dissidência, como podemos ver em várias narrativas literárias, tais como *Hospício é deus: diário I*, de Maura Lopes Cançado e *Elas marchavam sob o sol*, de Cristina Judar, ou mesmo na História. Além disso, por pertencer às zonas fronteiriças do âmbito literário, como já mencionado, a reflexão sobre a escrita epistolar encontra espaço também no seio das reflexões atuais sobre as questões de gênero, pois em uma combinação que “associa reflexão histórica e análise da especificidade da escrita, são igualmente levados em consideração o nascimento e a evolução do preconceito tenaz, o da ‘carta como gênero feminino’” (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 215), como será explanado a seguir.

---

<sup>1</sup> No original: “Escribir cartas es simular lo vivo en medio de la palabra fijada” (Bouvet, 2006, p. 24).

## 2 Escrita epistolar e identidade feminina em *Carta à rainha louca*

Como visto, o gênero epistolar é carregado de ambiguidades que muito se assemelham com a forma como a mulher foi vista através dos tempos, pois se de um lado existe a apreciação estética e retórica da carta, de outro há a rotulação dessa como um gênero menor, por ser o único ao alcance das mulheres por muito tempo, por se tratar de uma escrita privada e um ofício familiar. Nesse sentido, começou-se a entendê-lo além do princípio comunicativo que seria o seu principal objetivo, tendo em vista que muitas missivas são verdadeiros documentos históricos ou autobiográficos, que serviram como base para se compreender determinadas épocas e, nesse caso, até mesmo questões relacionadas à identidade feminina.

Diaz (2016, p. 197), em seu capítulo sobre o gênero epistolar e sua relação com a identidade feminina, indaga sobre a epistolografia ser ou não um gênero feminino, e ilustra que esse debate, que foi aberto desde o século XVII, demorou mais de três séculos para se acalmar e “finalmente morrer de morte natural por falta de combatentes”. Afinal, onde se encontram as epistológrafas de hoje? É mais um questionamento trazido pela autora, que indica como apesar de haver um grande número de questões em torno da escrita de cartas atribuídas à mulher, essas epistológrafas ainda se encontram em um espaço invisibilizado. Assim, apenas mais recentemente é que houve uma movimentação de resgate e descoberta desses escritos em arquivos pessoais.

Como apontado pela autora, por muito tempo, estudiosos atribuíram esse caráter feminino às cartas através dos argumentos de legitimação como “imaginação ágil”, “mente espontânea”, “sensibilidade viva”, ou dom da conversação, isto é, atribuições supostamente femininas em direção à escrita epistolar:

Desde a idade clássica até o fim do século XIX, de La Bruyère até Lanson passando por Jean-Baptiste Suard e Saint-Beuve, um discurso crítico consensual concordou em pensar que o talento feminino, cheio de ‘espontaneidade’ e de ‘primeiro momento’, era feito para desabrochar na desordem deselegante da carta, ultrapassando ‘naturalmente’ as proezas retóricas reservadas às mentes masculinas (Diaz, 2016, p. 197-198).

Ou seja, essa atribuição era dada como uma forma pejorativa de considerar esses escritos femininos como pouco imaginativos e de quase nenhum valor estético. Diaz (2016) explica que o imaginário desse pensamento generalizante não é pertinente para uma discussão aprofundada sobre as cartas, e tampouco os desafios do que parece ser muito mais uma obrigação de permanecer à margem do literário do que com o verdadeiro reconhecimento de uma real competência das mulheres no âmbito das letras, especialmente no das cartas.

Nesse sentido, é às missivistas e à realidade de sua prática de escrita que se deve voltar para “atender as ligações imaginárias e reais que se teceram entre a escrita epistolar e uma identidade feminina que pena para se reconhecer e se afirmar” (Diaz, 2016, p. 198). Todavia, para uma melhor compreensão desses aspectos, o estudo de cartas escritas por mulheres

comuns, como aquelas não pertencentes à realeza ou à burguesia, e que escreviam sobre o seu cotidiano e subjetividade, se mostra muito eficaz, pois a algumas autoras, embora raras, como George Sand<sup>2</sup> ou Madame Roland<sup>3</sup>, já é atribuído certo reconhecimento e as suas correspondências ou memórias já possuem caráter público. É às mulheres comuns, de uma escrita privada, que é preciso se voltar.

A autora destaca a frase da historiadora Michelle Perrot, em que fala sobre as mulheres serem apenas uma sombra leve no palco da memória, pois muitas de suas marcas, escritas ou não, privadas ou públicas, foram apagadas no decorrer da história. Assim, “cartas de ‘mulheres sem nobreza’, que nenhuma glória literária veio extrair de seu anonimato, são condenadas a cair novamente no silêncio que as viu nascer, como se estivessem sido escritas, tal qual toda a história das mulheres, ‘com tinta incolor’” (Diaz, 2016, p. 199). Tal “tinta incolor” faz referência a como diversos escritos femininos foram invisibilizados por grandes períodos na história da literatura, sendo resgatados apenas após a emergência dos estudos feministas e da história das mulheres.

Como assinalado por Perrot (2017), em virtude de sua posição na família, e sua atribuição ao lar, há mais chances de se encontrar vestígios históricos de mulheres nos arquivos privados. Não obstante, o *status* desses arquivos continua sendo algo muito incerto. Essa incerteza se dá por muitos escritos femininos, como diários e cartas, de caráter mais íntimo, terem sido destruídos pelo tempo, por outrem ou mesmo pelas próprias autoras como forma de não sofrerem consequências caso alguém tomasse posse desses documentos, ainda mais em épocas em que a privação de educação e mesmo do pensamento livre para mulheres era algo muito frequente.

Com isso, houve a necessidade de um resgate desses documentos ainda existentes, o que contribuiu para o entendimento de comportamentos, pensamentos, condutas e identidades femininas em diversas épocas. Segundo Perrot (2017), em 1993, Philippe Lejeune, eminente especialista da autobiografia e das “escritas da vida cotidiana” criou a Associação para a Autobiografia e o Patrimônio Autobiográficos (APA). Desses documentos, praticamente a metade é produção de mulheres. Eles compreendem os três grandes tipos de literatura pessoal: a autobiografia, o diário íntimo e a correspondência. De modo geral:

---

<sup>2</sup> George Sand é o pseudônimo masculino de Amandine Aurore Lucile Dupin, que o utilizava para ser aceita no meio literário, sendo uma das pioneiras na utilização desse recurso. É uma das grandes romancistas e memorialistas francesas, também conhecida por suas correspondências. O uso de seu pseudônimo marcou tanto a sua produção que os estudiosos de sua obra ainda o utilizam para designar a autora.

<sup>3</sup> Madame Roland é como é conhecida Marie-Jeanne, Viscondessa Roland de la Platière, importante figura na Revolução Francesa, que foi condenada à pena de morte e durante o seu encarceramento escreveu as suas memórias sob o pseudônimo de Jany. A obra, escrita em papéis comprados por um guarda da prisão, foi postumamente publicada em 1795, sob o título de *Mémoires*.

[...] a presença das mulheres nesses arquivos se dá em função do uso que fazem da escrita: é uma escrita privada, e mesmo íntima, ligada à família, praticada à noite, no silêncio do quarto, para responder às cartas recebidas, manter um diário e, mais excepcionalmente, contar sua vida. Correspondência, diário íntimo, autobiografia não são gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais adequados às mulheres justamente por seu caráter privado. De maneira desigual (Perrot, 2017, p. 28).

Em outras palavras, essa atribuição feminina dada aos gêneros íntimos ocorreu porque eles seriam os únicos ao alcance das mulheres, visto que escrever ficção ou sobre filosofia, por exemplo, seria algo completamente fora do padrão de feminilidade esperado durante muitos anos. A própria educação feminina no século XVIII estava a cargo apenas de ensinar as moças a serem boas filhas e esposas, a serem gentis e prendadas, e não a utilizar suas faculdades mentais ou dar a sua opinião. Padrões esses que eram defendidos por muitos pensadores da época, como Jean-Jacques Rousseau.

Conforme Perrot (2017), os escritos privados são extremamente preciosos porque autorizam a afirmação de um “eu”, e é graças a eles que se ouve o “eu”, a voz das mulheres, mesmo que seja uma “Voz em tom menor, mas de mulheres cultas, ou, pelo menos, que têm acesso à escrita e cujos papéis, além do mais, foram conservados. São condições difíceis de serem cumpridas” (Perrot, 2017, p. 29-30). Dessa maneira, o ato de conservar, organizar e guardar arquivos, supõe uma relação consigo mesma, com sua própria vida e sua memória. Porém, acaba sendo um ato pouco feminino e por isso a perda e a destruição desses documentos é tão frequente: “Daí a vontade das mulheres, muitas delas feministas, de construir arquivos de mulheres para lutar contra a dispersão e o esquecimento, desde o começo do século XX” (Perrot, 2017, p. 30). Algo que surgiu com o contexto do feminismo, configurando-se, assim, como um resgate da memória e da identidade dessas mulheres.

À vista disso, é pertinente frisar que o conceito de identidade não é algo simples e conglomerava diversas questões, bem como está intrincado a diversas singularidades de sujeitos, também relacionados a questões interseccionais de gênero, raça, classe, sexualidade etc. Para Castells (2018), trata-se do processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou em atributos culturais inter-relacionados. Como ilustra Castells (2018), as identidades, por sua vez, constituem fontes de significado, são originadas e construídas por meio de um processo de individuação. Isto é, pode-se dizer que as identidades organizam significados, enquanto os papéis organizam funções dos indivíduos na sociedade (como os de mãe, esposa, filha etc., no caso das pessoas que se identificam com o gênero feminino). Dessa forma, ainda segundo o autor, a construção das identidades “vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, [...] por instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (Castells, 2018, p. 55). Ou seja, a sua construção se mostra singularmente influenciada por todos esses aspectos, que são processados pelos indivíduos, por grupos sociais e projetos culturais arraigados em sua estrutura social e em sua visão de tempo e de espaço, bem como marcada por relações de poder.

É nessas relações de poder que se encontram determinadas formas e origens de construção de identidades, como apontado pelo autor. A primeira delas é a “identidade legitimadora”, a qual é introduzida por instituições dominantes da sociedade, com o intuito de expandir a sua dominação em relação aos atores sociais; a segunda seria a “identidade de resistência”, que foi criada por atores que se encontram em posições ou condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, “construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos” (Castells, 2018, p. 56).

Dessa maneira, a partir da resistência, é possível surgir o terceiro tipo apontado pelo autor, o de “identidade de projeto”, no qual os atores sociais, utilizando-se dos materiais sociais que estiverem ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, bem como buscar a transformação de toda uma estrutura social. Nesse sentido, muitas dessas cartas escritas por mulheres caracterizam resistência, enquanto as estudiosas feministas, através de sua identidade de projeto, conseguiram fazer o resgate desses documentos, e analisá-los à luz dos conhecimentos hodiernos, para problematizar questões importantes da época em que esses documentos pertencem ou mesmo para tentar compreender o pensamento e as identidades das mulheres que os escreveram e/ou a quem eram endereçados. Tem-se, portanto, outra função da carta, que seria uma forma de resistência e de afirmação da multiplicidade de identidades femininas.

Para Diaz (2016), essas cartas são testemunhos, são lugares de memória, são também crônicas de vida, uma vez que constituem um observatório para avaliar as práticas sociais, as representações que cada indivíduo faz do seu papel na família, no casal, na cidade. A análise desses documentos, escritos por mulheres comuns, pode revelar também as “fraturas existenciais e sociais”, como denomina a autora, presentes nesses registros. Conforme Diaz (2016), através da recorrência desses testemunhos, foi possível perceber o estatuto plurivalente da carta, única forma de expressão concedida a essas mulheres, ainda que dificultosa, e, ao mesmo tempo, um instrumento de tomada de consciência e de uma tomada da palavra, bem como um espaço autobiográfico no qual se tornou possível se reinventar “além das tópicas impostas da feminilidade, e, para algumas, ainda, laboratório de escrita onde é possível deixar nascerem aspirações literárias destruídas” (Diaz, 2016, p. 205). À vista disso, logo no início de *Carta à rainha louca* (2019), há o seguinte trecho:

Senhora,  
Perdoai, Vossa Majestade Fidelíssima, a esta mulher – enlouquecida pelas penas do amor ingrato e das grandes vilanias cometidas por aqueles que se creem mais poderosos do que Vós mesma – por vir-Vos interromper, com o relato de seus sofrimentos de mínimo relevo, em Vossas orações e em Vossos atos régios tão urgentes para Vosso Reino e para aquele de Deus. Por louca e desobediente encarceraram-me neste Recolhimento da Conceição, no alto das colinas desta cidade de Olinda [...] Bela cidade que a mim, porém, não delicia, pois quase só a vejo retalhada pelas grades da única e estreita janela desta cela de não mais que uma braça quadrada (Rezende, 2019, p. 09).

No Brasil colonial a partir de 1789 a 1792, a protagonista-escritora do romance faz o seu relato contando os infortúnios que ela e sua senhora Blandina sofreram, em um modo de

tentar denunciar o encarceramento e as violências que passou durante a sua vida e em seu enclausuramento. Uma das questões que mais chamam a atenção na narrativa é a escolha de remeter a carta à rainha regente de Portugal, que por ser mulher e receber a denominação de “rainha louca”, faz com que Isabel pense que se caso as cartas chegassem a ela, suas súplicas poderiam ser atendidas, uma vez que D. Maria I poderia se compadecer de suas vivências por também sofrer as pressões e imposições feitas à figura feminina.

No entanto, as cartas escritas por Isabel, tanto a real quanto a ficcional, nunca chegaram a ser lidas pela rainha, foram cartas escritas na clausura e que permaneceram na clausura. Com isso, é como se a personagem tivesse escrito para o nada, tivesse gritado as suas dores e condição feminina para o nada, algo que acontecia com a grande maioria das mulheres do século XVIII, as quais não possuíam o poder de expressar aquilo que lhes afligia ou mudar a realidade em que estavam inseridas. Assim, nós, leitores de hoje, é que temos acesso a esses documentos e podemos compreender a sua reivindicação.

Diaz (2016, p. 208) elucida que “Delineia-se ainda mais nitidamente nas cartas de mulheres um mito de gemelidade”. Em síntese, é como se, ao escrever uma confissão autobiográfica a uma mulher pública – que pôde chegar a espaços tão almejados –, como é o caso da personagem Isabel, essa mulher encontre uma forma de contar a sua história, pois, como a autora explica, para muitas delas a carta conta e representa o nascimento de palavras que lhe foram negadas. Esse “mito de gemelidade” pode ser entendido como a sensação dessas mulheres de se perceberem iguais às suas destinatárias, ao falar de suas dores, entendendo como suas vivências, apesar de tão diferentes, como sua posição social, ainda assim partilham de certas imbricações relacionadas ao seu gênero, como é possível visualizar no seguinte trecho:

Muito tenho hesitado em escrever-Vos, pois bem sei que mesquinhos são os infortúnios que Vos hei de relatar se comparados àqueles trabalhos que, desde Vossa régia infância, certamente tendes passado, que Rainha sois, mas nem por isso sois menos mulher, e sofrer e chorar é o quinhão de todas as filhas de Eva, não obstante sua condição neste mundo [...] (Rezende, 2019, p. 10).

Portanto, apesar da diferença de posições sociais, Isabel percebe que mesmo mulheres privilegiadas econômica e socialmente, ainda assim dividem angústias atribuídas a todas as “filhas de Eva”, ainda mais no século XVIII, tempo em que se situa a narrativa, uma vez que para as mulheres de seu tempo, tendo as instâncias religiosas e sociais moldando como deveriam ser e agir, tinham de sobreviver com a culpa e a dificuldade de serem reprimidas por essa visão atrelada ao “pecado original”.

Para as mulheres, como apontado por Perrot (2017, p. 32): “Dois lugares foram propícios à escrita: os conventos e os salões, o claustro e a conversação”. No caso de Isabel, essa escrita era impulsionada por um desejo de ter a sua voz ouvida, no entanto, o ato de ler ou de escrever era-lhe proibido, tendo em vista que a sua clausura foi imposta, diferente de algumas mulheres que puderam estudar nos conventos, embora fossem controlados os materiais que chegavam a elas. Um exemplo que pode ser utilizado é o de Sórora Juana Inés de la Cruz (1648-1695), grande poetisa seiscentista, que entrou para o convento no intuito de poder estudar, já que esse era um dos únicos lugares propícios às mulheres devotarem-se à escrita.

Para Isabel, as epístolas que escreve são uma forma de ordenar os seus pensamentos e as memórias, bem como uma forma de abrigo para essas expressões que não poderiam ser feitas às freiras de seu claustro ou quaisquer outras pessoas, como podemos visualizar neste trecho: “Corria a pena levada por inconvenientes palavras que teimam em escapar do sítio de onde trato de tê-las bem atadas no meu espírito – já que delas não me posso livrar – para que não me venham a fugir pela boca e dar razão a quem por louca me toma” (Rezende, 2019, p. 10). As suas “(in)convenientes palavras” se configuram como aquelas que lhes são proibidas, que trazem verdades as quais ela não deveria relatar. Ou, como tratam Witzel e Teixeira (2020), tais palavras produzem um sujeito indignado com a cega submissão das mães do Recolhimento frente aos poderes pastorais, soberanos e patriarcais, por isso, “Isabel não se reconhece na posição sujeito de mulher lunática assim subjetivada porque ela não aceita o inaceitável” (Witzel; Teixeira, 2020, p. 252).

Nessa escrita de si, Isabel molda não só o seu relato, como a sua própria identidade, uma vez que no decorrer de sua narrativa não linear, conta eventos de sua vida desde a infância até o momento em que se encontra presa e acusada. De acordo com Michel Foucault (2004, p. 156), escrever é “se mostrar”, se expor, “fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. E isso significa que a carta é ao mesmo tempo um olhar que se lança sobre o destinatário (pela missiva que ele recebe, se sente olhado) e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo”. Ou seja, como o autor ilustra, a carta que, como um exercício, trabalha para a subjetivação do discurso verdadeiro de quem a escreve, para a sua assimilação e elaboração como um “bem próprio”, constitui ao mesmo tempo uma objetivação da alma (Foucault, 2004). Isso porque essa escrita de si é uma narrativa da relação consigo mesmo, e através dela é possível destacar diversos elementos que ajudam a conhecer quem a escreve.

Conforme explica Diaz (2016), existe uma captura simbólica de si, para a qual o epistológrafo estende a trama de sua correspondência e que se opera na carta por intermédio de dois gestos programáticos: confiar-se e exhibir-se. Nessa acepção, o destinatário da carta, sendo real ou simbólico, opera como um guardião e herdeiro da memória de si de quem escreve. Além disso, há a cumplicidade esperada de quem recebe a carta e que no romance está relacionado com a esperança que Isabel possui de D. Maria I compreender os seus percalços e se compadecer de seu sofrimento, tanto por ser também uma mulher que experimenta diretamente as dificuldades impostas ao seu gênero, quanto por antes de possuir a alcunha de “a Louca”, ter sido conhecida como Maria I “a Piedosa”, por suas atitudes altruístas e devotadas à vida religiosa.

Outro ponto que chama a atenção na narrativa são as rasuras feitas pela protagonista, pois nos trechos em que o seu desabafo e críticas à sociedade se tornam ainda mais incisivos, ela os risca, como se ela mesma se assustasse pela lucidez com que percebe as problemáticas de seu tempo e, por isso mesmo, chega a questionar a sua própria sanidade:

Peço-Vos benevolência para com esta que Vos escreve uma carta assim desordenada, na qual muitas rasuras haverá, que delas não me poderei furtar por andarem-me as ideias à roda, de tal modo que eu mesma por vezes me suspeito insana. Como poderia eu, de outro modo, conceber as estranhezas que penso e jamais ouvi pronunciar por outrem? (Rezende, 2019, p. 11).

Nessa acepção, como assinalado por Diaz (2016), a relação com as instituições entendidas como opressoras, as dificuldades econômicas, a angústia e a frustração de não possuir acesso ao domínio público configuram o que as mulheres apresentam em muitas cartas, como é o caso da narradora do romance, ao escolher como destinatária D. Maria I, por sua posição pública de poder. No decorrer de seu relato, Isabel revela:

Devo confessar-Vos, Majestade, que muitas vezes duvido de quem sou, duvido de minhas lembranças, já não sei se são verdade ou alucinações, e temo que tudo o que tenho imaginado como se meu passado fosse, até mesmo em parte belo em minha recordação como por vezes me parece, não seja senão o meu desejo de que assim tivesse sido. Prossigo, no entanto, minha Senhora, porque isto de não se saber ao certo quem é cada pessoa, como vejo por toda parte aqui nesta terra do Brasil, há de ser coisa comum também nas galerias de Vossos paços em Portugal e em todos os Vossos reinos como aprendi dos livros proibidos que li [...] (Rezende, 2019, p. 50, rasuras da autora).

Nessa citação, é possível apreender como os anos que se passam no claustro fazem com que Isabel cada vez mais duvide de sua própria narrativa, além de frisar o quanto a escrita das cartas lhe possibilitou a tentativa de ordenação dessas memórias tão fragmentadas. No trecho que está rasurado, percebe-se a alusão que Isabel faz à corte da rainha, que tanto contribuiu para a sua alcunha de louca, uma vez que foi por causa das pressões internas que Maria I sofreu, aliadas às perdas com que lidou em sua vida. Uma das figuras mais importantes para esse epíteto foi o Marquês de Pombal, que, segundo Del Priore (2019, p. 60), deixou circular a ideia de que D. Maria “era criatura frágil e sem tino político. O ofício de reinar seria duro para ela. Instabilidade feminina, permeabilidade à influência do marido e temperamento infantil justificavam a tese de que Deus fizera homens e mulheres diversos. E elas, menos capazes do que eles”, pensamento esse que era largamente difundido na época. Assim, Isabel fala como se os que por louca lhe tomam, apesar de ser uma mulher comum, são muito parecidos com os nobres e conselheiros da corte em Portugal que fizeram o mesmo com a rainha.

Portanto, ao se construir um diálogo com uma personagem pública, a carta assegura a passagem do espaço privado, tradicionalmente relegado à mulher, ao espaço público, socializado, pois “o eu que busca construir-se nessa nova palavra não é somente uma instância psicológica, mas também um sujeito social” (Diaz, 2016, p. 211), uma vez que para muitas mulheres comuns como Isabel, o ato da escrita possuía um valor não apenas psicológico relacionado à memória e à identidade, como também social. Ademais, por se tratar de uma escrita secreta, Isabel também relata em sua carta como conseguiu ter acesso ao papel e à tinta necessária para tal empreendimento. Isso foi, inclusive, uma das suas maiores inquietações, visto que esses materiais também lhe eram proibidos, além de serem de grande valor econômico, e ficavam guardados na biblioteca do convento, lugar onde ela só conseguia adentrar escondida, na calada da noite, e tomando todos os cuidados necessários para não ser pega:

É, pois, furtado todo papel em que Vos escrevo ou escreverei, pois que de outro modo uma pobre mulher, sem família, sem renda, nem destino, não poderia obter cousa tão preciosa como estas folhas que escondi na minha enxerga e não hei de desperdiçar ao preço de não mais poder escrever-Vos (Rezende, 2019, p. 15).

Aquele ato era tão importante para a personagem-escritora que valia o risco de ser descoberta. Além disso, por não conseguir a tinta necessária para escrever, visto que caro, logo seria percebido o seu sumiço. Isabel, em um gesto desesperado, tentou usar o seu próprio sangue para escrever: “Tentei, Senhora, do modo mais insano, tentei escrever, obter a tinta necessária, e o fiz arranhando meu pulso nas asperezas das paredes até que me ferisse e pudesse colher de meu próprio sangue para usá-lo como tinta [...]” (Rezende, 2019, p. 27). Aqui vemos a escrita com sangue passando do plano metafórico, para designar uma escrita truncada, dolorosa, e indo ao plano real da narrativa. Entretanto, sua tentativa não deu certo, pois além dos machucados constantes, a sua “tinta” não se mostrou boa para o longo relato, o que fez com que buscasse nos livros da biblioteca como produzir a sua própria, com os recursos naturais presentes no quintal do convento: “Apreciai, pois, Senhora, ao seu devido valor, este papel, esta tinta e estas palavras que me saíram do corpo maltratado” (Rezende, 2019, p. 36).

Destarte, como já dito anteriormente, a escrita das cartas para Isabel também se configurava como um modo de continuar sã e guardar a sua memória, além de ser utilizada como a única forma de expressar a sua verdade. Como ela mesma conta:

[...] sinto e sei que a única cousa que me pode manter sã a mente, de sorte que eu não naufrague para sempre no mar encapelado dos meus delírios, é o esforço de ordenar as palavras em meu pensamento e no papel, não importando para nada se são verdadeiras – daquela verdade que querem os inquisidores e os juizes – ou se são apenas a verdade do meu desejo e do meu sonho, da liberdade de pensar, que outros consideram insanidade, mas que teima em medrar no mais recôndito de qualquer mulher [...] (Rezende, 2019, p. 51).

Com esse excerto, observa-se mais uma vez que a verdade ou falsidade do que é relatado é algo muito complexo, visto que o que está naquele papel é a subjetividade de uma mulher que tenta com dificuldade reconstruir os eventos de sua vida para se fazer ser compreendida.

Além disso, a verdade de Isabel vai de encontro à verdade de seus inquisidores, visto que como tratam Witzel e Teixeira (2020), ela nos transmite um discurso sobre as verdades historicamente construídas sobre as mulheres, “instigando-nos a analisar os silêncios e os retornos, as permanências e as movências de discursos que instalaram o ser feminino em um regime particular de (in)visibilidade normatizado, sobretudo, por ideais de conduta com relação a sua sexualidade” (Witzel; Teixeira, 2020, p. 248). Isso porque na narração de Isabel nos deparamos com “uma dispersão do sujeito e com uma pluralidade de posições convidando-nos a dar visibilidade a certos modos de subjetivação (re)produzidos na Escrita de si que lemos na carta” (Witzel; Teixeira, 2020, p. 248). Além disso, ao se mostrar hesitante em endereçar a sua carta à rainha, como escreve no início do romance, esse movimento de Isabel “cumpre a função de colocar em dúvida não apenas o próprio relato da missivista, mas, sobretudo, colocar em xeque a perspectiva de relato da história oficial da qual a rainha é uma das representantes e, ironicamente, é também tratada como ‘doida’” (Linhares, 2020, p. 86).

Isabel conta ainda: “Nem sei mais se é a Vós que escrevo, se podereis ainda ler-me ou se só por escrever escrevo” (Rezende, 2019, p. 121). Isso mostra como o ato de escrita também demonstra um desejo literário, uma vez que Isabel sempre foi apaixonada pelo mundo das letras e pelo conhecimento, pois segundo relata, como dama de companhia que foi em sua juventude, ficava sempre à espreita ouvindo o padre que ensinava a sua senhora Blandina a ler e escrever. Aliás, foi por ter esse interesse, tão distante de sua posição social, que em suas desventuras conseguiu sobreviver: disfarçando-se de homem para ganhar dinheiro escrevendo poemas, documentos e o que mais lhe aparecesse:

[...] entre os papéis e livros me metia pelas noites adentro, a ler tudo o que me inspirava a fantasia e me permitiam os restos de vela roubados dos altares ou mesmo algumas brasas vivas que trazia do fogão numa concha de ferro. Aprendi assim a criar dentro de mim mesma lugares de uma vida livre, protegida pelas trevas, da qual ninguém mais podia suspeitar. [...] Disso talvez se tenha feito a minha loucura, pois, segundo dizem, nenhum espírito de mulher, salvo decerto as de linhagem real como Vós, é capaz de suportar o peso do saber (Rezende, 2019, p. 16).

Assim, de todas as insubordinações registradas no relato epistolar de Isabel, revela-se como uma problemática central do romance o fato de a personagem saber ler e escrever “em um tempo em que isso era privilégio de poucos, limitado em regra aos homens. No Brasil colônia, prevaleciam as verdades herdadas de pensadores como Rousseau, segundo as quais o saber e o pensar não casavam com a feminilidade” (Witzel; Teixeira, 2020, p. 250). O fato de Isabel ter aprendido essas atividades, utilizando tais conhecimentos ao seu favor, já marca uma enorme transgressão, visto que para uma mulher, ainda mais da classe subalterna, isso era algo pouco provável, e só se tornou possível por ela ter observado as aulas que sua senhora tinha com o padre, treinando anotações com carvão, tamanha era a sua sede de conhecimento. Ademais, segundo Witzel e Teixeira (2020), para aquela sociedade, uma mulher escritora seria uma monstruosidade moral e literária, assim como uma mulher soberana seria uma monstruosidade política.

À vista disso, Perrot (2017) explica como desde a Idade Média, os conventos favoreceram a leitura e até mesmo a escrita de mulheres, tanto que ao final do século XIII as mulheres da nobreza pareciam culturalmente superiores aos homens que se dedicavam às guerras, como as cruzadas. No entanto, mesmo com tal abertura, esse espaço ainda era extremamente restrito, principalmente para mulheres comuns e das camadas baixas da sociedade, em que nem mesmo a alfabetização era uma realidade corriqueira. Ademais, mesmo para mulheres da nobreza, esse conhecimento era algo limitado, pois existia no século XVIII a ideia de que o ser feminino não era feito para o conhecimento. Para Isabel, a única forma de ter acesso a esses saberes negados, aos livros e à produção escrita, seria fazê-lo na clandestinidade, enquanto um modo de resistência. No trecho seguinte, é possível apreender que Isabel possuía não só a intenção de remeter a sua carta como a de que fosse publicada, para que assim todos pudessem tomar conhecimento das violências cometidas pelos homens da Coroa portuguesa na colônia, principalmente relacionados às mulheres, aos escravizados e a todos os que se encontravam em lugares marginalizados naquele contexto:

Com a luz da madrugada coando-se por minha exígua janela aberta para o nascente, dissipam-se os fantasmas e os demônios e Vos posso contar sem mais delongas o essencial para fazer-Vos compreender e sentir a iniquidade a vitimar-me e, se não para salvar-me deste exílio, pois para isso já não creio que tempo haja, ao menos para que Vossa Real palavra me console e perdoe e seja publicada minha inocência e minha dor (Rezende, 2019, p. 134).

Dessa forma, através de Maria Valéria Rezende, ao resgatar os documentos reais no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e criar uma ficção como um modo de atribuir uma voz àquela mulher real, é como se o desejo de Isabel fosse atendido e, através da ficção, tornasse-se possível vislumbrar os seus anseios e suas denúncias a uma das épocas mais conturbadas e cruéis do país, tão marcada por violências e explorações.

Bouvet (2006) compreende as narrativas epistolares como uma forma de romance polifônico, na medida em que a verdade não está no poder de nenhum personagem, mas está em um lugar onde diferentes fragmentos de verdade convergem e se equilibram. Nessa perspectiva, o romance epistolar explora as ambigüidades, os contrastes e as ambivalências da matriz da escrita epistolar, além de ser um instrumento de reformulação das relações entre a escrita e a ficção e de renovação das formas literárias. Como apontado pela autora, a função das cartas no romance é exibir a matriz dialógica e o caráter dramático epistolar, pois: “implica o ‘uso criativo’ de seus componentes paradoxais fundadores e a encenação das ambigüidades de realidade-ficção, privado-público, oralidade-escrita, presença-ausência e fidelidade-traição” (Bouvet, 2006, p. 193, tradução livre<sup>4</sup>).

Corroborando com a autora, Ferreira (2019) ilustra que, no romance epistolar, sendo o destinatário real ou fictício, o discurso epistolar será sempre orientado para um leitor imaginário, “a quem o remetente se dirige e pretende persuadir” (Ferreira, 2019, p. 173). Com isso, vemos como em toda a narrativa, Isabel utiliza-se da escrita para tentar convencer D. Maria I, ou quem a esteja lendo, de que está sendo acusada injustamente e que as atitudes que precisou tomar durante a sua jornada foram necessárias para a sua sobrevivência naquele contexto. Além disso, as epístolas agem, enquanto um exercício de escrita pessoal, não só em quem as escreve, mas também em quem as lê.

De acordo com Ferreira (2019), é seguindo essa acepção que o romance epistolar está constituído sobre duas instâncias literárias, que seriam: o autor e o leitor. O leitor possível da epístola de Isabel seria a própria rainha, mas ela deixa vestígios de que se outra pessoa a estiver lendo, que tente compreender o seu relato, apesar de não linear e algumas vezes confuso. Em um romance epistolar, conforme explica Haroche-Bouzinac (2016), a utilização da primeira pessoa oferece não apenas o contato direto entre a personagem e o leitor, como também mobiliza por esse viés uma ilusão e, assim, a carta se torna uma espécie de autorretrato. Nesse sentido, os efeitos de verossimilhança permitirão que o leitor deixe de ser considerado um terceiro exterior ao que está sendo relatado e se torne uma espécie de cúmplice desse processo.

---

<sup>4</sup> No original: “implica el ‘aprovechamiento creativo’ de sus componentes paradójicos fundantes y la puesta en escena de las ambigüidades realidad-ficción, privado-público, oralidad-escritura, presencia-ausencia y fidelidad-traición” (Bouvet, 2006, p. 193).

## Considerações finais

A presente pesquisa buscou compreender o uso que é feito em *Carta à rainha louca*, de Maria Valéria Rezende (2019), da escrita epistolar para construir uma correspondência íntima que, no entanto, não se concretiza, entre a personagem-escritora Isabel das Santas Virgens e a rainha D. Maria I, mas que exatamente nessa não concretização abre espaço para problematizações e análises. Observa-se que, por meio das cartas, é enfatizado como o discurso disciplinador colonial, liderado pela Igreja Católica e pelo patriarcado da época, colocava as mulheres em posições de insanidade e fazia com que a escrita, por lhes ser um espaço negado, fosse um ato de resistência.

Ao dialogar com uma personagem pública por meio da carta, mulheres como Isabel conseguiram não apenas expressar suas próprias experiências psicológicas, mas também reivindicar um lugar no cenário social. Esse ato de escrita não só reflete aspectos individuais relacionados à memória e à subjetividade, mas também demonstra uma busca por reconhecimento e participação na esfera pública e coletiva, evidenciando, assim, a complexidade e o poder da escrita feminina no contexto histórico e social em que se encontravam.

Dessa maneira, a reconstituição da identidade de Isabel das Santas Virgens por meio da escrita epistolar no romance faz com que o leitor se envolva e produza ainda mais afetos com o que é narrado, visto que é como se nos tornássemos mais próximos da personagem-escritora, pois estamos lendo uma confissão íntima de uma mulher que tanto sofreu até chegar àquele enclausuramento, tomando conhecimento de seus sentimentos e percepções de mundo mais profundos. E, até mesmo, podendo alimentar a vontade de que o seu relato possa um dia chegar a ser lido pela rainha.

## Financiamento

Cindy Conceição Oliveira Costa agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa de doutorado (nº do processo: 88887.908351/2023-00).

## Referências

- ALEXANDRE JÚNIOR, M. Argumentação retórica na literatura epistolar da Antiguidade. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 8, p. 166-187, jun., 2015.
- BOUVET, N. E. *La escritura epistolar*. Buenos Aires: Eudeba, 2006.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- CORDEIRO, L. *Sóror Mariana: a freira portuguesa*. Lisboa: Ferin e Cia, 1890.

## LINHA D'ÁGUA

DEL PRIORE, M. D. *Maria I: as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como “a louca”*. São Paulo: Benvirá, 2019.

DIAZ, B. Correspondência e escrita de si. In: DIAZ, B. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores do século XIX*. Tradução: Brigitte Hervot e Sandra Ferreira. São Paulo: EDUSP, 2016. p. 141-196.

DIAZ, B. Gênero epistolar e identidade feminina. In: DIAZ, B. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores do século XIX*. Tradução: Brigitte Hervot e Sandra Ferreira. São Paulo: EDUSP, 2016. p. 197-225.

FERREIRA, J. G. Flores azuis: uma desconstrução do romance epistolar. *Pós-Limiar*, Campinas. v. 2, n. 2, p. 171-178, jul./dez., 2019.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Tradução: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 144-162.

GODOY, L. B. Uma carta... um espaço entre dois. *Ide*, São Paulo. v. 33, n. 50, p. 36-53, jul., 2010.

HAROCHE-BOUZINAC, G. *Escritas epistolares*. Tradução: Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: EDUSP, 2016.

LINHARES, V. L. Escrever e rasurar, rasurar e escrever: considerações sobre a metanarratividade na escrita de Carta à rainha louca, de Maria Valéria Rezende. *Em Tese*, Belo Horizonte. v. 26, n. 2, p. 79-94, maio/ago., 2020.

MUHANA, A. F. O gênero epistolar: diálogo per absentiam. *Discurso*, v. 31, p. 329-345, 2000.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

REZENDE, M. V. *Carta à rainha louca*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019.

WITZEL, D. G.; TEIXEIRA, N. C. R. B. Discurso e memória de uma mulher desobediente em Carta à rainha louca. *Interfaces*, v. 11, n. 4, p. 246-258, 2020.

Artigo / Article

# As pesquisas acadêmicas sobre cartas de autore(a)s da Literatura Brasileira - O Estado da Arte

*Academic research on letters from authors of Brazilian Literature -  
The State of the Art*

**Conceição de Maria Corrêa Feitosa** 

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

conceicaorabelofeitosa@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0003-8354-7473>

Recebido em: 26/05/2024 | Aprovado em: 15/11/2024

## Resumo

Nos últimos anos, aumentou significativamente o interesse dos leitores nos chamados gêneros íntimos: diários, autobiografias, confissões, memórias e cartas, principalmente, por trazerem informações mais relacionadas à vida de uma personagem real da história, de um(a) artista, de um(a) escritor(a). Pesquisadores, críticos literários têm se valido desse instrumento como suporte para variadas análises. Considerando essa tendência recente na crítica literária brasileira, o presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento, um Estado da Arte, dos últimos 10 anos (2014 a 2024), das pesquisas que envolvem as cartas de autore(a)s da literatura brasileira, numa tentativa de mostrar se esses estudos são viáveis e se estão sendo realizados na academia e publicados em periódicos; quais os temas mais recorrentes, quais autore(a)s mais acessado(a)s, quais os resultados mais encontrados, qual a importância dessas pesquisas para o público em geral. Com esse Estado da Arte, pretende-se, ainda, fornecer um panorama geral que contribua para o avanço e desenvolvimento das temáticas que possam surgir a partir de uma carta.

**Palavras-chave:** Levantamento • Escrita de si • Fonte de pesquisa

## Abstract

In the past few years, readers' interest on intimate genres has significantly increased: diaries, autobiographies, confessions, memoirs and letters, mainly because they provide information more related to the life of a real character in history, an artist, a writer. Researchers and literary critics have used this instrument as support for various analyses. Considering this recent trend in Brazilian literary criticism, the present work aims to make a survey, a State of the Art, of the last 10 years (2014 to 2024), of research involving the letters of author(s) of Brazilian literature, in an attempt to show whether these studies are viable and whether they are being carried out in academia and published in journals; what are the most recurring themes, which authors are most accessed, what are the most found results, how important is this research for the general public. With this State of the Art, it is also intended to provide a general overview that contributes to the advancement and development of themes that may arise from a letter.

**Keywords:** Survey • Self-writing • Research source

## Introdução

O autor em sua obra, segundo Roland Barthes, no livro *O Rumor da Língua*, não existe: “...a escritura é destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge o nosso sujeito, o branco-e-preto em que vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve” (Barthes, 2004, p. 57). Aceitar a “morte do autor” é necessário para que a obra seja sentida em sua dimensão ficcional e, não, como “a voz de uma só e mesma pessoa, o autor, a revelar sua confiança” (Barthes, 2004, p. 58). Todavia, o que dizer quando a escritura é deliberadamente uma confiança? Uma escrita de si? Uma autobiografia?

Assim como Barthes escreveu sobre a “morte do autor”, Phelipe Lejeune, com a publicação de *O Pacto Autobiográfico – de Rousseau à Internet* (2014), levanta um outro debate, desta vez, sobre a condição da existência do autor na escritura, trazendo à tona o texto autobiográfico: “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (Lejeune, 2014, p. 16).

Nos últimos anos, aumentou, significativamente, o interesse dos leitores nos chamados gêneros íntimos: diários, autobiografias, confissões, memórias e cartas, principalmente, por trazerem informações mais relacionadas à vida de uma personagem real da história, de um(a) artista, de um(a) escritor(a). Esse “‘algo a mais’ traz uma certa ilusão de verdade que vem atraindo sobremaneira esse público” (Alsemi, 2015, p. 232).

A carta, enquanto um desses gêneros íntimos, traz ainda uma característica própria, a de ser um registro do(a) autor(a) em determinado tempo, carregado de sentimentos sobre algum fato, sobre alguém, sobre sua própria vida, a ser transmitido para um outro, para um destinatário certo ou não.

## LINHA D'ÁGUA

Como uma escrita de si, a carta gera uma relação de intimidade, de confiança, aproximando duas ou mais pessoas. É um recurso, um instrumento em que uma história, mais próxima do real, é contada. Nela, na carta, um passado sobrevive, guardado, talvez esquecido e, ao ser encontrado, revisitado, (re)descoberto, torna-se um espaço de recordação, trazendo lembranças que podem ser importantes para os envolvidos ou para seus descendentes. Em se tratando de uma missiva de algum(a) representante de destaque para um grupo específico ou para a sociedade em geral, desperta o interesse de leitores e pode ser, enfim, fonte significativa de pesquisa para profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, os da Crítica Literária.

Acompanhar, ou até mesmo entender o processo criativo do(a) escritor(a), o próprio contexto histórico em que sua obra está inserida, numa tentativa de ter o maior número de informações em torno da composição artística, como ela foi, por exemplo, pensada e entregue ao público, pode ser feito por meio de cartas trocadas e guardadas. Pesquisadores têm se valido desse instrumento como suporte para variadas análises.

Considerando essa tendência recente na crítica literária brasileira, o presente trabalho tem como objetivo principal fazer um levantamento, um Estado da Arte, das pesquisas realizadas, nos últimos 10 anos (publicados entre janeiro de 2014 a julho de 2024), que envolvem as cartas de autore(a)s da literatura brasileira – todas disponíveis no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (tanto de periódicos como de teses e dissertações). O recorte temporal (dos últimos 10 anos) configura um panorama recente e conciso das temáticas que são acessadas pelos pesquisadores, assim como quais autore(a)s são procurado(a)s, os resultados mais encontrados e a importância dessas pesquisas para o público em geral. Com este Estado da Arte, pretende-se, ainda, contribuir para as mais diversas abordagens que ainda possam surgir a partir de informações registradas em *chiffons de papier*.

## 1 A carta como uma escrita de si - uma fonte de pesquisa

No mundo de hoje, em nossa sociedade atual, marcada pelo excesso da internet, saturada de recursos que garantem o registro de quase toda a atividade humana (computadores, celulares... os meios de comunicação on-line... e-mails, WhatsApp ...) tem, terá, ainda, a carta, como uma escrita de si, o mesmo significado e a mesma função dada a ela ao longo dos tempos? As novas gerações que se sucedem ainda farão uso desse veículo? E, se sim, em qual formato?

Escrita no papel, digitada numa tela de computador ou de celular, a carta fará “o escritor ‘presente’ àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas atividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física” (Foucault, 1992, p. 154).

A carta traz informações e revelações de um eu para um outro e, ao chegar nas mãos desse outro, que pode ser, não necessariamente, o destinatário, sofre vários processos de leitura nos quais fatos, os sentimentos ali registrados são ressignificados, agindo, assim, sobre todos os lados: “a carta enviada atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e a releitura, sobre aquele que a recebe” (Foucault, 1992, p. 146).

Pertencente à categoria dos gêneros íntimos, aqueles geralmente escritos em primeira pessoa, em que um eu da narrativa se identifica com um eu autoral, a carta apresenta informações que podem ser consideradas dentro de uma realidade concreta, mesmo que deem apenas uma ilusão de verdade aos fatos narrados, até mesmo porque o leitor dessas narrativas não participa dos eventos contados, ele apenas compactua com sua veracidade. Esse pacto de verdade, em relação à escrita de si, é “[...] muito mais um modo de leitura do que propriamente um modo de escrita. Não basta que o autor nomeie seu texto autobiográfico ou ficcional; é preciso que o leitor o leia como tais, para que assim se estabeleça verdadeiramente o acordo, o pacto” (Ribeiro, 2012, p. 24”).

É, também, por essa característica que as missivas de escritores da Literatura Brasileira, aqui especialmente falando, sobretudo nas últimas décadas do Século passado e nas primeiras do Século XXI, têm despertado interesse como fonte de pesquisa, para aqueles que querem compreender aspectos históricos, sociais, estéticos que envolvem o processo criativo do(a) artista, a composição de uma obra de arte, de um romance, de um conto, de um poema. Ela (a carta) passa a ser, dessa maneira, um “documento informativo/expressivo acerca do processo de criação literária, das redes de sociabilidade intelectual e artística, do exercício de crítica literária ou ainda da expressão de matéria autobiográfica, a ‘escrita de si’” (Kohlrausch, 2015, p. 148).

Muito a propósito da importância desses arquivos pessoais, como forma de preservar um conjunto de materiais que contam a vida de alguém, a memória não só de uma pessoa que deixou um legado para uma determinada comunidade, é que diversas instituições acolhem e conservam esses acervos deixados por escritor(a)s, arquiteto(a)s, historiador(a)s, artistas, enfim. O Brasil conta com alguns centros de conservação de documentos, materiais pessoais, fotos etc., que preservam a memória desse(a)s profissionais. O número ainda é pequeno e demanda uma série de fatores para serem criados e mantidos, tais como recursos para a preservação e manutenção dos acervos, dentre outros. A criação desses espaços efetiva-se no Brasil, segundo Crivelli & Bizello (2021):

A partir dos anos 1960 evidencia-se a criação de muitos desses espaços, não exclusivos, mas, em grande medida, dedicados à preservação de arquivos pessoais. Esses locais, majoritariamente vinculados a centros universitários e de pesquisas, originados de projetos com temáticas e objetivos variados, proporcionaram mais fôlego para os movimentos preservacionistas, ao mesmo tempo em que impulsionaram a valorização dos arquivos pessoais nos ambientes investigativos (Crivelli; Bizello, 2021, p. 139).

Assim, fundações, bibliotecas, universidades, casas de cultura por todo o Brasil preservam o acervo de profissionais que se destacaram nas mais diversas áreas do conhecimento, oportunizando ao público conhecer esse patrimônio e, ao pesquisador, usá-lo como fonte primária para muitos estudos. Um desses arquivos é o Espaço de Documentação e Memória Cultural, DELFOS, instituído e mantido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, que guarda documentos de pessoas ligadas as áreas de Letras, Artes, Jornalismo, Cinema, História e Arquitetura, inclusive, material ainda inédito de escritores da literatura do Rio Grande do Sul. É no DELFOS que está uma boa parte das cartas do escritor Caio Fernando Abreu trocadas com a família, amigos, escritores, artistas, jornalistas, críticos e outros, proporcionando ao leitor/pesquisador saber, dentre tantas outras coisas, “a visão deste sobre a função da literatura, a imagem do escritor e o processo da escrita” (Alsemi, 2015, p. 234).

É claro que ainda há questões sobre se, de fato, essas fontes de informações, aqui, no caso, as cartas, devem ser patrimônio público, mesmo com o consentimento da autoria. Nestes dias em que o reencaminhamento de mensagens é feito na “velocidade da luz”, no sentido da rapidez com que as informações circulam no meio virtual, a pergunta “*A quem pertence uma carta?*”, já lançada por Lejeune (2014), ainda é válida, atual e traz algumas reflexões importantes para o pesquisador:

... o direito de posse numa correspondência, especialmente daquelas cartas que se tornaram públicas via publicação com ou sem o consentimento de uma das partes. Entretanto, este não é o único problema que enfrentam os pesquisadores de documentos epistolares, especialmente por estarmos lidando com uma escrita complexa que flutua entre as fronteiras do público e do privado, do autobiográfico e da encenação, da verdade e da ficção, do histórico e do literário (Rodrigues, 2015, p. 223).

A problemática sobre a quem pertence uma carta é um assunto complexo e que envolve diversos aspectos, especialmente quando se chega à conclusão de que várias cartas possuem uma importância e valor que excedem ao seu próprio destinatário original. São “documentos para amanhã”, usando a expressão de Alceu Amoroso Lima, são textos públicos que inicialmente tiveram uma origem individual, direcionada, determinada pela relação remetente-destinatário. Mas essas dimensões muitas vezes se extravasam, adquirem novas categorias e alcançam novos espaços e funções (Rodrigues, 2015, p. 230).

Mesmo com toda essa complexidade em volta dos gêneros íntimos, de 2014 a 2024, somente no Portal de Periódico da CAPES, encontraram-se dezenas de artigos, dissertações e teses em que as cartas de autore(a)s brasileiro(a)s ajudaram, contribuíram, elucidaram numerosos aspectos, entre eles, os bastidores da literatura brasileira.

## 2 O estado da arte sobre as pesquisas que envolvem cartas de escritores brasileiros

O Estado da Arte é um importante instrumento – por ser uma revisão, um demonstrativo específico sobre uma determinada área de estudo – para identificar quais temáticas já estão saturadas ou que ainda precisam de mais pesquisas, contribuindo, assim, para validar futuros estudos. É o que no diz Ferreira (2002) sobre as:

[...] pesquisas conhecidas pela denominação ‘estado da arte’ ou ‘estado do conhecimento’. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002, p. 258).

Nessa esteira, de entender a importância de um levantamento sobre os estudos que são realizados na academia, a presente pesquisa tem como objetivo fazer o Estado da Arte dos trabalhos que envolvem as cartas de autore(a)s da literatura brasileira nos últimos 10 anos. Esse recorte temporal de uma década tem o intuito de revelar se a temática é periódica, ou seja, se nesse intervalo mais recente ao momento desta escrita, as cartas ainda despertam interesse nos programas de pós-graduação e nos pesquisadores em geral.

A escolha pelo portal da CAPES deu-se pelo fato de que ali há dissertações e teses que foram defendidas nas academias, assim como um compilado dos artigos publicados em revistas avaliadas com Qualis (sistema de qualidade).

O levantamento deu-se com o refinamento da busca centrada no assunto, título e período (últimos 10 anos). Já no espaço “assunto” e “título” foram colocadas as seguintes palavras (de forma alternada): cartas, missivas e correspondências, associadas às de “literatura brasileira”; “autores da literatura brasileira”.

Posteriormente, foi feita a leitura das palavras-chave e do resumo para constatar que a pesquisa publicada, no todo ou em parte, tenha a carta de algum(a) autor(a) da literatura brasileira como suporte de análise ou que chegasse, de alguma forma, a ele(a) ou a ele(a)s.

Nesse recorte temporal, foram encontradas algumas dificuldades para abrir um pequeno número de arquivos, bem como as páginas de periódicos e de programas de pós-graduação linkadas ao site da CAPES que se encontravam em manutenção. Além disso, alguns trabalhos não estavam liberados para a consulta pública. Ainda assim, conseguiu-se coletar, nessa busca, 23 dissertações, 28 teses e 27 artigos (publicados entre janeiro de 2014 a julho de 2024), totalizando 78 pesquisas.

Nessas 78 pesquisas identificadas conforme especificado acima (recorte temporal, site da CAPES, palavras-chave, resumo), foram estudados mais de 30 escritores da literatura brasileira. Desses, os destaques vão para Mário de Andrade, que aparece em 22; Clarice Lispector, em 9; Manuel Bandeira, em 7; Graciliano Ramos, em 5; e Fernando Sabino, Caio Fernando e Murilo Mendes, em 4. Vale ressaltar que muitos artigos são provenientes de dissertações e de teses, por isso, alguns títulos se repetem. Outro ponto de destaque é que não foi só a área de Letras que se valeu das cartas de escritore(a)s da literatura brasileira, algumas outras áreas, como Patrimônio, Arquitetura, Música, História também incursionaram nessas análises.

Abaixo, as palavras-chave mais usadas nas pesquisas sobre as cartas, como escrita de si, de autore(a)s da literatura brasileira, lembrando que para chegar aos trabalhos, usaram-se as palavras “cartas”; “missivas” e “correspondências”:

**Figura 1.** Demonstrativo das palavras-chave usadas nos trabalhos pesquisados



Fonte: elaboração própria

A carta serviu como fonte primária em pelo menos um trabalho dos tantos outros realizados nos programas de pós-graduação (dissertações e teses) ou nas publicações de artigos em periódicos, em todos os anos de 2014 a julho de 2024. Veja-se o demonstrativo abaixo:

**Tabela 1.** Demonstrativo relação ano/publicações

<i>ANO</i>	<i>DISSERTAÇÕES</i>	<i>TESES</i>	<i>ARTIGOS</i>	<i>TOTAL</i>
2024	-	-	1	1
2023	2	-	5	7
2022	2	-	9	11
2021	2	3	2	7
2020	2	2	2	6
2019	5	6	2	13
2018	4	4	2	10
2017	1	1	1	3
2016	3	3	-	6
2015	1	3	-	4
2014	1	6	3	10
<i>TOTAL</i>	23	28	27	78

Fonte: elaboração própria

Antes de se adentrar na análise dos dados, um outro demonstrativo, desta vez, dividido em “autor(a)”, “título” e “ano” – das dissertações, das teses e dos artigos encontrados nesse recorte temporal (dos últimos 10 anos) – foi feito para que se possa ter uma visão ampla do que vem sendo estudado na academia, nos programas de pós-graduação e pelos pesquisadores em geral:

- **DISSERTAÇÕES:**

**Quadro 1.** Demonstrativo autoria/título/ano

<b>AUTOR(A)</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
Amanda Carvalho Areas	Polidez e relações de gênero: as interações entre a linguagem e o sociocultural nas cartas de Fernando Sabino e Clarice Lispector	2023
Jose Ferreira Filho	“Gonzaga Duque” por meio de sua produção escrita: edição de cartas pessoais e descrição de traços paleográficos	2023
Bruna Martins Coradini	Correspondência de Valdomiro Silveira (1873 - 1941) no campo literário brasileiro: seleta anotada	2022
Andressa de Azevedo Martins	A cidade sitiada de Clarice Lispector no romance e nas cartas	2022
Terezinha Reis Vogas	Entre cartas, correio e crônicas: as muitas mulheres em uma só Clarice.	2021
Ana Elisa Tonetti de Almeida	Dantas Mota e Mário de Andrade: entre a correspondência, as anotações marginais e a poesia	2021
Ana Beatriz Mello Santiago de Andrade	“Uma Lispector que se chama Elisa”: história(s) de exílio	2020
Francisco Gesival Gurgel de Sales	A ESCRITURA QUE SE FAZ COM O OUTRO: Diálogo e Transferências Culturais entre Machado de Assis e Madame de Staël	2020
Israel Augusto Moraes de Castro Fritsch	"Verdade inventada": autoficção nas cartas de Ana Cristina Cesar e Caio Fernando Abreu	2019

Lilian Maria Barbosa Ferrari	Adolfo Casais Monteiro e a literatura brasileira em Portugal (1932-1954)	2019
Mariana Magalhaes Miranda	Clarice entre cartas: sua correspondência com Lúcio Cardoso, Fernando Sabino e outros	2019
Gabrieli Margarida Zanella	A potência poética nos ensaios de Paulo Leminski	2019
Mariana Filgueiras de Souza	A LOUCURA E A CRIAÇÃO: João Antônio encontra Lima Barreto	2019
Daniele Cristina Mendes Beltramini	As cartas entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira: um estudo na perspectiva do patrimônio e memória	2018
Cicera Jessiane Lins Dos Santos	Memórias da Criação: Graciliano Ramos, Autoria e Autocrítica em Cartas	2018
Vanessa Neri Rodrigues	O epistológrafo personagem: o olhar dos editores sobre as cartas de Álvares de Azevedo	2018
Lygia Barbachan de Albuquerque Schmitz	Cartas de Graciliano Ramos: caput mortuum de uma vida literária	2018
Eunice Matias do Nascimento	Aspectos da organização interacional nas cartas pessoais compartilhadas entre Câmara Cascudo e Mário de Andrade	2017
Priscila Berti Domingos Moreira	Clarice Lispector: a escritura e o ofício de escritor em Cartas Perto do Coração	2016
Francine Carla de Salles Cunha Rojas	CLARICE / FERNANDO / FRANCINE: amizades de entrevistas críticas	2016
Joao Paulo Massotti	Repressão, censura e silenciamentos: a ditadura militar brasileira aos olhos de Caio Fernando Abreu	2016
Flavio Tito Cundari da Rocha Cundari	Escrever, verbo intransitivo: ascensão e ocaso de uma mestria epistolar entre literatos brasileiros	2015
Denny Jose Almeida Costa	Entre o confessional e o público: as cartas de Manuel Bandeira e Mário de Andrade	2014

Fonte: elaboração própria

- TESES

#### Quadro 2. Demonstrativo autoria/título/ano

AUTOR(A)	TÍTULO	ANO
Leyliane Gomes da Silva	“À margem de escrever”: as cartas de Clarice Lispector	2021
Carlos Augusto Moraes Silva	As correspondências de Clarice Lispector: cartografias de um processo criativo	2021
Everaldo Lima de Araujo	Marcas dêiticas como projeto de autoria em cartas pessoais de Graciliano Ramos	2021
Camila Russo de Almeida	Uma vida nada ociosa! Godofredo Rangel na Revista do Brasil (1917-1924)	2020
Dayane Mussulini	A biblioteca de Machado de Assis na elaboração de sua crítica literária: os casos de Pelletan, Sainte-Beuve e Staël	2020
Joselia Bastos de Aguiar	Jorge Amado e sua rede literária e política com escritores hispanohablantes	2019
Carlos Benites de Azevedo	Entre crônicas, contos, cartas e pequenas histórias da república de Alexandre e dos meninos pelados: Ramos de um Graciliano pouco conhecido e bastante valioso.	2019
Geisa Fabiola Muller e Silva	O Veio da Ironia Romântica nos Romances Históricos de José de Alencar	2019

Michelle Patricia Paulista da Rocha	Para chamar de nossa: literatura e ensino a partir da epistolografia de Veríssimo de Melo	2019
Rodrigo Jose Brasil Silva	Correspondência entre Mário De Andrade & Henriqueta Lisboa: Poesia em tempos de guerra	2019
Andre Luiz Alselmi	O ESCRITOR À PAISANA: a voz literária na correspondência de Caio Fernando Abreu	2018
Lucas Ferreira Mendes	Registros de uma correspondência: as relações luso-brasileiras e a poética das metamorfoses em Jorge de Sena e Murilo Mendes	2018
Paulo Henrique Araujo	“CARTAS PARA A POSTERIDADE” Tensões do modernismo brasileiro na correspondência de Mário de Andrade	2018
Manuel Jose Veronez de Sousa Junior	Carta privada de autores consagrados do campo literário: uma abordagem da cena genérica como embreante paratópico	2018
Vitor Hugo da Silva	AS MISSIVAS DE MÁRIO DE ANDRADE E MANUEL BANDEIRA: diálogos afetivos e criativos	2017
Katia Nelsina Pereira Chiaradia	Bastidores lobatianos da descoberta do petróleo em solo brasileiro	2016
Cleber Araujo Cabral	Aos leitores, as cartas: proposta de edição anotada da correspondência de Murilo Rubião com Fernando Sabino, Mário de Andrade e Otto Lara Resende	2016
Cristiane Maria Praxedes de Souza Nobrega	Representação discursiva de nordeste nas cartas trocadas entre Câmara Cascudo e Mário de Andrade	2016
Monica Gomes da Silva	(DE)CISÕES DO MODERNISMO: Estudo comparativo da correspondência de Antônio de Alcântara Machado	2015
Maria do Carmo de Oliveira Moreira dos Santos	CARLOS E MÁRIO: análise das correspondências sob a perspectiva do público e do privado	2015
Mauriene Silva de Freitas	Constituição da brasilidade linguística em cartas pessoais: a concepção de língua de Mário de Andrade e Manuel Bandeira	2015
Maria do Rosario Alves Pereira	Mário de Andrade e os mineiros: a carta como exercício crítico	2014
Lívia Letícia Belmiro	Mário de Andrade, um arquivo de saberes sobre a língua do/no Brasil	2014
Luciano Rodolfo	A vida às margens da arte: a correspondência e a poesia inéditas de Murilo Mendes a Guilhermino Cesar	2014
Simone Strelciunas Goh	Oralidade em Itinerários-cartas de Mário de Andrade e Manuel Bandeira para Alphonsus de Guimaraens Filho	2014
Isabel Cristina Domingues Aguiar	PAULO PRADO E A SEMANA DE ARTE MODERNA: ensaios e correspondências ASSIS	2014
Benedita Vieira de Andrade	Representações discursivas de Câmara Cascudo por Mário de Andrade	2014

Fonte: elaboração própria

- ARTIGOS

### Quadro 3. Demonstrativo autoria/título/ano

AUTOR(A)	TÍTULO	ANO
Andréa Camila de Faria Fernandes	Construção de memória nas narrativas autobiográficas do poeta Antonio Gonçalves Dias	2024
Profa. Dra. Mônica Gomes da Silva	Trânsitos e margens nas cartas a Murilo Miranda	2023
Marcelo Maraninch	A correspondência como arquivo sonoro da poesia: Mário de Andrade & Manuel Bandeira	2023

Marcia Regina Jaschke Machado	Crítica a um jovem poeta: correspondência entre Mário de Andrade e Alphonsus de Guimaraens Filho	2023
Arnaldo Saraiva	Carta inédita de Jorge de Lima para Adolfo Casais Monteiro	2023
Poliana dos Santos	Entre fatos diversos: literatura e trabalho nas cartas de Paulo Barreto e de Lima Barreto	2023
Rafaela Cardeal	“Meu caro João Cabral de Melo Neto” – Algumas cartas portuguesas	2022
Gustavo Castro	Cartas de Guimarães Rosa a Pedro Barbosa (1934–1967)	2022
Simone Rodrigues Vianna Silva	Ressonâncias da crítica literária na segunda edição de “Amar, verbo intransitivo”, de Mário de Andrade	2022
Marcos Antônio de Moraes e Rodrigo de Albuquerque Marques	Mário de Andrade: diálogos epistolares com paranaense cearenses	2022
Moema Rodrigues Brandão Mendes e Barbara Barros Gonçalves Pereira Nolasco	Missivas pessoais, memória e arquivo: uma reflexão	2022
Marisa Lajolo, Cilza Bignotto, Emerson Tin, Glaucia S. Bastos, Kátia Chiaradia, Luís Camargo, Milena Martins, Raquel Afonso da Silva, Tâmara Abreu, Thaís Albieri	De papéis a documentos: Monteiro Lobato (1882-1948) e outros modernismos brasileiros	2022
Julio Augusto Xavier	Balalaicas no sertão: João Guimarães Rosa e os russos	2022
Jussara Santos Pimenta	Cecília e Alfonso: educação e intercâmbio cultural em diálogos epistolares Brasil-México (1930-1936)	2022
Erion Marcos do Prado	A construção do “eu” na poesia de Cecília Meireles	2021
Rhaiane Mendonça Leal	O projeto americanista, a campanha pelo ferro e petróleo nas missivas de Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1927 – 1942)	2021
Mônica Silva	Cartas para Murilo Miranda, o amigo com quem envelheço	2021
Camila Russo de Almeida	Uma vida nada ociosa! Godofredo Rangel na Revista do Brasil (1917-1924)	2020
Dayane Mussulini	A biblioteca de Machado de Assis na elaboração de sua crítica literária: os casos de Pelletan, Sainte-Beuve e Staël	2020
Joselia Bastos de Aguiar	Jorge Amado e sua rede literária e política com escritores hispanohablantes	2019
Geisa Fabiola Muller e Silva	O Veio da Ironia Romântica nos Romances Históricos de José de Alencar	2019
Andre Luiz Alselmi	O ESCRITOR À PAISANA: a voz literária na correspondência de Caio Fernando Abreu	2018
Lucas Ferreira Mendes	Registros de uma correspondência: as relações luso-brasileiras e a poética das metamorfoses em Jorge de Sena e Murilo Mendes	2018
Vitor Hugo da Silva	AS MISSIVAS DE MÁRIO DE ANDRADE E MANUEL BANDEIRA: diálogos afetivos e criativos	2017
Maria do Rosario Alves Pereira	Mário de Andrade e os mineiros: a carta como exercício crítico	2014
Lívia Letícia Belmiro	Mário de Andrade, um arquivo de saberes sobre a língua do/no Brasil	2014
Luciano Rodolfo	A vida às margens da arte: a correspondência e a poesia inéditas de Murilo Mendes a Guilhermino Cesar	2014

Fonte: elaboração própria

Adentrando agora na leitura dos dados acima, constatou-se que as cartas, nessas pesquisas, configuraram como principal fonte de consulta ou como suporte para as mais diversas análises. Em alguns títulos, ficou evidente a temática epistolar e o(a)s autore(a)s investigado(a)s, já em outros, foi preciso uma investigação maior, por isso que este artigo levou em consideração as palavras-chave, os resumos e até mesmo as considerações finais de cada trabalho para a identificação do uso da carta, de uma forma ou de outra, como objeto de estudo.

Como já aludido, essas pesquisas exploraram as cartas sob diferentes perspectivas, em que o pesquisador pode entrar em contato com a complexidade do(a) autor(a) como pessoa e artista, iluminando o contexto em que suas obras foram criadas e enriquecendo a compreensão sobre vários aspectos da literatura brasileira, tais como:

- As cartas evidenciaram as reflexões, angústias, contradições e dúvidas de autore(a)s com os seus processos criativos, como por exemplo, de Graciliano Ramos, Clarice Lispector, Mário de Andrade e outros.
- Muitas dessas cartas trocadas refletiram o espírito de suas épocas, os acontecimentos, valores, ideias que permeavam a vivência de muitos dos autores estudados, assim como as tensões políticas, os debates artísticos, sociais e a vida econômica do Brasil e do mundo.
- As cartas acabaram ajudando a mapear os círculos intelectuais e artísticos desse(a)s escritore(a)s, mostrando como estilos e conceitos foram discutidos e como isso tudo influenciou as obras literárias dos envolvidos. Essas discussões, documentadas nas missivas, ajudaram a compreender a gênese de muitas dessas obras, como questões estéticas da literatura, a importância da linguagem coloquial, a construção de uma identidade literária brasileira, etc., a exemplo, as cartas trocadas por Mário de Andrade e Manuel Bandeira, que muito contribuíram para o entendimento do Modernismo no Brasil.
- Algumas missivas revelaram aspectos relacionados ao âmbito mais íntimo desse(a)s autore(a)s, aspectos de suas personalidades, os seus sabores, suas paixões, seus conflitos, suas preocupações, seus medos, enfim, dados biográficos que dificilmente seriam conhecidos se não fossem ali colocados e enviados a um destinatário certo ou não, como no caso de Caio Fernando Abreu, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector e outros.
- As correspondências entre escritore(a)s brasileiro(a)s (Machado de Assis, Jorge Amado, Mário de Andrade, etc.) e artistas estrangeiros desempenharam um papel significativo no intercâmbio cultural e na formação de perspectivas globais sobre a arte, a literatura e os processos criativos dos envolvidos. Essas trocas epistolares transcenderam barreiras geográficas e linguísticas, criando pontes para o diálogo intercultural e enriquecendo as produções literárias de ambos os lados.

- Algumas cartas revelaram como escritoras e escritores lidavam com seus sentimentos após a publicação de suas obras, especialmente em relação à recepção da crítica literária. Esses documentos epistolares ofereceram um olhar íntimo sobre as inseguranças, reflexões e reações dos autores diante da aceitação (ou rejeição) de seus trabalhos. Além disso, mostraram como as críticas influenciavam suas perspectivas sobre a própria produção artística e, em alguns casos, sobre os rumos de suas carreiras, como se pode ver com as cartas de Mário de Andrade e outros.

Esses vários aspectos, deduzidos pela leitura rápida das palavras-chave e dos títulos das dissertações, teses e artigos citados nas tabelas acima, sobre a importância que as cartas tiveram para o desenvolvimento dos objetivos propostos nas pesquisas encontradas, foram confirmados, também, com a leitura das considerações finais desses trabalhos, conforme se pode verificar por meio de alguns excertos trazidos aqui, a título de ilustração:

[...] as cartas de Clarice, no século XXI, cumprem funções não só em relação à vida pessoal da escritora, às suas obras literárias, ao lugar possível de antecâmara da literatura, de laboratório da escrita, mas também de criação em sua própria forma. Diante de um escrito autobiográfico, as cartas, como comumente se pode supor, 146 não desvendam segredos de Clarice Lispector nem esclarecem enigmas de sua literatura; por outra via, demandam novos modos de leitura para sua criação (Silva, 2021, p. 145-146).

A troca epistolar não significava, para o autor modernista, apenas uma conversa íntima, ou um momento de desabafo e de reencontros, mas também representava um espaço para reflexão e trocas acerca do (próprio) fazer literário. Esse é o motivo que torna suas cartas tão importantes para um estudo genético da obra do autor e para estudo histórico-literário do movimento modernista, já que, em muitas delas, temos discussões sobre questões imprescindíveis sobre Literatura: acerca da estética, do ritmo, da poesia de seleção lexical, das rimas e versos livres, entre outras.

Aqui, particularmente, o enfoque foi no diálogo engendrado entre o autor modernista, seus amigos e a crítica literária da época a respeito de seu primeiro romance: *Amar*, verbo intransitivo. Como resultado, é possível perceber que, para Mário de Andrade, os debates epistolares se mostravam significativos em decorrência das mudanças que suscitavam na obra e na ficção do modernista (Silva, 2022, p. 45).

A correspondência com Henriqueta Lisboa, iniciada em novembro de 1939, raramente nos contempla com cartas em que o agitador cultural de outros tempos enxerga a possibilidade de um amanhã menos tormentoso. Em contrapartida, o afastamento dos amigos e a necessidade de apagamento ditam o tom da conversa: “senti que era chegada a hora de me calar. Porque assumir uma atitude, pregar coisas contra as minhas convicções ou dúvidas, era sempre perseverar no teatro, e num teatro em que a minha idade e experiência já não me permitem mais ser galã (Araújo, 2018, p. 170).

[...] trazemos à cena a personalidade de GD (o GD noivo/marido, genro/cunhado e amigo), captada através da conservadora edição fac-similar e semidiplomática de suas cartas pessoais, o que nos permitiu a descrição panorâmica de alguns de seus traços paleográficos (Ferreira Filho, 2023, p. 199).

[...] Se João Antônio em 1968 já estava disposto a aprofundar-se na obra de Lima Barreto, como contou em carta a Ilka Brunhilde Laurito, dando início a uma leitura sistemática da obra do autor, de modo a investigar e dominar seus procedimentos [...] (Souza, 2019, p. 110).

A coletânea de cartas se apresenta como um artefato suplementar para o estudo literário-cultural do país, longe de excluir ou de se fechar em denominações, o gênero —cartas— apresenta um duplo complementar necessário e vital para os estudos culturais contemporâneos [...] (Costa, 2014, p. 90).

Ao estudar o contexto sociocultural de produção das cartas e recuperar os contornos individuais das identidades de gênero de cada missivista, pudemos relacioná-lo às ocorrências de modo a compreender as implicações mútuas entre a linguagem e o gênero (Ferreira Filho, 2023, p. 118).

Machado de Assis, sócio de B. L. Garnier e intelectual atento e perspicaz, soube transpor as ideias de Staël e trabalhá-las em prol dos anseios de seus leitores. Semelhante a alguns contemporâneos seus, ele compreendeu e assimilou a concepção da conduta moral inserida no espírito da obra literária e da crítica staeliana, mas as simetrias de pensamento entre os dois escritores se convertem também no cosmopolitismo de ambos. Machado “convoca” o pensamento de Staël para dialogar nos mais diversos segmentos escritos de sua vida. A autora franco-suíça está presente em sua ficção, na crítica e no íntimo de suas cartas trocadas com a esposa Carolina Novaes (Sales, 2020, p. 102).

Em uma carta enviada a Côrtes-Rodrigues, datada de 13 de dezembro de 1947, Cecília Meireles diz: “E eu iria para onde me levassem. Porque eu sou água. Não me ponho muito perto do mar ou dos lagos verde-azuis, que logo me passo lá para dentro, e já não me separa mais desse encanto”. E se Cecília se apresenta como um fragmento, é porque os diferentes eus que aparecem em sua escrita fazem parte de uma coisa só que o leitor chama Cecília Meireles. Se esse ser é dividido, é também, como a água, parte de um todo, um oceano chamado Cecília Meireles (Prado, 2021, p. 99).

A partir das considerações tecidas neste artigo, pode-se concluir que, para Caio Fernando Abreu, mais do que um mero relato de experiências pessoais, as cartas constituem um espaço de reflexão sobre a literatura. As correspondências do autor revelam um escritor consciente das questões que a crítica levantava a respeito da poesia e, além disso, demonstram o quanto seu pensamento encontra-se em consonância com as ideias de grandes autores do século XX sobre a criação artística. Portanto, para além de seu valor histórico, deve-se reconhecer às cartas de Caio Fernando Abreu o seu valor enquanto suporte para discussão e reflexão sobre o fazer literário, revelando o pensamento artístico do escritor (Alsemi, 2015, p. 242).

[...] Pois, a carta, como documento tem sim finalidades históricas, biográficas e literárias, mas algumas medidas devem ser tomadas no seu trato, afinal, como coloca Haroche-Bouzinac 290, há um jogo de representação em toda a correspondência, forjado pelo próprio epistológrafo, e cabe ao pesquisador ou àquele que se debruça sobre a correspondência distinguir. Mas não devemos crer unicamente que todo epistológrafo mente premeditadamente, porque há de se levar em conta que está posto nas cartas um processo de comunicação [...] (Rodrigues, 2018, 89).

Nessas missivas, percebemos algumas vezes um Graciliano diferente do que é conhecido, aparecendo cordial, com bom humor e, algumas vezes, até orgulhoso de seus textos. Nas cartas, Graciliano apresenta, como menciona Nelson Werneck introduzindo a transcrição de uma carta de Graciliano em seu livro *Memórias de um escritor*, seu estilo vivo, cortado, seco, extraordinariamente irônico, quase ferino. Variadas vezes o autor de *Vidas secas* inclui nas cartas personagens e situações de seus romances, promovendo por vezes um sentido humorístico que não aparece na obra da qual ele trata. Notamos que, nessas vezes, ele também aproxima sua esposa de suas obras. As cartas também nos ajudam a entender melhor situações literárias ou da própria vida do autor. Tal fato é mostrado quando percebemos que diversos pesquisadores e biógrafos recorreram a elas para produzirem seus estudos sobre o autor (Azevedo, 2019, p. 274).

Como se viu, essas pesquisas, num panorama geral, mostraram que as cartas de autore(a)s da literatura brasileira:

- possibilitaram discutir e analisar vários aspectos, alguns tratados, inclusive, por diversas vezes, e que outras temáticas ainda podem ser aprofundadas ou lançadas;
- além de temas recorrentes, alguns nomes de escritore(a)s versam em mais de um trabalho;
- quanto aos artigos publicados, grande parte foi feita por pesquisadores doutores ligados a uma instituição de Ensino Superior do Brasil;
- as cartas de escritore(a)s da literatura brasileira, como uma escrita de si, ainda são importantes fontes de investigação para o crítico literário, historiador, sociólogo e tantos outros profissionais.

## Considerações finais

Os distintos estudos acadêmicos que trazem as cartas como fonte primária para a análise das mais diversas temáticas, entre elas, o processo da escrita de autore(a)s da literatura brasileira, demonstraram-se necessários e viáveis. As cartas consistiram em fontes importantes de informações que ajudaram a compreender o envolvimento do(a) autor(a) com aspectos de sua vida, da sociedade, seu ponto de vista histórico e político em relação aos fatos presenciados/testemunhados. É o que se pode observar nesse recente recorte temporal.

## Financiamento

Conceição de Maria Corrêa Feitosa agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pelo financiamento da pesquisa de doutorado (nº do processo: BD-02668/23).

## Referências

ALSEMI, A. L. O ofício da escrita: uma sondagem do fazer literário por meio de cartas de Caio Fernando Abreu. *Revista Letrônica*, v. 8, n. 1, p. 232-242, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-4301.2015.1.19555>

ARAÚJO, P. H. “*Cartas para a posteridade*” [manuscrito]: tensões do modernismo brasileiro na correspondência de Mário de Andrade. Tese (Doutorado em Estudos Literários), Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/LETR-AY6K6Y/1/tese\\_paulo\\_henrique\\_ara\\_jo.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/LETR-AY6K6Y/1/tese_paulo_henrique_ara_jo.pdf). Acesso em: 22 de jan de 2024.

AZEVEDO, Carlos Benites de. ENTRE CRÔNICAS, CONTOS, CARTAS E PEQUENAS HISTÓRIAS DA REPÚBLICA DE ALEXANDRE E DOS MENINOS PELADOS: Ramos de um Graciliano pouco conhecido e bastante valioso. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7701084](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7701084). Acesso em 22 de janeiro de 2024.

BARTHES, R. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

COSTA, D. J. A. *Entre o confessional e o público*: as cartas de Manuel Bandeira e Mário de Andrade. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, 2014. Disponível em <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/DENNY.pdf>. Acesso em 22 de jan de 2024.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. *Revista Acervo*, v. 34, n. 1, p. 131-153, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1598/1608>. Acesso em 20 de jan. 2024.

FERREIRA FILHO, J. *Redescobrimo “Gonzaga Duque” por meio de sua produção escrita*: edição de cartas pessoais e descrição de traços paleográficos. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2023. Disponível em <file:///C:/Users/conce/Downloads/Redescobrimo%20Gonzaga%20Duque%20por%20meio%20de%20sua%20produ%C3%A7%C3%A3o%20escrita.pdf>. Acesso em 20 de jan. 2024.

FERREIRA, A. C. A. *Polidez e relações de gênero*: as interações entre a linguagem e o sociocultural nas cartas de Fernando Sabino e Clarice Lispector. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2023. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/dissertacao-amanda-carvalho-areas-ferreira-amanda-carvalho-areas-ferreira-1.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2024.

FERREIRA, N. S. de A. *As pesquisas denominadas “estado da arte”*. *Revista Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 79, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992, p. 129-160.

KOHLRAUSCH, R. Apresentação – Literatura Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si. *Revista Letrônica*, v. 8, n. 1, p. 148-155, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-4301.2015.1.21361>

LEJEUNE, P. *O Pacto Autobiográfico* – De Rousseau à Internet. 2ª ed. Organização de Jovita Maria Gerheim Noronha. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2014.

PRADO, E. M. do. A construção do “eu” na poesia de Cecília Meireles. *Revista Outra Travessia*, v. 1, n. 31, p. 80-101, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2176-8552.2021.e83870>

## LINHA D'ÁGUA

RIBEIRO, A. M. J. Pura poesia, autobiografia e autoficção em Manuel Bandeira. *Revista Perspectivas online*, v. 2, n. 5, p. 23-28, 2012. DOI: <https://doi.org/10.25242/887625201265>

RODRIGUES, L. G. Afinal, a quem pertence uma carta? *Letrônica*, v. 8, n. 1, p. 222-231, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2015.1.19229>

RODRIGUES, V. N. *O epistológrafo personagem: o olhar dos editores sobre as cartas de Álvares de Azevedo*. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/39f9c4dd-65c6-4555-91c03c8d9246ea7/content>. Acesso em: 22 de jan de 2024.

SALES, F. G. G. *A escritura que se faz com o outro: diálogo e transferências culturais de Machado de Assis com a obra de Madame de Staël*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/30816/1/Escrituraquefefaz\\_Sales\\_2020.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/30816/1/Escrituraquefefaz_Sales_2020.pdf). Acesso em 20 de jan. 2024.

SILVA, L. G. da. *“À margem de escrever”*: as cartas de Clarice Lispector. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1BGbb66PxPeulTeWs1jtPgi-8mIx5thXw/view>. Acesso em: 20 de jan. 2024.

SILVA, S. R. V. Ressonâncias da crítica literária na segunda edição de “Amar, verbo intransitivo”, de Mário de Andrade. *Manuscrita: Revista De Crítica Genética*, n. 46, p. 32-46, 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.2596-2477.i46p32-46>

SOUZA, M. F. de. *A loucura e a criação: João Antônio encontra Lima Barreto*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10115/Vers%C3%A3o%20Final%20renomeada%20com%20ficha%20202105.pdf?sequence=1>. Acesso em 22 de jan. 2024.